

ANAIIS



**VI REUNIÃO DO GRUPO DE PESQUISA
CNPq/UFSM HISTÓRIA PLATINA:
SOCIEDADE, PODER E INSTITUIÇÕES**

**IV ENCONTRO INTERNACIONAL
DE HISTÓRIA:
FRONTEIRA, MIGRAÇÕES E PATRIMÔNIO**

ANDRÉ LUÍS RAMOS SOARES | DOUGLAS ORESTES FRANZEN
EDUARDO PRATES BORDINHÃO | ENIO LUIZ SPANIOL
GABRIELA VIERA DOS SANTOS | GÜNTHER RICHTER MROS | JOÃO VITOR SAUSEN
LEANDRO MAYER | MARIA MEDIANEIRA PADOIN | MATHEUS GARCIA XAVIER
THIAGO NOSCHANG CABRAL | VELINA TECLA BERWANGER
(ORGANIZADORES)

ANAIIS

**VI REUNIÃO DO GRUPO DE PESQUISA
CNPq/UFSM HISTÓRIA PLATINA:
SOCIEDADE, PODER E INSTITUIÇÕES**

**IV ENCONTRO INTERNACIONAL
DE HISTÓRIA:
FRONTEIRA, MIGRAÇÕES E PATRIMÔNIO**



2024

© Dos autores - 2024

Editoração: Schreiben

Capa: João Vitor Sausen, Vinícius Pasa Pereira dos Santos e Maria Medianeira Padoin

Imagem da capa: Imagem: Vista de Itapiranga, c. 1940. Acervo de Wolfgang Stahl

Revisão: os autores

Revisão técnica: João Vitor Sausen

Coordenadora da Coleção História Platina: Maria Medianeira Padoin

Livro publicado em: 26/10/2024

Termo de Publicação: TP0822024

Conselho Editorial (Editora Schreiben):

Dr. Adelar Heinsfeld (UPF)

Dr. Airton Spies (EPAGRI)

Dra. Ana Carolina Martins da Silva (UERGS)

Dr. Cleber Duarte Coelho (UFSC)

Dr. Deivid Alex dos Santos (UEL)

Dr. Douglas Orestes Franzen (UCEFF)

Dr. Eduardo Ramón Palermo López (MPR - Uruguai)

Dr. Fábio Antônio Gabriel (SEED/PR)

Dra. Geuciane Felipe Guerim Fernandes (UENP)

Dra. Ivânia Campigotto Aquino (UPF)

Dr. João Carlos Tedesco (UPF)

Dr. Joel Cardoso da Silva (UFPA)

Dr. José Antonio Ribeiro de Moura (FEEVALE)

Dr. José Raimundo Rodrigues (UFES)

Dr. Klebson Souza Santos (UEFS)

Dr. Leandro Hahn (UNIARP)

Dr. Leandro Mayer (SED-SC)

Dra. Marcela Mary José da Silva (UFRB)

Dra. Marciane Kessler (URI)

Dr. Marcos Pereira dos Santos (FAQ)

Dra. Natércia de Andrade Lopes Neta (UNEAL)

Dr. Odair Neitzel (UFFS)

Dr. Wanilton Dudek (UNESPAR)

Esta obra é uma produção independente. A exatidão das informações, opiniões e conceitos emitidos, bem como da procedência das tabelas, quadros, mapas e fotografias é de exclusiva responsabilidade do(s) autor(es).

Editora Schreiben

Linha Cordilheira - SC-163

89896-000 Itapiranga/SC

Tel: (49) 3678 7254

editoraschreiben@gmail.com

www.editoraschreiben.com

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A532

ANAIS : VI reunião do grupo de pesquisa CNPq/ UFSM história platina : Sociedade, Poder e Instituições. IV Encontro Internacional de História : Fronteira, Migrações e Patrimônio / Organizadores : André Luís Ramos Soares... [et al.]. – Itapiranga: Schreiben, 2024.

376 p. : il. ; E-book; 16 x 23 cm.

Inclui bibliografia

E-book no formato PDF.

EISBN: 978-65-5440-332-0 [versão digital]

ISBN: 978-65-5440-333-7 [versão impressa]

DOI: 10.29327/5442944

1. Educação. 2. História - pesquisa. 3. Anais. I. Título. II. Soares, André Luís Ramos. III. Franzen, Douglas Orestes. IV. Bordinhão, Eduardo Prates. V. Spaniol, Enio Luiz. VI. Santos, Gabriela Vieira dos. VII. Mros, Günther Richter. VIII. Sausen, João Vitor. IX. Mayer, Leandro. X. Padoin, Maria Medianeira. XI. Xavier, Matheus Garcia. XII. Cabral, Thiago Noschang. XIII. Berwanger, Velina Tecla.

CDD 902

Bibliotecária responsável Juliane Steffen CRB14/1736

COLEÇÃO HISTÓRIA PLATINA: *sociedade, poder e instituições*

A proposta da criação de uma Coleção de Livros sobre História Platina teve duas motivações principais. A primeira, refere-se à efetividade dos trabalhos e dos resultados das pesquisas que vêm sendo realizadas junto ao Grupo de Pesquisa *História Platina: sociedade, poder e instituições*, registrado no CNPq/UFSM (Universidade Federal de Santa Maria), que incluem uma importante interação entre pesquisas de doutorado, mestrado, iniciação científica e trabalhos de conclusão de cursos de graduação.

A partir disso, observamos a necessidade e a relevância de publicarmos esses trabalhos completos, pois os mesmos além de passarem por avaliações rigorosas dos pares, possuem contribuições que inovam, promovem a reflexão e trazem novos conhecimentos, tanto para a área de História, como para as demais áreas que dialogam com as Humanidades.

Neste sentido, a partir da perspectiva da História Platina, privilegia-se uma concepção teórica sobre o processo histórico em que a região “platina” é percebida como território fronteiriço conectado. Assim, a História Platina não se refere apenas ao espaço da bacia do Rio da Prata, por onde desaguam os rios, mas ao complexo território em que estes rios nascem e se conectam a outros, incluindo principalmente os territórios da Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai. As pesquisas que integram esta coleção, independente do tema, abordagem ou período histórico selecionado, procuraram perceber essa região, suas conexões e especificidades, permeando a análise e os seus resultados. História Platina, fronteira e região são conceitos interconectados, que abrangem pesquisas que interpretam e privilegiam estudos das sociedades e da política em diversos âmbitos como os das instituições.

Trabalhar com a História Platina significa estudar fronteiras, redes, imaginários, representações, conflitos e aproximações, trajetórias, patrimônios, identidades, relações de poder nos mais variados âmbitos e outras questões presentes na história das sociedades. É fazer uso de abordagens locais e/ou globais, do micro e/ou macro, ou tecê-las(os) conjuntamente em uma perspectiva regional. Destarte, são novos estudos que buscam construir uma história percebida para além dos limites dos Estados nacionais, ou mesmo antes deles, mas que ao mesmo tempo os considere ao longo do tempo. Nessa visão múltipla, é importante pensar as conexões que permeiam continuamente espaço, território e região fronteiriça.

O estudo da História Platina, como esta Coleção se propõe a apresentar, abrangerá a história das relações internacionais, a geopolítica, a formação e a

luta na organização das sociedades, a história institucional, a história política e a econômica, a história das mulheres, as questões de religião e religiosidade, a história dos povos originários, as diversas questões/temas que envolvem as zonas de fronteira, os processos migratórios, a construção de identidades, temas do patrimônio histórico, cultural e ambiental, o nacional e o local, trajetórias, expressões que relacionam a história, a literatura e as artes no geral.

A experiência no Grupo de Pesquisa História Platina demonstra que cada pesquisa, ao longo dos anos, é uma peça de um grande quebra-cabeças, ou talvez, de vários jogos de quebra-cabeças. Que ao se conseguir integrar todas as peças, percebe-se que para além de existirem várias teses, surge uma nova tese, mudando o que, muitas vezes tínhamos como conhecimento dado. Acreditamos ser este o caminho de um Grupo de Pesquisa, o de ir-se construindo o conhecimento, em diálogo colaborativo e ético.

Na sua trajetória como Grupo, que surgiu no âmbito da Universidade Federal de Santa Maria, visou também integrar ações com diálogo com o Comitê Acadêmico História, Regiões e Fronteiras da Associação das Universidades do Grupo Montevideu (AUGM), desde a primeira década do século XXI. Além disso, muitas destas pesquisas contaram com o apoio efetivo de órgãos de fomento como a CAPES, a FAPERGS, o CNPq e a rede da AUGM.

Assim sendo, em um período presente em que são vistos como não lucrativos ou sem valor de mercado, os estudos e as pesquisas nas Humanidades, como os da área de História, viemos registrar e divulgar estudos que privilegiam e lançam “luz” ao processo histórico e que demonstram como as redes sociais são construídas nos diversos âmbitos e tempos.

Agradecemos a parceria da Editora Schreiber, que tem por objetivo exatamente criar um espaço de divulgação acessível à produção qualificada da área. Agradecemos, ainda, ao Comitê Científico que muito nos honra com sua distinção as obras publicadas nesta Coleção.

Profª. Drª. Maria Medianeira Padoin

Coordenadora da Coleção História Platina;

Coordenadora do Grupo de Pesquisa CNPq História Platina:

sociedade, poder e instituições

Conselho Científico

Dra. Ana Frega - UDELAR, Uruguai

Dr. Estevão Chaves de Rezende Martins - UnB, Brasil

Dra. Miriam Dolhnikoff - USP, Brasil

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	11
A Colônia Militar do Alto Uruguai e a disputa territorial entre Brasil e Argentina pelo Oeste Catarinense.....	15
<i>Bruno Aranha</i>	
<i>Era ali que meu marido queria armar a nossa tenda no futuro?:</i> As mulheres e os processos migratórios para Porto Novo (1926-1965).....	28
<i>Carlise Schneiders</i>	
Diferentes status da língua alemã em Porto Novo.....	44
<i>Elena Wendling Ruscheinsky Celina Eliane Frizzo Marcelo Jacó Krug</i>	
Um ideário em transformação – a reconfiguração dos papéis femininos no catolicismo do século XIX	58
<i>Valdir Eidt</i>	
Ações em Acervos Arquivísticos na Quarta Colônia: O Museu Irmão Ademar da Rocha.....	76
<i>Caroline do Nascimento Moraes Tatiana Godinho Martins</i> <i>Jorge Alberto Soares Cruz</i>	
As casas de Porto Novo: a arquitetura como representação da história local.....	89
<i>Douglas Orestes Franzen Daiane Giehl</i>	
Preservando a memória, reconstituindo o passado: ações arquivísticas em acervos da Quarta Colônia (IVORÁ/RS).....	106
<i>Gabriela Viera dos Santos Jorge Alberto Soares Cruz</i>	
Robert Löw: Entre a biografia e a história familiar.....	117
<i>André Haiske</i>	
Família, redes sociais e fronteira: Os Cândido Xavier na Revolução Federalista (1891-1896).....	128
<i>Matheus Garcia Xavier Maria Medianeira Padoin</i>	

Política no espaço fronteiriço platino: a atuação de Rafael Cabeda na Revolução Federalista (1891-1896) e nas Revoluções Saraivistas (1896-1904).....	141
<i>Angelita de Mello Rubin</i>	
Nação e nacionalização na fronteira: a nacionalização dos teuto-brasileiros em Puerto Rico (Argentina) e Porto Novo (Brasil).....	154
<i>João Vitor Sausen</i>	
A consolidação de ameaças estrangeiras na agenda política do pan-americanismo durante a Segunda Guerra Mundial.....	167
<i>Pietra Elisa Beling Maria Medianeira Padoin</i>	
A fronteira como refúgio: as migrações de alemães a partir do Brasil rumo à Argentina e o Paraguai durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).....	181
<i>Luana de Sales da Rosa João Vitor Sausen</i>	
A representação do Estado Novo nas Missões: uma análise do jornal A Notícia.....	196
<i>Daniel Pozzebon</i>	
Relações de Trabalho no Exército Brasileiro durante o Estado Novo: A Criação da Força Expedicionária Brasileira.....	207
<i>Cyro Porto Martins</i>	
Pacto ABC e Segurança Estatal: o impacto da cooperação entre a tríade Argentina-Brasil-Chile na questão naval (1905 - 1915).....	220
<i>Bárbara Matté Puhl Maria Júlia Silveira de Jesus Machado</i>	
As relações bilaterais Estados Unidos-Paraguai e a Aliança para o Progresso enquanto mecanismo de manutenção da Ditadura Stroessner.....	235
<i>Stephani Witczak Domenighi Larissa Locatelli</i>	
De Vargas a Lula: O tema da fome na Política Externa Brasileira.....	250
<i>Isadora Brand Fabrizio Günther Richter Mros</i>	
Influências Externas e Tensões Internas: A Política Externa Brasileira e a Rebelião dos Soldados Estrangeiros no Rio De Janeiro (1828).....	265
<i>João Victor Frantz Breunig Luiza Agnes Acosta</i>	
<i>Mel Porto Bonotto Günther Richter Mros</i>	

Análise da Cobertura Jornalística da Política Externa Brasileira Frente a Criação do Estado de Israel e a Partilha da Palestina.....	281
<i>Ana Júlia Freitas Gomes</i>	
<i>Pedro Augusto Dall'Oglio Bergamaschi</i>	
<i>Lucas Bernardi Benincá</i>	
Diálogos de Educação Patrimonial e Ensino de História entre Brasil e Portugal.....	299
<i>Daniel Rodrigues Tavares Luiz Miguel Oosterbeek Maria Medianeira Padoin</i>	
A Revolução Boliviana de 1952: desenvolvimento, impacto e repercussão nos jornais brasileiros e bolivianos da época.....	319
<i>Emily Flores Liz Gabrieli de Souza Batista</i>	
Tenente-Coronel José Alves Valença: Trajetória política e militar na Revolução Farroupilha (1835-1845)	333
<i>Maicon Dener da Silva Rodrigues</i>	
Historiografia da Arqueologia: Primeiros Projetos no Geoparque Quarta Colônia/UNESCO (1966-1981)...	342
<i>Patrick Silveira Ventura André Luis Ramos Soares</i>	
<i>Maria Medianeira Padoin</i>	
Santa Maria em dimensão histórica no Contexto Platino.....	354
<i>Thiago Noschang Cabral Maria Medianeira Padoin</i>	
Dinâmicas Conectadas por Manoel Py: uma análise dos sistemas de terra, indústria e política no território da Quarta Colônia na segunda metade do século XIX e início do XX.....	367
<i>Vinícius Pasa Pereira dos Santos Maria Medianeira Padoin</i>	



APRESENTAÇÃO

Os Anais da VI Reunião do Grupo de Pesquisa CNPq/UFSM História Platina: Sociedade, Poder e Instituições e o IV Encontro Internacional de História

Ao longo dos últimos anos, foram realizadas periodicamente reuniões acadêmicas do Grupo de Pesquisa CNPq/UFSM História Platina: Sociedade, Poder e Instituições, as quais, com a inclusão de pesquisadores externos ao Grupo, e a realização inicial em solo uruguaio, também passaram a configurar os **Encontros Internacionais de História**. O Grupo História Platina, sob a coordenação da Prof^a. Dr^a Maria Medianeira Padoin, tem uma tradição de reuniões acadêmicas periódicas em parceria com o Museo de Patrimonio Regional de Rivera (Uruguai), dirigido pelo Dr. Eduardo Palermo.

Estas reuniões, alinhadas à participação ativa no Comitê História, Regiões e Fronteiras da Associação de Universidades do Grupo Montevideu (AUGM), demarcam uma característica central do grupo História Platina e de seus pesquisadores: a contínua internacionalização. A própria perspectiva de História Platina reflete a necessidade de um constante diálogo com pesquisadores deste espaço fronteiriço, uma vez que a construção de um conhecimento em história, além das áreas afim, é necessariamente realizado de forma conjunta, sem encerrar-se nos limites nacionais de origem.

Tais pesquisas, desenvolvidas nos diversos âmbitos da pesquisa acadêmica, desde a iniciação científica até estágios de pós-Doutorado, qualifica-se cada vez mais a partir destes intercâmbios. Um reflexo deste aspecto é a continuidade da trajetória de diversos acadêmicos, principiada em projetos de iniciação científica, e ampliada a partir dos ingressos em Programa de Pós-Graduação, especialmente o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), cuja criação esteve presente, de forma ativa, integrantes do Grupo História Platina.

A partir da oficialização destes eventos acadêmicos, e a enumeração dos mesmos, formalizou-se uma tradição já consolidada, inicialmente em parceria com o Museo del Patrimonio Regional de Rivera, e, mais tarde, com a inclusão de novos

parceiros, como a Cátedra UNESCO UFSM Fronteira, Migrações e Patrimônio, a Prefeitura Municipal de Silveira Martins, e o Grupo de Estudos Interdisciplinares e de Pesquisas em Relações Internacionais (GEIPRI/UFSM), de encontros periódicos, com intercâmbios acadêmicos e estreitamento de laços científicos.

A partir de 2019, a primeira edição destes novos Encontros Internacionais de História foi realizada em Rivera, e a edição subsequente, adiada em virtude da Pandemia da Covid-19, ocorreu apenas em maio de 2022, com a terceira edição celebrada em Silveira Martins ainda em dezembro daquele ano. Em 2024, as atividades terão lugar, pela primeira vez, no estado de Santa Catarina, com programações em mais de um município, Itapiranga e São João do Oeste, bem como com a parceria do município de Tunápolis (municipalidades que compõem a região histórica de Porto Novo).

Esta iniciativa demarca uma nova etapa da aproximação e parceria entre o Grupo de Pesquisa CNPq/UFSM História Platina, e o GEPPON – Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Porto Novo. Fundado em 4 de março de 2022, o GEPPON representa a consolidação de iniciativas de pesquisa e aproximação de investigadores dedicados à região histórica de Porto Novo. Mobilizados especialmente a partir de 2016, quando foram celebrados os 90 anos de fundação de Porto Novo, este grupo é autor de uma notável quantidade de obras voltadas a registrar aspectos do passado da região, bem como de compreender sua história. Estas pesquisas, além de terem como autores pessoas oriundas de um público geral, também tiveram como importante matriz os Programas de Pós-Graduação, especialmente da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade de Passo Fundo (UPF), e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

A aproximação entre os dois grupos, por sua parte, teve como um de seus primeiros frutos a publicação contínua de obras acadêmicas resultantes de pesquisas dos integrantes do História Platina na coleção de mesmo nome, publicada pela Editora Schreiber, de Itapiranga, a partir de 2022, e coordenada pela Prof^ª. Dr^ª. Maria Medianeira Padoin. Lançada oficialmente durante as atividades do III Encontro Internacional de História, realizado em Silveira Martins no mês de dezembro de 2022, foram publicadas, nesta Coleção, até o momento, 12 obras físicas e 16 obras digitais, referentes a Dissertações e Teses de autoria de integrantes do Grupo História Platina. Também foram publicados nesta coleção os Anais do III Encontro Internacional de História, além deste Caderno de Resumos. Tais publicações foram lançadas, com sucesso, na Feira de Livro de Santa Maria, RS, em 2023, contando com a presença de estudantes, pesquisadores e autoridades regionais, nacionais e internacionais.

Neste sentido, a VI Reunião do Grupo de Pesquisa CNPq/UFSM

História Platina: Sociedade, Poder e Instituições e o IV Encontro Internacional de História, tem como norteamentos, além da aproximação entre estes dois grupos, a reflexão sobre os 200 anos de imigração alemã para o estado do Rio Grande do Sul (do qual Porto Novo é um desdobramento), os 70 anos de emancipação político-administrativa de Itapiranga, e a proximidade dos 100 anos da colonização de Porto Novo (2026). Esta edição, também tem como parceiros as administrações municipais de Itapiranga, São João do Oeste e Tunápolis, além da Espaço Arqueologia, o GEIPRI, e o Instituto FAI - Itapiranga, e será realizada entre os dias 15, 16 e 17 de novembro de 2024.

Partindo da temática geral “Fronteira, Migrações e Patrimônio”, o evento, em sua estrutura acadêmica, está organizado em conferências, mesas temáticas, painéis temáticos, e palestras, objetivando diálogos e intercâmbios acadêmico-científicos entre os pesquisadores. Os painéis temáticos, novidade da atual edição, estão dirigidos à apresentação de pesquisas ou de resultados de experiências de extensão que são desenvolvidas em nível de iniciação científica ou por profissionais graduados, pós-graduandos ou pós-graduados, especialmente oriundos dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Dos trabalhos submetidos e aprovados para apresentação nestes painéis temáticos, 26 foram selecionados para a publicação nos Anais do evento. Estes trabalhos são importantes reflexos do desenvolvimento das Universidades e Programas de Pós-Graduação, com significativas contribuições científicas de diversas áreas do conhecimento, que representam a consolidação dos diálogos acadêmicos visados pela iniciativa do IV Encontro Internacional de História. Entre seus proponentes, estão acadêmicos nos primeiros passos de suas trajetórias acadêmicas, até aqueles com décadas de experiência universitária, o que demonstra uma importante pluralidade que será encarnada no IV Encontro Internacional de História. Desejamos uma boa leitura!

Comitê Organizador

Santa Maria, Outubro de 2024.



A Colônia Militar do Alto Uruguai e a disputa territorial entre Brasil e Argentina pelo Oeste Catarinense

La Colonia Militar del Alto Uruguay y la disputa territorial entre Brasil y Argentina por el Oeste de Santa Catarina

Bruno Aranha¹

RESUMO

O presente trabalho consiste numa proposta de análise de relatos realizados por brasileiros e argentinos que se dirigiram à Colônia Militar do Alto Uruguai entre 1883 e 1908, onde hoje se localiza o município de Tiradentes do Sul/RS, nas margens do rio Uruguai, defronte à província argentina de Misiones. Temos por objetivo realizar uma análise comparativa dos discursos de homens ligados aos governos brasileiro e argentino acerca da situação da colônia e como a mesma influenciou na questão da resolução do litígio fronteiriço entre Brasil e Argentina pela posse do território do atual Oeste Catarinense. No tocante aos resultados preliminares, pudemos observar que os discursos se diferenciavam bastante em cada país, enquanto os argentinos lamentavam não existir uma colônia similar em seu território, os brasileiros registraram diversas queixas acerca da situação precária na qual se encontrava a colônia. Pudemos observar, no entanto, que a existência da Colônia Militar influenciou na arbitragem da questão do litígio territorial, tendo o presidente dos Estados Unidos, Stephen Grover Cleveland, arbitrado a favor do Brasil. Sendo assim, o espaço litigioso que se situava ao norte da colônia, acabou sendo alvo de uma política oficial de colonização direcionada pelo governo brasileiro e que acabou por conformar no atual Oeste Catarinense.

Palavras-chave: Colônia-Militar. Fronteira, Oeste Catarinense.

¹ Historiador vinculado ao Museu Histórico de Pinhalzinho/SC. Doutor em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Mestre em Integração da América Latina pelo PROLAM - Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (USP) e graduado em História pela USP. E-mail: brunoaranha83@gmail.com.

RESUMEN

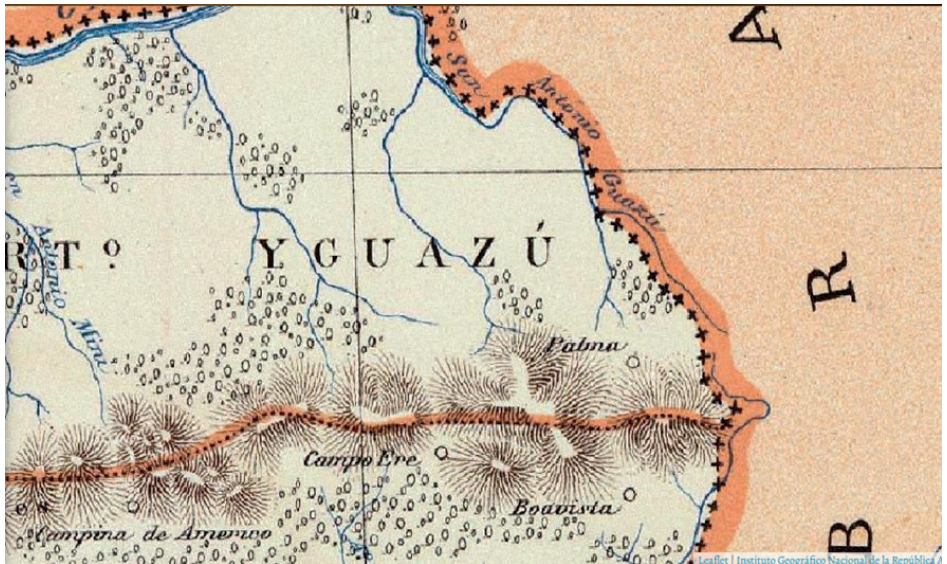
El presente trabajo consiste en una propuesta de análisis de relatos realizados por brasileños y argentinos que acudieron a la Colonia Militar del Alto Uruguay entre 1883 y 1908, donde hoy se ubica el municipio de Tiradentes do Sul/RS, a orillas del río Uruguay, frente a la provincia argentina de Misiones. Nuestro objetivo es realizar un análisis comparativo de los discursos de hombres vinculados a los gobiernos brasileño y argentino sobre la situación de la colonia y cómo influyó en la cuestión de la resolución del diferendo fronterizo entre Brasil y Argentina por la posesión del territorio del actual Oeste de Santa Catarina. Respecto a los resultados preliminares, pudimos observar que los discursos diferían mucho en cada país, mientras los argentinos lamentaban que no existiera una colonia similar en su territorio, los brasileños registraban varias quejas sobre la precaria situación en la que se encontraba la colonia. Pudimos observar, sin embargo, que la existencia de la Colonia Militar influyó en el arbitraje de la cuestión de la disputa territorial, arbitrando el Presidente de los Estados Unidos, Stephen Grover Cleveland, a favor de Brasil. Por lo tanto, el espacio en disputa que se ubicaba al norte de la colonia terminó siendo el objetivo de una política oficial de colonización dirigida por el gobierno brasileño y que terminó formando el actual Oeste de Santa Catarina.

Palabras clave: Colonia Militar. Frontera, Oeste Catarinense.

Disputas pela fronteira em um espaço imaginado por Brasil e Argentina

Após o início da vida independente de Brasil e Argentina, essas novas nações herdaram das coroas ibéricas a demarcação da fronteira através do curso do rio Uruguai, região esta que abarca atualmente todo o oeste do Rio Grande do Sul e, no lado argentino, a parte leste da província de Corrientes e o sul da província de Misiones. Durante quase todo o século XIX, o espaço situado ao norte da desembocadura do rio Peperi-Guaçu no rio Uruguai, onde hoje se situa todo o oeste de Santa Catarina e o sudoeste do Paraná era uma área litigiosa disputada entre os dois países. A demarcação veio apenas no ano de 1895 com a assinatura do Tratado de Palmas entre os dois países, o qual demarcou a fronteira através dos cursos dos rios Peperi-Guaçu (afluente do rio Uruguai) e Santo Antônio (afluente do rio Iguaçu), restando ainda entre as nascentes desses dois rios uma fronteira seca de 25 quilômetros. O acordo foi mediado pelo presidente estadunidense Stephen Grover Cleveland, o qual arbitrou a favor do Brasil, tendo a Argentina perdido uma porção de território que considerava como parte do leste de Misiones (MARTINELLO, 2016, p. 97-98).

Figura 1 - Mapa argentino de 1888 que aponta as localidades de Palmas/PR e Campo Erê/SC e Boa Vista (atual Clevenlândia/PR) como pertencentes à Argentina



Fonte: <https://www.ign.gob.ar/cartografia-historica/?fbclid=IwAR20CFhlXaBtaMdDgC-e4IZO9KIgaZJTBU2er1M1B-ZgJO7xDvBD_1495Io> Acesso em 20 ago. 2024.

Antes da assinatura do tratado, o governo argentino enviou uma série de expedições em direção à área litigiosa para realizar o seu mapeamento cartográfico, indicar demandas por colonização, apontar os seus recursos naturais e mapear as populações que aí viviam. Essas informações eram compiladas em formas de relatórios que eram remetidos diretamente para o governo argentino². Algumas dessas expedições partiam de Buenos Aires, subiam o rio Uruguai com certa dificuldade, devido aos obstáculos que dificultavam a navegação, até alcançarem a região litigiosa com o Brasil. A maior parte, entretanto, subia pelo rio Paraná, justamente por ser uma rota fluvial mais segura, até a cidade de Posadas e a partir daí cruzavam o Território de Misiones por terra até atingir as margens do rio Uruguai e, consequentemente, o espaço litigioso.

Cabe lembrar que, a própria criação do Território Nacional de Misiones em 1881³, diretamente subordinado à Buenos Aires, fez parte desta conjuntura de disputa pelo domínio dessa fronteira.

Em 1859 foi criada a “Comissão para as Colônias no Alto Uruguai”, direcionada para o noroeste gaúcho e com o objetivo de frear um possível avanço argentino nesta zona considerada “deserta” (Nascimento, 2007, pp. 7-8). A criação da Colônia Militar do Alto Uruguai em 1879 foi resultado direto desta comissão.

² Para maiores detalhes acerca dessas expedições argentinas, ver: ARANHA, 2014.

3 Foi somente em 1953 que Misiones se tornou uma província.

No final do século XIX, em meio ao contexto litigioso com a Argentina, a colônia era definida como “(...) um posto avançado e um ponto estratégico de primeira ordem contra a República Argentina” (Lobo Vianna, 1897, p. 390).

Mais ao norte, em uma área considerada até então como território paranaense⁴, o Decreto nº 2.502 de 16 de novembro de 1859, solicitou a criação das colônias militares de Chopim e de Chapecó, cujo objetivo era o resguardo da fronteira com a Argentina e também a proteção dos habitantes nacionais em relação aos “selvagens” (PIAZZA, 1982, p. 188). A Confederação Argentina reclamou alegando que a área era parte de seu território. Foi somente em 1882 que as duas colônias militares foram instaladas, ainda que sob contestação argentina⁵. No sentido de não acirrar essa questão diplomática, o Império instalou as duas colônias justamente na “fronteira” do território contestado, e não dentro do espaço litigioso.

Colônia Militar do Alto Uruguai: a ameaça brasileira no outro lado do rio

Em 1891, o explorador argentino Juan Bautista Ambrosetti⁶ saiu de Buenos Aires e subiu o rio Uruguai em direção à Colônia Militar do Alto Uruguai. Os argentinos enxergaram a necessidade de mapear e ocupar o espaço fronteiro acima da localidade argentina de San Javier. Uma área onde não havia povoação argentina que se estendia 200 quilômetros rio acima até o início da zona litigiosa com o Brasil.

Se a costa argentina era despovoada acima de San Javier, a Colônia Militar do Alto Uruguai representava uma ameaça existente na outra margem do rio. É por esse motivo que a questão militar aparece fortíssima, sendo esta localidade relatada de forma minuciosa por Ambrosetti. O seu relato contém um capítulo inteiro dedicado exclusivamente à Colônia Militar do Alto Uruguai.

No capítulo sobre a Colônia Militar, há um claro intento do viajante argentino em omitir os possíveis aspectos negativos. Sua descrição caminha no sentido de alertar o seu público leitor de Buenos Aires para despertar a sua atenção para o que estava ocorrendo na fronteira e como o Estado brasileiro

4 Em 1916, após a Guerra do Contestado, um acordo de limites territoriais passou essa área para a jurisdição de Santa Catarina.

5 Decreto nº 2.502, de 16 de novembro de 1859 cria mais duas colônias militares na Província do Paraná ao ocidente dos rios Chapecó e Chopim, nos pontos que forem designados pelo Presidente da Província. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2502-16-novembro-1859-557770-publicacaooriginal-78434-pe.html>> Acesso em 21 set. 2023.

6 Ambrosetti foi botânico e antropólogo. A serviço de instituições ligadas ao governo argentino, realizou três expedições para a fronteira entre Misiones e o sul do Brasil: a primeira em 1891, a serviço do Museo de La Plata; a segunda em 1892, liderando a Expedición Nordeste del Museo de La Plata. A terceira viagem, realizada em 1894, era parte da expedição do Gabinete de História Natural.

estava atuante no que concernia o povoamento da região. Ambrosetti tencionava chamar a atenção do poder público de seu país para realizar um empreendimento semelhante no lado argentino. Ele inclusive questionou o papel da Colônia como parte de uma estratégia militar brasileira de ocupação da fronteira, já que o “inimigo” não estava presente do outro lado: *“El fin de esta Colonia no fué simplemente la Agricultura, sino mas bien político bajo el punto de la Estrategia Militar, según ellos, pero yo no veo qué importancia estratégica puede tener, cuando cerca no hay poblaciones, la Costa Argentina desierta é inaccesible”* (AMBROSETTI, 1892, p. 66).

Para ele, a Colônia estava consoante com os padrões de urbanização de seu tempo:

La calle principal, es larga, ancha, bien tenida, limpia, en gran parte plantada de palmeras á uno y otro lado; en la mitad de esta calle está la plaza, grande y espaciosa. La parte del poniente concluye en el rio, mientras que la del naciente, en la picada. Las casas de la acera Norte tienen todas fondo al rio Uruguay gozando así de vistas espléndidas. [...] La barranca en este punto tendrá 25 metros en la costa del rio y unos 30 al medio de la calle. La edificación en su mayor parte es de madera. Las casas perfectamente alineadas, están separadas unas de otras por unos 10 metros, algunas menos, todas tienen su buen cerco al frente con bananas, ananás, palmeras, moras, etc. (AMBROSETTI, 1892, p. 63-64).

Figura 2 - Imagem que integram a Carta da Fronteira entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República Argentina



Fonte: Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores.

Obviamente, o aspecto militar guiou totalmente as suas impressões sobre esta localidade projetada exclusivamente para este fim:

Como á 6 cuadras al Este se halla el cuartel, donde está alojado el destacamento de la Colonia, compuesto de 60 hombres de diversos cuerpos del ejército y que en su mayor parte tienen familia y son colonos, no teniendo mas obligación que presentarse á las listas y algún otro pequeño servicio. La atahona del Estado es un gran edificio de madera todo de cedro incluso el techo de 40 metros de largo por 15 de ancho (AMBROSETTI, 1892, p. 64).

No sentido de dimensionar ainda mais a falta da presença do Estado argentino, Ambrosetti teceu generosos elogios às políticas públicas do governo brasileiro. Sua visão aponta que na margem esquerda do Uruguai, o Estado era bastante presente e atuante em vários sentidos: no aspecto econômico, na questão de infraestrutura e no quesito da saúde pública:

El Gobierno se ha reservado la propiedad de todos los terrenos del pueblo. Los colonos pueden gozarlos mientras viven en él, pero no venderlo; también se muestra muy protector de ellos: estos no solo tienen la tahona á su disposición sino también cuanta herramienta pueden necesitar, bueyes, útiles, carros, etc. y á los 3 años de estar establecidos, el título de propiedad de sus chacras para que no puedan ser molestados mas. Además los colonos tienen médico y botica gratis que emplean mucho (...) Visité también un ingenio de caña de azúcar, movido á agua por una gran rueda. No fabrica sino caña ó cachaza, solo por encargo hace rapaduras (AMBROSETTI, 1892, pp. 64-65).

Para o argentino, os brasileiros eram um exemplo a ser seguido, eram eles os responsáveis por levar adiante o processo civilizador na região: *“El (...) beneficio que reporta esa Colonia es empezar á poblar la región del Alto Uruguay, honor indiscutible que corresponde á los Brasileños; no por la prioridad, sino por la forma en que lo han hecho”* (AMBROSETTI, 1892a, p. 66).

Ao seguir viagem rio acima, a tônica continuou a mesma, sempre tendo a costa brasileira como parâmetro de comparação para descrever a situação do lado argentino:

La Costa Brasileira en un gran trecho, está rozada y plantada de caña de azúcar, maiz, etc. Pasamos la Isla que está frente á la Colonia y que según tengo entendido es argentina; parece por ser alta con un cerro en su centro, un castillo y sus orillas no dan acceso: son de piedra, casi todas cortadas á pique y está cubierta de la misma é intrincada vegetación de la orilla. La Costa Argentina se presenta virgen salvaje [...] (AMBROSETTI, 1892, p. 85).

Para ele, seguindo os pressupostos evolucionistas do positivismo tão em voga naquela época, a implementação de uma colônia militar argentina naturalmente traria povoamento e progresso para a margem argentina no Uruguai. Concomitante ao período em que esteve na Colônia Militar do Alto Uruguai, o governo brasileiro também encomendou um relatório sobre a Colônia, o qual foi redigido numa tônica praticamente oposta ao que foi escrito pelo argentino.

A Colônia Militar após o litígio fronteiriço

O Ministério das Relações Exteriores da Argentina, capitaneado por Estanislao Zeballos, estava empenhado em apresentar o seu alegato ante o presidente Cleveland, árbitro da questão litigiosa. No entanto, outros fatores impactaram na falta de políticas públicas direcionados para a fronteira nordeste da Argentina. O principal era o direcionamento de recursos para a fronteira sul, na guerra contra os indígenas denominados genericamente como Pampas⁷, no episódio que ficou conhecido como a *Conquista del Desierto*.

Para o ministro Antônio Nicolau Falcão da Frota, veterano das Guerras do Prata, da Tríplice Aliança e ex-comandante de duas guarnições fronteiriças no Alto Uruguai (São Borja e Uruguaiana), a presença militar brasileira na fronteira com a Argentina estava aquém do esperado. Nesse sentido, e também direcionado para as Colônias Militares como um todo, o ministro chamou a atenção para a criação de uma comissão formada por três oficiais do exército “para estudar e organizar um projecto de reorganização dos mencionados estabelecimentos” e “de remover as causas que possam ter concorrido para o estado pouco lisonjeiro em que se acham as colônias militares, e dar-lhes todo o impulso para collocar-as em pé de prosperidade, tornando-as poderosos núcleos de populações laboriosas” (FROTA, 1891, p. 52).

Avancemos agora para o biênio compreendido entre 1907 e 1908 para analisar outros relatos acerca da Colônia Militar do Alto Uruguai. Teria o trabalho da comissão dado algum resultado? Um dos frutos desta comissão foi a proclamação do decreto nº 733, de 21 de dezembro de 1900⁸, o qual reorganizava as colônias militares em todo o território nacional.

A análise dos relatos de 1907 e 1908 nos aponta caminhos para entender o quanto o novo decreto conseguiu atingir as expectativas ou não. Resulta necessário, entretanto, contextualizarmos essas fontes. Trata-se de relatórios escritos pelo próprio diretor da Colônia, coronel José Luiz Rodrigues da Silva, enviados ao comando do 6º Distrito Militar em Porto Alegre e, desde aí, remetidos à Superintendência Geral de Colonização e Fronteiras, órgão vinculado à 2ª seção do Estado Maior do Exército (Rio de Janeiro). Os mesmos estão arquivados no Arquivo Histórico do Exército (AHEx).

Passados alguns anos da escrita do relato de Ambrosetti, o relato brasileiro de 1907 aponta que, naquela altura, a Argentina seria o exemplo a ser seguido, pelo menos no tocante à sua malha ferroviária, levando os seus trilhos até a

7 O termo generalizava uma variedade de etnias indígenas da região pampiana como os ranqueles, querandíes, tehuelches, pehuenches e puelches.

8 Decreto Nº 733, de 21 de dezembro de 1900. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-733-21-dezembro-1900-586073-publicacaooriginal-109498-pl.html>> Acesso em 22 set. 2023.

fronteira do Alto Uruguai. “A estrada de ferro, em trabalhos de construção ao Ijuhy, prolongada até aqui, ao exemplo da República Argentina, que traz as suas comunicações férreas á fronteira como medida de alto alcance estratégico”⁹.

Embora a presença demográfica brasileira continuasse bastante superior à argentina, no que tocava à estrutura ferroviária, os vizinhos da margem direita do Uruguai estavam de fato mais adiantados. Ainda que de maneira indireta, o alerta de Ambrosetti registrado em 1891 pode ter influenciado diretamente nessa conjuntura. O *Ferrocarril del Nord-Este Argentino* chegou a Paso de los Libres (defronte à Uruguaiana) em 1894 e à Santo Tomé (cidade vizinha à São Borja) em 1901. Ambas as estações possuíam ainda ramais cujos trilhos alcançavam as margens do rio Uruguai (ARANHA, 2014, p. 101).

O prolongamento da linha férrea até Ijuí, fato mencionado no relato brasileiro de 1907, aconteceu apenas em 1911. Já o sugerido ramal até a Colônia Militar nunca foi concretizado, tendo alcançado a sua extensão máxima apenas em 1940, na cidade de Santa Rosa, distante ainda 90 quilômetros da colônia¹⁰.

O relato brasileiro ainda chama a atenção para a questão da própria defesa militar da Colônia. Por esse motivo foi solicitado o envio de uma lancha a vapor para ser possível realizar vigilância nas águas do rio Uruguai. A preocupação não era apenas como uma possível ameaça argentina. O diretor cita diretamente o fato de a Colônia ter sido invadida pelos rebeldes da Revolução Federalista¹¹, episódio ocorrido no ano de 1893 (DOTTO, 2022). Ademais, o seu relato contraria a visão de Ambrosetti de que a Colônia seria impossível de ser invadida:

É também de utilidade prática a aquisição de uma lanchinha a vapor, de pequeno callado, a que já fiz referencia. A colônia tem uma frente de 9 leguas no rio Uruguai, muito cheia de (...) esconderijos e matarias densas de maneira que por terra é quase impossível exercer-se vigilância (...) Com o auxílio da embarcação, fica removido o obstáculo e o serviço feito noite e dia, a qualquer hora, apresentam (...) a vantagem extraordinária de, em momento critico para a Colonia, poder communicar-se com as guarnições próximas ao litoral e ser socorrida a tempo. Houvesse a mão esse valioso recurso quando a Colonia foi invadida por forças revolucionarias¹²

9 BRASIL, Relatórios da Colônia Militar do Alto Uruguai [vários anos]. Fundo Colônias Militares, Arquivo Histórico do Exército Brasileiro, Rio de Janeiro.

10 Informações disponíveis em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/rs_marcelino-sta-maria/ijuui.htm> Acesso em 22 set. 2023.

11 Guerra civil que ocorreu no sul do Brasil, logo após a Proclamação da República, ocasionada pela crise política gerada pelos federalistas, grupo opositor a Júlio de Castilhos, governador do Rio Grande do Sul. Seu objetivo era conquistar maior autonomia e descentralizar o poder da então recém-proclamada República Brasileira. Durou de fevereiro de 1893 a agosto de 1895, sendo vencida pelos seguidores de Júlio de Castilhos. O conflito atingiu o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

12 BRASIL, Relatórios da Colônia Militar do Alto Uruguai [vários anos]. Fundo Colônias Militares, Arquivo Histórico do Exército Brasileiro, Rio de Janeiro.

A questão sanitária era um parâmetro civilizatório importantíssimo para aquele período. Em praticamente todos os relatos da época o tópico se faz presente para medir o quão “civilizada” era determinada localidade. Cidades bem urbanizadas e dotadas de sistema de público de saúde eram consideradas mais avançadas e estavam na dianteira da corrida rumo ao progresso. Nesse sentido, Ambrosetti (1892, p. 65) elogiou a situação sanitária da Colônia, onde todos os “colonos tienen médico y botica gratis”.

No entanto, os dois relatos brasileiros são enfáticos em elencar a precária situação do estado sanitário da Colônia. É o que aponta o relatório de 1907:

[...] falta notável da presença de medico e nunca, desde a sua criação, dispôs de pharmaceutico, com quanto o regulamento com muito criterio, cogite desses cargos em seu artigo 12. [...] sem socorros médicos, cidadãos em geral, praças do Exercito. Os officiaes e praças quando adoecem são transportados para fora da Colônia, a custa do Estado, e, isso fere de frente, a boa marcha do serviço. [...] contratar-se um medico [...] mas com uma clausula expressa de só servir na Colonia Militar do Alto Uruguay¹³.

O diretor José Luiz Rodrigues da Silva salienta ainda a preocupação de se estabelecer um médico fixo na colônia e chama a atenção, na conclusão do relatório, na sessão de “Providencias necesarias”, para o que ele considera como uma medida “das mais urgentes”, que “é relativa ao médico (...) talvez a mais alarmante”. Ao dirigir-se ao ministro da guerra, “sua excelencia, o senhor Marechal Ministro da Guerra (...) pede para que o mesmo tenha “apreço a tão magno assumpto”¹⁴.

Vamos nos ater agora ao relatório do ano seguinte para saber se o coração do senhor Marechal foi tocado:

É inquestionavelmente lamentável que a Colonia esteja sem medico ha mais de 2 annos [...] graves inconvenientes também a marcha do serviço, pesando de algum modo aos cofres públicos, com os continuados transportes que são obrigados a fazer em busca de tratamento medico, quando enfermam esses servidores da nação. O estado sanitario da localidade não é bom, pois constantemente praças e colonos queixão-se de varias enfermidades [...]¹⁵.

Pelo que foi possível observar no relatório do diretor, a situação permaneceu a mesma em relação ao ano anterior. O problema de ter que deslocar os doentes para outros centros urbanos distantes da Colônia seguia ocorrendo. Na conclusão, na sessão de “Providencias necessárias e urgentes”, uma vez mais

13 BRASIL, Relatórios da Colônia Militar do Alto Uruguai [vários anos]. Fundo Colônias Militares, Arquivo Histórico do Exército Brasileiro, Rio de Janeiro.

14 Ibidem.

15 Ibidem.

salienta, no que toca as principais demandas, o quanto “(...) a primeira e de mais (...) necessidade, é a concernente ao medico, que deve ser mandado para a Colonia, quer seja este militar, quer civil contratado (...)”¹⁶.

Para além da questão sanitária, as comunicações externas da Colônia também eram elencadas como prioritárias. Por isso o diretor chamou a atenção para a necessidade da chegada do trem até a localidade, já que era outro fato que media a civilização naquela altura.

Enquanto os trilhos não chegavam, a única opção de tráfego terrestre era pela estrada que conectava a Colônia até a localidade de Campo Novo. Esse caminho foi bastante elogiado por Ambrosetti (1892, p. 63), destacando a sua “compostura y limpieza” e apontando o quanto ela era “todo tiempo (...) transitable (...)”.

No que toca os relatos do diretor da Colônia, é interessante notar o quanto o teor de sua escrita muda de um ano para outro. Em 1907, ainda que tenha chamado a atenção para o quanto “a estrada geral (...) em muitos lugares dificulta o transito de vehiculos”, sugeriu que uma comissão seja formada para cuidar da estrada, nos mesmos moldes da que existia na Colônia Militar do Iguazu: “(...) encarregar-se de uma commisso especial, como se dá na (...) Colonia do Iguassú”¹⁷.

A comissão de fato foi formada, entretanto, para o diretor, ela não atendeu às expectativas. Nesse sentido, a sua escrita no relatório de 1908 é mais enfática no sentido de cobrar providência do Ministério da Guerra, inclusive no tocante ao baixo orçamento enviado para a Colônia. No que se relacionava à “Picada Geral”, ela continuava em mal estado de conservação, o que afetava diretamente o abastecimento da localidade com gêneros de primeira necessidade:

A principal estrada carroçável e que permite a sahida dos produtos da Colonia, é a chamada Picada Geral que tem o percurso de 50 kilometros desde a sede até a sua terminação em terras do Campo Novo, município da Palmeira. Por mais esforços que se empreguem, com o auxilio dos serviços dos colonos unicamente, é impossível eleva-la ao pé que convém, e, mesmo, conservar o que se fez outrora por uma comissão especial, que dispunha de forte contingente de praças. A verba de 20 contos [...] apenas alcança para obras [...] na sede da Colonia e, não comporta outros gastos [...]. Devido ao mau estado dessa única via de comunicação, os interesses geraes são altamente prejudicados, concorrendo para a carestia dos gêneros de 1ª necessidade importados para o consumo, e dificultando a existencia neste ponto afastado 40 leguas do centro commercial¹⁸.

Na conclusão do relato, na sessão de “Providencias necessárias e urgentes”, uma vez mais reclama providências urgentes por parte do Ministério:

16 Ibidem.

17 Ibidem.

18 Ibidem.

“A Picada Geral reclama consertos, reformas, modificações no seu traçado, pontes e pontilhões, que a uma comissão especial seja reservado o serviço¹⁹”.

Para o diretor José Luiz Rodrigues da Silva, as precárias condições da colônia afetavam principalmente a sua própria população, seja ela militar ou civil. A sua narrativa contrasta enormemente com a visão positiva do argentino Ambrosetti acerca das condições de vida das pessoas na localidade.

Para os governos do Brasil e da Argentina, povoar a fronteira era uma das condições essenciais para o desenvolvimento da civilização e do progresso. Nesse sentido, o Brasil levava uma vantagem substancial se compararmos a densidade demográfica nos dois lados da fronteira. No caso da população da Colônia, os relatórios apontam que ela aumentou, ainda que de maneira tímida, entre 1907 e 1908, de 1066 para 1120 habitantes.

No relatório de 1907, a descrição que o diretor realizou sobre as condições da população é extremamente negativa. Para ele, faltava desenvolvimento e condições de fomentar o progresso nesse rincão fronteiriço, as pessoas se alimentavam mal e não tinham condições de desenvolver um bom trabalho. Acrescentou ainda, que uma praga de gafanhotos devastou praticamente todo o esforço agrícola dos colonos:

[...] colonos queixão-se [...] uma vida inteira de privações e misérias em meio de opulências incalculáveis da natureza. Um verdadeiro supplicio [...] Na generalidade, os colonos vivem mal, são pauperrimos e, há 3 annos que as suas [...] plantações são batidas por enormes nuvens de gafanhotos. Passão com as famílias inteiras, a um lavado de milho e as frutas agrestes das mattas. Em tal circumstancia desgraçada, é impossivel a esses infelizes, trazerem [...] qualquer porção de alimento capaz de aguentar-os em 8 horas consecutivas de trabalho à foise ou machado. É assim que não raro, deixão de comparecer e, quando o fazem, é tarde, fora da hora marcada e, enfraquecidos²⁰.

A mesma tônica seguiu no relato de 1908:

A produção agrícola, industrial e pastoril [...] É insignificante, já se vê, mas em grande parte originada pelas continuas pragas de gafanhotos que cruelmente tem devastado plantações inteiras da colônia, deixando a população na mais manifesta miséria, e na amargura de dias dolorosos²¹.

Nesse mesmo relatório de 1908, o diretor registra as suas expectativas acerca da própria emancipação da colônia: “Tão logo termine a edificação do quartel para o contingente. Penso assim, por estar convencido de que, sem esse poderoso elemento, a Colonia nunca poderá avançar um passo, nem conquistar um dia a sua emancipação deixando de agravar o erario publico”²².

19 Ibidem.

20 Ibidem.

21 Ibidem.

22 Ibidem.

Nas primeiras décadas do século XX ainda era bastante corrente uma mentalidade atrelada ao positivo, a qual por sua vez, estava conectada com a ideia de progresso. Nesse sentido, era natural para os militares, pensarem que o objetivo final das Colônias Militares era o de que fossem emancipadas da jurisdição militar para se tornarem prósperas cidades administradas por civis. O próprio Ministro da Guerra, Antônio Nicolau Falcão da Frota (p. 520), assinalou em 1891 que essas colônias deveriam se tornar “núcleos de populações laboriosas”.

As consequências para o Oeste Catarinense

A Colônia Militar do Alto Uruguai foi a última a ser extinta pelo governo brasileiro em janeiro de 1913²³. Ela não se tornou um município autônomo como as outras colônias da fronteira sul, a saber, Foz do Iguaçu, Chopinzinho (antiga Colônia Militar do Chopim) e Chapecó²⁴. A partir de 1913, a colônia passou para a jurisdição de Palmeira das Missões. Em 1944, passou a pertencer ao então recém-criado município de Três Passos, o qual corresponde ao território do antigo posto avançado da colônia militar na Picada Geral. Por fim, em 1992, foi integrada como distrito do município de Tiradentes do Sul.

Apesar da extinção da colônia, ela foi de fundamental importância para garantir o oeste catarinense como território brasileiro em meio ao contexto do litígio com a Argentina. Após o fim do controle militar, a vila acabou não recebendo, pelo menos de forma tão massiva, o excedente das antigas colônias alemãs e italianas do Rio Grande do Sul. O destino dessa nova migratória foi o oeste catarinense, oficializada como parte de Santa Catarina em 1916 através do acordo de limites com o Paraná. Foi a partir desse contexto que a colonização oficial, amparada pelos próprios governos brasileiro e catarinense, começou a ser organizada na região pela via das companhias colonizadoras. Dois fatores foram essenciais: a possibilidade de ocupar o “sertão” com um excedente populacional que necessitava de terras e a necessidade de cumprir a agenda eugenista do governo brasileiro de “branquear” esse território até então ocupado por indígenas kaingang e por grupos de origem cabocla. Por esse motivo as companhias direcionavam as vendas dos lotes para colonos de origem alemã e italiana.

23 Decreto nº 10.024, de 29 de janeiro de 1913 - Emancipa as colônias militares á foz do Iguassú e do Alto Uruguay. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-10024-29-janeiro-1913-575704-publicacaooriginal-98972-pe.html>> Acesso em 22 set. 2023.

24 A área onde se localizava a Colônia Militar hoje pertence ao município catarinense de Xanxerê, o qual era distrito de Chapecó.

Referências

AMBROSETTI, Juan Bautista. **Misiones Argentinas y Brasileras por el Alto Uruguay**. La Plata: Talleres de Publicaciones del Museo, 1892.

ARANHA, Bruno Pereira de Lima. **De Buenos Aires a Misiones: civilização e bárbarie nos relatos de viagens realizadas à terra do mate (1882 - 1898)**. 2014. Dissertação (Mestrado em Integração da América Latina) - Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

BRASIL, Carta da Fronteira entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República Argentina [188_?]. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores, Rio de Janeiro.

BRASIL, Relatórios da Colônia Militar do Alto Uruguai [vários anos]. Fundo Colônias Militares, Arquivo Histórico do Exército Brasileiro, Rio de Janeiro.

Decreto nº 2.502, de 16 de novembro de 1859 cria mais duas colônias militares na Província do Paraná ao occidente dos rios Chapecó e Chopim, nos pontos que forem designados pelo Presidente da Província. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2502-16-novembro-1859-557770-publicacaooriginal-78434-pe.html>> Acesso em 21 set. 2024.

Decreto nº 733, de 21 de dezembro de 1900. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-733-21-dezembro-1900-586073-publicacaooriginal-109498-pl.html>> Acesso em 22 set. 2024.

Decreto nº 10.024, de 29 de janeiro de 1913 - Emancipa as colônias militares á foz do Iguassú e do Alto Uruguay. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-10024-29-janeiro-1913-575704-publicacaooriginal-98972-pe.html>> Acesso em 22 set. 2023.

DOTTO, Valdenir José. **A dinâmica territorial do desenvolvimento em âmbitos espaciais periféricos: A Trajetória de Desenvolvimento do município de Doutor Maurício Cardoso-RS**. São Paulo: Dialética, 2022.

FROTA, Antonio Nicoláo Falcão da. **Ministério da Guerra- Relatório apresentado ao presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.

MARTINELLO, André Souza. **Geografia Histórica, Discursos Espaciais e Construção Territorial em Santa Catarina**. Tese de doutorado em Geografia. FFLCH-USP. 2016.

NASCIMENTO, José Antonio Moraes do. **Derrubando Florestas, Plantando Povoados: A intervenção do poder público no processo de apropriação da terra no norte do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Tese de doutorado - PUC-RS, 2007.

PIAZZA, Walter Fernando. **A colonização de Santa Catarina**. Florianópolis: BRDE, 1982.



***Era ali que meu marido queria armar a nossa tenda no futuro?:
As mulheres e os processos migratórios para
Porto Novo (1926-1965)***

*Was it that where my husband wanted to pitch our tent in the future?
Women and the migration processes to Porto Novo (1926-1965)*

Carlise Schneiders¹

RESUMO

Este estudo aborda a migração de famílias, em especial as mulheres, para a Colônia Porto Novo, atual Itapiranga, entre 1926 e 1960. A análise se fundamenta na História Social e Cultural e utiliza diversas fontes, incluindo periódicos da época, entrevistas e dados censitários do IBGE. Migrações são processos difíceis em qualquer espaço de tempo e para os diferentes agentes que fazem parte dela, contudo, as mulheres possuem um apego emocional e cultural mais acentuado à sua terra natal, influenciando suas experiências migratórias. A fundação da Colônia Porto Novo em 1926 foi marcada pela fé religiosa e pela promessa de terra fértil, atraindo muitos migrantes em busca de melhores condições de vida. Durante as primeiras décadas, a população de Itapiranga cresceu rapidamente, de 1.200 pessoas em 1930 para 15.011 em 1960, o que reflete a alta taxa de natalidade e os novos migrantes. Os processos migratórios eram frequentemente liderados por homens, enquanto as mulheres e crianças acompanhavam posteriormente, por isso, o papel masculino se torna preponderante na tradição historiográfica. No entanto, novas correntes da escrita da História têm enfatizado a importância das mulheres na execução de projetos familiares migratórios. As mulheres eram responsáveis por transmitir os princípios de fé, disciplina e trabalho às novas gerações, além de desempenharem papéis cruciais no trabalho agrícola e na organização comunitária. Este estudo destaca depoimentos de mulheres migrantes que relatam as dificuldades e motivações para a migração, incluindo a busca por terras férteis e a preservação da identidade cultural e religiosa germânica.

Palavras-chave: Mulheres. Porto Novo. Migrações.

¹ Mestre em História pela Universidade de Passo Fundo (2023). Licenciada em História pela Universidade Federal da Fronteira Sul (2017). Atua como professora de História na Escola Sesi – São Miguel do Oeste. Email: carliseschneiders@outlook.com.

ABSTRACT

This study addresses the migration of families, especially women, to the Porto Novo Colony, now Itapiranga, between 1926 and 1960. The analysis is based on social and cultural history and uses several sources, including periodicals, interviews and census data from the IBGE. Migration is a difficult process in any period of time and for the different agents involved in it. However, women have a stronger emotional and cultural attachment to their homeland, influencing their migratory experiences. The founding of the Porto Novo Colony in 1926 was marked by religious faith and the promise of fertile land, attracting many migrants in search of better living conditions. During the first decades, the population of Itapiranga grew rapidly, from 1,200 people in 1930 to 15,011 in 1960, reflecting the high birth rate and new migrants. Migration processes were often led by men, while women and children followed later, which is why the male role became predominant in the historiographic tradition. However, new trends in historical writing have emphasized the importance of women in the execution of family migration projects. Women were responsible for transmitting the principles of faith, discipline, and work to new generations, in addition to playing crucial roles in agricultural work and community organization. This study highlights testimonies from migrant women who report the difficulties and motivations for migration, including the search for fertile land and the preservation of Germanic cultural and religious identity.

Keywords: Women. Porto Novo. Migrations.

Introdução

Migrar não é o termo preferido das mulheres. Talvez não seja de ninguém, mas as mulheres possuem um apego emocional e cultural mais acentuado em relação à sua terra natal, ao menos é a essa conclusão que chega Renaux (1995) quando pesquisa o deslocamento de imigrantes alemães à Blumenau a partir de 1850. No caso de Porto Novo, a maioria das mulheres migrantes não trocam de país, apenas de estado, mas isso não as impede de sentir ânsia em relação à nova vida. Neste artigo, terão destaque as trajetórias de algumas mulheres migrantes que, de diferentes formas, acabaram chegando em Porto Novo e estabelecendo nova vida.

A região de Porto Novo, localizada nos atuais municípios de Itapiranga, Tunápolis e São João do Oeste, em Santa Catarina, foi colonizada a partir de promessas de terras férteis e por uma proposta espiritual-material articulada pela União Popular, atraindo principalmente alemães católicos vindos do Rio Grande do Sul. Ao longo deste artigo, será analisado como diferentes sujeitos,

em especial as mulheres, enfrentaram os desafios de migrar para uma nova terra, levando consigo suas esperanças, medos e expectativas diante de um futuro incerto à luz da História Social e Cultural e com base em periódicos, entrevistas e dados censitários.

Hoje eu não faria mais isso de jeito nenhum, por nenhum dinheiro: A migração para Porto Novo

A fundação da Colônia de Itapiranga, então chamada Porto Novo, é uma conquista exemplar da União Popular. Os primeiros pioneiros chegaram aqui há mais de 30 anos. Nem a selva densa nem a falta de estradas podiam limitar a vontade de conquistar. Acima do Uruguai as valentes famílias de colonos se esforçaram para completar a conquista pacífica de novas terras e garantir o futuro de seus filhos.

Em 11 de abril de 1926, o Pe. Max Von Lassberg leu a primeira missa em Porto Novo e assim plantou a cruz naquelas áreas, que deveriam dar segurança, conforto e força aos recém chegados. A colonização da nova terra ocorreu sob a cruz. A natureza, ainda indomável, era hostil ao recém-chegado e sujeitava-se apenas à vontade de ferro e braço forte de quem estava disposto a conquistar a todo custo.

Os moradores de Itapiranga são católicos em sua totalidade, piedosos e fiéis à igreja. E esse é o legado mais bonito que eles podem passar para seus filhos e netos. O futuro também será construído em terra firme. Fé, a garantia de um grande e esperançoso futuro (ST. MICHAELS KALENDER, 1959, p. 152)².

2 [Tradução da autora] no original *Die Gründung der Kolonie von Itapiranga, die zu damaliger Zeit Pôrto Novo heiß, ist eine mustergültige Leistung des Volkvereins. Vor mehr als 30 Jahren tragen hier die ersten Pioniere ein. Weder der dichte Urwald, noch des Fehlen von Straßen konnten dem Eroberungswillen eine Grenze setzen. Den Uruguai aufwärts drangen die wackeren Kolonistenfamilien um die friedvolle Eroberung neuen Landes zu vollziehen und die Zukunft ihrer Kinder zu sichern.*

Am 11. April 1926 las H. P. Max Lassberg die erste hl. Messe in Pôrto Novo und pflanze do das Kreutz in jenen Gefilden auf, das den neu Ankommenden Sicherheit, Trost und Kraft spenden sollte. Unter gebändigte Natur war dem Neuankömmling feindlich gesinnt und unterwarf sich nur dem eisernen Willen und dem starken Arm dessen, dergewillt war um jeden Preis zu siegen.

Die Bewohner von Itapiranga sind in ihrer Gesamtheit katholisch, gottesfürchtig und stehen treu zur Kirche. Und das ist das schönste und beste Erbe, das die ihren Kindern und Kindeskindern vermitteln können. So wird auch die Zukunft auf festen Grund gebaut sein. Der Glaube, der Garant einer großen und hoffnungsreichen Zukunft. In: ST. MICHAELS KALENDER. Eine Perle Deutscher Kolonisation. 1959, p. 152.

Figura 1 – Itapiranga, uma pérola da colonização alemã (1959)



Fonte: ST. MICHAELS KALENDER. Eine Perle Deutscher Kolonisation. 1959, p. 152.

A figura e o texto apresentados no *St. Michaels Kalender* de 1959 representam a Colônia Porto Novo aos olhos dos teuto-brasileiros. Pouco mais de 30 anos após o início da colonização, a publicidade bradava a “colônia que deu certo”. Segundo a publicação, a população majoritariamente católica, que exercia a fé cristã e passava a crença aos filhos e netos era exemplo de trabalho e prosperidade, pois construiu em pouco tempo um local fecundo para a germanidade e próspero para o crescimento material.

Durante as primeira três décadas da colônia, o crescimento demográfico, importante para a ocupação e consequente desenvolvimento da colônia, apresentava o seguinte quadro:

Tabela 1 – Quadro populacional de Itapiranga (1930 – 1960)

Ano	Gênero	Total por gênero	Total
1930	Homens	-	1200
	Mulheres	-	
1940	Homens	2550	4813
	Mulheres	2263	
1950	Homens	7013	13542
	Mulheres	6529	
1960	Homens	7751	15011
	Mulheres	7260	

Fonte: Recenseamento IBGE, 1940, 1950 e 1960³; ROHDE, 1996, p. 48.

A década de 1950 foi significativa para os pequenos municípios do Oeste catarinense. A Lei estadual N° 133, de 30 de dezembro de 1953⁴ efetivou o desmembramento de Itapiranga, Mondaí, São Miguel do Oeste, Dionísio Cerqueira, entre outros, do território do município de Chapecó. Até 1953 esses locais estavam determinados como distritos de Chapecó e por isso, sua representação no Censo Demográfico também era limitada. O novo município de Itapiranga, segundo a divisão do IBGE, era dividido em “Cidade”, atual área urbana de Itapiranga, “Vila São João”, atual área urbana de São João do Oeste, e “Quadro rural” todo o restante do território. O distrito de Tunas, com sede na Linha do mesmo nome, seria criado apenas em 1961, a partir da Lei estadual N° 757, de 05 de outubro de 1961⁵. Os municípios de Tunápolis e São João do Oeste seriam emancipados apenas em 1989⁶ e 1991⁷, respectivamente.

A configuração municipal de Itapiranga, em meados da década de 1960, mostra uma população majoritariamente rural, composta por um quadro de 15011 pessoas. O mais interessante nesse espectro populacional, é perceber a variação e crescimento durante as décadas anteriores.

Na década de 1930 não foi realizado Censo demográfico no país, no

3 FUNDAÇÃO IBGE – Instituto Brasileiro de Estatística – Departamento de Censos. **CENSO DEMOGRÁFICO DE 1960:** SANTA CATARINA. Série Regional, Volume I Tomo XV- 2ª Parte. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

IBGE – Conselho Nacional de Estatística - Serviço Nacional de Recenseamento. **CENSO DEMOGRÁFICO DE 1950:** ESTADO DE SANTA CATARINA. Série Regional, Volume XXVII Tomo 1. Rio de Janeiro: IBGE, 1955.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **RESCENCEAMENTO GERAL DO BRASIL DE 1940:** SANTA CATARINA. Série Regional, Parte XIX. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952.

4 ALESC. **Lei promulgada N° 133, de 30 de dezembro de 1953.** Altera a organização administrativa do Estado de Santa Catarina, na conformidade do pronunciamento das câmaras municipais, cria municípios e dá outras providências.

5 ALESC. **Lei Promulgada N° 757, de 05 de outubro de 1961.** Aprova o ato municipal.

6 ALESC. **Lei N° 7.583, de 26 de abril de 1989.** Cria o Município de Tunas.

7 ALESC. **Lei N° 8475, de 12 de dezembro de 1991.** Cria o município de São João.

entanto, segundo Rohde (1996, p. 148), “no decorrer do ano de 1930, o número de habitantes de Porto Novo cresceu para 1200 pessoas”. O cenário populacional de Porto Novo durante as primeiras décadas. Sua fundação revela um interessante panorama: o crescimento vertiginoso da população. Segundo essas informações, entre 1930 e 1940 a população cresceu 301,08%, ou, 3613 pessoas; entre 1940 e 1950 teve o maior avanço em termos de população absoluta, 181,36%, ou, 8729 pessoas; a partir de 1950 houve uma queda no aumento populacional, mas ainda assim, houve um aumento de 10,84%, ou, 1469 pessoas.

É certo que fazer puramente uma descrição do aumento populacional de Itapiranga entre as décadas de 1920 e 1960 não nos diz muita coisa. O que se sabe, no entanto, é que o Brasil inteiro presenciou, durante as décadas mencionadas, um aumento significativo na população. O *boom* demográfico brasileiro durante o século XX foi evidenciado por três fatores principais: 1. A alta taxa de fecundidade, sendo que as mulheres tinham, em média, 6 filhos até meados dos anos de 1960; 2. O aumento da expectativa de vida ao nascer, que aumentou de pouco mais de 40 anos, em 1940, para pouco menos de 70 anos no ano 2000 e; 3. as imigrações para o Brasil, majoritariamente até a década de 1930, o que significa que os imigrantes e seus descendentes contribuíram para o aumento de cerca de 19% da população total no século XX (IBGE, 2006).

Esses três fatores combinados podem ser observados também em território Itapiranguense, com algumas diferenças pontuais. Os 15011 moradores de Porto Novo na década de 1960 tem origens variadas. A ampla maioria já é nascida em Itapiranga, outra grande parcela é de migrantes, majoritariamente do Rio Grande do Sul, e uma pequena parcela é de imigrantes, principalmente europeus. Segundo o censo demográfico de 1960, a população Itapiranguense estava dividida da seguinte forma:

Tabela 2 – Brasileiros natos por local de nascimento residindo em Itapiranga (1960)

Piauí	2
Sergipe	1
Bahia	1
Goiás	1
São Paulo	6
Paraná	9 ⁸
Santa Catarina	8838 ⁹
Rio Grande do Sul	5918

Fonte: Recenseamento IBGE, 1960, p. 80-83.

Tabela 3 – Estrangeiros com indicação de naturalidade residentes em Itapiranga (1960)

- 8 No censo disponibilizado pelo site do IBGE a página encontra-se cortada, por isso não é possível ver a quantidade completa do número de pessoas oriundas do Paraná.
- 9 Destes, 831 pessoas são nascidas em outros municípios do estado que não em Itapiranga (IBGE, 1960, p. 95).

Estrangeiros				
Alemães	Argentinos	Romenos	Soviéticos	Outros
135	6	41	9	6

Fonte: Recenseamento IBGE, 1960, p.86.

Esse panorama populacional de Itapiranga revela, entre outros fatores, que uma parcela significativa dos moradores do local passaram por experiências migratórias nas décadas anteriores, a maioria de migrações internas, deslocados do Rio Grande do Sul e de dentro do próprio estado catarinense, outros do continente europeu e uma minoria do país vizinho, Argentina.

Diferentes motivos levam os sujeitos e famílias a empacotar seus pertences e migrar para novos locais. Maíra Vendrame (2017) defende que é preciso olhar para esses movimentos a partir de uma “perspectiva relacional, no qual todos os integrantes do grupo homens e mulheres, aparecem como sujeitos ativos na execução de projetos individuais e coletivos” (p. 87). Na prática, cada membro da família despeja na migração uma solução para os problemas enfrentados no local de origem. Edith Anschau Schneider, nascida em Nova Petrópolis (RS) em 1931, migrou com 10 anos, e conta que a mudança para Itapiranga foi majoritariamente decisão do pai, pois ele, enquanto professor, sofreu as consequências da nacionalização de Vargas e “não sabia falar muito, e muito menos ensinar em Português”¹⁰. Além disso, as condições de terra na colônia velha já não eram muito propícias. Sua mãe, que era dona de casa e responsável pela produção de víveres na pequena terrinha se animou com a ideia de mudar para Itapiranga, já que “ela via que em casa quase nada se colhia, em virtude da terra ruim”.

A situação da terra é reforçada pela historiografia clássica. Roche (2022, p. 322) coloca que “o esgotamento da terra e o crescimento da população, entre outros fatores, motivarem essas migrações internas, a natalidade e a técnica incompatíveis com a estrutura agrária é que tornaram fatal o êxodo da população excedente”. Ludmiller Haas, que migrou de Santa Cruz do Sul (RS) à Itapiranga aos 7 anos, em 1932, junto de seus pais e irmãos, conta que “na época se falava muito de Porto Novo, especialmente de suas terras férteis e das excelentes colheitas”¹¹. Delfina Ernzen Lenz migrou já casada, ela e o marido saíram de Venâncio Aires (RS) em 1951 e diz que “migrar foi uma decisão difícil, mas necessária. Precisávamos de terra para trabalhar e Porto Novo parecia uma alternativa muito promissora”¹².

10 SCHNEIDER, Edith Anschau. Entrevista concedida a Carlise Schneiders em Linha Medianeira, interior de São João do Oeste. 27 de Outubro de 2021.

11 HAAS, Ludmiller. Sabedoria das Idades. [Entrevista concedida a] Leandro Mayer. **Jornal Força d'Oeste**, Itapiranga, n. 1130, p. 16-18, 22 Out. 2019.

12 LENZ, Delfina Ernzen. Sabedoria das Idades. [Entrevista concedida a] Leandro Mayer.

Além das promessas de terra fértil, o outro pilar de atração dos colonos a Porto Novo foi a língua e a religiosidade. É inegável que a ampla circulação de peças publicitárias atraiu casais e família inteiras dispostas a enfrentar o desafio da migração para se estabelecer em meio a outros colonos com as mesmas heranças culturais e linguísticas. Uma dessas famílias foi a de Victória Michels, ela, seu pai, sua madrasta e seus irmãos migraram para Porto Novo em 1936. A família de Victória não via na migração a única forma de progredir materialmente, já que em sua cidade natal, Criciúma, a família era dona de uma fábrica de açúcar mascavo, uma das duas instaladas na região. Porto Novo chamou a atenção do pai de Victória pelas notícias que circulavam na *St. Paulus-Blatt*, e “vendo que outras religiões e povos estavam se fixando em Criciúma, [meu pai] sentiu-se melhor e residir em outro lugar que mantivesse a tradição, a cultura e a religião da família, ou seja, alemã e católica”¹³.

Ida, que antes de chegar em Porto Novo morou na Romênia, em fazendas cafeicultoras paulistas e em Porto Feliz, ela diz que

Meu pai era contador em uma cooperativa, a mãe trabalhava no campo, pois fomos proprietários de alguns hectares de terra. Possuíamos casa própria. Propriamente, não havia necessidade de migrarmos. Contudo, o papai tinha medo de uma possível guerra. Esse medo era justificável, pois o mesmo passou pela Primeira Guerra Mundial. Também havia o medo do comunismo, o qual assolava a Rússia e esse país exercia certo poder sobre a Romênia. Ele afirmava que lá não havia futuro para os filhos. Muita propaganda se fazia do Brasil, bem como do Canadá. No Canadá morava um parentes nossos, os mesmos vinham visitar-nos em Krasna e nos aconselhavam a imigrar para lá. Estavam certos de que o pai conseguiria um bom emprego nesse país. Ficou decidido que nos mudaríamos para o Canadá. Papai começou a vender tudo o que não poderíamos levar. A terra e a casa, um tio comprou. Em seguida, foram encaminhados os documentos para a viagem. Essa questão não foi tão fácil, pois tivemos que submeter-nos a exames médicos para atestar que estávamos bem de saúde. As vistas também mereceram uma atenção especial para imigrar no Canadá naquela época, havia muito mais exigências do que para imigrar no Brasil. Quando tudo estava pronto e empacotado, chegou o dia da partida. Vieram os avós, tios e tias e vizinhos. Para se despedir e para a rezar, pois meus pais eram muito de volta e sabiam que o passo a passo que estavam dando não seria fácil. A despedida foi abaixo de muitas lágrimas. Foi uma despedida para sempre, pois nunca mais se encontraram. Partimos da Romênia no ano de 1929. (WELTER, 2010, p. 16)

Após a chegada no Brasil, Ida e sua família moraram por alguns anos em fazendas de café em São Paulo, seu pai, no entanto, sentiu falta da questão

Jornal Força d'Oeste, Itapiranga, n. 1102, p. 16-18, 09 Abr. 2019.

13 WERLANG, Victória Michels. Sabedoria das Idades. [Entrevista concedida a] Leandro Mayer. **Jornal Força d'Oeste**, Itapiranga, n. 1115, p. 16-18, 09 Jul. 2019.

religiosa, “ O problema era que nós, três irmãos, estávamos em idade de frequentar a escola e ainda não havia escola, nem igreja. As pessoas que já moravam no local em quatro anos não tinham visto um sacerdote – Assim não pode continuar, falou meu pai”. De acordo com Ida, o seu pai assumiu as aulas de catequese, no entanto, a mãe doente e a perda de um irmão fizeram com que a família entrasse em contato com parentes que moravam em Porto Feliz, dessa forma, a família se transferiu para a nova terra. Logo compraram um lote na colônia vizinha, Porto Novo, por interferência de um sacerdote católico.

Ludmiller tem história parecida. A decisão da migração, também tomada pelo pai, além de ter a terra e a fertilidade como objetivo, também foi fortemente influenciada pelas condições espirituais que a colonização oferecia, “uma colonização reservada para alemães católicos. Isso agradou muito meu pai”¹⁴. Para muitos migrantes, a oportunidade da deslocar-se pode significar uma melhora significativa de vida, principalmente se estes possuem poucas expectativas no lugar de origem. “No imaginário dos e/migrantes, existia um lugar ideal, de fartura e riquezas” (NEUMANN, 2016, p. 38). No caso de Porto Novo, por se tratar de uma colônia particular, com objetivos ideológicos a serem alcançados, essa melhora financeira de vida viria acompanhada também de toda uma estrutura física e ideológica que tinha por objetivo o desenvolvimento espiritual (religioso e cultural) dos povoadores.

Durante os 40 anos que essa pesquisa abarca, as migrações para Itapiranga foram contínuas. Os primeiros anos da colonização, no entanto, guardam os processos migratórios mais difíceis, devido a inexistência de infraestrutura básica, como estradas, meios de transporte e hotéis. O itinerário para chegar na Colônia Porto Novo era parecido para quem vinha do Rio Grande do Sul nos primeiros anos, pegava-se a estrada que partia de Santa Bárbara, passava por Palmeira, Fortaleza, Tamagnini, Barril e seguiam até Porto Feliz, de lá se atravessava o Rio Uruguai com uma balsa. Os viajantes eram recebidos em um hotel e depois seguiam novamente pelo Rio Uruguai com uma *gasolina*¹⁵ até a nova Colônia. Para completar o trecho, levava-se entre 10 e 15 dias, dependendo das condições do tempo. Mais tarde, os colonos de Porto Novo, comandados pelo Padre Rick, abriram uma estrada entre a sede inferior de Porto Novo e Sede Capela até Tamagnini. O mapa 1, que é uma peça publicitária produzida pela *Volksverein*, instrui os migrantes até a nova terra.

Mapa 1 – Propaganda indicando a Colônia de Porto Novo e os caminhos a serem

14 HAAS, Ludmiller. Sabedoria das Idades. [Entrevista concedida a] Leandro Mayer. **Jornal Força d'Oeste**, Itapiranga, n. 1130, p. 16-18, 22 Out. 2019.

15 Canoa estreita movida a motor.

percorridos até o local (sem data)¹⁶



Fonte: Arquivo Instituto Antônio Vieira, Pasta BRM, Documentos, Paróquia São Pedro Canísio, Itapiranga.

16 Jovens católicos alemães! O futuro está em Porto Novo. A terra está perfeitamente situada e tem qualidade especial. A *Volksverein* cuida do bem-estar físico e espiritual das gerações futuras. Com base neste mapa, pode-se ver quão favoravelmente situada está a colônia e que a prosperidade está destinada a ela.

O trajeto que partia de Santa Bárbara, também foi narrado por Maria Rohde quando esta fez sua viagem para encontrar o marido Carlos Rohde, então diretor da Colônia em dezembro de 1926. Carlos e outros colonos já haviam se embrenhado mato adentro para iniciar a colonização de Porto Novo em abril do mesmo ano, Maria migraria para a colônia quando tudo estivesse organizado. No entanto, notícias sobre um bando revoltoso que teria passado por Porto Novo e Porto Feliz deixara Maria agoniada em relação à vida de seu marido. Em seu livro, ela ressalta “o que me movia com força irresistível para a mata virgem, era a preocupação extrema e a incerteza sobre o destino de meu marido” (ROHDE, 1995, p. 41).

A ida de Maria, da família Timm e outros migrantes para Porto Novo não foi tranquila, o Rio Grande do Sul, no período da República Velha, foi intermitentemente cenário de conflitos, revoltas e protestos. Em todo país, grupos se organizavam em combate aos coronéis, à organização governamental e outras injustiças. Na época da migração de Maria a Porto Novo, acontecia no Oeste catarinense e no Noroeste rio-grandense um movimento revolucionário liderado por Leonel Rocha¹⁷. Porto Feliz e Porto Novo também foram alvos dos revoltosos, não deixando maiores consequências que o saque de mercadorias e ferramentas. No caminho, no entanto, poucas eram as notícias sobre o que realmente acontecera nas novas colônias. Segundo Maria, o que se sabia era que a brigada do Rio Grande do Sul estava mobilizada em todo trecho em busca dos revoltosos. Maria relata o episódio em que um capitão havia parado o caminhão em que se encontravam os migrantes com destino a Porto Novo em busca de transporte para seus homens,

Como era de se esperar, na localidade seguinte fomos parados novamente. Na penumbra que reinava dentro da carroceria, eu tinha, rapidamente, puxado o menorzinho dos filhos Timm para o colo, e enrolando-o em um manto, fiz que parecia estar gravemente doente. Ainda tive que cochichar no ouvido do motorista na minha frente, que deveria dar a entender aqueles homens que tínhamos um paciente grave a bordo. Tudo aconteceu como eu imaginara. Um sargento, ao que pareceu, queria negociar uma viagem de transporte para seus homens: “*só um trecho curto*” como garantiu. O motorista havia entendido minha intenção e lhe assegurou que precisava levar a criança enferma até o médico, enquanto eu fazia cara de velório e indicava para criança em meus braços, balbuciando palavras como febre e tifo. O soldado imediatamente voltou a prender as cortinas do caminhão e nos deixou passar (ROHDE, 1996, p. 43).

Em um dos locais de parada durante o trajeto, conta que não havia mais alimentação nem água no hotel, tudo consumido pelas tropas brigadianas. Quartos e locais de abrigo também não estavam mais disponíveis.

17 Leonel Rocha foi um revolucionário rio-grandense, que lutou nas Revoluções de 1893 e 1923 contra o sistema de oligarquias e coronéis do Rio Grande do Sul. Participou brevemente do movimento da Coluna Prestes, manteve-se ativo durante todo o período da República Velha, com eventuais exílios na Argentina. Para saber mais, ver: ARDENGHI, 2003.

À noite, tudo nos parece muito pior. Não havia nada a fazer além de esperar o amanhecer do novo dia e então analisar a situação com mais calma. Nós estávamos tão cansados e sujos de pó depois de todos aqueles dias quentes de viagem que só tínhamos um desejo poder dormir depois de algum tempo. A esposa do hoteleiro veio nos oferecer um canto da cozinha para acomodar as mulheres e as crianças ao abrigo de um telhado, se tivéssemos pelegos e ponchos. Iluminada pela fogueira do acampamento, a família Timm carregou os apetrechos para cozinha, eu, no entanto, preferi permanecer no caminhão para tomar conta de nossos pertences. A Senhora Timm manifestou sua preocupação quanto ao perigo de uma mulher pernoitar sozinha em meio a um grupo tão numeroso de militares. Eu, porém, respondi que saberia me defender. Que ficasse tranquila. O motorista também queria pernoitar no caminhão, mas no momento ainda estava sentado junto a uma das muitas fogueiras, sorvendo seu bem merecido chimarrão. Eu pedi para falar com um oficial do comando do destacamento. Ele falava um pouco de francês e também um pouco de inglês, assim pude me comunicar com ele e apelando para a sua obra é de oficial. Pedi-lhe proteção para poder passar a noite no caminhão sem ser incomodada.[...] eu fechei a lona melhor que pude, enrolei minha capa, coloquei o revólver debaixo do Travesseiro, que felizmente tinha comigo e tentei acomodar-me da melhor maneira que pude (ROHDE, 1996, p. 45-46).

A escassez de materiais de consumo nas paragens entre Santa Bárbara e Porto Feliz eram comuns, as novas regiões de colonização pereciam para conseguir contato com colonizações mais antigas, onde teriam acesso a ferramentas, materiais e outras utensílios necessários para o desenvolvimento dos locais. Esse contato, apesar de frequente, era demorado, visto que as viagens podiam durar dias ou até semanas. A infraestrutura rudimentar das estradas e os meios de transporte precários eram os principais motivos.

Ao mesmo tempo que existia grande necessidade de alimentos e ferramentas, os migrantes não podiam levar muitos pertences das colônias de origem até as de destino, principalmente pelo peso dos materiais. Edith conta que, quando deixaram Nova Petrópolis, a família tinha acabado de colher muitos sacos de batatinhas e de arroz, mas que no ônibus apenas podiam carregar “pessoas e roupas” e “não podia levar nada de comida porque senão o ônibus ia ficar muito cheio e muito pesado. O pai até tentou vender [os sacos de arroz e batatinha], mas ninguém quis comprar. Acho que depois que a gente foi embora eles quiseram [risos]”¹⁸.

Ainda sobre a migração de Edith, ela conta que a viagem, que levou 12 dias para acontecer, foi muito dura por causa das chuvas e dos atoleiros que se formavam na estrada. Quando chegaram em Tapera, as chuvas impediram os dois ônibus que faziam o traslado a continuar, e por quatro dias mais de 40 pessoas ficaram hospedadas no hotel da cidade. Edith e sua família tiveram sorte, “tias e

18 SCHNEIDER, Edith Anschau. Entrevista concedida a Carlise Schneiders em Linha Medianeira, interior de São João do Oeste. 27 de Outubro de 2021.

parentes nosso que moram lá ficaram sabendo, vieram lá no hotel e nos abrigaram na casa deles [...] Eles eram bem de vida. Ela assou vários pães e colocou eles em sacos e também nos mandaram salames junto para seguir a viagem depois”¹⁹.

Edith ainda conta, com riqueza de detalhes, a chegada do grupo de migrantes ao Hotel dos Schöller, em Sede Capela. Devido às chuvas, a balsa deixou de atravessar o Rio Uruguai, por isso, todos tiveram de atravessar com barquinhos pequenos, “e daí fomos de caíco²⁰, em várias viagens. Em cada ponta do caíco tinha um cara que empurrava as torras das balsas de madeira pro lado, pra gente poder passar. O rio estava muito alto. Hoje eu não faria mais isso de jeito nenhum, por nenhum dinheiro. Mas conseguiram passar todos”²¹.

As propagandas davam conta de que era uma região muito desenvolvida, mas não era nada disso: A chegada em Porto Novo

Figura 2 – Um grupo de colonos chegando a Porto Novo pela barca de Sede Capela (1930)



Fonte: Stahl e Mayer, 2019, p. 16.

Assim como qualquer processo migratório, o imaginário das mulheres que iam para Porto Novo também fora moldado conforme os conhecimentos que tinham, Maria Rohde, quando narra suas reflexões sobre o processo, chega à indagação: “Era ali que meu marido queria armar a nossa tenda no futuro?”. E segue,

19 SCHNEIDER, Edith Anschau. Entrevista concedida a Carlise Schneiders em Linha Medianeira, interior de São João do Oeste. 27 de Outubro de 2021.

20 Barco pequeno movido a remo.

21 SCHNEIDER, Edith Anschau. Entrevista concedida a Carlise Schneiders em Linha Medianeira, interior de São João do Oeste. 27 de Outubro de 2021.

Naquela época, eu não tinha uma noção clara do que significava embrenhar-se na floresta. Uma série de imagens fantasiosas assombrava a minha mente a luta com a onça, o tamanduá-bandeira, macacos, índios e assim por diante. Além disso, os gigantes da mata tropical de um metro de diâmetro, a vegetação entrelaçada impenetrável e muitas cobras, bem como vários outros animais peçonhentos e perigosos (ROHDE, 1996, p. 38).

Se Maria colocava poucas expectativas na nova Colônia, outras migrantes, acreditando nas peças publicitárias, esperavam uma colônia mais próspera e bem organizada. Ludmiller diz que “quando chegamos aqui, depois de dois dias de viagem, encontramos muito mato e uma região carente em infraestrutura”. Ela conta que a reação da mãe foi muito marcante “lembro que minha mãe entrou em desespero e chorou muito quando viu Porto Novo. As propagandas davam conta de que era uma região muito desenvolvida, mas não era nada disso”²².

Os episódios de descontentamento feminino em relação às novas terras também são enfatizados por Maria Luiza Renaux. Em diversas cartas analisadas pela autora, ela ressalta a tristeza e impotência das mulheres após chegarem ao Brasil e à Colônia Blumenau. Em um episódio, após a chegada do casal em seu lote, a esposa, indignada, relata “Nada mais tinha para ver além de mato, floresta virgem [...] Que fazer agora, para onde ir com nossas coisas?” a mulheres, entristecida pela situação, sentou-se sobre a mala e chorou “mesmo se me custasse a vida, eu não conseguiria reter as lágrimas” (RENAUX, 1995, p. 76).

A mãe de Ludmiller, em Porto Novo, não teve destino muito diferente, “Mamãe implorou pra voltar, mas não era mais possível, porque havíamos vendido nossa propriedade em Santa Cruz do Sul, antes de partir. O desespero de mamãe abalou os filhos (com idades entre 1 e 15 anos), que também choraram muito”²³. Giralda Seyferth (2013, p. 5) evidencia que a decepção e a resignação [da mulher] acontecem, pois, a perspectiva de deixar um lar confortável e uma vida satisfatória para encarar uma situação desconhecida, apenas acreditando num folheto de propaganda parece inimaginável. Delfina, que migrou grávida conta que “estava grávida de oito meses do primeiro filho (Aloísio), imagina deixar tudo para trás grávida e ir para um lugar com pouca estrutura, especialmente da questão médica, eu sabia que teria que ter meu filho em casa, com a ajuda de parteira [...] Aloísio nasceu um mês depois de chegarmos”.

Os processos migratórios que acontecem ao longo da constituição de Porto Novo são distintos uns dos outros. Apesar de enfrentarem desafios parecidos, os sujeitos que migram para Porto Novo carregam na mala diferentes expectativas.

22 HAAS, Ludmiller. Sabedoria das Idades. [Entrevista concedida a] Leandro Mayer. **Jornal Força d'Oeste**, Itapiranga, n. 1130, p. 16-18, 22 Out. 2019.

23 HAAS, Ludmiller. Sabedoria das Idades. [Entrevista concedida a] Leandro Mayer. **Jornal Força d'Oeste**, Itapiranga, n. 1130, p. 16-18, 22 Out. 2019.

No caso das mulheres, os desafios são ainda maiores pois elas têm, nesse momento, muito mais preocupação com filhos, com a saúde da família, e outras questões primordiais para o bem estar do grupo. Ao mesmo tempo que algumas mulheres estão dispostas a começar vida nova em meio a mata, muitas se veem desesperadas frente a incerteza e grandes desafios que se colocam no novo lar.

Considerações Finais

Este artigo procurou identificar, delimitar e historicizar o cenário e os sujeitos migrantes de Porto Novo, atuais municípios de Itapiranga, Tunápolis e São João do Oeste. Os processos migratórios que levaram as famílias a habitar a região foram desencadeados tanto pela promessa de terras férteis, quanto pelo projeto material-espiritual da associação União Popular para alemães católicos do Rio Grande do Sul. É importante salientar, nessa dinâmica, o papel das mulheres enquanto agentes históricas, participantes das tomadas de decisão e dos fluxos populacionais daquela época. Da mesma forma, inserir essas personagens nas dinâmicas de Porto Novo permite uma visão mais ampla e menos generalizada de como se organizava e quais eram os personagens e os seus papéis desempenhados na colonização.

Referências

- ARDENGHI, Lurdes Grolli. **Caboclos, ervateiros e coronéis: luta e resistência em Palmeira das Missões**. 2003. 210 p. Dissertação (Mestrado), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS, 2003.
- CUNHA, José Marcos Pinto da (Org.). **Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo**. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; 2011. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mobilidade/Mobilidade_Espacial_da_Popula%C3%A7%C3%A3o.pdf> Acesso em: 30 ago. 2024.
- IBGE. **Estatísticas do Século XX**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <<https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/seculoxx.pdf>> Acesso em: 27 set. 2024.
- NEUMANN, Rosane M. Porto Novo: a Canaã dos colonos e imigrantes alemães católicos na década de 1920. In: FRANZEN, Douglas O., MAYER, Leandro (org.). **Porto Novo 90 anos: perspectivas históricas e contemporâneas**. São Leopoldo: Oikos, 2016. p. 36-48.
- RENAUX, Maria Luiza. **O outro lado da história: o papel da mulher no vale do Itajaí (1850-1950)**. Blumenau: Editora FURB, 1995.

ROCHE, Jean. **A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969. 2 vol.

ROHDE, Maria Wiersch. Espírito Pioneiro: **A Herança dos Antepassados**. Itapiranga: Porto Novo Gráfica e Editora. 1996.

SEYFERTH, Giralda. Família, Condição feminina e Imigração. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10: Desafios Atuais do Feminismo. **Anais Eletrônicos**. Florianópolis, 2013.

STAHL, Wolfgang; MAYER, Leandro. **Imagens Memoráveis**: Cinco décadas da história de Porto Novo/Itapiranga em fotos (1926-1976) São Leopoldo: Oikos, 2019.

VENDRAME, Maíra; PEREIRA, Syrléa Marques (org.). **Mulheres em movimento**: experiências, conexões e trajetórias transnacionais. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2017.

WELTER, Ida Müller Welter. **Uma imigrante teuto romena e outros escritos**. Itapiranga/Florianópolis: PEST, 2010.

WOORTMANN, Ellen F. Migração, família e conhecimentos tradicionais. **Revista Vivência** 43, n. 43, 2014, p. 13-27.



Diferentes status da língua alemã em Porto Novo

Unterschiedliche Stände der deutschen Sprache in Porto Novo

Elena Wendling Ruscheinsky¹

Celina Eliane Frizzo²

Marcelo Jacó Krug³

RESUMO

O objetivo com este artigo é de apresentar os diferentes status atribuídos à língua alemã (suas variedades e variações) na colonização de Porto Novo, hoje, os municípios de Itapiranga, São João do Oeste e Tunápolis, no Extremo Oeste de Santa Catarina. A partir de 1926, a Companhia Colonizadora *Volksverein* ocupou-se de povoar a região de Porto Novo e teve como meta, fomentar a criação de uma comunidade exclusivamente formada por alemães natos e seus descendentes, de confissão católica e, primordialmente, agricultores. Neste artigo apresentamos os conceitos de língua de imigração, minorizada x minoritária e cooficial e os relacionamos com o histórico da colonização de Porto Novo, apontando as consequências que esses diferentes status de língua proporcionam aos seus falantes. Para isso, baseamos nossa pesquisa em documentos oficiais e publicações diversas sobre a história e população de Porto Novo. Foi possível observar que, durante os quase 100 anos dessa colonização, tivemos oscilações no que diz respeito à língua alemã falada na região, que passou de língua alemã, para língua de imigração, durante a ditadura, língua proibida, desde então, língua minoritária, por ser falada por uma parcela menor da população, em comparação ao português e, mais recentemente, língua oficial.

Palavras-chave: Língua alemã. Língua de imigração. Língua cooficial.

- 1 Doutoranda e Mestre do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), bolsista do Programa de Demanda Social - CAPES, graduada em Letras (Português-Inglês) pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), docente Ebt de Inglês do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) - campus São Carlos; elenaruscheinsky@gmail.com.
- 2 Doutoranda e Mestre do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), bolsista do Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina UNIEDU/Pós-Graduação, graduada em Letras (Inglês) pela Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ); frizzocelina@gmail.com.
- 3 Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos e do Curso de Graduação em Letras Português e Espanhol - Licenciaturas na Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Chapecó - Santa Catarina (UFFS), Brasil; marcelokrug.mk@gmail.com.

ABSTRACT

Ziel dieses Artikels ist es, die unterschiedlichen Status darzustellen, die der deutschen Sprache (ihren Varietäten und Variationen) bei der Kolonisierung von Porto Novo, den heutigen Gemeinden Itapiranga, São João do Oeste und Tunápolis, im äußersten Westen von Santa Catarina, zugeschrieben wurden. Ab 1926 machte sich die Kolonisierungsunternehmer des Volksvereins daran, die Region Porto Novo zu bevölkern und die Entstehung einer Gemeinschaft zu fördern, die ausschließlich aus einheimischen Deutschen und ihren Nachkommen, katholischer Konfession und vor allem aus Bauern bestand. In diesem Artikel stellen wir die Konzepte der Einwanderungssprache, auch als einerseits Minderheitsprache betrachtet, aber auch andererseits als zweite offizielle Sprache anerkannt, wobei wir auf die Konsequenzen hinweisen, die dieser unterschiedlichen Sprachstatus für ihre Sprecher haben. Dazu haben wir uns bei unserer Recherche auf offizielle Dokumente und verschiedene Veröffentlichungen zur Geschichte und Bevölkerung von Porto Novo gestützt. Die Forschung zeigt, dass wir in den fast 100 Jahren dieser Kolonialisierung Schwankungen hinsichtlich der in der Region gesprochenen deutschen Sprache halten. Es ist interessant wie sie sich von einer deutschen Sprache zu einer Einwanderungssprache wandelt, und während der Diktatur zu einer verbotenen Sprache umschalten musste. Im grundgenommen wurde diese Varietät seitdem zu einer Minderheitensprache geschrumpft, weil sie nur von einem kleineren Teil der Bevölkerung im Vergleich zu Portugiesisch gesprochen wird aber trotzdem in der letzten Zeit wurde sie wieder zur Amtssprache in einem Bezirk gewählt.

Keywords: Deutsche Sprache. Einwanderungssprache. Co-Amtssprache.

Introdução

A língua alemã esteve presente desde o início do processo de colonização de Porto Novo, em 1926, que foi destinada exclusivamente para alemães natos ou descendentes⁴, como está evidente no álbum de propaganda de 1932 (MIDDELDORF, 1932). Da mesma forma, a língua portuguesa também foi usada desde o princípio da colonização, inclusive para dar nome a mesma. Dessa forma, o contato linguístico alemão-português constitui a realidade linguística da comunidade, sendo que os status das línguas mudaram ao longo do tempo.

O uso e a função das línguas em uma comunidade pode depender do status relativo de as línguas. Mackey (2005) afirma que somente como objetos

4 "Hier soll eine geschlossene Siedlung Deutschstämmiger Katholischer Bauern entstehen" (MIDDELDORF, 1932, 06)

de investigação científica é possível dizer que todas as línguas são iguais. Em comunidades bilíngues, como é o caso de Porto Novo, uma das línguas pode ser mais útil que outra. A língua de status mais elevado pode atrair a maioria dos falantes da comunidade, mesmo que a língua materna seja uma língua local. Visto que a desigualdade das línguas pode perpetuar a desigualdade de seus falantes, frequentemente são criadas políticas linguísticas para o reconhecimento e promoção das línguas minoritárias.

Dessa forma, a língua carrega consigo um status que varia de acordo com as circunstâncias da comunidade. A colonização homogênea de Porto Novo iniciou em condições de completo isolamento, assentada numa localidade com floresta densa, a mata foi derrubada, dando lugar a plantações cultivadas por famílias muito numerosas. Com o aumento populacional⁵ e o declínio da produção agrícola devido ao desgaste do solo, a avicultura, bovinocultura e suinocultura passaram a fazer parte dos afazeres e rendimentos da população. Também, os centros urbanos começaram a crescer devido às indústrias e prestadoras de serviços. O território de Porto Novo foi dividido, dando lugar aos municípios de Itapiranga, São João do Oeste e Tunápolis. Atualmente, a agricultura continua responsável pelo maior movimento econômico, mas está baseada em tecnologias que possibilitam maior produção em menos espaço e menos mão de obra. Assim, mais pessoas vivem nas áreas urbanas, praticamente toda a população está conectada à rede mundial de internet, todos têm acesso à educação, inclusive graduação e pós-graduação. A língua, que antes era isolada, assim como seus falantes, agora está em constante contato com outras línguas, sendo que o contato entre português e alemão é o mais frequente.

O objetivo deste texto é apresentar os status da língua alemã e suas variedades em Porto Novo, ou seja, a condição dessa língua aos olhos dos falantes, da comunidade e dos governos. Para isso, apresentamos os conceitos de língua de imigração, língua minorizada e minoritária e língua cooficial para relacioná-los com o histórico da colonização. Também apontamos as consequências que esses status proporcionam aos falantes e à população dos três municípios que atualmente compõem a antiga Porto Novo: Itapiranga, São João do Oeste e Tunápolis, no Extremo Oeste de Santa Catarina. São quase 100 anos de colonização, cujos documentos oficiais e publicações em geral são nossas bases de pesquisa, relacionando com o contexto brasileiro.

Dividimos este texto em 6 partes, sendo esta introdução, quatro partes destinadas à descrição dos diferentes status da língua alemã e as considerações finais.

5 Jungblut (2000) expõe dados sociais de 1962 que indicam que a população de Porto Novo era de 14.648 habitantes.

Língua de imigração

Os colonizadores de Porto Novo, vindo majoritariamente das Colônias Velhas, além de pertences materiais como roupas, instrumentos de trabalho e utensílios domésticos, também trouxeram consigo sua língua, ou seja, o alemão. Dessa forma, o status do alemão é sua condição de “língua diferente vinda de fora” (ALTENHOFEN; MARGOTTI, 2011), mesmo que seus falantes, nos anos de 1920 e 1930, tenham sido descendentes de segunda ou quarta geração de imigrantes europeus. A exceção são os imigrantes vindos diretamente da Europa, nos anos de 1930, estabelecidos na Linha Presidente Becker.

A escola para os filhos foi uma das preocupações dos colonizadores do Projeto Porto Novo. A empresa colonizadora *Volksverein* ressaltava que os filhos dos colonos teriam acesso à educação por meio das *Gemeindeschule* – as escolas alemãs comunitárias. Conforme salienta Kreutz (1994,148), o colono estava convencido por tradição de seus antepassados de que a formação cultural não era luxo e sim uma necessidade imprescindível, característica ovacionada e incentivada pelo Congresso Católico de Santa Cruz, ocorrido em 1901:

Como católicos alemães de nascença ou de descendência, amamos e valorizamos a nossa língua materna alemã, não só como legado de nossos antepassados ou como um bem de alto valor temporal, mas também e principalmente como um meio de manutenção da fé católica e da séria educação cristã na família e nos descendentes. Por isso, lamentamos dolorosamente ao constatar como o alemão é negligenciado e descuidado na família e nas escolas de comunidades alemã, assim como colégios superiores. Hoje tomamos firme e solenemente a decisão de combater energeticamente com todos os meios permitidos este grande mal. (apud WERLE, 2006, 172)

Assim, o colono fez sacrifícios para que seus filhos frequentassem a escola, que era construída o quanto antes no novo centro comunitário. Em Porto Novo, a primeira escola foi instalada um ano após o início da colonização. Na ausência de professor formado, frequentemente os professores eram recrutados entre os moradores da comunidade, atentando para as características de elevado grau e cultura e espírito comunitário, além da ardente propagação da cultura alemã (EIDT, 1999).

Além do alemão, era necessário saber também a língua portuguesa, com a qual tinha-se contato quase que exclusivamente no ambiente escolar:

Nas escolas das comunidades de Porto Novo, desde o início, era ensinado nas duas línguas, português e alemão, e se tomava muito cuidado, para contratar competentes professores, nascidos no Brasil. Todos já estavam conscientes de que, nos tempos e conjunturas atuais, se tornava imprescindível à nova geração, dominar, ao lado da língua alemã, a língua nacional. É natural, que não era fácil, para os professores lecionar em uma língua, para crianças, que até entrarem na escola, só haviam tido contato real com outra. Esse desconhecimento da língua nacional portuguesa é compreensível, pois até ali, ninguém se preocupava em ensiná-la à população interiorana, não lhe fornecendo escolas, professores ou materiais didáticos. (ROHDE, 2012, 231-232)

Isso ilustra uma das causas do bilinguismo apontadas por Mackey (2005): quando os imigrantes e colonizadores necessitam adquirir uma outra língua a fim de ser capaz de viver e trabalhar no seu novo país. Como as crianças, até que entrassem na escola, só tinham contato com a língua alemã, essa foi sua língua materna, ou seja, a primeira língua aprendida. Atualmente, boa parte dos falantes de alemão ainda têm essa variedade do alemão como sua língua materna, pois foi a primeira língua aprendida e somente mais tarde, geralmente no período escolar, aprendeu o português, ou as duas línguas foram aprendidas simultaneamente.

Rohde (2012) também evidencia o abandono do governo em relação às colonizações, pois aquele não fornecia escolas ou condições de aprendizagem. As escolas não eram escolas públicas, mantidas pelo governo, e sim escolas paroquiais, construídas e mantidas pelas comunidades, ou seja, “A comunidade construía a escola e contratava seu professor”, conforme Eidt (2019, 134).

Dessa forma, a colonização se caracterizava, em suas primeiras décadas (anos 20 e 30), como uma colônia isolada e com forte valorização da religião católica e da cultura germânica. Em especial, a língua alemã, que era falada em todos os locais: igrejas, a leitura, rádios e as escolas paroquiais, que ensinavam em alemão. Entretanto, esse isolamento passa a ser alvo da campanha de nacionalização.

Língua proibida

No final da década de 1930, a campanha de nacionalização tem grande foco na língua, como evidenciam os artigos: “Em todas as escolas rurais do país, o ensino de qualquer matéria será ministrado em português, sem prejuízo do eventual emprego do método direto no ensino das línguas vivas.⁶ e “A instrução primária será ministrada, exclusivamente, em português”⁷. Assim, a língua alemã perde um espaço importante, não podendo ser usada na escola e deixando de ser ensinada formalmente. Junto a isso, registra-se o fim das

6 Art. 85 Decreto-lei nº 406, de 4 de maio de 1938 que dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional.

7 Art. 7 Decreto nº 7.629 de 12 de dezembro de 1938, que prevê sobre o Ensino Primário.

escolas paroquiais. Muitas escolas foram fechadas devido a falta de professor que ensinasse exclusivamente em português.

A questão da língua tornava-se estratégica: o controle sobre o seu uso passou a constituir-se num elemento de significativa importância para garantir a homogeneidade cultural, a afirmação do Estado sobre a sociedade e a integridade da nação. Os grupos resistiram sobretudo através da afirmação da cultura, de suas tradições e, evidentemente, da sua língua. (CAMPOS, 1998, 120)

A grande dificuldade dos 6000 habitantes de Itapiranga (ROHDE, 2012) era falar e entender o português, a maioria entendia e falava apenas o alemão. Assim, muitos colonizadores foram humilhados e sofreram represálias. Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, em agosto de 1942, contra a Alemanha, Itália e Japão, esses imigrantes e seus descendentes sofreram as represálias. Assim, diante da proibição de falar na língua alemã, restava para muitos apenas o silêncio, como mostra o depoimento de Afonso Sausen: “A vida era triste. As mães e os filhos choravam muito. Alguns estavam presos, outros, não. Por fim não dava mais para confiar em ninguém.” (JUNGBLUT, 2000, 153).

Em 1941, a impressão de livros e periódicos em língua estrangeira foi proibida. “Cartas, quase não chegam mais ou não saem daqui. A situação fica cada vez mais assustadora. Agora fomos proibidos de escrever cartas em alemão e tudo passa pela censura” (ROHDE, 2012, 251). Esse é um trecho do dia 19 de setembro de 1942 do diário da filha da pioneira Maria Rohde. Além disso, houve prisões e os estrangeiros, muitos pais de família, foram forçados a deixar a região.

Esse cenário evidencia o linguicídio sofrido pela língua alemã no Brasil. O termo “linguicídio” é usado por Skutnabb-Kangas e Phillipson (1995) para denominar o extermínio de línguas. Esse extermínio implica algum agente ou agentes envolvidos na causa da morte de língua, que podem ser ativos, ou seja, tentando matar a língua, como é o caso desta repressão; ou passivos, deixando a língua morrer, ou não apoiar seu uso.

Desejava-se que se falasse português no dia a dia e nas escolas, usar a língua alemã era proibido. Muitas expressões pejorativas inventadas pelos militares como “alemão batata”, “alemão grosso”, “alemon” foram muito usadas para humilhar quem era de origem alemã. Criou-se vergonha de ser alemão, inclusive havia o sentimento de humilhação perante a identificação de ser de origem alemã.

As consequências dessa proibição diferiram nas zonas urbanas e rurais, conforme Altenhofen (1996). Nas cidades, como já havia falantes de português, ocorreu um processo rumo ao monolinguismo dessa língua. Já nas zonas rurais, ao contrário, ocorreu uma dupla marginalização dos falantes de alemão, pois

estes não tinham mais acesso à aprendizagem e leitura da língua alemã escrita, e a instrução em português era precária. Isso proporcionou a continuação do uso da língua alemã, pois era a única língua que muitos sabiam. Logo, as leis de nacionalização produziram um efeito contrário ao desejado, ou seja, o monolinguismo da língua portuguesa.

Com a queda do Estado Novo, em 1945, as medidas das leis de nacionalização perderam seu caráter oficial. Entretanto, segundo Jungblut (2000)

Mesmo assim falar alemão continuou proibido em locais públicos, inclusive igrejas. Na missa de Natal de 1945, o celebrante arriscou dizer algumas palavras em Alemão e como ninguém cobrou o atrevimento, todos começaram a usar o Alemão nas celebrações religiosas e nas sociedades. (JUNGBLUT, 2000, 180)

A língua alemã deixou de ser proibida, passando a ser tratada como língua minoritária, ou minorizada. Entretanto, de acordo com Altenhofen (2004) e Jungblut (2000), esse período teve como consequência vários mitos em relação ao uso do alemão e àqueles que a usam.

Língua minoritária

Depois de 1945, usar a língua alemã deixou de ser proibido, ou seja, seus falantes não seriam reprimidos por expressar-se nessa língua. Porém, a memória da repressão e a ausência do alemão na escola (onde antes era usada e ensinada) são fatores que definem a língua como uma língua minoritária, uma língua usada à margem de outra, ou seja, o português. Conforme Altenhofen (2013), o status político é o critério mais representativo para definir uma língua como minoritária, sendo que a representatividade numérica e o status social dos falantes são critérios secundários para essa definição. Além de minoritária, ou seja, estar à margem da língua portuguesa, o alemão também é uma língua minorizada pelos mecanismos sociais, tais como os meios de comunicação em massa, o processo acentuado de urbanização e a maior penetração do português.

A língua portuguesa tem o status político de oficial, de língua majoritária no Brasil. Além disso, o país é rotulado como um país “monolíngue”, ou seja, apenas usa-se uma língua, a língua portuguesa. Entretanto, o Brasil figura entre os países mais plurilíngues, sendo falados por volta de 210 idiomas, entre cerca de 170 línguas indígenas e 30 de imigrantes, segundo Oliveira (2008). Essa ideia de monolíngue foi criada com sucesso com as leis de nacionalização, juntamente com o mito nacionalista de “um país com uma única língua”. Essa crença é evidenciada na pesquisa de Pauli (2001):

Pelo contato com os alunos durante a realização da entrevista, os mesmos nos confiaram que têm medo de falar em alemão com a direção da escola, pois por diversas vezes já foram repreendidos ou não foram ouvidos, dizendo que “nós moramos no Brasil e que a nossa língua é a língua portuguesa”. Os mesmos nos informaram que geralmente só falam alemão com a diretora fora da escola. (Pauli, 2001, 60)

Outro ponto a favor do monolinguismo seria que esse garantiria um bom aprendizado da língua oficial e sem dificuldades. Falas presentes na pesquisa de Ruscheinsky (2014) como “Eu sei que a gente fala muita coisa errada” e “totalmente descabido” expõem o mito do falar certo, ou como Bagno (1999) apresenta “O brasileiro não sabe português”. Além disso, essas falas estigmatizam marcas de bilinguismo, relacionadas com o mito apresentado por Altenhofen (2004): “O monolinguismo como solução dos problemas de aprendizagem do português”. Também é possível perceber a atribuição da necessidade de falar alemão à dificuldade de conseguir expressar-se adequadamente em português: “E antes, quando eu trabalhava no comércio, eu falava muito mais alemão, que nem ali em São João é difícil falar brasileiro” (RUSCHEINSKY, 2014).

Outro status atribuído ao alemão é um status muito depreciativo, minorizado, tirando-lhe até a definição de língua, ou seja, é apenas um dialeto, com perguntas como “mas você só fala o dialeto, né”. Ou afirmações dos próprios falantes bilíngues sobre sua língua: *Ich spreche jo plos die Heckesprooch! Mea spreche jo nét das richtige Deutsch. Es ist nét de Alemão da Alemanha. Nós falamos um Hofdeutsch, não o Hochdeutsch. Es ist so én Mistura braba das is nét das richtige*⁸.

A manutenção da língua minoritária, o alemão na variedade Hunsrückisch, foi possível nos primeiros anos da colonização graças ao escasso contato com a língua nacional e ao modelo de agricultura familiar e autossuficiente, que proporcionou grande interação entre diferentes gerações familiares e pouco contato com pessoas de outras etnias. Já por volta da década de 1970, essa conjuntura sofreu grandes alterações com a vinda de grandes agroindústrias e entrada de meios de comunicação como rádio, TV e jornais que usavam a língua nacional.

Além disso, com a criação de novos municípios desmembrados de Itapiranga (Tunápolis em 1989 e São João do Oeste, em 1993), surgiram novas vagas de trabalho qualificado, cuja mão de obra era até então indisponível nos novos municípios. Isso tornou necessária a contratação desses profissionais de fora do meio linguístico alemão, forçando o uso da língua portuguesa na sede administrativa do município e com isso, obrigando inclusive os monolíngues em alemão a interagirem em português.

⁸ Eu apenas falo a fala do mato. Não falamos o alemão correto. Não é o alemão da Alemanha. Nós falamos o “alemão do pátio” e não o alto-alemão. É uma mistura, não é o certo.

Assim, o uso da língua minoritária perdeu espaço e passou a ser vista como algo antigo, característico de colonos, sem necessidade, mesmo sendo a língua materna de muitos falantes, e por isso, a língua que melhor possibilita a comunicação. Pauli (2001) evidencia isso no relato da sala de aula, referindo-se aos alunos do meio rural:

Percebe-se que nas horas culturais, quando é permitido aos alunos apresentarem algum número no dialeto alemão, se saem muito bem, apresentam-se espontaneamente e comunicam-se extraordinariamente bem, porém, quando são obrigados a apresentarem-se em língua portuguesa, ficam tensos, fecham-se, perdem a naturalidade e sentem uma dificuldade enorme para se comunicar. (PAULI, 2001, 17)

Mesmo com a repressão e a estigmatização, o alemão ou a variedade do alemão está muito presente no cotidiano de Porto Novo nos anos 2000, fato que fica claro com a descrição de Reichert (2008), na pesquisa sobre as diferenças culturais entre caboclos e teuto-brasileiros: “Em Porto Novo o Hunsrueck é falado em todos os espaços sociais, bastando apenas que duas ou mais pessoas conhecidas e da mesma origem étnica se encontrem” (Reichert, 2008, 113). Por meio de entrevistas com teuto-brasileiros, a pesquisa de Reichert evidencia a preferência dos falantes em usar o alemão, o que ele justifica que os adultos sentem maior facilidade de comunicação. Da mesma forma, os jovens também preferem usar o alemão e justificam-se “explicando que nesta língua se sentem mais à vontade e conseguem se expressar melhor. Mas estes jovens entrevistados, ao contrário de muitos adultos e idosos, não sentem dificuldades em se comunicar em português.” (REICHERT, 2008, 115).

Dessa forma, o uso da língua alemã prosseguiu em Porto Novo: muito presente nas conversas entre bilíngues, independente do contexto, ausente nas publicações oficiais, com raros escritos e fora do ensino formal. Veremos a seguir a reinclusão da língua alemã nas escolas e como esta recebeu o status de língua cooficial em São João do Oeste.

Língua cooficial

Como vimos, a política linguística do Estado brasileiro teve como característica a redução do número de línguas e sua substituição pela língua portuguesa, conforme afirma Oliveira (2008). A preocupação com as demais línguas presentes no território brasileiro somente esteve presente na agenda político-linguística a partir da Constituição Federal de 1988. Esta declara a língua portuguesa como oficial do país (Artigo 13) e garante direitos às línguas indígenas (Artigos 210 e 231). Entretanto, as línguas de imigração como alemão ou italiano dentre outras, não são mencionadas no documento.

Somente mais tarde, em 1996, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, baseadas no artigo 26, as escolas puderam adotar a língua alemã como parte integrante do currículo. O artigo obriga a inclusão, a partir da quinta série, do ensino de pelo menos uma língua estrangeira, a escolha da comunidade. Na rede pública municipal de ensino de São João do Oeste, a língua alemã é oferecida como parte integrante do currículo desde 2005. Alunos do pré-escolar e jardim também têm aulas de alemão na variedade padrão desde 2009. Já na rede estadual, a maior escola do município oferta apenas o ensino de língua inglesa no Ensino Fundamental. No Ensino Médio, são ofertadas aulas de inglês e alemão.

Em Itapiranga, a rede pública municipal oferece o ensino da língua alemã desde o início de 2014. A maior escola estadual do município, que abrange as séries finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio, oferece desde o início da década de 1990, a língua alemã e a língua inglesa como opções na disciplina de Língua Estrangeira. Possivelmente, essa oferta é resultado de uma ação ocorrida no município nos anos 80, como informa o depoimento de Cecília Rausch

No início dos anos 80, preocupados com o desaparecimento destas tradições, a Prefeitura Municipal e o Departamento Cultural de um dos clubes sociais da cidade investiram na vinda de um professor de alemão que passou a dar aula na língua, aulas de violão e flauta e também danças folclóricas. Isto tudo estimulou a criação de vários grupos culturais e eventos, a ida de professores à Alemanha e mais tarde, a opção de voltar a estudar alemão nos colégios, onde os alunos puderam escolher entre ela e o inglês.⁹ (Campos, 1998, 14)

O reconhecimento do alemão também ocorreu fora da esfera educacional, por meio de várias ações, principalmente em São João do Oeste. Em 2007, ocorreu uma espécie de censo linguístico realizado pelas agentes de saúde¹⁰, que faziam pergunta: “Que língua(s) você fala/entende?”. Os dados evidenciaram que 92,9% da população fala a língua alemã e 94,7% a entende. Esses dados foram fundamentais para a criação da Lei Estadual 14.467 de 23 de julho de 2008, que concedeu a São João do Oeste o título de Capital Catarinense da Língua Alemã. A quantidade de falantes e esse título demonstram o prestígio da língua alemã entre a população e na administração pública. Esse prestígio também possibilitou,

9 Cecília Rausch, Depoimento. Florianópolis, 7 abr., 1998. Cecília Rausch, 30 anos, é secretária executiva bilíngue, neta de alemães católicos, que ajudaram a colonizar a cidade de Itapiranga.

10 Agentes de saúde fazem parte do Sistema Único de Saúde e são pessoas capacitadas para reunir informações de saúde da família. Geralmente é um dos moradores da rua, do bairro ou da comunidade. São orientados por supervisor (profissional enfermeiro ou médico) da unidade de saúde e realizam visitas domiciliares na área de abrangência da sua unidade produzindo informações capazes de dimensionar os principais problemas de saúde de sua comunidade. As visitas possibilitaram o acesso às famílias, oportunizando a pergunta sobre as línguas usadas.

em 2016, a cooficializou a língua alemã no município, por meio da Lei Ordinária n.º 1685/2016, após sugestão do Conselho Municipal de Cultura.

Segundo Oliveira (2015, 27), quando uma língua é cooficializada “significa que ela se torna oficial ao lado de outra língua que já goza de estatuto de oficialidade, como é o caso da língua portuguesa no Brasil. Ambas, assim, são línguas oficiais, com igualdade de possibilidades de acordo com a letra da lei”. Oliveira (2015) explica que a oficialização de uma língua deve ser uma reivindicação de um grupo linguístico determinado, através de suas entidades ou indivíduos, como o Conselho Municipal de Cultura, no caso de São João do Oeste. Dessa forma, a Lei n.º 1685/2016, apesar de pouco conhecida pelos munícipes, permite que a língua alemã seja usada em ambientes públicos, inclusive seu texto estimula sua utilização no atendimento ao público, no ensino, nas placas de identificação e no comércio.

A utilização da língua alemã para denominar a festa popular das comunidades também é uma prática que persiste, e em alguns casos, passou a ser usada, como as festas Oktoberfest, Erntedankfest, Deutsche Woche, Kerbfest, Heimatlandfest, Maifest, Sternefest. Programas de rádio assim como artigos em jornais ainda podem ser ouvidos e encontrados, porém de forma bastante reduzida. Os programas de rádio vão ao ar geralmente em horários de pouca audiência aos sábados pela manhã ou durante a semana do período da noite. Também os artigos e colunas em jornais são cada vez mais raros e curtos. Estes geralmente se reduzem a pequenas anedotas na língua minoritária assim como receitas culinárias ou textos religiosos. Nas mídias sociais, quando encontramos algum pronunciamento na variedade alemã, na grande maioria das vezes é algum tipo de anedota desprestigiando a variedade ou ridicularizando seus falantes ou são trechos de textos em alemão padrão ou pequenos vídeos na variedade padrão, que contribuirão ainda mais para a negação de sua variedade.

A característica do bilinguismo também é destacada, descrita como “falam português e alemão ou alemão e português, ao mesmo tempo”, por Spaniol (2022, 76), numa descrição das redes de relações na comunidade de Linha Medianeira, município de São João do Oeste. Nesse trecho, é possível perceber que a língua alemã está presente em praticamente todas as atividades dos falantes:

Um dialeto do alemão do Hunsrück da Alemanha. Hoje, todos os moradores falam e entendem o português e comunicam-se também em português toda vez que for exigido. São, portanto, bilíngues, diferente da maioria dos brasileiros que dominam apenas uma língua. Mas na quase totalidade das famílias fala-se alemão. Nas reuniões de amigos, nos eventos sociais, nos encontros locais e nos eventuais xingamentos, a língua é o alemão. (SPANIOL, 2022, 76)

Dessa forma, podemos afirmar que, apesar de a língua alemã ser cooficial em apenas um dos municípios que compõem a antiga Porto Novo e desprestigiada por muitos, ela continua sendo usada tanto em Itapiranga, quanto em São João do Oeste e Tunápolis.

Considerações finais

Ao apresentar os vários status já atribuídos à língua, ou seja de língua de imigração e a única de muitos falantes, para língua proibida, passando por língua estigmatizada pelos mitos e preconceitos até a cooficialização e seu uso intenso pelos falantes, é possível evidenciar a influência de fatores como isolamento, crescimento econômico e educação interferem no status da língua usada.

A história da língua alemã em Porto Novo aponta que seus primeiros moradores usavam a língua alemã no seu cotidiano, tanto na fala quanto escrita, em diversos contextos, como escola, comércio, igreja, família, sendo considerada uma língua de imigração. Durante o Estado Novo, entre os anos de 1937 e 1945, o uso dessa língua passou a ser proibido, resultando em prisões, xingamentos e fechamento de escolas por falta de professores não falantes de alemão. Esse período de proibição, mesmo depois de encerrado, caracterizou as atitudes e crenças linguísticas da população: a língua alemã passou a ser vista como um empecilho para a aprendizagem, motivo de chacota e muitos pais decidiram não ensinar a língua aos seus filhos. Ou seja, a língua alemã passou a ser minorizada e desprestigiada. Nos anos 2000, com a exaltação da diversidade cultural e turismo, a língua alemã entrou novamente para os currículos escolares de algumas escolas dos municípios, como opção de Língua Estrangeira e, especificamente no município de São João do Oeste, foi nomeada por decreto municipal como o “dialeto oficial” durante a semana de festas. Ainda nesse município, em Lei Municipal de 2016, a língua alemã é instituída como cooficial. Mesmo com todas essas proibições e tentativas de linguicídio, a variedade continua sendo falada e podemos estimar que ainda irá se manter viva por um bom período de tempo.

Referências

ALTENHOFEN, Cléo Vilson. Bases para uma política linguística das línguas minoritárias no Brasil. In: Nicolaidese, Christine et al. (orgs.). **Política e políticas linguísticas**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013. p. 93-116.

ALTENHOFEN, Cléo Vilson. **Hunsrückisch in Rio Grande do Sul. Ein Beitrag zur Beschreibung einer deutschbrasilianischen Dialektvarietät im Kontakt mit dem Portugiesischen**. Stuttgart: Steiner, 1996.

ALTENHOFEN, Cléo Vilson. Política linguística, mitos e concepções

linguísticas em áreas bilíngües de imigrantes (alemães) no Brasil. In: **Revista Internacional de Linguística Iberoamericana (RILI)**, Frankfurt a.M., n. 1(3), p. 83-93, 2004.

ALTENHOFEN, Cléo Vilson. & MARGOTTI, Felício Wessling. O português de contato e o contato com as línguas de imigração no Brasil. In: Mello, Heliana; Altenhofen, Cléo V.; Raso, Tommaso (orgs.). **Os contatos linguísticos no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 289-315.

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico**: o que é, como se faz. 49ª edição. São Paulo: Loyola, 1999.

CAMPOS, Cynthia Machado. **A política da língua na Era Vargas: proibição do falar alemão e resistências no Sul do Brasil**. Tese de Doutorado, Campinas, SP: 1998.

EIDT, Paulino. O caminho virtuoso das escolas paroquiais nas frentes agrícolas no Sul do Brasil: impactos da Lei da Nacionalização de 1938. **Cadernos do CEOM, História Social e Política** – v. 32, n. 50 (Jun/2019) – ISSN 2175-0173 DOI: <http://dx.doi.org/10.22562/2019.50.10>.

EIDT, Paulino. **Porto Novo: da escola paroquial ao projeto de nucleação, uma identidade em crise**. Ijuí, Editora UNIJUÍ, 1999.

JUNGBLUT, Roque. **Documentário Histórico de Porto Novo**. Arco Íris Gráfica e Editora, São Miguel do Oeste, 2000.

KREUTZ, Lúcio. Escolas de imigração alemã no Rio Grande do Sul: perspectiva histórica. In: **Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade, história**. Org. Cláudia Mauch e Naira Vasconcellos. Canoas: Ed. ULBRA, 1994. 149 – 161.

MACKEY, W. Bilingualism and multilingualism / Bilingualismus und multilingualismus. In: AMMON, Ulrich; DITTMAR, Norbert; MATTHEIER, Klaus; Trudgill (Hrsg.) **Sociolinguistics**: an international handbook of the science of language and society = Soziolinguistik. 2.ed. Berlin; New York, de Gruyter, 2005. (HSK; v. 3.2) p. 1483-1495.

MIDDELDORF, Karl. **Siedlung für Deutschsprachende Katholiken am Uruguaifluss im staate Santa Catarina in Brasilien – kolonisation des volkesvereins für die deutschen katholiken in Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1932.

OLIVEIRA, Gilvan Müller & ALTENHOFEN, Cléo Vilson. O in vitro e o in vivo na política da diversidade linguística do Brasil: inserção e exclusão do plurilinguismo na educação e na sociedade. In: MELLO, H.; ALTENHOFEN, C. & RASO, T. (orgs.). **Os contatos linguísticos no Brasil**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011.

OLIVEIRA, Gilvan Müller. A cooficialização de línguas em nível municipal no Brasil: direitos linguísticos, inclusão e cidadania. In: Morello R, organizador. **Leis e línguas no Brasil**: o processo de cooficialização e suas

potencialidades. Florianópolis: IPOL; 2015. p. 23-30.

OLIVEIRA, Gilvan Müller. **Plurilinguismo no Brasil**. Brasília: Representação da UNESCO no Brasil / IPOL, 2008. p. 3. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0016/001611/161167por.pdf>.

PAULI, Valesca Simon. **Interferência fonética de um dialeto alemão na expressão oral e escrita em português**. Dissertação de mestrado, Curso de Pós-Graduação em Letras - Linguística, UFSC, Florianópolis, 2001.

REICHERT, Patrício. **Diferenças culturais entre caboclos e teuto-brasileiros de Porto Novo: a segregação social do caboclo**. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul], 2008.

ROHDE, Maria W. **Espírito pioneiro: a herança dos antepassados**. Gráfica e editora Porto Novo. Itapiranga, 2012.

RUSCHEINSKY, Elena Wendling. **“Uma vez falando em alemão”**: o uso da variante uma vez no português falado em Itapiranga e São João do Oeste - SC. Dissertação (Mestrado). Chapecó: Universidade Federal da Fronteira Sul; Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, 2014. 118 p. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/88>.

SKUTNABB-KANGAS, Tove e PHILLIPSON, Robert. Linguicide and Linguicism. In Phillipson, Robert & Skutnabb-Kangas, Tove. **Papers in European language Policy**. ROLIG papir 53. Roskilde: Roskilde Universitetscenter, Lingvistgruppen, 1995, 83-91.

SPANIOL, Enio Luiz. **Linha Medianeira: do mato de 1948 ao celular de 2022**. Itapiranga: Schreiber, 2022. 318p.

WERLE, André Carlos. **A vista de tropas do exército católico alemão. Congressos católicos na Alemanha e no Sul do Brasil**. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006.



Um ideário em transformação – a reconfiguração dos papéis femininos no catolicismo do século XIX

A Transforming Set of Ideas – The Reconfiguration of Women's Roles in 19th Century Catholicism

Valdir Eidt¹

RESUMO

A reconfiguração dos papéis femininos e um consequente empoderamento da mulher católica no continente Europeu durante o século XIX é o tema desse artigo. É um processo marcado simultaneamente pela feminilização da devoção e do clero católicos, que ocorre paralelo à propagação da leitura e da escrita entre o público feminino e da afirmação da superioridade moral da mulher em relação ao homem, convertendo-a em reserva de recursos civilizadores e depositária do ideário religioso católico. A consequência desse processo é uma reconfiguração dos papéis femininos que passam a envolver novas atribuições e responsabilidades que de alguma forma representam um empoderamento.

Palavras-chave: Catolicismo. Feminilização. Empoderamento.

ABSTRACT

The reconfiguration of female roles and the consequent empowerment of Catholic women in Europe during the 19th century is the theme of this article. It is a process marked simultaneously by the feminization of Catholic devotion and clergy, occurring alongside the spread of literacy among women and the affirmation of women's moral superiority over men, casting them as custodians of civilizing resources and repositories of Catholic religious ideals. The consequence of this process is a reconfiguration of female roles that involve new assignments and responsibilities, which in some ways represent empowerment.

Keywords: Catholicism. Feminization. Empowerment.

1 Graduado em filosofia (UFSM), mestre em filosofia (UFSM) e doutor em educação (UNI-JUI). É professor EBTB do Instituto Federal de Santa Catarina, campus São Miguel do Oeste. E-mail: valdir.eidt@ifsc.edu.br.

Introdução

Este artigo descreve e discute como durante o século XIX de um modo geral a mulher e, em especial a mulher católica, conquista novos espaços e papéis em comparação aos ocupados até então no continente europeu. Com base em estudos consagrados da tradição histórica e em documentos primários como alguns anais dos congressos católicos alemães é demonstrado como durante esse período ocorre, com tempos e intensidades diferentes, em alguns países europeus, um conjunto de reconfigurações dos papéis femininos que tem por consequência uma espécie de empoderamento. É uma trajetória que é marcada por um conjunto de transformações que passam pela consolidação de Maria como símbolo da mulher cristã católica, pela feminilização da devoção e do clero católicos, pela afirmação da superioridade moral da mulher em relação ao homem e da sua consagração como reserva de recursos civilizadores e depositária do ideário religioso católico. Todo esse processo é analisado à luz do caráter ambivalente com que as lideranças trataram a expansão da imprensa de um modo geral e da imprensa católica de um modo particular, bem como os esforços realizados no sentido de controlar o que o rebanho católico poderia ou deveria ler e a imprensa católica deveria publicar. A hipótese resultante dessa reconstrução histórica é que as mudanças acontecidas nos papéis sociais da mulher cristã católica europeia refletiram também nas colônias de imigrantes cristãos católicos do sul do Brasil especialmente à partir da chegada das primeiras mulheres escritoras a essas colônias, o que aconteceu somente no início do século XX.

O ideário cristão católico e os “estranhos” tipos ideais

Os imigrantes alemães de confissão católica e seus descendentes que a partir da segunda década do século XIX colonizaram diversas regiões no sul do Brasil trouxeram um ideário religioso, moral e político fortemente marcado pelas ideias do *romantismo conservador*² e do *germanismo*³ que foram assumidos

2 Para Kreutz (1991, p. 20) o romantismo conservador pode ser descrito como “o movimento de ideias que se afirmou especialmente na Alemanha, do final do século XVIII até meados do século XIX, como reação às tendências da Ilustração (a Aufklärung).

3 Conforme Seifert (1989, 126) o germanismo foi “uma ideologia de caráter etnocêntrico”, difundida na Alemanha durante o século XIX, mas especialmente na segunda metade e seus pressupostos remetem ao pensamento romântico nacionalista alemão e às teorias raciais. “Os mentores do germanismo viam-se como portadores de cultura, encarregados da nobre missão de formar os imigrantes e seus descendentes, procurando padronizar seus integrantes a partir de um modelo único e imutável de identidade - a germanidade (GRÜTZMANN, 2008a, p. 02).

pelo projeto de *restauração católica*⁴ de cunho *ultramontano* executado pela Igreja Católica especialmente a partir da segunda metade do século XIX. A conservação e a disseminação de tal ideário entre os imigrantes e seus descendentes foi possível especialmente pela atuação missionária dos padres da Companhia de Jesus que a partir de 1849 passaram a atuar com intensidade crescente junto às comunidades dos imigrantes e seus descendentes na qualidade de “curas de almas”. Ao longo dos anos os missionários ligados a Companhia de Jesus em conjunto com lideranças leigas no campo católico desenvolveram inúmeros projetos de cunho religioso, educacional, econômico, social, cultural e assistencial junto a todos os imigrantes de confissão católica e/ou seus descendentes, propagando assim o ideário que trouxeram da Europa e retroalimentaram nas especificidades das colônias brasileiras. No velho continente durante todo o século XIX esse ideário passou por significativas transformações resultantes de nova fase no processo de contra reforma da igreja católica conduzida pela autoridade suprema do Sumo Pontífice de Roma num esforço de contenção dos avanços do protestantismo e do liberalismo e dos valores a eles associados. Um fenômeno que acompanhou esse processo foi a consolidação da figura de Maria como símbolo da mulher cristã católica e a gradual feminilização da devoção e do clero, reconfigurando assim os papéis femininos. Apesar da caracterização predominante do modelo feminino subordinado ao masculino na condição de esposa e mãe, as transformações ocorridas durante o século XIX resultaram num certo empoderamento da mulher uma vez que o catolicismo lhe atribui superioridade moral em relação aos homens e a converte “em reserva de recursos civilizadores e de possibilidades de conversão” (GIORGIO, 1991, p. 200).

O pano de fundo filosófico desse ideário remete à concepção greco-cristã de mundo que, em linhas gerais supõe a existência de uma ordem natural objetiva, harmonicamente ordenada, criada e governada por Deus. Neste universo, o ser humano tem a missão de espelhar e reproduzir na sociedade e nas instituições, a ordem ideal criada e desejada por Deus. Como a criatura mais completa do criador, cabe ao homem aceitar o plano divino, executar sua missão. Os projetos não são de autoria humana; como seres criados, os humanos não são artífices de seus próprios destinos, o que faz com que sua liberdade tenha o sentido de provação. A ordem temporal, sendo sujeita ao erro, à tentação e à ilusão exige constantemente o retorno à ordem espiritual, lugar da verdade, da perfeição e da certeza. Entre a criatura – o homem, e o criador – Deus, está a Igreja, representante de Cristo na terra e fonte e critério de todo pensamento e de toda a ação (KREUTZ, 1991, p. 26-29).

4 “A Restauração Católica foi um movimento de reação à laicização, à secularização da sociedade civil, à formação das nacionalidades e ao liberalismo, cuja ordem filosófica estava no iluminismo” (GRÜTZMANN, 2007, p. 125)

O ideário cristão se caracterizava, entre outras coisas, por operar com um conceito de identidade que no dizer de Cortina (2010, p. 301) pressupunha “estranhos tipos ideais”. É uma concepção que remete de alguma forma às ideias platônicas que supõe, em algum lugar fora do universo ou da matéria, um conjunto de modelos ou arquétipos que definem de uma vez por todas o que são realmente as coisas e, ao mesmo tempo, supõe que todas as aparições materiais desses arquétipos seriam apenas pálidas cópias ou reminiscências daquelas essências eternas. Tal idealismo, transplantado da filosofia platônica para a teologia cristã deu origem aos “tipos ideais” criticados por Cortina (2010) e, no nosso entender, presentes no ideário germânico, cristão e católico trazido pelos imigrantes e reproduzido por seus descendentes. Como essências eternas, os tipos ideais seriam também imutáveis e atemporais, válidos, portanto, em todas as épocas e lugares. Para Cortina (2010, p. 302), os “tipos ideais” são concebidos como tendo a capacidade de encarnar qualidades propriamente “femininas” e outras “masculinas” e a filósofa atribui essa forma de ordenar e classificar as qualidades humanas e também naturais ao que denomina de “razão identificadora” cuja característica seria “fixar claramente os gêneros, as espécies e, evidentemente, as diferenças específicas”. Assim a razão identificadora teria “aguçado bem” o seu já conhecido engenho quando há muitos séculos teria demarcado as fronteiras entre o masculino e o feminino:

um ser fisiologicamente constituído para ter filhos, e a isso vamos chamar “mulher”. Será doce e terna, fofaqueira e astuta, preocupada com o concreto, incapaz de se interessar por questões universais e de entender algo delas, sentimental, instintiva, irreflexiva, visceral. Terá como domínio os salões de baile, os bordéis e os lares. Porque não há mulher que não seja formosa. Não há mulher incapaz de cuidar um lar. Eis aqui, ao contrário, um ser humano, fisiologicamente incapaz de ter filhos, dotado – desde que bem alimentado – de força física (mas não de resistência física). Vamos chamá-lo “varão”. Será amante das grandes palavras – justiça, liberdade, solidariedade –, ativo e empreendedor, genial na utilização da razão abstrata, competitivo e agressivo, preocupado com o universal. Serão suas as ciências e as artes, a política, a técnica e a economia. Será sua a vida pública, porque, com a força de minha palavra, o dotei de condições para isso. (CORTINA, 2010, p. 302-303)

Para Cortina, os tipos ideais são “estranhos monstregos” criados não só pela religião, mas também pela filosofia e são incapazes de compor a real imagem de homens e mulheres. Não era assim, no entanto, que os líderes espirituais dos projetos de colonização alemã no sul do Brasil os viam. Na medida em que tais lideranças partilhavam do ideário germanista e, no caso das lideranças católicas, do projeto de *restauração católica regional*⁵, para eles, os tipos ideais compunham

5 O assim denominado Projeto de Restauração Católica Regional, fundamenta-se no ul-

o imaginário dos colonizadores e não eram nem um pouco estranhos ou fantasmagóricos. Na medida em que pressupunham uma ordem universal de caráter eterno e imutável, estabelecida de uma vez para sempre por Deus, eles associavam os papéis sociais com os tipos ideais e estabeleciam conceitos de identidade definitivos supostamente dados de uma vez para sempre. Tais identidades funcionavam como arquétipos, modelos ideais que cada indivíduo deveria se esforçar ao máximo para alcançar. Assim havia um “jeito certo” de ser homem e mulher, herdado dos antepassados e genericamente idealizado pressionando cada indivíduo para sua concretização. Ideias e valores iluministas e liberais tais como autonomia e autodeterminação eram vistos com desconfiança na medida em que poderiam ameaçar os modelos ideais. Por isso também as lideranças preferiam independência em relação ao Estado na implantação de novas colônias. Com um olhar fixado no passado, os defensores de tal ideário pretendiam estabelecer uma linha de continuidade entre os antigos germanos e os alemães da atualidade de modo que o presente seria apenas uma espécie de reatualização de atributos do passado. A identidade do alemão, nesse sentido, seria sempre apenas uma repetição atualizada do que foi. Tal idealização era reproduzida nos discursos que “representavam” o funcionamento da sociedade ou a apreensão do mundo. Um tal ideário não prevê propriamente a existência de sujeitos, independentes e autônomos, capazes de fomentar projetos pessoais e únicos que os levem a tomar seus destinos individuais em suas mãos, mas supõe a existência de *membros*, integrantes de coletividades que uniformizam comportamentos e projetos. Há destinos prévios a serem cumpridos e o valor de cada *membro* é medido pela sua capacidade de contribuir com a comunidade ou a associação da qual faz parte. É como se essa identidade fosse coletiva, um organismo vivo como a própria ideia de família, capaz de se perpetuar através do tempo. Não é à toa que os propagadores desse ideário recorriam com frequência à imagem da corrente para ilustrar a ideia da identidade coletiva: cada membro é como o elo de uma corrente e, como tal, não pode permitir que se rompa a cadeia que liga um elo ao outro e forma a corrente. Este ideário é constituído de um conjunto de representações que definem ou pelo menos tem a pretensão de definir as diferentes identidades. Então não há propriamente uma identidade *individual*, mas *grupal*. As identidades de gênero e os correspondentes papéis sociais por sua vez, eram igualmente descritas como fixas, imutáveis e eternas, de modo que o futuro é sempre uma eterna repetição do passado. Conforme este ideário a mulher deve ser contida, recatada e reservada. Não lhe cabem a busca

tramontanismo romano, na volta ao catolicismo tridentino “conduzido sob a autoridade direta do romano pontífice. Opõe-se, em princípio, a qualquer tipo de composição e, mais ainda, a qualquer forma de tutela do Estado” (RAMBO, 1998, p. 148).

por dotes intelectuais e nem o cultivo da vontade de saber. Por outro lado, a preocupação com a própria aparência, com seu corpo físico é um desvio da sua essência eterna e a porta de entrada do pecado. Os papéis sociais que derivavam dessa concepção de identidade relegavam a atuação da mulher ao âmbito da vida doméstica e privada, atribuindo-lhe os papéis de mãe, esposa, cuidadora dos filhos e auxiliar do marido com aparição discreta na vida social e pública.

Ideário em crise – as novidades do século XIX e as novas possibilidades femininas

Embora a preservação e propagação do ideário católico fosse o propósito das lideranças leigas e religiosas responsáveis pelos projetos colonizadores de alemães católicos e descendentes no sul do Brasil, o fato é que na Europa o mesmo estava em crise e sofria contestações de diversas ordens. A partir do renascimento e especialmente com o advento do iluminismo e do surgimento das ideias liberais o ideário cristão sofreu contestações e crises que enfraqueceram a Igreja Católica, instituição que se autoproclamava sua mais fiel depositária. Para fazer frente ao enfraquecimento, a igreja católica através do movimento de contra reforma desenvolveu estratégias de resistência que a levaram a adotar novas posturas em relação ao seu rebanho. Se as novas perspectivas de Estado e de organização política, fundamentadas nos princípios liberais mobilizavam o engajamento do gênero masculino ao ponto de afastar os homens da Igreja, essa foi a oportunidade encontrada pelas mulheres que então passaram a ser as fiéis depositárias do ideário religioso católico. Giorgio (1991) descreve como durante o século XIX a cultura católica da Restauração se constrói um modelo de alma feminina que deixa de ser simplesmente um complemento da masculina para se tornar “uma reserva de recursos civilizadores e de possibilidades de conversão” (p.200). Para a historiadora a mulher conquistou gradualmente a condição de modelo exemplar do que representa ser cristão: “aparece aí um novo sujeito social isento de paixões políticas, com sentimentos de tal modo cristãos que se torna perfeitamente exemplar” (GIORGIO, 1991, p. 200). Enquanto a religiosidade masculina transmuta para opinião religiosa e se coloca sobretudo como posição política, a religiosidade feminina mantém as características de uma fé plena, mantendo-se mais intensa e regular que a dos homens. Por isso também se atribui às mulheres uma certa superioridade moral: “onde os homens se revelam mais corruptos e mais fracos, as mulheres dão provas de maior coragem e melhor virtude” (TOMASEO, 1833, p. 237, citado por Giorgio, 1991, pág. 204). Se considerarmos que a suposta “superioridade moral feminina” representa uma espécie de empoderamento, talvez tenhamos uma boa explicação para o afluxo crescente do público feminino para os locais de devoção. Giorgio considera que

“não anda muito longe da realidade aquele que coloca a hipótese de haver três mulheres em cada quatro praticantes.”(Giorgio, 1991, p.202). A religiosidade feminina, no entanto, não se limitava aos locais de devoção e nem somente à extensão gradativa de sua soberania moral na vida doméstica onde é responsável pela educação dos filhos. A esse respeito inclusive é muito representativa a argumentação de Hoock-Demarle afirmando que a verdadeira educação, ou seja, “aquela que desperta a personalidade”, acontece entre as quatro paredes domésticas, onde “a mulher, essa excluída da cultura, vê-se investida da tarefa sagrada de educar os seus próprios filhos na primeira idade, e as suas filhas ainda mais tempo” (1991, p. 178). Paralelo à essa reconfiguração dos papéis femininos ocorre também o fenômeno da “feminilização do clero” que se registra em diversos países da Europa. Na França, por exemplo, em 1830 havia duas mulheres para cada três homens no clero. Já em 1878, ou seja, apenas 48 anos depois, essa relação estava invertida. Em números totais a feminilização do clero foi ainda mais intensa pois em 1808 havia cerca de 13 mil mulheres em congregações religiosas, já em 1880 esse número era superior a 130 mil. A feminilização do clero francês, apesar de ser um fenômeno essencialmente nacional “toca os outros países católicos com tempos e intensidades diferentes” (GIORGIO, p. 209) e na Inglaterra e nos EUA ela deu origem a “uma religiosidade prático-caritativa que se move diretamente no campo da miséria social” (p. 210). Como estavam excluídas da cena política oficial, elas encontram na beneficência o seu campo de ação de modo que se pode dizer que na prática social se mede a consciente tentativa feminina de fundar valores alternativos à gestão masculina do poder.

Assim como foi o século da feminilização do catolicismo, o século XIX foi também o século da irrupção da fala feminina em locais que até então não eram familiares ou acessíveis às mulheres (PERROT, 2005). Antes do século XIX era o silêncio que funcionava como um mandamento religioso e político, prescrito em manuais de comportamento para o gênero feminino. Era um silêncio que imperava no espaço público e se estendia até mesmo para o espaço privado. Embora nem sempre as mulheres respeitassem essa injunção que lhes impunha o silêncio e se manifestassem através de “sussurros” e “murmúrios” nos vilarejos e nas cidades, suas “conversas fiadas” e “tagarelices” constituíam, no entanto, formas desvalorizadas de fala. Do mesmo modo que as mulheres estavam relegadas ao silêncio também havia um silêncio a respeito delas. Isso porque elas apareciam pouco no espaço público que era o objeto maior da observação e da narrativa histórica. Tal silêncio era ainda maior quando se considerava que predominantemente eram os homens que falavam a respeito das mulheres e geralmente o faziam com base em estereótipos, como por exemplo, a suposição da unicidade do gênero feminino. Belotti (1979) lembra que o primeiro filósofo

a problematizar o fato de serem sempre os homens a falar sobre o que são as mulheres, foi John Stuart Mill, que também foi o primeiro a contestar o conceito de natureza feminina: “Mill indica o caminho mais simples e seguro para chegar a um conhecimento da mulher que não seja, como o é geralmente, o reflexo da visão que o homem tem a respeito dela: ou seja, que se pergunte diretamente à interessada” (BELOTTI, 1979, p. 7).

Para Perrot “as mulheres são mais imaginadas do que descritas ou contadas” (1998, p. 11). Para a historiadora a crescente consideração da vida privada, familiar e pessoal mudou o “olhar negligente” que se tinha a respeito das correspondências e dos diários íntimos, o que fez das mulheres simultaneamente protagonistas e beneficiárias dessa consideração. A escrita evidentemente dependia do grau de alfabetização alcançado pela mulher e do tipo de escrita que lhes era concedido:

inicialmente isoladas na escrita privada e familiar, autorizadas a formas específicas de escrita pública (educação, caridade, cozinha, etiqueta...), elas se apropriaram progressivamente de todos os campos da comunicação – o jornalismo por exemplo – e da criação: poesia, romance sobretudo, história às vezes, ciência e filosofia mais dificilmente (1998, p. 13).

Assim como o século XIX foi marcado pela crescente feminilização da devoção no catolicismo em diversos países da Europa e consequentemente pela feminilização do clero, bem como pela origem de uma religiosidade católica de caráter prático-caritativo que conferiu à mulher o status de superioridade moral em relação aos homens e lhe atribuiu a responsabilidade de educar as novas gerações, esse século foi também caracterizado pela substituição gradativa do histórico silêncio pela irrupção das vozes femininas que se apropriam progressivamente dos campos de comunicação principalmente na imprensa e na literatura. Certamente esse foi um fenômeno que também se deu com tempos e intensidades diferentes entre os católicos europeus e não ocorreu de forma linear, progressiva e harmônica. Foi resultado de um processo gradual, de resistência, de enfrentamento, de desenvolvimento de estratégias e subterfúgios que, aos poucos, abriram novas possibilidades às vozes femininas. Conforme HOOK-DEMARLE (1991), o caso alemão pode servir como uma espécie de “mostruário” Europeu já que na Alemanha é possível encontrar de “forma condensada vestígios dos factores que, com fortuna diversa, influenciaram a evolução das mulheres em matéria de escolarização, de leitura e de escrita no conjunto da Europa” (p. 172). Conforme a historiadora, há registros datados de 1750 que dão conta de que em certas regiões do norte da Alemanha a taxa de alfabetização feminina era de 86,5%. Essa verdadeira “revolução da aprendizagem”, segundo seu juízo deve-se a fatores fundamentalmente diferentes, mas que tem como ponto de convergência o iluminismo. O Estado da Prússia, por exemplo, cria uma legislação que institui

um sistema educativo obrigatório. Além disso, os países alemães de confissão protestante estimulam muito mais a escolarização do que os de confissão católica onde a “educação é reservada apenas aos rapazes, e os anos passados no convento, geralmente, não oferecem às raparigas senão a aprendizagem das orações e das tarefas ditas femininas.” (HOOCK-DEMARLE, 1991, p. 173). Apesar de introduzir a obrigatoriedade da escolarização, o acesso ao “estádio superior dos conhecimentos” permanece inacessível à grande maioria da população feminina e os projetos que defendiam uma educação igual para todos sofriam uma “oposição que não escondia sua hostilidade” (p.176). Na Alemanha, que durante boa parte desse período não constituiu uma nação unificada e era predominantemente de confissão evangélica, a expansão da imprensa católica aconteceu somente na segunda metade do século XIX. Em artigo não assinado no Jornal “Sächsische Volkszeitung” (Jornal do Povo Saxão), há considerações sobre os primórdios da imprensa católica na Alemanha. Após mencionar que depois de uma resistência inicial à mesma por parte dos próprios católicos que temiam que os jornais pudessem despertar um “interesse excessivo” pelas novidades, bem como por atos de violência e crimes de toda ordem, o autor afirma que no ano de 1860 não havia mais do que 15 jornais católicos em toda Alemanha, incluindo a Áustria. A época da Kulturkampf, no entanto, mudou esse quadro e já no ano de 1873 haviam surgido 120 jornais diários católicos. Em 1881 existiam pelo menos 250 jornais católicos que juntos tinham mais de 600 mil assinantes.

Ainda que a expansão da imprensa católica tenha sido expressiva na segunda metade do século XIX, ela é relativamente insignificante diante da expansão geral da imprensa na Alemanha durante esse período. WILKE (1991), analisa a expansão da imprensa em geral nos países de fala alemã e constata que no período que vai do início do século XVII, quando surgiram os primeiros impressos na Alemanha até o final do século XVIII, houve poucas mudanças. Embora tenha havido uma expansão considerável no número de jornais durante o século XVIII, uma vez que de 70 jornais existentes nos países de língua alemã ao final do século XVII se tenha chegado a 200 jornais ao final do século XVIII, ela em nada se compara com a verdadeira explosão ocorrida durante o século XIX quando esse número chegou a 3.405 jornais. O autor ressalva ainda que essa expansão não foi contínua, mas que tem a ver com certos “surto” relacionados a causas políticas e econômicas. Nesse sentido tiveram importância as revoluções liberais de 1848 e a unificação da Alemanha em 1871. O autor estima que “com uma população de mais de 50 milhões de pessoas por volta de 1895, pelo menos bem mais da metade provavelmente lia o jornal⁶.”

6 “Bei einer Bevölkerung von über 50 Millionen um 1895 dürfte zumindest weit mehr als die Hälfte Zeitung gelesen haben”. (WILKE, Jürgen. Auf dem Weg zur “Grossmacht”: Die Presse im 19. Jahrhundert, p. 77. Erschienen in: Wimmer, Rainer (Hrsg.): Das 19.

Ao confrontar o número de jornais católicos com o número absoluto de jornais existentes nos países de fala alemã ao final do século XIX, percebe-se o quanto o catolicismo estava defasado em relação a outras confissões religiosas ou orientações ideológicas. É uma defasagem que se explica não só pelo fato dos católicos representarem uma parcela menor da população alemã em relação aos protestantes, mas, principalmente pelo caráter ambivalente com que as lideranças católicas se pronunciaram a respeito da imprensa. Tal ambivalência aparece já no próprio título de uma obra que a nosso juízo ilustra bem o que estamos afirmando: “A imprensa, uma potência ou um pedaço da trivialização moderna?”, escrita pelo clérigo Dr. Philipp Hammer, que era uma presença regular nas Assembleias Gerais dos Católicos Alemães onde era muito prestigiado. Hammer, declara que a imprensa católica é um “mal menor”, mas ainda assim um “mal” e afirma que, enquanto muitos católicos o criticam por sua posição, outros lhe dão razão e não esperam que o sistema de imprensa traga algum grande sucesso para a causa católica “nem mesmo se nós católicos nos transformássemos em todo um exército de redatores e leitores de jornais”⁸. Logo adiante ele suaviza um pouco sua posição dizendo que se a imprensa católica não é um “minus malum”, pelo menos ela é um “minus bonum” e que ele acredita que “temos outros meios pelos quais muito mais pode ser feito pelos interesses católicos, de forma mais fácil, rápida e barata, do que pela promoção da ‘boa’ imprensa⁹.” Numa prova de adesão convicta ao ultramontanismo, o dr. Hammer argumenta a favor de uma imprensa católica que se subordine completamente à autoridade da Igreja Católica e que não reivindique independência em relação à autoridade eclesiástica. Tal posição, que aparentemente expressa a posição hegemônica das autoridades católicas alemãs é, certamente, uma das razões pelas quais a imprensa católica tardou a se fortalecer nos países de língua alemã na Europa e manifesta ainda que a leitura era vista como ameaçadora para a Igreja Católica. No entanto, já havia entre os católicos quem tivesse uma posição diferente conforme se percebe no tratamento dado ao assunto imprensa nas Assembleias de Católicos.

Nas Assembleias de Católicos realizados na Alemanha, o assunto imprensa está presente pelo menos desde o 15º, que ocorreu em Frankfurt. Na ocasião, o tema foi abordado por Franz Hülskamp que era um clérigo católico, editor e organizador

Jahrhundert: Sprachgeschichtliche Wurzeln des heutigen Deutsch. Berlin, New York: de Gruyter, 1991. S. 73-94).

7 HAMMER, Philipp. Die Presse, eine Grossmacht, oder ein Stück moderner Versimpelung. Würzburg: Druck und Verlag der Stahel'schen Buch- und Kundsthandlung, 1868.

8 “wenn wir Katholiken einmal in ein ganzes Heer von Zeitungsschreibern und Zeitungslesern umgewandelt würden” (HAMMER, 1868, p. V).

9 “Wir besitzen noch andere Mittel, wodurch sich für die katholischen Interessen viel mehr, aber leichter, schneller und wohlfeiler tun lässt als durch Beförderung der «guten» Presse”. (HAMMER, 1868, p. VI).

literário, que tinha uma presença regular nos eventos católicos e costumava abordar o tema da imprensa e da literatura. De um modo geral, Hülkamp tinha uma visão mais positiva acerca da imprensa e, além de valorizar sua importância e crescimento, estimulava os fiéis católicos a apoiarem sua imprensa, ao mesmo tempo em que opinava a favor de linhas editoriais que abordassem assuntos para além dos eclesiásticos e institucionais. Aparentemente o orador também tinha a percepção que o hábito da leitura havia se disseminado entre os católicos, embora nem sempre a preferência do rebanho católico fosse pelos produtos da “sua” imprensa. Por isso seu discurso visa menos dissuadir os católicos de ler do que redirecionar seus interesses. É o que o leva também a abordar a linha editorial da imprensa católica, criticando sua incapacidade de atrair a atenção dos leitores católicos. Ainda assim, conclama seus ouvintes a apoiar sua imprensa sugerindo que não a meça pelo “padrão da perfeição absoluta” e sim, segundo o critério daquilo que é “alcançável”. Toma como referência histórica o ano de 1848, que classifica como um “ano de salvação especial para nós de tantas maneiras” e afirma que desde aquele ano a imprensa católica na Alemanha está em “uma ascensão nunca esperada, nunca imaginada¹⁰” (HÜLSKAMP, 1863, p. 64, 65). Ao mesmo tempo em que reconhece tal ascensão, Hülkamp também conclama os católicos a propagar a imprensa católica:

Depois de nós mesmos naturalmente assinarmos o jornal católico, deveríamos nos preocupar para que ninguém nos visitasse sem ver esse jornal. Ele haverá de perguntar, ele haverá de ler e nós, anunciar. Nós não deveríamos encontrar com nenhum dos nossos amigos e nenhum de nossos conhecidos o jornal anticatólico sem, dependendo das circunstâncias pessoais e sob pedidos, advertências, repreensões ou exigências, fazê-lo se envergonhar. (HÜLSKAMP, 1863, p. 64, 65)¹¹

Os apelos que o orador faz a favor da divulgação da imprensa católica não terminam por aí. Sugere que os católicos exijam a presença dos jornais católicos em todos os espaços públicos ou privados que frequentem e, quando não os encontrarem que manifestem com “espanto e lamentação” a ausência de tais artigos. Com a adesão em massa dos fiéis católicos aos impressos de sua confissão, o orador entende que os interesses católicos terão a “representação que merecem”. Dois anos depois, no Congresso de Trier, o Dr. Hülkamp volta a abordar o assunto. Após destacar novamente o crescimento “sem precedentes” da imprensa católica desde o ano de 1848, comemora também um ganho de 15 novos periódicos católicos no intervalo entre os dois Congressos. Depois de exaltar os progressos, Hülkamp

10 “in einem nie gehofften, nie geahnten Aufschwunge befindet” (HÜLSKAMP, 1863, p. 65).

11 “Nachdem wir selbst natürlich das katholische Blatt uns angeschafft haben, müssten wir Sorge tragen, dass kaum ein Besuch zu uns kommen und das Blatt nicht sehen könnte. Er wird fragen, wer wird lesen, und wir – werben. Wir müssten bei keinem unserer Freunde und Bekannten noch das antikatholische Blatt antreffen, ohne je nach den persönlichen Verhältnissen uns auf's Bitten, Mahnen, Rügen, Fordern zu verlegen”. (HÜLSKAMP, 1863, p. 69)

volta a atenção às necessidades e tarefas. Para começar, elenca as demandas que ele próprio havia lançado dois anos antes e lamenta que quase nenhuma foi realizada. Entre tais demandas destaca a criação de um grande jornal geral da igreja, um órgão de imprensa central para as associações eclesiais e um órgão de imprensa para as questões escolares e pedagógicas, a existência de jornais dominicais por diocese, a existência de pelo menos um jornal católico por cidade católica. Tudo isso o Dr. Hülkamp lamenta que não tenha prosperado no curto período de 2 anos. Então faz um novo apelo para que todos os presentes ocupem “seu lugar na vida da igreja” e preencham as lacunas ainda abertas. Entre tais lacunas lista em primeiro lugar a leitura de jornais católicos: “os católicos lêem tão bem como todas as outras pessoas; mas o que eles menos lêem são seus próprios jornais. Eles se importam tão pouco com isso que chega a ser um verdadeiro pecado e uma verdadeira vergonha¹².” Apesar de defender o apoio à imprensa católica, Hülkamp não o exige de forma incondicional. A preocupação com o controle sobre o que pode ser escrito e o que deve ser lido se evidencia quando declara que deve-se apoiar os jornais cujos editores coloquem o “poder avassalador da verdade” acima dos interesses privados e que tenham sensibilidade suficiente para ver que existem mais “coisas no mundo” do que apenas as questões e interesses religiosos e eclesiásticos¹³. Sob vivos aplausos, conclui seu discurso afirmando que aposta tanto no triunfo da igreja, quanto no da imprensa, essa “grande potência” que será um “martelo” para os inimigos e uma “bigorna” para os amigos.

As mulheres católicas e o hábito de leitura

O controle sobre a leitura feminina no século XIX não se aplica apenas aos católicos. “O ponto de vista da sociedade laica sobre a instrução das mulheres não se afasta da posição assumida pela Igreja” (GIORGIO, 1991, p. 213). O principal alvo de censura da leitura feminina é o romance que constitui a própria “encarnação” do pecado. Com exceção dos livros de devoção “são poucos os católicos, liberais e iluminados, que sonham com livros ‘propositalmente’ escritos para interessar o intelecto das mulheres e que não sejam livros de devoção.” (GIORGIO, 1991, p. 214). O romance ainda era considerado um gênero literário pecaminoso pela igreja. Apesar da vigilância da igreja, as jovens alimentavam-se

12 “Die Katholiken lesen so gut wie alle anderen Leute; aber sie lesen ihre eigenen Blätter am wenigsten; sie kümmern sich darum so wenig, dass es eine wahre Sünde und Schande ist” (HÜLSKAMP, 1865, p. 126-127).

13 “Wer mag ferner zum Lesen von Blättern auffordern, nach deren stetigem Alpha und Omega man glauben sollte, dass es ausserhalb der religiösen und kirchlichen Fragen und Interessen auf der Welt keine mehr gebe? (Quem pode encorajar pessoas a ler jornais que nos levam a crer desde seu alfa até o ômega que, afora as questões e interesses religiosos e eclesiásticos não há mais nada no mundo? (HÜLSKAMP, 1865, p. 127”)

de livros proibidos através do hábito de trocá-los entre si. “Em certos meios femininos, ler torna-se uma verdadeira bulimia” (HOOCK-DEMARLE, 1991, P. 181). A historiadora afirma que o fenômeno da “fúria de ler” é acompanhado pela reprovação dos seus contemporâneos masculinos que atribuem à leitura a perda da inocência feminina e o fim da tranquilidade doméstica.

A “fúria de ler” não passou despercebida entre as lideranças católicas. No Congresso Católico ocorrido em 1887, também na cidade de Trier, isto é 22 anos depois de seu segundo discurso sobre a imprensa, o orador Dr. Hülkamp, novamente aborda o assunto. O conteúdo de sua fala demonstra claramente a percepção do quanto o hábito da leitura havia tomado conta do público feminino católico e expressa preocupação em tentar estabelecer critérios sobre o que poderia ser lido, atestando assim o quanto as lideranças católicas temiam a perda do controle sobre o público feminino. Inicia sua fala enaltecendo os avanços conquistados pela imprensa católica nesse período de 22 anos e os atribui à “Kulturkampf”. O tema de sua palestra, no entanto, não é mais a imprensa católica e sim a literatura de entretenimento. Todo seu discurso dá a entender que o público católico em geral e, em especial o público feminino despertou para a “fúria de ler” e se dedica à literatura de entretenimento praticando-a com regularidade. Assim o orador se associa aos que procuram disciplinar e controlar o tempo e também o tipo de leitura concedido ao mundo feminino. É curioso ainda que durante seu discurso o orador se dirige três vezes apenas a “meus senhores” e duas vezes a “minhas senhoras e meus senhores”, o que dá a entender que havia a presença feminina na Assembleia e a argumentação do orador se volta para o conteúdo da leitura, isto é, ao “o que” se pode ler e “como” se deve ler. Sobre “como” se deve ler, Hülkamp afirma seguir opiniões já conhecidas pelos católicos e destaca:

Ler demais é simplesmente uma doença. Onde tal doença emergiu em um indivíduo, a leitura deve ser totalmente dispensada. A leitura em geral deve ser sempre feita com moderação, não se descurando por sua causa os demais deveres que cabem ao homem, a mulher, ao marido, à esposa, e que cabem também às virgens.¹⁴

Cabe destacar que muitos anais dos Congressos Católicos, ao reproduzir os discursos dos oradores também reproduziam as reações do público colocando entre parênteses os aplausos e expressões de aprovação. Quando o Dr. Hülkamp afirmou que a leitura não liberava os leitores de seus deveres tradicionais, incluindo aí “também” as virgens, houve aplausos muito animados, atestando o quanto o hábito da leitura havia se instalado e o quanto era desaprovado. Para delírio do público que aplaude com entusiasmo, o Dr. Hülkamp se refere à prática da leitura

¹⁴ “Zu viel lesen ist einfach eine Krankheit. Wo diese Krankheit ausgebrochen ist bei einem Individuum, da muss das Lesen absolut abgestellt werden”. (HÜLSKAMP, 1887, p. 111)

entre as mulheres casadas com uma ironia que denuncia simultaneamente o seu próprio patriarcalismo e o do público presente: “se a fada da cozinha segura em uma mão o desgastado romance, emprestado da biblioteca e, na outra mão movimentada a colher de cozinha (alegria), então não se deve só tomar o romance de suas mãos, mas também a colher e dizer para ela: você pode ir (alegria. Bravo!)”¹⁵ O discurso do orador deixa muito claro que havia um desacordo entre aquilo que o catolicismo pregava e o comportamento do público feminino, pois se as lideranças católicas desaconselhavam a leitura de romances, então os exemplares retirados das bibliotecas de empréstimo não poderiam estar “desgastados” pelo uso constante. Para deixar ainda mais clara sua desaprovação em relação ao comportamento feminino no que diz respeito a leitura, o Dr. Hülskamp dispara mais uma frase que agita seu público:

E quando a graciosa senhora e sua dama, entrega a cozinha para a cozinheira e a criança para a babá, deixa o homem abandonado, para passar o tempo do dia que sobra entre a higiene da manhã, concerto, teatro e jantar, com leitura, então ela não cumpre com seu dever: ela lê onde não deve ler, ela peca (Bravo!)¹⁶.

O livro na mão da mulher se converte aos olhos dos homens num “instrumento de evasão”, uma fuga do cotidiano e o fim da tranquilidade doméstica, representando até mesmo um perigo para a sociedade porque a leitora não cumpre seus ofícios de esposa e mãe e nem sua missão de mulher. “Ler é sonhar, portanto evadir-se, portanto escapar às contingências, às normas e às convenções; é fazer exactamente o contrário do que é permitido a uma mulher na (boa) sociedade do século XIX” (HOCK-DEMARLE, 1991, p. 181). É por isso que o após estabelecer o “quanto” um católico e especialmente uma católica deve ler, o Dr. Hülskamp também estabeleceu “o que” deve ser lido. De imediato desqualificou os romances que, a seu ver, constituem apenas “o gênero subordinado da literatura de entretenimento” que tem na poesia em verso e rima seu principal expoente. Se for para ler novelas, romances e histórias deve-se ler somente as que forem “totalmente inofensivas e inocentes” e que simultaneamente tenham um conteúdo “útil e honrado”. Assim ele descarta de imediato toda produção literária de sua época que “não seja de origem católica”, mas ressalta a necessidade de reconhecer clássicos como Goethe, Schiller e Lessing, dizendo que simplesmente “não seria apropriado” para um alemão

15 “Wenn die Küchenfee in der einen Hand den Roman aus der Leihbibliothek – möglich abgegriffen – und in der anderen den Kochlöffel schwingt (Heiterkeit) dann soll man ihr nicht nur den Roman aus der Hand nehmen, sondern den Kochlöffel gleich dazu, und ihr sagen: du kannst gehen. (Heiterkeit. Bravo!)” (HÜLSKAMP, 1887, p. 112).

16 “Und wenn die gnädige Frau und ihre Dame die Küche der Köchin, das Kind der Pflegerin übergibt, den Mann sich selbst überlässt, um dort diejenige Zeit des Tages, welche zwischen Toilette und Diner, Konzert und Theater noch eben übrig bleibt, mit Lesen zu verbringen, so erfüllt sie einfach nicht ihre Pflicht: sie liest, wo sie nicht lesen darf, sie sündigt (Bravo!) (HÜLSKAMP, 1887, p. 112).

desconhecer tais poetas. Contudo, desaconselha tais leituras sem a orientação de um professor. A respeito do que “pode” ou “deve” ser lido, o Dr. Hülskamp entende que a literatura de entretenimento católica fornece “de forma abundante o suficiente”. E, da mesma forma como aconselhara os católicos a apoiar a imprensa católica, inclusive no sentido material através de assinaturas e publicidade, também aconselha o apoio à literatura católica através da compra dos livros e não só do empréstimo: “se tiverdes alguns trocados, marcos ou talers sobrando, por favor, compre e coloque no armário para você e seus parentes.¹⁷”

Quem deve escrever e o que deve ser escrito?

Uma vez definido o “quanto” e o “que” um católico pode ler, Hülskamp se ocupa em traçar o perfil dos possíveis escritores ou escritoras. Quem deve escrever? Embora estabeleça que se deve deixar que “cante aquele que recebeu o dom de cantar”, o orador estimula a descoberta de novos talentos. “Onde apenas uma centelha do talento parece estar presente, devemos encorajar esse talento”, afirma “devemos gritar para aquele que é atingido pelo raio do gênio: você não deve enterrar sua libra!¹⁸” Pelo contrário, eles deveriam ser encorajados a exercitar seus talentos e isso se constituiria até mesmo um dever, uma missão, necessária para a salvação da própria alma e a de seus semelhantes. O estímulo que se deve dar aos candidatos à escrita não pode ser incondicional e não se aplica a todos os “patetas que apenas imaginam que também sabem escrever” e que na verdade, escrevem “como se engraxa botas¹⁹.” Além do mais, Hülskamp entende que a atividade da escrita não deve se tornar a profissão de ninguém, nem mesmo dos mais talentosos. Deve ser uma atividade realizada como um *donum gratis datum* (presente gratuito) ou no máximo como um trabalho “parcial”, de modo que as principais energias deveriam ser consumidas pela profissão que Deus lhes deu. Quanto aos temas das obras literárias que devem ser produzidas e consumidas pelos católicos, Hülskamp entende que o amor “não precisa ser o alfa e o ômega”, embora deva ser um tema já que é nesse sentimento que está baseada “toda a vida familiar, a preservação da humanidade”. Sem abordar esse tema, seria impossível para a literatura católica competir com a literatura pagã e anticristã, mas o amor abordado nessa literatura seria somente o “puro e casto”. Assim fica evidente que a propagação do romance moderno mesmo entre os católicos já tinha acontecido e o que é ainda mais

17 “sofern Sie einige Groschen oder Mark oder Taler dafür übrig haben, gefälligst kaufen und für sich und ihre Verwandten in den Schrank stellen” (HÜLSKAMP, 1887, p. 114).

18 “Wo nur immer ein Funke des Talents vorhanden scheint, da müssen wir dieses Talent ermuntern, da müssen wir dem, welcher von dem Strahl des Genies getroffen ist, zurufen: Du darfst dein Pfund nicht vergraben” (HÜLSKAMP, 1887, p. 114).

19 “Alle Stümper aber, die sich bloss einbilden, sie könnten auch schreiben (...) sondern die da ‘schmieren, wie man Stiefel schmiert’” (HÜLSKAMP, 1887, p. 114).

significativo é que o tema do amor era o atrativo principal que levava os leitores, principalmente as leitoras católicas a procurar as bibliotecas e se distrair das suas funções tradicionais ao ponto de segurar o “livro em uma mão e a colher na outra”. É significativo ainda que quando o orador defende que na literatura católica o amor não precisa ser o “alfa e o ômega”, ele está confessando que esse era de fato o tema da literatura não católica que tanto seduzia as leitoras católicas. Por isso defende que ao lado do tema do amor e até mesmo acima desse tema, a literatura católica deveria retratar o povo alemão e cristão tanto no presente quanto no passado: “nós sempre haveremos de ser gratos sobre o esclarecimento que nos é dado de forma leve e graciosa sobre nosso passado alemão, sobre nosso passado cristão²⁰”. O único amor que a literatura católica deveria abordar seria o amor “puro e casto”. Também nesse sentido o discurso do orador Hülkamp se coaduna com a tradição católica. Aliás, se considerarmos os temas abordados pelo orador nos três congressos católicos em que se pronunciou, podemos tomar os seus discursos como exemplares em relação às preocupações que o catolicismo tinha diante das novidades do mundo moderno quais sejam a imprensa, a literatura de entretenimento e as temáticas abordadas por elas. Vamos perceber claramente que o catolicismo tentará assimilar a seu jeito as novidades trazidas pela modernidade. Sem forças para ignorar o poder avassalador da imprensa e da literatura, ele tenta incorporá-las e colocá-las a seu serviço. Submeter os mecanismos e invenções modernas às crenças antigas, esse é o propósito do catolicismo restaurado ao qual Hülkamp pertence. É por isso que defende que o amor, quando tematizado pela literatura de entretenimento católica, seja o amor “puro e casto”, característico do cristianismo tradicional.

Analisei em duas ocasiões²¹ o perfil e as características de três escritoras imigrantes alemãs e católicas que foram pioneiras na escrita feminina na imprensa e na literatura católica. A enfermeira Ágathe Fessler, austríaca de nascimento, que imigrou para o Brasil em 1929 e que teve participação assídua na revista *St. Paulus-Blatt* com redação regular de artigos durante a década de 1930 e as imigrantes alemãs Josefine Wiersch e sua filha Maria Wiersch Rohde que imigraram em 1920. Josefine já possuía um histórico de escritora na Alemanha e também nos EUA para onde sua família havia emigrado em 1907 e onde colaborou com escritos para a imprensa católica. Sua filha Maria escreveu a obra “Espírito Pioneiro – a

20 “Wir werden immer dankbar sein für diese in leichtem, anmutigem Gewande uns gegebene Aufklärung über unsere deutsche, über unsere christliche Vergangenheit!” (HÜLSKAMP, 1887, p. 118).

21 Eidt, V. (2022). MARIA SOB A SOMBRA DE EVA: IMAGENS E REPRESENTAÇÕES FEMININAS NOS DISCURSOS DAS MULHERES CATÓLICAS DA COLONIZAÇÃO ALEMÃ NO SUL DO BRASIL. *Revista Missioneira*, 24(2), 55-72. <https://doi.org/10.31512/missioneira.v24i2.923> e Eidt, V. (2023). MULHERES À VISTA: PARTICIPAÇÃO FEMININA NA REVISTA ST. PAULUS- BLATT DURANTE A COLONIZAÇÃO DE PORTO NOVO. *Revista Missioneira*, 25(2), 11-26. <https://doi.org/10.31512/missioneira.v25i2.1491>

herança dos Antepassados”, na qual descreve os primeiros 25 anos da colônia de Porto Novo, atuais municípios de Itapiranga, São João do Oeste e Tunápolis, no extremo oeste catarinense e entre as décadas de 1930 e 1950 publicou diversos artigos em periódicos de orientação católica. Essas três mulheres também são as únicas que participaram na condição de oradoras dos Congressos Católicos realizados no sul do Brasil. Por essas razões, elas podem ser reconhecidas como produtos ou resultados das reconfigurações dos papéis femininos ocorridas na Europa durante o século XIX, especialmente em sua segunda metade. Sua familiaridade com a leitura e a escrita, menos incomum na Europa, mas ainda rara nas colônias de descendentes de alemães católicos no sul do Brasil, fez com que se tornassem vanguardistas das vozes femininas nas colônias de descendentes alemães e católicos do sul do Brasil. Seus escritos testemunham a reconfiguração dos papéis femininos no interior do catolicismo e retratam um empoderamento controlado que abre novos espaços para as mulheres, mas não lhes concede uma emancipação nos moldes das bandeiras feministas liberais.

Referências

BELOTTI, Elena Gianini. **Educar para submissão**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

CORTINA, Adela. *Ética sem moral*. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

EIDT, Valdir. **Maria sob a sombra de Eva: imagens e representações femininas nos discursos das mulheres católicas da colonização alemã no sul do Brasil**. Revista Missioneira, 24(2), 55-72. <https://doi.org/10.31512/missioneira.v24i2.923>.

EIDT, Valdir. **Mulheres à vista: participação feminina na revista St. Paulus-Blatt durante a colonização de Porto Novo**. Revista Missioneira, 25(2), 11-26. <https://doi.org/10.31512/missioneira.v25i2.1491>

GIORGIO, Michela de. **O Modelo Católico**. In DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Org.) *História das Mulheres no Ocidente: o século XIX*. Porto: Afrontamento, 1991 v.4, p. 199-238.

GRÜTZMANN, Imgart. **De malandros, religiosos, colonos e católicos: identidade e diferença nos contos de Balduino Rambo**. In RAMBO, Arthur Blásio; GRÜTZMANN, Imgart & ARENDT, Isabel Cristina (Orgs). *Pe Balduino Rambo – A Pluralidade na Unidade: memória, religião, ciência e cultura*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2007, p.123-142.

GRÜTZMANN, Imgart. **A germanidade no feminino: representações da mulher de origem alemã no Musterreiter's neuer historischer Kalender**. Simpósio sobre Gênero, Arte e Memória: abrindo a caixa de Pandora, 29 de setembro a 01 de outubro de 2008/I Simpósio sobre Gênero, Arte e Memória, Pelotas: UFPel, 2008.

HAMMER, Philipp. **Die Presse, eine Großmacht, oder ein Stück moderner Versimpelung.** Würzburg: Druck und Verlag der Stahel'schen Buch-und Kunsthandlung. 1868.

HOOCK-DEMARLE, Marie-Claire. **Ler e escrever na Alemanha.** In: DUBY, Georges; Michelle (Org.) *História das Mulheres no Ocidente: o século XIX.* Porto: Afrontamento, 1991 v.4, p. 171-197.

HÜLSKAMP, Franz. Palestra sem título. **GENERALVERSAMMLUNG DER KATHOLISCHEN VEREINE DEUTSCHLANDS;** 15, 1863, Frankfurt am Main. Verhandlungen der fünfzehnten Generalversammlung der Katholischen Vereine Deutschlands zu Frankfurt am Main am 21., 22., 23. und 24. September 1863. Amtlicher Bericht. Frankfurt am Main: Verlag für Kunst und Wissenschaft (G. Hammacher), 1863. 372 S. (Martius-Bibliothek Mainz, Deutschland).

HÜLSKAMP, Franz. Palestra sem título. **GENERALVERSAMMLUNG DER KATHOLISCHEN VEREINE DEUTSCHLANDS;** 17, 1865, Trier. Verhandlungen der siebzehnten Generalversammlung der Katholischen Vereine Deutschlands in Trier am 10., 11., 12., 13. und 14. September 1865. Amtlicher Bericht. Trier: Verlag der Fr. Linss'schen Buchhandlung, 1865, 378 Seiten. (Martinus-Bibliothek Mainz, Deutschland).

HÜLSKAMP, Franz. Palestra sem título. **GENERALVERSAMMLUNG DER KATHOLISCHEN VEREINE DEUTSCHLANDS;** 34, 1887, Trier. Verhandlungen der vierunddreißigsten Generalversammlung der Katholischen Vereine Deutschlands in Trier am 28., 29., 30., 31. August und 1. September 1887. Herausgegeben von dem Lokal-Komitee zu Trier. Trier, 1887. Kommissions-Verlag von Eduard Groppe. Druck der Paulinus-Druckerei. 355 Seiten."

KREUTZ, Lúcio. **O Professor Paroquial: Magistério e Imigração Alemã.** Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS; Florianópolis/:Ed. da UFSC; Caxias do sul: EDUCS. 1991.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história.** Trad. Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 1998.

RAMBO, Arthur Blasio. **A igreja da restauração católica no Brasil meridional.** In DREHER, Martin N. (Org.) *Populações rio-grandenses e modelos de Igreja.* Porto Alegre : Edições EST; São Leopoldo: Sinodal, 1998. p. 147-162.

ROHDE, Maria W. **Espírito Pioneiro: a herança dos antepassados.** In: EIDT, Paulino; EIDT, Valdir (Orgs.) *Itapiranga: Editora Schreiber*, 2021.

TOMMASEO, Niccoló. **La Donna, scritti vari,** Milão, 1872, 1ªed.

WILKE, Jürgen. **Auf dem Weg zur „Großmacht: Die Presse im 19. Jahrhundert,** S. 77. Erschienen in: WIMMER, Rainer (Hrsg.): *Das 19. Jahrhundert: Sprachgeschichtliche Wurzeln des heutigen Deutsch.* Berlin, New York: de Gruyter, 1991, S. 73-94.



Ações em Acervos Arquivísticos na Quarta Colônia:

O Museu Irmão Ademar da Rocha

Actions in Archival Collections at Quarta Colônia:

The Museum Irmão Ademar da Rocha

Caroline do Nascimento Moraes¹

Tatiana Godinho Martins²

Jorge Alberto Soares Cruz³

RESUMO

Em 1877, com a chegada dos primeiros imigrantes italianos, tem início a formação territorial da Quarta Colônia de Imigração Italiana. Faxinal do Soturno (RS) é município integrante deste território que teve como marco de seu desenvolvimento o Pré-Seminário São José da congregação dos padres palotinos. Neste Pré-Seminário Irmão Ademar da Rocha (1904-2006) lecionou durante 15 anos, concomitantemente com sua dedicação à técnica da fotografia, tornando-se o pioneiro nesta arte na região, registrando casamentos, festas religiosas, missas e eventos em geral, inúmeros momentos importantes para a comunidade faxinalense, foram registrados por sua fotografia, assim originando diversos negativos fotográficos. O conteúdo presente no acervo do palotino evidencia a história do desenvolvimento regional da Quarta Colônia, diversos momentos importantes foram capturados pelas suas lentes, preservados e entregues para a guarda da Prefeitura Municipal. Posteriormente, a partir de uma iniciativa da Prefeitura Municipal de Faxinal do Soturno e do Pároco

1 Mestranda em Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Bacharel em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Graduanda do curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. E-mail: carolinenmoraes2@gmail.com.

2 Mestranda em História pela Universidade Federal de Santa Maria, Bacharel em Arquivologia pela Universidade Federal de Santa Maria; Técnica em Processos Fotográficos pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, IFRS; Email: tatiana.godinho.martins@gmail.com.

3 Professor Adjunto lotado no Departamento de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria, Professor do Programa de Mestrado em Patrimônio Cultural - UFSM. Atualmente exerce a função de chefe do Departamento de Arquivologia (2022). E-mail: jorge-cruz@ufsm.br.

Pe. Valdir Bisognin, se deu a criação do Museu Fotográfico Irmão Ademar da Rocha, alocado no prédio do antigo Pré-Seminário São José dos Palotinos. Com o intuito de preservação desta história e legado, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) em parceria com a Prefeitura Municipal de Faxinal do Soturno, atuaram na elaboração de projetos de extensão que visam a salvaguarda destes materiais. No desenvolvimento das atividades foram realizadas as práticas de preservação dos negativos fotográficos do Museu, passando pela etapa de digitalização, limpeza e produção de novos álbuns para armazenamento dos negativos, por meio da encadernação artesanal, bem como da criação de uma nova expografia. Assim, uniu-se técnica arquivística, conhecimento histórico e ação de extensão contribuindo para a preservação, valorização do patrimônio e divulgação da história da região da Quarta Colônia, em que as fotografias, além de serem fontes históricas, se tornaram uma marca cultural, proporcionando a comunidade um sentimento de pertencimento à cultura à qual estão inseridos, bem como um aporte nas ações da educação patrimonial escolar.

Palavras-chave: Fotografia 1. Palotino 2 . Preservação 3.

ABSTRACT

In 1877, with the arrival of the first Italian immigrants, begins the territorial formation of *Quarta Colônia de Imigração Italiana*. *Faxinal do Soturno* (RS) is a integrant municipality of this territory whose development mark was the *Pré-seminário São José* of the congregation of Pallottine priests. In this Pre-seminar Brother Ademar da Rocha (1904-2006) lectured for 15 years, at the same time with his dedication to the technique of photography, becoming a pioneer of this art in the region, recording weddings, religious parties, masses and events in general, numberless important moments for the *faxinalense* community, were registered by his photography, this way originating several photographic negatives. The content present in the pallottines archive highlights the history of the regional development of *Quarta Colônia*, several important moments were captured by his lenses, preserved and delivered to the *Prefeitura Municipal*. Later starting from a initiative of *Prefeitura Municipal de Faxinal do Soturno* and the priest *Valdir Bisognin*, was given the creation of the *Museu Fotográfico Irmão Ademar da Rocha*, allocated in the building of the former *Pré-Seminário São José dos Palotinos*. With the intention of preserving this history and legacy, the *Universidade Federal de Santa Maria* (UFSM) in partnership with the *Prefeitura Municipal de Faxinal do Soturno*, acted on the elaboration of extension projects who aim safeguard these materials. During the development of activities were performed the following practices, preservation of photographic negatives from the museum, going through the stage of digitalization, cleansing and production of new albums for

storage of the negatives, through artisanal bookbinding, as well the creation of a new expography. So, archival technique, historical knowledge and extension action joined together contributing to preservation, importance of the patrimony, and sharing the history of the *Quarta Colônia* region, in which the photographs more than historical sources, became a cultural mark, providing the community with a feeling of belonging to the culture in which they are inserted, as well as a contribution to the actions of schools patrimonial education.

Keywords: Photography 1. Pallottine 2. Preservation 3.

Introdução

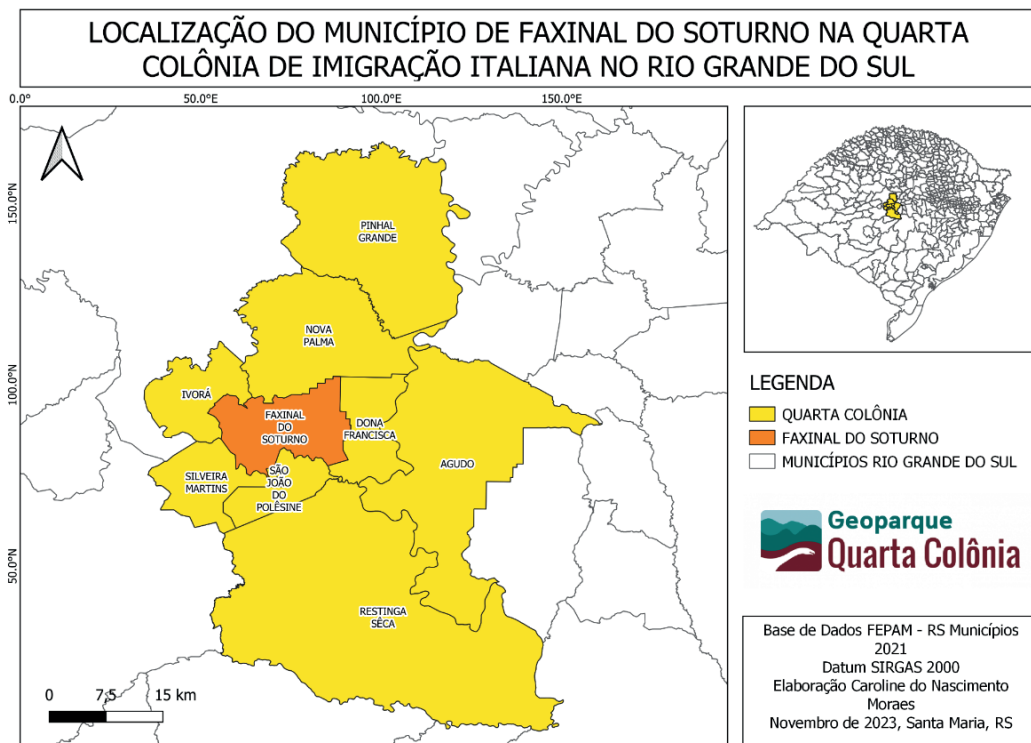
A Quarta Colônia de Imigração Italiana está localizada na porção central do Rio Grande do Sul. A formação desse território teve início em 1877, com a chegada de imigrantes russos-alemães que abandonaram sua região de origem. No início de 1878, começam a chegar as primeiras famílias de imigrantes oriundas do norte da Itália (CRUZ, 2020). A região da Quarta Colônia, atualmente corresponde a nove municípios: Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande, Restinga Seca, São João do Polêsine e Silveira Martins. Seu território, no século XIX, abarcou grande parte do território das colônias de imigração europeias criadas pelo Império Brasileiro, como a colônia de Silveira Martins (criada em 1877 como núcleo colonial de Santa Maria da Boca do Monte), que abrigou imigrantes italianos (BACCIN, 2022).

A colônia de imigração italiana localizada na região central do estado foi a quarta colônia criada pelo governo Imperial na província do Rio Grande do Sul. O território inicialmente foi dividido em núcleos coloniais e após divididos em lotes que seriam destinados aos imigrantes. A então Colônia Silveira Martins foi composta pelos núcleos: Núcleo Norte (Ivorá), Núcleo Dona Francisca e Núcleo Soturno (Nova Palma). Mais tarde, novos núcleos foram criados devido ao constante fluxo de imigrantes que chegava à região.

Posteriormente, esses núcleos se mobilizaram em busca de emancipações político-administrativas que propiciassem uma maior autonomia. Gradualmente, as emancipações ocorreram, e, assim, esses núcleos evoluíram para municípios (Figura 1), um processo que durou de 50 até meados dos anos 90 do século XX (BACCIN, 2022).

Figura 1 – Mapa de Localização da Quarta Colônia e Faxinal do Soturno

no estado do Rio Grande do Sul, 2023.



Fonte: Elaborado pela autora, 2023

Faxinal do Soturno é um dos nove municípios que compõem o território da Quarta Colônia e que estão reunidos em um consórcio denominado CONDESUS (Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia). Situada na região central do Rio Grande do Sul, a Quarta Colônia de Imigração Italiana é um território marcado por uma paisagem natural composta pelo Bioma Pampa e a Serra Geral. Sendo assim, engloba montanhas e planícies banhadas pelo Rio Jacuí e Rio Soturno (Martins, 2023). O território é certificado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO como Geoparque Quarta Colônia. Sendo os geoparques uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável, que alia o conhecimento geocientífico ao turismo e geração de renda.

O município tem seu desenvolvimento marcado pela implementação do Pré Seminário São José, fundado em 1949 pelos padres palotinos. Tendo sua identidade influenciada pela cultura italiana, oriunda dos imigrantes, a qual está expressa nos costumes, hábitos, na culinária, nos monumentos históricos, nas igrejas, na arquitetura típica colonial e na religiosidade, que é um forte elemento cultural do município.

O Pré-Seminário São José (Figura 2) foi uma instituição de ensino vinculado aos padres palotinos, que chegou a ter mais de 120 alunos internos, vindos das mais diversas cidades e regiões do estado do Rio Grande do Sul. O método de educação utilizado pelos sacerdotes prezava pelo respeito, disciplina e responsabilidade, os alunos tinham uma rotina muito rígida a cumprir. Os dias dos educandos eram divididos em estudos, rezas e tarefas. Um dos professores atuantes na instituição foi o Irmão Ademar da Rocha, que se destacou pelo seu ofício na fotografia.

Figura 2 – Prédio do Pré Seminário São José em Faxinal do Soturno



Fonte: Acervo do Museu Fotográfico Ir. Ademar da Rocha, 1960

O Irmão Ademar da Rocha (Figura 3) nasceu em 20 de agosto de 1904, na comunidade de São Geraldo, atual Pains, distrito do município de Santa Maria. Cresceu em uma família com raízes católicas, onde seus pais Serafim Antônio da Rocha e Elisa Gonçalves da Rocha, mudaram-se para Santa Maria, com mais três filhas. O sacerdote foi um dos professores atuantes no Pré Seminário, onde lecionou durante quinze anos, concomitantemente com sua dedicação a técnica da fotografia e cinema, tornando-se o pioneiro nesta arte na região, registrando casamentos, batizados, festas religiosas, missas e ocasiões em geral, inúmeros momentos importantes para a comunidade faxinalense foram registrados por sua fotografia, assim originando diversos negativos fotográficos.

Figura 3 – Irmão Ademar Gonçalves da Rocha



Fonte: Museu Fotográfico Irmão Ademar da Rocha

No seminário, entre as atividades que desempenhava, além da fotografia, Ir. Ademar lecionava, cuidava da horta, do jardim e da tipografia do seminário, preparava suas aulas com muita dedicação e carinho aos alunos. Desenho, Caligrafia, Matemática e Português, eram suas aulas preferidas (KLEIN, 2004). O Sacerdote se dedicava principalmente à fotografia e ao cinema, foi um dos primeiros fotógrafos da região central do estado. Seu estúdio fotográfico era localizado no subsolo do prédio do Pré Seminário onde ele registrava fotografias para documentos e realizados agendamentos para fotos em casamentos, registros fotográficos de festas religiosas, batizados, entre outros momentos importantes na época, acontecidos em Faxinal do Soturno e região, ficando registrados através de suas lentes (LEONARDI, 2023).

Além dos registros fotográficos o Sacerdote também atuava na disseminação do cinema da região central do estado, com sessões de projeção itinerante que iam desde Pinhal Grande até Santa Maria, percorrendo pelas localidades com seu Chevrolet 1929, realizado através do Cinema Palotino - CINEPAL. Exibindo filmes alugados que vinham de Porto Alegre e eram retirados por ele na Rodoviária de Santa Maria, sempre reunindo um grande público de espectadores, Irmão Ademar seguiu com o projeto até o fim da década de 60. O Sacerdote na época ficou conhecido na região como o Irmão do Cinema (Figura 4).

Figura 4 – Recorte de Jornal “Cineclube Irmão Ademar”



Fonte: Museu Fotográfico Irmão Ademar da Rocha

É evidente a importância das ações educativas e culturais do Irmão Ademar da Rocha na Quarta Colônia e região, bem como seu acervo fotográfico deixado após sua morte. O conteúdo presente no acervo do Sacerdote Palotino evidencia a história do desenvolvimento regional da Quarta Colônia, diversos momentos importantes foram capturados pelas suas lentes, preservados e entregues para a guarda da Prefeitura Municipal. Posteriormente, a partir de uma iniciativa da Prefeitura Municipal de Faxinal do Soturno e do Pároco Pe. Valdir Bisognin, se deu a criação do Museu Fotográfico Irmão Ademar da Rocha, alocado no prédio do antigo Pré Seminário São José dos Palotinos, que passou, nos anos noventa, a pertencer à Prefeitura.

O Museu Fotográfico em homenagem ao Sacerdote, foi criado através de projeto legislativo do vereador Ubirajá Falcão da Rocha. Sendo um projeto de autoria do vereador, do prefeito em exercício na época, Admir Carlos Ruviaro, juntamente com a professora do curso de História da Faculdade Franciscana (FAFRA) Maria

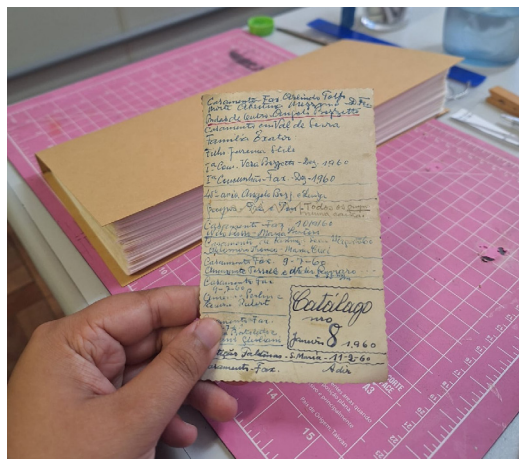
Medianeira Padoin, em conjunto com as alunas do curso de História, Rosângela Trevisan e Elisete Felin, contando com o apoio do designer Giuliano Cogo e a estudante de Arquitetura Verena Silveira, em 1998, organizaram um plano museal para a organização, infraestrutura e design do projeto (BACCIN, 2022).

Segundo Leonardi (2023) o Museu Fotográfico Irmão Ademar da Rocha objetiva resguardar o riquíssimo patrimônio cultural da região ao qual pertence e ao mesmo tempo, mostrar à população que o frequenta a importância dos registros fotográficos como fontes históricas, um símbolo de ligação onde o passado é percebido no futuro. O acervo do Museu Fotográfico conta a história de Faxinal do Soturno e da Quarta Colônia por meio dos registros do Irmão Ademar, o sacerdote esteve presente em diversos momentos importantes da comunidade faxinalense, que hoje se mostram como registros da história da região. Evidenciando o poder da fotografia enquanto parte importante da memória local.

Museu Fotográfico: Preservação dos negativos e encadernação artesanal

Com o intuito de preservação desta história e legado que perpassou por décadas, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) em parceria com a Prefeitura Municipal de Faxinal do Soturno, atuaram na elaboração de projetos de extensão que visam a salvaguarda destes materiais. A produção desse artigo está vinculada ao Projeto de Extensão “Ações em Acervos Arquivísticos de São João do Polesine e Quarta Colônia”. No desenvolvimento das atividades foram realizadas as seguintes práticas, como a preservação dos negativos fotográficos do Museu, passando pela etapa de digitalização, limpeza e produção de novos álbuns para armazenamento dos negativos, por meio da encadernação artesanal.

Figura 5 - Produção dos álbuns para acondicionamento dos negativos



Fonte: Acervo da autora.

Museu Fotográfico: Expografia

Em 2021, através do programa Fundo de Incentivo à Extensão - FIEEX, com o projeto “Patrimônio Histórico Cultural, Memória, Educação e Preservação” sob o número 053499 que tem como coordenadora a Professora Dra. Maria Medianeira Padoin e o Professor Dr. Jorge Alberto Soares Cruz, e no referido ano a atuação de Bolsista FIEEX da acadêmica Tatiana Godinho Martins, realizaram a digitalização deste patrimônio histórico do município. Portanto, como consequência destas ações, tem-se a proposta elaborada como Estágio Obrigatório da referida acadêmica.

Em consonância com Martins (2023), realizou-se um estudo dessas fotografias digitalizadas, pensando nelas também como documento arquivístico, se abre uma variedade de possibilidades para seu uso, para suas finalidades e toda potência histórica que ela carrega. Nesta perspectiva, foram selecionadas de acordo com o conteúdo presente nelas, onde priorizou-se fatos históricos, momentos comemorativos, inaugurações e registros do desenvolvimento da região e da cultura local, lembrando que, no instante. Além disso, a partir da observação das fotos, foi possível compreender os momentos importantes para a comunidade, além de entender as mudanças no território, possibilitando escolher as fotografias que condizem com isto.

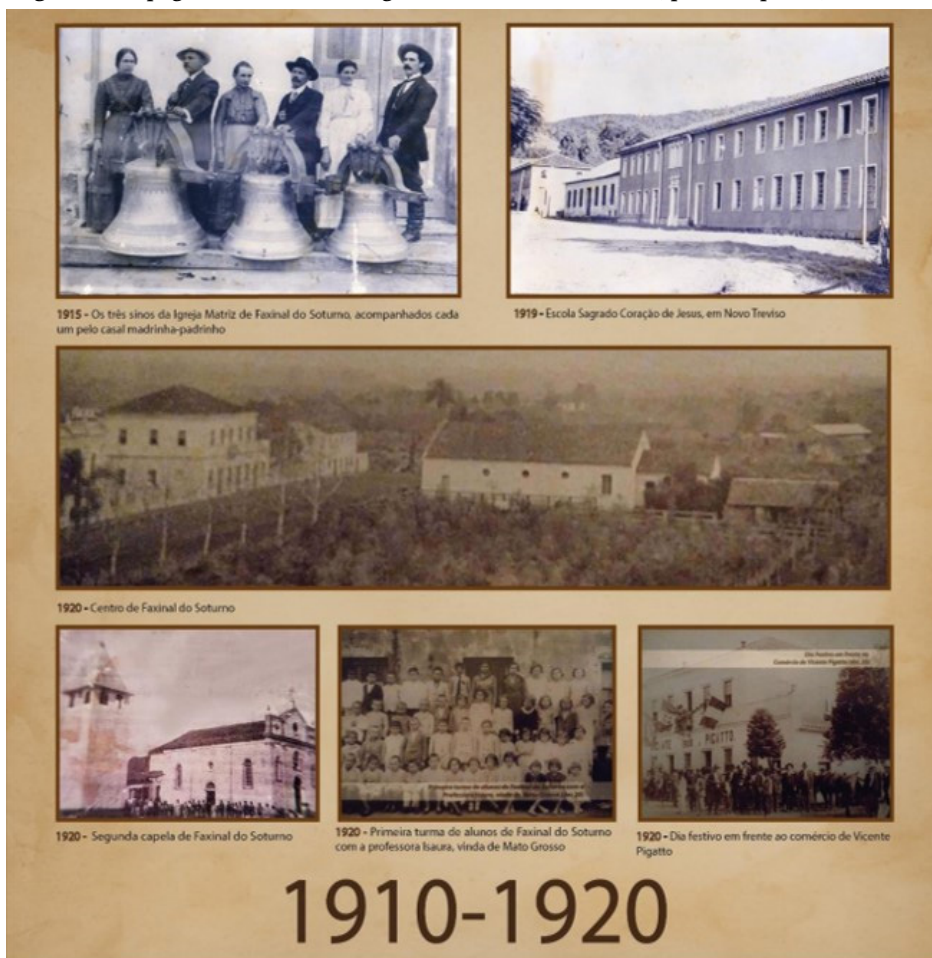
Portanto, dentre os materiais escolhidos podemos destacar a fotografia de emancipação político administrativa de Faxinal do Soturno, inclusive, sendo o primeiro da Quarta Colônia a emancipar-se, em 1949; Os festejos ao padroeiro São Roque de Montpellier, inaugurações de hospitais, escolas e dentre outros marcos que representam tanto o desenvolvimento da região quanto a identidade cultural do município, e dentre outros. (MARTINS, 2024)

Tavares (2012) define o processo cognitivo de criação como a “capacidade de formar mentalmente ideias, imagens e coisas não-presentes para dar existência a algo novo, único e original, porém com uma dada finalidade”. Por isso, foi proposto a criação de uma exposição que construísse através das fotografias uma reconstituição da história faxinalense, demonstrando o desenvolvimento municipal pelas lentes do irmão. Salienta-se também que este processo envolve uma mistura de saberes, ou seja, é necessário compreender o material a ser usado, bem como a forma que melhor se aplica a ele para que seja possível a difusão do conteúdo e sua valorização. Como por exemplo, nas figuras 8 e 9 apresentam-se os dois primeiros painéis do museu, 1910-1940, nestes estão expostas as fotografias mais antigas da exposição (MARTINS, 2023).

Destacamos, a fotografia presente na figura 8, datada de 1915 trata-se da primeira fotografia deste acervo, nela estão os três sinos do município, em ordem da esquerda para direita podemos observar durante a benção dos mesmos

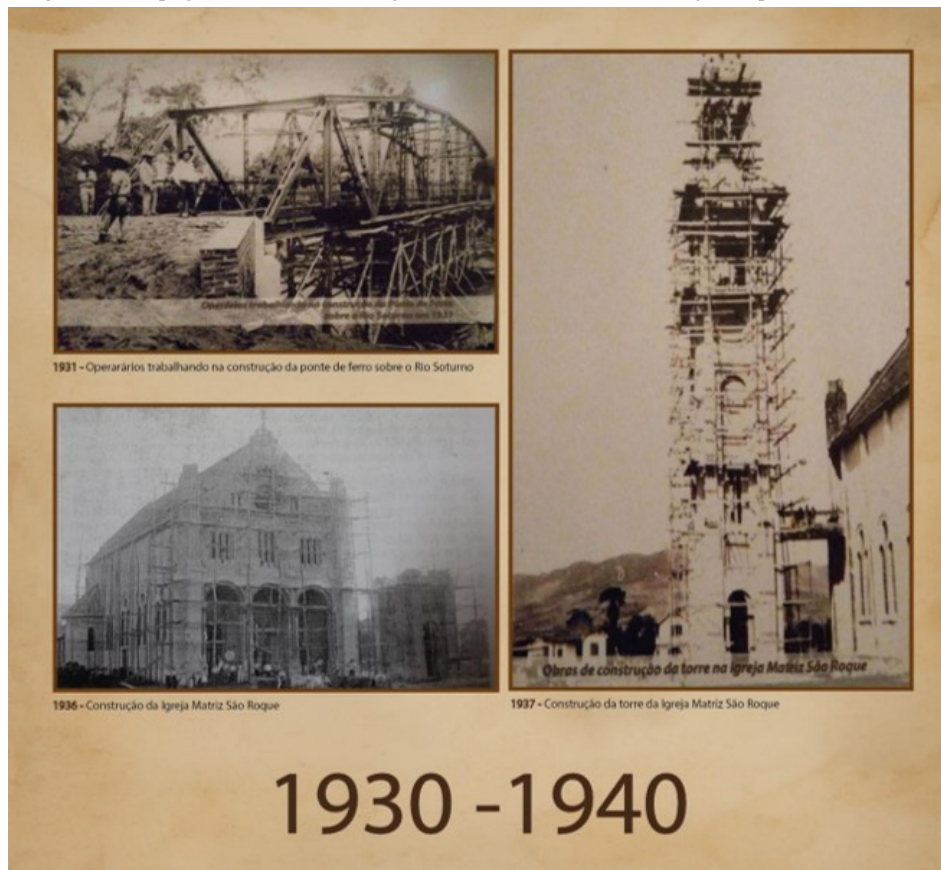
em 24 de outubro de 1915: Amélia e Vicente Pigatto; Rosa e Antonio Somavilla, Ângela e Pedro Ruaro. Todos foram batizados com o nome das madrinhas. Fotografias deste cunho servem, de acordo com Martins e Borin (2024) para compreendermos aspectos culturais e identitários, como por exemplo, a religiosidade, que era fator basilar durante a construção das cidades. Neste caso, com um registro de personalidades pioneiras do município, que exemplificam como os italianos investiram para que a cultura e ritos sagrados fossem preservados, bem como, torna possível a exploração sobre quais personalidades foram destaque durante este processo.

Figura 6 – Expografia do Museu Fotográfico Ir. Ademar da Rocha, primeiro painel, 1910-1920



Fonte: Expografia elaborada por Tatiana Martins, 2023

Figura 7 – Expografia do Museu Fotográfico Ir. Ademar da Rocha, segundo painel, 1930-1940.



Fonte: Expografia elaborada por Tatiana Martins, 2023

Ainda, contando com essa ordem cronológica, optou-se pela divisão por temáticas também, visando manter uma padronização e harmonia na exposição. Os painéis estão dispostos com a união de fotografias de cunho “culturais”, “inaugurações”, “políticas” e assim sucessivamente, mantendo juntos conteúdos que conversam um com os outros (MARTINS, 2023). Assim, uniu-se técnica arquivística, conhecimento histórico e ação de extensão contribuindo para a preservação, valorização do patrimônio e divulgação da história, principalmente faxinalense e da região da Quarta Colônia, em que as fotografias, além de serem fontes históricas, se tornaram uma marca cultural, proporcionando a comunidade um sentimento de pertencimento à cultura à qual estão inseridos, bem como um aporte nas ações da educação patrimonial escolar.

Conclusão

As ações realizadas no Museu Fotográfico Irmão Ademar da Roc ha destaca a a importância da preservação da memória cultural e histórica da região da Quarta Colônia. A interdisciplinaridade presente durante o desenvolvimento das atividades, possibilitou a preservar um vasto acervo fotográfico, e também proporcionar à comunidade local uma nova forma de se conectar com suas raízes e história, se sentirem pertencentes a uma identidade cultural formada nesta região desde a imigração. Desde a digitalização até a elaboração da nova exposição, servem como ferramenta para que as novas gerações possam acessar e valorizar esse patrimônio.

O processo de preservação e difusão desse acervo proporciona a valorização do patrimônio cultural, permitindo que a comunidade entre em contato com estes registros históricos, e conheça a sua própria identidade cultural. Esse esforço contínuo de preservação, aliado à educação patrimonial, bem como, as ações extensionistas que vinculam a Universidade Federal de Santa Maria, e a Prefeitura de Faxinal do Soturno, demonstram o poder dos projetos de extensão no fortalecimento da identidade cultural local e no desenvolvimento da educação patrimonial. Do mesmo modo que, o movimento pioneiro do Irmão Ademar da Rocha pode ser considerado como a preservação de uma parte importante da história da Quarta Colônia, consolidando sua obra como um marco para a memória da região.

Com isso, conclui-se que mesclar essas diferentes atuações utilizando o pensar arquivístico e visando uma difusão dessas matérias tão importantes para o município foi primordial para tornar a experiência inesquecível. E também, para reflexão acerca da importância da valorização da arquivologia como instrumento de fomento à cultura, então, entende-se que a abrangência da área vai para além do ambiente administrativo, o ser arquivo é também trazer as pessoas para dentro dos acervos.

Referências:

BACCIN, Vanessa. **O Pré-Seminário São José de Faxinal do Soturno: história, memória e patrimônio da Quarta Colônia** - 2022. 136 p. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2023.

CRUZ, Jorge Alberto Soares. **A identidade e a memória como fatores de desenvolvimento e integração: a Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS/Brasil e o desenvolvimento regional (1955-2020)** - 2020. 240 p. Tese. (Doutorado em História) Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2020.

KLEIN, Eloísa. **Vida de Projeção**. Santa Maria: Editora Pallotti, 2004.

LEONARDI, Rosângela. **Divulgação do Museu Fotográfico Irmão Ademar da Rocha do Município de Faxinal do Soturno/RS** - 2023. 102 p. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2023.

MARTINS, Tatiana Godinho. **Expografia Museu Fotográfico Irmão Ademar da Rocha 1910 - 2023**. Faxinal do Soturno. Produção Técnica. 2023.

MARTINS, Tatiana Godinho; BORIN, Marta Rosa. **RELIGIOSIDADE CAPTURADA PELAS LENTES FOTOGRÁFICAS: ANÁLISE DA PRIMEIRA FOTOGRAFIA DO ACERVO DO MUSEU FOTOGRÁFICO IRMÃO ADEMAR DA ROCHA**. In: 20 enecult, 2024, Salvador/Ba. 20 enecult. Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Salvador/Ba, 2024. v. 1. p. 1-15. Disponível em: <ARTIGO ENECULT - com correções. docx (ufba.br)> Acesso em 15 de setembro de 2024.

MARTINS, Tatiana Godinho; **Expografia Museu Fotográfico**. 2024. 22p. Relatório de Estágio (Graduação em Arquivologia) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2023.

TAVARES, Mônica. Processos de criação na arte. I Seminário do Grupo Multidisciplinar de Estudo e Pesquisa em Arte e Educação, 2012. Disponível em: <https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/002913390.pdf> Acesso em 20 de setembro de 2023.



As casas de Porto Novo: a arquitetura como representação da história local

*The houses of Porto Novo:
architecture as a representation of local history*

Douglas Orestes Franzen¹

Daiane Giehl²

RESUMO

A relação entre patrimônio, memória e identidade compõe um contexto de ambivalência e complementaridade. O patrimônio se constitui como um bem simbólico e de significado, que se vincula à ideia de identidade e que fomenta a memória. Nesse sentido, o trabalho busca analisar de que forma patrimônio, memória e identidade podem ser compreendidos por meio de uma análise histórica da colonização étnica e confessional de Porto Novo, hoje municípios de Itapiranga, São João do Oeste e Tunápolis. O objetivo é oferecer subsídios para práticas patrimoniais, principalmente em uma perspectiva do patrimônio arquitetônico edificado.

Palavras-chave: Patrimônio. Arquitetura colonial. Porto Novo.

ABSTRACT

The relationship between heritage, memory and identity forms a context of ambivalence and complementarity. Heritage is a symbolic and meaningful asset, which is linked to the idea of identity and which fosters memory. In this sense, the work seeks to analyze how heritage, memory and identity can be understood through a historical analysis of the ethnic and confessional colonization of Porto Novo, today the municipalities of Itapiranga, São João do Oeste and Tunápolis. The objective is to offer subsidies for heritage practices, mainly from the perspective of built architectural heritage.

Keywords: Heritage. Colonial architecture. Porto Novo.

1 Doutor em História pela Universidade de Passo Fundo. Docente do Centro Universitário Uceff e Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisa em Patrimônio. Email: douglas@uceff.edu.br.

2 Acadêmica do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Uceff. Bolsista de iniciação científica.

Introdução

A arquitetura é a uma forma de representação da memória, conectando as pessoas com a história através da lembrança e também da representatividade da edificação para a paisagem e para o local de vivência. Sendo fruto de um determinado contexto histórico, a arquitetura representa uma forma de representação, simbólica e técnica, aliando variadas dimensões para compor um conjunto de significados materializados através dos estilos, dos elementos e dos materiais empregados para sua edificação.

Nessa dimensão, o trabalho apresenta uma análise da denominada arquitetura colonial, representada através das casas e residências historicamente edificadas na colonização Porto Novo, um espaço notadamente de colonização alemã no extremo oeste de Santa Catarina. Ali se desenvolveram linhas coloniais de ocupação territorial onde foram edificadas casas dos colonos com características arquitetônicas de referência histórica, hoje compreendidas como patrimônio arquitetônico pela sua relevância histórica e pela sua simbologia para a paisagem cultural do local.

O objetivo do trabalho é fazer uma análise das edificações históricas ainda presentes no cenário da paisagem local, buscando compreender suas características arquitetônicas, bem como seu contexto histórico com a finalidade conectá-las com a dimensão patrimonial que representam. Para tanto, considera-se a arquitetura em madeira e a arquitetura em alvenaria, como duas formas construtivas marcantes das casas coloniais, tanto do espaço urbano como do espaço rural.

A colonização Porto Novo: uma identidade histórica

O projeto de colonização Porto Novo foi idealizado pela Sociedade União Popular, denominada em alemão de *Volksverein*, instituição que coordenou a implantação de outras colônias alemãs no Rio Grande do Sul, vinculado aos Padres Jesuítas, com o objetivo de implantar no extremo oeste de Santa Catarina uma nova fronteira agrícola e social. O empreendimento foi financiado pela Cooperativa de Crédito *Sparkasse*, e fundado oficialmente no ano de 1926. Já no ano de 1928, a colonização recebeu o nome de Itapiranga, atual nome do município, gerando mais tarde a emancipação dos municípios de Tunápolis e São João do Oeste.

A característica do empreendimento Porto Novo era de aceitar somente migrantes que fossem de origem germânica e católica. Nesse sentido, famílias originárias das colônias do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina compraram terras nessa colônia em busca de novas fronteiras agrícolas, onde as terras já estavam subdivididas e esgotadas. Da mesma forma, adquiriram terras em Porto

Novo, imigrantes que fugiam das duras condições de vida em vilarejos europeus, expulsos pelas atrocidades da guerra, pela perseguição étnica-política, ou pelas péssimas condições de vida e de trabalho lá existentes.

O processo de fundação da colônia Porto Novo promoveu a transferência de um local para outro de uma bagagem cultural alicerçada em sujeitos através de uma estrutura socioeconômica e cultural que esses sujeitos trataram de transportar de seu local de origem através das instituições, organizações e no seu estilo de vida. O processo de migração/imigração é bastante complexo, envolve subjetividades e construção de vínculos trans-territoriais, onde a cultura, os padrões de vida, as redes simbólicas de sociabilidade se ressignificam pela transposição territorial, quando o ato de deixar uma região para se estabelecer em outra simboliza uma perda, mas também um ganho, uma nova vida, um novo desafio de construir um destino num novo espaço, muitas vezes inóspito e distante. Essa bagagem cultural e social dos migrantes adaptou-se ao meio, às limitações do isolamento percebido no período no extremo-oeste catarinense, fazendo com que os sujeitos construíssem uma nova identidade, com fortes traços herdados das colônias de origem, mas com uma nova dinâmica estrutural.

De maneira geral podemos sintetizar a origem dos colonizadores de Porto Novo sob duas perspectivas. A primeira das famílias imigrantes originárias da Alemanha e de colônias alemãs europeias como da região da Bessarábia, os *Deutschrumanen*, e do vale do Rio Danúbio na Iugoslávia, os *Donauschwaben* (JUNGBLUT, 2000). Essas famílias deixaram a Europa motivadas por questões econômicas, políticas e territoriais do cenário conturbado das décadas de 1920 e 1930, sendo significativo o número de imigrantes que se estabeleceram em Porto Novo, principalmente por intermédio de agenciadores e de influência dos padres jesuítas e da *Volkverein* nesses processos imigratórios. A segunda, composta de famílias descendentes da primeira geração de imigrantes alemães do século XIX que se estabeleceram nas colônias velhas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Essas famílias já estavam adaptadas ao território e ao clima brasileiro e deixaram suas regiões de origem motivadas principalmente pela questão fundiária e a degradação das relações produtivas, pela escassez de terras e limitações produtivas (Roche, 1969). Além disso, muitas famílias compraram terras em Porto Novo motivados pela propaganda de prosperidade, fartura territorial, de solo e de riqueza natural, além do atrativo étnico e cultural do catolicismo e da germanidade (Mayer, 2016).

Na concepção de Woortmann (1994) a migração de uma colônia velha para uma colônia nova seria um processo de dispersão que minimizaria a pressão demográfica nas primeiras, “fazendo com que o mesmo processo que produz a colônia nova reproduza a colônia velha” (WOORTMANN, 1994, p. 182).

Ou seja, nesse processo migratório se reconfiguram conhecimento e vivências simbólicas que estruturam padrões de vida e de compreensões espaço-temporais.

Fato que se pretende destacar é de que havia uma intencionalidade conjectural em se formatar uma colonização homogênea étnica e cultural no local. Essa preocupação já vinha de longa data e o tema se acalorava entre lideranças católicas do *Volksverein*, elemento que se fundia na preocupação em constituir laços matrimoniais entre famílias católicas e alemãs, manutenção de costumes e tradições consideradas de índole cristã, relações comunitárias e sociais que conservassem padrões sociais tradicionais em oposição ao padrão moderno e heterogêneo então em voga no Brasil (WERLE, 2011). Essa preocupação com a homogeneidade étnica e confessional direcionou o desenvolvimento da colonização Porto Novo nas primeiras décadas, modelo que acabou caindo em desuso a partir da década de 1950. Mas é preciso destacar de que esse padrão germânico e católico foi determinante na formatação de um sistema cultural, elemento que constituiu a base de identidade germânica presente na cultura local e que se manifestou na produção arquitetônica que se pretende analisar.

A colonização Porto Novo foi organizada da forma que fossem vendidos lotes rurais, de aproximadamente 25 hectares. Para a ocupação do território foram planejados centros comunitários, onde se zelava pela construção de uma capela e de uma escola, e em alguns casos também foram abertas casas comerciais para abastecer as famílias com suprimentos. A partir desses núcleos comunitários que se irradiavam as linhas coloniais, onde se assentavam as propriedades agrícolas e as famílias que adquiriam um lote, elemento que se repetiu em grande parte das colonizações alemãs no Sul do Brasil. Da mesma forma idealizados núcleos urbanos, que se formataram mais tarde nas sedes dos municípios de Itapiranga, São João do Oeste e Tunápolis.

A arquitetura colonial e a identidade germânica

Simbolicamente o projeto de colonização inseriu um padrão de sociedade no território. De maneira geral, os projetos de colonização implantados no Oeste de Santa Catarina foram coordenados por empresas de colonização que recebiam as terras por concessão do Estado ou através da compra de extensas faixas de terras que eram divididas em lotes coloniais para a venda às famílias colonizadoras. Nesse sentido diversos empreendimentos se formaram na região na primeira metade do século XX, orquestrados pelas empresas colonizadoras. A procedência dos colonizadores era diversa, mas há de se destacar a predominância de famílias providas do Rio Grande do Sul. Esse processo de ocupação do território foi diverso, mas há alguns elementos de formação de nichos étnico-culturais de ascendência germânica, como, por exemplo, a colonização de Porto

Feliz, atualmente município de Mondaí, que inicialmente fora idealizada para ser uma colonização de alemães de confissão evangélica sob coordenação da empresa Chapecó-Pepery e também na colonização do município de São Carlos, onde se instalaram diversas famílias de origem alemã bem de teuto-russos na comunidade interiorana de Aguinhas. Esses nichos étnicos se formatam pela sociabilidade comunitária, pela influência familiar na aquisição de terras e pela identidade étnica-cultural.

Os bens materiais trazidos pelas famílias colonizadoras eram bem restritos pelas dificuldades de chegar à região, sendo a mudança limitada basicamente a bens e utensílios pessoais. A estruturação das propriedades despendeu um grande esforço além de abertura de estradas e consolidação dos centros comunitários. Na colonização de Porto Novo a abertura das estradas e a construção das escolas era de responsabilidade da empresa colonizadora, mas em não poucas vezes as famílias tiveram que se dedicar para que essa infraestrutura se consolidasse.

Como atividade econômica inicial e obviamente como uma necessidade de ocupação do espaço, pode-se destacar a exploração da madeira muito vasta na região. A exploração da madeira movimentou um dos primeiros ciclos econômicos regionais fornecendo matéria prima para as edificações e para a comercialização. Esse ciclo econômico movimentou um capital financeiro considerável e colaborou enormemente na estruturação da economia regional. Além do potencial econômico, a exploração da madeira serviu de suporte para a constituição de um padrão arquitetônico local, principalmente residencial e de estruturação da propriedade como o paiol, o galpão e o estábulo. Grande parte das edificações construídas nas primeiras décadas foram feitas de madeira, principalmente com madeiras com durabilidade e qualidade para tal. A disseminação da arquitetura em alvenaria se popularizou mais a partir da década de 1950.

Essa existência de um capital financeiro é um elemento importante a considerar. Não queremos afirmar de que as famílias dos colonizadores possuíam vastas riquezas financeiras, mas também não se deve cair no erro de achar que as famílias eram pobres e desprovidas de capital. Tanto as famílias vindas da Europa como as famílias vindas das colônias velhas do Sul do Brasil, possuíam razoável capital financeiro. Um desses elementos, que serve de comprovação da existência um capital financeiro local, é a fundação de uma cooperativa de crédito, a Caixa Rural União Popular, primeira cooperativa de crédito do Estado de Santa Catarina. Esse capital financeiro movimentou a economia e estimulou o desenvolvimento local, acarretando a produção de uma arquitetura e de uma cultura edificatória.

Um elemento importante a considerar é a dimensão do patrimônio imaterial do colonizador, ou seja, seu conhecimento sobre edificações e ocupação do território. A migração para Porto Novo exigiu uma adequação

das famílias às limitações e potencialidades do território, tanto na abertura das zonas de colonização e derrubada da mata, bem como a assimilação de um novo padrão de vida diante da realidade e dos recursos disponíveis. Isso formatou uma simbiose entre a personalidade do colonizador e a natureza local, formatando uma relação de complementaridade. Há de se destacar que para as famílias colonizadoras foram muito importantes os conhecimentos dos caboclos e posseiros que viviam na região, conhecedores dos recursos naturais locais.

Como migrante, o colonizador carrega consigo uma bagagem de conhecimento e de cultura acerca da tecnologia e dos sistemas construtivos. Esse conhecimento adquirido e assimilado na colônia de origem se reconfigura na nova paisagem, adequando-se as questões de relevo, de clima e disponibilidade de materiais. Nesse sentido a imigração da Alemanha para o Sul do Brasil é significativa, pois representa a transposição de valores e simbologias de uma realidade espaço-temporal para outra. Essa bagagem de cultura se manifestou na linguagem, em elementos de tradição, simbologias do cotidiano e evidentemente na forma de edificar.

O relativo isolamento da região nos primeiros anos de colonização provocou condicionamentos adaptativos. Uma multiplicidade de técnicas locais, geradas espontaneamente movia os pioneiros. Todas as famílias eram potencialmente produtoras de alimentos, objetos de trabalho, roupas, calçados, móveis e outros. A necessidade fez aflorar a criatividade das pessoas. Inventaram-se moinhos, prensas, rodas d'água, instrumentos de trabalho, cachaça, vinho, cerveja. Em cada família se gestava um cientista natural, um mecânico, um construtor, um sapateiro, uma costureira, um farmacêutico, uma parteira, um marceneiro.

Diante das deficiências estruturais do novo território, a preocupação inicial das famílias ao edificar suas residências não era arquitetônica, mas sim, edificatória e um abrigo para as suas famílias. Isso pode explicar a singela ornamentação encontrada em grande parte das edificações mais antigas, elemento que pode ser explicado também pela escassez de materiais construtivos e também pela pouca mão de obra especializada. Assim, os exemplares mais antigos encontrados não carregam grandes riquezas em elementos de ornato, mas sim, um estilo simples e austero.

Uma característica muito presente nas edificações históricas da região é a ocorrência das construções em formato de chalé, elemento arquitetônico caracterizante da edificação alemã. Esse estilo representa uma transposição de um valor simbólico originário da Europa, onde a ocorrência da neve e do clima extremo exige uma cobertura mais verticalizada. Na colonização Porto Novo o estilo chalé foi amplamente utilizado, oferecendo um pavimento superior para o uso doméstico como depósito ou dormitório, o que localmente é denominado em alemão de *Speiger*.

As edificações residenciais obedeciam à estrutura familiar, que nas primeiras décadas eram muito numerosas. Como uma exigência social e moral vigiada pela Igreja Católica, as famílias tinham muitos filhos o que demandava de maneira geral uma residência com muitos cômodos. Obviamente que a estrutura residencial estava atrelada às condições financeiras, mas não é raro encontrar edificações com requintes arquitetônicos e ornamentais que remetem a uma simbologia germânica. Talhas de madeira, ornamentos na fachada, nas aberturas e no trabalho do assoalho. O trabalho com a madeira desenvolveu técnicas construtivas e ornamentais muito presentes na paisagem edificada.

A arquitetura manifesta em Porto Novo até por volta da década de 1960 era uma arquitetura essencialmente vernacular, condicionada pelos materiais e instrumentos construtivos dispostos no local. Não era uma arquitetura erudita e muito menos praticada por arquitetos e engenheiros. Quem trabalhava na construção dessas residências de maneira geral eram profissionais autodidatas, que adquiriram o conhecimento pela experiência. Em raras exceções, houve imigrantes alemães que vieram da Alemanha com uma formação em carpintaria, esses fizeram trabalhos mais requintados e detalhados.

A arquitetura em madeira

As primeiras casas edificadas em Porto Novo, após o primeiro rancho ou acampamento do colonizador, foram as casas em madeira. A madeira era um produto abundante pela vasta floresta e variedades de espécies de árvores existentes. Edificar com a madeira é uma técnica milenar desenvolvida e aperfeiçoada a partir de partidos arquitetônicos e técnicas estruturantes da edificação. Nesse contexto, o enxaimel, como técnica construtiva milenar e amplamente difundida na cultura germânica foi preponderante e manifesta de variadas formas e combinações.

O estilo enxaimel, ou *Fachwerk*, é um padrão arquitetônico atribuído historicamente às regiões germânicas da Europa central. Segundo Weimer (2005) o *Fachwerkbau* designa um padrão construtivo centenário, originário da sociedade feudal, em que as paredes são estruturadas por um tramado de madeira onde as peças horizontais, verticais e inclinadas são encaixadas entre si, em que os tramos são posteriormente preenchidos com taipa, adobe, pedra, tijolos, ou outro material que torne possível a vedação das paredes. O enxaimel original da Europa passou por processos de readaptação e reconfiguração ao longo dos tempos, reflexo da disponibilidade de recursos e das limitações na exploração da madeira para a construção civil. Paulatinamente foram agregados elementos estruturais, como blocos de pedra e no século XIX a alvenaria. Mas é preciso destacar de que, além do elemento estético, o enxaimel é de relevância estrutural.

Assim, concordamos com Weimer (2005) e Wittmann (2019) de que o enxaimel é uma técnica construtiva, onde a plástica caracterizante de tal padrão arquitetônico se torna uma consequência de tal postulado. Ou seja, é preciso criar uma consciência de que o enxaimel é muito mais do que meramente aquela imagem romântica que se constitui de uma casa formada por um tramado de madeira com paredes compostas de tijolos à vista. O enxaimel, sendo essencialmente uma técnica de construção parte do princípio da estrutura, onde a plástica é uma composição final do processo, não a sua essência.

Ao longo dos tempos essas construções foram recebendo novas adequações e elementos conforme a disponibilidade de materiais ou as necessidades climáticas e naturais, bem como a sua diversificação de usos, gostos e práticas sociais e culturais, mas sem perder a sua essência: a estrutura em madeira, independente das paredes e dos fechamentos (WITMANN, 2019). O senso comum atribui o enxaimel como uma prática arquitetônica característica somente das regiões germânicas, como Alemanha, Áustria e Suíça, mas, no entanto, essa concepção construtiva se disseminou pelo mundo e por variadas culturas sendo um princípio construtivo. Mas, temos de admitir de que o enxaimel ganha notoriedade pela sua ligação com as culturas germânicas do centro da Europa e das colônias fundadas pelos imigrantes que dali partiu para os outros continentes.

Os partidos gerais do enxaimel europeu são geralmente divididos em alemânico, franco e saxão, elementos que caracterizam a estética e as formas em que são estruturados os elementos. Não é nosso objetivo caracterizar cada uma dessas tipologias, mas é preciso destacar de que o partido tem uma característica genuína onde o elemento da madeira desempenha um papel fundamental tanto na estrutura, quanto na composição do telhado. A planta única é uma característica das edificações enxaimel, sendo as divisórias internas orquestradas em consonância com as pilastras de sustentação, principalmente nas edificações de maior porte.

Diversos elementos estruturantes compõe a arquitetura enxaimel como os baldrames, os frechais e as tesouras como componentes do telhado, a composição dos esteios e os barrotes para escoras da estrutura. É importante destacar também de que o enxaimel possui um programa bem amplo de aplicação, que vão desde residências com uma volumetria e escala mais reduzida e modesta à edificações de maior porte, com uma verticalidade mais expressiva. Além de ser aplicado em edificações, o enxaimel como técnica construtiva e conhecimento vernacular de uso da madeira, pode ser percebido em peças de mobiliário e em variadas formas de construtivas de aplicabilidade da carpintaria. (WITTMANN, 2019)

Para o momento queremos considerar o fato de que esse partido construtivo veio para o Brasil junto com os imigrantes e se manifestou em diversas regiões

de colonização germânica. No entanto, é preciso ter ciência de que houve a necessidade da adaptação do sistema construtivo às limitações impostas pelo meio, pela disponibilidade de matéria prima e pelas exigências climáticas. Apesar da ocorrência do frio na Região Sul do Brasil, as altas temperaturas que também ali ocorrem exigiram novos processos arquitetônicos.

É difícil, ou até impossível estabelecer uma tipologia da ocorrência do enxaimel na região de Itapiranga. Primeiro porque o fluxo migratório, apesar de homogêneo em alguns sentidos étnicos e culturais, foi originalmente bem diverso composto de imigrantes natos alemães e de teuto-brasileiros, descendentes de segunda ou terceira geração da imigração do século XIX. Segundo porque as técnicas construtivas tiveram que ser adaptadas à disponibilidade de materiais bem como à disponibilidade de recursos financeiros.

Mas é possível considerar a hipótese de que em Porto Novo há ocorrência considerável do enxaimel franco. Consideramos essa perspectiva porque a bibliografia acerca da imigração alemã parece estabelecer um consenso de que grande parte dos imigrantes que se instalou no Brasil é originária da região chamada de *Hunsrück*, localizada na região Sudeste da Alemanha, no Estado Renânia-Palatinado nas proximidades dos rios Mosel e Reno, na divisa atual da Alemanha, França e Luxemburgo. Essa perspectiva se torna mais consistente se formos analisar o fato de que em Porto Novo o dialeto alemão *Hunsrückisch* é preponderante (RUSCHEINSKY, 2014), e pelo fato de que essa região sudoeste da Alemanha ter uma influência muito forte do catolicismo-cristão, o que nos leva a concluir que muitos alemães e teuto-brasileiros que se instalaram em Porto Novo serem procedentes dessa região.

Outro fator que é preciso considerar é a relevância patrimonial do enxaimel como símbolo cultural e de relevância paisagística. Primeiro porque se trata de um conhecimento milenar de construir em carpintaria, um trabalho que vincula práticas de saber fazer, de conhecimento e de técnica de trabalho constituindo um símbolo de relevância material e imaterial. Segundo porque caracteriza o processo de formação da paisagem, porque o enxaimel se conecta com o ambiente natural. A casa do colono alemão, por exemplo, se conecta na cultura do *Hof*, termo que não pode ser traduzido literalmente, mas que designa o conjunto de funções que identificam a sede de um estabelecimento agrícola, compondo-se da residência, das benfeitorias, da horta, do pomar e do pátio (WEIMER, 2005).

Imagem 1 - Residência Hauser, de Linha Presidente Becker, Itapiranga, construída em 1940



Fonte: Dos Autores, 2023.

Imagem 2 - Residência Konzen/Jungbluth, Linha Cristo Rei, São João do Oeste, construída em 1956.



Fonte: Dos Autores, 2022.

As casas em alvenaria

A alvenaria é uma técnica construtiva que faz uso de pedras e tijolos e que utiliza materiais como areia, barro e cimento para compor as paredes da edificação. As primeiras manifestações de edificações em alvenaria começaram a aparecer em Porto Novo nos anos 1930. Segundo registros, a primeira teria sido a Casa Canônica da Paróquia São Pedro Canísio (atual Museu Comunitário Almiro Theobaldo Müller de Itapiranga), construída entre 1932 e 1933.

Os partidos arquitetônicos dessas edificações em alvenaria variaram bastante com o passar dos tempos, desde as primeiras amostras em estilo colonial até as edificações com estilo modernista. Neste estudo vamos analisar as edificações construídas até por volta da década de 1950, quando a referência arquitetônica com a utilização do tijolo maciço ou de blocos de pedra, com alvenaria autoportante. A maioria dessas edificações foi construída sem a utilização de ferro na sua estrutura e por isso em grande parte delas não há vigas, sendo os blocos de pedra encaixados para dar sustentação para a edificação.

O programa é relativamente bastante simples e singelo, com o espaço interno formado por cômodos necessários para a vida familiar, como a cozinha e os quartos e em alguns casos uma sala de estar. Na fachada há alguns elementos ornamentais que proporcionam um estilo marcante dessas residências. Os acabamentos como assoalho, aberturas e forro é feito de madeira. O telhado é de duas águas e de maneira geral coberto por telhas francesas. Em muitas delas há o sótão (Speiger), espaço que era utilizado como quartos ou até mesmo como depósito de sementes e alimentos.

Na residência Neiss, localizada na Linha Chapeu, município de Itapiranga, percebemos detalhes ornamentais na cumeeira, no arquitrave e também no frontão, o que demonstra um estilo bastante peculiar para a época. Isso demonstra de que, apesar de todas as limitações e dificuldades da vida colonial, havia uma preocupação estética com a edificação, que além de ser uma moradia, também era um valor patrimonial das famílias.

Imagem 3 - Residência Neiss de Linha Chapeu, Itapiranga, construída em 1937.



Fonte: Dos Autores, 2023.

A residência Düngersleben foi construída em 1959 em alvenaria autoportante, pelo então construtor Luiz Francisco Ott. Ela possui detalhes ornamentais na sua fachada que lhe proporcionam um traço marcante, além do registro do ano de sua construção, em 1959. Esse registro era uma marca do construtor Luiz Ott, feito em grande parte das edificações por ele construídas. Na varanda frontal há um guarda corpo ornamentado com florais e as aberturas em madeira também possuem entalhados detalhes ornamentais policromáticos, que proporcionam a ela um valor artístico bastante significativo. A cobertura é formada por um telhado de quatro águas com uma leve flexão, que forma o que antigamente era denominado de telhado cupiá.

Imagem 4 - Residência Dünkersleben, localizada na Linha Chapéu, Itapiranga.
Construída em 1959.



Fonte: Dos Autores, 2023.

A arquitetura em alvenaria também foi utilizada para a construção das casas comerciais, que eram locais de referência para a colônia. A partir dos anos 1945, muitas igrejas também foram construídas em alvenaria em estilo gótico atemporal e mais tarde em estilo modernista.

As edificações em alvenaria receberam muita influência de movimentos arquitetônicos que ocorriam nos centros urbanos como o estilo neocolonial e o decó. Essas manifestações mais litorâneas e de grandes centros urbanos chegaram ao interior como inovações construtivas e se tornaram símbolo de modernidade e beleza. Nas regiões coloniais, chegaram adaptadas aos materiais que estavam à disposição e aos recursos técnicos e construtivos disponíveis no momento.

As casas e sua relevância patrimonial

As casas coloniais ainda presentes na paisagem local são testemunhos e registros do tempo. Pela sua relevância histórica são patrimônio material e que emana patrimônio imaterial pela sua relação com a memória, com a lembrança e com a dimensão simbólica da colonização.

A edificação se conecta com uma paisagem natural e cultural, formando um contexto paisagístico que pode ser concebido como patrimônio no sentido de expressar a diversidade ambiental e cultural que forma uma localidade. No espaço se funde a riqueza natural do rio e a vegetação com a riqueza histórica e cultural do processo de formação da comunidade e da ocupação espacial. A paisagem cultural como categoria de patrimônio é um aspecto que precisa ser considerado para a compreensão de uma localidade. Entender a paisagem cultural nos remete a visualizar duas dimensões: primeiramente a morfológica com a temporalidade da natureza a partir do relevo, do clima, do curso dos rios e da cobertura vegetal; e da temporalidade da ação humana a partir do seu conteúdo simbólico como aços e marcas humanas que vão sendo imprimidas no espaço geográfico registrando suas atividades, seus costumes, suas técnicas de edificar e modificar o espaço através da agricultura e extração natural por exemplo. A paisagem natural traz consigo as diferentes marcas dessas temporalidades em ciclos curtos e longos da história.

Conforme a Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 216, constituem patrimônio cultural os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, que são portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade, onde se incluem as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas, as obras, objetos, documentos, edificações, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico e ecológico (BRASIL, 1988).

O patrimônio pode ser considerado de natureza material (tangível) onde se enquadram a arquitetura, os objetos, mobiliários, fotografias, documentos; e de natureza imaterial (intangível) sendo as expressões culturais, religiosas e simbólicas como danças, costumes, tradições, celebrações, saberes, crenças, conhecimentos populares, culinária; e de natureza ambiental e natural como rios, paisagens, florestas, bosques, plantas, vales.

O sentido de se preservar está relacionado diretamente ao legado para as futuras gerações, aos registros que são capazes de propiciar a compreensão da história para as gerações futuras, uma vez que cada pessoa é parte do todo, da comunidade em que vive e nela constrói, juntamente com os demais, a história de uma sociedade, através dos produtos criados e das intervenções com o meio ambiente.

Patrimônio, portanto, tem alma, tem vida, é vinculado à pessoas com seus costumes e saberes, é memória e construção, é documento e cultura. Patrimônio material e imaterial não são desconexos, tudo que é material no patrimônio tem uma relação com algo imaterial. Assim, preservar o patrimônio cultural de uma sociedade é manter as marcas de sua história no tempo, possibilitando, com isso, a construção e reconhecimento das identidades. Trata-se de memória lembrada, capaz de resgatar do esquecimento acontecimentos significativos para a sobrevivência de um grupo, de sua cultura, folclore e etnia. Essa consciência histórica se reconstrói sobre um fundo de esquecimento, pois segundo Tedesco (2011) o passado não pode ser recordado por inteiro, e nem da mesma forma em que foi vivido; a memória não tem essa capacidade de congelamento e cristalização. Se preservarmos uma antiga residência estamos tratando de um patrimônio material, mas que evoca também o patrimônio imaterial, através das memórias, das vivências, das formas de vida que ali se consolidaram na vida familiar.

O patrimônio imaterial tem uma dimensão direta com a cultura. Na visão do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a cultura de um povo engloba as crenças, suas visões de mundo, seus saberes e fazeres. “Trata-se, portanto, de um processo dinâmico de transmissão, de geração a geração, de práticas, sentidos e valores, que se criam e recriam (ou são criados e recriados)” (IPHAN, 2012, p. 7). Na visão do Iphan, o objetivo principal da preservação do patrimônio cultural é fortalecer a noção de pertencimento de indivíduos a uma sociedade, a um grupo ou a um lugar, contribuindo para a ampliação do exercício da cidadania e para a melhoria da qualidade de vida.

A memória é um dos aspectos marcantes da condição humana. De caráter individual ou coletivo, a memória é a capacidade que temos de armazenar informações que são obtidas através de experiências adquiridas nos diversos momentos de nossas vidas. A memória nos liga e nos vincula com os tempos, identifica e registra nossa existência, transmigra conosco. Sem memória talvez não fossemos seres humanos, pois a linguagem, os hábitos, a identidade e o grupo social com o qual convivemos estão diretamente ligados a este condicionante (TEDESCO, 2011).

Na compreensão de Izquierdo (1989, p. 89), em uma perspectiva prática, “a memória dos homens e dos animais é o armazenamento e evocação de informação adquirida através de experiências; a aquisição de memórias denomina-se aprendizado. As experiências são aqueles pontos intangíveis que chamamos presente”. Reside no aspecto do aprendizado a importância da memória que buscamos analisar, ou seja, no potencial de significado cultural, de identidade, de relação social, de consciência histórica e temporal. Devido a seu caráter de relatividade e vulnerabilidade na dinâmica do tempo, Pollak (1992)

define que, no sentido de seletividade, a memória necessita de elementos de estimulação, de referenciais para que se mantenha viva e presente.

Nessa perspectiva o patrimônio edificado é um artefato potencializador da memória e da identidade, que atua como elemento imbuído de um valor simbólico, envolto em uma vivência e um padrão de cultura. Na concepção de Badalotti (2015), patrimônio tem vida, tem vínculo com pessoas, costumes e saberes, sendo memória e construção, cultura e referencial documental, compondo um conjunto de bens que devido ao seu valor sentimental, deve ser considerado de interesse relevante para a permanência e a identidade da cultura de um povo. “Esse conceito não está restrito apenas a produção material humana, mas abrange também a produção emocional e intelectual” (BADALOTTI, 2015, p. 20).

Nessa dimensão, uma edificação histórica tem um potencial de memória muito expressivo e por isso se caracteriza essencialmente como um patrimônio que merece ser preservado e compreendido a partir da sua dimensão arquitetônica. A partir da noção de patrimônio edificado, as casas históricas tem um potencial educativo e também turístico, podendo servir de referências para políticas públicas no âmbito da educação patrimonial e também servir de referência para práticas turísticas.

Referências Bibliográficas

BADALOTTI, Claudine M. **Arquitetura, etnicidade e patrimônio: as construções da imigração italiana na Rota dos Caminhos de Pedra no Rio Grande do Sul**. 2015. 172 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós Graduação em História da Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2015.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Senado Federal, 1988.

IPHAN. **Patrimônio cultural imaterial: para saber mais**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília: Iphan, 2012.

IZQUIERDO, Ivan. Memórias. In: **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 3, n. 6, p. 89-112, ago 1989.

JUNGBLUT, Roque. **Documentário Histórico de Porto Novo**. São Miguel do Oeste: Arco Íris Gráfica e Editora, 2000.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Tradução Emery Ruas. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

TEDESCO, João Carlos. **Passado e presente em interfaces: introdução à uma análise sócio-histórica da memória**. Passo Fundo: Ed Universidade de Passo Fundo; Xanxerê: Ed. Universidade do Oeste de Santa Catarina; Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2011.

WEIMER, Günter. **A arquitetura popular da imigração alemã**. 2ª edição.

Porto Alegre: UFRGS, 2005.

WERLE, André Carlos. **Porto Novo**: o reino jesuítico germânico no oeste de Santa Catarina. Curitiba: CRV, 2011.

WITTMANN, Angelina. **Fachwerk** – a técnica construtiva enxaimel. Blumenau: AmoLer Editora, WOORTMANN, Ellen. **Herdeiros, parentes e compadres**. São Paulo: Hucitec, 1994.

RUSCHEINSKY, Elena W. **“Uma vez” falando em alemão**: o uso da variante no português falado em Itapiranga e São João do Oeste-SC. 118 f. Dissertação Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da UFFS, Chapecó, 2014.



Preservando a memória, reconstituindo o passado: ações arquivísticas em acervos da Quarta Colônia (IVORÁ/RS)

*Preserving memory, reconstituting the past: archival actions in the
collections of the Fourth Colony (IVORÁ/RS)*

Gabriela Viera dos Santos¹

Jorge Alberto Soares Cruz²

RESUMO

O presente estudo, de maneira ensaística, pretende relatar as experiências de extensão que vêm sendo desenvolvidas no projeto Ações Arquivísticas em Acervos da Quarta Colônia, da Universidade Federal de Santa Maria, e a partir disso demonstrar a relevância histórica e local da preservação do acervo pessoal de Alberto Pasqualini. A região da Quarta Colônia, no Rio Grande do Sul, possui diversos acervos arquivísticos que, devido a sua importância social, cultural e religiosa, carecem de um tratamento especial. Assim, a UFSM, por meio dos cursos de Arquivologia e História, em parceria com os municípios da Quarta Colônia, desenvolve ações conjuntas de extensão que visam a organização, preservação, valorização e divulgação do patrimônio histórico e documental da região, envolvendo professores, técnicos, acadêmicos e a comunidade local. Nesse sentido, atualmente, desenvolve-se no município de Ivorá, a organização, higienização e catalogação do acervo bibliográfico do senador Alberto Pasqualini, importante figura na história política nacional, em especial do RS, sendo oriundo da cidade em questão. O trabalho, ainda em andamento, de higienização e, posteriormente, de arranjo e ordenamento dos documentos, busca respeitar a lógica pessoal e afetiva desempenhada por Suzana Pasqualini,

1 Graduada em História Bacharelado pela Universidade Federal de Santa Maria, bolsista FIEIX no Projeto Ações em Acervos Arquivísticos de São João do Polêsine e Quarta Colônia, do curso de Arquivologia da UFSM. E-mail: gsdviera@gmail.com.

2 Professor Associado I da Universidade Federal de Santa Maria, no Departamento de Arquivologia; Professor do curso de mestrado profissional do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural PPGPPC/CCSH/UFMS e colaborador do Curso de Especialização em Arquivos Permanentes- FURG. Atualmente exerce a função de Chefe do Departamento de Arquivologia da UFSM. E-mail: jorgecruz@ufsm.br.

esposa de Pasqualini e responsável pela organização do referido acervo. Segundo Britto e Padoin (2023), a memória presente em um arquivo pessoal, não remete somente ao titular, mas também a sociedade e a época em que ele está inserido. Dessa forma, entende-se que preservar esses documentos viabiliza a realização de estudos e pesquisas na área de história, bem como auxilia na valorização da memória local e no desenvolvimento da região.

Palavras-chave: Extensão. Preservação. Memória.

ABSTRACT

This study, in essay form, intends to report on the extension experiences that have been developed in the project Archival Actions in Archives of the Fourth Colony, at the Federal University of Santa Maria, and from this demonstrate the historical and local relevance of preserving Alberto Pasqualini's personal collection. The region of Quarta Colônia, in Rio Grande do Sul, has several archival collections which, due to their social, cultural and religious importance, need special treatment. As such, UFSM, through its Archivology and History courses, in partnership with the municipalities of the Quarta Colônia, is developing joint extension activities aimed at organizing, preserving, enhancing and disseminating the region's historical and documentary heritage, involving teachers, technicians, academics and the local community. In this sense, the city of Ivorá is currently organizing, cleaning and cataloguing the bibliographic collection of Senator Alberto Pasqualini, an important figure in national political history, especially in the state of Rio Grande do Sul. The work, which is still in progress, of sanitizing and then arranging and ordering the documents, seeks to respect the personal and affective logic played out by Suzana Pasqualini, Pasqualini's wife and the person responsible for organizing the collection. According to Britto and Padoin (2023), the memory present in a personal archive does not only refer to the owner, but also to society and the era in which he is inserted. In this way, it is understood that preserving these documents makes it possible to carry out studies and research in the field of history, as well as helping to enhance local memory and the development of the region.

Keywords: Extension. Preservation. Memory.

Introdução

O presente estudo versa sobre as experiências de extensão desenvolvidas no projeto de preservação em acervos arquivísticos da Quarta Colônia, que integrou professores de História e de Arquivologia, bem como técnicos em arquivística e acadêmicos dos cursos citados, em atividades de ensino, pesquisa e extensão. Por meio disso, pretende-se demonstrar a relevância histórica e local da preservação de acervos pessoais em estudos e pesquisas na área de História, tendo como exemplo o caso do acervo bibliográfico de Alberto e Suzana Pasqualini.

O projeto coordenado pelos professores Jorge Alberto Soares Cruz e Maria Medianeira Padoin, ambos da Universidade Federal de Santa Maria, tem como objetivo desenvolver ações conjuntas de extensão que visam a organização, preservação, valorização e divulgação do patrimônio histórico e documental da região da quarta colônia, no Rio Grande do Sul.

Atualmente o projeto realiza atividades em dois municípios. O primeiro em Dona Francisca, que consiste na recuperação e restauro de documentos danificados pelas enchentes de maio de 2024 no RS, em que as atividades são realizadas nas dependências do campus camobi da UFSM, devido a complexidade dos danos e o aparato que eles requerem. O segundo município, e do qual provém as experiências aqui relatadas, é realizado em Ivorá, onde desenvolve-se atividades de organização, higienização e catalogação do acervo bibliográfico do senador Alberto Pasqualini, que foi uma importante figura na história política nacional, em especial do RS, sendo oriundo da cidade em questão. O trabalho, ainda em andamento, busca respeitar a lógica pessoal e afetiva desempenhada por Suzana Pasqualini, esposa de Pasqualini e responsável pela organização do referido acervo.

Norteamos nossa reflexão segundo os autores Augusto Britto e Maria Medianeira Padoin (2023, p. 251) acerca dos usos e importância de acervos pessoais, no qual a memória presente em um arquivo pessoal, não remete somente ao titular, mas também a sociedade e a época em que ele está inserido. Além disso, o caráter narrativo desempenhado para construção de um arquivo pessoal é um dos valores intrínsecos para sua compreensão, de modo que respeitar a sua organicidade permite reconstruir aspectos narrativos existentes em acervos deste tipo, bem como as intencionalidades da sua formação.

A partir dessas compreensões dividiu-se o estudo em duas partes, no qual a primeira irá abordar o caso da Quarta Colônia, do que se trata a região e a importância dos acervos que ela possui. Em seguida, na segunda parte, serão relatadas as atividades no acervo em Ivorá, detalhando no que elas consistem, o que foi realizado até então e os próximos passos tendo em vista que se trata de um trabalho ainda em andamento. Bem como serão discutidas as características

de um arquivo pessoal, para isso dialogando com alguns autores que trabalham o tema e a região da quarta colônia, como forma de demonstrar a importância desses acervos para as pesquisas de história. Por fim, nas considerações finais, iremos demonstrar a relevância histórica e local dos acervos para a valorização da memória e o desenvolvimento da região para as futuras gerações.

Acervos arquivísticos da Quarta Colônia

A região hoje compreendida enquanto Quarta Colônia de Imigração Italiana, localizada no estado do Rio Grande do Sul, tem sua fundação entre os anos de 1876 e 1877, quando foi criado o quarto núcleo colonial de Santa Maria da Boca do Monte, que posteriormente, em 1878, se tornaria Colônia Silveira Martins, a primeira região do centro do estado a receber imigrantes italianos. De acordo com Padoin (2003, p.2), os imigrantes italianos eram, em sua maioria, vindos do norte da Itália, especialmente da região do Vêneto, que aqui ocuparam a região do Barracão de Val de Buía, onde surgiram diversos núcleos de povoamento, como: Núcleo Norte (Ivorá), Soturno (Nova Palma), Dona Francisca e Arroio Grande. Ainda segundo a autora, ao estudar o Padre Luiz Sponchiado, o mesmo informa acerca do processo de “enxameamento”, no qual ocorreu a ocupação e aquisição de terras realizadas pelos imigrantes italianos, de onde surgiram outros núcleos de povoamento, como São João do Polêsine, Pinhal Grande, Faxinal do Soturno, Val Feltrina, Novo Treviso e Ribeirão.

Atualmente essa região é composta por diversos municípios oriundos tanto dos antigos núcleos da colônia de Silveira Martins quanto de povoados surgidos pelo “enxameamento” (PADOIN, 2003). Ao todo se tratam de nove municípios, os quais preservam muitos costumes e tradições da vida na antiga Itália, bem como do processo de enraizamento no novo território, como forma de preservar sua memória histórica. São eles: Restinga Seca, Agudo, São João do Polêsine, Silveira Martins, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande e Dona Francisca.

O processo de construção da Quarta Colônia enquanto uma região integrada de municípios surge, inicialmente, com o Projeto Prodesus no início dos anos noventa e se concretiza em 1995, com o Consórcio de Desenvolvimento Sustentável (CONDESUS Quarta Colônia), que possibilitou o desenvolvimento do Projeto Geoparque Quarta Colônia (PADOIN, 2021, p. 69), em parceria com a UFSM e que desde 2023 possui certificação da UNESCO.

Tendo em vista a bagagem histórica que remonta o desenvolvimento de cada um dos municípios, não é de se surpreender a importância que a construção e preservação de seus acervos locais possuam não só para os estudos de história, como para valorização da identidade e patrimônio documental de um município.

Contudo, essa é uma realidade ainda em construção, pois há longos anos os profissionais de História e Arquivologia da UFSM, em parceria com as cidades da Quarta Colônia, realizam atividades de organização, preservação e melhoria do acesso e consulta de acervos documentais das prefeituras da região. É o caso da prefeitura de São João do Polêsine, que em 2016 contou com as atividades dos bolsistas do Programa de Extensão “Patrimônio Histórico, Gestão Documental, Memória e Preservação”, no projeto-piloto de criação de arquivos históricos municipais nas nove cidades da Quarta Colônia, desenvolvidos pelos cursos de História e Arquivologia.

Seguindo compreensões similares, as atividades de extensão do projeto aqui referido visa dar continuidade a trabalhos que valorizam a educação patrimonial como forma de preservar a identidade dessas comunidades e possibilitar a existência de novas pesquisas em arquivos municipais, para isso tratando seu acervo e divulgando sua existência, bem como possibilidades de uso.

O acervo pessoal de Alberto Pasqualini, em especial, aborda dois eixos importantes dos estudos de história e que reforçam sua importância. O primeiro sobre a memória local, pois a instituição responsável por custodiar o acervo para fins de preservação de seu conteúdo se trata da prefeitura de Ivorá. A cadeia de custódia por sua vez é um elemento importante para compreensão das narrativas presentes nos acervos, uma vez que eles não são neutros (BRITTO; PADOIN, 2023, p. 263). Neste caso, a custódia inicial dos arquivos era desempenhada por Alberto Pasqualini e após seu falecimento ficou sob os cuidados de sua esposa Suzana Pasqualini, que catalogou o acervo e posteriormente o doou para a prefeitura de Ivorá, a cidade natal de seu marido. Em seus estudos, Britto & Padoin (2023, p. 258) demonstram que as ações de resgate da memória de Pasqualini na história do município de Ivorá, em que se destaca a criação da Comissão Pró-resgate da Memória de Alberto Pasqualini em 1991, na qual Pasqualini foi considerado o “mais legítimo patrimônio de Ivorá”.

Outro fator de relevância histórica e arquivística se trata da história político-social do estado do RS, uma vez que Pasqualini foi uma personalidade política destacada na sociedade de seu tempo, de modo que seus arquivos possuem caráter histórico, político, literário e filosófico da sua trajetória de vida. Os documentos de Pasqualini são, em sua maioria, de caráter político decorrentes de atividades diretas do mesmo durante sua vida, mas também, em alguns casos, acumulados por meio de ligações e interesses que este possuía em outros assuntos. Nele é possível encontrar documentos do Partido Trabalhista Brasileiro, pelo qual Pasqualini foi Senador e candidato a Governador, e da União Social Brasileira, do período em que atuou como Vereador (BRITTO; PADOIN, 2023, p. 262). Segundo Britto & Padoin (2023, p. 262), esses documentos que demonstram

a atuação, capacidade de articulação e o conhecimento teórico e jurídico de Alberto Pasqualini, o que compreendemos representar fontes indispensáveis para pesquisas históricas aprofundadas.

Dito disso, cabe destacar que este acervo já havia sido trabalhado pelo arquivista Augusto Britto e pela historiadora Maria Medineira Padoin em 2019, quando foi elaborado o projeto Organização e difusão de arquivos pessoais da região da Quarta Colônia de Imigração Italiana (registro do Gabinete de Estudos e Apoio Institucional e Comunitário – GEAIC-UFSM nº 52005), em parceria com a Prefeitura Municipal e a vinculação com o Projeto Geoparques Quarta Colônia da UFSM (BRITO; PADOIN, 2023, p. 260).

Por meio desse trabalho foi publicado em 2023 o catálogo do acervo, possível através do arranjo e ordenamento do mesmo. Ainda segundo os autores, a execução dessas atividades visou torná-lo acessível de forma adequada como meio de atrair pesquisadores ao município, mas também de divulgar a obra intelectual e a trajetória política de Pasqualini, seguindo aos objetivos da prefeitura de Ivorá em vinculá-lo a identidade local (BRITTO; PADOIN, 2023, p. 263). Adiante iremos discorrer acerca das atividades realizadas pelo projeto previamente referido, na continuidade do trabalho com este acervo.

Relato de extensão: Ações arquivísticas em acervos da Quarta Colônia

Como foi mencionado anteriormente, o projeto de extensão aqui relatado atua desde Junho de 2024 em dois municípios, Dona Francisca e Ivorá. No primeiro, atividades desenvolvidas pelo grupo composto pelas duas bolsistas, Maira Narel Farnos (Arquivologia/UFSM) e Gabriela Viera (História/UFSM), junto do coordenador Jorge Alberto Soares Cruz (Arquivologia/UFSM) foram realizadas as primeiras atividades na prefeitura de Dona Francisca, onde inicialmente foi feito o reconhecimento do acervo danificado e a análise das possibilidades de trabalho tendo em vista os equipamentos disponíveis para o restauro, o espaço para manuseio e para armazenamento dos arquivos. Visto que os danos requerem cuidados mais específicos, o acervo foi transferido para o campus Camobi da UFSM, onde foi efetivamente iniciado o processo de restauração. Assim, primeiro os documentos foram separados em 46 caixas de acordo com sua temática, depois foi feito o índice das mesmas com assunto, ano, volume e gênero, para que então fossem fotografados e pudessem passar pelo processo de higienização. A fotografia objetiva documentar esse acervo caso não seja possível restaurá-los após a etapa de limpeza dos mesmos.

Em contrapartida, os arquivos de Ivorá seguem na prefeitura do município e são higienizados nas dependências da mesma, o que requer deslocamento. Como o estado do RS foi profundamente afetado pelas enchentes de maio de

2024, que ocasionaram perdas humanas e materiais, como no caso dos arquivos de Dona Francisca e as vias de acesso às cidades da Quarta Colônia, por diversas vezes não foi possível chegar até a prefeitura de Ivorá. Com isso, alternou-se o trabalho nos municípios, atuando em um quando não era possível acessar o outro e fazendo com que os avanços no acervo de Alberto Pasqualini não fossem tão significativos. Além disso, no caso de Ivorá somam-se ao trabalho com o acervo, a atuação do Arquivista (UFSM), Augusto Britto e da Bibliotecária (UFSM), Jusélia Paula da Silva, totalizando 5 pessoas. A seguir a imagem do grupo realizando a higienização dos livros:

Figura 1 - Etapa de higienização dos livros



Fonte: Grupo de Ações em Acervos Arquivísticos da Quarta Colônia/UFSM

Dentro do esperado foi possível realizar o reconhecimento parcial do acervo, pois boa parte dos livros ainda está armazenada em caixas que são

abertas conforme o andamento da higienização. Assim, são abertas as caixas e o grupo dividido em funções, onde três realizam a higienização dos livros, um é responsável pela catalogação dos mesmos segundo o ordenamento de séries feito por Suzana Pasqualini, e outro faz a digitalização.

Figura 2 - Etapa de catalogação dos livros



Fonte: Grupo de Ações em Acervos Arquivísticos da Quarta Colônia/UFSM

Esse método visa fazer um bom aproveitamento do tempo no município para higienizar o maior número de livros e propiciar a realização de atividades remotas, como atualização do catálogo digitalizado, bem como possibilitar que os mesmos sejam imediatamente organizados nas dependências de onde poderão ser acessados. A princípio o local de acesso ao acervo será na própria prefeitura, de modo que sua organização imediata a limpeza é algo necessário para que os livros não fiquem expostos e nem atrapalhando as dinâmicas do espaço.

Figura 3 - Etapa de higienização dos livros



Fonte: Grupo de Ações em Acervos Arquivísticos da Quarta Colônia/UFMS

As fotos apresentadas visam demonstrar o trabalho dos acadêmicos, professores e técnicos, que vem sendo desenvolvido até então, comprovando suas atuações ao mesmo tempo que valorizando-as. Ademais permite visualizar o espaço que está sendo utilizado e explorar como se dão as dinâmicas de atuação.

O que se tem de avanço atualmente são aproximadamente 85 livros higienizados, de um acervo de 32 séries, segundo Britto & Padoin (2023, p. 261), em que 31 são acumuladas ao longo da vida de Pasqualini e a série 32 após seu falecimento. Mais 7 outros conjuntos documentais que não foram incorporados a nenhuma das 32 séries estabelecidas por Suzana Pasqualini, pois visam respeitar a narrativa e intenções adotadas por ela ao não realizar sua incorporação. Por estarem dispostos em caixas com difícil acesso e para não prejudicar a organização do trabalho ainda em andamento, não se sabe ao certo quantas obras existem na totalidade das caixas. Desse modo, pretende-se que durante o segundo semestre de 2024 o trabalho possa ser avançado e, com grande otimismo, ser concluído.

Os acervos pessoais possuem características próprias que diferem dos arquivos institucionais e oficiais, em especial devido ao caráter de personalidade que o seu contexto de produção possui e que interfere diretamente no seu processo de assimilação. Um dos elementos que propiciam o entendimento do contexto de produção e de acumulação documental de um arquivo pessoal, é segundo Brito & Padoin (2023, p. 249), possível através do processo de subjetivação do indivíduo. Os autores explicam que esse processo é feito a partir da prática do cotidiano de um sujeito em *arquivar*, que está diretamente ligada ao seu contexto de acumulação, algo que é intrínseco ao ser humano e pode ser motivado por várias razões.

Aliado às motivações pessoais de um sujeito, o contexto e as influências sociais que ele recebe de acordo com o tempo e a sociedade em que habita terá sua intenção autobiográfica afetada ao realizar a seleção daqueles documentos, assim como para o caso em que a seleção é feita por uma pessoa próxima ou guiada por ele. É o caso do acervo de Alberto e Suzana Pasqualini, que possui seleção dos mesmos. Em primeiro lugar de Alberto Pasqualini por ter sido dele a maioria dos documentos, mas também de Suzana Pasqualini visto que alguns documentos ficaram de fora de sua catalogação e isso poderia indicar tanto outra propriedade como também as intenções da mesma ao realizar a catalogação.

Isso nos guia para outra questão foi a narrativa adotada por Suzana ao realizar o arranjo e ordenamento das obras de seu falecido marido. Os autores Britto e Padoin (2023) ao trabalharem com o acervo demonstram que Suzana, sendo secretária de seu esposo, sabia o contexto de produção documental do acervo e tinha como objetivo desde preservar e difundir as ideias do trabalhismo brasileiro desempenhadas por ele, até de perpetuar a sua memória a partir das contribuições do mesmo para a história nacional. O registro da organização do referido acervo realizado por Suzana Pasqualini está disponível no sumário denominado *Vida e obra de Alberto Pasqualini*, que a mesma realizou.

Considerações Finais

Como antes mencionado, a custódia de um determinado acervo também desempenha papel importante para compreensão e estudos sobre o mesmo. O acervo de Alberto Paqualini estar em custódia da Prefeitura de Ivorá dialoga diretamente com a narrativa feitas sobre ele, assim como a que ele fez sobre si próprio ao iniciar o acervo, a que Suzana fez posterior ao seu falecimento e em nome de seu legado, e a atual vinculando sua trajetória à identidade local.

Isso para os estudos de história sobre a política rio-grandense e sobre a atuação de Alberto Pasqualini são essenciais, demandando cada vez mais empenho e destaque para as atividades e projetos que tratem devidamente esse

acervo, mas também outros com a mesma importância. Não obstante, preservar e valorizar os documentos de uma comunidade com tamanhas especificidades com as da Quarta Colônia, que já possuem esforços mundiais de preservação cultural, geográfica e ambiental, é uma forma de incentivar a continuidade da sua atuação seguindo os valores de cuidado e respeito ao desenvolvimento local e sustentável. Além de estimular o diálogo entre a universidade e a comunidade, estreitando parcerias, aproximando pessoas e valorizando o saber local tanto quanto o acadêmico, visto que eles andam juntos.

Referências

- BARBOSA, H. X.; PENHA, M. M.; CRUZ, P. C.. Memória e Patrimônio: Ações de preservação documental no Arquivo Municipal de São João do Polêsine – **ESTUDIOS HISTÓRICOS**, Rivera v. XI, p. 1-14, 2019.
- BOLZAN, Moacir. **Quarta Colônia: da fragmentação à integração**, 2011. Tese (Doutorado em História). UNISINOS, São Leopoldo, 2011. Publicada em livro: BOLZAN, Moacir. Quarta Colônia da fragmentação à integração. Santa Maria: 2015. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/4503/MoacirBolzan.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.
- CRUZ, Jorge A. S. **A Identidade e a Memória como Fatores de Integração: A Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS/Brasil E O Desenvolvimento Regional (1955-2020)**. Tese (Doutorado em História), UFSM/PPGH, 2020.
- PADOIN, Maria Medianeira. O Historiador e o Arquivo: Uma Experiência Acadêmica na Organização e Informatização do Centro de Pesquisas Genealógicas(CPG)de Imigração Italiana da Quarta Colônia Imperial do RS. **Anais da XXII ANPUH**, João Pessoa: UFJP/ANPUGH,2003. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anaissimposios/pdf/2019-01/1548177542_218c7b13f447c826d7d54649e9eb0f3b.pdf.
- _____. História, Território e Política: A Construção Da Quarta Colônia. In: Maria Medianeira Padoin; Adriano Figueiró; Jorge Alberto Soares Cruz. (Org.). **EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM TERRITÓRIOS GEOPARQUES: UMA VISÃO INTERDISCIPLINAR NA QUARTA COLÔNIA**. 1ed. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2021, v. 1, p. 67-88. Disponível em: <https://www.geoparquequartacolonia.com.br/arqs/48.pdf>.



Robert Löw: Entre a biografia e a história familiar

Robert Löw: Between life narrative and family history

André Haiske¹

RESUMO

O trabalho tem como objetivo, apresentar reflexões sobre um projeto nascido dentro da comunidade de descendentes tchecos no Brasil. A Associação Cultural Tcheco-Brasileira e o Núcleo Tcheco Robert Löw iniciaram o projeto de criação de um livreto comemorativo da trajetória biográfica do imigrante Robert Löw, que construiu sua vida no interior do Rio Grande do Sul, na Colônia Ijuhy no início do século XX. Além de imigrante, foi pioneiro na criação da litografia e do jornalismo do interior gaúcho, bem como empresário em outros setores regionais. A partir de entrevistas com familiares do imigrante, pesquisa em acervo familiar e disponíveis no museu Diretor Pestana, localizado em Ijuí, a história desse pioneiro está sendo revisitada. A pesquisa possui três fases: Pesquisa e digitalização do acervo referente ao Robert Löw, entrevistas com membros da família e organização do livreto. O projeto possui o objetivo de ser finalizado até o segundo trimestre de 2025, quando a publicação será traduzida para o tcheco.

Palavras-chave: Memória. Biografia. Imigrante Tcheco.

ABSTRACT

The aim of this work is to present comments about a project developed within the Czech-descendant community in Brazil. The Associação Cultural Tcheco-Brasileira (Czech-Brazilian Cultural Association) and the Núcleo Tcheco Robert Löw (Robert Löw Czech Center) initiated the project of creating a commemorative booklet about the biographical journey of the immigrant Robert Löw, who built his life in the countryside of Rio Grande do Sul, in the Ijuhy Colony at the beginning of the 20th century. In addition to being an immigrant, Löw was a pioneer in lithography and journalism in the region, as well as an entrepreneur in other local industries. Through interviews with the immigrant's

1 Graduado em História pela UFSM e Mestre em Ensino de História pelo PROFHISTÓRIA UFRJ/UFSM. Professor da Rede Municipal de Independência-RS e Professor do Ensino Privado de Três de Maio-RS. Membro, pesquisador e voluntário da Associação Cultural Tcheco-Brasileira e do Núcleo Tcheco Robert Löw.

family members, research into the family's archives, and materials available at the Director Pestana Museum, located in Ijuí, the story of this pioneer is being revisited. The research consists of three phases: investigation and digitization of Robert Löw's archives, interviews with family members, and the organization of the booklet. The project is expected to be completed by the second quarter of 2025, at which time the publication will be translated into Czech.

Keywords: Remembrance. Life Narrative. Czech Immigrant.

Introdução

Este trabalho visa apresentar reflexões sobre um projeto ainda em desenvolvimento. O objeto da pesquisa é compreender a trajetória do jornalista Robert Löw (1872-1943), um imigrante de origem tcheca que desenvolveu o jornalismo no interior do estado do Rio Grande do Sul. Inicialmente, o jornal era voltado para os imigrantes e leitores de língua alemã, logo se tornou um dos maiores jornais regionais.

O projeto nasceu a partir de projetos voluntários de recuperar a história e memória de tchecos e tchecos-brasileiros, com apoio à tradução e organização da Associação Cultural Tcheco-Brasileira e Núcleo Tcheco Robert Löw. Ao longo da pesquisa, em especial durante as entrevistas, a figura de Robert Löw se misturou, do empresário bem sucedido e o avô quase que inacessível e rígido.

Nesse sentido, o presente trabalho tem como grande objetivo desenvolver algumas reflexões acerca da memória histórica e da biografia de Robert Löw, sujeito que faz parte do imaginário regional da cidade de Ijuí, uma cidade do interior do Rio Grande do Sul, juntamente com uma discussão acerca da história oral e a memória.

O artigo para melhor definição, se dividirá em três momentos: O primeiro, será uma discussão mais teórica sobre aspectos metodológicos, como memória e patrimônio. O segundo é uma breve, mas fundamental retomada de quem foi Robert Löw, exibindo alguns trechos da entrevista com uma das netas de Robert, refletindo essa memória familiar e histórica. E o terceiro, uma reflexão sobre o projeto, desafios e prazos.

A metodologia da pesquisa

A pesquisa está sendo realizada em dois grandes eixos: um dedicado à exploração da produção documental acerca do pesquisado; e o outro dedicado à história oral, com entrevistas e análise das perspectivas trazidas pela família. O produto, quando da finalização do projeto, seguirá uma linha mais narrativa,

voltada para um público mais leigo em história, com objetivo de expor a vida e a obra de Robert Löw para a comunidade regional, mas, não perdendo a objetividade na pesquisa.

Quando falamos de um sujeito regionalmente conhecido como Robert Löw, é preciso conciliar a história e memória local e familiar com uma narrativa bibliográfica concisa. Como é destacado por Le Goff (1990), a *História* e a *Memória* são complementares entre elas, mas não sinônimos, possuindo diferentes interpretações e significados.

Nesse sentido, a História possui um maior distanciamento do objeto de estudo, sendo importante a interpretação de forma crítica e objetiva. A Memória, por outro lado, sofre das interpretações, vivências, da seletividade das pessoas e do tempo, em relação ao ser. A História ao estudar essa memória, ajuda a compreender os eventos, trazendo maiores significados e sentidos, complementando essa memória, e criando novos significados.

Conforme Candau (2011) em seu livro *Memória e Identidade*, define uma memória repetida, incorporada a partir das experiências e vivências individuais como pelo coletivo ao longo do tempo, denominada como *protomemória*. Além dela, temos a *alta memória*, que é uma memória que pode ser uma memória de recordação e reconhecimento, que está sujeita à falsas interpretações, por conta de ações externas e artificiais e a *metamemória*, que é como interpretamos nossas lembranças e memórias

Segundo Candau (2011), verifica-se que o *lembrar* e o *esquecer*, são importantes para manter o *status quo*, pois essa capacidade de modelar e de elaborar a memória permite que o indivíduo ordene o seu passado. Refletir sobre o passado e o presente e recontar eles, tendo a construção da memória como ponto central.

Como parte da narrativa do material escrito, tem-se como base entrevistas, deve-se refletir um pouco sobre as características e capacidades da entrevista e da história oral e da memória. A função da memória para a história oral na visão de Quevedo e Serres (2023, p. 3):

Ao explorar as memórias individuais e coletivas, essa metodologia oferece uma perspectiva enriquecedora para a construção do conhecimento histórico, permitindo uma maior diversidade de vozes e experiências no processo de investigação e reconstrução do passado.

A história oral como uma metodologia de pesquisa nasceu, em sua forma, no século XX, com as transformações sociais e históricas que o mundo vivia. A narrativa e a entrevista entraram nas metodologias que buscam novas formas de interpretar eventos, pessoas e situações.

De acordo com Santos (2009, p. 2), ao relacionar a entrevista oral, estabelece que,

Na construção do depoimento oral é importante definir questões relevantes para a pesquisa, selecionando informantes ricos de conhecimentos sobre o assunto. Neste processo, o diálogo consciente entre entrevistador e entrevistado deve acontecer com muita responsabilidade. Nessa ocasião o entrevistado exerce muita influência sobre o tema, por isso, é inadequado estabelecer roteiro único de entrevista.

Os relatos orais, mesmo que estabelecido um roteiro, ele pode mudar conforme o relato da pessoa entrevistada, pois, possui de fato muito mais informações do que apenas o conhecimento que o entrevistador procura, estabelecendo uma riqueza de informações muito maiores do que planejadas.

O ato de contar uma história tem relação com a nossa identidade, pois para Thompson (2012 p. 57), “construímos nossa identidade através do processo de contar histórias para nós mesmos - como histórias secretas ou fantasias”. Na perspectiva do referido autor, o ato de lembrar de algo do passado pode ajudar a criar reflexões sobre o presente, mas este pode estar influenciado por traumas ou excessos que prejudicam a coerência da narrativa.

A história oral é importante para Santos (2009, p. 3) pois, “pode contribuir para ‘dar voz’ ao ator social que viveu determinada experiência social, cultural, política e religiosa, valorizando o passado oralmente narrado e as vivências individuais e coletivas.” Além de dar voz, a história oral tem como base a subjetividade do entrevistado.

A subjetividade novamente, “[...] pode ser o ponto forte da pesquisa. Alguns informantes conseguem reconstruir o diálogo e são específicos em sua análise; outros falam apenas de modo geral e amplo.” Santos (2009, p. 4). Portanto, a capacidade de reconstrução de eventos e relatos são variados conforme a capacidade de nosso entrevistado.

Quem foi Robert Löw?

Robert Löw nasceu no dia 06 de março de 1872, no bairro de Smichov - em alemão, Smichow -, em Praga, no Reino da Boêmia, parte da então Austro-Hungria. Smichov, assim como a família de Löw, o local era um bairro com uma presença judaica considerável no século XIX.

Robert possuiu uma educação exemplar no Império, formando-se em Direito na Universidade Carolina de Praga em 1895, mas não chegou a exercer durante muito tempo a profissão. Antes de deslocar-se para o Brasil, atuou no exército e viveu em Viena por alguns anos até conhecer sua esposa Louise Herock, de família católica e camponesa de origem polonesa.

O casamento não seria bem-visto aos olhos da família e da sociedade, e, por isso, imigraram para o Brasil em 1900, onde Robert converteu-se ao

catolicismo e casou com Louise em São Leopoldo, Rio Grande do Sul no mesmo ano. Ao todo, teriam quatro filhos (Wolfgang, Ulrich, Leopold e Otto). Em São Leopoldo, fez um curso intensivo em português para poder atuar como advogado, sendo que lhe era permitido somente atuar no interior do estado do Rio Grande do Sul.

Imagem 1 - Robert Löw em 1909



Fonte: Acervo da família Löw

Com pretensões iniciais de exercer o direito no Rio Grande do Sul, por conta de sua formação e experiência judiciária em Praga, tudo mudou “quando recebeu o convite para assumir a redação do *Koseritz Deutsche Zeitung*, abandonou o campo judiciário. Durante anos ocupou a cadeira outrora pertencente ao fundador do jornal, Karl von Koseritz.” (DIRK, 2023, p. 49)

Enquanto ainda morava em São Leopoldo, entrou em contato com empresas de colonização, e acabou por deslocar-se para as novas áreas de colonização, como Cruz Alta, Pirapó e finalmente, Ijuí, na época, Colônia Ijuhy. Em Ijuí, Robert Löw se licenciou da prática jurídica e ingressou na carreira jornalística, uma vez que já tivera experiência em São Leopoldo, abandonou de vez a ideia de exercer o direito e entrou para a carreira jornalística, que já entrara em contato em São Leopoldo.

Em 1911, fundou o jornal *Die-Serra Post*, o primeiro da região voltado ao público imigrante e descendente teuto-brasileiro, mas logo englobou toda a comunidade regional, alcançando até o estado de Santa Catarina. Entende-se

por teuto-brasileiros a partir de Voight (2008) e Seyferth (2011), como sujeitos nascidos no Brasil, mas que preservam aspectos culturais e ligações com a germanidade de seus ancestrais.

Para expandir o seu público, fundou em 1922 o *Serra-Post Kalender*, um almanaque com dicas, opiniões, humor e costumes da época, em alemão. Como parte da preservação de costumes e tradições, a literatura em língua alemã era fundamental, e vinha de diversos periódicos, desde os primórdios da imigração ao Brasil, como apontados novamente por Seyfert (2011) e Leite (2016).

Antes dessa ampliação, convém lembrar de dois fatos fundamentais, que transformaria o *Die-Serra Post* em Correio Serrano: Robert Löw estava em visita comercial na Alemanha para obter novas máquinas para seus negócios. Em 1914, quando iniciou a Primeira Guerra Mundial, precisou permanecer para servir ao exército austro-húngaro. Outro fator encontrado na sua carreira jornalística foi em 1917, com a entrada do Brasil no conflito, em que foram proibidas circulações editoriais em alemão, sendo o jornal rebatizado como Correio Serrano.

Retornou ao Brasil debilitado psicologicamente em razão do conflito instalado na Europa, mas manteve o empreendedorismo, na medida que abriu espaço para os filhos administrarem seus negócios, e, consequentemente, expandiu novos empreendimentos, como por exemplo uma serralheria, com atividades no Extremo Oeste Catarinense e Região Celeiro no Rio Grande do Sul, um negócio que trouxe retorno financeiro para a família entre parte das décadas de 1920 e 1930.

Com o Estado Novo e a entrada do Brasil na Segunda Guerra, o jornal novamente foi alvo de batida especial, e nesse caso Robert e seus filhos, foram investigados por conta das denúncias de serem Quinta Coluna, simpatizantes ao regime nazista. Quinta Coluna, como pode ser visto em Cordeiro (2009), é o inimigo criado, visto como potencialmente traidor da pátria, neste caso, um traidor do Brasil e um apoiador do Eixo.

A história dessa denúncia envolveu uma série de fatores, como contados por Júlia Löw, neta de Robert Löw, “a casa dele, em Ijuí, na chácara, foi revirada de desmancharem o soalho. Procurando provas de que ele era quinta coluna” (LÖW, 2024, p.2). Ainda segundo ela, parte das denúncias estavam relacionadas com a maneira que o jornal conseguiu informações antes mesmo dos grandes jornais do estado.

A explicação era relativamente simples, pois uma de suas tias, Hildegard esposa de Leopold Löw trabalhou em telégrafo na Alemanha, e, portanto, conhecia e traduzia conforme o casal captava sinais vindo da Alemanha. Nesse sentido:

Ela trabalhava no telégrafo, então eles conseguiram um aparelho telegráfico particular onde eles pegavam os telegramas da guerra na Europa. Então tinha ocasiões em que eles punham a notícia no jornal antes do Correio do Povo ter conhecimento. E isso deu uma polêmica muito grande durante a guerra, porque aí a quinta coluna, né? A polícia quis saber. O que havia, tanto que foi pedido a extradição. Porque ele era filho de judeus (LÖW, 2024, p.2).

As narrativas familiares ficam confusas, pois foram citadas que autoridades de Porto Alegre intercederam para que não ocorresse a extradição. Ainda faltam dados para confirmar tal evento sobre Robert Löw, mas sabemos que este último grande revés, acabou por enfraquecê-lo, levando ao seu falecimento em 21 de maio de 1943.

Após o falecimento de Robert Löw, o jornal continuou nas mãos da família. O jornal manteve algumas edições em língua alemã de forma esporádica até 1984, e as publicações em língua portuguesa foram encerradas em 31 de dezembro de 1988. A família ao longo dos anos saiu de Ijuí, espalhando-se para diversas regiões do Rio Grande do Sul, mas também em outros estados da federação.

Alguns netos e bisnetos ainda vivem na propriedade adquirida por Robert Löw, no interior da cidade de Campo Novo, Rio Grande do Sul, distante aproximadamente 100 quilômetros de Ijuí. Na comunidade denominada Vila Turvo, que inclusive foi um dos projetos comunitários que Robert Löw participou ativamente, a família vive a história presente carregando diversos relatos, registros e memórias de importante ancestral.

Na propriedade familiar, composta por algumas casas, a mais velha delas, além de ter um piano e móveis antigos, há várias caixas contendo fotografias, artigos, jornais e documentos pessoais guardados preservando a memória de Robert Löw. As gerações da família armazenam um robusto acervo, cujas ligações de Robert Löw como jornalista já são bem conhecidas, no entanto, a história familiar não foi bem relatada.

Além dessa documentação jornalística, há aspectos da vida social do núcleo familiar e amigos, como, por exemplo, casamentos, festas, anotações e documentos de caráter mais pessoal que buscam compreender e entender melhor sobre a biografia do jornalista, empresário, pai e avô Robert Löw, enquanto há memórias registradas em álbuns de fotografias e diários registrados por ele.

Um trabalho inicial de catalogação de partes do acervo já foi iniciada, assim como foram dadas orientações à família de como deve ser feitas algumas manutenções pontuais no acervo e local, para aumentar o tempo de vida do acervo.

Os próximos passos. O que deve ser feito?

No que diz respeito da organização de um grupo cultural representativo para amigos e descendentes de imigrantes tchecos no Noroeste do Rio Grande do Sul, o primeiro e mais importante nome que veio à tona, foi Robert Löw, natural do que hoje compreendemos como Tchêquia, mas que adotou o Brasil, e em especial Ijuí, como sua terra.

No estado do Rio Grande do Sul, a comunidade de tchecos ou também conhecidos como boêmios, se espalhou em grande número, principalmente, na Região Metropolitana e na Serra Gaúcha, com outras regiões mais tardiamente povoadas. A imigração de boêmios iniciou-se na década de 1870, e até o início da Primeira Guerra, muitos migraram com o passaporte do Império Austro-Húngaro. Durante a Guerra Fria, uma leva de novos imigrantes vieram, fugindo do Comunismo que se instalara no país.

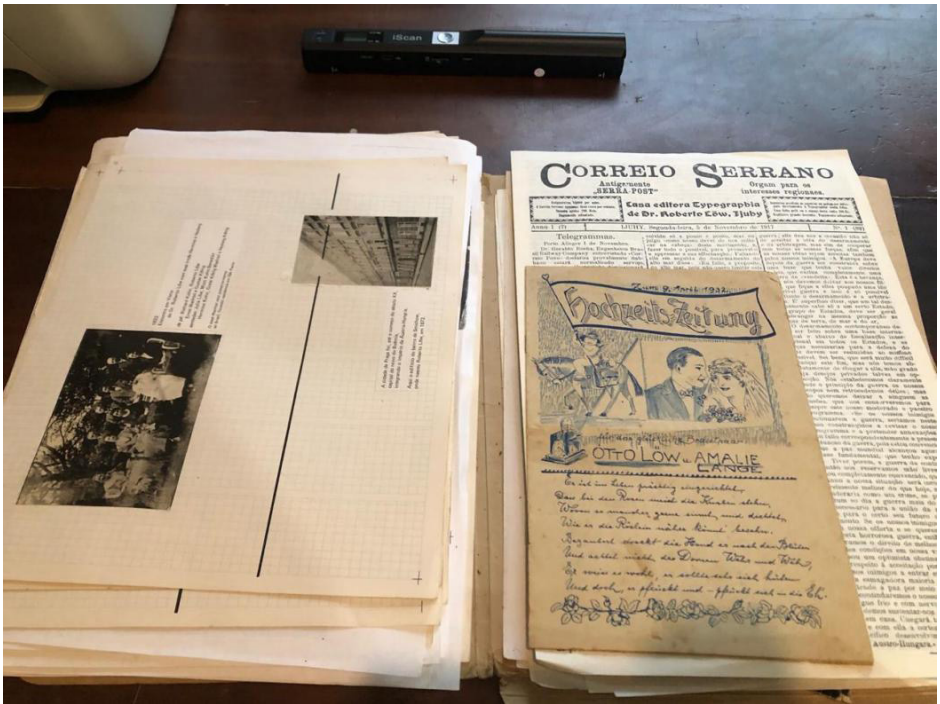
No Brasil, existem diversos programas e incentivos de buscar tchecos emigrados e seus descendentes. Um dos projetos fomentados, este sendo de forma voluntária, é o “encontro” de pessoas tchecas ou tcheco-brasileiras, que de alguma forma ajudaram e contribuíram tanto na formação e construção do Brasil quanto na manutenção de valores e tradições passados de geração para geração e que se perpetuam atualmente.

A recuperação desse nome vem a partir de pesquisas históricas, análise documental, entrevistas e buscas em arquivos familiares ou particulares em diversos locais. O caso em específico de Robert Löw, por ser uma figura que já é conhecida na história do jornalismo e no município de Ijuí, facilitou conhecer a sua história e trajetória.

O museu do município de Ijuí possui acervos dos jornais e das publicações realizadas pela família Löw e por pessoas ligadas ao jornal, bem como possui registros fotográficos e documentais de Robert. Além disso, a descendência da família preservou um rico material pessoal de Robert Löw e filhos em acervos privativos.

A partir de um grande acervo fotográfico e documental na residência da família no interior de Campo Novo, foi oportunizado estudar não só a história de Robert Löw e sua família, mas sim, do jornalismo regional. Tal estudo necessita de técnica e de cuidados especiais na hora de utilizar esse documento, conforme visualizado na Imagem 2, os documentos guardados pela família são antigos e alguns possuíam marcas do tempo, sendo imprescindível técnica de manuseio para não prejudicar a conservação dos documentos.

Imagem 2 - Ítems do acervo da Família Löw



Fonte: Produção do pesquisador.

Embora o vasto acervo documental, foram realizadas entrevistas com três membros da família Löw, sendo que a entrevista com Júlia Löw já foi transcrita e foi utilizada em partes no capítulo anterior. Além dos membros da família, busca-se duas entrevistas com filhos ou possíveis antigos funcionários do extinto jornal *Correio Serrano* para o aprofundamento da pesquisa e com o intuito de trazer riqueza de detalhes para a pesquisa.

A ideia das entrevistas é conhecer aspectos familiares de Robert Löw, que os familiares podem melhor nos informar, enquanto nas outras duas entrevistas, busca-se conhecer o perfil de Robert Löw no aspecto jornalista e empresarial, que moldou o jornalismo regional.

Dentro do projeto, além do processo de pesquisa e digitalização do acervo, das entrevistas, e suas transcrições para conhecer sobre o jornalista que migrou e decidiu manter suas raízes no Brasil, o objetivo da presente produção é ordenar parte das informações coletadas para a produção de um livro biográfico a fim de compreender a construção da região Noroeste sob a ótica do imigrante que auxiliou na construção e na propagação de notícias de sua época, tal obra além de ser publicada no Brasil, terá a sua tradução realizada na língua tcheca.

O objetivo do estudo é a conclusão dessa pesquisa até o fim do primeiro semestre de 2025, para ser realizada a publicação em português ainda no fim do mesmo ano, ou início de 2026, caso verificado a necessidade de estudos e análises mais aprofundadas sobre o pesquisado. .

Portanto, é um trabalho ainda em construção e que não possui uma conclusão exata, pois ainda há elementos a serem estudados e analisados no acervo até então encontrado, que pode ser modificado ao longo do projeto, e que quando concluído, pode trazer novas facetas de quem foi Robert Löw em suas dimensões privadas e coletivas.

Conclusão

A memória sobre o imigrante Robert Löw vai além de sua trajetória jornalística, mas também familiar, é fundamental trabalhar com aspectos históricos profundos da vida e a trajetória de Robert Löw. Embora possam estar sujeitas a opiniões pessoais, o uso de entrevistas orais, vêm para auxiliar na criação da biografia dele.

As entrevistas orais irão ajudar a enriquecer a narrativa biográfica do mesmo, e em conjunto com o uso de documentações pertinentes, vão possibilitar nossas visões de ver a vida e o trabalho de Löw. Embora delimitado e definido os objetivos do projeto, estes podem modificar, conforme novas informações possam surgir e alterar objetivos conforme a necessidade.

Referências

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. Tradução: Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2012.

CORDEIRO, Philonila Maria Nogueira. **Ascensão das ideias nazistas em Pernambuco: A Quinta Coluna em ação: 1939-1945**. 186 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

DIRK, Dirceu Afonso. **A correspondência de Martin Fischer: uma contribuição ao estudo da imigração no sul do Brasil (1920-1960)**, 2023. 263 p. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Passo Fundo, Passo Fundo, RS, 2023.

LEITE, Carlos Roberto Saraiva da Costa. A imprensa alemã no Sul do Brasil. **Observatório da Imprensa**, ed. 889, 09 de fevereiro de 2016. São Paulo, SP, 2016. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/memoria/a-imprensa-alema-no-sul-do-brasil/>. Acesso em: 05 de setembro de 2024.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução: Bernardo Leitão. 1. ed. São. Paulo: Editora da UNICAMP, 1990.

LÖW, Júlia. **Vida familiar de Robert Löw**. [Entrevista concedida a] André Haiske. Entrevista realizada em 21 de abril de 2024. Campo Novo, RS, 2024.

QUEVEDO, Gisele Dutra; SERRES, Juliane Conceição Primon. O papel da memória na história oral e na escuta de narrativas. **Faces de Clío**, v. 9, n. 17. Programa de pós-graduação em história: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/index.php/facesdeclio/article/view/40979>. Acesso em: 28 de setembro de 2024.

SANTOS, Ramofly Carvalho. História Oral: Limites e Possibilidades. **Cadernos da FaEL**, Volume 2, nº. 6, Set/Dez, 2009. Nova Iguaçu, RJ. Disponível em: <https://unig.br/wp-content/uploads/HISTORIA-ORAL-LIMITES-E-POSSIBILIDADES.pdf>. Acesso em: 20 de setembro de 2024.

SEYFERTH, Giralda. A dimensão cultural da imigração. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 26, n. 77, outubro de 2011, p. 47-62. São Paulo, SP, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/rqYgzrJ84rvt9jr73Xm5Twx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 09 de setembro de 2024

THOMPSON, Alistair. **Recompondo a Memória: Questões sobre a relação entre História Oral e as memórias**. In: Projeto História. São Paulo, 1997.

VOIGT, André Fabiano. **A invenção do teuto-brasileiro**, 2008. 204 p. Tese (Doutorado em História - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2008.

Anexos

Termo de cessão de Direitos de uso de imagem utilizado com Julia Löw, com dados críticos ocultos.

TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS DE USO DE IMAGEM	
Pelo presente instrumento, de um lado, André Haiske , inscrito no CNPJS/CPF sob o nº [REDACTED] (sem sede/rendeiro na Rua [REDACTED]) Trés de Maio 185, durante denominado CESSIONÁRIO, e, de outro lado, JULIA LÖW , inscrita no CPF sob o nº [REDACTED] residente e domiciliada na VILA TRAVO - CAMPO NOVO , doravante denominada CEDENTE, têm entre si justo e acordado o presente Termo de Cessão de Direitos de Uso de Imagem , que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:	
CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO O presente termo tem como objeto a cessão dos direitos de uso da imagem, som e voz da CEDENTE captados durante entrevista realizada em 21 de abril de 2024, para o uso de imagens e transcrição em publicações, artigos e trabalhos afins.	
CLÁUSULA SEGUNDA - AUTORIZAÇÃO DE USO O(a) CEDENTE autoriza o uso de sua imagem, som e voz sem qualquer ônus ou limitação de tempo, abrangendo todas as finalidades relacionadas à incluindo, mas não se limitando a: 1. Reprodução e exibição pública ou privada; 2. Divulgação em plataformas digitais, impressas, televisivas, entre outras; 3. Utilização em peças publicitárias, educativas, informativas, entre outros meios pertinentes; 4. Utilização de trechos para fins de produções documentais.	
CLÁUSULA TERCEIRA - PRAZO E ABRANGÊNCIA Esta cessão de direitos é concedida por tempo indeterminado, abrangendo todo o território nacional e internacional, não sendo devida à CEDENTE	
qualquer remuneração, salvo expressa disposição contrária por escrito.	
CLÁUSULA QUARTA - RESPONSABILIDADE O CESSIONÁRIO compromete-se a utilizar a imagem, som e voz do CEDENTE exclusivamente para os fins descritos no presente termo, sendo vedada a manipulação ou alteração que comprometa a integridade ou a veracidade das declarações da CEDENTE.	
CLÁUSULA QUINTA - DIREITOS MORAIS A CEDENTE declara que sua imagem será utilizada com respeito aos seus direitos morais, de forma a não comprometer sua honra, reputação ou dignidade.	
CLÁUSULA SEXTA - DISPOSIÇÕES FINAIS Este instrumento é celebrado de comum acordo entre as parte, por estarem assim justas e contratados, assinam o presente termo em duas vias de igual teor e forma, para que produza seus devidos efeitos legais. Campo Novo, 21 de ABRIL de 2024 Júlia Löw CEDENTE [REDACTED] CESSIONÁRIO(A) Nome: André Haiske CPF/CNPJ: [REDACTED]	



Família, redes sociais e fronteira: Os Cândido Xavier na Revolução Federalista (1891-1896)

Familia, redes sociales y frontera:

Los Cândido Xavier en la Revolución Federalista (1891-1896)

Matheus Garcia Xavier¹

Maria Medianeira Padoin²

RESUMO

Este artigo propõe-se a analisar a atuação da família Cândido Xavier, uma das mais proeminentes famílias do município de Dom Pedrito, região da “campanha” gaúcha durante o período da Revolução Federalista (1891-1896), no Rio Grande do Sul. A partir da perspectiva de análise das redes sociais, buscaremos estudar as estratégias familiares desenvolvidas pelos Cândido Xavier, com foco no apoio desta família ao lado do grupo federalista sob a liderança dos Silva Tavares, de Bagé/RS (zona de fronteira com o Uruguai). Pretendemos também demonstrar como a influência local dessa família refletiu em capital político para seus membros, alargando suas redes de relações e aproximando-os de outras lideranças políticas. Neste trabalho utilizamos, principalmente, fontes biográficas, atas de reuniões, jornais e correspondências do período da guerra, a maior parte das quais está disponível no Arquivo Municipal Tarcísio Taborda, em Bagé, e no Museu Paulo Firpo, em Dom Pedrito.

Palavras-chave: Revolução Federalista. Fronteira. Redes Sociais. Família Cândido Xavier.

1 Discente do curso de História Bacharelado da Universidade Federal de Santa Maria, membro do grupo de pesquisa CNPq/UFMS História Platina: Sociedade, poder e instituições e bolsista de iniciação científica. Este trabalho é resultado de pesquisa de bolsa de iniciação científica PIBIC/CNPq. E-mail: matheus.gxavier03122001@gmail.com.

2 Graduada em História pela Universidade Federal de Santa Maria (1986), mestre em História pela Universidade Federal do Paraná (1992) e doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1999). Atualmente é Professora Titular da Universidade Federal de Santa Maria, atuando na Graduação em História e nos cursos de mestrado e doutorado do Programa de Pós-Graduação em História, além do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural. E-mail: mmpadoin@gmail.com.

ABSTRACT

Este artículo se propone analizar la actuación de la familia Cândido Xavier, una de las familias más prominentes del município de Dom Pedrito, en la región de la “campanha” gaúcha durante el período de la Revolución Federalista (1891-1896) en Rio Grande do Sul. A partir de la perspectiva de análise de las redes sociales, buscaremos estudiar las estrategias familiares desarrolladas por los Cândido Xavier, centrándonos en el apoyo de esta familia al grupo federalista bajo el liderazgo de los Silva Tavares, de Bagé/RS (frontera com Uruguay). También pretendemos demostrar cómo la influencia local de esta familia se tradujo en capital político para sus miembros, ampliando sus redes de relaciones y acercándolos a otros líderes políticos. En este trabajo utilizamos, principalmente, fuentes biográficas, actas de reuniones, periódicos y correspondencias del período de la guerra, la mayor parte de las cuales está disponible en el Archivo Municipal Tarcísio Taborda, en Bagé, y en el Museo Paulo Firpo, en Dom Pedrito.

Keywords: Revolución Federalista. Frontera. Redes Sociais. Família Cândido Xavier.

Introdução

Este trabalho propõe-se a analisar as redes de relações e os vínculos matrimoniais estabelecidos pela família Cândido Xavier durante a Revolução Federalista (1891-1896) no município de Dom Pedrito, localizado na região da “campanha” gaúcha. A partir da trajetória dessa família e de suas relações sociais e políticas com outras duas, os Tavares Bastos e a família Mércio Pereira, busca-se compreender até que ponto as famílias de Dom Pedrito/RS atuaram política, militar e economicamente durante os anos de guerra em prol do grupo federalista, angariando recursos, recrutando tropas e mobilizando suas bases locais.

Para essa análise, utilizaremos o método de redes sociais, fundamentando-nos em autores da micro-história, como José María Imízcoz, Giovanni Levi e Edoardo Grendi, bem como na dissertação e tese de Gustavo Figueira Andrade. A partir dessas referências, pretendemos entender de que maneira as relações de amizade, compadrio e os casamentos estabelecidos entre as famílias de fronteira em uma sociedade de Antigo Regime (ANDRADE, 2022) possibilitaram uma atuação de destaque para os membros dessas famílias.

Neste trabalho, se recorreu principalmente a fontes biográficas, atas de reuniões, jornais e correspondências do período da guerra, a maior parte das quais está disponível no Arquivo Municipal Tarcísio Taborda, em Bagé, e no Museu Paulo Firpo, em Dom Pedrito³.

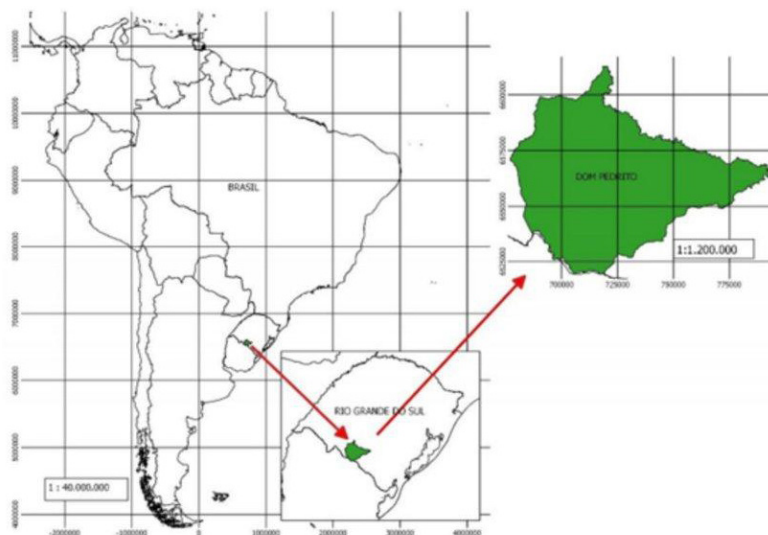
3 Fica aqui um agradecimento especial ao museólogo e curador do museu Paulo Firpo, senhor Adilson Nunes de Oliveira, por sua disponibilidade, boa vontade e amor pela história.

É fundamental salientar que a escolha por essas três famílias pedritenses foi motivada pelo recente trabalho de tese de Gustavo Figueira de Andrade (2022), intitulado “Nova Cartografia da Revolução Federalista (1891-1896): redes de relações, fronteira e territorialização”, que servirá como referência para nós ao apontar o papel da família e das redes de apoio em momentos de guerra.

Nesse sentido, se corrobora com a tese de Gustavo de Andrade (2022) de que a Revolução Federalista teve início a partir da Revolução de Novembro de 1891, e não em 1893, como apontava a maior parte da historiografia. Também concordamos que a consolidação do grupo federalista como um conjunto coeso, tanto política quanto militarmente, foi possível apenas devido à insatisfação das elites políticas da região da campanha após o golpe republicano e à ascensão do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) no governo do Estado.

Dentre os resultados parciais dessa pesquisa, que se encontra em andamento, salientamos a importância dos membros dessas três famílias, Cândido Xavier, Tavares Bastos e Mércio Pereira, na conformação de uma rede de apoio e de reciprocidade para que a Revolução de Novembro de 1891 obtivesse êxito em Dom Pedrito (Figura 1). Cremos também pela documentação analisada, que essas três famílias funcionavam como porta-vozes da revolução e do grupo federalista naquela localidade, especialmente se levarmos em conta a confiança e apreço de outras lideranças da revolução em relação a eles, especialmente da família Silva Tavares, de Bagé.

Figura 1: Mapa de Localização do município de Dom Pedrito, RS



Fonte: https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Mapa-de-localizacao-do-municipio-de-Dom-Pedrito-RS-O-mapa-1-apresenta-a_fig1_341794451, autores Shirley G. da Silva Nascimento; Daniel Hanke; Mariana R. de Avila. Acesso setembro 2024.

As redes sociais como metodologia para análise de estudos das famílias de fronteira

Nas Ciências Sociais, e especialmente no campo acadêmico da História, o método de análise de redes sociais ganhou força no Brasil, a partir do final do século XX, através de autores da micro-história como Carlo Ginzburg, Giovanni Levi, José María Imízcoz e Edoardo Grendi. Essa abordagem inicia-se com uma história de cunho micro-social, enfatizando a ação de homens e mulheres como sujeitos ativos no processo histórico, buscando entender as relações sociais, o sujeito, a experiência e o devir histórico a partir da redução da escala de análise ao nível molecular.

Essa corrente historiográfica da “micro-história” levou diversos pesquisadores e pesquisadoras a explorar em suas análises aspectos da tomada de decisão desses agentes históricos. Ou seja, não mais tratando estrutura e indivíduo pela ótica de uma mesma camada ou “classe” social, como costumeiramente era feito pela sociologia clássica, mas para todas aquelas relações efetivas entre agentes do estrato social, a fim de produzir uma história globalizante que combine sujeito, estrutura e experiência.

Imízcoz (2009), ao analisar as relações familiares e o papel do indivíduo nas relações sociais entre diferentes agentes da Espanha no século XVII, ressaltou a força dessas relações a partir de mecanismos de ativação das redes típicas da Europa do Antigo Regime. O autor destaca que as redes estabelecidas entre famílias, por meio do matrimônio, apadrinhamento e laços de amizade, foram essenciais para a ascensão social de determinados indivíduos a cargos políticos, militares e até eclesiásticos, demonstrando a importância dessas relações em meio a uma sociedade de Antigo Regime.

Ainda segundo Imízcoz (2004), esta nova forma de entender as relações entre indivíduos ganhou força no âmbito dos estudos historiográficos devido à incapacidade dos grandes aportes teóricos — como o materialismo histórico e a história regional dos Annales, dominantes no século XX — de explicar as relações sociais dentro dos grupos sociais ditos “coesos”, a relação entre indivíduo e Estado, bem como o papel da experiência na tomada de decisão dos agentes históricos. Os grandes aportes teóricos, que prevaleceram até a década de 1970, como o materialismo histórico, acabavam por dimensionar excessivamente a ação dos indivíduos dentro das “classes sociais”, restringindo seu espaço de vivência e a trajetória dos homens e mulheres ao longo da história.

Desde diversos horizontes, como la microhistoria o el análisis de los actores y sus redes de relaciones, se cuestiona el valor de las categorías con las que se venía trabajando y se transfiere el protagonismo histórico de los “actores alegóricos” clásicos (como las clases, los grupos sociales, El Estado) a los actores efectivos de los procesos históricos, los individuos, buscando sus configuraciones colectivas reales, sus motivaciones, experiencias y valores, así como sus interacciones em contextos cambiantes (IMIZCOZ, 2004, p. 117).

Foi a partir dos anos 1980 e 1990 que os aportes teóricos que envolvem o uso da micro-história como proposta de redução da escala de análise ao nível microscópico se tornaram mais frequentes nas pesquisas. A partir dos vestígios e pistas deixados pelos sujeitos históricos, voluntários ou involuntários, a micro-história busca compreender como a redução da escala, a partir do sujeito ou do local, pode ser utilizada para apreender contextos históricos mais amplos, elaborando, assim, uma história de nível micro-social que aproxime sujeito e estrutura.

Carlo Ginzburg (1987), em seu livro “O Queijo e os Vermes”, originalmente publicado em 1976, analisou o processo inquisitório do pequeno moleiro Menocchio na região do Friuli, no século XVI. Ao examinar esse processo, Ginzburg buscou compreender como, por meio da leitura de textos religiosos, Menocchio foi capaz de criar uma cosmogonia própria e interpretar a fé católica, os dogmas e as regras da Igreja de forma crítica.

A partir do caso de Menocchio, Ginzburg percebeu não apenas como se deu a relação do moleiro com a fé católica, mas também como o acesso à cultura letrada, cada vez mais enfatizado após o surgimento da prensa, e os questionamentos provenientes da Reforma Protestante, incluindo a exclusividade dos textos bíblicos em latim, possibilitaram a Menocchio o acesso a uma grande quantidade de livros, bem como um pensamento crítico e uma visão particular sobre a fé cristã, a inacessibilidade dos textos bíblicos à maioria da população e a corrupção recorrente entre os párocos, entre outros pontos.

Com base nesses estudos, Farinatti e Vargas (2014), ao analisarem os apadrinhamentos realizados pela família Ribeiro de Almeida no município de Alegrete, apontaram que o uso da micro-história e do método das redes sociais pode ser uma ferramenta fundamental para entender o tipo de relações estabelecidas entre famílias na região da campanha riograndense do século XIX.

Na análise da família Ribeiro de Almeida, foi possível perceber como o apadrinhamento feito pelo casal Bento Manoel Ribeiro e Maria Mâncio da Conceição, dos filhos de outros casais, representou uma estratégia de cunho mais ou menos racionalizada. A partir do apadrinhamento, estabelecia-se uma aliança entre duas famílias que poderia ou não ser ativada ao longo do tempo, como a proteção em casos de guerra ou apoio financeiro em momentos de necessidade. Não foram raras as ocasiões em que esse vínculo foi reforçado pelo apadrinhamento de um segundo filho do mesmo casal.

Em uma sociedade moldada pela guerra (ANDRADE, 2022) e pela defesa da fronteira, Farinatti e Vargas (2014) ressaltaram o prestígio atribuído a algumas famílias na hora da escolha de potenciais padrinhos. Esse prestígio, especialmente atribuído àquelas famílias cujo patriarca ocupava algum posto de relevância militar — como o caso de Bento Manoel Ribeiro, coronel do exército

— leva a crer que a influência de Bento Ribeiro e as redes de relações dessa família com outras, até mesmo com o general Frutuoso Rivera, presidente da República do Uruguai, tornavam aquele casal uma escolha recorrente para certas famílias durante os batismos.

Da mesma forma, Gustavo Figueira de Andrade (2022), ao analisar as relações estabelecidas entre famílias federalistas na campanha riograndense do século XIX, destacou que o método da micro-história e da análise de redes foi essencial para entender o tipo de vínculo estabelecido entre essas famílias. A partir do acervo da família Silva Tavares, foi possível observar como o grupo federalista esteve congregado por meio de uma rede de apoio entre as famílias da zona de fronteira, capaz de mobilizar suas redes clientelísticas e familiares em prol da guerra e da manutenção das forças sublevadas no território platino.

A partir do exposto, acreditamos que, por meio do uso da micro-história e do método de análise de redes sociais, será possível compreender melhor a atuação da família Cândido Xavier em uma região de fronteira durante a campanha federalista. Buscaremos perceber de que forma essa família esteve próxima de outras, levando em consideração aspectos como a influência local dessas famílias, a participação de seus membros na guerra, a atuação desses agentes em prol do grupo federalista, a conformação de uma rede de apoio pelo espaço fronteiriço platino e a capacidade de mobilização de suas redes familiares e clientelísticas.

Entre famílias: vínculos matrimoniais e poder na campanha riograndense

A análise dos vínculos matrimoniais estabelecidos entre famílias de elite da campanha riograndense do século XIX, como apontou Gustavo Andrade (2022), tem se mostrado uma abordagem eficaz para compreender como o casamento entre membros de famílias opostas resultou no estabelecimento de laços duradouros, com obrigações mútuas, interesses comuns e relações de confiança e reciprocidade. Dos nove vínculos matrimoniais formados pelos filhos do casal Demétrio José Xavier e Margarida Cândida da Silva, focaremos em quatro para entender essas relações. Esses quatro casamentos, não por acaso, envolveram alianças com duas famílias de grande influência local: os Mércio e os Tavares Bastos.

Os Cândido Xavier formavam uma família numerosa. O casal Demétrio José Xavier e Margarida Cândida da Silva tiveram, ao longo da segunda metade do século XIX, um total de nove filhos: quatro homens — Manoel, Demétrio, Zeferino e José — e cinco mulheres — Maria, Galdina, Etelvina, Margarida e Carolina. Segundo o jornalista e escritor José Antônio de Vargas Dias Lopes (1971), no livro “A Cidade de Dom Pedrito”, a família Cândido Xavier se destacava como uma das mais proeminentes famílias de estancieiros da localidade no século XIX.

O patriarca, Demétrio José Xavier (1812-1889), conhecido como o “Barão do Upacarái”, teve uma carreira militar extensa ao longo do século XIX, participando praticamente de todos os conflitos militares na província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Ele atuou ao lado dos legalistas durante a Revolução Farroupilha (1835-1845), onde ocupou os postos de alferes e capitão em um dos corpos comandados pelo general Lima e Silva (Barão de Caxias). Também participou da Guerra contra Oribe e Rosas (1851-1852) e da Guerra do Paraguai (1864-1870), retirando-se desta última antes do término do conflito por motivos de saúde. Após essa guerra, recebeu o título da Ordem da Rosa e o título de Barão do Upacarái (D’MUTTI, 1925)⁴.

Embora Demétrio tenha falecido meses antes da Proclamação da República (1889) e, consequentemente, do início da Revolução Federalista em 1891, as redes que estabeleceu como líder militar, chefe local do Partido Liberal e líder do Clube Abolicionista em Dom Pedrito, foram essenciais para que sua família mantivesse um papel de liderança na localidade com o início da Revolução. Isso pode ser observado na continuidade das redes formadas por Demétrio, mesmo após sua morte, através de seus filhos⁵.

Documentos disponíveis no Museu Paulo Firpo, em Dom Pedrito, mostram que a atuação política de Demétrio também se manifestou nas páginas do jornal liberal Gazeta Pedritense. A partir de 1884, após a fundação do Clube Abolicionista 28 de setembro, ele passou a escrever artigos em defesa da abolição. Nesse mesmo ano, o jornal A Federação comentou sobre sua atuação na região: “À frente da propaganda abolicionista no município de D. Pedrito, acha-se o Barão de Upacarahy, cidadão que ali goza de inúmeras simpatias e muito apreço” (A FEDERAÇÃO, nº 214, 29 de setembro de 1884).

Nos anos 1880, quando já havia se afastado do serviço militar por questões de saúde, assumiu a liderança do Partido Liberal em Dom Pedrito ao lado de Camilo Mércio Pereira. O vínculo com a família Mércio refere-se a duas filhas do casal Camilo Mércio Pereira e Ana dos Santos Jardim, Delfina e Ernestina Mércio Pereira, que casaram com Demétrio Cândido Xavier e com Manoel Cândido Xavier, respectivamente.

A família Mércio Pereira era uma rica família de estancieiros locais, possuindo propriedades em Bagé e Dom Pedrito, conforme menciona Carlos

4 A origem do termo Upacarái, por mais que seja impreciso dizer sua ascendência exata, provém da palavra guarani “Ipacarái”, algo próximo a lagoa santa, bendita, batizada (SAMPAIO, 2022). Na escrita da época, ao invés de Upacarái escrevia-se Upacarahy, nome este que consta nas fontes.

5 “Um vácuo enorme acaba de abrir-se no seio da sociedade pedritense. Na manhã de anteontem às 7 horas e 45 minutos, depois de cruéis e prolongados sofrimentos, exalou o derradeiro suspiro o honrado titular Exm. Sr. Barão de Upacarahy, coronel Demétrio José Xavier. Alma talhada ao molde da virtude, coração cheio de belos sentimentos, caráter nobre e distinto, o ilustre finado gozava de uma reputação isenta de máculas e era o ídolo dos habitantes dessa cidade” (GAZETA PEDRITENSE, nº52, 11 de julho de 1889).

Roberto Brasil (2009). O patriarca, Camilo Mércio Pereira, assim como o Barão do Upacarái, esteve presente em boa parte dos conflitos militares que marcaram a vida na província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Atuou ao lado dos farrapos durante a Revolução Farroupilha (1835-1845), participou da Guerra contra Rosas (1851-1852) e da Guerra do Paraguai (1864-1870), sendo agraciado, em 1880, com o título de Brigadeiro honorário do exército.

A atuação de Camilo Mércio Pereira e do Barão do Upacarái, como líderes do Partido Liberal, em Dom Pedrito, nos anos 1880, reforça nossa argumentação de que houve uma aproximação entre as famílias nesse período, tanto na ordem social, como política. Ernestina Mércio e Manoel Cândido Xavier contraíram matrimônio ainda na década de 1880, evidenciando que os interesses políticos em comum entre essas famílias de elite resultaram em um vínculo efetivo, que teve início com a atuação conjunta de Camilo Mércio e do Barão do Upacarái como chefes do partido⁶.

Em relação aos vínculos matrimoniais estabelecidos pelos Cândido Xavier com a família Tavares Bastos, estes incluem os casamentos de Carolina Cândida Xavier com o Dr. Cândido Tavares Bastos e Etelvina Cândida Xavier com Antônio Pedro Dias Lopes. O Dr. Cândido Tavares era, curiosamente, filho do padre da capela de Nossa Senhora do Patrocínio, padre José Tavares Bastos Rios⁷.

A vida do padre Bastos, que teve seis filhos até falecer em 1887, por mais curiosa que venha ser, foi marcada por sua relevância política e social nos primeiros anos de formação da cidade. Uma das demandas iniciais da população, quando o padre chegou à capela em 1853, foi a mudança da sede da vila para um local mais alto, distante das enchentes do rio Santa Maria. Essa mudança foi concretizada ainda nos anos 1850, em grande parte graças à influência de Bernardino Ângelo e do padre Bastos.

Após essa breve exposição acerca dessas três famílias e seus vínculos familiares estabelecidos através do matrimônio, buscaremos expor no próximo tópico os motivos que nos levaram a creditar uma liderança efetiva na revolução aos membros dessas famílias e sua vinculação ao grupo federalista.

6 A atuação de ambos como líderes locais do Partido Liberal pode ser vista numa edição do jornal *A Federação*: “O diário de Pelotas dá como unido o partido liberal de D. Pedrito, sendo eleito presidente do novo diretório organizado o general Camilo Mércio e vice-presidente o barão de Upacarahy” (*A FEDERAÇÃO*, nº 26, 31 de Janeiro de 1885).

7 Embora Antônio Pedro Dias Lopes não fosse, até onde se sabe, filho legítimo do padre Bastos, é provável que tenha sido criado por ele, considerando que sua mãe estabeleceu uma relação com o pároco logo após a morte de seu pai. Assim, consideramos Antônio Pedro um membro da família Tavares Bastos devido à sua proximidade com seus irmãos e ao fato de ter sido educado sob a orientação do padre. Essa ligação familiar sugere que seu casamento com um membro da família Cândido Xavier, assim como o do Dr. Cândido Tavares, resultou da relação estreita entre essas duas famílias.

As lideranças pedritenses na guerra: Manoel Cândido Xavier, Tomás Mércio e Cândido Bastos

Dentre as grandes lideranças federalistas na campanha rio-grandense, o comandante-em-chefe das forças sublevadas em Dom Pedrito, Tenente-Coronel Manoel Cândido Xavier, destacou-se como um dos mais ativos durante os anos de guerra. Ele movimentou um expressivo contingente de tropas naquela região, mobilizando suas bases locais e mantendo uma intensa comunicação com os líderes federalistas, especialmente com o General Silva Tavares, de Bagé.

O Tenente Manoel, filho do Barão do Upacarái e esposo de Ernestina Mércio, foi a principal liderança pedritense na campanha federalista, conforme se observa pela quantidade de correspondências trocadas com a família Silva Tavares entre 1891 e 1895. No ano de 1891, das 350 correspondências recebidas pelos Silva Tavares, 46 foram endereçadas pelo Tenente-Coronel Manoel Xavier (ANDRADE, 2022, p. 335)⁸.

Essa comunicação entre o Tenente-Coronel Manoel Cândido Xavier e o General Tavares intensificou-se entre os meses de novembro e dezembro de 1891, quando as correspondências passaram a ser enviadas quase diariamente, especialmente após a Revolução de 8 de novembro. O expressivo número de correspondências enviadas pelo Tenente-Coronel Manoel, abordando assuntos como a movimentação das tropas, a adesão popular e a necessidade de suprimentos, evidencia sua importância crucial para o êxito da Revolução de 8 de novembro de 1891.

Em um telegrama datado de 12 de novembro de 1891, logo após a Revolução, o Tenente Manoel Cândido relatou ao General Tavares a situação em Dom Pedrito⁹. Além dessa correspondência, em outra enviada no dia 14 do mesmo mês, ele transmitiu informações recebidas do Coronel Cabeda, de Santana do Livramento, sobre o estado de saúde do soldado Izidoro e a adesão do grupo de João Caminha ao exército federalista¹⁰.

Nesse contexto, evidencia-se a intensa atuação do Tenente-coronel Manoel Cândido Xavier durante a Revolução como um homem de confiança dos Silva Tavares em Dom Pedrito. Ele não apenas exerceu funções militares e comandou a Guarda Nacional, mas também atuou como uma ponte de ligação quase diária para a comunicação sobre o andamento da revolução.

8 Este acervo está disponível no Arquivo Público Tarcísio Taborda, localizado na cidade de Bagé. Nele, encontram-se numerosas cartas e correspondências trocadas entre a família Silva Tavares e diversas lideranças locais e nacionais, especialmente no período entre 1891 e 1895.

9 “Povo Pedritense que sempre pugnou liberdade dispensa incentivo maior que o da causa que atualmente o livra com ardor a dar a pátria última gota sangue” (XAVIER, 1891).

10 “Cabeda por próprio diz Izidoro impossibilitado segue talvez quinze dias ferimentos mão e coxa. Faço Próprio. Quanto Astrogildo, providencie. João Caminha, que sentou reagir contra nós, acaba apresentar-se com mas praças abraçando nossa causa” (XAVIER, 1891).

As correspondências enviadas pelo Tenente Manoel ao longo de novembro e dezembro de 1891 demonstram sua função como uma liderança política das forças revolucionárias na cidade. Ele mantinha contato direto com outras lideranças das cidades vizinhas, como Bagé, São Gabriel e Santana do Livramento. Informações sobre a organização das tropas em Dom Pedrito, o envio de suprimentos, munição e a localização dos exércitos eram constantemente encaminhadas ao comandante superior das forças revolucionárias, o General João Nunes da Silva Tavares, em Bagé.

A correspondência trocada entre o Tenente Manoel Cândido Xavier e o General Tavares nos ajuda a compreender a articulação política entre esses líderes durante a Revolução de Novembro de 1891. Tendo por base José María Imizcoz e Lara Arroyo Ruiz (2011), também podemos observar que as correspondências particulares entre indivíduos que mantiveram intensa comunicação, como o caso do Tenente Manoel Cândido e o General Tavares entre 1891 e 1892, constituem uma fonte indispensável na análise de redes. Essa correspondência pode ser estudada ao longo do tempo, à medida que se intensifica a troca de informações relacionadas a interesses comuns, sejam eles de negócios, relações familiares ou questões políticas e bélicas.

O Tenente Manoel Cândido Xavier, portanto, atuou como um “conector” entre os líderes federalistas na transmissão de informações. O conceito de conector em redes sociais, segundo Imizcoz e Ruiz (2011, p. 114), refere-se a indivíduos que servem como pontes entre pessoas, famílias e lugares, capazes de conectar, seja por sua posição geográfica ou capital social, membros de um mesmo grupo ou rede. As correspondências enviadas pelo Tenente Manoel Cândido ao General Tavares, especialmente sobre a situação da Revolução em Livramento, indicam que sua posição geográfica (Dom Pedrito localiza-se entre Livramento e Bagé – Figura 1) e sua atuação como chefe das forças sublevadas tornaram-no uma figura crucial para aqueles que desejavam comunicar-se com Bagé.

Ao lado do Tenente-coronel Manoel Cândido Xavier na Revolução em Dom Pedrito, encontravam-se seus cunhados, irmãos de Ernestina: Coronel Tomás Mércio Pereira e Favorino Mércio Pereira. Ambos foram signatários da fundação do partido federalista em Bagé, em 1892 (ANDRADE, 2022, p. 301). O Coronel Tomás, em particular, destacou-se como uma figura de relevância dentro do partido, sendo ativo em suas atividades, seu nome aparece também no Manifesto à nação brasileira do General João Nunes da Silva Tavares.

O Coronel Tomás Mércio Pereira desempenhou um papel decisivo na tomada da cidade de Dom Pedrito em 1893, liderando um grupo armado que operava nos arredores da estrada Santa Maria Chico. Outros federalistas, como Torquato Severo e Gumercindo Saraiva, estavam posicionados em pontos

estratégicos definidos pelo exército federalista, como a estrada que conecta ao cemitério e ao passo do rio Santa Maria. “22 de fevereiro. Cercamos cedo a cidade de D. Pedrito. Torquato Severo tomou os lados de D. Pedrito; Vasco Martins, a estrada que passa no cemitério; Gumercindo, o passo de D. Pedrito, no Santa Maria; Domingos Ferreira, Mércio Pereira e Azambuja, a estrada de Santa Maria Chico” (TAVARES, 2004, p. 99).

Além desse cerco, a participação do Coronel Tomás Mércio Pereira parece ter sido efetiva também em 1892. Em uma correspondência enviada pelo Tenente-coronel Manoel Cândido Xavier, cunhado de Tomás e Favorino, ao General Tavares, ele menciona: “Avise Severos e Mércios, próprio meu, pode ser pegado” (XAVIER, 1882). Essa mensagem, embora breve, evidencia a conexão direta entre Manoel Cândido, Tomás Mércio Pereira e as lideranças da revolução em Bagé.

Outro nome que surge é o de Severo, provavelmente referindo-se a Torquato Severo, outra liderança federalista em Dom Pedrito. Isso indica que a atuação dos federalistas naquela localidade não se restringia apenas a três famílias, mas envolvia uma rede mais ampla de famílias e indivíduos que se comunicavam ao longo da campanha riograndense e região fronteiriça, pois esses líderes possuíam propriedades em diversos municípios, incluindo também o Uruguai.

É evidente que, após o falecimento dos dois principais líderes locais do Partido Liberal de Dom Pedrito, Camilo Mércio Pereira e o Barão do Upacarái, ambos em 1889, seus filhos assumiram papéis de liderança política na região. Eles continuaram a atuar mesmo após o golpe republicano de 1889 e a dissolução do Partido Liberal, participando da fundação do Partido Federalista em 1892 e do manifesto à nação brasileira no ano seguinte.

Nesse contexto, outra figura proeminente de Dom Pedrito era o Dr. Cândido Tavares Bastos, que possuía propriedades no Uruguai, mais precisamente em Minas de Corrales. Filho do padre Bastos e casado com Dona Carolina Cândida Xavier, o Dr. Cândido Tavares foi um ator importante na política local. Segundo Gustavo de Andrade (2017, p. 151), ele também era proprietário de terras em Bagé, Dom Pedrito e participou ativamente das reuniões do Partido Federalista, onde atuava como braço direito do General Tavares. Além de sua intensa atividade política, trabalhou como advogado em Bagé e, em 1890, integrou a União Nacional ao lado dos Silva Tavares. Ele foi escolhido como representante para o município de Dom Pedrito, caso ocorressem as eleições de 1892.

Sua propriedade em Minas de Corrales, no Uruguai, tinha uma localização estratégica para a recepção de notícias provenientes de Montevidéu ou Buenos Aires, especialmente por estar próxima ao telégrafo. Isso o tornava um dos personagens mais ativos na comunicação com outras figuras influentes e lideranças da Revolução Federalista, como Rafael Cabeda, Gaspar Silveira Martins e Gumercindo Saraiva.

Conclusão

Como se viu neste trabalho, a rede de apoio federalista se alargava pela campanha riograndense e pela região fronteiriça. O poder e o prestígio militar, econômico e religioso que essas três famílias possuíam no município de Dom Pedrito no final do século XIX, mesmo antes da guerra federalista, ainda merecem um olhar refinado e mais estudos.

As conexões entre as três famílias os Cândido Xavier, Mércio Pereira e Tavares Bastos, unidas por laços de compadrio, amizade e, especialmente, de matrimônio, perceptíveis desde antes da Revolução Federalista, podem revelar uma preocupação dessas famílias ao contrair casamento, sintoma típico de uma estrutura familiar do Antigo Regime, perpetuando, ampliando e reforçando seus interesses na região. Os interesses políticos em comum e a amizade entre essas famílias de elite somavam-se a outras na campanha riograndense, conformando um grupo federalista fundamentado em uma extensa rede de apoio e reciprocidade entre seus membros.

Por fim, por meio da atuação de três lideranças pedritenses foi possível perceber como a rede de apoio federalista entre as famílias esteve mobilizada pela campanha riograndense, como uma característica predominante na estrutura social e política do século XIX, se formos também observar em outros estudos aqui citados. Além disso, seus líderes mantiveram contato direto com outras lideranças federalistas regionais, movimentando um expressivo contingente de tropas e realizando uma constante troca de correspondências com os líderes da Revolução Federalista.

Referências

ALVES, Francisco das Neves. **Revolução Federalista: história & historiografia**. Rio Grande: Editora da Furg, 2002.

ANDRADE, Gustavo Figueira. **Nova Cartografia da Revolução Federalista (1891-1896): redes de relações, fronteira e territorialização**. Itapiranga: editora Schreiben, 2022.

ANDRADE, Gustavo Figueira. **Fronteira e territorialização: Uma Cartografia da Revolução Federalista (1891- 1896) a partir das redes de relações de poder da família Silva Tavares na região platina**. Tese (Doutorado em HISTÓRIA) – Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, p. 585, 2021.

BARROS, José Júlio de Albuquerque. **Relatório do Presidente da Província do Rio Grande do Sul**, 1885. Porto Alegre: Oficina tipográfica do conservador, 1886.

COSTA, Marcus Vinicius. **A Revolução Federalista de (1893-1895): o contexto platino, as redes, os discursos e os projetos políticos Liberal-Federalistas**. 2006. 290 p. Dissertação (Mestrado em Integração Latino-Americana) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2006.

D'MUTTI, João de Deus. **Vultos da minha terra**. Dom Pedrito, 1924.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling; VARGAS, Jonas Moreira. Elites regionais, guerra e compadrio: a família Ribeiro de Almeida e suas redes de relações. (Rio Grande do Sul, c. 1816 - c. 1844). **Topoi**, Rio de Janeiro, n. 29, v. 15, dez. 2014, p. 389-413.

FLORES, Moacyr; FLORES, Hilda H. **Rio Grande do Sul**: aspectos da Revolução de 1893. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1999.

GINZBURG, Carlos. **O Queijo e os Vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

IMÍZCOZ, José María. Actores, redes, processos: reflexiones para uma história más global. **Revista da Facultad de Letras**, Porto, vol. 5, 2004, p. 115-140.

IMÍZCOZ, José María. Las redes sociales de las élites: conceptos, fuentes y aplicaciones. In: BARRADO, José Miguel; CARO, Juan Jesús; MESA, Enrique (orgs.). **Las elites en la época moderna**: la monarquía española. Córdoba: Servicio de publicaciones de la universidad de Córdoba, 2009, p. 77-111.

IMÍZCOZ, José María. Redes sociales y correspondencia epistolar. Del análisis cualitativo de las relaciones personales a la reconstrucción de redes egocentradas. **Revista redes**, Barcelona, vol. 21, dez. 2011, p. 100-138.

LOPES, José Antônio Dias. **A Cidade de Dom Pedrito**. Porto Alegre: Editora Globo, 1971.

SAMPAIO, Mario Arnaud. **Palavras Indígenas no Linguajar Brasileiro**. Porto Alegre: Editora Martins Livreiro, 2022.

TAVARES, Francisco da Silva. **Diário da Revolução Federalista de 1893**. CABEDA, Corálio Bragança Pardo; AXT, Gunter; SEELING, Ricardo Vaz. (Org.). Porto Alegre: Procuradoria Geral – Geral de Justiça, Projeto Memória, 2004. Tomo I.

TAVARES, João Nunes da Silva. **Diário da Revolução Federalista de 1893**. CABEDA, Corálio Bragança Pardo; AXT, Gunter; SEELING, Ricardo Vaz. (Org.). Porto Alegre: Procuradoria Geral – Geral de Justiça, Projeto Memória, 2004. Tomo II.

Fontes documentais

A Federação, Porto Alegre, n° 214, 29 de set. 1884.

A Federação, Porto Alegre, n° 26, 31 de jan. 1885.

Gazeta Pedritense, Dom Pedrito, n° 52, 11 de jul. 1889.

XAVIER, Manoel Cândido [correspondência] 15 nov. 1891, Dom Pedrito. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. 1 folha.

XAVIER, Manoel Cândido [correspondência] 14 nov. 1891, Dom Pedrito. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. 1 folha.

XAVIER, Manoel Cândido [correspondência] 8 de fev. 1892, Dom Pedrito. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. 1 folha.



Política no espaço fronteiriço platino: a atuação de Rafael Cabeda na Revolução Federalista (1891-1896) e nas Revoluções Saraivistas (1896-1904)

*La política en el espacio fronterizo platino:
el papel de Rafael Cabeda en la Revolución Federalista (1891-1896)
y las Revoluciones Saraivistas (1896-1904)*

Angelita de Mello Rubin¹

RESUMO

Nos debruçamos sobre a atuação do Coronel federalista Rafael Cabeda em conflitos no espaço fronteiriço no fim do século XIX e início do XX. Rafael Cabeda nasceu em Santana do Livramento em 1857; tem sua trajetória marcada por estudos na Alemanha (perito mercantil e correspondente comercial) e trabalhou na Inglaterra em um escritório comercial; retornou ao Brasil em 1876. Seu alinhamento ao Partido Liberal e posteriormente ao Partido Federalista demarca sua trajetória política, sobretudo com a Revolução Federalista de 1891 e a sua versatilidade ao atuar ao lado de lideranças como Gaspar Silveira Martins, Joca Tavares e Saldanha da Gama. Na historiografia, pesquisas sobre o contexto e também sobre as trajetórias das lideranças que citamos tangenciam a atuação e importância de Cabeda. A partir da biografia do escritor santanense Ivo Caggiani (1996) sobre Rafael Cabeda, orientamos a busca por documentação para trabalhar este indivíduo. Nosso intuito é incorporar questões da nova história política, a partir das renovações do conceito de poder; associando estas a proposições teórico-metodológicas de estudos biográficos. Uma vez que consideramos a Revolução Federalista (1891-1896) e as Revoluções Saraivistas (1896-1904) como conflitos que envolveram os países vizinhos e também interferiram em seus contextos políticos, sociais e econômicos; é preciso considerar conceitos adequados para a análise deste contexto espacial. Em um primeiro momento, apresentamos

1 Graduada em História Bacharelado pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestranda em História no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) na Linha de Pesquisa Fronteira, Política e Sociedade, bolsista CAPES/DS. Membro do Grupo de Pesquisa CNPQ/UFSM História Platina: Sociedade, Poder e Instituições. Orientada pela Profa. Dra. Maria Medianeira Padoin (UFSM). E-mail para contato: angelitarubin137@gmail.com.

essas considerações conceituais, metodológicas e teóricas que orientam nossa pesquisa, bem como a delimitação temporal e espacial. Em um segundo tópico, focamos na família Cabeda em Santana do Livramento; e por fim, tratamos das correspondências e periódicos que permitem observar a movimentação e atuação do Coronel no espaço fronteiriço nos conflitos mencionados. A partir de um mapeamento da movimentação de Cabeda utilizando os periódicos e as correspondências que recebeu, mostramos as conexões que estabeleceu com diversas lideranças políticas, jornalistas e comerciantes; do Rio Grande do Sul e também do Uruguai e Argentina. Neste artigo, demonstraremos principalmente a atuação de Cabeda nos conflitos, indicando as relações estabelecidas por ele no espaço fronteiriço platino. Destacamos que este trabalho apresenta resultados e aferições vinculadas a pesquisa de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria pela linha de pesquisa Fronteira, Política e Sociedade, contando com financiamento da CAPES/DS.

Palavras-chave: Rafael Cabeda. Revolução Federalista. Revoluções Saraivistas.

ABSTRACT

Analizamos el papel del coronel federalista Rafael Cabeda en los conflictos en el espacio fronterizo de finales del siglo XIX y principios del XX. Rafael Cabeda nació en Santana do Livramento en 1857; Su carrera está marcada por estudios en Alemania (perito mercantil y corresponsal comercial) y trabajó en Inglaterra en una oficina comercial; Regresó a Brasil en 1876. Su alineación con el Partido Liberal y luego con el Partido Federalista marcó su trayectoria política, especialmente con la Revolución Federalista de 1891 y su versatilidad al trabajar junto a líderes como Gaspar Silveira Martins, Joca Tavares y Saldanha da Gama. En historiografía, las investigaciones sobre el contexto y también sobre las trayectorias de los líderes mencionados rozan la actuación y la importancia de Cabeda. A partir de la biografía del escritor Santana Ivo Caggiani (1996) sobre Rafael Cabeda, orientamos la búsqueda de documentación para trabajar sobre este individuo. Nuestra intención es incorporar temas de la nueva historia política, a partir de las renovaciones del concepto de poder; asociándolos a proposiciones teórico-metodológicas de los estudios biográficos. Ya que consideramos la Revolución Federalista (1891-1896) y las Revoluciones Saraivistas (1896-1904) como conflictos que involucraron a países vecinos y además interfirieron en sus contextos políticos, sociales y económicos; es necesario considerar conceptos apropiados para el análisis de este contexto espacial. En primer lugar, presentamos estas consideraciones conceptuales, metodológicas y teóricas que guían nuestra investigación, así como la delimitación temporal y espacial. En un segundo tema, nos centramos en la familia Cabeda en Santana do Livramento;

y finalmente, nos ocupamos de correspondencia y publicaciones periódicas que permiten observar el movimiento y actuación del Coronel en el espacio fronterizo en los conflictos antes mencionados. A partir de un mapeo del movimiento de Cabeda a partir de las publicaciones periódicas y la correspondencia que recibió, mostramos las conexiones que estableció con diversos líderes políticos, periodistas y comerciantes; de Rio Grande do Sul y también de Uruguay y Argentina. En este artículo demostraremos principalmente el papel de Cabeda en los conflictos, indicando las relaciones que estableció en el espacio fronterizo del platino. Destacamos que este trabajo presenta resultados y mediciones vinculadas a investigaciones de Maestría en el Programa de Posgrado en Historia de la Universidad Federal de Santa María a través de la línea de investigación Frontera, Política y Sociedad, con financiamiento de CAPES/DS.

Keywords: Rafael Cabeda. Revolución Federalista. Revoluciones Saraivistas.

Introdução

Citado como um dos personagens políticos de grande destaque das trincheiras federalistas, Rafael Cabeda é mencionado sem muito holofote nas articulações da Revolução Federalista (1891-1896)², especialmente no que se refere a sua trajetória familiar e política. Haja vista essa lacuna, nos debruçamos sobre sua trajetória, construção de rede de relações e atuação política. Nascido em Santana do Livramento em 1857, Cabeda estudou na Alemanha adquirindo o grau de perito mercantil e correspondente comercial, trabalhou na Inglaterra e em seu retorno ao Brasil, em 1876, aproximou-se da política do Partido Liberal e localmente exerceu a vereança entre 1882-1886. Com o contexto político em ascendente conturbação após a Proclamação da República em 1889, principalmente à nível regional com as disputas entre republicanos e federalistas; Rafael Cabeda se manteve firmemente alinhado ao chamado projeto gasparista³. Mesmo após o fim do conflito da Federalista e a morte de Gaspar Silveira Martins, se tornou o grande símbolo do federalismo deste.

A pesquisa sobre o Coronel Rafael Cabeda foi iniciada na graduação, através da Iniciação Científica (IC) com bolsa PIBIC/CNPQ/UFSM (2020-2022) PROBIC/FAPERGS/UFSM (2022-2023). Durante a experiência como

2 Em nossa pesquisa utilizaremos o recorte 1891-1896 para nos referirmos ao conflito da Federalista; haja vista que Gustavo Figueira Andrade (2021) aponta para essa nova cronologia a partir das correspondências do General Joca Tavares, de modo em que a Revolução inicia em novembro de 1891 e a pacificação só é concretizada de fato em 1896.

3 ROSSATO, M. **Gaspar Silveira Martins e a Revolução Federalista (1893-1895): que federalismo é esse?** 2020. 362 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2020.

IC, em um primeiro momento houve uma aproximação maior com o contexto da Revolução Federalista (1891-1896), particularmente pesquisas de estudos de trajetória de personagens do conflito. A partir desse viés, identificou-se a lacuna a ser preenchida sobre o Coronel Rafael Cabeda, cuja presença, atuação e relevância no conflito da Federalista são constantemente mencionadas. De início, além das pesquisas sobre o contexto da Federalista e de personagens do conflito⁴; chegamos à biografia de Rafael Cabeda, escrita por Ivo Caggiani (1996).

A obra de Caggiani segue a lógica de uma biografia tradicional: narrativa cronológica e sequencial acerca dos acontecimentos da vida do indivíduo, além de um tom por vezes heroicizado do personagem. Desta forma, utilizamos da biografia como um “norte” para construir nossa pesquisa, buscando fontes a partir dos fatos apontados por Caggiani. Iniciou-se então uma busca na Hemeroteca Digital, construindo um banco de dados com periódicos da época. As ocorrências a partir da pesquisa nominal, ou seja, “Rafael” e “Cabeda”; nos levaram a levantar periódicos de todo o Brasil no período entre 1891-1904 que mencionassem nosso personagem. Essas ocorrências incluem notícias acerca do andamento do conflito, as movimentações de Cabeda ao lado de lideranças ou sozinho, telegramas publicados, ordens do dia, etc. Além disso, como fruto das pesquisas realizadas, o Trabalho de Conclusão de Curso (2023)⁵ abordou os caminhos que levaram até a possibilidade de um estudo de trajetória sobre Cabeda, construindo um estado da arte do tema e apontando alguns caminhos teóricos-metodológicos possíveis.

No mestrado em andamento no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, um dos objetivos centrais da pesquisa é apreender a construção e extensão da rede de relações deste personagem. Nascido em Livramento, Cabeda retornou ao Brasil e exerceu a profissão de comerciante na cidade, além da sua inserção política que se deu muito cedo. Seus vínculos com a fronteira, especificamente com a simbiose Livramento-Rivera,

4 COSTA, M. V. **A Revolução Federalista (1893-1895) o contexto platino, as redes, os discursos e os projetos políticos liberal-federalistas**. 2006. 290 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2006. FIGUEIRA ANDRADE, G. **A trajetória política do General João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares): família, comunicação e fronteira**. 2017. 177 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017. FIGUEIRA ANDRADE, G. **Fronteira e territorialização: uma cartografia da Revolução Federalista (1891-1896) a partir das redes de relações da família Silva Tavares na Região Platina**. 2021. 585 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2021. ROSSATO, M. **Gaspar Silveira Martins e a Revolução Federalista (1893-1895): que federalismo é esse?** 2020. 362 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2020.

5 RUBIN, A. M. **Revolução Federalista (1891-1896) e Rafael Cabeda: A construção do Estado da Arte e novos objetos de estudo**. 2023. 50 f. Trabalho de Conclusão de Graduação (História). – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2023.

naturalmente nos levaram a considerar o Museo del Patrimonio Regional da Intendencia de Rivera e o seu acervo como passível de pesquisa.

Ampliando ainda mais nossas possibilidades, no ano de 2023, o Museo del Patrimonio Regional da Intendencia de Rivera viabilizou junto à família de Ivo Caggiani a doação do acervo do escritor. Por ser o autor da biografia de Cabeda e obras dedicadas à história de Santana do Livramento e da região como um todo, o acervo expandiu ainda mais nossas possibilidades. O rico acervo conta com fotografias do século XIX e XX, periódicos, correspondências, documentos referentes à organização política e administrativa de Santana do Livramento, ao lazer, esporte, economia, etc.

Especificamente sobre nosso objeto (Cabeda) no acervo de Caggiani no Museo del Patrimonio Regional nos interessam mais as fotografias, correspondências, periódicos, documentos do partido e eventualmente documentos referentes a outros personagens que mantiveram conexões com Cabeda⁶. Além disso, no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, acessamos no acervo judiciário processos referentes a Rafael Cabeda ou a membros de sua família. Somado a estas, como já mencionamos, temos o banco de dados da Hemeroteca Digital com periódicos do período (1891-1904).

Devido a variedade de fontes pertinentes selecionadas de acordo com os objetivos da pesquisa, nossa metodologia de pesquisa foi pensada para permitir uma maior flexibilidade, mas ainda mantendo alguns procedimentos específicos à cada tipo de fonte. A proposta do método indiciário de Carlo Ginzburg (2009) nos é pertinente, a medida em que a busca por sinais, indícios e pistas revelariam uma compreensão mais ampla de um indivíduo. Nesse sentido, nossa busca por fontes foi orientada por um foco em detalhes aparentemente naturalizados nas fontes. De modo geral, nos orientamos a partir do que Alexandre Karsburg (2015) indica como um procedimento de grande valia para estudos de trajetória: o de cruzamento das fontes. O confrontamento de fontes, associado a reconstrução da vida do indivíduo pode revelar diferentes contextos que interpela o indivíduo. Associado ao método indiciário e ao cruzamento das fontes, a análise de conteúdo nos fornece alguns procedimentos relevantes pois permite pensar além do conteúdo em si. (Bardin, 1977) Além disso, dada a heterogeneidade das fontes, o que chamamos de métodos gerais de interrogação (método indiciário, confrontamento das fontes e análise de conteúdo) nos permite uma flexibilidade maior para tratar de tipos diferentes de documentação: periódicos, fotografias, correspondências, processos. Enfatiza-se que no tratamento individual desses tipos de fontes, mantemos instrumentos e procedimentos específicos a cada uma delas.

6 Podemos citar Rodolpho Costa, jornalista e editor do periódico O Maragato, dirigiu o jornal ao lado de Cabeda e era amigo do mesmo.

Da mesma maneira, nossa metodologia passa por um “casamento” com proposições teóricas que incorporamos da história política e de estudos biográficos. Nos debruçamos sobre as renovações da história política e como estas atingiram os objetos tradicionais, dentre estes, a trajetória de personagens políticos e/ou militares. Nesse sentido, a partir de uma nova visão sobre o conceito de poder, que emana de todas as direções, não apenas do Estado (Barros, 2015). Junto a isso, mudanças em relação ao próprio conceito de sujeito; partindo de uma aproximação entre história e biografia nos leva a um caminho que pretende complexificar o ato de biografar (Burdíel, 2014; Félix, 1998; Loriga, 2011; Schmidt, 2003).

A partir de nosso objeto, recorte temporal e espacial, indicamos que as vinculações com a fronteira são de fundamental importância para a análise e construção de um aparato conceitual. Nesse sentido, nos valem de uma noção de fronteira que é mais flexível e, portanto, apropriada para nossos objetivos. A “fronteira viva” que Hebe Clementi (1988) é entendida por nós como complementar a proposições e conceitos aplicáveis a fronteira de Sandra Pesavento (2006) e Maria Medianeira Padoin (2001). Para tratar da mobilidade e capacidade de articulação de Cabeda no espaço fronteiro platino enquanto um indivíduo agente, nos apropriamos da tese da disponibilidade de Rui Cunha Martins (2008). A ideia de uma fronteira historicamente disponível, maleável e passível de ativação por agentes corrobora com mais profundidade o que pretendemos ter como um arcabouço conceitual de fronteira. Destaca-se que esses conceitos e proposições refletem sobre a fronteira enquanto um organismo vivo e multifacetado, mas de certa forma são reflexões abstratas. Especificamente sobre o espaço que Cabeda se movimentou e que nos referimos ao longo deste trabalho, utilizamos o termo *zona de fronteira*, à exemplo de como emprega Monica Rossato (2014): o território próximo aos limites do Rio Grande do Sul, Uruguai e Argentina.

Desta forma, a partir desta introdução sobre nossa pesquisa, fontes utilizadas, propostas teórico-metodológicas e conceitos instrumentalizados; tratamos agora de nosso tema central neste artigo: a atuação de Rafael Cabeda nos conflitos fronteiriços em fins do século XIX e início do XX.

A família Cabeda em Santana do Livramento

O pai de Rafael Cabeda nasceu no Principado de Asturias, na paróquia de Gobiendes e emigrou para o Brasil em meados do século XIX. Angelo Cabeda chegou ao Brasil e estabeleceu moradia em Santana do Livramento, no Rio Grande do Sul. Em 1854, casou-se com Maria Rafaela Pires, com quem teve cinco filhos: Carmen, Rafael, Francisco, Hipólito e Eusebio. Segundo Ivo Caggiani (1996), Angelo, junto de seu primo Manoel Cabeda, construiu

uma carreira comercial de prestígio na cidade, conquistando aos poucos uma importância que lhe permitiu participar ativamente dos conselhos municipais e da política local.

A partir dos inventários *post mortem* de Maria Rafaela⁷ e Angelo Cabeda⁸, observamos que a família possuía diversas propriedades em Santana do Livramento e Quaraí, o que justaposto com as atividades econômicas e sociais exercidas nos leva a um entendimento maior dos laços construídos pela família. De modo geral entendemos que os recursos econômicos e sociais de que os Cabeda lançavam mão foi o que possibilitou que dois dos filhos, Rafael e Francisco estudassem na Europa⁹, além da formação em Direito do filho mais novo, Hipólito.

Ao considerarmos a família Cabeda como parte da rede de “caudilhos-coronéis” que Marcus Vinicius Costa (2006) menciona, para entendermos como Rafael Cabeda atuou nos conflitos da Federalista e se envolveu nas Revoluções Saraivistas é imprescindível se voltar para a trajetória familiar. Nosso entendimento é de que as redes de Cabeda passam diretamente por um capital social¹⁰ que iniciou a ser lapidado pela família em Santana do Livramento; expandindo-se para o Uruguai e Argentina.

Assim como Angelo, Rafael Cabeda atuou como comerciante em Santana do Livramento, dirigindo a casa comercial que pertenceu ao pai ao lado de seu cunhado David Manoel da Silva. Seguiu os passos do pai como proprietários de imóveis na cidade também: em processo de Execução de 1895 a Intendencia Municipal aponta dívidas referentes à impostos e multas acumuladas desde 1893 sobre onze prédios¹¹. Acreditamos que essas questões reforçam a ideia de que a construção de vínculos de Rafael Cabeda a nível local, regional e com os estados vizinhos (Uruguai e Argentina) passa pela construção do capital social da sua família. Destacamos essas questões para a seguir apontar as maneiras como o

7 APERS, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Cartório de Órfãos e Ausentes de Santana do Livramento. Ação Judicial de Inventário, ano: 1866, autos n. 126, maço 6, estante 13. Inventariada: Maria Rafaela Pires. Inventariante: Angelo Cabeda.

8 APERS, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Cartório de Órfãos e Ausentes de Santana do Livramento. Ação Judicial de Inventário, ano: 1888, autos n. 454, maço 21, estante 85. Inventariado: Angelo Cabeda. Inventariante: David Manoel da Silva.

9 Francisco Cabeda estudou engenharia na Escola Politécnica de Dresden, na Alemanha; e durante o processo de inventário de seu pai em 1888 fez uma procuração bastante para nomear seu tio, Manuel Cabeda e seu irmão, Hipólito como procuradores em Santana do Livramento para assistirem ao processo de inventário.

10 Com base em Pierre Bourdieu (1998), compreendemos que o capital social integra um conjunto mais amplo de conexões e recursos que fazem parte de uma rede de relações. Consideramos essas duas elaborações conceituais como complementares e pretendemos utilizá-las em nossa análise.

11 APERS, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Juízo da Comarca do Termo de Livramento. Execução, Ano: 1895, autos n. 924, maço 30, estante 87. Intendencia Municipal desta Cidade a Rafael Cabeda.

Coronel se valeu dessa rede muito provavelmente construída previamente para garantir seus objetivos durante os conflitos.

Sua atuação como comerciante, ainda que tenha sido breve pois a casa comercial que dirigiu faliu no ano de 1886 (CAGGIANI, 1996), nos permite pensar em conexões comerciais que estabeleceu, além de eventuais práticas de contrabando. No periódico “Republicano” de Santana do Livramento, em 17 de outubro de 1889:

No cumprimento do dever que voluntariamente nos impuzemos – de deixar patente e exuberantemente provado que o cidadão Raphael Cabeda não pode ser investido de importante cargo de administrador da mesa de rendas geraes desta cidade, visto não só ter prohibida a entrada nas repartições publicas por **contrabandista**, como por ser **negociante falido** que não tem quitação geral de seus credores¹².

Levando em consideração que é um jornal republicano que fazia frente ao Canabarro (de circulação em Santana do Livramento também, porém politicamente alinhado com os liberais federalistas), o teor difamatório está presente na notícia. Porém, justapondo a um contexto mais geral em relação ao espaço em que nossa personagem estava (a fronteira); entendemos que o contrabando interessava acima de tudo comerciantes como Cabeda (THOMPSON FLORES, 2014). Encaramos isso como mais um dos indícios de que as conexões de Cabeda eram amplas e de natureza diversa: possuía vínculos políticos, econômicos, sociais e comerciais.

A atuação de Rafael Cabeda na Revolução Federalista (1891-1896) e nas Revoluções Saraivistas (1896-1904)

Como mencionamos anteriormente, o contexto político conturbado a partir de 1889 respingou na política regional no Rio Grande do Sul, inflamando ainda mais uma oposição entre republicanos e federalistas. A partir de novembro 1891, conforme a cronologia proposta por Gustavo Figueira Andrade (2021), o conflito da Revolução Federalista se inicia. A proximidade espacial e de projetos políticos com grupos do Uruguai e Argentina foram fatores mobilizados pelos federalistas no decorrer do conflito (COSTA, 2006). Com o aumento das hostilidades, houve a massiva emigração dos partidários federalistas para o Estado Oriental; ocasião em que Cabeda ficou encarregado pelo quartel general instalado em Rivera, no Uruguai (CAGGIANI, 1996). Conforme Figueira Andrade (2017;2021) Cabeda esteve à frente de diversas atividades: liderou tropas, articulou rotas de armas e suprimentos, mediou diálogos; sobretudo

12 Republicano, Livramento. 17 de outubro. 1889, p.1. Acervo de Ivo Caggiani, Museo del Patrimonio Regional da Intendencia de Rivera.

atuando no território uruguaio próximo à fronteira. Pesquisas que citamos anteriormente apontam para a complexa rede de relações operada durante a Federalista, apontando para a internacionalização do conflito e proximidade dos federalistas com lideranças do Uruguai e da Argentina.

A partir dos periódicos acessados na Hemeroteca, observamos um pouco da movimentação e atuação de Cabeda pelo espaço fronteiriço platino. Reunimos telegramas e notícias publicadas em periódicos do período para ilustrar nosso argumento de que Rafael Cabeda foi uma peça fundamental das articulações e ações federalistas no Uruguai e Argentina. Em relação as chamadas Revoluções Saraivistas, através dos periódicos percebemos que Cabeda esteve em algum grau articulado e associando-se a lideranças do partido *colorado*.

As andanças de Cabeda ao lado de lideranças como Gaspar Silveira Martins, Barros Cassal, Zeca Tavares, Aparício Saraiva ficam explicitadas nos telegramas e notícias que mencionamos. De modo geral, podemos mapear as (frequentes) movimentações do Coronel pelo Uruguai e Argentina, analisando as atividades que realizava e lideranças que estava associado. Em 1892, o Diário de Pernambuco (PE) publica notícia da imprensa de Buenos Aires que informa a presença de Cabeda ao lado de Barros Cassal na cidade: “os Srs. Barros Cassal, Cabeda e outros emigrados rio grandenses que se acham nessa cidade visitaram o Sr. ministro das relações exteriores contra a ordem de internação dada pelo governo a pedido das autoridades brasileiras.”¹³

Podemos analisar essa questão junto ao que Monica Rossato (2020) traz sobre as articulações de Silveira Martins no exterior:

Nesse sentido, observamos a preocupação do governo brasileiro frente a articulação de Silveira Martins na região fronteiriça platina, em sua circulação e apoio recebido dos países que, oficialmente, via relações internacionais e por situação de zona de fronteira, mantinham-se em posição de neutralidade diante do governo brasileiro. Entretanto, as relações sociais são muito mais dinâmicas e ultrapassam os acordos recíprocos entre Estados Nacionais, especialmente se observarmos que, Silveira Martins usufruía de uma situação mais confortável em sua propriedade e família no Uruguai, além de ser um refúgio para as situações vivenciadas em âmbito brasileiro. (ROSSATO, 2020, p. 183)

Verificamos que Rafael Cabeda esteve se movimentando entre Buenos Aires, Montevideu e localidades próximas à fronteira com o Brasil com Silveira Martins em diversas ocasiões¹⁴. Para além de acompanhar essas lideranças nesses

13 Diário de Pernambuco (PE). 4 de setembro de 1892, p.1. http://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033_07/6359.

14 Jornal do Brasil, Rio de Janeiro. 5 de novembro. 1892, p.1. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_01/2306. Jornal de Pernambuco, Pernambuco. 29 de janeiro. 1893, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033_07/7327.

movimentos aparentemente diplomáticos, ao longo do conflito Cabeda esteve incumbido de organizar homens, armas e suprimentos. Em correspondência enviada por Saldanha da Gama em fevereiro de 1895, o Almirante solicita a Cabeda o nome da pessoa em Tacuarembó a quem deveria encaminhar armas e munições de Montevidéu¹⁵. Pouco tempo depois, em março do mesmo ano, a Gazeta de Notícias (RJ) noticia a ofensiva de Cabeda ao lado de Aparício Saraiva derrotando as forças do governo comandadas pelo coronel Sampaio¹⁶.

As conexões e rede mobilizada pelo Coronel são percebidas após a pacificação em 1896; quando notamos a partir dos periódicos um movimento de aproximação com lideranças *coloradas* no Estado Oriental. O ciclo de revoltas lideradas por Aparício Saraiva no Estado Oriental a partir de 1896 até 1904 pode ser encarado como mais um conflito fronteiriço que Rafael Cabeda esteve diretamente envolvido. As aproximações, emigrações e disputas políticas (tanto no Brasil quanto no Estado Oriental) incidia diretamente sobre o outro (Figueira Andrade, 2021; 2022). Por ora, não podemos apontar convictamente quais as intenções de Cabeda ao se associar com lideranças *coloradas* durante esse período, se posicionando inclusive contra Aparício Saraiva que lutara ao seu lado anos antes na Federalista. Trouxemos notícias e telegramas publicados que indicam as ações de aproximação e colaboracionismo de Cabeda, interferindo de certa forma na política do estado vizinho.

No Commercio de Portugal (Lisboa) em março de 1897, encontramos notícias com base em telegramas do Rio de Janeiro acerca da oferta de Cabeda ao então presidente do Estado Oriental, Idiarte Borda, de “600 homens armados e municidados” para lutar ao lado das forças coloradas: “Segundo refere o <Siglo>, Idiarte prometeu que assim que sufoque a revolução dos Blancos, favorecerá os federalistas para invadirem o Rio Grande.”¹⁷ cremos que Cabeda chegou de fato a liderar homens em prol do partido colorado frente ao levante dos blancos, pois em 22 de maio de 1897, se publica notícia de que Cabeda teria homens reunidos sob seu comando ao lado de general Villar e coronel Escobar, tomando parte em combates no Estado Oriental¹⁸ Em 1904 novamente Cabeda

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro. 1º de fevereiro. 1893, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_01/2662

15 GAMA, Luiz Felipe de Saldanha Gama. Diário e correspondências do Almirante Saldanha da Gama. Gunter Axt, Helio Leoncio Martins, Milena Cardoso Costa (orgs). Editora Sulina, Porto Alegre, 2009.

16 Gazeta de notícias (RJ). 3 de março de 1895. P.1 http://memoria.bn.gov.br/DocReader/103730_03/11441.

17 Commercio de Portugal (Lisboa) 27 de março de 1897, p.1. <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/890375/21202>.

18 Jornal do Commercio (RJ). 22 de maio de 1897.p.1 Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/364568_08/24850.

manteve contato e fez um movimento de reunir homens para os colorados, desta feita, conferenciando com o próprio presidente Battle em Montevideu¹⁹.

Entre a pacificação da Federalista e as movimentações revoltosas no Estado Oriental a partir de 1896 até 1904, Cabeda aparece muito presente na cena política da fronteira. Ao lado de Rodolfo Costa, jornalista e editor, assumiu a direção do periódico “O Maragato”, que, dependendo diretamente dos ânimos políticos, circulou ora em Livramento, ora em Rivera:

O Maragato apareceu em Livramento em 1896 dirigido por Rafael Cabeda e a redação de Rodolfo Costa. Na época por razões de segurança foi transferido para Rivera. Com sua beligerância radical contra o Partido Republicano e seus líderes, editou seis fascículos extremamente violentos. Em março daquele ano os diretores receberam a informação de que seria atacado por republicanos e soldados à paisana convocados do Caty. Resolveram resistir, armando o pessoal da casa e recebendo a adesão de maragatos asilados em Rivera. Eram 18 homens. Combateram enquanto houve munição. Rafael e Rodolfo escaparam, porém dois dos defensores, um deles o tipógrafo e o outro o administrador Pedro Caranta, ferido, foram degolados pelos “vitoriosos” (republicanos) e os demais lutadores (adeptos dos maragatos), aprisionados. No mesmo ano o jornal O Canabarro foi atacado e destruído, sem mortes. O Canabarro ressurgiu depois em Taquarembó ainda dirigido pelos idealistas Rafael Cabeda e Rodolfo Costa. (POTOKO, 2023, p. 146)

Considerações finais

A partir de um retrospecto de como nossa pesquisa se delineou desde a graduação, procuramos demonstrar também os caminhos teóricos e metodológicos que estamos trilhando. Nesse sentido, apresentamos o capital social construído pela família Cabeda em Santana do Livramento, acreditando que esse capital possibilitou que nosso personagem atuasse nos conflitos que nos debruçamos. Assim, a partir de periódicos e correspondências apontamos um pouco das atribuições militares e logísticas que Rafael Cabeda esteve incumbido.

Destacamos a sua aproximação grande com grupos políticos do Uruguai principalmente, a medida em que esteve associado tanto com blancos durante a Federalista, como com colorados durante o ciclo de revoltas no Estado Oriental. As movimentações de Cabeda pelo espaço fronteiriço platino, sobretudo durante os conflitos que analisamos passa por sua inserção enquanto *agente* nesta fronteira dispositivo. A capacidade de articulação e mobilização de pessoas, como demonstramos, evidencia seus atributos enquanto um importante líder para o Partido Federalista.

19 Jornal do Commercio (RJ). 25 de julho de 1904. P.1 http://memoria.bn.gov.br/DocReader/364568_09/8138.

Figura 1 - Prédio do jornal “O Maragato” em Rivera, empastelado em 1903.



Fonte: Acervo de Ivo Caggiani, Museo del Patrimonio Regional da Intendencia de Rivera.

Referências

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977.
- BARROS, J. D. História política: dos objetos tradicionais ao estudo dos micropoderes do discurso e do imaginário. **Revista da Universidade Federal de Tocantins**, [S. l.], v. 1, p. 26, 2015.
- BOURDIEU, P. O capital social - notas provisórias. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (org.). **Escritos de educação**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 247.
- BURDIEL, I. Historia política y biografía: más allá de las fronteras. **Revista Ayer**, [S. l.], n. 93, p. 47–83, 2014.
- CAGGIANI, I. **Rafael Cabeda: símbolo do federalismo**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.
- CLEMENTI, H. **La frontera en America: Una clave interpretativa de la Historia Americana**. Buenos Aires: Editorial Leviatan, 1988. v. 1.
- COSTA, M. V. **A Revolução Federalista (1893-1895) o contexto platino, as redes, os discursos e os projetos políticos liberal-federalistas**. 2006. 290 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2006.
- FÉLIX, L. O. A História Política hoje: novas abordagens. **Revista Catarinense de História**, [S. l.], n. 5, p. 49–66, 1998.
- FIGUEIRA ANDRADE, G. **A trajetória política do General João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares): família, comunicação e fronteira**. 2017. 177 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.

FIGUEIRA ANDRADE, G. **Fronteira e territorialização: uma cartografia da Revolução Federalista (1891-1896) a partir das redes de relações da família Silva Tavares na Região Platina**. 2021. 585 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2021.

FIGUEIRA ANDRADE, G. Migração de Federalistas e o espaço regional platino durante a Revolução Federalista (1891-1896). **Estudios Históricos**, Rivera, Uruguay, v. XIV, n. 27, p. 23, 2022.

GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais**. 2°. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

KARSBURG, A. A micro-história e o método da microanálise na construção de trajetórias. **Micro-historia, trajetórias e imigração**. São Leopoldo, RS: Oikos, 2015. p. 266.

LEVI, G. Usos da biografia. In: FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. (org.). **Usos e abusos da história oral**. 8°. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 167–182.

LORIGA, S. **O Pequeno X: da biografia à História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/342910778/LORIGA-Ssbina-OPequeno-X>. Acesso em: 21 out. 2022.

PADOIN, Maria Medianeira. **Federalismo Gaúcho: fronteira platina, direito e revolução**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

MARTINS, R. C. **O método da fronteira: radiografia histórica de um dispositivo contemporâneo (matrizes ibéricas e americanas)**. Coimbra: Almedina, 2008.

PESAVENTO, S. Fronteiras culturais em um mundo planetário - paradoxos da(s) identidade(s) sul-latino-americana(s). **Revista del CESLA**, [S. l.], n. 8, p. 9–19, 2006.

ROSSATO, M. **Gaspar Silveira Martins e a Revolução Federalista (1893-1895): que federalismo é esse?** 2020. 362 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2020.

ROSSATO, M. **Relações de poder na região fronteira platina: família, trajetória e atuação política de Gaspar Silveira Martins**. 2014. 164 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

RUBIN, A. M. **Revolução Federalista (1891-1896) e Rafael Cabeda: A construção do Estado da Arte e novos objetos de estudo**. 2023. 50 f. Trabalho de Conclusão de Graduação (História). – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2023.

SCHMIDT, B. B. Biografia e regimes de historicidade. **Métis: história & cultura**, Accepted: 2018-03-14T02:38:32Z, v. 2, n. 3, p. 57–72, 2003.

THOMPSON FLORES, M. F. da C. **Crimes de fronteira: a criminalidade na Fronteira Meridional do Brasil (1845-1889)**. Porto Alegre: EdPUCRS, 2014 (Anpuh-RS).

Nação e nacionalização na fronteira: a nacionalização dos teuto-brasileiros em Puerto Rico (Argentina) e Porto Novo (Brasil)¹

*Nación y nacionalización en la frontera: la nacionalización de los
alemanes-brasileros en Puerto Rico (Argentina) y Porto Novo (Brasil)*

João Vitor Sausen²

RESUMO

Ao final da Primeira Guerra Mundial, intensificou-se o surgimento de empreendimentos de colonização voltados para colonos de origem alemã no espaço fronteiriço entre a Argentina, o Brasil e o Paraguai. Neste contexto, foram visados, como público-alvo, especialmente os teuto-brasileiros, reconhecidos por sua experiência prévia nas colonizações do sul brasileiro, sendo observados como os mais aptos para se somarem àquelas colonizações. Uma vez iniciadas, estas colonizações foram inicialmente caracterizadas por uma auto-organização de seus assentamentos, com a instalação de instituições básicas, como igrejas, escolas, sociedades culturais e infraestruturas, necessárias para a vivência coletiva nos primeiros anos. Nas décadas iniciais, por sua vez, estes esforços

1 Este trabalho é uma síntese de nossa Dissertação de Mestrado, defendida em 2022 pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, que teve como orientadora a Prof^a. Dr^a. Maria Medianeira Padoin, e co-orientadora a Prof^a. Dr^a. Sonia Rosa Tedeschi (UNL, Argentina), e subvenção de Bolsa CAPES/DS. Ver mais em: SAUSEN, João Vitor. **Nação e nacionalização na fronteira**: as relações político-culturais de Argentina e Brasil com os teuto-brasileiros de Puerto Rico e Porto Novo (1919-1945). 2022. 268 p. Dissertação (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/24443>. Acesso em 03 jan. 2023. Esta Dissertação foi adaptada como livro ainda no mesmo ano, publicado na Coleção História Platina: SAUSEN, João Vitor. **Nação e nacionalização na fronteira**: a integração dos teuto-brasileiros de Porto Novo (Brasil) e Puerto Rico (Argentina) – 1919 a 1945. Itapiranga: Editora Schreiber, Santa Catarina, 2022.

2 Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Maria Medianeira Padoin e coorientação do Prof. Dr. Stefan Rinke (Freie Universität Berlin). Graduando em Arquivologia pela UFSM. Foi bolsista PDSE/CAPES na Freie Universität Berlin, Alemanha. É Mestre, Bacharel e Licenciado em História pela UFSM. Pesquisador do Grupo de Pesquisa CNPq História Platina: Sociedade, Poder e Instituições; do Grupo de Estudos Interdisciplinares e de Pesquisas em Relações Internacionais (GEIPRI/UFSM); e do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Porto Novo (GEPPON). E-mail: sausenjoaovitor@gmail.com.

de auto-organização conviveram com uma gradual inserção do Estado, que ocupava gradativamente o espaço daquelas instituições. Este processo também foi acompanhado, ao longo daquelas décadas, por iniciativas direcionadas à nacionalização de seus habitantes, como ações pedagógicas, ou até repressivas – durante o contexto da Segunda Guerra Mundial. Desta forma, apesar de apresentarem populações de origem comum, este contexto determinou rupturas entre estes indivíduos, especialmente no âmbito cultural, que impactaram em distintos caminhos para as gerações seguintes, apesar da manutenção de alguns elos, reforçados por iniciativas e intercâmbios transfronteiriços recentes. Tal contexto, da nacionalização e das políticas de integração voltadas às colonizações estabelecidas no espaço fronteiriço após a Primeira Guerra Mundial, será abordado neste trabalho a partir de uma História Comparada das realidades de Puerto Rico e Porto Novo. Como principais fontes, serão consultados memórias, registros religiosos, documentos da administração do Território de Misiones, além de legislações e outros tipos de documentos.

Palavras-chave: Nacionalização. Puerto Rico. Porto Novo.

RÉSUMEN

Al finalizar la Primera Guerra Mundial se intensificó el surgimiento de empresas de colonización dirigidas a colonos de origen alemán en el espacio fronterizo entre Argentina, Brasil y Paraguay. En este contexto, el público objetivo fueron especialmente los alemanes-brasileros, reconocidos por su experiencia previa en las colonizaciones del sur de Brasil, siendo observados como los más capaces de sumarse a esas empresas de colonización. Una vez iniciadas, estas colonizaciones se caracterizaron inicialmente por una autoorganización de sus asentamientos, con la instalación de instituciones básicas, como iglesias, escuelas, sociedades culturales e infraestructuras, necesarias para la vida colectiva en los primeros años. En las décadas iniciales, a su vez, estos esfuerzos de autoorganización coexistieron con una paulatina inserción del Estado, que fue ocupando paulatinamente el espacio de esas instituciones. Este proceso también estuvo acompañado, a lo largo de esas décadas, de iniciativas encaminadas a la nacionalización de sus habitantes, como acciones pedagógicas o incluso represivas – durante el contexto de la Segunda Guerra Mundial. Así, a pesar de tener poblaciones de origen común, este contexto determinó rupturas entre estos individuos, especialmente en el ámbito cultural, que impactaron en caminos diferentes para las generaciones posteriores, a pesar del mantenimiento de algunos vínculos, reforzados por recientes iniciativas e intercambios transfronterizos. Este contexto, de políticas de nacionalización e integración dirigidas a colonizaciones establecidas en el espacio fronterizo después de la Primera Guerra Mundial, será abordado en este trabajo a partir de una Historia

Comparada de las realidades de Puerto Rico y Porto Novo. Como fuentes principales se consultarán memorias, registros religiosos, documentos de la administración del Territorio de Misiones, así como legislación y otro tipo de documentos.

Palabras-clave: Nacionalización. Puerto Rico. Porto Novo.

Introdução

Durante o século XIX, que foi caracterizado pelo processo de independências e formação de estados soberanos na América Platina, foram estabelecidos e consolidados grande parte dos atuais limites políticos entre estes estados. Neste território destaca-se o espaço fronteiro entre a Argentina, o Brasil e o Paraguai, cujos limites datam do final daquele século. Entre a Argentina e o Paraguai, o rio Paraná foi consolidado como fronteira após o final da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), sendo que, até então, o país guarani mantinha um controle *de facto* sobre a maior parte da atual província de Misiones, Argentina³. Por parte da Argentina e do Brasil, somente em 1895, a partir de um arbitramento dos Estados Unidos da América, houve um acordo quanto aos limites políticos, determinados, àquela zona, pelos rios Santo Antônio, Iguaçu e Peperi-Guaçu⁴.

Todavia, uma vez acordados os limites políticos, os estados buscaram manter o controle destes territórios a partir de incentivos à imigração, de forma a ampliar sua densidade demográfica, favorecer a ocupação agrícola, e, especialmente, garantir o domínio a partir do princípio do *uti possidetis*. Já no século XX, estas políticas alinharam-se a um contexto de expansão da imigração alemã, especialmente a partir do estado brasileiro do Rio Grande do Sul, onde imigrantes dessa origem e seus descendentes enfrentavam um panorama de carestia e esgotamento das terras, além de um grande crescimento demográfico, o que impulsionava a busca por novas frentes de exploração.

A partir do final da Primeira Guerra Mundial, este contexto apresentou um significativo desenvolvimento, demarcado pela fundação de diversos empreendimentos de colonização voltados à alemães⁵ e seus descendentes, como

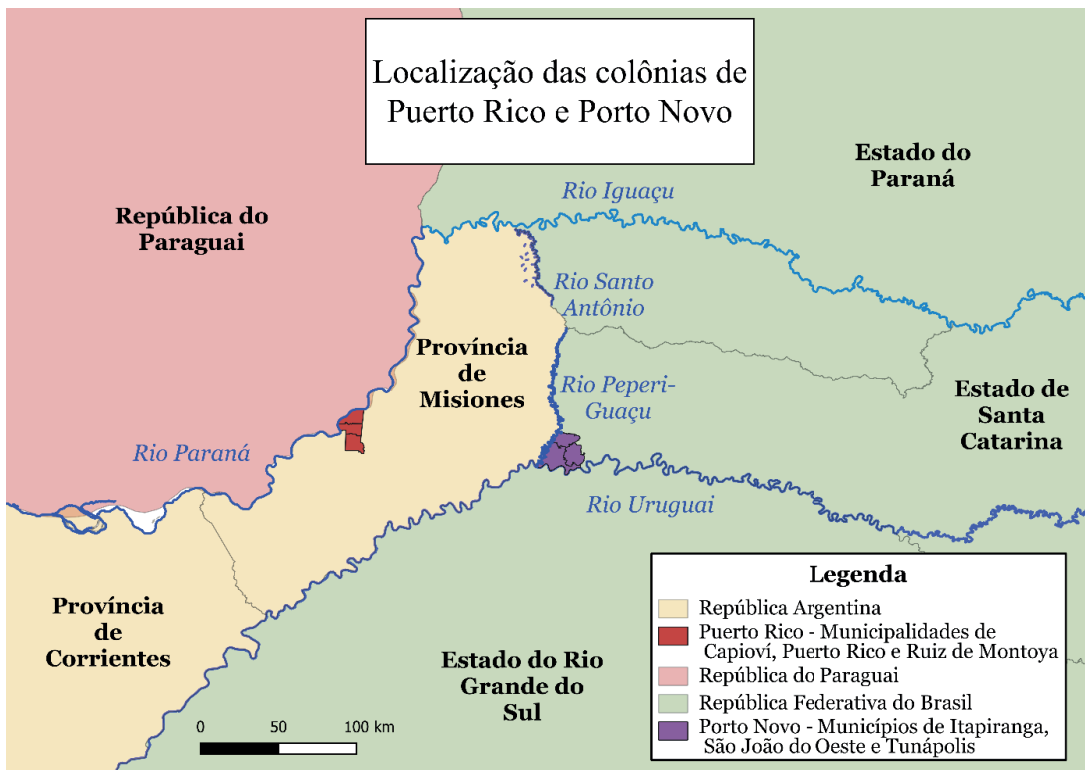
3 Quanto ao estabelecimento de limites políticos entre a Argentina e o Paraguai, ver: DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra**: nova história da Guerra do Paraguai. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022; e YEGROS, Ricardo Scavone; BREZZO, Liliana M. **História das Relações Internacionais do Paraguai**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013.

4 Sobre este litígio, conhecido como “Questão de Palmas”, ver: HEINSFELD, Adelar. **Fronteira Brasil/Argentina**: a Questão de Palmas (de Alexandre de Gusmão a Rio Branco). Passo Fundo: Méritos, 2007.

5 Em nossa investigação, utilizamos o termo “alemães” para abrigar todos aqueles grupos cuja matriz linguística é alemã, independente da origem geográfica. Quando necessário, será explicitado o vínculo de nacionalidade.

Eldorado (1919), Monte Carlo (1920), e Puerto Rico (1919), na Argentina; e Porto Feliz (1922), Porto Novo (1926), e São Carlos (1926), no estado de Santa Catarina. A partir de uma análise deste contexto, a presente investigação versa sobre as realidades de Puerto Rico⁶ e Porto Novo⁷, formadas especialmente por migrantes de origem alemã e católica oriundos do estado do Rio Grande do Sul, e as políticas desenvolvidas para a nacionalização de suas instituições e populações ao longo das décadas seguintes às suas fundações. No mapa a seguir está representada a localização da região de estudo:

Figura 1 - Mapa da localização das colônias de Puerto Rico e Porto Novo



Fonte: SAUSEN, 2022b, p. 23.

6 Atuais municipalidades de Capióví, Puerto Rico e Ruiz de Montoya, Província de Misiones, Argentina.

7 Atuais municípios de Itapiranga, São João do Oeste e Tunápolis, além de partes do território de Iporã do Oeste, estado de Santa Catarina, Brasil.

A auto-organização inicial

Puerto Rico foi fundada e dirigida inicialmente pelo alemão Carlos Culmey (1879-1939), um experiente diretor de colonizações no estado do Rio Grande do Sul, e que, por esta experiência prévia, considerava os teuto-brasileiros como aqueles mais aptos a enfrentarem o início de uma colonização nas matas argentinas (HERWIG, 1987). Assessorado pelo padre jesuíta alemão Max von Lassberg (1857-1944), com quem mantinha uma amizade, Culmey também definiu a necessidade de estabelecer povoamentos distintos para católicos e protestantes, o que implicou, já em 1920, na fundação da colônia Monte Carlo, voltada aos protestantes - permanecendo Puerto Rico apenas aos católicos. Lassberg deixou Puerto Rico em 1922, e Culmey em 1924, após severos problemas financeiros e uma ruptura com os demais sócios (GALLERO, 2009). Após deixarem Puerto Rico, ambos retornaram ao estado do Rio Grande do Sul, onde seguiram vinculados ao contexto de emigração dos alemães.

O jesuíta, por sua parte, envolveu-se com a *Volksvereir*⁸, conduzindo, em abril de 1926, um grupo de 30 colonos a uma visita de reconhecimento àquela que seria a futura sede de um empreendimento dirigido pela associação, no estado de Santa Catarina: Porto Novo (ROHDE, 2011 [1951]). Assim como Puerto Rico, e dado o norteamento da *Volksverein*, Porto Novo foi voltada aos alemães católicos, que, em sua maioria, eram provenientes do estado do Rio Grande do Sul, filhos, netos ou até bisnetos dos imigrantes que lá se estabeleciam desde 1824. Juntas, as duas colonizações estavam entre os diversos empreendimentos dotados de recortes étnicos e confessionais naquele espaço fronteiriço, uma tônica da época.

Além de compartilharem estas características, o modelo organizacional e seu desenvolvimento também apresentaram semelhanças entre ambas as colonizações. Neste sentido, a formação dos povoamentos, e a distribuição de

8 *Volksverein für die deutschen katholiken in der Rio Grande do Sul* [Sociedade Popular para os alemães católicos no Rio Grande do Sul], é miconhecida, em sua denominação em língua portuguesa, por Sociedade União Popular. Fundada em 1912, esta associação era voltada à assistência material, espiritual e religiosa de seu público alvo, e dedicou-se, desde os primeiros anos de existência, ao estabelecimento de uma colonização fechada para alemães católicos. Pela impossibilidade de realizar esta colonização no estado do Rio Grande do Sul, a direção da *Volksverein* decidiu por adquirir uma faixa de terras no oeste do estado de Santa Catarina, conduzindo os esforços de uma colonização por lá. Sobre a *Volksverein*, seu contexto de fundação e a colonização de Porto Novo, ver: MAGNO NUNES, Maria Zilles. **O começo de Porto Novo**: uma colônia para teuto-católicos no processo de expansão colonial no sul brasileiro (1912-1933). Porto Alegre: Gráfica e Editora RJR, 2015; RAMBO, Arthur Blásio. **Somando forças**: o projeto social dos jesuítas no Sul do Brasil. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2011; WERLE, André Carlos. **Porto Novo**: o reino jesuítico germânico no oeste de Santa Catarina. Curitiba: Editora CRV, 2011; WERLE, André Carlos. **O Reino Jesuítico Germânico nas margens do Rio Uruguai**: aspectos da formação da colônia Porto Novo (Itapiranga). 2001. 203 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

terras - as colônias, com cerca de 25 hectares cada -, foi organizada em pequenas comunidades, próximas a cursos fluviais e dotadas de instituições básicas, como escolas e igrejas, auto-organizadas pela população. Nestas escolas, por sua parte, atuavam professores contratados e mantidos pela própria comunidade, usualmente através de associações escolares, que realizavam um ensino de questões básicas - e na língua da comunidade -, para aquela vida rural, em turmas usualmente multisseriadas, com, no máximo, quatro anos de ensino⁹.

A partir desta estrutura, replicada das colônias velhas, os aspectos principais da organização local perpassavam uma relação entre a comunidade, a associação ou empresa de colonização, e a Igreja - jesuítas em Porto Novo, e Missionários do Verbo Divino em Puerto Rico -, todos com sacerdotes alemães ou desta origem. O contraste com estas estruturas era proveniente da gradual inserção do Estado em nível local, através de administrações públicas, certas repartições, bem como no envio de funcionários para ocuparem algumas funções públicas (correios, juizados, polícias, unidades de telégrafos).

Neste sentido, as funções públicas gradualmente inseridas pelo Estado em nível local ocupavam o espaço daquelas anteriormente realizadas a partir da auto-organização da população, muitas vezes coexistindo com elas por algum tempo (como é o caso do ensino), ou mesmo aquelas inexistentes de outra forma. Ainda nos seus primeiros anos de existência, a administração de Puerto Rico tratou de ceder um terreno para a construção de uma escola pública, cujo controle foi encaminhado ao governo nacional (GALLERO, 2009). Ao longo dos anos seguintes, outras escolas foram estabelecidas, coexistindo com aquelas organizadas pela população, além do colégio San Alberto Magno (1938), privado e de gestão religiosa, submetido a diretrizes curriculares nacionais.

Em Porto Novo, por sua parte, assim como no estado de Santa Catarina como um todo, o governo estadual estabeleceu um sistema de subvenções, a partir do qual direcionava recursos para custear em parte as estruturas e os docentes de colégios que atendiam a certos critérios legais - como o ensino em língua portuguesa. Desta forma, até 1938, quando foram estatizadas todas as escolas locais (o que será abordado no próximo item), o estado catarinense esteve em uma situação mais limitada do que no contexto argentino.

As administrações públicas, por sua parte, representam outro aspecto relevante destas relações entre o Estado e a população. Em 1932, Puerto Rico

⁹ Quanto a este modelo escolar, conhecido como “escolas comunitário-confessionais” ou “escolas paroquiais”, consultar: KREUTZ, Lúcio. Escolas étnicas de imigrantes alemães no Rio Grande do Sul. In: LUCHESE, Terciane Ângela; KREUTZ, Lúcio. **Imigração e educação no Brasil**: histórias, práticas e processos escolares. Santa Maria: Editora UFSM, 2011, p. 285-307; Em relação à Porto Novo, há uma obra específica ao tema: EIDT, Paulino. **Porto Novo**: da escola paroquial ao projeto de nucleação, uma identidade em crise. Ijuí: Ed. Unijuí, 1999.

foi elevada a *Comisión de Fomento*¹⁰, enquanto Porto Novo foi transformada em Distrito¹¹. Ainda que representassem possibilidades limitadas de administração, estas condições garantiam a um conselho (no caso de Puerto Rico) ou Intendência, em Porto Novo, um certo nível de gestão de recursos públicos. Inicialmente, seus representantes eram lideranças da sociedade local, e, neste ponto, eram muitas vezes estrangeiros. Ao longo da década de 1930, observa-se um gradual afastamento destes estrangeiros, com a indicação de argentinos e brasileiros natos para as funções de administração (SAUSEN, 2022a, 2022b).

Estes dois exemplos, da administração local e do ensino, representam parte de um processo gradual de inserção e ocupação de espaços públicos pelo Estado, que, através de seus agentes e instituições, difundia discursos nacionais, voltados a uma nacionalização da população local. Este contexto, por sua parte, foi ampliado a partir de 1938, quando aquela população, considerada como desnacionalizada, passou a ser observada sob outro prisma, a de inimigos internos.

A “crise” de 1938

A partir de 1935, o estado de Santa Catarina, então governado por Nereu Ramos, instituiu profundas modificações no ensino, que visavam um maior controle curricular, e o afastamento de estrangeiros de sua direção. Com base nestas reformas, o ensino deveria ser realizado obrigatoriamente em língua portuguesa - tanto em escolas públicas quanto privadas -, por brasileiros natos ou naturalizados - o que também se referia à suas direções -, que dominassem a língua portuguesa, sendo o ensino obrigatório para todas as crianças até os 14 anos de idade¹². Escolas que descumprissem com as normas sofreriam com severas represálias, podendo chegar até a sua clausura.

Mas estas reformas somente atingiram consequências mais amplas a partir de 1938, em um contexto onde a relação tanto da Argentina quanto do Brasil com as populações de origem alemã foi abalada profundamente. No caso argentino, havia sido denunciado, pela própria imprensa alemã (de cunho antinazista), um suposto complô entre alemães e seus descendentes estabelecidos na Patagônia com a Alemanha Nazista, para a anexação daquele território¹³. No Brasil, uma tentativa

10 ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Serie E, 1931, n. 6, f. 319. Disponível em: <https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em: 01 nov. 2021.

11 SANTA CATARINA. Decreto Nº 213. In: **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA**. Do Velho Chapecó a Chapecó: o Legislativo Catarinense resgatando a história da cidade – 1917/2010. Florianópolis: Assembleia Legislativa, 2010, p. 49.

12 Entre as legislações, deve ser destacado o Decreto-Lei Nº 88. Ver: SANTA CATARINA. **Decreto-Lei Nº 88, de 31 de março de 1938**. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Brasil.

13 Sobre o chamado “Affair da Patagônia”, ver: FRIEDMANN, Germán. **Alemanes antina-**

de golpe de estado contra Getúlio Vargas e o recém instaurado Estado Novo, realizado por militantes integralistas, levou a prisões e desconfianças para com os alemães, devido a uma crença de vínculos entre a Ação Integralista Brasileira (AIB), e o Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP)¹⁴.

Ambas situações levaram a um clima de desconfiança para com os alemães, além de represálias culturais, como o fechamento de associações, e limitações legais a aberturas de novas sociedades. Neste sentido, generalizaram noções de um suposto “perigo alemão”, conceito presente na mentalidade desde o início do século XX, que observava na presença de imigrantes alemães e seus descendentes, que mantinham manifestações culturais alemãs, uma possível ponte para interesses imperialistas do II Reich, que, pela unificação tardia, dominava poucas colônias (GERTZ, 1998). Esta possibilidade era ventilada por alguns ideólogos alemães, bem como foi instrumentalizada pelos Estados Unidos da América e o Reino Unido durante as duas guerras mundiais, como contrapropaganda à Alemanha (idem).

Neste sentido, a partir de 1938, na Argentina, a desconfiança, bem como o clima decorrente da guerra iniciada em 1939, deram força à oposição para a imposição de uma Comissão Especial Investigadora na Câmara dos Deputados, iniciada em 1941, e voltada especialmente a investigar supostas atividades nazistas no país¹⁵. No Brasil, por sua parte, alemães e seus descendentes passaram a ser alvos do Tribunal de Segurança Nacional, até então direcionado majoritariamente a punir militantes comunistas e da Aliança Nacional Libertadora (ANL) no país (MAYER, 2021)

De maneira conjunta, também foram direcionados esforços de vigilância para com estas zonas, com o estabelecimento de uma unidade da recém criada *Gendarmería Nacional* em Puerto Rico (1940) (GALLERO, 2009), e da então nacionalizada Brigada Militar do estado do Rio Grande do Sul em Porto Novo (1942) (MAYER, 2016, 2017). Estas ações refletiam a guerra e seus aprofundamentos em nível local, na medida em que os governos argentino e brasileiro se posicionaram de forma mais favorável a um ou outro bando da

zis en la Argentina. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2010.

14 Quanto ao Levante Integralista e as ações de repressão posteriores a ele, ver: GONÇALVES, Leandro Pereira; CALDEIRA NETO, Odilon. **O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020. MAYER, Leandro. **Política de Aldeia: os criminalizados do Estado Novo no oeste de Santa Catarina à luz dos processos-crime do Tribunal de Segurança Nacional**. Itapiranga, Santa Catarina: Editora Schreiber, 2021.

15 Esta comissão ficou conhecida como “*Comisión Especial Investigadora de Actividades Antiargentinas*”, e suas documentações podem ser consultadas no repositório digital da *Cámara de los Diputados de la Nación Argentina*: Comisión Especial Investigadora de Actividades Antiargentinas. In: **Patrimônio Legislativo**, Buenos Aires. Consultado em: <https://apym.hcdn.gob.ar/comisiones-especiales/nazis/inventario/>. Acesso em: 29 set. 2024.

contenda. Os habitantes de Puerto Rico e Porto Novo, por sua parte, devido à vinculação cultural alemã, eram observados como desnacionalizados, e, portanto, sujeitos à uma lealdade à Alemanha, o que implicava na necessidade de vigilância sobre os mesmos.

Quanto ao ensino, seguidos descumprimentos das diretrizes impostas pelo estado de Santa Catarina, geraram, em Porto Novo, um panorama de instabilidade que, em 1938, escalou para o fechamento e posterior estatização de todas as suas estruturas escolares. Em julho daquele ano, a escola masculina da principal sede urbana (Itapiranga) foi fechada por descumprir as normas referentes ao ensino em língua portuguesa, e por não contar com docentes que fossem brasileiros natos¹⁶. Nesta escola, também foi assinalado o obrigatório afastamento do pároco alemão Francisco Xavier Riederer (1884-1964), que ministrava as aulas naquela escola, e deixou a localidade em março do ano seguinte¹⁷.

Todavia, um maior impacto sobre o ensino local veio em 3 de setembro de 1938, com o recebimento da notícia de publicação do *Decreto Estadual nº 516*¹⁸ (de 27 de março de 1938), que ordenava o fechamento de todas as escolas particulares de Porto Novo, e sua posterior incorporação ao patrimônio estadual, com a estatização e reabertura sob controle direto do estado. Ainda que com a resistência religiosa¹⁹ e de parte da população (especialmente frente aos professores enviados pelo estado, e contínuos descumprimentos da lei), o monopólio do ensino foi efetivado a partir daquele ano.

O Colégio Frei Rogério, instalado pelas Irmãs da Divina Providência naquele ano, por sua parte, teve de afastar sua diretora, Irmã Tabita, pois esta era alemã, mas pôde continuar a funcionar (SPOHR, 2016). De maneira geral, a partir dos anos seguintes, o ensino era fiscalizado por inspetores escolares, que vigiavam o cumprimento da legislação. Neste sentido, diversas escolas enfrentaram clausuras temporárias, e professores foram afastados, causando significativos problemas de aprendizado no alunado.

16 Livro Tombo da Paróquia de Itapiranga, Brasil, f. 15. Informações complementares foram consultadas em: SPOHR, Inácio. **História das casas**: um resgate histórico dos jesuítas no sul do Brasil. Porto Alegre: Padre Reus, 2016.

17 Na ocasião de sua saída, foi registrado no Livro Tombo da Paróquia que: “[...] dizem uns que o queriam prender por causa das escolas, dizem outro que estava muito nervoso e acabado, o certo é que ele se tinha sacrificado e trabalhado muito para conservar as aulas particulares católicas desta paróquia [...]”. Consultado em: Livro Tombo da Paróquia de Itapiranga, f. 15.

18 Livro Tombo da Paróquia de Itapiranga, f. 15.

19 O pároco Francisco Xavier Riederer empreendeu diversas tentativas de reverter as medidas impostas pelo governo estadual, com o acionamento de algumas esferas religiosas. Quando uma comissão para a efetivação da clausura das escolas chegou em Porto Novo, uma das ações de resistência foi recebida do Prelado através de um telegrama: “sino dobre finado três dias cada semana; reúna povo todas as noites rezar terço intenção escola e governador mude parecer”. Consultado em: Livro Tombo da Paróquia de Itapiranga, Brasil, f. 15.

A Segunda Guerra Mundial e as ações de repressão

A presença da Brigada Militar do estado do Rio Grande do Sul em Porto Novo, aliada ao contexto de ruptura de relações diplomáticas entre o Brasil e a Alemanha, geraram ações de represália contra a população local. Neste sentido, foram registrados, em um primeiro momento, a proibição de manifestações em línguas alemãs²⁰, o confisco de obras em alemão (incluindo livros religiosos) (SPOHR, 2016), além de prisões em virtude destas manifestações (JUNGBLUT, 2011; MAYER, 2016, 2017; SPOHR, 2016; Livro Tombo da Paróquia de Itapiranga). A partir de agosto de 1942, em um contexto de escalada na ruptura entre os dois países, que levou, em 31 de agosto, à declaração de guerra, dezenas de prisões preventivas foram realizadas em Porto Novo, visando especialmente aqueles habitantes cuja nacionalidade era a alemã (JUNGBLUT, 2011; ROHDE, 2011 [1951]). Outros, ao temerem uma possível prisão, refugiaram-se no Rio Grande do Sul ou empreenderam uma fuga rumo à Argentina²¹.

Meses depois, em uma tentativa de “assegurar” o território fronteiriço, e com base em uma legislação anterior²², para afastar os “inimigos internos”, a Brigada Militar ordenou a saída de todos os alemães e romenos residentes em Porto Novo, e sua posterior realocação em Xanxerê. Somente puderam permanecer aqueles com a nacionalidade de países amigos (estadunidenses, neerlandeses, russos, entre outros), casados com brasileiros, ou cuja condição de saúde não permitia o deslocamento. A ordem, realizada em 10 de fevereiro, para um prazo de 10 dias, chegou a ser postergada, e, posteriormente cancelada, não sem diversas famílias desfazerem-se de seus bens e terem rumado ao destino²³.

20 Livro Tombo da Paróquia de Itapiranga, Brasil, f. 21.

21 Informações sobre estas migrações forçadas podem ser consultadas em: JUNGBLUT, Roque. **Porto Novo**: um documentário histórico. 3ª ed. Porto Alegre: Letra & Vida, 2011; SCHNEIDER, Maikel Gustavo. **“Talvez nunca mais eu veja minha terra natal”**: a trajetória de imigrantes alemães na colonização de Porto Novo/SC (1932-1942). São Carlos: Pedro & João Editores, 2019; ROHDE, Maria Wiersch. **Espírito Pioneiro**: a herança dos antepassados. Tradução de Heidi Collischonn Biehl. Itapiranga: Gráfica e Editora Porto Novo, 2011.

22 A ordem para a expulsão dos alemães e romenos de Porto Novo parece ter sido oriunda de uma interpretação do *Decreto-Lei nº 1.164*, de 18 de março de 1939. Este Decreto-Lei estabelecia normas sobre a concessão de terras em zonas fronteiriças, e vedava, nestes pontos, o estabelecimento de estrangeiros em um perímetro de até 30 quilômetros do limite fronteiriço, submetendo aquelas concessões em um raio de até 150 quilômetros da fronteira à um anuência prévia do Conselho de Segurança Nacional. Ver mais em: BRASIL. **Decreto-Lei Nº 1.164, de 18 de março de 1939**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1164-18-marco-1939-349147-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 09 set. 2021.

23 Sobre este contexto, ver: SAUSEN, João Vitor. A guerra e as migrações forçadas: Porto Novo, Santa Catarina (1942-1943). In: SAUSEN, João Vitor; MAYER, Leandro. **Período Republicano Brasileiro**: pesquisas, escritas e fontes. Itapiranga: Schreiber, 2021, 105-118.

Em Puerto Rico, as ações durante a Segunda Guerra Mundial restringiram-se a limitações ao uso da língua alemã nas atividades religiosas²⁴, uma desconfiança constante para com as pessoas de origem alemã, bem como um combate ao funcionamento de escolas alemãs (SAUSEN, 2022a, 2022b), então sob restrições em seu território - com a obrigatoriedade do ensino em castelhano. Mas esta realidade mais branda com relação à situação brasileira tem relação com a postura argentina frente ao conflito, uma vez que, até 1943, perdurava um governo que pendia aos países aliados.

Todavia, naquele ano, um grupo de oficiais pró-Alemanha conduziu um golpe de estado que destituiu o governo anterior, e manteve a neutralidade do país ante o conflito global²⁵. Durante a guerra, a Argentina, e, especialmente o Paraguai - que havia sido destino de muitos imigrantes de origem alemã desde o final do século XX - tornaram-se países de destino para os alemães e seus descendentes residentes no Brasil. Ponto em comum entre Porto Novo e Puerto Rico, neste sentido, é a trajetória de Wendling Kober, que residia em Linha Becker (Porto Novo) e acompanhou, em agosto de 1942, um grupo de alemães que se refugiaram na Argentina. Seu destino foi Puerto Rico, onde fixou residência (JUNGBLUT, 2011).

Considerações Finais

A expansão da imigração alemã para além do Rio Grande do Sul representou, naquele contexto do início do século XX, uma reprodução de modelos organizacionais prévios em novas espacialidades. Todavia, representou também uma ruptura com este contexto, a partir de realidades com uma maior presença do Estado, seus agentes e suas instituições, estabelecidos gradualmente a partir das primeiras décadas de existência das novas colônias. Para estes estados, os migrantes eram um elemento importante de ocupação e manutenção territorial, mas também deveriam ser plenamente nacionalizados por meio de suas instituições.

Com a Segunda Guerra Mundial, e uma noção abrangente de um suposto perigo alemão que permeava este espaço fronteiriço, a relação entre os Estados-Nação e aquelas populações de origem alemã foi caracterizada pelo prisma de supostos inimigos internos, e as ações de nacionalização foram amplificadas. Neste sentido, foram desenvolvidas políticas de vigilância, bem como de nacionalização apressada, que visavam a neutralização deste suposto perigo interno.

24 ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Serie E, 1942, n. 9, f. 118. Disponível em: <https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/Consulta-Decretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em: 01 nov. 2021.

25 Foi com este golpe de estado, e o fechamento do congresso argentino, que a *Comisión Especial Investigadora de Actividades Antiargentinas*, que monitorava as supostas atividades nazistas que ocorriam no território argentino foi encerrada.

Desta forma, especialmente em função da guerra e de seus desdobramentos, foram estabelecidas as bases para a nacionalização das gerações seguintes, o que implicou em uma gradual ruptura com uma origem comum, processo o qual ainda é corrente. No avançar das gerações são perdidos os vínculos culturais e familiares com os locais de origem, em um processo de ressignificação de identidades, e estabelecimento e consolidação de noções de argentinidad e brasilidade, que hoje imperam.

Referências

FRIEDMANN, Germán. **Alemanes antinazis en la Argentina**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2010.

GALLERO, María Cecilia. **Con la Patria a Cuestas**: la inmigración alemana-brasileña en la Colonia Puerto Rico, Misiones. Buenos Aires: Araucaria, 2009.

GERTZ, René Ernane. **O perigo alemão**. 2 ed.. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998.

HERWIG, Tutz Culmey; KNORR, Ilga K.. **A filha do pioneiro**: memórias. Tradução de Ricardo Meyer. São Carlos: Prefeitura Municipal de São Carlos, 1987.

JUNGBLUT, Roque. **Porto Novo**: um documentário histórico. 3ª ed. Porto Alegre: Letra & Vida, 2011.

MAYER, Leandro. **O retrato da repressão**: as perseguições a alemães no Oeste de Santa Catarina durante o Estado Novo (1937-1945). São Leopoldo: Oikos, 2017.

MAYER, Leandro. **“O triste fim de Anton Kliemann”**: a campanha de nacionalização e seus desdobramentos no oeste de Santa Catarina. 2008. 271 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2016.

MAYER, Leandro. **Politicalha de Aldeia**: os criminalizados do Estado Novo no oeste de Santa Catarina à luz dos processos-crime do Tribunal de Segurança Nacional. Itapiranga, Santa Catarina: Editora Schreiber, 2021.

ROHDE, Maria Wiersch. **Espírito Pioneiro**: a herança dos antepassados. Tradução de Heidi Collischonn Biehl. Itapiranga: Gráfica e Editora Porto Novo, 2011.

SAUSEN, João Vitor. **Nação e nacionalização na fronteira**: a integração dos teuto-brasileiros de Porto Novo (Brasil) e Puerto Rico (Argentina) – 1919 a 1945. Itapiranga: Editora Schreiber, Santa Catarina, 2022a.

SAUSEN, João Vitor. **Nação e nacionalização na fronteira**: as relações político-culturais de Argentina e Brasil com os teuto-brasileiros de Puerto Rico e Porto Novo (1919-1945). 2022. 268 p. Dissertação (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2022b.

Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/24443>. Acesso em 03 jan. 2023.

SCHNEIDER, Maikel Gustavo. **“Talvez nunca mais eu veja minha terra natal”**: a trajetória de imigrantes alemães na colonização de Porto Novo/SC (1932-1942). São Carlos: Pedro & João Editores, 2019.

SPOHR, Inácio. **História das casas**: um resgate histórico dos jesuítas no sul do Brasil. Porto Alegre: Padre Reus, 2016.



A consolidação de ameaças estrangeiras na agenda política do pan-americanismo durante a Segunda Guerra Mundial

The consolidation of foreign threats on the political agenda of pan-americanism during the Second World War

Pietra Elisa Beling¹

Maria Medianeira Padoin²

RESUMO

O movimento pan-americanista inaugurou um momento singular da história das relações interamericanas, refletindo a hegemonia dos Estados Unidos no continente. Apesar de algumas resistências, isso possibilitou um alto grau de coesão política entre os países americanos durante a Segunda Guerra Mundial. A despeito da inicial neutralidade no conflito, é possível perceber, nas Conferências Pan-americanas, uma narrativa comum de preocupação com ameaças estrangeiras que se intensificaram ao longo da guerra, especialmente com o envolvimento direto estadunidense. Assim, na presente pesquisa, que conta com o auxílio de bolsa CAPES/DS, o objetivo central é analisar a percepção sobre um perigo estrangeiro em meio à guerra, considerando as três Reuniões de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores Americanas realizadas em 1939, 1940 e 1942. A partir da análise de suas atas finais, busca-se verificar as principais resoluções adotadas e a percepção existente sobre a temática entre os países do continente.

Palavras-chave: Pan-americanismo. Ameaças estrangeiras. Segunda Guerra Mundial.

ABSTRACT

The Pan-Americanist movement inaugurated a unique moment in the history of inter-American relations, reflecting the United States' hegemony on the continent. Despite some resistance, this movement fostered a high degree of political cohesion among American countries during the Second World War.

1 Mestranda em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), com auxílio de Bolsa CAPES/DS, na linha de pesquisa Fronteira, Política e Sociedade. Bacharel em Relações Internacionais pela mesma instituição. E-mail: pietra.beling@acad.ufsm.br.

2 Orientadora de mestrado. É professora titular da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), vinculada ao Departamento de História, ao Programa de Pós-Graduação em História e ao Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural. E-mail: mmpadoin@gmail.com.

Despite the initial neutrality in the conflict, it is possible to perceive, in the Pan-American Conferences, a common narrative of concern about foreign threats that intensified throughout the war, especially with the direct involvement of the United States. This research, supported by a CAPES/DS scholarship, aims to analyze how American countries perceived these external threats during the war, considering the three Meetings of Consultation of the Ministers of Foreign Affairs of the American States held in 1939, 1940, and 1942. By analyzing the final acts of these meetings, we seek to identify the main resolutions adopted and the perception existing on the subject among the countries of the continent.

Keywords: Pan-Americanism. Foreign threats. Second World War.

Introdução

Com o intuito de promover a cooperação entre as nações do continente, o pan-americanismo refletiu a crescente hegemonia dos Estados Unidos que buscavam consolidar sua influência política e econômica na região. Entre o século XIX e o início do século XX, uma quantidade significativa de governantes e intelectuais percebiam com receio a aproximação norte-americana em relação à América Latina. Porém, com a adoção da Política da Boa Vizinhança e a eclosão da Segunda Guerra Mundial, o movimento pan-americanista ganhou novos contornos, em que os países americanos, apesar de suas diferenças, adotaram uma postura semelhante de neutralidade e, com a entrada dos Estados Unidos no conflito, romperam relações diplomáticas com o Eixo³.

Esse alto grau de coesão entre os países americanos, mesmo com algumas exceções, foi possibilitado pelo acionamento do mecanismo de consulta estabelecido em conferências anteriores, sendo então realizadas três Reuniões de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores Americanos: em 1939, 1940 e 1942. A fim de minimizar as dificuldades impostas pelo contexto de guerra às relações interamericanas, tais encontros visavam a cooperação entre os países americanos em defesa de ideais democráticos e em respeito às normas do Direito Internacional.

Com isso, é demonstrada nas reuniões uma preocupação comum quanto ao desenvolvimento de atividades ilícitas e subversivas, vinculadas a ameaças estrangeiras, que se acentuam com o desenrolar da guerra. Para tanto, partindo do entendimento do pan-americanismo enquanto expressão da hegemonia

3 A maior parte dos países americanos seguiu a decisão norte-americana de romper relações diplomáticas com os países do Eixo, o que ocorreu essencialmente entre o fim de 1941 e o início de 1942. No entanto, Chile e Argentina permaneceram neutros até 1943 e 1944, respectivamente.

norte-americana, a hipótese que estrutura a pesquisa é o entendimento de que a amplificação da noção de um perigo estrangeiro, expressado através das atas finais das reuniões de consulta, estaria diretamente associada aos objetivos político-econômicos dos Estados Unidos em relação à América Latina, sobretudo no que diz respeito ao enfraquecimento de atividades econômicas ligadas ao Eixo.

O objetivo central do presente trabalho, então, é analisar a consolidação de ameaças estrangeiras nas deliberações políticas do pan-americanismo em meio à Segunda Guerra Mundial. Assim, apesar da hipótese levantada, não pretendo demonstrar os efeitos práticos das resoluções aprovadas nas reuniões de consulta, e sim evidenciar uma crescente vinculação entre as resoluções aprovadas no âmbito do pan-americanismo e o favorecimento de interesses norte-americanos. Para tanto, as discussões apresentadas se dividem em duas seções: na primeira será analisada a estruturação do movimento pan-americanista e o porquê de poder ser considerado enquanto um instrumento da política dos Estados Unidos; e na segunda serão evidenciadas as resoluções aprovadas nas reuniões de consulta e de que forma as ameaças estrangeiras são postuladas em suas deliberações.

Estruturação do movimento pan-americanista

O pan-americanismo foi um movimento impulsionado por ideias de unidade e cooperação entre as nações do continente americano, ganhando forma desde o século XIX com a realização do Congresso de Panamá (1826). Em paralelo aos processos de independência dos países americanos, a realização desse congresso, sob liderança de Simón Bolívar, idealizava a formação de uma confederação de países hispano-americanos⁴ pautando-se pela ideia de uma língua, cultura e história comuns (Bethell, 2009, p. 294-295). Apesar de ter produzido resultados limitados, os ideais proclamados no congresso constituem um marco inicial para o processo que culminou na realização das posteriores Conferências Pan-Americanas (Bueno, 1997, p. 231) – inclusive a primeira resolução apresentada na I Reunião de Consulta é justamente uma homenagem ao libertador Simón Bolívar⁵.

Ainda no século XIX, intelectuais como José María Torres Caicedo, Francisco Bilbao e Justo Arosemena defendiam a existência de uma “consciência e identidade hispano-americana/latino-americana comum” (Bethell, 2009, p. 292). De modo geral, a maior parte destes pensadores percebiam os Estados Unidos com receio devido às intervenções realizadas pelo país em função do

4 A categorização de países hispano-americanos não incluiu o Brasil e, por questões particulares, o Haiti também não foi convidado. Outro país ausente nesse encontro foi os Estados Unidos, apesar de terem recebido o convite. A Grã-Bretanha participou como observadora.

5 *Acta Final de la Reunión de Consulta...*, p. 6-8.

Destino Manifesto, especialmente em disputas com o México. O limitado poder de organização e a baixa coesão entre os países recém-independentes fizeram com que as demais tentativas de criação de uma confederação americana também falhassem – cenário que seria modificado somente ao final do século.

Com a consolidação dos Estados Unidos enquanto uma potência militar e naval, as relações interamericanas ganharam novos contornos tendo em vista que o país aumentou de forma expressiva seus investimentos econômicos em nível internacional, competindo diretamente com potências europeias, além de realizar crescentes intervenções político-militares no continente americano⁶. É a partir de então, especialmente ao fim do século XIX, que os Estados Unidos formularam uma política externa com objetivos claros em relação à América Latina, visando afastar influências europeias – favorecido pelo retraimento da Grã-Bretanha na economia internacional – e expandir suas relações econômicas hemisféricas (Bueno, 1997). Assim, a retórica pan-americanista passou a ser defendida pelos norte-americanos, em contraste às intervenções realizadas no continente, com base em uma história e geografia compartilhadas entre os países americanos, sendo assim pautada pelos ideais de republicanismo, liberdade e democracia (Bethell, 2009, p. 296).

Em 1889, a partir da iniciativa do secretário de Estado norte-americano, James Blaine, foi convocada a Primeira Conferência Pan-Americana, realizada em Washington, inaugurando um processo que se estendeu ao século XX⁷. As discussões desse primeiro encontro compreenderam essencialmente pautas econômicas, como a criação de uma união aduaneira, mas obtendo poucos resultados práticos (Bueno, 1997, p. 235-236). Um dos países que mais firmemente resistiu às propostas dos Estados Unidos – o que se repetiu na maior parte das conferências seguintes – foi a Argentina, a qual seguiu com o seu comércio essencialmente vinculado à Europa até as primeiras décadas do século XX, bem como buscava exercer papel de liderança no continente em oposição ao projeto norte-americano.

Portanto, a desconfiança quanto aos Estados Unidos permaneceu tanto entre os intelectuais quanto os dirigentes dos países americanos:

6 Leslie Bethell (2009, p. 296) destaca que as principais intervenções teriam ocorrido na Venezuela (1895), na guerra com a Espanha (1898), na ocupação de Cuba, Porto Rico e Filipinas, na independência do Panamá (1903), na República Dominicana (1905), no México (1914-15) e na ocupação da Nicarágua (1916-24).

7 Até a Segunda Guerra Mundial foram realizadas oito Conferências Pan-americanas, sendo elas em: Washington (1889-90), Cidade do México (1901), Rio de Janeiro (1906), Buenos Aires (1910), Santiago de Chile (1923), Havana (1928), Montevideu (1933) e Lima (1938). Ademais, destaca-se a realização de encontros especializados em temáticas, como foi o caso da Conferência Interamericana de Consolidação da Paz (1936), realizada em Buenos Aires.

Os governos hispano-americanos, em geral, reagiam com suspeita e desconfiança em relação a esse novo interesse dos Estados Unidos no hemisfério. [...] **Temiam, com razão, que o pan-americanismo fosse uma ferramenta utilizada para ratificar a hegemonia política e econômica dos Estados Unidos** e assegurar a futura exploração da região (Bethell, 2009, p. 297, grifo nosso).

Assim, quanto à hipótese levantada na introdução, ressalta-se que é recorrente o apontamento da forte ingerência dos Estados Unidos nas Conferências Pan-Americanas, especialmente na determinação dos temas a serem discutidos, os quais eram definidos em uma reunião preparatória na sede da União Pan-Americana, localizada em Washington. Complementando, Dulci (2008, p. 36) afirma que: “Além do controle nas reuniões preparatórias e nas sessões propriamente ditas das Conferências, os delegados dos EUA faziam valer o seu poderio econômico para forçar o estabelecimento da sua agenda de política externa para as Américas”. Por isso, a presente pesquisa parte do entendimento do pan-americanismo enquanto uma expressão da hegemonia norte-americana no continente.

Ainda assim, é preciso considerar que esse processo não se deu sem resistência, tanto que as principais disputas no âmbito das conferências não foram vencidas pelos Estados Unidos (Dulci, 2008, p. 118). Em razão das desconfianças às pretensões norte-americanas, Bueno (1997, p. 245-246) afirma que as conferências realizadas obtiveram limitados efeitos práticos por não possuírem poder deliberativo – em grande medida, as declarações e as resoluções aprovadas configuravam apenas recomendações às nações americanas, não sendo obrigatórias. O próprio mecanismo de consulta, que possibilitou a realização das reuniões entre os ministros das relações exteriores americanos, teria se constituído pelo objetivo argentino em manter sua autonomia e não se vincular a procedimentos obrigatórios (Doratioto, 2022, p. 4).

No entanto, tal cenário é modificado na década de 1930, em que as relações interamericanas são novamente modificadas com a percepção de perigo imposta pela ascensão de regimes autoritários na Europa, especialmente a Alemanha. A administração de Franklin D. Roosevelt se viu ameaçada pelo fortalecimento das relações comerciais alemãs com a América Latina ao passo que os Estados Unidos perdiam força no continente (Londoño, 2017, p. 11). Em resposta, a administração Roosevelt passou a desenvolver a Política da Boa Vizinhança, que se configurou enquanto uma política de não-intervenção e em defesa de uma aproximação cultural entre os países americanos.

Assim, nas conferências seguintes, fortaleceu-se a retórica de solidariedade pan-americana em defesa da democracia e em oposição ao fascismo, sendo então favorecida pelo empreendimento dos Estados Unidos de fortalecer uma

identidade comum por meio de cooperação intelectual e intercâmbios entre universidades do continente (Dulci, 2008, p. 46). Então, a partir do exposto, é possível afirmar que a desconfiança em relação ao governo norte-americano perdeu força com a eclosão do conflito na Europa, que teria sido central para consolidar o sistema pan-americano sob sua liderança (Moraes, 1998, p. 11).

Com o início da Segunda Guerra Mundial, foi acionado o mecanismo de consulta que havia sido previamente acordado nas Conferência de Consolidação da Paz, realizada em 1936 na cidade de Buenos Aires, e na Conferência Pan-Americana de 1938, realizada em Lima. Tal mecanismo possibilitou a realização de três Reuniões de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores Americanos ao longo do conflito: de 1939 realizada no Panamá, de 1940 realizada em Havana e de 1942 realizada no Rio de Janeiro. As reuniões tinham como objetivo, evidentemente, discutir sobre a posição dos países em relação ao conflito e implementar regulamentações comuns capazes de garantir a segurança do continente americano.

A partir disso, torna-se relevante analisar as deliberações políticas que resultaram das reuniões de consulta, que estão dispostas em suas atas finais⁸, especialmente no que tange à percepção de ameaças estrangeiras. A construção da presente pesquisa foi inspirada pelos apontamentos realizados por Lima (2019, p. 24), em que a autora afirma que, por meio do movimento de aproximação entre os Estados Unidos e o continente americano no contexto da Segunda Guerra Mundial, “[...] foi possível unir ‘nações amigas’, alinhadas ao pan-americanismo, e controlar o relacionamento destas com as ‘nações estrangeiras’, que seriam as nações externas ao continente americano, no caso, os países europeus vinculados ao Eixo”. Ou seja, o pan-americanismo teria fomentado valores comuns em oposição a inimigos externos – os quais correspondiam às potências do Eixo no referido conflito.

Em consonância ao trabalho de Lima (2019), há uma série de pesquisas que analisam a forma como os objetivos político-econômicos dos Estados Unidos foram favorecidos pela defesa de ideais pan-americanistas em favor da democracia e em combate ao fascismo – cujo ápice se deu com a repressão direta de indivíduos vinculados ao Eixo em países americanos. No caso brasileiro, relacionado aos episódios de quebra-quebra, destaco também a pesquisa de Fachel (2002); já em um cenário mais amplo, há os trabalhos de Friedman (2003) e Londoño (2017), os quais oferecem um panorama sobre a proclamação de listas negras e o processo de deportação e internamento, promovido pelos Estados Unidos, de indivíduos ligados aos países do Eixo na América Latina. De uma forma geral, esses

8 As atas estão disponíveis em repositório digital da Organização dos Estados Americanos (OEA), as quais estão listadas na seção de referências.

episódios resultaram na interrupção da atuação econômica, cultural e política de importantes comunidades alemãs, japonesas e, em menor medida, italianas nos países latino-americanos em que haviam se instalado, assim favorecendo o ingresso norte-americano nas economias afetadas por estes elementos.

Nesse sentido, compartilha-se do entendimento de Londoño (2017, p. 6), o qual defende a hipótese de que os EUA aproveitaram o contexto da Segunda Guerra Mundial, por meio da promoção do pan-americanismo, para assegurar o apoio e a vigilância das nações americanas em um território ainda pouco conhecido por eles, cuja finalidade última seria expandir sua presença econômica na América Latina. Então, por meio da análise das atas finais das reuniões de consulta, busca-se estabelecer as vinculações entre as agendas de discussão política do pan-americanismo e o contexto de crescente participação estadunidense nas relações interamericanas, assim consolidando seus interesses econômicos no continente a partir da percepção de ameaça imposta pelos regimes autoritários europeus.

Ameaças estrangeiras nas deliberações pan-americanistas em meio à guerra

Em um primeiro momento, acerca da estrutura das atas finais, destaco que estas apresentam apenas as resoluções aprovadas ao longo das reuniões, assim não compreendendo o processo de discussão e de possíveis discordâncias entre os delegados americanos. Por isso, entende-se que as deliberações que constam nas atas finais se referem a elementos previamente discutidos e acordados, mesmo que não de forma unânime, pela maior parte dos países presentes nas reuniões – inclusive algumas delegações apresentam pontos de ressalva às resoluções aprovadas que foram incluídos ao final dos documentos⁹. Destaco também que os temas levados à discussão nas três reuniões de consulta haviam sido previamente aprovados pelo Conselho Diretivo da União Pan-Americana em Washington – questão apontada por Dulci (2008) enquanto elemento da ingerência norte-americana na deliberação das pautas discutidas nas conferências.

Assim, a I Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores Americanos, realizada entre 23 de setembro e 3 de outubro de 1939, teve seu programa aprovado em 12 de setembro pela União Pan-Americana – ainda em movimentos iniciais da guerra na Europa. Ao total foram aprovadas 18 resoluções¹⁰, dentre as quais se destacam a Declaração Conjunta de Solidariedade

9 Na I Reunião de Consulta apresentaram observações Brasil, Argentina e Guatemala; já na II Reunião foram México, Argentina, Uruguai, Bolívia, Chile, Colômbia, Venezuela e Peru; e na III Reunião foram Argentina, Chile, Estados Unidos, Guatemala e Peru.

10 São elas: I. Homenaje al libertador; II. Leyes, decretos y reglamentos sobre neutralidad; III. Voz y voto en estas reuniones; IV. Cooperación económica; V. Declaración conjunta de solidaridad continental; VI. Declaración general de neutralidad de las repúblicas america-

Continental, a Declaração Geral de Neutralidade das Repúblicas Americanas e a Declaração de Panamá. Resumidamente, as duas primeiras declarações visavam estabelecer maior comunicação entre as leis de neutralidade aprovadas pelos países americanos, bem como reafirmar o “espírito democrático” em nível continental¹¹. Por sua vez, a Declaração do Panamá delimitou uma zona de segurança marítima, inclusive com as coordenadas já definidas, a fim de que as atividades dos beligerantes não se desenvolvessem na referida área¹² tendo em vista as experiências com a Primeira Guerra Mundial.

Dessa forma, é perceptível que predomina na reunião a defesa de pautas que visam proteger a neutralidade das nações americanas, as quais estão permeadas por princípios de cooperação e a necessidade de resguardar as estruturas políticas, jurídicas e econômicas do continente frente ao contexto de guerra na Europa. As ameaças estrangeiras, então, recebem pouco destaque ao longo das deliberações, ficando restrita às resoluções IX, sobre coordenação de medidas policiais e judiciais para a manutenção da neutralidade, e XII, sobre a proteção contra ideologias subversivas ao ideal interamericano. A primeira delas se refere a ações preventivas e repressivas de autoridades policiais, objetivando o intercâmbio de informações entre os países, a fim de estabelecer mecanismos de vigilância, apreensão e custódia de indivíduos envolvidos em “atividades ilícitas”¹³. Já a segunda abrange a temática de maneira mais explícita afirmando que os ideais democráticos poderiam estar em perigo pela ação de “ideologias estrangeiras” inspiradas por princípios diametralmente opostos e, portanto, recomenda que os países americanos ditem as disposições necessárias para extirpar a propaganda dessas doutrinas no continente¹⁴.

Ainda na primeira reunião, definiu-se que o próximo encontro entre os ministros seria realizado no ano seguinte, em Havana, caso a guerra se

nas; VII. Humanización de la guerra; VIII. Contrabando de guerra; IX. Coordinación de medidas policiales y judiciales para el mantenimiento de la neutralidad; X. Mantenimiento de las actividades internacionales dentro de la moral cristiana; XI. Recomendación a los juriconsultos americanos; XII. Protección contra las ideologías subversivas del ideal interamericano; XIII. Próxima reunión de cancilleres; XIV. Organización del Comité Consultivo Económico y Financiero Interamericano; XV. Declaración de Panamá; XVI. Comunicación de la Declaración de Panamá; XVII. Cambio de soberanía de regiones geográficas de América bajo jurisdicción de Estados no americanos; XVIII. Satisfacción y aprecio por la organización y hospitalidad brindadas a la reunión por la República de Panamá.

11 **Acta Final de la Reunión de Consulta...**, p. 15-21.

12 No entanto, em dezembro de 1939, foi travada a Batalha do Rio da Prata, envolvendo navios britânicos e alemão, os quais desrespeitaram a declaração recém acordada entre os países americanos. Ver mais em: BELING, Pietra Elisa. **Do III Reich ao Rio da Prata: uma análise do afundamento do Admiral Graf Spee e a internação de seus ex-tripulantes na Argentina (1939-1946)**. Monografia (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2023.

13 **Acta Final de la Reunión de Consulta...**, p. 25.

14 *Ibid.*, p. 27-28.

estendesse até lá. Assim, entre 21 e 30 de julho de 1940 ocorreu a II Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores Americanos. Foram aprovadas 26 resoluções¹⁵ e, semelhante ao que é percebido na reunião seguinte, as deliberações apresentam maior diversificação temática e as pautas envolvendo ameaças estrangeiras se tornam mais recorrentes. Todavia, o destaque dessa reunião foi a resolução XV, acerca da assistência recíproca, determinando que um ato de hostilidade de um Estado não americano contra a integridade e a inviolabilidade do continente seria considerado um ato contra todos os Estados que assinaram a declaração¹⁶. Este princípio foi central para que a maior parte dos países americanos seguissem os Estados Unidos no rompimento de relações diplomáticas com o Eixo após o ataque realizado à Pearl Harbour.

Já referente às ameaças estrangeiras, a resolução II apresentou a necessidade das repúblicas americanas de impedir atividades políticas de agentes diplomáticos ou consulares de países não americanos, evitando que colocassem em perigo os ideais democráticos¹⁷, e a resolução III reforçou a necessidade postulada na reunião anterior de cooperação judicial e policial para combater tais atividades no continente. Ademais, as resoluções VI, sobre atividades dirigidas do exterior contra instituições nacionais, e VII, sobre a propagação de doutrinas que colocam em perigo o ideal democrático, apresentam o tema de maneira mais explícita, as quais reforçam a necessidade de prevenir e reprimir o desenvolvimento de atividades dirigidas, ajudadas ou instigadas por governos, grupos ou indivíduos estrangeiros¹⁸.

Assim, os países americanos acordam que é essencial estabelecer maior comunicação sobre este tipo de atividade desenvolvida nas respectivas

15 São elas: I. Comité Interamericano de Neutralidad; II. Normas sobre funcionarios diplomáticos y consulares; III. Coordinación de medidas policiales y judiciales para la defensa de la sociedad y de las instituciones de cada Estado americano; IV. Liga inter-americana de las sociedades nacionales de la Cruz Roja; V. Medidas precautorias en la expedición de pasaportes; VI. Actividades dirigidas desde el exterior contra las instituciones nacionales; VII. Propagación de doctrinas tendientes a poner en peligro el común ideal democrático inter-americano, o a comprometer la seguridad y neutralidad de las repúblicas americanas; VIII. Extensión del mar territorial; IX. Sobre refugiados y auxilio a menores procedentes de zonas evacuadas; X. Ferrocarril interoceánico entre Santos y Arica, a través de Bolivia; XI. Codificación del Derecho Internacional; XII. Promoción de la solidaridad continental; XIII. Actos hostiles en las aguas territoriales y en la zona de seguridad; XIV. Solución pacífica de conflictos; XV. Asistencia recíproca y cooperación defensiva de las naciones americanas; XVI. Mantenimiento de la paz y de la unión entre las repúblicas americanas; XVII. Procedimiento de consulta; XVIII. Relaciones entre los gobiernos de Chile y España; XIX. Cuestión de Belice; XX. Acta de la Habana: sobre administración provisional de colonias y posesiones europeas en América; XXI. Cooperación sanitaria interamericana; XXII. Proyecto sobre cooperación entre instituciones oficiales panamericanas; XXIII. Carretera panamericana; XXIV. Seguros y reaseguros; XXV. Cooperación económica y financiera; XXVI. Voto de gracias.

16 **Acta Final de la Segunda Reunión de Consulta...**, p. 22-23.

17 *Ibid.*, p. 6.

18 *Ibid.*, p. 12.

jurisdições para combatê-las de maneira eficaz, além de recomendar que cada nação empregue os meios necessários para evitar que habitantes de seu território fomentem lutas civis ou distúrbios internos ou que atravessem fronteiras para propagar “ideologias subversivas”¹⁹. Para tanto, foram estabelecidas as seguintes normas legislativas e administrativas, em que se torna evidente a busca por vigiar e reprimir atividades estrangeiras ao continente:

- a).- Efectividad de la prohibición de toda actividad política de individuos, asociaciones, grupos o partidos políticos extranjeros, cualquiera que sea la forma con que la disimularen o encubrieren;
- b).- Fiscalización rigurosa del ingreso de extranjeros al territorio nacional, particularmente en el caso de que estos fuesen nacionales de Estados no Americanos;
- c).- Supervigilancia policial eficaz de la actividad de las colectividades extranjeras no americanas establecidas en los distintos Estados Americanos, Y
- d).- Creación de un sistema penal destinado a prevenir e impedir las infracciones determinadas en este artículo²⁰.

É inviável estabelecer em que medida essas recomendações tenham sido levadas em consideração nas respectivas políticas nacionais americanas, porém, percebe-se um contexto semelhante de repressão às atividades de indivíduos vinculados ao Eixo em diversos países que ocorre em consonância ao contexto de aproximação da política interamericana – mesmo que cada caso seja condicionado por fatores domésticos que não devem ser desprezados. Nesse sentido, Rahmeier (2009, p. 224) aponta que:

No Uruguai, na Argentina, no Equador, no México e na América Central, a partir do segundo semestre de 1940, passaram a ocorrer prisões de cidadãos alemães. Algumas ocorreram em função de acusações de espionagem ou de quinta-coluna ou de manterem atividades políticas ilegais, situação similar a que havia ocorrido no ano de 1938 no Brasil.

Já com a entrada dos Estados Unidos na guerra, ao final de 1941, essas questões se tornaram ainda mais concretas. Em decorrência da modificação desse cenário internacional, o Chile solicitou a convocação da III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores Americanos, a qual foi realizada entre 15 e 28 de janeiro de 1942 e contou com o total de 41 resoluções²¹. Como

19 *Ibid.*, p. 15-16.

20 *Ibid.*, p. 16.

21 I. Ruptura de relaciones diplomáticas; II. Producción de materiales estratégicos; III. Sosténimiento de las economías internas de los países americanos; IV. Movilización de medios de transporte; V. Ruptura de relaciones comerciales y financieras; VI. Conferencia para uniformar los procedimientos en operaciones bancarias referentes a nacionales de países agresores; VII. Desarrollo del intercambio comercial; VIII. Comisión Interamericana de Fomento; IX. Desarrollo de la producción básica; X. Banco Interamericano; XI. Inversión

é recorrentemente apontado na historiografia, esse encontro foi marcado pelo interesse norte-americano de que os demais países do continente reafirmassem o princípio de solidariedade continental e os acompanhassem na decisão de romper relações diplomáticas com os países do Eixo – referidos ao longo do encontro enquanto países signatários do Pacto Tripartite. A partir disso, Bisso (2000, p. 107) afirma que: “Con esta nueva etapa comenzará un juego de constante presión política y económica sobre las naciones latinoamericanas no alineadas bajo el liderazgo norteamericano”.

Em consonância a essa afirmação, é possível perceber que o terceiro encontro entre os ministros americanos transpareceu de maneira mais evidente a hegemonia dos Estados Unidos sobre o continente. Apesar das disposições ainda apresentarem caráter de recomendação – sobretudo em decorrência da resistência argentina²² – há uma resolução que menciona diretamente a importância da Política da Boa Vizinhança, afirmando que “[...] dicha fórmula, con fecundo alcance, prescribe el respeto de los derechos fundamentales de los Estados, así como la cooperación entre ellos para el bienestar de la sociedad internacional”²³. Além disso, são mencionadas algumas instituições norte-americanas na resolução de medidas aprovadas que estariam auxiliando no desenvolvimento das políticas pan-americanistas, como a atuação da Fundação Rockefeller na aplicação do Código Sanitário Pan-americano – sendo que nenhum outro país recebe o mesmo destaque ao longo das deliberações.

Referente às ameaças estrangeiras, estas passam a ser diretamente vinculadas aos países do Eixo devido ao envolvimento norte-americano no

de capitales en las repúblicas de América; XII. Instituto Interamericano de Estadística; XIII. Aprovechamiento de materias primas; XIV. Facilidades comerciales para los países mediterráneos de América; XV. Fondo Internacional de Estabilización; XVI. Colaboración Económica; XVII. Actividades subversivas; XVIII. Conferencia Interamericana sobre Coordinación de Medidas Policiales y Judiciales; XIX. Coordinación de los sistemas de investigación; XX. Reiteración de un principio de derecho público americano; XXI. Solidaridad continental en la observancia de los tratados internacionales; XXII. Política del buen vecino; XXIII. Condenación de los conflictos interamericanos; XXIV. Condenación de la agresión japonesa; XXV. Problemas de la post guerra; XXVI. Comité Jurídico Interamericano; XXVII. Coordinación de las resoluciones de las reuniones de consulta; XXVIII. Afirmación de la teoría tradicional del Derecho; XXIX. Cruz Roja; XXX. Mejoramiento de la salud y de la salubridad pública; XXXI. Aviación civil y comercial; XXXII. Colonias penales de países extra-continentales en territorio americano; XXXIII. Humanización de la guerra; XXXIV. Reglamento de las reuniones de consulta; XXXV. Apoyo y adhesión a los principios de la “Carta del Atlántico”; XXXVI. Intereses de países no americanos; XXXVII. Tratamiento de no beligerancia; XXXVIII. Relaciones con los gobiernos de las naciones ocupadas; XXXIX. Junta interamericana de defensa; XL. Telecomunicaciones; XLI. Voto de agradecimiento.

22 Após a realização da III Reunião de Consulta, apenas a Argentina e Chile mantiveram sua neutralidade e não atenderam à recomendação acordada na conferência de romper relações diplomáticas com o Eixo.

23 *Acta Final de la Tercera Reunión de Consulta...*, p. 38-39.

conflito. A temática se apresenta sobretudo na resolução XVII, referente às atividades subversivas, a qual recebe maior destaque na ata final por conter um memorando anexado à pauta. A referida resolução estabeleceu que se mantivessem e fossem reforçados os mecanismos de vigilância e repressão a atividades subversivas e, então, recomendou uma estrita supervisão sobre as atividades de nacionais dos Estados membros do Pacto Tripartite, os quais deveriam ser detidos ou que tivessem sua liberdade de movimentos restringida caso fossem considerados perigosos à paz e à segurança do país em que se encontrassem²⁴. Com isso, a percepção de um perigo estrangeiro diretamente relacionado aos indivíduos do Eixo, com distinção dúbia entre aqueles que de fato seriam perigosos à segurança hemisférica, se tornou legitimada pela política pan-americanista que recomendava explicitamente sua repressão.

Além disso, foi possível perceber neste encontro uma maior vinculação entre o perigo imposto pelas ameaças estrangeiras às questões econômicas, em que as quatro primeiras resoluções aprovadas objetivavam a mobilização econômica das repúblicas americanas a fim de garantir o fornecimento de materiais estratégicos e básicos necessários à defesa continental e, para tanto, caberia ampliar os sistemas de comunicações e transporte entre os países americanos. Já na resolução V, referente à ruptura de relações comerciais e financeiras, é recomendado que os países busquem: “[...] interrumpir, durante la actual emergencia continental, todo intercambio comercial y financiero, directo o indirecto, entre el Hemisferio Occidental y las naciones signatarias del Pacto Tripartito y los territorios dominados por ellas”²⁵. Não visando apenas a interrupção do comércio entre Estados, a resolução também recomendava que fossem controladas operações comerciais e financeiras realizadas por indivíduos provenientes destes países, assim corroborando a hipótese de um entrelaçamento entre a agenda política e econômica estadunidense por meio do pan-americanismo.

Considerações finais

A estruturação do movimento pan-americanista e o fortalecimento das relações interamericanas em meio à Política da Boa Vizinhança norte-americana, possibilitou alto grau de coesão entre as repúblicas americanas no contexto da Segunda Guerra Mundial. Nesse contexto, a Argentina foi um dos únicos países que continuou exercendo resistência à liderança dos Estados Unidos, sendo esta uma das razões para que as conferências e as reuniões de consulta não vinculassem decisões obrigatórias. Isso é especialmente importante

²⁴ *Ibid.*, p. 29.

²⁵ *Ibid.*, p. 17.

para considerar que a análise aqui realizada não objetivou demonstrar os efeitos práticos que essas discussões geraram na política interamericana, e sim compreender o estabelecimento de ameaças estrangeiras nas deliberações políticas dos encontros entre os ministros.

A maior parte das discussões, mesmo aquelas ligadas a questões comerciais, apresentavam como pano de fundo a necessidade de união a nível continental a fim de fazer frente ao conturbado contexto de guerra. Então, mesmo que as ameaças estrangeiras não sejam mencionadas diretamente, é um tema que permeia e fundamenta a maior parte das discussões desenvolvidas no âmbito do pan-americanismo ao longo da Segunda Guerra Mundial. Nos dois primeiros encontros as deliberações mencionam a necessidade de “vigilância” e “repressão” visando combater “atividades ilícitas” e “ideologias subversivas”, assim valendo-se de uma linguagem abrangente e ambígua, sem delimitar explicitamente as ameaças em razão da inicial neutralidade no conflito. Já na III Reunião de Consulta há um direcionamento maior da percepção de ameaças estrangeiras ao governo, grupos e indivíduos ligados aos países do Eixo, o que foi possibilitado pelo contexto de declaração de guerra norte-americano.

Assim, foi possível perceber com a realização do presente trabalho que os interesses dos Estados Unidos prevalecem sobretudo em meio às deliberações do último encontro, cujas resoluções, diretamente ou não, facilitaram a consolidação de sua posição hegemônica no continente ao institucionalizar a recomendação da repressão de indivíduos ligados a um de seus maiores competidores pelos mercados americanos.

Referências

Acta Final de la Reunión de Consulta entre los Ministros de Relaciones Exteriores de las Repúblicas Americanas de conformidad con los acuerdos de Buenos Aires y de Lima. Panamá, p. 1-39, 1939. Disponível em: <https://www.oas.org/consejo/sp/rc/rcactas.asp>. Acesso em: 19 set. 2024.

Acta Final de la Segunda Reunión de Consulta entre los Ministros de Relaciones Exteriores de las Repúblicas Americanas, suscrita en la ciudad de La Habana, el día treinta de julio de mil novecientos cuarenta. Havana, p. 1-44, 1940. Disponível em: <https://www.oas.org/consejo/sp/rc/rcactas.asp>. Acesso em: 19 set. 2024.

Acta Final de la Tercera Reunión de Consulta entre los Ministros de Relaciones Exteriores de las Repúblicas Americanas. Rio de Janeiro, p. 1-61, 1942. Disponível em: <https://www.oas.org/consejo/sp/rc/rcactas.asp>. Acesso em: 19 set. 2024.

BELING, Pietra Elisa. **Do III Reich ao Rio da Prata: uma análise do afundamento do Admiral Graf Spee e a internação de seus ex-tripulantes na**

Argentina (1939-1946). Monografia (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2023.

BETHELL, Leslie. O Brasil e a ideia de “América Latina” em perspectiva histórica. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 44, p. 289-321, 2009.

BISSO, Andrés. El antifascismo latinoamericano: uso locales y continentales de un discurso europeo. **Asian Journal Of Latin American Studies**, v. 13, n. 2, p. 91-116, 2000.

BUENO, Clodoaldo. Da Pax Britannica à Hegemonia Norte-Americana: o Integracionismo nas Conferências Internacionais Americanas (1826-1906). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 20, p. 231-250, 1997.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. A geopolítica platina da Argentina na Segunda Guerra Mundial. **História (São Paulo)**, v. 41, p. 1-21, 2022.

DULCI, Tereza Maria Spyer. **As Conferências Pan-Americanas: identidades, união aduaneira e arbitragem (1889 a 1928)**. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

FACHEL, José Plínio Guimarães. **As violências contra os alemães e seus descendentes, durante a Segunda Guerra Mundial, em Pelotas e São Lourenço do Sul**. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

FRIEDMAN, Max Paul. **Nazis and good neighbors: the United States campaign against the Germans of Latin America in World War II**. Nova York: Cambridge University Press, 2003.

LIMA, Bruna. **Fronteiras entre o regional e o transnacional na política de desenvolvimento econômico do Brasil e o caso da Fábrica Cyrilla de Santa Maria, RS, Brasil**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019.

LONDOÑO, Luis Fernando Molina. Expolios, deportaciones e internamientos: el destino de los alemanes residentes en Latinoamérica durante la Segunda Guerra Mundial. **Oxímora**, n. 11, p. 4-24, 2017.

MORAES, Ceres. Resistência argentina à consolidação de um sistema de poder na América sob a hegemonia dos Estados Unidos. **Fronteiras**, Campo Grande, v. 2, n. 3, p. 9-32, 1998.

RAHMEIER, Andrea Helena Petry. **Relações diplomáticas e militares entre a Alemanha e o Brasil: da proximidade ao rompimento (1937-1942)**. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.



A fronteira como refúgio: as migrações de alemães a partir do Brasil rumo à Argentina e o Paraguai durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945)

La frontera como refugio: las migraciones de alemanes desde Brasil hacia Argentina y Paraguay durante la Segunda Guerra Mundial (1939-1945)

Luana de Sales da Rosa¹

João Vitor Sausen²

RESUMO

O espaço fronteiriço entre a Argentina, Brasil e Paraguai teve como característica comum, no início do século XX, o estabelecimento de diversas colonizações voltadas à imigrantes de origem alemã, para as quais, um dos principais públicos era de teuto-brasileiros oriundos do estado do Rio Grande do Sul. Todavia, durante o Estado Novo (1937-1945) e, especialmente a partir da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial (1942-1945), foram promovidas ações de repressão contra as populações de origem alemã residentes no país, como forma de represália frente à situação de guerra, e a visão dos mesmos como “inimigos internos”. Nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, especialmente em localidades fronteiriças, a reação de parte desta população foi a de buscar refúgio na Argentina e no Paraguai. Este processo, muitas vezes clandestino, aproveitou-se dos vínculos transnacionais existentes, bem como de contextos mais favoráveis nos países vizinhos, vistos como mais atrativos do que a situação repressiva no

1 Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Membro do Grupo de Estudos Interdisciplinares e de Pesquisas em Relações Internacionais (GEIPRI/UFSM), onde realiza iniciação científica voluntária sob a orientação do Prof. Ddo. João Vitor Sausen. E-mail: luana.sales@acad.ufsm.br.

2 Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), sob a orientação da Prof^{ra}. Dr^a. Maria Medianeira Padoin e coorientação do Prof. Dr. Stefan Rinke (Freie Universität Berlin). Graduando em Arqueologia pela UFSM. Foi bolsista PDSE/CAPES na Freie Universität Berlin, Alemanha. É Mestre, Bacharel e Licenciado em História pela UFSM. Pesquisador do Grupo de Pesquisa CNPq História Platina: Sociedade, Poder e Instituições; do Grupo de Estudos Interdisciplinares e de Pesquisas em Relações Internacionais (GEIPRI/UFSM); e do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Porto Novo (GEPPON). E-mail: sausenjoaovitor@gmail.com.

Paraguai. Neste sentido, esta pesquisa preliminar tem como temática central realizar um panorama sobre estas migrações de refugiados de origem alemã, direcionadas à Argentina e ao Paraguai, durante a Segunda Guerra Mundial, tendo como principais fontes documentos da Comisión Especial Investigadora de Actividades Antiargentinas (1941-1943) e das esferas administrativas de Misiones, consultadas no Archivo General de Gobernación de Misiones.

Palavras-chave: Migrações. Segunda Guerra Mundial. Fronteira.

ABSTRACT

El espacio fronterizo entre Argentina, Brasil y Paraguay tuvo como característica común, a principios del siglo XX, el establecimiento de diversas colonias dirigidas a inmigrantes de origen alemán, cuyo principal público eran los teuto-brasileños provenientes del estado de Rio Grande do Sul. Sin embargo, durante el Estado Novo (1937-1945) y, especialmente a partir de la participación de Brasil en la Segunda Guerra Mundial (1942-1945), se promovieron acciones de represión contra las poblaciones de origen alemán residentes en el país, como forma de represalia frente a la situación de guerra y la percepción de estos como “enemigos internos”. En los estados de Rio Grande do Sul y Santa Catarina, especialmente en localidades fronterizas, la reacción de parte de esta población fue buscar refugio en Argentina y Paraguay. Este proceso, muchas veces clandestino, se aprovechó de los vínculos transnacionales existentes, así como de contextos más favorables en los países vecinos, vistos como más atractivos que la situación represiva en Brasil. En este sentido, esta investigación preliminar tiene como tema central ofrecer un panorama sobre estas migraciones de refugiados de origen alemán, dirigidas a Argentina y Paraguay durante la Segunda Guerra Mundial, utilizando como principales fuentes documentos de la Comisión Especial Investigadora de Actividades Antiargentinas (1941-1943) y de las esferas administrativas de Misiones, consultados en el Archivo General de Gobernación de Misiones.

Palabras-clave: Migraciones. Segunda Guerra Mundial. Frontera.

Introdução

O período brasileiro conhecido como Estado Novo, que perdurou de 1937 a 1945, ficou caracterizado pela influência da Segunda Guerra Mundial, a qual fortaleceu no imaginário brasileiro a ideia de um inimigo ideal alemão (MROS, 2023). Esta imagem resultou em “correntes internas que por diversos motivos se posicionavam contra a Alemanha também combatiam tudo aquilo que lembrasse este país, por exemplo, os imigrantes e seus descendentes” (GERTZ, 1987, p. 13). Neste sentido, o espectro de um perigo alemão³ disseminou-se pela América Latina, especialmente sob influência política dos Estados Unidos da América.

Enfrentando a perseguição imposta pelo governo brasileiro em um ambiente repressivo, os alemães e seus descendentes que no Brasil residiam passaram a ter manifestações culturais combativas, a partir da proibição de manifestar-se na língua alemã (1942-1945), além de outras limitações. Não obstante, a criminalização das manifestações culturais, no que tange às questões relacionadas à nacionalização das colônias, foi observada como instrumento de combate ao suposto perigo alemão. Frente ao contexto, e as perseguições enfrentadas, muitos alemães e teuto-brasileiros tomaram como ação de resistência a migração rumo à Argentina e ao Paraguai. Todavia, a questão das migrações de alemães e seus descendentes com a finalidade de refúgio permanece ainda pouco explorada, de forma que o tema faz-se relevante pois propõe pensar como as imposições do Estado Novo resultaram nestes fenômenos.

Neste sentido, esta pesquisa tem caráter qualitativo e utiliza da consulta documental juntamente com a pesquisa bibliográfica. Além disso, aplica-se a metodologia hipotético indutiva. Por este meio, procura-se analisar o movimento repressivo aos alemães e o impacto deste no processo migratório dos descendentes. O objetivo geral da pesquisa é compreender o impacto do Estado Novo no movimento migratório das colônias. Para tanto, os objetivos específicos incluem entender o contexto dos alemães no Brasil, observar como o Estado Novo afetou o contexto teuto-brasileiro e, finalmente, analisar a influência do Estado Novo nas migrações latino-americanas.

3 “O ‘perigo alemão’ consistiu em um real ou hipotético patrocínio, por parte do imperialismo germânico, de uma secessão de territórios do Brasil Meridional, que deveriam ficar como área de influência econômica ou de dominação direta da Alemanha” (VOGT, 2007, p. 225).

Alemães no Brasil

A migração oficial e continuada, para a formação de assentamentos agrícolas, de falantes de línguas alemãs⁴ para o Brasil teve início em 1824, momento no qual um grupo de alemães chegou ao país com promessas de benefícios, como moradia e alimentação, sendo instalados na Colônia São Leopoldo, no Rio Grande do Sul (SANTANA, 2010). Neste país, a ocupação da região sul era estratégica, pois visava a proteção das fronteiras brasileiras, especialmente sujeitas a conflitos na região sul, e a segurança das estradas (GERTZ, 1987).

Nesse sentido, logo após a independência, os primeiros imigrantes começaram a ocupar a região. Gertz (1987) também menciona duas características importantes da colonização alemã, sendo a primeira o fato de que o elevado número de imigrantes alemães se deu pela disponibilidade dos mesmos, pois as migrações do país eram tantas que os que ao Brasil vieram, somam apenas 5% do montante de emigrantes alemães. Ademais, estes estabeleciam-se majoritariamente em assentamentos rurais, nos quais cultivavam suas tradições. Tais colônias poderiam ser oficiais, sendo responsabilidade do Estado, ou privadas, a partir do estabelecimento de particulares e que, com o seu crescimento, desencadearam novos núcleos coloniais (GERTZ, 1987).

Não obstante, a partir da metade do século XIX, o Brasil iniciou a busca por mão-de-obra imigrante, em uma tentativa de atender às pressões britânicas pelo fim do tráfico negreiro. O objetivo de segurança no sul do Brasil seguiu e as colônias alemãs já existentes foram fortalecidas. No mesmo período, o imaginário de um perigo alemão fortaleceu-se no cenário internacional a partir do estabelecimento do Império Alemão, em 1871. Segundo Gertz (1998, p. 15) “a Alemanha não tinha colônias e ideólogos e estrategistas alemães pensaram no aproveitamento dos “alemães no exterior” em benefício da “pátria-mãe””. Nesse contexto, o autor ainda menciona que:

em 1865 o geógrafo alemão Woldemar Schulz, escrevendo sobre as possibilidades de emigração para o sul do um Brasil, Uruguai e Argentina, citava uma personalidade alemã que havia dito: ‘...ninguém praticamente lembra que com isto se criariam lugares de reunião para os ramos caídos do nosso tronco, onde todo botão de flor se transforma em fruto maduro para a pátria alemã, onde qualquer pulsação do sangue da velha pátria é refletido’ (GERTZ, 1998, p. 15).

4 Em virtude da ausência de um Estado Alemão unificado até 1871, e a continuidade da denominação “alemães” para a referência à aquelas populações que manifestavam como língua materna um idioma deste grupo, optamos pela utilização do termo “falantes de línguas alemãs”, ou, de forma abreviada, mas ciente de suas implicações, “alemães”, como conceitos instrumentais e generalizadores.

Sobre este suposto “perigo alemão”, Ernesto Quesada, em sua obra *‘El Peligro Alemán’ en Sud América*, publicada em 1915, aborda o fortalecimento da ideia de perigo alemão por meio de comentários tendenciosos por parte do governo britânico à América Latina, reforçando a noção de que uma vitória alemã, em suas tentativas imperialistas, constituiria uma ameaça para a América Latina, principalmente para países como Brasil, Argentina e Chile, os quais concentravam os maiores números de colônias alemãs. Em razão disso, tais países passaram a olhar com desconfiança aos alemães que residiam em seu território (QUESADA, 1915, p. 17).

O autor menciona a importância da influência alemã em demais países latino-americanos, porém, exemplifica que “na Venezuela e no Peru este elemento está disperso, enquanto no Brasil e no Chile forma núcleos compactos” (QUESADA, 1915, p. 51)⁵. Neste sentido, Quesada ainda ressalta que somente no Brasil se falava em um perigo alemão de fato, apesar de que, à época de publicação de sua obra, as autoridades brasileiras ainda não se ocupavam do tema.

Assim, o medo em torno de uma suposta ação imperialista a partir das colônias que no Brasil residiam se fortaleceu. Ademais, pelo fato das colônias alemãs formarem seus próprios centros urbanos, em uma forma de manter a cultura alemã ativa, reforçou-se a acusação contra os alemães de não-integração, visto que “esses colonizadores se manteriam à margem da nação brasileira pela ausência de miscigenação, pela conservação da língua, dos costumes e do legado cultural em geral, do que resultaria uma verdadeira anticiudadania brasileira, mesmo para os descendentes que são brasileiros de fato e de direito” (GERTZ, 1998, p. 13).

A Primeira Guerra Mundial constituiu assim um momento crucial para a análise da situação dos alemães considerando que houve uma intensificação da migração de alemães, uma vez que a Alemanha era ator principal no conflito e este resultou no fim do Império Alemão (RINKE, 2008). Neste sentido, o contexto posterior à Primeira Guerra Mundial resultou em uma nova onda migratória que será abordada na sequência.

Já em relação ao fim do Império Alemão, a questão se faz em torno do significado que este fim carregava. Neste sentido, segundo Gertz (1998, p. 16) o final do conflito significou o enfraquecimento da ideia de perigo, uma vez que o Império fora contido. Apesar disso, considerando que o Brasil decretou estado de guerra ao lado da Tríplice Entente contra a Alemanha, e que o país tentava fortalecer seu nacionalismo de forma sistemática, no Brasil consolidou-se a ideia de inimigo em torno da figura alemã (MROS, 2023).

5 [Tradução nossa] do original em castelhano: “*en Venezuela y Perú ese elemento está desparado, mientras que en el Brasil y Chile forma núcleos compactos*” (QUESADA, 1915, p. 51).

Novamente, reforçamos que a construção em torno de um inimigo alemão não se limitou somente ao imaginário brasileiro. Ainda assim, considerando o Brasil enquanto único país independente latino-americano diretamente envolvido no conflito, o perigo alemão como conceito mantinha-se ainda mais forte e definido. Com a postura brasileira frente ao conflito, foram tomadas medidas de repressão contra as comunidades de origem alemã no país, como a vigilância de suas atividades, o fechamento de escolas étnicas e limitações a atividades culturais (GERTZ, 1998).

Um testemunho sobre este processo provém do padre jesuíta Max von Lassberg, observador contemporâneo das consequências da Primeira Guerra Mundial para com os alemães e seus descendentes estabelecidos no Brasil, e que apresentava uma perspectiva pessimista quanto à continuidade destas comunidades no estado do Rio Grande do Sul (LASSBERG, 1920). Neste sentido, assinalava como uma possibilidade atrativa - que o próprio Max von Lassberg iria encarar a partir de 1919, junto com Carlos Culmey, diretor de colonizações - a migração para a Argentina e o Paraguai, caminho que seria seguido por dezenas de milhares de alemães e seus descendentes anteriormente estabelecidos no Brasil.

Vinculado a este panorama, é possível observar após o conflito uma intensificação da migração, não apenas de alemães para a América Latina, mas agora de teuto-brasileiros para países latino-americanos. María Cecilia Gallero se ocupa do estudo acerca da colonização da região de Misiones, na Argentina, a autora (2008, p. 80) remonta dados da colonização desde 1919 que apontam um grande fluxo migratório para a região, de diferentes etnias, mas, principalmente, de teuto-brasileiros. Outra questão importante a ser considerada e explorada é a de que os dados expostos por Gallero destacam a entrada de brasileiros no país desde 1919, porém, com um salto de migração na década de 1940, momento no qual o cenário internacional caracterizava-se pela Segunda Guerra Mundial.

A Segunda Guerra Mundial

O advento da Segunda Guerra Mundial constituiu uma nova intensificação das pressões aos alemães no Brasil e na América Latina como um todo. Neto (2019) aborda como os Estados Unidos utilizaram a imprensa para construir a ideia de um inimigo alemão na América Latina, por meio da política pan-americana de boa vizinhança durante este cenário. O autor expõe como as fotografias e até mesmo suas descrições eram utilizadas para reforçar o nazismo atrelado à imagem de tudo que fosse alemão. Nesse sentido, a ideia de perigo alemão foi intensificada no imaginário latino, antes propagada por meio de comunicação britânica e fortalecida também pela Doutrina Monroe

(QUESADA, 1915), agora ganhando ainda mais força, visto que a região vivia sob forte influência da potência americana.

Apesar da propaganda americana reforçar uma imagem de inimigo alemão para toda a América Latina, a influência teve resultados diferentes em cada país. No Brasil, a situação dos alemães foi agravada pela instauração do Estado Novo, o qual teve início em 1937, significando um governo autoritário e repressivo. A maior problemática pode ser destacada quanto à campanha de nacionalização realizada pelo governo Vargas, a qual visava “a difusão de uma versão acerca da identidade nacional brasileira” (WERLE, 2012, p. 1). Um contexto importante para esta relação foi o fracassado levante integralista de 1938, que, a partir da repressão e prisão de seus participantes, passou a ser tratado como uma relação e consonância entre integralistas e nazistas no país, os principais alvos do Tribunal de Segurança Nacional a partir de então (MAYER, 2021).

Com a Segunda Guerra Mundial, e, mais especificamente a partir da participação direta do Brasil no conflito, em 1942, os núcleos alemães passaram a ser alvos diretos de ações nacionalizadoras sistemáticas, pois constituíam núcleos que, como mencionado anteriormente, conservavam diversas manifestações culturais alemãs (WERLE, 2012). Além disso, a atuação específica quanto às colônias alemãs se intensificou com o alinhamento brasileiro aos países Aliados e, principalmente, a partir da declaração de estado de beligerância após o afundamento de navios brasileiros, que reforçaram a posição brasileira contrária a Alemanha (MROS, 2023).

Quanto à campanha nacionalizadora em si, Gertz (1998, pp. 64-65) aborda a mesma em dois âmbitos principais, os quais agiam, por vezes, de forma coordenada: o educativo e o repressivo. Nesse sentido, em sua obra, Gertz menciona as ações realizadas no sentido da educação, como os desmontes de escolas ou ações intervencionistas que visavam levar os alunos a ambientes verdadeiramente brasileiros, isto é, para além dos núcleos coloniais alemães. Já em relação às ações repressivas, estas não se destinavam somente aos nazistas, mas atingiram a população de origem alemã como um todo. Assim,

A ação nacionalizadora no campo da educação se desencadeou de forma generalizada logo após a implantação do Estado Novo; a ação repressiva foi inicialmente mais seletiva, visando, preferencialmente, aos nazistas e parte dos integralistas, mas depois de 1942 se voltou de forma generalizada contra tudo o que fosse “alemão” ou relacionado com o ‘Eixo’ (GERTZ, 1998, p. 65).

Assim, voltada contra tudo que expressasse a cultura alemã, a repressão cresceu gradativamente atuando de forma abrangente, não apenas com o objetivo nacionalista mas também a intervir e servir como dispositivo em situações de cunho pessoal, com fins de perseguição, momento no qual questões cotidianas

passaram a impactar de forma ainda mais danosa para aqueles de origem alemã (GERTZ, 1998). Além disso, segundo Werle (2012, p. 4), a repressão “traduzia-se através da intervenção do Estado em associações e instituições recreativas e culturais estrangeiras, em escolas comunitárias, na imprensa estrangeira e inclusive reprimindo o uso cotidiano da língua e proibindo reuniões de grupos”. Desta forma, “[...] elementos identificáveis de uma identidade étnica teuto-brasileira passaram a ser alvo da Campanha” (idem).

A utilização da campanha em desentendimentos cotidianos pode ser observada de forma ainda mais detalhada a partir da obra “*Politicalha de Aldeia: os criminalizados do Estado Novo no Oeste de Santa Catarina à luz dos processos-crime do Tribunal de Segurança Nacional*” de Leandro Mayer (2021). O autor aborda uma série de casos nos quais desavenças pessoais foram levadas ao Tribunal de Segurança Nacional (TSN), órgão de exceção criado em 1936, durante o governo Vargas, a fim de julgar os envolvidos nas revoltas comunistas ocorridas no ano anterior (MAYER, 2021). Entretanto, segundo Mayer,

Com a instituição do Estado Novo, o TSN ganhou autonomia “passou a julgar também os crimes contra a economia popular, os integralistas que participaram do putsch de 1938 e outros delitos ligados a sabotagem, espionagem e propaganda, sendo esses últimos já dentro do período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945)”. Portanto o TSN agiu como instrumento político-jurídico, um tribunal parcial que “distribuía condenações” (2021, p. 86).

Assim, o órgão logo se converteu em um instrumento de opressão, ancorado e utilizado para resolver questões relacionada a Lei de Segurança Nacional⁶ a qual se ocupava dos crimes de ordem pública, ordem social e propaganda contrária ao governo. De tal modo, apesar de inicialmente ter surgido com o objetivo de julgar os envolvidos na intentona comunista, ao tornar-se autônomo, respondendo apenas ao presidente Vargas e ao Ministério da Justiça, empregou-se também a julgar integralistas e casos relacionados à economia popular. Assim, o Tribunal ocupou-se de denúncias quanto ao uso de línguas alemãs, por exemplo, tornando-se um órgão repressivo no contexto brasileiro da Segunda Guerra Mundial (MAYER, 2021, p. 95). Neste ponto, a obra de Mayer expõe inquéritos abertos com o objetivo de investigar denúncias motivadas por desavenças pessoais, além de casos de tortura e perseguição, permitindo visualizar as implicações reais do Estado Novo na vida cotidiana das colônias alemãs no sul do Brasil.

6 BRASIL. **Lei Nº 38, de 4 de abril de 1935**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-38-4-abril-1935-397878-republicacao-77367-pl.html#:~:text=Define%20crimes%20contra%20a%20ordem%20pol%C3%ADtica%20e%20social.&text=S%C3%A3o%20crimes%20contra%20a%20ordem,Art.> Acesso em: 20 set. 2024.

Conforme observado, o Brasil não foi o único país a ter o conceito de perigo alemão intensificado no contexto da Segunda Guerra Mundial mas, novamente com o advento da participação brasileira, a questão foi agravada no país. Ademais, o Estado Novo como instrumento repressivo intensificou as medidas de violência às colônias e alemães aqui residentes.

A imigração teuto-brasileira na fronteira

O conceito de perigo alemão esteve presente desde o final do século XIX na América Latina e, segundo Ernesto Quesada (1915), desde o princípio com maior destaque no Brasil. Nesse sentido, sob a égide do Estado Novo, o conceito apresenta uma centralidade, atingindo patamar antes não alcançado. Em sua obra publicada em 1915, Ernesto Quesada afirma “no Brasil, a imprensa nacional fala frequentemente sobre o ‘perigo alemão’, mas o governo nunca deu ouvidos a tal pregação” (1915, p. 51)⁷. A instauração do Estado Novo significa assim uma mudança quanto à relação entre a noção de perigo alemão e o governo brasileiro. A mobilização do governo quanto à ideia de perigo alemão constitui o principal objeto aqui analisado, enquanto instrumento intensificador da migração teuto-brasileira na América Latina.

Conforme observado, a imigração de teuto-brasileiros aos países vizinhos já vinha sendo feita, inclusive, de forma privada. A partir dos estudos de Gallero (2008, 2010), pode-se compreender que a chegada de imigrantes teuto-brasileiros a Argentina já acontecia, mesmo que lentamente, desde o final do século XIX. Entretanto, foi somente após a Primeira Guerra Mundial que as migrações começaram a acontecer de forma sistemática, a partir de colonizações privadas, movimento no qual descendentes de alemães foram atraídos para colonizações com recortes étnicos e/ou confessionais, como é o caso de Puerto Rico (1919), e Monte Carlo (1920), a primeira para alemães católicos e a segunda para alemães protestantes (GALLERO, 2010). Foi especialmente para Puerto Rico que se direcionaram muitos teuto-brasileiros oriundos do estado do Rio Grande do Sul.

Neste sentido, Oliveira (2023) destaca como momentos principais para o surgimento e continuidade das colônias alemãs o acontecimento da Primeira e da Segunda Guerra Mundial. Com a crise alemã após a Primeira Guerra Mundial, o número de imigrantes alemães aumentou em sentido amplo, resultando na busca pelo estabelecimento de comunidades alemãs em outros territórios. Nesse primeiro momento, a vinda de imigrantes alemães à América Latina foi intensificada (OLIVEIRA, 2023), ao passo que, como apontado por Gallero, já foi possível perceber uma grande saída de teuto-brasileiros em

7 [Tradução nossa] do original em castelhano: “*En el Brasil, la prensa nacional suele hablar del ‘peligro alemán’, pero el gobierno jamás ha prestado oídos a semejante prédica*”.

direção a Argentina, com o objetivo principal de se estabelecerem com outros descendentes de alemães.

A questão principal para esta temática se faz na mudança de sentido em tais migrações a partir da Segunda Guerra Mundial. Com a Segunda Grande Guerra, a América Latina foi tomada pela influência dos aliados que investiam na disseminação de uma noção da Alemanha enquanto inimigo ideal, fortalecendo o imaginário já presente desde antes da Primeira Guerra Mundial (MROS, 2023). Conforme observado até aqui, apesar de se falar em um perigo alemão ainda em um período anterior as duas Guerras Mundiais, como constatado ao observar a obra de Quesada, publicada em 1915, o conceito não tinha força oficial e foi somente com a instauração do Estado Novo, sob o contexto da Segunda Guerra, que o governo brasileiro passou a se ancorar no conceito com fim político. A repressão promovida pelo Estado Novo significou uma nova realidade aos descendentes de alemães residentes do Brasil e foi a partir daí que a fronteira passou a ser vista, de fato, como refúgio pelos alemães que eram alvo de represália pelas autoridades brasileiras.

As famílias inicialmente buscaram migrar para a Argentina, país que mantém fronteiras diretas com o sul brasileiro, além de que, com as colônias privadas garantia uma comunidade alemã como aquelas que mantinham em seus núcleos coloniais no Brasil. Apesar disso, a Argentina não era o destino final de todos os imigrantes teuto-brasileiros, até mesmo porque não significava um local totalmente seguro a estes.

No contexto da Segunda Guerra Mundial, a Argentina, assim como o Brasil, também estabeleceu órgãos que contribuíram para a repressão dos descendentes alemães dentro do país. Nesse sentido, foi instituída, em 1941, a *Comisión Especial Investigadora de Actividades Antiargentinas* que se ocupava de denúncias sobre atividades de viés comunistas ou nazistas, ação que afetava diretamente os alemães, assim como os teuto-brasileiros em razão de sua descendência (SAUSEN, 2022).

A existência da Comissão nos permite observar, a partir de comunicações de 1942 originárias da VII Divisão de Segurança⁸, a relação do país com a entrada de brasileiros, mais especificamente de teuto-brasileiros no território. Em suma, as comunicações explicitam a chegada de teuto-brasileiros de forma ilegal ao país, enquanto imigrantes clandestinos. Não obstante, arquivos disponibilizados

8 **Se informa al Ministro de Guerra sobre el ingreso de personas a la Argentina desde Brasil.** 1942. Disponível em: <https://apym.hcdn.gob.ar/comisiones-especiales/nazis/inventario/>. Acesso em: 20 set. 2024; **Se informa al Ministro de Guerra del ingreso de personas a la Argentina desde el Brasil.** 1942. Disponível em: <https://apym.hcdn.gob.ar/comisiones-especiales/nazis/inventario/>. Acesso em: 20 set. 2024; **Se informa al ministro de Guerra sobre el ingreso de inmigrantes brasileños.** 1942. Disponível em: <https://apym.hcdn.gob.ar/comisiones-especiales/nazis/inventario/>. Acesso em: 20 set. 2024.

pelo *Archivo General de Gobernación de Misiones*, reforçam o tema, relatando a prisão de indivíduos de descendência alemã a partir da verificação de identidade, antecedentes criminais e formas de ingresso no país. As comunicações nos permitem remontar os acontecimentos da época, observando que estes não constituíram migrações isoladas mas sim uma corrente migratória resultante do contexto que englobava o período (SAUSEN, 2022).

Não sendo a Argentina o destino final de vários destes migrantes, cabe observar o que acontecia nos demais países sul-americanos. Segundo Oliveira (2023), as migrações, em toda a América Latina, aconteceram ao longo do século XIX e XX de forma incentivada como instrumento para promover a ocupação territorial de forma a garantir sua soberania, dando prioridade aos imigrantes europeus, em países como nos já mencionados Brasil e Argentina. Não obstante, ao observar a questão no Paraguai, a autora menciona que, desde 1840, pode-se perceber que o governo entendia que a presença de imigrantes de nações europeias seriam cruciais para o progresso. Nesse sentido, “houve todo um esforço para tornar o país mais atrativo aos europeus, terras gratuitas e isenção do serviço militar foram oferecidos aos colonos” (OLIVEIRA, 2023, p. 101).

Próximo a esta compreensão, Maske (2016) afirma que desde 1900 já era possível perceber a chegada de teuto-brasileiros no Paraguai, questão que se intensificou no período da Primeira Guerra Mundial, em razão das vantagens que o país oferecia, além das questões xenófobas que já eram sentidas no Brasil, mas não no Paraguai. O autor ainda esclarece que, apesar dos bons resultados migratórios entre 1920 e 1930, o país ainda não era o mais atrativo para os imigrantes alemães. Dessa forma, o país investiu em uma diminuição ainda mais acentuada dos requisitos para entrada, tornando-se mais atrativo, principalmente aos imigrantes que deixaram seus países por, além de razões econômicas, razões políticas e religiosas (MASKE, 2016, p. 83).

Além disso, durante a intensificação das pressões contra os alemães no contexto da Segunda Guerra Mundial, o Paraguai constituiu um local seguro aos alemães que buscavam abrigo na América Latina. A relação do Paraguai com os alemães mostrava-se diferente daquela vivenciada no Brasil e na Argentina. Mesmo durante a Segunda Guerra Mundial, momento no qual o Paraguai, assim como os demais países latino-americanos passou a enfrentar pressão por parte dos Estados Unidos, o governo se preocupou em não ameaçar os interesses dos alemães e seus descendentes. Após o rompimento de relações com o Eixo, o país permitiu a manutenção de organizações alemãs, desde que estas adotassem uma forma mais neutra (MASKE, 2016, p. 237-238).

Dessa forma, o Paraguai significou o destino final de muitas daquelas famílias que cruzaram as fronteiras brasileiras em busca de um país no

qual sua descendência não fosse motivo suficiente para uma perseguição institucionalizada. Evidências sobre este aspecto são consultadas a partir de dois meios. O primeiro deles é a menção, em uma documentação de inteligência estadunidense, interceptada pela Comisión Especial Investigadora de Actividades Antiargentinas⁹. Nesse, afirma-se que as migrações para a Argentina se davam em razão da repressão realizada no Brasil: “se, por exemplo, uma pequena criança de cabelos loiros é ouvida falando alemão, os seus pais são jogados na cadeia e maltratados: no momento em que são soltos eles escorregam para Misiones com toda velocidade”¹⁰ (p. 7). Todavia, segundo o documento, para muitos, a Argentina, e especificamente Misiones, eram um ponto de passagem para o destino final, o Paraguai.

Alfredo Seiferheld, historiador paraguaio, é outro que menciona este processo, com o Paraguai como destino final, porém, para abordar supostas migrações de espões. Segundo o autor,

“quando em 1942 a vigilância tornou-se mais estrita no Brasil sobre alguns súditos do Eixo, os espões que trabalhavam para a Abwehr [Serviço de Informação do Exército Alemão] foram à Argentina, de onde vários viriam ao Paraguai simulando serem comerciantes, para mudar de identidade e contactarem seus pares locais” (SEIFERHELD, 1986, p. 236)¹¹.

Conclusão

A história dos imigrantes alemães que vieram para o Brasil passou por diferentes processos. A migração antes requisitada de forma estratégica pelo governo brasileiro passou a ser vista com desconfiança após a consolidação do Império Alemão. A ideia de que a presença de colônias compostas por alemães significava um risco para a soberania do Brasil surgiu do medo de uma possível reivindicação de terras por parte da Alemanha, visto que alguns pensadores alemães consideravam aproveitar-se da presença dos seus conterrâneos no exterior (GERTZ, 1987). Além disso, conforme explorado por Quesada (1915), havia uma espécie de propaganda anti alemã sendo propagada da Grã-Bretanha à América Latina, visando enfraquecer o Império.

9 **Informes de inteligencia, escritos en inglés, sobre Paraguay y Misiones.** 1942. Disponível em: <https://apym.hcdn.gob.ar/comisiones-especiales/nazis/inventario/>. Acesso em 23 nov. 2021.

10 [Tradução nossa] do original em inglês: “If, for example, a small tow-haired child is overheard speaking in German, the parents are thrown into jail and illtreated: the moment they are released they slip over into Misiones with all speed”.

11 [Tradução nossa] do original em castelhano: “cuando en 1942 la vigilancia se hizo más estricta en el Brazil sobre algunos súbditos del Eje, los espías que trabajaban para el ‘Abwehr’ pasaron a la Argentina, de donde varios vendrían al Paraguay simulando ser comerciantes, para cambiar de identidad o contactar con sus pares locales” (p. 236).

A noção de perigo alemão no Brasil, apesar de presente desde o final do século XIX, fortaleceu-se a partir da Primeira Guerra Mundial, momento no qual os Estados Unidos juntaram-se à Grã-Bretanha na proliferação de propaganda contrária ao Império Alemão e, considerando a participação brasileira no conflito justamente iniciada em razão de ataques alemães, razão que consolidou a Alemanha enquanto inimigo ideal (MROS, 2023). Já nesse momento, existiam movimentações daqueles alemães domiciliados no Brasil em direção à fronteira, porém, foi em meio ao contexto da Segunda Guerra Mundial que as migrações intensificaram-se.

O conflito significou um novo capítulo aos alemães, para além da influência da mídia norte-americana, que neste momento aumentou sua propaganda do inimigo alemão para a América Latina, e o caso brasileiro teve outra condicionante, o Estado Novo. Neste período autocrático, foi implementada uma campanha nacionalista que se opunha a manutenção daquelas colônias nas quais predominava o uso da língua alemã. Os alemães tiveram o uso das línguas alemãs restringido, além de sofrerem perseguições e serem vítimas do Estado, como por meio do Tribunal de Segurança Nacional, abordado por Mayer (2021).

As pressões enfrentadas pelos alemães no período da Segunda Guerra atingiam toda a América Latina, porém em diferentes graus. No Brasil, legitimadas pelo Estado, desencadearam uma série de migrações, intensificando aquelas que já aconteciam na América Latina. A Argentina era o destino inicial daqueles que partiam do Brasil, entretanto, o país também apresentava repressões institucionais aos alemães. O destino final, para muitos, era o Paraguai, pois o país oferecia vantagens aos imigrantes e, além disso, não expressava as represálias que eram percebidas nos demais. Apesar de também ter sido pressionado em razão do contexto da Guerra, o país não ameaçou a existência daqueles alemães que lá residiam.

Em suma, a trajetória dos alemães que buscaram no Brasil se estabelecer foi alterada em inúmeros momentos, em razão do contexto internacional. O imaginário construído em torno do conceito de perigo alemão gerou consequências reais para os alemães que residiam no Brasil e na América Latina como um todo. No caso brasileiro, a visão da Alemanha como inimigo ideal, seu envolvimento nos dois conflitos mundiais e o regime autoritário imposto com o Estado Novo constituíram momentos de maior repressão e violência contra aqueles que construíram suas vidas em colônias no sul do país. As migrações intensificaram-se como fruto da violência legítima proporcionada pelo governo brasileiro no cenário da Segunda Guerra Mundial, momento no qual os alemães migraram rumo a um país que lhes assegurasse o direito à manutenção de características culturais alemãs, sem as perseguições que no Brasil enfrentavam.

Referências

GALLERO, María C.. La Colonización Privada en Misiones y el Accionar de la Compañía Eldorado (1919-1959). **Folia Histórica del Nordeste**, Resistencia, n. 17, 2008. p. 63-64.

GALLERO, María C.. La territorialización de la germaneidad en los alemanes-brasileños de Misiones, Argentina. **Iberoamericana**, Berlim, v. 10, n. 39, 2010. p 77-103. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/41677166?read-now=1&seq=10#page_scan_tab_contents. Acesso em: 02 ago. 2024.

GERTZ, René. **O Fascismo no Sul do Brasil**. Mercado Aberto: Porto Alegre, 1987.

GERTZ, René. **O Perigo Alemão**. 2.ed. Ed. UFRGS: Porto Alegre, 1998.

LASSBERG, Max von. **Eine erkundungsreise für deutsche Siedlung in Nordostargentinien und Paraguay**. Freiburg: Caritas Verlag, 1920.

MAYER, Leandro. **Politicalha de Aldeia**: Os criminalizados do Estado Novo no Oeste de Santa Catarina à luz dos processos-crime do Tribunal de Segurança Nacional. Itapiranga: Schreiben, 2021.

MROS, Günther R.. **O Brasil nas Guerras dos Outros**: Uma história sobre o envolvimento brasileiro nas duas guerras mundiais e sobre o interesse nacional em meio a ressignificações sistêmicas (1914-1919 & 1930-1945). Itapiranga: Schreiben, 2023.

NETO, Wilson de O.. Alemães ou nazistas? A construção do inimigo alemão na propaganda de guerra americana veiculada na imprensa durante a Segunda Guerra Mundial. **Vozes, Pretérito & Devir**, Teresina, a. 6, v. 10, n. 1, 2019. p. 98-216.

OLIVEIRA, Sindy G. H.. Sem vacina, impostos e sem muçulmanos: o paraíso verde dos alemães. Criciúma: Revista Desenvolvimento Socioeconômico em Debate, v. 9, n. 1, 2023. p. 95-110. Disponível em: <https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/RDSD/article/>. Acesso em: 09 set. 2024.

QUESADA, Ernesto. **El “Peligro Alemán” en Sud América**. Buenos Aires: Talleres Gráficos de Selín Suárez, 1915.

RINKE, Stefan. Auslandsdeutsche no Brasil (1918-1933): Nova emigração e mudança de identidades. **Espaço Plural**, Marechal Cândido Rondon, a. 9, n. 19, 2008, p. 39-48. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/download/1926/1521>. Acesso em: 20 set. 2024.

SANTANA, Nara M. C. Colonização alemã no Brasil: uma história de identidade, assimilação e conflito. **Dimensões**, Espírito Santo, v. 25, 2010. p. 235-248.

SAUSEN, João Vitor. **Nação e nacionalização na fronteira**: as relações político-culturais de Argentina e Brasil com os teuto-brasileiros de Puerto Rico

e Porto Novo (1919-1945). 2022. 268 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/24443> . Acesso em: 20 set. 2024.

SEIFERHELD, Alfredo M. **Nazismo y fascismo en el Paraguay**: los años de la guerra. Gobiernos de Jose Félix Estigarribia e Higinio Morínigo 1939-1945. Asunción: Editorial Histórica, 1986.

VOGT, Olgário P. O Alemanismo e o Perigo Alemão na Literatura Brasileira da Primeira Metade do Século XX. **Signo**, Santa Cruz do Sul, v. 32 n. 53, 2007. p. 225-258.

WERLE, Bibiana. Memória da campanha de nacionalização nas regiões de imigração alemã. In: Encontro Nacional de História Oral - Memória, Democracia e Justiça, 11., 2012, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos [...]**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012, p. 01-11. Disponível em: https://www.encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1340395352_ARQUIVO_BibianaWerle.pdf. Acesso em: 27 ago. 2024.



A representação do Estado Novo nas Missões: uma análise do jornal A Notícia

*The representation of the New State in the Missions: an analysis of
the newspaper A Notícia*

Daniel Pozzebon¹

RESUMO

O presente trabalho busca fazer uma análise do jornal A Notícia, de São Luiz Gonzaga-RS, durante o Estado Novo. Nesse sentido, compreendemos o período do Estado Novo como um meio de Getúlio Vargas continuar exercendo o seu poder. Para tanto, utilizou-se de um aparato repressivo, como os sucessivos decretos de segurança nacional, empregando a justificativa de uma suposta ameaça comunista à nação. Instalado o regime, em 10 de novembro de 1937, outrora concedendo espaço para opositores de Vargas, como Armando Sales e integralistas, agora o jornal passa a repassar informações do governo e exaltar a figura do presidente. Para a realização da pesquisa, fizemos uma análise das edições que resistiram ao tempo, enfocando em como o periódico relata o período, consultando-as no Instituto Histórico e Geográfico de São Luiz Gonzaga, bem como na sede do jornal, que permanece em circulação. Os objetivos visam analisar como o jornal caracteriza o Estado Novo, assim como a região das Missões, cujos distritos com predominância de habitantes de origem alemã sofreram os impactos da nacionalização vigente. Por fim, consideramos que o jornal buscou, assim que estabelecido o regime estadonovista, seguir uma linha que fosse favorável ao governo, com significativas menções positivas ao mesmo, cedendo um grande espaço às datas comemorativas, tanto as instituídas pelo Executivo, como o 19 de abril, como das já existentes, de forma a conferir legitimidade, além de ceder espaço para a comercialização de livros convenientes ao governo.

Palavras-chave: Estado Novo. Nacionalização. São Luiz Gonzaga.

¹ Graduando em História pela Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: danielpozzebon375@gmail.com.

ABSTRACT

This study to analyze the newspaper A Notícia, from São Luiz Gonzaga, during the New State. In this sense, we understand the New State period as a means for Getúlio Vargas to continue exercising his power. To this end, he used a repressive apparatus, such as the successive national security decrees, using the justification of a supposed communist threat to the nation. Once the regime was installed on November 10, 1937, the newspaper had previously given space to opponents of Vargas, such as Armando Sales and integralists, but now it began to pass on government information and exalt the figure of the president. To carry out the research, we analyzed the editions that have stood the test of time, focusing on the periodical reports on the period, consulting them at the Historical and Geographical Institute of São Luiz Gonzaga, as well as the newspaper's headquarters, which remains in circulation. The objectives are to analyze how the newspaper characterizes the New State, as well as the Missões region, whose districts with a predominance of inhabitants of German origin suffered the impacts of the current nationalization. Finally, we consider that the newspaper sought, as soon as the New State regime was established, to follow a line that was favorable to the government, with significant positive mentions of it, giving a large space to commemorative dates, both those instituted by the Executive, such as April 19, and those already existing, in order to confer legitimacy, in addition to providing space for the commercialization of books convenient to the government.

Keywords: State New. Nationalization. São Luiz Gonzaga

Introdução

Em um primeiro momento, o trabalho busca contextualizar sobre a origem histórica e estabelecer um panorama de como São Luiz Gonzaga chega antes do Estado Novo. A partir de então, o enfoque passa a ser a análise de como o regime, instituído a partir de 10 de novembro de 1937, exerceu influência sobre a população local. Para tanto, busca-se investigar sob a ótica do jornal A Notícia, como um meio importante para compreender como o periódico retratou os acontecimentos estabelecidos neste recorte temporal em que o regime vigorou no país. A metodologia empregada foi a análise das capas e de alguns conteúdos que fizessem alusão a questões políticas e sociais que condizem com o período, bem como de notícias a respeito do papel desempenhado pelas autoridades municipais. Por fim, conclui-se que o jornal adotou uma linha editorial favorável ao governo varguista e contribuiu para legitimar a figura do Presidente da República perante a população.

A região das Missões

A região aqui abordada diz respeito a São Luiz Gonzaga, cidade que tem suas origens em fins do século XVII, uma vez que fazia parte dos Sete Povos das Missões². Contudo, após a redefinição ocasionada pelo Tratado de Madrid (1750), os Sete Povos, então território espanhol, seriam trocados pela Colônia do Sacramento, pertencendo ao domínio português, tratado este que originaria a Guerra Guaranítica (1753-1756), em virtude do não-aceitamento dos indígenas em se deslocar da região, ocorrendo um processo de perda populacional³. Nesse meio tempo, marcada por indefinições entre as duas coroas ibéricas, apenas em 1801 o território seria incorporado a Portugal.

No início do século XX, a região consegue relativa prosperidade por ter no Senador Pinheiro Machado⁴ um representante político de destaque no cenário estadual. Ele propõe a construção da estrada de ferro e doa o terreno para o estabelecimento do colégio Aprendizado Agrícola, construído a partir de 1910. Entretanto, após a sua morte, o projeto da estrada não é executado e conforme Santos (s/d), o Aprendizado entra em processo de decadência, sendo fechado em 1925. A partir de sua morte, tanto Gomes (s.d), como Santos (s.d) e Vieira (2009) destacam que São Luiz vai adentrar um período de decadência, em que só retornaria ao seu progresso justamente com o Estado Novo.

O Estado Novo no A Notícia

Estabelecido esse preâmbulo inicial, passaremos a analisar como o Estado Novo vai impactar a região de São Luiz Gonzaga⁵, que de acordo com o Censo

- 2 Denominação que engloba, atualmente, 45 municípios gaúchos, tal designação diz respeito por ela fazer parte dos Sete Povos das Missões em fins do século XVII, marcada pela expansão da fé religiosa pela América, a redução de San Luis foi fundada em 1687 pelo padre Miguel Fernandes.
- 3 Outros dois marcos importantes foram o acordo de El Pardo e o tratado de Santo Ildefonso (1777) este que anularia o de Madrid, e a Coroa espanhola retomava o controle da região dos Sete Povos.
- 4 Pinheiro Machado nasceu em 08 de maio de 1851, em Cruz Alta, mas chegou a São Luiz Gonzaga junto a sua família ainda muito jovem. Nesse meio tempo, formou-se em Direito em São Paulo, Conseguiu destaque por ter participado da Guerra do Paraguai e foi um proeminente político rio-grandense. Fora eleito senador da República de 1890 a 1915, chegando a participar da Revolução Federalista, bem como sendo um dos fundadores do Partido Republicano Conservador.
- 5 São Luiz Gonzaga contava com nove distritos no triênio de 1936-1938. São Luiz como distrito sede, São Nicolau, Bossoroca, Porto Xavier, Colônia Guarani, Cerro Azul, São Lourenço, Santa Lúcia e Roque Gonzales. Já no quinquênio de 1939/43, por decreto estadual nº 7842, de 30 de junho de 1939, seriam oito, agora Bossoroca passaria a fazer parte do distrito sede, bem como ocorreu uma mudança toponímia para Guarani (ex-Colônia Guarani) e Quarepoti (ex-São Lourenço). Por fim, no triênio de 1945/48, o decreto nº 720, de 29 de dezembro de 1944, altera alguns nomes, seriam os seguintes distritos: o da sede (São Luiz Gonzaga e Bossoroca),

demográfico de 1940, o município era um dos mais vastos do estado, sendo o 8º, ocupando uma área de 6.712 km², enquanto a densidade populacional era apenas a 54ª, partir do jornal A Notícia⁶, do diretor José Grisolia⁷.

Para tanto, consideramos pertinentes tecermos algumas considerações metodológicas, é na década de 1980 que o jornal passa a ser tida como uma fonte histórica importante para a análise por parte dos historiadores, conforme Speranza e Karawetzy (2024), a partir de meados do século XIX o periódico vai ser tido como uma fonte mercadológica, elemento indispensável para refletir a presente análise, uma vez que, para se manter em circulação, o periódico vai adotar uma linha favorável ao governo. Igualmente, Barros (2023) entende os jornais para além de meios puramente informativos, mas como representantes de determinados símbolos, como também na defesa de certos interesses:

eles [jornais] também comunicam ideias e valores, e através destas ideias e valores buscam agir sobre a sociedade, além de representarem certos interesses- não necessariamente um único setor de interesses, mas de todo modo um campo de interesses no interior do qual os mais diversos fatores interagem (BARROS, 2023, p.27).

Assim, com esse olhar crítico buscaremos analisar o jornal envolto em sua historicidade, regido por sujeitos históricos permeados por relações de poder, além de estar inserido em um período altamente repressivo.

Nessa perspectiva, compreendemos o Estado Novo a partir do recrudescimento do regime ocasionado tanto pelo fechamento da Aliança Nacional Libertadora, como também pelos levantes de origem comunista de 1935, uma vez que tanto Levine (1980), como Mourelle (2015) observam que Vargas não estava satisfeito com a Constituição estabelecida em 1934, em que agora ele passaria a responder ao parlamento e não fazer o uso dos sucessivos decretos-leis, frequentes anteriormente. Dessa maneira, se no início de novembro o governo estava por perder a maioria da Câmara dos Deputados⁸, com o fechamento da ANL e os levantes subsequentes, o Executivo conseguiu instrumentalizar o medo de uma suposta ameaça comunista para centralizar e aumentar o seu poder:

Caibaté (ex-Santa Lúcia), Cerro Largo, (ex-Cerro Azul), Guaramano (ex-Guarani), Missioneiros (ex-Quarepoti), Porto Xavier, Roque Gonzales e São Nicolau.

6 A primeira edição do jornal circulou no dia 29 de julho de 1934. A partir de então, ele se tornaria o mais longo periódico da região, circulando apenas aos domingos, com um apanhado geral das informações a respeito da semana.

7 José Grisolia foi uma figura de destaque em São Luiz Gonzaga. Participou da primeira turma do Aeroclube, fora substituto do Juiz Municipal e chegou a integrar uma comitiva entre 1945 e 1950, para visitar São Borja, em que voltaria com a missão de fundar o Partido Trabalhista Brasileiro.

8 A intervenção de Flores da Cunha nas eleições fluminenses desencadearia uma crise na base aliada do próprio governo.

Esse evento [“Intentona Comunista”] absolutamente extraordinário produz um total rearranjo das forças políticas, impactando o Legislativo e o Executivo. Tanto que, depois das revoltas de Natal, Recife e Rio de Janeiro, Vargas registrou em seu diário que atendeu “a sucessivas comissões e grande número de deputados e senadores”, que vieram declarar apoio a ele (MOURELLE, 2015, p.174).

Assim, ocorreu um gradual aumento repressivo que iria se consolidando até novembro de 1937, como a reforma da Lei de Segurança Nacional e os decretos de estado de sítio, que frequentemente seriam renovados.

Neste contexto turbulento, a partir de 1937 começa uma acirrada campanha eleitoral, em que o candidato Armando Sales⁹ ganha destaque no periódico, no dia 18 de julho de 1937: “80.000 pessoas aclamaram o sr. Armando Sales. Rio 19, realizou-se, ontem, no ‘stadium’ do America, o comício monstro, promovido pelos partidários do candidato democrático. Além disso, uma importante nota integralista diz respeito a ter organizações nas Missões:

no dia 4 do corrente foi instalado perante numerosa assistencia o Nucleo Distrital de Serro Azul, confiado á diversas dos triúmviros: Felipe Eich, Gomercindo Sperb e Edmundo Specht. Compareceram ao ato diversos companheiros dos municípios de Santo Angelo, Santa Rosa e Tres de Maio. (A NOTÍCIA, 1937, p.4).

O periódico concede espaço para Sales e os integralistas, que embora se caracterizam por serem organizados em esfera regional, o candidato à Presidência da República seria Plínio Salgado¹⁰. Fato este que não iria ocorrer após o 10 de novembro. A relação entre Vargas e Flores da Cunha já encontrava abalos desde 1935, uma vez que Vargas passa a ter cada vez mais desconfiança de seu interventor, culminando na federalização da Brigada Militar, desarticulando uma suposta reação por parte de Flores, onde Gertz (2005) definira como o início do Estado Novo. Em nível nacional, com a criação do Plano Cohen por membros integralistas e do Exército, Vargas utiliza desta suposta ameaça comunista para instalar o regime ditatorial.

Neste sentido, uma dos principais impactos que o Estado Novo teria no Rio Grande do Sul diz respeito à campanha de nacionalização que o governo federal buscava impor no estado aos alemães e a seus descendentes. Para tal, o principal interventor seria Cordeiro de Farias- este que governaria o estado entre março de 1938 a setembro de 1943, empregando diversas ações para combater os perigos étnicos que eram atribuídos a esse grupo, onde pode-se atribuir como o

9 Armando Sales fora nomeado interventor por Vargas em 1932, reeleito em 1934 e despoitava como um forte nome ao Palácio do Catete, contava com o apoio de Flores da Cunha e de setores oposicionistas do governo.

10 Plínio Salgado era o principal líder da Ação Integralista Brasileira (AIB) que tinha aspiração fascista europeia, bem como o culto ao nacionalismo.

período mais repressivo do regime, uma vez que após a nomeação de Dornelles e a entrada na guerra ao lado dos aliados, as contradições do regime começam a ser expostas, culminando na deposição de Vargas em outubro de 1945.

A educação seria um dos principais meios mobilizados para a integração da população alemã e teuto-brasileira, onde o Estado empregaria os mais diversos meios para a realização de tal política. Nesta perspectiva, conforme Bastos e Tambara (2014), haviam fiscais de ensino que ficavam responsáveis por vigiar grupos de origem alemã pelo estado. Um exemplo elucidativo de tal questão diz respeito à notícia de 12 de junho de 1938 sobre a nacionalização em São Luiz Gonzaga¹¹:

o professor João Aloisio Braun, diretor do Colegio Elementar, encarregado, com plena autonomia, da fiscalização dos colégios estrangeiros, na parte referente ao recente decreto do governo¹², recebeu um telegrama instalando se os referidos colégios estão cumprindo todas as determinações prescritas na lei do ensino e si os que ainda não requereram o registro estão tomando as providencias para tal (Ibiden, p.4).

Igualmente, a busca por novos professores foi um tema que seguidamente aparecia no jornal, Bastos e Tambara (2014) destacam que ocorreu um expressivo aumento no número de professores e escolas no período entre 1930 e 1937, em edição de 26 de julho de 1938) “ o governo do estado, atendendo o pedido do então prefeito deste município, Alcino Schorn¹³, criou grupos escolares na Linha São Salvador e vila Bossoroca, sede do 3º distrito, como também a construção de escolas, caso este que aparece no jornal a notícia do dia 21 de março de 1939. Entretanto, se o número de escolas e de professores aumentava, não era diferente a procura de alunos para o estabelecimento escolar, pois embora havia nomeação de professores, a falta deles era mais recorrente e aparece diversas vezes no periódico¹⁴. Outra característica importante é que o jornal publicava que tinha disponível livros para venda sobre o comunismo¹⁵, a qual podemos

11 São Luiz contava com 6.020 habitantes na sua área urbana, inclusive possuindo uma Liga de Defesa Nacional. A maioria da população residia em área rural (53.220) e nesses distritos de origem alemã que sofreriam os impactos mais significativos, a exemplo de Santa Lúcia, que nos deteremos a seguir.

12 Muito provavelmente seria o decreto 7.212, de 8 de abril de 1938.

13 Alcino Schorn ficaria até a instalação do Estado Novo, em que assumiu em seu lugar o Cel. Raymundo Gomes Neto. Por sua vez, Neto ficaria até 1941, onde Gustavo Langsch permaneceria até o final do regime, mas, a exemplo de Getúlio, voltaria à frente do Executivo municipal entre 1946 e 1947.

14 Edição de 10 de março: quase 1.000 alunos matriculados-falta de professores, bem como no dia 4 de maio: desde março que mais de 300 crianças estão aguardando a vinda de novas professoras para o Grupo Escolar Senador Pinheiro Machado, onde 12 educadores estão no exercício de suas funções, atingindo a matrícula de 900 alunos.

15 Grisolia tinha adquirido uma livraria próximo onde ficava o jornal. Nesse sentido, ele aproveitava para fazer propaganda de livros favoráveis ao governo Vargas, o principal deles

considerar que foi um mote importante para a efetiva consolidação do regime ditatorial, uma vez que buscava sempre criar o inimigo externo que deveria ser combatido a todo custo.

Ademais, a educação seria consequentemente mobilizada para que o Estado Novo atingisse seus ideais de nacionalidade, como já exposto anteriormente, é a partir da intervenção de Farias que o Estado vai atuar com maior força no combate aos grupos alemães. Desse modo, o secretário de Educação e Saúde Pública, Coelho de Souza¹⁶, seria o principal responsável por frequentemente mobilizar a população e eliminar qualquer resquício étnico que não fosse favorável aos ideais nacionais, em edição de 4 de maio de 1941 “vem a esta cidade o Dr. Coelho de Souza: durante a sua excursão o Dr. Coelho de Souza fará inspeção em todos os estabelecimentos de ensino situados nas localidades onde passar”.

Nesta perspectiva, Maurício Parada (2009) destaca como o regime vai criar um calendário cívico como meio de mobilizar frequentemente a população em torno do regime vigente, tendo a juventude um papel de destaque. Conforme o autor:

Esse calendário começa a ser estruturado em 1936, e sua forma acabada pode ser encontrada já em 1938[...]. Sua linha do tempo compreendia as seguintes comemorações: o Dia de Tiradentes, em 2 de abril, o 1 de maio, Dia do Trabalho; a Semana da Pátria, um conjunto de comemorações realizadas ao longo da primeira semana de setembro, que incluía, além do desfile militar do dia 7, o Dia da Juventude e a Hora da Independência, o Dia da Revolução Brasileira, em 1 de novembro; a proclamação da República, em 15 do mesmo mês; e, por fim, no dia 19, ainda em novembro, o Dia da Bandeira. (PARADA, 2009, p.20).

Para tanto, datas cívicas seriam frequentemente utilizadas para a celebração e culto ao patriotismo, a exemplo do aniversário de Getúlio Vargas, que começaria a ser celebrado em 1940, em edição de 20 de abril de 1941, cuja manchete intitulada “aniversário do Chefe da Nação”, dizia:

São Luiz, a quem o grande Presidente Vargas prometeu e fez construir o ramal férreo [...] não poderia ficar alheio às espontâneas comemorações que ontem fizeram virar o mais sadio patriotismo o povo brasileiro. o “Ginásio Municipal São-luizense”, sob a direção do professor Innocencio Pedroso, realizou uma brilhante sessão cívica em homenagem ao presidente Vargas. (A NOTÍCIA, 1940, p.8)

seria o 5º coluna no Brasil, mas também O comunismo, de Tancredo de Vasconcelos, era comercializado.

16 José Coelho de Souza era mais combativo em relação aos grupos alemães estabelecidos no Estado, chegando a escrever livros, como Denúncia: o nazismo nas escolas do Rio Grande do Sul, em 1941.

Assim, o governo conseguia mobilizar e instrumentalizar a população aos rituais cívicos que seriam constantemente utilizados para a construção da legitimidade de Vargas e do Estado Novo, como no dia da Semana da Pátria, esta que mobilizou as autoridades municipais a visitar os distritos a fim de observar se os ritos cívicos estavam sendo cumpridos, a passagem a seguir diz respeito a Santa Lúcia¹⁷, então 8º distrito de São Luiz Gonzaga:

Com grande brilho e ívulso patriotismo. Santa Lúcia iniciou ás solenidades em homenagens á Patria. Causou grande satisfação entre os colonos, a construção do “Altar da Patria” e a chegada do fogo simbólico, ás 13h, conduzido da sede do município até a vila, por nossos valorosos atletas (ibidem, p.8).

Pode-se compreender como essas cerimônias conseguiam alcançar sua eficiência ao chegar a distritos interioranos, mas que cumpriam a importante tarefa de estimular o patriotismo, nacionalizando a população de origem alemã e os integrando ao ideal de brasilidade proposto pelo Estado Novo. Assim, Parada destaca que cerimônias cívicas eram estendidas por toda a Semana da Pátria, dedicados principalmente a questões escolares, tal como podemos visualizar na edição seguinte:

Santa Lúcia comemorou condignamente a data memorável da emancipação política do Brasil[...] As 15 horas teve então inicio ao grande desfile, fazendo se uma passeata pela vila. Nessa hora formaram as seguintes escolas: Grupo Escolar dirigido pela prof Erna Elvira Theis Dani; aula paroquial regida pelo prof. Alfredo Ames; aula particular de Santo Estanislau regida pelo prof. Afonso Arthur Scult; aulas municipais da Rondinha derigida pela Sra. Marta Ester Camargo; aula de Passo Ramos regida pelo prof. Oli Castilhos; aula do Rincão dos Vieiras regida pelo prof. Alzira Balbuino de Souza; aula do pesqueiro regida pelo prof. Pedro Reis para mais de 600 reservistas.(ibidem, p.6).

Com esta passagem, espera-se demonstrar como a educação foi mobilizada com o propósito de integração nacional. Assim, o Estado, através de cerimônias cívicas, conseguiu cumprir efetivo papel em nacionalizar, isto é, também romper com a herança cultural alemã, especialmente a língua, em espécie de editorial, o jornal estampa a sua opinião a respeito do desenvolvimento da região, na edição de 11 de março de 1945, intitulada “Eis o panorama do Brasil república”:

17 A importância de Santa Lúcia é que ela, embora apresente uma população mista, tinha um expressivo número de imigrantes de origem alemã, a partir da vinda destes no início de 1920. Nesse sentido, podemos dividir esse povoado em três partes: a sede Santa Lúcia (atual Caibatê), Santo Estanislau- atual área urbana de Mato Queimado- que teve uma forte presença de origem alemã-, e Rondinha- um povoado distante cerca de 6 km do hoje perímetro urbano, que tinha um expressivo número de habitantes à época. Em comum, os dois primeiros povoados apresentavam escolas privadas mantidas pela Igreja Católica em estatuto que preservam a língua alemã. Rondinha, por sua vez, mantinha uma escola municipal.

Hoje há ótimas estradas de rodagem que cortam todos os quadrantes do Estado, e o ligam até com o norte do País. As linhas férreas foram duplicadas no Rio Grande do Sul, e pontilham cidades, verdadeiros milagres, onde havia antes duas ou três malombos de casas como, por exemplo, Bossoroca, agora Serrinha. Não tínhamos escolas. Os estrangeiros, notadamente os de origem alemã, cujos pais acostumados ao ensino obrigatório na Europa contratavam professores privados, naturalmente de sangue germano. Hoje, só neste município, foram estabelecidas mais de 150 aulas. Em todo o Estado levantados 135 prédios modelares (ibidem, 1945, p.7)

Este trecho ajuda a ilustrar o panorama geral que o Estado do Rio Grande do Sul e São Luiz Gonzaga viveu no contexto do Estado Novo. Ressalta-se que de fato ocorre uma expansão de escolas e matrículas, conforme citam Bastos e Tambara (2014), e as frequentes notícias ajudam a comprovar isso, mas já havia o estabelecimento muitas delas, a exemplo de Santa Lúcia, em que possuía oito, mas neste contexto a escola municipal seria reformada e passaria ao controle do Estado.

Assim, a nacionalização ocorre, é imposta pelo Estado à população, sobretudo a de origem alemã, que mantinha escolas particulares, onde estas foram nacionalizadas e incorporadas aos rituais cívicos já com os decretos de 1938¹⁸, a exemplo de participação das escolas paroquiais de origem alemã, em Santa Lúcia, na Semana da Pátria.

Considerações finais

À guisa de conclusão, procuramos compreender como o período do Estado Novo impactou a região das Missões por meio do periódico A Notícia. Ao longo do trabalho, buscou-se contextualizar historicamente a região das Missões, tendo sua origem na expansão da fé católica com a instituição dos Sete Povos das Missões, como também pela Federalista, bem como pela Coluna Prestes. Entretanto, ainda são escassos os trabalhos que dizem respeito ao Estado Novo, o qual buscamos trazer uma pequena contribuição. Assim, Gomes (s.d) destaca que São Luiz Gonzaga enfim entrou em uma era de progresso com o avanço do Estado Novo, com a concretização do projeto da Estrada de Ferro, a Vila Militar, bem como o Hospital de Caridade, acrescentaria também a inauguração do Aeroclube e a expansão educacional.

Entretanto, mesmo tendo alguns progressos econômicos e sociais, o regime ditatorial, por sua vez, também foi responsável por promover uma forçada integração a comunidades de origem alemã que ali haviam se estabelecido, neste caso nos detivemos o enfoque a Santa Lúcia, em que as autoridades municipais frequentemente faziam incursões, a fim de observar se as escolas estavam em

18 Os dois principais decretos seriam o de nº 7.212, de 8 de abril e o de 7.612, de 12 de dezembro, ambos de 1938, onde os registros das escolas particulares passaram ao controle do Estado.

comum acordo com os decretos em prol da nacionalização da língua, ao mesmo tempo que, por meio das cerimônias cívicas, buscou-se criar um meio de educar e criar a nação.

Por fim, o jornal, embora tenha dado destaque aos integralistas e a Armando Sales, com a concretização do regime, passou a seguir uma linha favorável ao governo, sempre exaltando a figura de Vargas e o estímulo ao patriotismo da população são-luizense, reproduzindo o discurso nacionalista e laudatório, estampado pelas comemorações da ditadura estadonovista.

Figura 1- Imagem em alusão ao aniversário de Vargas



Fonte: Jornal A Notícia, edição do dia 19 de abril de 1942¹⁹

¹⁹IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Biblioteca do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=31468&view=detalhes>. Acesso em: 27 de jul. de 2024.

Referências

BARROS, José D'Assunção. O jornal como fonte histórica. Rio de Janeiro: **Vozes**, 2023

BASTOS, Maria Helena Camara; TAMBARA, Elomar Calegaro. A nacionalização do ensino e a renovação educacional no Rio Grande do Sul. In: Quadros, Claudemir de Quadros (org). **Uma gota amarga**: itinerários da nacionalização do ensino no Brasil. Ed. da UFSM, 2014. p. 71-118.

FILHO, José Grisolia. **Centenário de José Grisolia**. São Luiz Gonzaga: A Notícia, 2010.

GERTZ, René. **O Estado Novo no Rio Grande do Sul**. Passo Fundo. Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005.

GOMES, José. **História de São Luiz Gonzaga**- Ed. Ivar (s.d).

KARAWJCZYK, Mônica; SPERANZA, Clarice. História e imprensa: apontamentos iniciais para uma pesquisa histórica. p.22-55 In: MARTINS, L.C. dos P; KARAWJCZYK, M; KRILOW, L. S. **Mídias e História**: metodologias e relatos de pesquisa. Porto Alegre: edipucrs, 2024 recurso on-line. Modo de acesso:<<http://editora.puc-crs.br>>

LEVINE, Robert. **O Regime de Vargas (1934-1938)**: os anos críticos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

MOURELLE, Thiago Cavaliere. **Guerra pelo poder**: a Câmara dos Deputados confronta Vargas (1934-1935). p.254. 2015 Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense- Rio de Janeiro, RJ, 2015.

PARADA, Maurício. **Educando corpos e criando a nação**: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo. Rio de Janeiro: Ed. da PUC-Rio: Aricuri, 2009.

QUADROS, Claudemir de. O discurso que produz a reforma: nacionalização do ensino, aparelhamento do Estado e reforma educacional no Rio Grande do Sul (1937-1945). In: QUADROS, Claudemir de. **Uma gota amarga**: itinerários da nacionalização do ensino no Brasil. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2014. p. 119-152.

SANTOS, Pedro Marques dos. São Luiz- Sua história e sua gente (1687-1987). Série Missões Vol.V (s/d).

VIEIRA, Sonia Bressan. **Sobre as ruínas do templo... (Porque templo já não é)**- história Municipal de São Luiz Gonzaga (1880-1932). p.459. Tese (Doutorado em História) Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, 2010.

WESZ, Mauro Marx. **Colônia Rondinha/Santa Lúcia**: Colonização e religiosidade na região das Missões do Rio Grande do Sul (1921-1937) p.92. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2016.

WILLERS, Charlei Knebel. **Rondinha, Santa Lúcia, Caibaté** - a caminhada de um município. p.39. Trabalho de Conclusão de Graduação (em História). Universidade Regional das Missões, Santo Ângelo, RS, 2004.



Relações de Trabalho no Exército Brasileiro durante o Estado Novo: A Criação da Força Expedicionária Brasileira

*Labor Relations in the Brazilian Army during the Estado Novo:
The Creation of the Brazilian Expeditionary Force*

Cyro Porto Martins¹

RESUMO

A presente síntese tem como objetivo central discutir as relações de trabalho no interior das Forças Armadas durante a ditadura do Estado Novo no Brasil, entre 1937 e 1945. Nesse sentido, buscamos compreender como a luta dos trabalhadores por melhores condições de vida e trabalho refletiu na instituição militar, em especial no Exército Brasileiro. Para tanto, nos debruçaremos sobre os conceitos de superestrutura, contradição e luta de classes, utilizando uma metodologia apropriada para sintetizar esses contextos. Especificamente, buscaremos entender as relações de trabalho durante a criação da Força Expedicionária Brasileira (FEB). A divisão de infantaria foi criada em 1943 com o objetivo de lutar contra as potências do Eixo no contexto da declaração de guerra do Brasil à Itália e Alemanha, ocorrida em 1942. A FEB tinha como propósito inicial formar um corpo de exército com aproximadamente 60 mil homens, selecionados de um determinado “grupo de elite” do Exército Brasileiro. No entanto, devido a uma série de percalços, como a dispensa de militares da ativa, problemas nos exames médicos e tentativas de burlar o serviço, apenas 25 mil homens foram convocados ou se voluntariaram para a divisão de infantaria. A maioria desses homens era composta por trabalhadores urbanos e rurais, cujas capacidades físicas estavam aquém do que o governo desejava. Nesse sentido, buscamos compreender como as relações políticas e trabalho se deram durante esse processo levando em considerações o contexto da Segunda Guerra Mundial e da Consolidação das Leis Trabalhistas. Esta síntese se propõe a efetuar provocações que investiguem as convergências entre os campos da história militar e da história do trabalho,

1 Graduado em História-Licenciatura e História-Bacharelado pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria. Bolsista *Capes*/UFSM. Email: cyroporto@gmail.com.

contribuindo, dessa maneira, para ampliar os horizontes da historiografia do Estado Novo sob a perspectiva desses supostos campos. Esse resumo faz parte da pesquisa desenvolvida no mestrado acadêmico em história da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Palavras-chave: Mundos do Trabalho. Força Expedicionária Brasileira. Estado Novo.

ABSTRACT

The main objective of this synthesis is to discuss labor relations within the Armed Forces during the Estado Novo dictatorship in Brazil, between 1937 and 1945. In this regard, we aim to understand how workers' struggles for better living and working conditions were reflected in the military institution, especially in the Brazilian Army. To do so, we will delve into the concepts of superstructure, contradiction, and class struggle, using an appropriate methodology to synthesize these contexts. Specifically, we will seek to understand labor relations during the creation of the Brazilian Expeditionary Force (FEB). The infantry division was created in 1943 with the goal of fighting against the Axis powers in the context of Brazil's declaration of war against Italy and Germany, which took place in 1942. The initial purpose of the FEB was to form an army corps of approximately 60,000 men, selected from a certain "elite group" of the Brazilian Army. However, due to a series of setbacks, such as the dismissal of active military personnel, issues with medical exams, and attempts to evade service, only 25,000 men were drafted or volunteered for the infantry division. Most of these men were urban and rural workers, whose physical capabilities fell short of what the government desired. In this sense, we seek to understand how political and labor relations unfolded during this process, considering the context of World War II and the Consolidation of Labor Laws. This synthesis aims to provoke inquiries that investigate the intersections between the fields of military history and labor history, thereby contributing to broadening the historiographical horizons of the Estado Novo from the perspective of these supposed fields. This summary is part of the research developed in the master's program in history at the Federal University of Santa Maria (UFSM).

Keywords: Worlds of Work. Brazilian Expeditionary Force. Estado Novo.

Introdução

Em 2024, completam-se 80 anos desde que o Exército Brasileiro recebeu seu “batismo de fogo” na Segunda Guerra Mundial. Esse evento marcou e continua a marcar profundamente a história das Forças Armadas no Brasil, tanto pelas mudanças ocorridas internamente nesse Aparelho Repressivo do Estado², quanto pela historicidade da guerra. Contudo, esses processos nos levam a refletir sobre alguns pontos: o que foi esse processo? Quem eram os militares que lutaram no Front do Mediterrâneo? Por que essa experiência sofreu um apagamento no imaginário público? Quais foram os motivos que levaram o Brasil a entrar na guerra?

Essas perguntas são fundamentais para compreendermos a construção da Força Expedicionária Brasileira (FEB), sua atuação e o contexto histórico em que estava inserida. Um dos principais aspectos que estava latente naquele período, e que defendemos ser essencial para entender o Estado Novo e a criação da FEB, são as relações de trabalho durante a ditadura comandada por Getúlio Vargas. Assim, o que buscamos sintetizar neste artigo é a compreensão dos mundos do trabalho na divisão de infantaria, tendo como eixo central os sujeitos que compuseram essa Força: os Pracinhas.

A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial foi um processo complexo que perpassou por diferentes acontecimentos na qual a geopolítica internacional passava naquele contexto. O Brasil, durante que aquele período, atravessa por uma ditadura intitulada de Estado Novo na qual as liberdades civis, de associação e de imprensa foram duramente reprimidas pelos órgãos de repressão do Estado, como a Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que controla a censura aos meios de comunicação e a Departamento de Ordem Político e Social (DOPS), que busca controlar e regular a “ordem pública”.

O golpe de que fundou o Estado Novo, em 10 de novembro de 1937, foi fruto de um processo na qual Getúlio Vargas e o alto comando do Exército, impuseram com a justificativa de um suposto plano comunista para tomar o poder no Brasil, uma ditadura de caráter fascista. Nesse sentido, o chamado “Plano Cohen” foi criação de um documento falso, amplamente divulgado pela imprensa do período, na qual se atribui ao movimento comunista do período, lidera pelo Partido Comunista do Brasil (PCB), um plano para a tomada das instituições do Estado Brasileiro.

2 Neste artigo, utilizaremos o conceito de “aparelhos repressivos” para nos referirmos ao Exército e às polícias no Brasil. Nosso entendimento está alinhado com o que Louis Althusser defendeu em seu trabalho intitulado: **Aparelhos Ideológicos de Estado**. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiro de Castro. 15º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

O golpe do Estado Novo foi uma justificativa para a manutenção de Vargas no poder e uma tentativa de controlar as massas, que nos anos anteriores foram fundamentais na conquista de diversos direitos, como o voto feminino e, principalmente, nos avanços trabalhistas. Nesse sentido, para compreendermos o Estado Novo, é necessário entender o Movimento de 1930 e a ascensão do nazifascismo na Europa.

Getúlio Vargas se alça ao poder no Brasil em um movimento civil e militar que buscou nas derrocadas das instituições da Primeira República, lideradas pelas classes dominantes de Minas Gerais e São Paulo, implementar diversas reformas com a intenção de modernizar o país. Esse movimento, conhecido como “Revolução de 30” foi um processo resultante das extensas lutas do tenentismo no Brasil e da reivindicação das classes trabalhadora no país que vinham se organizando pelos menos desde a greve geral de 1917. A criação do Partido Comunista do Brasil em 1921, junto com a formação de sindicatos e federações, foi o motor do processo histórico da luta dos trabalhadores no Brasil por melhores condições de vida e trabalho.

Essas condições proporcionaram a consolidação de Vargas no poder em 1930 e impulsionaram a criação das primeiras leis de proteção e garantia para os trabalhadores no Brasil, por meio da criação do Ministério do Trabalho, também em 1930. No entanto, a liderança de Vargas não foi unânime. As classes dominantes de São Paulo contestaram seu poder e se levantaram em armas contra o governo provisório de Vargas em 1932, durante a guerra civil paulista erroneamente chamada de “Revolução Constitucionalista”. Além disso, diversas organizações, incluindo setores do movimento tenentista, se opuseram ao governo Vargas ao longo dos anos subsequentes à Revolução de 1930.

Desta forma, o principal movimento de oposição a Getúlio Vargas e que foi o estopim para a utilização do “pânico comunista” foi a insurreição nacional-libertadora de 1935. Esse movimento liderado por setores das Forças Armadas e por membros do Partido Comunista, como Luís Carlos Prestes e Olga Benário, buscava o aprofundamento das reformas implementadas pelo movimento de 1930 e julgava Vargas como traidor do movimento³. Esse processo foi durante reprimido pelo Exército e pela Polícia Política do governo liderada então pelo germanófilo Filinto Müller

A insurreição foi estopim para ascensão dos setores do governo que reivindicavam o fechamento do regime, já que a constituição de 1934 previa um processo de eleições em 1938. A partir disso, movimentos no interior das Forças

3 Muitos comunistas já visavam uma revolução no Brasil, mas a Insurreição Nacional-Libertadora era um movimento heterogêneo que, em um primeiro momento, não previa a abolição do Estado burguês.

Armadas, do movimento fascista brasileiro, o Integralismo e do próprio Getúlio Vargas planejaram o fechamento do regime em 1937. A ditadura do Estado Novo fechou o Congresso Nacional, estabeleceu a censura e a repressão como políticas de Estado, colocou os sindicatos no controle do Ministério do Trabalho e perseguiu opositores políticos e colocou os partidos políticos na ilegalidade.

Nesse sentido, a consolidação da ditadura teve uma clara inspiração nos regimes fascistas da Europa, principalmente no Fascismo Italiano e no Nazismo Alemão. A ascensão de Adolf Hitler como chanceler na Alemanha em 1933 colocou o país em uma nova rota, caracterizada pelo militarismo, anticomunismo, antisemitismo e o trabalho como eixos centrais da ideologia nazista. O nazismo buscou reativar o parque industrial alemão a favor dos processos militaristas, criando um movimento de massas que colocava os trabalhadores alemães no centro dessa ideologia, ao mesmo tempo em que promovia a repressão aos comunistas e a perseguição de minorias étnicas e religiosas, como os judeus. Essa ideologia visava construir um império de mil anos, baseado na escravização de povos considerados inferiores e na elevação da “raça ariana” como superior.

Esse movimento oriundo das crises profundas e latentes do sistema capitalista, buscou na cooptação dos trabalhadores uma forma de conter a ascensão do comunismo perante a classe trabalhadora. Desta forma, a inspiração desses movimentos pelo Brasil foi o ponto de partida para a implantação da ditadura no Brasil.

Os Mundos do Trabalho e a criação da FEB

A implantação do Estado Novo, possuiu com eixo central a contenção das reivindicações das classes trabalhadoras e a manutenção de um projeto política que buscava a modernização do país aos moldes do capitalismo-industrial. Esse processo foi perpassado na construção de um imaginário, na qual o trabalhador brasileiro deveria ser patriota, ordeiro, trabalhador, mas principalmente servil à nação. Esses processos de nacionalismo e controle sobre os trabalhadores buscou construir um “novo homem” que elevaria o Brasil a ser uma país industrializado e “civilizado” aos moldes dos países do centro do capitalismo mundial.

A clara inspiração fascista não se limitou apenas ao processo ideológico; a aproximação econômica do Brasil com a Alemanha cresceu ao longo dos governos de Vargas na década de 1930, bem como nos primeiros anos do Estado Novo (1939-1942), como demonstrou Ricardo Seitenfus (2003). Essa aproximação contava com importantes nomes da ditadura estadonovista, como Filinto Müller, chefe da Polícia Política; Eurico Gaspar Dutra, general do Exército e ministro da Guerra; e Góis Monteiro, general e comandante do Estado-Maior do Exército.

No entanto, a ditadura estadonovista foi marcada por contradições. Apesar da aproximação com os governos autoritários da Europa, tanto ideológica quanto economicamente, o governo implementou uma política de nacionalização forçada de diversos imigrantes e seus descendentes. Isso incluiu a proibição do uso de línguas consideradas “estrangeiras”, o fechamento de escolas e a nacionalização de instituições vistas como não nacionais. As populações consideradas “não nacionalizadas” foram duramente reprimidas, sendo submetidas a migrações forçadas, prisões, e perdas de emprego e propriedade, em meio aos processos de nacionalização da cultura, da economia e do ensino.

Essas populações consideradas como “Quistos Nacionais” foram nacionalizadas no âmbito da criação do ideal do “Novo Homem” e foi particularmente mais intensas nas comunidades de descendentes de alemães (SEYFERTH, 1999). Esse ponto é importante para compreendermos os processos histórico na qual o Brasil e classes trabalhadora se encontravam naquele momento.

A partir de 1939, o mundo entrou no que viria a ser o maior conflito bélico em proporções da história. Milhões de vidas foram perdidas e dezenas de países sofreram diretamente os horrores da guerra. Esse processo foi desencadeado pelo desrespeito ao Tratado de Versalhes pela Alemanha Nazista, que já vinha descumprindo diversas cláusulas impostas ao país desde 1919. O estopim do conflito foi a invasão da Polônia em 1939 e a consequente declaração de guerra pela França e Grã-Bretanha contra a Alemanha.

O início do conflito gerou espanto nas democracias liberais, pois a tática de guerra alemã, que consistia em grande velocidade e rápidas conquistas, colocou em xeque o modelo do liberalismo ocidental. A *Blitzkrieg*, ou guerra relâmpago, conquistou rapidamente países como a Holanda, Bélgica, Luxemburgo e, principalmente, a França. A queda deste país, que possuía um exército considerado por muitos como o melhor armado do planeta, causou um impacto profundo e admiração por muito.

Foi nesse contexto que, a bordo do navio Minas Gerais, em 1940, que Getúlio Vargas declarou sua admiração, indiretamente, pelos países que compunham o Eixo Roma-Berlim-Tóquio. Em seu discurso, Vargas pronunciou

Marchamos para um futuro diverso de quanto conhecíamos em matéria de organização econômica, social ou política e sentimos que os velhos sistemas e fórmulas antiquadas entram em declínio. Não é, porém, como pretendem os pessimistas e os conservadores empedernidos, o fim da civilização, mas o início, tumultuoso e fecundo, de uma nova era (BRASIL, 1940)

Neste trecho percebemos claramente o rompimento com a “ordem liberal” pois o discurso do Vargas se dava diretamente pelo intuito de criar um “Novo Estado”, ou seja, um estado com rompesse com o que eles consideravam corrupto e

defasado. No entanto, no trecho a seguir podemos ver que eixo central do discurso estadonovista era o trabalhador. Nesse sentido, Getúlio Vargas continua

É preciso que o proletário participe de todas as atividades públicas, como elemento indispensável de colaboração social. A ordem criada pelas circunstâncias novas que dirigem as nações é incompatível com o individualismo, pelo menos, quando este colida com o interesse coletivo. Ela não admite direitos que se sobreponham aos deveres para com a Pátria. Felizmente, no Brasil, criámos um regime adequado às nossas necessidades, sem imitar outros nem filiar-se a qualquer das correntes doutrinárias e ideológicas existentes. É o regime da ordem e da paz brasileiras, de acordo com a índole e a tradição do nosso povo, capaz de impulsionar mais rapidamente o progresso geral e de garantir a segurança de todos (BRASIL, 1940).

Esse ponto se torna fundamental para compreendermos como o trabalho estava no centro do regime criado por Vargas. É ressaltável que palavras como “ordem”, “paz” e “progresso”, além de seu caráter positivista, demonstram a tentativa de posicionar os trabalhadores como passivos dentro da luta de classes. Dessa forma, podemos visualizar a tentativa de cooptação das classes trabalhadoras pelo Estado Novo.

No entanto, como veremos a seguir, as classes trabalhadoras não ficaram estáticas neste período. A partir de 1941, a guerra tomou proporções mundiais. A invasão da União Soviética pelos nazistas e o ataque japonês aos Estados Unidos modificaram as relações do Brasil com os países do Eixo. Em janeiro de 1942, a Conferência dos Chanceleres da América, ocorrida no Rio de Janeiro, declarou o rompimento diplomático das nações americanas com os países do Eixo. O Brasil, que sediou a conferência, passou a se afastar desses países e a intensificar a “Campanha de Nacionalização” contra imigrantes e descendentes “súditos do eixo”.

Os meses que se seguiram ao rompimento diplomático foram intensos para o Brasil. Os bloqueios marítimos impostos à Alemanha e à Itália e destas com os Estados Unidos e Grã-Bretanha, ocasionaram a escassez de gêneros alimentícios, produtos industriais e matérias-primas. A carestia, a fome e as demandas dos trabalhadores por melhores condições de vida de trabalho se intensificaram, como demonstraram Pureza (2009), Soares (2020) e Konrad (2006). A Batalha do Atlântico se intensificou a partir dos afundamentos de embarcações comerciais e civis por submarinos alemães e italianos.

No Brasil, diversas embarcações foram afundadas por submarinos alemães e italianos, o que provocou manifestações populares exigindo que o governo declarasse guerra à Alemanha. O ponto máximo desse processo foi o afundamento de embarcações na costa do Nordeste brasileiro, resultando em dezenas de vítimas civis. As notícias que chegavam levaram a um movimento que culpabilizava alemães e seus descendentes por supostas ligações com esses episódios.

Nesse sentido, ocorreu um movimento de “quebra-quebra” a estabelecimentos e propriedades de descendentes de alemães, que foi intenso, principalmente no Rio Grande do Sul, resultando em depredações, mortes e manifestações no estado, apesar de o direito a greves e manifestações estarem vedado pela constituição autoritária do Estado Novo. Nesse contexto, em agosto de 1942, o Brasil declarou estado de beligerância e, posteriormente, estado de guerra contra a Alemanha e a Itália. Esse movimento foi trabalhador por Dalmolin (2006); Lima (2019) e Martins (2021).

A partir disso, começou um intenso processo de mobilização da população para que o Brasil enviasse tropas ao *front* de batalha. O Brasil, que possuía um contingente militar significativo e uma extensa costa litorânea, se viu pressionado pelas classes a criar uma força responsável pela defesa do país, tanto internamente quanto externamente. Os acordos com o governo norte-americano previam a cessão da cidade de Natal como base aérea norte-americana, a criação de uma siderúrgica nacional e a formação de um corpo expedicionário para lutar no além-mar.

A criação da Força Expedicionária Brasileira começou a ser planejada ainda em 1942, mas foi efetivada de fato em 1943. No entanto, alguns percalços ocorreram durante esse período. A recusa de militares efetivos em compor as forças, além das dificuldades no processo de recrutamento, levaram à formação de uma divisão de infantaria com cerca de 25 mil membros.

A tentativa inicial era de criar um corpo de exército composto por 60 mil homens, mas, devido às dificuldades em selecionar uma “elite” entre os 200 mil convocados, essa meta teve que ser modificada. Dificuldades como analfabetismo, problemas físicos e mentais, desnutrição, doenças parasitárias, dentre outras foram alguns dos motivos por essa redução no efetivo (FERRAZ, 2005, p.46-47).

Não obstante, muitos civis foram convocados mesmo sem ter os requisitos para ingressar na Força. Homens arrimos de família, com patologias, condições com estrabismo e até mesmo iletrados foram convocados para a FEB. Mas de onde eles eram? Eram oriundos das classes trabalhadoras.

No Rio Grande do Sul, os convocados para a divisão de infantaria eram majoritariamente oriundos do meio rural e de trabalhadores ligados a profissões liberais urbanas, como comerciários e jornalheiros. Esses trabalhadores foram convocados e direcionados ao Rio de Janeiro, onde passaram por um treinamento inadequado, em condições precárias de alojamento. A FEB foi destacada para o 5º Exército dos Estados Unidos, liderado pelo general Mark Clark, e tinha como um de seus principais comandantes o general Góis Monteiro, uma figura importante do Estado Novo.

No Brasil, a FEB possuía um destacamento um pouco diferenciado; seus soldados eram majoritariamente oriundos do mundo urbano, ligados a profissões liberais, como demonstrou Frederico Ribeiro (2019). Todavia, o que precisamos compreender é que as experiências desses trabalhadores contestavam o discurso segundo o qual as “classes” foram cooptadas pelo governo estadonovista.

Ainda que o direito a greves e manifestações tivesse sido vetado, o próprio movimento de “Quebra-Quebra” e as manifestações a favor da entrada do Brasil na guerra geraram diversas reivindicações das classes trabalhadoras. Nesse sentido, Glaucia Konrad afirma que

nem a repressão nem a cooptação do Estado Novo impediram a resistência dos trabalhadores que, mesmo represados em alguns momentos, voltaram a abrir as comportas de suas reivindicações históricas por liberdade e autonomia sindical e por direitos sociais trabalhistas mais ampliados, sempre encontrando brechas para novos pleitos. (2005, p.15).

Esse ponto é importante para compreender que as classes trabalhadoras não estavam em “inércia” e que as grandes greves que ocorreram no final da guerra, em 1945, não “surgiram” do nada. Além disso, os trabalhadores que ingressaram na Força eram oriundos dessas experiências de reivindicações e lutas.

A entrada massiva de trabalhadores no exército gerou uma modificação neste aparelho repressivo do Estado, resultando na coexistência do exército tradicional, chamado “Exército de Caxias”, e do “Exército da FEB”, composto por civis trabalhadores transformados em soldados. Esse entendimento foi trabalhado por Frederico Ribeiro (2017), e corroborado por nós.

Desta forma, afirmamos que a guerra desfez a suposta “fronteira” entre os “mundos do trabalho” e o “mundo militar”, pois ela afetou não apenas os trabalhadores convocados, mas também aqueles que permaneciam em solo nacional. A Consolidação das Leis Trabalhistas, em 1943, mesmo ano de criação da FEB, não foi uma garantia estabelecida diretamente para os trabalhadores. A economia de guerra gerou uma flexibilização dessas leis, e muitos trabalhadores que foram colocados em regimes de trabalho militar foram enquadrados como desertores por se oporem à exploração, agora justificada em nome defesa nacional.

Neste contexto, além da carestia e dos extensos problemas que o país enfrentava em matéria econômicas, diversas empresas utilizaram deste contexto de guerra para aumentar os lucros e explorar ainda mais seus trabalhadores na qual a “consequência direta, ampliou-se a margem de acumulação de capital dos industriais brasileiros que tiveram seus ramos fabris considerados ‘estratégicos’” (FERRAZ, 2007, p.26).

Diante disso, os trabalhadores reagiram. As greves e reivindicações do setor carvoeiro do Rio Grande do Sul, por exemplo, foram um desses processos

diretamente vinculados ao contexto de guerra, como desmontou Konrad (2006). A militarização das relações de trabalho foram consequências diretas da ditadura do Estado Novo e do contexto de Guerra, na qual nos possibilita defender que esta divisão entre “mundo militar” e os “mundos do trabalho” são uma construção artificial da narrativa históricas.

Nesse sentido, compreender esses processos nos possibilita afirmar outras colocações. A FEB foi resultado de um processo que foi estimulado pelas classes trabalhadores e ao percebemos que ela foi construída por trabalhadores, colocamos esses sujeitos como centro desse processo. Todavia, é muito comum colocar a Força como sujeita da sua própria história na qual se retira as classes e a historicidade dos sujeitos enxergando-os somente como militares ou que tiveram uma pequena atuação em determinado período específico. Desta forma, “ao desconectar o poder de Estado das classes sociais, transforma aquele no agente histórico por excelência, como se o Estado, como ente abstrato, tivesse em suas mãos os destinos da nação e da própria história” (KORNAD, 2005, p.22).

Esse ponto reverbera no próprio segmento da História Militar, na qual se coloca o Exército e as Forças Armadas como sujeitos de sua própria história. Nesse sentido, buscamos fazer ao contrário e demonstrar como os sujeitos são os agentes históricos e como eles modificam as instituições do Estado.

Desta forma, as relações de trabalho militarizadas foram sentidas não apenas nas fábricas, mas também no meio rural. A migração de milhares de trabalhadores, principalmente da região Nordeste do Brasil, para trabalharem na extração de látex, matéria-prima da borracha, ocorreu em um contexto de alta demanda por esse produto pelos países aliados. O governo estimulou essa migração como forma de ocupar a região amazônica e para expulsar a população das áreas controladas por latifundiários. Os “soldados da borracha”⁴, foram trabalhadores conhecidos por serem colocados em regimes militares de trabalho, para atender a demanda internacional pela borracha.

Esses trabalhadores buscavam melhores condições de vida em um contexto de fome e seca severa que afetava a sua região de origem. Esse processo demonstra que a flexibilização das leis do trabalho, neste caso, não se aplicava aos trabalhadores rurais. Além disso, outros processos que demonstra como as “fronteiras” entre os esses mundos era porosa como é o caso da própria FEB.

Muitos dos febianos, chamados de Pracinhas, tinham como principal preocupação a questão dos soldados. Temiam que, ao embarcarem para o *front* na Itália, suas famílias não recebessem os pagamentos e, conseqüentemente, passassem por dificuldades. Esses pontos são importantes para compreendermos

4 MARTINELLO, Pedro. **Batalha da borracha na Segunda Guerra Mundial e suas consequências para o vale amazônico**. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985

que a questão central dos trabalhadores no sistema capitalista é a luta pela sobrevivência.

Nesse sentido, o esforço de guerra e a flexibilização das relações de trabalho evidenciam a contradição do Estado Novo: apesar de se apresentarem como “doadores da legislação trabalhista” e Vargas ser alçado à condição de “Pai dos Pobres” e “Primeiro Trabalhador”, a realidade material revela a forte influência das classes dominantes no governo estadonovista. O esforço de guerra foi utilizado como argumento para “defender os interesses da pátria”, mas, na realidade, serviu para aumentar os lucros e a exploração. Esse fato nos traz mais uma evidência dessas contradições; mesmo tentando negar o individualismo e colocar os trabalhadores no centro da lógica do Estado, e renegando a política das classes dominantes pré-1930, o governo ditatorial de Vargas manteve e intensificou, ainda que momentaneamente, a exploração e a subordinação das classes trabalhadoras em um processo de forte opressão.

No entanto, apesar dessas explorações Glaucia Konrad afirma que

O destacado papel no esforço de guerra” e as “Comissões de Ajuda ao Esforço Bélico da Nação” (logo fechadas pelo governo), resultaram nos congressos sindicais em vários estados, a partir de 1943, mesmo diante de dificuldades como a proibição dos dissídios coletivos e do direito de greve, o trabalho extraordinário nas fábricas, nas minas e nos transportes, a participação de maioria de trabalhadores na Força Expedicionária Brasileira (FEB) e o aproveitamento do estado de guerra pelo patronato, aumentando a exploração dos trabalhadores (2006, p.12).

Essas contradições e a resistência dos trabalhadores foram responsáveis pelo enfraquecimento da ditadura nos anos finais da guerra, entre 1944 e 1945. Todavia, é importante frisar que os trabalhadores se mantiveram articulados, apesar da repressão e da opressão durante todo o período do governo estadonovista. Na FEB, a situação não foi diferente; ao retornarem ao Brasil, a força foi desarmada e desmobilizada pelo alto comando do Exército, liderado por Dutra. Os febianos não tiveram garantias de permanência no Exército e muitos deles não receberam as pensões e os soldos prometidos. Dezenas de Pracinhas, com traumas de guerra, não receberam assistência alguma do Estado e voltaram ao Brasil para ocupar os mesmos postos de trabalho que mantinham antes, embora muitos tenham sido demitidos ao reingressar, o que era proibido por lei.

Os Pracinhas organizaram-se em associações, muitas delas lideradas por expedicionários comunistas, que logo foram expulsos. Essas associações, posteriormente submetidas aos interesses do Exército, foram uma forma de garantir assistência e pagamentos do Estado a esses agora veteranos de guerra. De fato, os interesses dos trabalhadores oriundos da FEB só foram plenamente garantidos com a Constituição de 1988, em que muitos desses já se encontravam mortos.

Conclusão

A presente síntese busca trazer um debate sobre como os “mundos do trabalho” e o “mundo militar” são parte de um mesmo processo histórico. Nossa contribuição visa incentivar a reflexão sobre como essas fronteiras, criadas artificialmente, são obstáculos que dificultam a visualização da história como um processo. Nosso trabalho tem como objetivo buscar inserir novas contribuições a Nova História Militar e a própria História do Trabalho.

Em suma, a experiência dos Pracinhas e a resistência dos trabalhadores durante e após o período da Segunda Guerra Mundial revelam as complexas dinâmicas sociais e políticas do Brasil sob a ditadura do Estado Novo. Apesar das contradições inerentes ao regime de Vargas, os trabalhadores, especialmente aqueles que serviram na Força Expedicionária Brasileira, demonstraram uma notável capacidade de organização e luta por seus direitos. A desmobilização e o abandono a que foram submetidos ao retornarem ao país expuseram as falácias da narrativa oficial que glorificava o esforço de guerra e a proteção dos trabalhadores.

Além disso, a formação de associações e a luta contínua por reconhecimento e assistência social pelos ex-combatentes evidenciam a persistência da classe trabalhadora em reivindicar seus direitos, mesmo diante da repressão. O legado da luta dos Pracinhas e de seus companheiros de classe culminaria, apenas décadas depois, em avanços significativos nas garantias trabalhistas, culminando com a Constituição de 1988, que, finalmente assegurou os direitos básicos aos trabalhadores em armas.

Nesse sentido, reconhecer a importância da contribuição da FEB para a história do Brasil, nos diz a respeito de compreender a própria trajetória da luta de classes no nosso país. Assim, a história dos trabalhadores componentes da FEB não apenas nos ajuda a compreender a história militar do país, mas também reforça a necessidade de se reconhecer e valorizar as vozes e as lutas dos trabalhadores na construção de um Estado mais justo e igualitário.

Referências

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiro de Castro. 15º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

DALMOLIN, Cátia Regina. **Em nome da Pátria**: as manifestações contra o Eixo em Santa Maria, no dia 18 de agosto de 1942. 2006. 187 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2006.

FERRAZ, Francisco César. **Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Descobrindo o Brasil, 2005.

KONRAD, Diorge A. **O Fantasma do Medo: O Rio Grande do Sul, a Repressão Policial e os Movimentos Sócio-Políticos (1930-1937)**. 597 p. Tese (Doutorado em História) -Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2004.

KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. **Os Trabalhadores e o Estado Novo no Rio Grande do Sul: um retrato da sociedade de do mundo do Trabalho (1937-1945)**.2006. 344 p. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

LIMA, Bruna. **Fronteira entre o regional e o transnacional na política de desenvolvimento econômico do brasil e o caso da fábrica Cyrilla de Santa Maria, RS, Brasil**. 2019. 188 p. Tese (Doutorado em História) -Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019.

MARTINELLO, Pedro. **Batalha da borracha na Segunda Guerra Mundial e suas consequências para o vale amazônico**. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

MARTINS, Cyro P. **“Até logo Santa Maria”**: a representação da participação da FEB na Segunda Guerra Mundial em Santa Maria (1942-1945).2021. 105p. Trabalho de Conclusão de Graduação (Licenciatura em História) -Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2021.

PUREZA, Fernando. **ECONOMIA DE GUERRA, BATALHA DA PRODUÇÃO E SOLDADOS-OPERÁRIOS: O impacto da Segunda Guerra Mundial na vida dos trabalhadores de Porto Alegre (1942-1945)**. 2009. 210 p. Dissertação (Mestrado em História) -Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

SEITENFUS, Ricardo. **O Brasil vai à guerra: o processo do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial**. 3. ed. Barueri, SP: Manole, 2003.

SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Org). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 199-128.

SOARES. Tamires Xavier. **Nas trincheiras da sobrevivência: a Segunda Guerra Mundial e suas implicações para os trabalhadores no Rio Grande do Sul**. 2020. 259 p. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2020.

Fontes

BRASIL. Presidente (1937-1945: Getúlio Dornelles Vargas). **No limiar de uma nova era: (DISCURSO PRONUNCIADO A BORDO DO ENCOURAÇADO MINAS GERAIS, CAPITÂNEA DA ESQUADRA NACIONAL)**. Rio de Janeiro, 11 jun. 1940.



**Pacto ABC e Segurança Estatal:
o impacto da cooperação entre a tríade
Argentina-Brasil-Chile na questão naval (1905 - 1915)**
*ABC Pact and State Security: the impact of cooperation between
the Argentina-Brazil-Chile triad on naval issues (1905-1915)*

Bárbara Matté Puhl¹

Maria Júlia Silveira de Jesus Machado²

RESUMO

No início do Século XX, iniciaram-se discussões acerca da formação de um tratado de “cordial inteligência” unindo Argentina-Brasil-Chile. No presente trabalho, o principal objetivo é entender como a cooperação impactou a questão de defesa nacional dos países componentes. Para isso, são estudados, entre os anos de 1905 e 1915, os impactos do Tratado em relação à estratégia e ao poder naval do Pacto ABC, e a influência de atores, como o Barão do Rio Branco e Estanislao Zeballos. É colocada em foco a ameaça brasileira e os embates entre Argentina-Brasil, através da rivalidade entre os atores políticos citados, entendendo como esse confronto entre as duas nações provocou respingos na tríade. Como marco teórico é adotado, assim como nos estudos de longa duração, o entendimento e a contraposição de três momentos, sendo eles o processo de hegemonia no Cone Sul, a expansão naval e armamentícia, e o Pacto ABC propriamente. Metodologicamente, com o uso de abordagem indutiva, são exploradas fontes documentais tendo como resultados preliminares o entendimento acerca do modo como processos de integração afetam a questão de defesa dos países membros, a partir de acordos e de cooperação naval e armamentícia, criando espaços de segurança comum para momentos de tensão no sistema, mais especificamente nos países da tríade Argentina-Brasil-Chile. Compreende-se os motivos pelos quais as divergências entre Argentina-Brasil impactaram na formalização do Pacto, aprofundando a questão securitária e

1 Graduada do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSC). E-mail: barbara.puhl@acad.ufsc.br.

2 Graduada do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSC). E-mail: maria.jesus@acad.ufsc.br.

naval na América Latina.

Palavras-chave: Pacto ABC (Argentina-Brasil-Chile). Questão naval. Barão do Rio Branco-Zeballos.

ABSTRACT

At the beginning of the 20th century, discussions began regarding the formation of a treaty of “cordial understanding” uniting Argentina, Brazil, and Chile. The main objective of this work is to understand how cooperation impacted the national defense issue of the member countries. For this, the study focuses on the years between 1905 and 1915, examining the impacts of the Treaty on the strategy and naval power of the ABC Pact, as well as the influence of actors such as Barão do Rio Branco and Estanislao Zeballos. The work highlights the Brazilian threat and the conflicts between Argentina and Brazil, through the rivalry between these political figures, to understand how this confrontation between the two nations affected the triad. The theoretical framework follows long-term studies, analyzing and contrasting three key moments: the process of establishing hegemony in the Southern Cone, naval and arms expansion, and the ABC Pact itself. Methodologically, using an inductive approach, documentary sources are explored, yielding preliminary results that provide insight into how integration processes affect the defense issue of member countries through agreements and naval and arms cooperation, creating shared security spaces during moments of tension in the system, particularly in the Argentina-Brazil-Chile triad. The reasons why the divergences between Argentina and Brazil impacted the formalization of the Pact are understood, deepening the security and naval issue in Latin America.

Keywords: ABC Pact (Argentina-Brazil-Chile). Naval issue. Barão do Rio Branco-Zeballos.

1. Introdução

O início do Século XX foi marcado pelas tentativas da formalização de uma tríade no território latino. As três maiores potências da época ansiavam por uma integração que promovesse principalmente os ideais de segurança e cooperação, visando criar um espaço comum que fornecesse políticas securitárias em seus diversos fins, principalmente no âmbito do poderio naval e de instauração de uma autonomia para os países (Barnabé, 2014, p.72). Dessa forma, analisa-se o impacto da crise Argentina-Brasil, e os respingos dos embates entre Rio Branco e Estanislao Zeballos tanto para a promulgação do Pacto ABC, quanto para a

segurança estatal, focalizado no processo de rearmamento e supremacia naval entre os anos de 1905 e 1915.

Presume-se que o Pacto, em seu ideário, foi projetado visando a formação de espaços de poder na América Latina, sofrendo abalos por meio das influências de interesses privados das nações e das reservas entre dois dos países da aliança, em decorrência de rivalidades históricas e resistências que surgiram no período analisado. Usa-se uma abordagem indutiva, por meio de pesquisas documentais, como tratados, cartas, telegramas, caricaturas e notícias de jornal, e bibliográficas, entre elas artigos e capítulos de livros. Com análises das variadas fontes escolhidas, além do cruzamento destas para um entendimento mais aprofundado acerca da temática, estuda-se o caso de formalização da tríade. Destarte, utilizando dos estudos de Braudel, divide-se a observação em três grandes momentos, sendo o estrutural, de longa duração, os processos de construção da hegemonia no Cone Sul; o conjuntural, de média duração, a expansão armamentícia e naval; e a curta duração referenciando o Tratado do ABC em essência. Nesse sentido, a pesquisa sofre influências da repartição dos períodos estudados, facilitando a compreensão e buscando relacionar os processos entre si, uma vez que a análise de tripartição temporal enriquece o entendimento acerca de uma aliança tripartite.

Outrossim, é justificada a construção da argumentação buscando um entendimento aprofundado acerca da busca por uma supremacia compartilhada (Eichner et al., 2016, p. 29), além de interpretar mais a fundo como as disputas de interesse entre nações vizinhas impactam na criação dos espaços de integração. Destarte, entender o meio como disputas entre peças-chave de um sistema regional afetam planos conjuntos de cooperação é imprescindível no estudo de uma região tão plural quanto a América Latina.

2. Pacto ABC: a tentativa de formalização de uma tríade no início do século XX

A tentativa de formalização do Pacto ABC, que uniria Argentina, Brasil e Chile em uma aliança tripartite, pode ser compreendida à luz da teoria de tripartição do tempo histórico de Fernand Braudel. Braudel propõe que a história deve ser entendida em três dimensões temporais interligadas: a curta, a média e a longa duração. Enquanto os eventos de curta duração, como as negociações diplomáticas e as tensões políticas, são frequentemente os mais visíveis, eles são apenas uma parte da narrativa histórica. A média duração foca nos ciclos econômicos e políticos, que moldam as sociedades em um ritmo mais contínuo e menos perceptível no dia a dia. No entanto, é a longa duração que Braudel considera crucial para entender as estruturas permanentes que moldam

profundamente as decisões e comportamentos dos Estados. São essas estruturas, formadas por heranças coloniais e sistemas de poder centralizados, que influenciam de maneira mais sutil e duradoura os rumos das políticas externas. Assim, ao aplicar essa visão ao Pacto ABC, podemos enxergar não apenas os eventos imediatos que cercaram suas negociações, mas também as influências mais profundas que, ao longo do tempo, moldaram as relações entre Argentina, Brasil e Chile (Cracco, 2009, p. 27).

No âmbito da curta duração, os anos entre 1903 e 1915 foram marcados por intensas negociações diplomáticas, conflitos internos e tensões fronteiriças que moldaram as relações entre Argentina, Brasil e Chile. A cooperação amigável entre as diplomacias dos três países, foi caracterizada por:

(i) a estreita concertação pela fluidez da informação entre as diplomacias dos três países; (ii) a recusa de procedimentos que sensibilizasse as partes em torno de litígios com outros países do continente; e (iii) a consequente aproximação de posições em foros multilaterais e a união solidária de forças frente a pressões de grandes potências. (Eichner *et al.*, 2016, p. 31).

No entanto, divergências, especialmente entre Brasil e Argentina, dificultaram o avanço das negociações, resultando em um texto final simplificado do Pacto ABC, resumindo o Tratado³ à um moderador de controvérsias (Eichner *et al.*, 2016, p. 33).

Em termos de média duração, o período é caracterizado por ciclos políticos e econômicos que influenciaram as políticas externas dos três países. No Brasil, o ciclo do café estava em pleno vigor, conferindo ao país uma crescente importância econômica e uma posição assertiva na política externa. A Argentina vivia um momento impulsionado pelo agronegócio, especialmente na exportação de carne e grãos, consolidando-se como uma potência regional, no entanto, lidava com as tensões com o Brasil sobre a liderança na América do Sul e as disputas com o Chile, como na região da Patagônia (Saiani e Grejo, 2016, p. 184). Segundo Heinsfeld (2012, p. 14) o acordo seria primordial para as resoluções fronteiriças, particularmente para o Brasil e o Chile, ao estabelecer a neutralidade da Argentina em relação aos países signatários e a outras nações do Cone Sul, como nas questões envolvendo o território do Acre e a região de Tacna-Arica.

Na longa duração, as estruturas históricas que moldaram as mentalidades

3 Tratado Entre A República dos Estados Unidos do Brasil, A Argentina e o Chile Para Facilitar A Solução Pacífica de Controvérsias Internacionais. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1915. Apud EICHNER, Elisa Felber *et al.* O Pacto ABC de 1915 e suas Implicações para a Política Externa Brasileira para o Cone Sul. **Revista Perspectiva: reflexões sobre a temática internacional**, v. 9, n. 16, 2016, p. 16. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/303979998.pdf>>. Acesso em 09/08/2024.

políticas e sociais de Argentina, Brasil e Chile são cruciais para entender a tentativa de formalização do Pacto ABC. A herança colonial, com suas estruturas de poder centralizadas e elitistas, criou um ambiente de dependência econômica e política que moldou a forma como esses países se relacionavam tanto internamente quanto externamente. As elites locais, muitas vezes focadas na manutenção de seus interesses e influenciadas pelo legado colonial, reproduziram padrões de comportamento que favoreceram a dependência de capitais e mercados externos (Brentano, 1983, p. 112). No contexto do Pacto ABC, por exemplo, é possível observar como esses países buscavam uma forma de fortalecer sua soberania e posição regional, mas sem romper completamente com as estruturas e práticas herdadas do colonialismo, e assim influenciou as negociações, nas quais “Nenhum dos artigos previa o estabelecimento de uma aliança ofensiva ou defensiva nem, tampouco, criava obrigações de coordenação em assuntos militares.” (Conduru, 1998. p. 59). A assinatura do pacto, embora significativa, reflete as limitações impostas por essas estruturas, como a relutância em comprometer-se com obrigações militares (Eichner *et al.*, 2016, p. 33).

Assim, a tentativa de formalização do Pacto ABC entre 1905 e 1915 pode ser vista como um esforço para alinhar as políticas externas e fortalecer a segurança regional diante de um cenário internacional instável. No entanto, as divergências internas e as estruturas históricas herdadas do período colonial limitaram o alcance e a eficácia do acordo, culminando em um pacto que, embora simbólico, carecia de mecanismos efetivos de cooperação militar e política (Eichner *et al.*, 2016, p. 26).

2.1. Um ideal de integração nascente entre as três maiores potências latinas da época: a ameaça brasileira e os embates Argentina-Brasil

Sabe-se que o Pacto ABC foi uma tentativa de integração entre as maiores potências latinas do começo do Século XX, baseado em um ideal de construção de um sistema integrado ao sistema sub-americano entre Argentina, Brasil e Chile, objetivando consolidar uma cooperação no âmbito do Cone Sul (Eichner *et al.*, 2016, p. 30). Já nos anos de 1904, mais especificamente por meio do Despacho de 22 de novembro⁴, foram aprofundados os debates entre Argentina e Brasil acerca de um tratado que seria promulgado anos mais tarde. No trecho do despacho....

4 Despacho de 22/11/1904 para a Legação do Brasil em Buenos Aires, citado por Burns, 1966. Apud CONDURU, Guilherme Frazão. O subsistema americano, Rio Branco e o ABC. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 41, p. 75, 1998. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbpi/a/tZnwwW3pBrHYkSZfMlyf7MG/?lang=pt>>. Acesso em: 10/08/2024

[...] troquei algumas idéias com o Senhor Gorostiaga sobre a conveniência de um tratado de arbitramento geral entre o Brasil e a República Argentina e sobre a utilidade de algum acordo entre as duas repúblicas a o do Chile com o fim de, no caso de insurreição ou guerra civil em algum dos países limítrofes, procurarem concorrer, quando possível, para o restabelecimento da ordem ou para a pacificação, sem desprestígio do governo legal. (Despacho de 22/11/1904)

Entretanto, existem divergências quando analisam-se as explicações dos motivos exatos para a cooperação regional, sendo importante destacar os anseios de autonomia e não interferência, além da proteção ao regime da potência norte-americana que exercia cada vez mais influência na porção latina (Eichner *et al.*, 2016, p. 30).

Analisando mais propriamente a ameaça brasileira, pode-se destacar um contexto de mudança de conjuntura política no Brasil, que desencadeou uma alteração no foco das relações internacionais do país, que anos antes era fortemente ligada às nações europeias, e passa a exercer um foco na cooperação e uma união entre países latinos, gerando desconfiança na vizinhança (Eichner *et al.*, 2016, p. 29). Nesse contexto de tentativa de reafirmação da nova política externa brasileira o Pacto ABC começa a ser debatido, segundo Eichner *et al.* (2016, p. 27):

[...] a partir deste tratado, o país priorizou o entendimento com seus vizinhos em detrimento da sua afirmação como potência regional. [...] o Pacto ABC foi um marco de mudança de programa da Política Externa Brasileira para o Cone Sul, e que isso ocorreu em virtude de o Brasil, mesmo após a assinatura do Pacto, ter dado continuidade à sua política externa orientada à afirmação do país como potência regional.

Ainda, pode-se caracterizar, segundo Barnabé (2014, p. 69), que a Argentina, dentre os três países cooperantes, se apresentava com as maiores ressalvas e resistências em assinar o então debatido tratado, principalmente por um processo de rearmamento pelo qual a nação brasileira passava desde os anos finais do Império, culminando em um clima de ameaça na região. Nesse sentido, o Pacto ABC gera ressonâncias no território argentino, por meio de uma recusa de ministros nacionalistas, ocasionando um mal-estar entre as nações latinas, na mesma face em que atores-chave brasileiros também possuíam reservas a despeito da confiabilidade do governo argentino em questão (Conduru, 1998, p. 74). Desse modo, evidenciase que a relação de estremecimento era nítida entre Argentina-Brasil, marcada tradicionalmente, desde o século anterior, por forte rivalidade, tensões e graves crises históricas (Bandeira, 2014, p. 54), em decorrência do anseio mútuo que as nações tinham de se posicionarem enquanto potências no Cone Sul.

As ressalvas entre os dois países se mantiveram por anos. Um exemplo claro refere-se ao ano de 1909, no qual, a partir da apresentação de minutas para possíveis implementações oficiais de um pacto de cooperação, o projeto de “cordial

inteligência” redigido por ministros brasileiros tenha sido apresentado à nação argentina enquanto uma iniciativa chilena (Conduru, 1998, p. 75). Outro fator que corroborou para o afastamento da relação bilateral entre Argentina e Brasil, foi a intensa aproximação do segundo aos Estados Unidos, causando temores a uma possível imposição da hegemonia deste na região (Saiani e Grejo, 2017, p. 187-188), uma vez que esse processo acontecia em paralelo à escalada armamentista, principalmente naval, brasileira. Destarte, é imprescindível lembrar que no ano de 1915, mesmo que com desavenças e descompassos históricos entre os países, além da resistência argentina exacerbada, o Pacto foi assinado.

Entretanto, cabe destacar que, cerca de um ano depois, em meados de 1916, com uma mudança de governo na Argentina, que assume um caráter nacionalista e fortemente antibrasileiro, o Pacto é rejeitado (Eichner *et al.*, 2016, p. 34). Os ideais, na época, passavam a ser uma aquisição armamentícia em larga escala que impulsionaria a Argentina frente às demais nações da região do Cone Sul, e nesse contexto a então formalizada tríada se tornava um empecilho para essa nova missão de hegemonia argentina. Nesse âmbito, a ameaça brasileira decorrente da política de rearmamento, intensificou os desentendimentos históricos entre Argentina-Brasil, o que, dentro de um contexto de cooperação, impactou diretamente o ideal de integração nascente entre os anos de 1905 - 1915, principalmente pela ação contrária de atores políticos (Saiani e Grejo, 2017, p. 188).

3. Estratégia e poder naval: as políticas de segurança para o Pacto ABC

Partindo de uma análise das motivações iniciais que embasaram a criação do Pacto Argentina-Brasil-Chile, inicia-se uma reflexão mais aprofundada acerca das questões de segurança visadas durante a elaboração do Tratado. A ambição inicial desse projeto de integração latina objetivava, majoritariamente, o estabelecimento de uma aliança que pudesse promover ideais de uma cooperação securitária para a região, por meio da promulgação de estratégias conjuntas à tríade (Eichner, *et al.*, 2016, p. 34), criando uma estabilidade na região. Neste contexto, com os anseios de rearmamento e de desenvolvimento naval, o maior preceito defendido pelas três nações era a de necessidade iminente de proteção e de hegemonia compartilhada, garantindo a paz e ordem no âmbito dos três países envolvidos (Conduru, 1998, p. 73).

O projeto de Tratado de Cordial Inteligência Política e de Arbitramento, apresentado nos anos finais da primeira década do Século XX - que configurava-se como propulsor para as novas negociações feitas que culminaram, por fim, na assinatura do Pacto ABC em 1915 -, tinha ideais visíveis no tocante às questões de defesa. Como apresentado em dois dos Artigos do projeto, 10 e 11⁵, se tornava

5 Projeto de Tratado de Cordial Inteligência Política e de Arbitramento, anexo ao Despacho reservado n.º 1, para a Legação em Santiago, de 26/02/1909. Apud CONDURU, Guilher-

de competência das partes contratantes que impedissem a formação de grupos ou expedições que promovessem desordem ou possíveis guerras civis, tanto em seu próprio território, quanto dos membros assinantes do acordo, visando uma área comum de segurança e uma defesa conjunta.

Outrossim, ainda no mesmo projeto de Tratado, visava-se uma cooperação em caso de ataque armado a qualquer uma das três nações, obrigando os contratantes à auxiliarem a nação atacada no desarmamento dos insurgentes que pudessem, de alguma forma, se estabelecer em territórios vizinhos, combatendo em todas as formas os opositores, ou seja, em linhas gerais, os maiores anseios buscados no momento inicial de criação e elaboração do Tratado do ABC convergiam à uma espécie de monitoramento regional na América Latina (Conduru, 1998, p. 77). Entretanto, a política de defesa e segurança que mais gerou ressalvas e descontentamentos entre a tríade, diz respeito à questão naval, que interferia diretamente em projetos internos dos países cooperantes.

3.1. Defesa nacional e poder naval: o foco das políticas da cooperação Argentina-Brasil-Chile nos anos de 1905 a 1915

No contexto do Pacto ABC, a questão naval e o rearmamento dos três países envolvidos - Argentina, Brasil e Chile - desempenharam um papel central nas políticas de cooperação, especialmente em uma perspectiva de média duração. O fortalecimento das marinhas de guerra desses países não surgiu de maneira repentina, mas sim como parte de um processo que vinha se desenvolvendo ao longo das décadas, refletindo a importância da supremacia naval para a segurança nacional e para o equilíbrio de poder na América do Sul (Bandeira, 2014, p. 101-104).

No período inicial do Século XX, a nação brasileira adotou uma postura assertiva em relação ao fortalecimento de sua marinha, buscando consolidar-se como uma potência regional. A aquisição de *dreadnoughts*, encouraçados de guerra de grande porte, foi um marco desse processo, como observou Lawrence Sondhaus (2001, p. 201), “[...] como as armas nucleares nas últimas décadas do Século XX, a posse de dreadnoughts significava que um país contava para algo nos equilíbrios global e regional de poder”. A decisão brasileira de adquirir essas embarcações foi vista pela Argentina como uma ameaça, pois reforçava a ideia de que o Brasil buscava o papel de potência hegemônica na região (Alsina Júnior, 2015, p. 293).

A questão da equivalência naval era um ponto sensível nas relações entre Brasil e Argentina. Para os argentinos, garantir que nenhum país tivesse uma vantagem naval significativa era crucial para manter a estabilidade regional, no entanto,

me Frazão. O subsistema americano, Rio Branco e o ABC. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 41, p. 76, 1998. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbpi/a/tZnw-vW3pBrHYkSZfMLYf7MG/?lang=pt>>. Acesso em: 09/08/2024.

o Brasil, sob o comando de Barão do Rio Branco, rejeitou firmemente qualquer tentativa de acordo que limitasse seu crescimento naval. Como Rio Branco declarou de maneira enfática: “Se nos falarem em acordo sobre limitação de armamentos, responderemos que não admitimos acordo algum sobre isso” (Lins, 1965. p. 394). Essa postura refletia a determinação do Brasil de não permitir que sua soberania e sua defesa fossem condicionadas por pressões externas.

A inferioridade militar do Brasil em relação à Argentina no âmbito terrestre também foi um fator motivador para o investimento na Marinha (Alsina Júnior, 2016, p. 253). Ao fortalecer seu poder naval, o Brasil buscava compensar essa desvantagem e garantir uma posição estratégica no continente. Esse esforço culminou no Programa Noronha, que teve como objetivo modernizar e expandir a Marinha Brasileira. A encomenda de novos navios de guerra, incluindo os *dreadnoughts*, fazia parte dessa estratégia de modernização.

O Programa Noronha, em particular, foi uma resposta direta às preocupações brasileiras sobre a necessidade de proteger sua costa e projetar poder no Atlântico Sul (Noronha, 1950, p. 176). Esse programa, contudo, gerou reações imediatas na Argentina, que viu na expansão naval brasileira uma tentativa de desequilibrar a balança de poder na região. A proposta argentina de que o Brasil cedesse um dos *dreadnoughts* para manter a equivalência naval foi prontamente rejeitada por Rio Branco, que afirmou que tais propostas eram inaceitáveis para o Brasil⁶. A rejeição a essa proposta destacou, mais uma vez, a posição do Brasil de que sua política de defesa não poderia ser ditada por outras nações.

Enquanto Brasil e Argentina engajavam-se na disputa naval, o Chile adotou uma postura mais pragmática dentro do Pacto ABC. Embora o governo chileno estivesse interessado em manter um equilíbrio de poder na região, como argumenta Alsina Júnior (2016, p. 257), o Chile não estava disposto a defender o Brasil sem obter algo em troca, e a adesão ao tratado lhe oferecia vantagens. Por meio do Pacto ABC, o país podia manter sua segurança sem ter que investir pesadamente em armamentos, uma vez que não dispunha de recursos financeiros suficientes para participar de uma corrida armamentista com Brasil e Argentina (Alsina Júnior, 2016, p. 276).

A cooperação naval entre Argentina, Brasil e Chile no contexto do Pacto ABC ilustra as complexas dinâmicas de poder e as rivalidades entre esses países. A insistência brasileira em rejeitar a equivalência naval e a reação ao Programa Noronha revelam uma época em que o poder naval era visto como essencial para a soberania nacional e para a estabilidade regional. O Pacto ABC, portanto,

6 BRASIL - CHILE - ARGENTINA: Uma “entente” entre as três nações. Uma entrevista com o Sr. Barão do Rio Branco. Correio Paulistano (terça-feira, 29/10/1907). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/090972_06/16700>. Acesso em: 10/08/2024.

foi não apenas uma aliança diplomática, mas também um reflexo das ambições e preocupações dos países envolvidos, cada um buscando garantir sua segurança em um ambiente de desconfiança mútua e rivalidades históricas.

3.2. Influência de atores políticos: a figura de Barão do Rio Branco e de Estanislao Zeballos como peças-chave da questão naval do período

No tocante à presença de atores políticos na temática, urge a necessidade de destacar a figura de Barão do Rio Branco como peça-chave na questão naval do período. Segundo Alsina Júnior (2015, p. 332), o então Ministro das Relações Exteriores propunha uma reforma na Marinha brasileira, que pudesse impulsionar o país de volta à posição de potência marítima na América Latina nos anos iniciais do Século XX. Nesse sentido, pode-se destacar que Rio Branco demonstrava significativas preocupações no processo de rearmamento do Brasil desde os anos finais do Império, e utilizava como base de referência os litígios fronteiriços com a Argentina, uma vez que estes possuíam tantos mais exército que o Brasil, e preocupava ao Barão que este fato poderia prejudicar a nação brasileira (Saiani e Grejo, 2017, p. 192).

Além do destaque dado à figura de Rio Branco no poderio naval brasileiro, cabe citar sua essencialidade na elaboração do projeto de Tratado do ABC. Em negociações com Gorostiaga, representante do governo de Buenos Aires no Brasil na época, o Ministro brasileiro afirmava ser partidário da celebração de um acordo entre os países para garantir a paz no Cone Sul⁷. O principal marco no período foi a carta endereçada ao senhor Manoel, na qual são afirmados os anseios de Barão com o referido Pacto:

Estoy cada vez mas convencido de que una cordial inteligencia entre la Argentina, Brasil y Chile seria de gran provecho para cada una de las tres naciones y tendria influencia benéfica dentro y fuera de nuestros países⁸ (Carta de 3 de setembro de 1905 de Rio Branco ao Senhor Manoel Gorostiaga, Ministro argentino no Rio de Janeiro; trecho reproduzido no telegrama de 19 de junho de 1908 para Henrique Lisboa, Ministro do Brasil em Santiago e no Despacho Circular n.º 2, reservado, de 29 de outubro de 1908, ao Corpo Diplomático brasileiro, AHI⁹).

7 Despacho de 22/11/1904 para a Legação do Brasil em Buenos Aires, citado por Burns, 1966, p. 153; AHI, 207/4/8. Apud CONDURU, Guilherme Frazão. O subsistema americano, Rio Branco e o ABC. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 41, p. 75, 1998. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbpi/a/tZnwvW3pBrHYkSZfMLYf7MG/?lang=pt>>. Acesso em: 11/08/2024.

8 Tradução nossa: “Estou cada vez mais convencido de que uma cordial inteligência entre Argentina, Brasil e Chile seria de grande proveito para cada uma das três nações e teria uma influência benéfica dentro e fora de nossos países”.

9 Apud CONDURU, Guilherme Frazão. O subsistema americano, Rio Branco e o ABC. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 41, p. 75-76, 1998. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbpi/a/tZnwvW3pBrHYkSZfMLYf7MG/?lang=pt>>. Acesso em: 10/08/2024

É cabível citar que, por mais que a proposta do Barão tenha sido considerada e debatida entre as nações da triade, a cooperação proposta foi alterada e teve suas bases reformuladas, acredita-se que muito relacionado ao embate Argentina-Brasil (Alsina Júnior, 2015, p. 277).

Sendo assim, é imprescindível destacar os motivos pelos quais as negociações com a nação argentina foram abaladas, sendo majoritariamente afetadas a partir do momento em que Estanislao Zeballos, rival histórico de Rio Branco, assume a chancelaria da Argentina. As ressalvas entre os dois foram agravadas com os planos brasileiros já citados de rearmamento naval, fato impulsionado pela disputa hegemônica vigente na época, que fez com que o ministro argentino ponderasse a adesão ao Pacto que começava a ser proposto (Eichner *et al.*, 2016, p. 32). Nesse contexto de solidificação do poder naval brasileiro, que impactava as potências vizinhas, Zeballos promulgou que, se Rio Branco não recuasse em seu projeto de ampliação do poderio naval, a Argentina mobilizaria forças armadas, por meio da esquadra argentina, planejando uma invasão à cidade do Rio de Janeiro (Bandeira, 2014, p. 109). Ou seja, o plano difundido previa um estado de alerta e uma exigência no tocante à divisão dos navios brasileiros com os vizinhos argentinos (Saiani e Grejo, 2017, p. 196).

A partir de tal fato, Barão do Rio Branco, em conversas com ministros brasileiros em território chileno, julgava inconcebível qualquer tipo de tratado com a Argentina no período que Zeballos permanecesse no poder da chancelaria argentina. Segundo ele, “[...] devo desde já declarar, e convém dizê-lo a esse Governo, que não achamos a opinião suficientemente preparada para um acordo com o Brasil e o consideramos inconveniente e impossível enquanto o Sr. Zeballos for Ministro” (Telegrama n.º 9, reservado, para Henrique Lisboa, Ministro do Brasil em Santiago, de 17/06/1908, transcrito no Despacho Circular n.º 2, reservado, de 29/10/1908, AHI¹⁰).

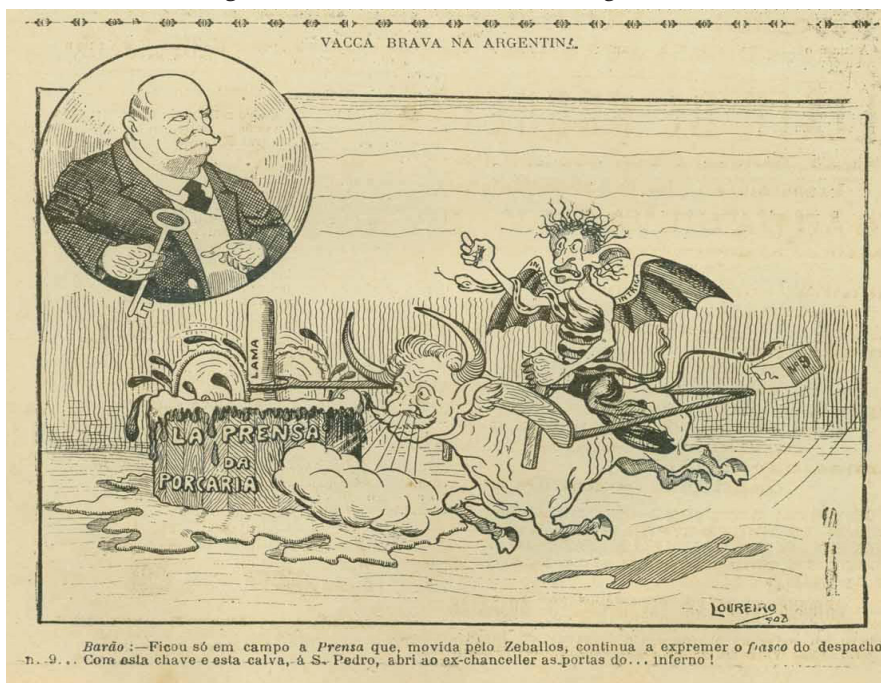
Nesse âmbito, os debates acerca do Pacto trilateral só são retomados com a saída de Zeballos da chancelaria argentina, uma vez que as posturas agressivas e antibrasileiras são deixadas de lado (Eichner *et al.*, 2016, p. 32-33). Entretanto, mesmo com sua saída do cargo ministerial, Zeballos seguiu impactando negativamente as relações de tentativa de formalização da integração latina. O principal episódio de ataque a Rio Branco corresponde à publicação de um telegrama cifrado que foi encaminhado à Legação brasileira para a capital chilena. Segundo Saiani e Grejo (2017, p. 197):

10 Apud CONDURU, Guilherme Frazão. O subsistema americano, Rio Branco e o ABC. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 41, p. 75, 1998. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbpi/a/tZnwvW3pBrHYkSZfMfLYf7MG/?lang=pt>>. Acesso em: 10/08/2024

Esse documento passou obrigatoriamente pelo telégrafo argentino, onde foi interceptado e supostamente decodificado, revelando que as legações brasileiras em Montevideu, Assunção, La Paz, Santiago do Chile, Lima e Washington, foram orientadas pelo diplomata brasileiro a fazer campanha contra a Argentina, acusando-a de pretender uma intervenção nos assuntos dos países mais fracos do continente.

Esse episódio foi reconhecido como “Caso do Telegrama nº 9”, noticiado em jornais brasileiros como “[...] ódio argentino que rabeava nas tortuosidades de perversos embustes, que surtiram apenas o efeito de enaltecer mais uma vez os altos méritos do chanceler brasileiro¹¹”, sendo uma articulação argentina para colocar a nação chilena em uma posição desfavorável ao Brasil. Tal feito foi explorado por caricaturas no jornal ilustrado O Malho, mostrando Zeballos como uma vaca brava, preso ao telegrama nº 9, ao passo que Rio Branco segurava a chave para a decodificação do então referido telegrama interceptado, abrindo assim, as portas do inferno para o chanceler argentino (Binelo, 2006, p. 18).

Figura 1 - Loureiro “Vacca brava na Argentina”



Fonte: O Malho, 05/12/1908¹²

11 ODIOS IMPOTENTE. A Imprensa (Rio de Janeiro, terça-feira, 30 de novembro de 1909). Disponível em: <<http://memoria.bn.gov.br/DocReader/245038/7856>>. Acesso em: 10/08/2024.

12 O Malho, 05/12/1908. Disponível em: <<http://omalho.casaruiarbosa.gov.br/index.asp?lk=14&pagina=8&qry=zaballos#>>. Acesso em 11/08/2024.

Como dito anteriormente, por mais que Rio Branco tenha tornado público o verdadeiro conteúdo do telegrama, provando faticamente a falsificação de documentos de Estado oficiais por Zeballos, a Argentina seguiu sugerindo ao Chile que suspendesse os projetos de tratado que estavam em trâmite com o Brasil (Bandeira, 2014, p. 110). Sendo assim, além de um impacto direto desses atores na questão do poderio naval do início do Século XX, os embates Argentina-Brasil podem ser mais aprofundados por meio das várias ressalvas entre as duas peças-chave do Tratado do ABC.

4. Considerações Finais

A análise dos embates entre Zeballos e o Barão do Rio Branco, no contexto da formação do Pacto ABC, destaca as profundas contradições nas relações entre Argentina e Brasil e nos debates diplomáticos entre os dois principais atores políticos retratados, os quais se revelaram como o principal desafio para a consolidação do pacto (Alsina Júnior, 2015, p. 276). A rivalidade histórica e a desconfiança mútua, intensificadas pela cobertura midiática da época, não apenas reforçaram a percepção de uma iminente ameaça de conflito, mas também complicaram a busca por um entendimento duradouro contribuindo para instabilidades. Essa dinâmica tensa expôs a vulnerabilidade do Pacto diante dos interesses conflitantes das três nações envolvidas.

Embora o Tratado do ABC tenha sido uma tentativa significativa de cooperação trilateral, as tensões subjacentes entre Argentina e Brasil impediram a sua plena realização. A proposta de Alsina Júnior (2016, p. 262), que sugere o pacto como um prenúncio do Mercosul, sublinha a importância histórica dessa iniciativa, contudo, a incapacidade de superar as rivalidades regionais resultou na fragilidade do pacto, que não conseguiu estabelecer uma base sólida para a paz e a cooperação duradoura.

Analizando por meio de um viés de repartição temporal, como a proposta por Braudel utilizada para entendimento do tema supracitado, percebem-se as influências e as relações de recortes históricos que são dinâmicos e interligados. Entender como processos longos, médios e curtos, tais como a questão hegemônica, armamentícia e de formalização do Pacto em si se entrelaçam é imprescindível, destacando como uma tripartição, de análises de longa duração, influência na consolidação, ou não, de uma cooperação tripartite.

Em conclusão, o Pacto ABC, apesar de sua relevância histórica, foi minado por interesses nacionais divergentes e pela constante ameaça de conflito, amplificada pela cobertura jornalística. Esse cenário revelou-se um obstáculo insuperável para a consolidação do pacto, refletindo os desafios que persistem até hoje nas relações entre Argentina e Brasil.

Referências

ALSINA JÚNIOR, João Paulo Soares. **Rio-Branco, grande estratégia e o poder naval**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul (Da Tríplice Aliança ao Mercosul). Rio de Janeiro: **Civilização Brasileira**, 2014.

BARNABÉ, Israel Roberto. A América do Sul pelo Barão do Rio Branco: uma análise sobre o Pacto ABC. **Cuadernos sobre Relaciones Internacionales, Regionalismo y Desarrollo**, v. 9, n. 17, p. 65-78, 2014.

BINELO, Sophia. A ORDEM E O CAOS NA AMÉRICA DO SUL: O BARÃO DO RIO BRANCO E ESTANISLAO SEVERO ZEBALLOS NA PERSPECTIVA DA REVISTA ILUSTRADA O MALHO (1908). **ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH RS: ENSINO, DIREITOS E DEMOCRACIA**, v. 13, 2006. Disponível em: <https://eeh2016.anpuh-rs.org.br/resources/anais/46/1468983113_ARQUIVO_TextoAnpuh.pdf>. Acesso em: 10/08/2024.

BRASIL - CHILE - ARGENTINA: Uma “entente” entre as três nações. Uma entrevista com o Sr. Barão do Rio Branco. Correio Paulistano (terça-feira, 29/10/1907). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/090972_06/16700>. Acesso em: 10/08/2024.

Carta de 3 de setembro de 1905 de Rio Branco ao Senhor Manoel Gorostiaga, Ministro argentino no Rio de Janeiro; trecho reproduzido no telegrama de 19 de junho de 1908 para Henrique Lisboa, Ministro do Brasil em Santiago e no Despacho Circular n.º 2, reservado, de 29 de outubro de 1908, ao Corpo Diplomático brasileiro, AHI. In: CONDURU, Guilherme Frazão. O subsistema americano, Rio Branco e o ABC. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 41, n. 2, p. 59-82, 1998.

CERVO, Amado Luiz; RAPOPORT, Mario (ORGS.). **História do Cone Sul**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2014.

CONDURU, Guilherme Frazão. O subsistema americano, Rio Branco e o ABC. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 41, n. 2, p. 59-82, 1998. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-73291998000200004>>. Acesso em 10/08/2024.

EICHNER, Elisa Felber *et al.* O Pacto ABC de 1915 e suas Implicações para a Política Externa Brasileira para o Cone Sul. **Revista Perspectiva: reflexões sobre a temática internacional**, v. 9, n. 16, p. 25-39, 2016. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/RevistaPerspectiva/article/download/71292/40454/295733>>. Acesso em 10/08/2024.

HEINSFELD, Adelar. Rio Branco e as relações do Brasil e Chile no âmbito da proposta do Pacto ABC (1915). **Revista História: debates e tendências**, v. 12, n. 1, p. 11-21, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.5335/>>

hdtv.12n.1.2679> . Acesso em: 10/08/2024.

LINS, Álvaro. **Rio Branco: biografia pessoal e história política**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

NORONHA, Júlio César de. **A organização naval**. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1950. (Subsídios para a história marítima do Brasil, IX).

ODIO IMPOTENTE. A Imprensa (Rio de Janeiro, terça-feira, 30 de novembro de 1909). Disponível em: <<http://memoria.bn.gov.br/DocReader/245038/7856>>. Acesso em: 10/08/2024.

Vacca brava na Argentina. O Malho (Rio de Janeiro, 05/12/1908). **Fundação Casa de Rui Barbosa**. Disponível em: <<http://omalho.casarui Barbosa.gov.br/index.asp?lk=14&pagina=8&qry=zaballos#>>. Acesso em 10/08/2024.

SAIANI, Renato Cesar Santejo; GREJO, Camila Bueno. O despertar da rivalidade: Os debates entre o Barão do Rio Branco e Estanislao Zaballos por meio da imprensa (1904-1908). **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, n. 22, p. 182-201, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.46752/anphlac.22.2017.2676>>. Acesso em: 10/08/2024.

SONDHAUS, Lawrence. **Naval warfare, 1815-1914**. Nova Iorque: Routledge, p. 201, 2001.



As relações bilaterais Estados Unidos-Paraguai e a Aliança para o Progresso enquanto mecanismo de manutenção da Ditadura Stroessner

United States-Paraguay bilateral relations and the Alliance for Progress as a mechanism for maintaining the Stroessner dictatorship

Stephani Witczak Domenighi¹

Larissa Locatelli²

RESUMO

O presente artigo busca compreender as relações bilaterais entre Estados Unidos e Paraguai no contexto da Guerra Fria e da ditadura de Alfredo Stroessner. O estudo utiliza do método indutivo, partindo de um caso específico para uma concepção geral da intervenção estadunidense nas ditaduras latino-americanas, ainda, fazendo o uso do método exploratório, uma vez que montou-se um acervo de fontes que foram exploradas durante a construção do artigo. Partindo do estudo de caso paraguaio, para embasamento utilizou-se fontes primárias, como documentos oficiais de acervos nacionais e norte-americanos, jornais e fontes secundárias, como bibliografias sobre o tema. Dessa forma, teve-se como principal aporte teórico a obra “As Veias Abertas da América Latina”, de Galeano (2010), o qual versa sobre a dependência histórica e econômica da América Latina perante as potências imperialistas, como os Estados Unidos. Assim, baseia-se na tese defendida pelo autor ao analisar a utilização do programa estadunidense Aliança para o Progresso enquanto mecanismo de controle ideológico e econômico na América Latina e, neste caso, no Paraguai. A linha temporal utilizada é de 1954-68, focando no governo estadunidense de Kennedy e no período da Aliança para o Progresso. Os resultados demonstram que a Aliança para o Progresso impactou na política interna e externa do Paraguai, ao pressionar Stroessner a realizar eleições livres e a implementar programas de desenvolvimento nacional, a fim de encaixar-se nas diretrizes e obter o apoio

1 Graduada no curso de Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Maria. e-mail: stephani.domenighi@acad.ufsm.br.

2 Graduada no curso de Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Maria. e-mail: larissa.locatelli@acad.ufsm.br.

financeiro desejado. Também concluiu-se, que as relações entre os dois países tiveram seu auge na década de 60, marco temporal utilizado pelo artigo. Por fim, o artigo identifica que a Aliança para o Progresso não alcançou os objetivos da Carta de Punta del Este, encontrando contradições na política externa estadunidense e sendo utilizada apenas como um mecanismo de manutenção de governos pró Estados Unidos, independente de serem democráticos.

Palavras-chave: Aliança para o Progresso. Estados Unidos. Ditadura de Stroessner.

ABSTRACT

This article seeks to understand bilateral relations between the United States and Paraguay in the context of the Cold War and Alfredo Stroessner's dictatorship. The study uses the inductive method, starting from a specific case to a general conception of US intervention in Latin American dictatorships, as well as making use of the exploratory method, since a collection of sources was assembled that were explored during the construction of the article. Based on the Paraguayan case study, primary sources were used, such as official documents from national and US collections, newspapers and secondary sources, such as bibliographies on the subject. The main theoretical contribution was Galeano's "The Open Veins of Latin America" (2010), which deals with Latin America's historical and economic dependence on imperialist powers such as the United States. It is based on the thesis defended by the author when he analyzes the use of the US Alliance for Progress program as a mechanism for ideological and economic control in Latin America, and in this case in Paraguay. The timeline used is 1954-68, focusing on Kennedy's US administration and the period of the Alliance for Progress. The results show that the Alliance for Progress had an impact on Paraguay's domestic and foreign policy by pressuring Stroessner to hold free elections and implement national development programs in order to fit in with the guidelines and obtain the desired financial support. It was also concluded that relations between the two countries peaked in the 1960s, the time frame used in the article. Finally, the article identifies that the Alliance for Progress did not achieve the objectives of the Punta del Este Charter, finding contradictions in US foreign policy and being used only as a mechanism to maintain pro-US governments, regardless of whether they were democratic.

Keywords: Alliance for Progress. United States. Stroessner dictatorship.

1. Introdução

As relações bilaterais Paraguai-Estados Unidos, decorrentes da Guerra Fria, ilustram o marco pela corrida na conquista de influência direta das grandes potências da época, em especial no que tange aos países subdesenvolvidos localizados na América Latina. O regime de Stroessner demonstra como a geopolítica estruturou as relações de poder na região, uma vez que foram utilizados mecanismos, como a Aliança para o Progresso, para exercer influência sobre governos autoritários, visando garantir a manutenção de regimes alinhados ao combate comunista. Consoante a isso, utiliza-se da obra de Eduardo Galeano “As veias abertas da América Latina” (2010), a qual discorre acerca das influências externas nas políticas internas dos países latinos e a consolidação de uma grave relação de dependência em relação às hegemonias. Outrossim, na visão de Koselleck (2006), pode-se analisar o caso paraguaio por meio do espaço de experiência e horizonte de expectativa, em que o Paraguai, diante da memória coletiva do imperialismo norte-americano, projetou expectativas acerca das relações com os Estados Unidos, o qual buscava manter a influência sobre a região.

A metodologia utilizada para o presente artigo é baseada no método indutivo, analisando o caso paraguaio e buscando compreender o contexto geral do recorte estudado. Além disso, as fontes bibliográficas e as fontes primárias foram selecionadas pelo método exploratório, objetivando um maior apanhado de informações e diferentes visões acerca do assunto. Nesse sentido, a análise documental de memorandos, cartas e despachos norte-americanos foram fundamentais para a construção da pesquisa. Ainda, o cruzamento de conteúdo entre a Carta de Punta del Este e o documento oficial paraguaio da STP possibilitou a compreensão da influência da Aliança nas políticas internas paraguaias.

Por fim, busca-se promover uma reflexão acerca das relações entre o Paraguai e os Estados norte-americanos, desenvolvendo-se o questionamento acerca da maneira como a Aliança para o Progresso condicionou a manutenção do regime Stronista a partir da década de 60, por meio de apoio financeiro e incentivos militares.

2. Contexto internacional

No cenário pós Segunda Guerra Mundial, o sistema internacional encontrava-se dividido em uma ordem bipolar, na qual duas grandes potências disputavam o controle de influência sobre o globo. “A Guerra Fria foi marcada pela disputa capitalista em estabelecer a nova ordem econômica e ideológica internacional, visando conter a ascensão do comunismo proposto pela União Soviética. Essa competição pelo poder permeou diversos âmbitos globais,

gerando impactos significativos no cenário internacional, apesar da ausência de um confronto armado direto (CERVO & BUENO, 2011, p. 289).”

Ademais, entende-se que o período marcado pela forte polarização política e ideológica global - na qual os demais países viam-se arrastados à órbita de influência de sua hegemonia -, modificou drasticamente as relações internacionais e diplomáticas das nações (MORA, 1998, p.452). Ao estender essa ótica à América, percebe-se que a intensa rivalidade de doutrinas afetou diretamente o cenário latino, promovendo intervenções em diversas regiões. Dentro desse contexto, é possível afirmar que a América Latina tornou-se um campo central nos objetivos entre as potências, acerca disso, Odd Arne Westad afirma em seu livro “The Global Cold War: Third World Interventions and the Making of Our Times: “América Latina foi um dos principais palcos das disputas da Guerra Fria, onde os Estados Unidos e a União Soviética buscaram expandir sua influência através de intervenções diretas e apoio a regimes aliados. (WESTAD, 2006, p. 144, tradução nossa).

3. Contexto regional

O anseio norte-americano pelo alinhamento ideológico dos territórios vizinhos, além da continuidade de um interesse histórico geopolítico, levou a potência a entrelaçar as relações com a América Latina. Galeano (2010, p. 289) identificou que “A partir da Segunda Guerra Mundial, consolida-se na América Latina um recuo dos interesses europeus em benefício do arrasador avanço dos investimentos norte-americanos”. Dessa forma, o fortalecimento da influência norte-americana nos governos abaixo do rio Grande representou, em suma, a manutenção da dependência latina em relação aos norte-americanos, traduzindo-se em acordos de cooperação, concessões econômicas e militares e, principalmente, o combate ao comunismo (FICO, 2008, p. 55).

Nesse sentido, América Latina foi palco para a ocorrência de inúmeros golpes militares, sendo implementados, em sua maioria, com o apoio estadunidense no intuito de frear os respingos do comunismo da União Soviética (PRADO, 2014 p.169). Os regimes foram uma realidade da região a partir de meados da década de 50, com o Paraguai de Stroessner, seguido de golpes no Brasil, Argentina, Uruguai, Chile, Bolívia e Peru. Os eventos do fim da década representaram um acirramento da disputa bipolar na região, em virtude da derrubada de Fulgêncio Batista e a ascensão de Fidel em Cuba, instaurando o comunismo no quintal dos Estados Unidos (PRADO, 2014, p.168). Junto a isso, Fico (2008, p. 58) reflete que os esforços realizados até então não eram suficientes para manter os países latino-americanos nas rédeas estadunidenses, uma vez que as relações Estados Unidos-América Latina não impediram a tomada comunista em Cuba.

4. Aliança para o Progresso

O início do governo Kennedy proporcionou a institucionalização e o lançamento da Aliança para o Progresso, um “[...] esforço sustentado para o desenvolvimento econômico e progresso social” da América Latina. Tyvela (2011, p. 307)³ analisa a aliança como um mecanismo preventivo para o possível surgimento de outro Fidel, evitando, primeiramente, as insatisfações sociais com outro Batista. Logo, a Aliança para o Progresso buscou não apenas um alinhamento ideológico com os Estados Unidos, mas

The achievement by each of the countries of the area of permanently democratic and fully representative governments, supported by broadly based viable economies, in order that they may become active participants in the world community and firmly established on the side of western democracy in the world power struggle⁴.

Com isso, a Aliança para o Progresso, em sua letra fria, procurou valorizar os governos assumidamente democráticos, sendo uma condicionante para a obtenção de assistência financeira, investimentos externos diretos e treinamentos militares dos Estados Unidos. As diretrizes contidas nos documentos históricos americanos demonstram que, em conjunto com o objetivo de promover o desenvolvimento dos países da América Latina, tinham-se propostas de fortalecer o intercâmbio cultural americano, como materiais informativos anticomunistas e obras sobre democracia de autores americanos (DEPARTMENT OF STATE, 611.20/6-261, 1961).

Entretanto, os princípios da Aliança não podem ser vistos como estritamente originais. Poucos anos antes, o ex-presidente brasileiro Juscelino Kubitschek lançou a proposta da Operação Pan-americana (OPA), a qual defendia o desenvolvimento econômico por meio da cooperação internacional e investimento estrangeiro. Embora a proposta de JK não tenha sido levada adiante formalmente, os próprios criadores da Aliança assumem o papel do OPA para sua institucionalização⁵. Para formalizar os objetivos da Aliança, foi firmado a Carta de Punta del Este⁶,

3 Draft Memorandum From the Consultant to the Task Force on Latin America (Gordon) to the President's Assistant Special Counsel (Goodwin). Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1961-63v12/d5>>. Acesso em 8 de agosto de 2024.

4 [Tradução nossa]: A obtenção, por cada um dos países da área de governos permanentemente democráticos e plenamente representativos, apoiados por economias viáveis de base ampla, para que possam tornar-se activos participantes da comunidade mundial e firmemente estabelecidos ao lado da democracia ocidental na luta pelo poder mundial. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1961-63v12/d15>>. Acesso em 2 de agosto de 2024.

5 Memorandum From the Deputy Assistant Secretary of State for Inter-American Affairs (Goodwin) to President Kennedy. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1961-63v12/d43>>. Acesso em: 02 de agosto de 2024.

6 Carta de Punta del Este, 1961. Disponível em: <<https://www.dipublico.org/119066/carta-de-punta-del-este-1961/>>. Acesso em 29 de julho de 2024.

delineando objetivos pautados no fortalecimento de programas de cooperação e projetos de desenvolvimento nacional dos países latino-americanos. Assim, a Carta destacava condições básicas para alcançar as metas propostas, caracterizadas pela aplicação do modelo institucional democrático norte-americano. Desse modo, Ioris e Mozer (2019, p. 531) destacam que a Aliança “[...] se revelou, muitas vezes, uma política muito mais comprometida com o fluxo de capital estadunidense do que com o avanço socioeconômico”.

Ainda, atas de reuniões da política externa estadunidense⁷ demonstram que a estratégia de promoção da Aliança embasava-se na persuasão, juntamente com a utilização de órgãos já institucionalizados, como a OEA e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - ligado formalmente à proposta. Ao mesmo tempo, as promessas americanas eram altas, cerca de US\$1 bilhão no ano inicial, chegando até US\$20 bilhões de investimento público e privado (TYVELA, 2011, p. 303). O acesso aos auxílios financeiros concretizariam-se apenas com as reformas democráticas internas, assim como afirma a ata de Coppock (1961), “Reforms have to be built into the country programs and it must be clear that the financing of the plan is dependent on the reforms being carried out”⁸. Logo, com a Aliança para o Progresso, criou-se uma pressão nas ditaduras latino-americanas a aderirem o modelo liberal democrático estadunidense e, ao mesmo tempo, impedir a insurreição comunista.

5. A Ditadura de Stroessner no Paraguai

Condicionado pelo contexto internacional de polarização política juntamente com a pressão exercida pelo governo norte-americano, em especial no Cone Sul, o cenário político paraguaio contou com diversos períodos de instabilidade. Tendo isso em mente, o governo de Frederico Chaves foi fortemente marcado por uma grave crise econômica decorrente da não recuperação social da destruição resultante da Guerra do Chaco⁹. A forte crise econômica e a aproximação com Perón geraram um descontentamento generalizado dentro do país, levando a deposição de Chaves por meio de um golpe de Estado, apoiado pelos Estados Unidos e administrado

7 Summary Minutes of Meeting. Disponível em: Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1961-63v12/d35>>. Acesso em 2 de agosto de 2024. <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1961-63v12/d35>>. Acesso em: 20 de julho de 2024.

8 [Tradução nossa]: “As reformas devem ser incorporadas aos programas do país e deve ficar claro que o financiamento do plano depende da implementação dessas reformas.”. Summary Minutes of Meeting. Disponível em: ><https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1961-63v12/d35><. Acesso em 2 de agosto de 2024.

9 Conflito entre o Paraguai e a Bolívia, que se estendeu de 1932 a 1935, pela disputa territorial na região do Chaco Boreal, tendo como motivo propulsor a descoberta de reservas petrolíferas no local. (BANDEIRA, L. A., 1998).

por Stroessner e Méndez, dando início à Ditadura Civil-Militar no Paraguai (ROLLEMBERG & QUADRAT, 2010, p. 396).

Com isso, para consolidar o regime ditatorial, Stroessner concentrou seu poder em duas instituições consideradas chaves: as Forças Armadas e o Partido Colorado, assim, como mencionado por Paul Lewis “[...] o primeiro dava-lhe a força bruta que os ditadores requerem, enquanto o segundo lhe propiciava a base popular de que poucos governos militares desfrutaram” (LEWIS, 2018, p.280). Dessa forma, o “Stronato” manteve-se por meio da ligação entre ambas instituições. Sobre os primeiros anos de mandatário, afirma Myrian González Vera “os primeiros anos de governo, seus principais opositores foram separados, detidos ou mandados para o exílio. As atividades políticas e sociais estavam proibidas e sob repressão direta, não havendo liberdade de expressão nem de imprensa. (VERA, 2011, p. 396.)

Ademais, acerca do período inicial do regime ditatorial de Stroessner, analisa-se o contexto social e político estabelecido no país por meio do Despacho do encarregado do Paraguai ao Departamento de Estado¹⁰, no qual Andrew B. Wardlaw¹¹ relata sobre o primeiro ano de mandato de Alfredo Stroessner. Nas palavras do encarregado: “He has preponderant backing from the military, which has benefitted from substantial pay raises, promotions, and Stroessner’s interest in advancing its professional status¹²” (DEPARTMENT OF STATE, 734.00/9-155, 1955), isto é, nos primeiros anos de mandato Stroessner, houve uma mobilização das forças militares em seu apoio para reforçar a repressão social de grande parte da população. Ainda, Andrew também relata sobre a baixa popularidade social do General decorrente da incitação da violência política, uma vez que ele afirma que “A substantial part, perhaps a majority, of the Paraguayan people are, to be sure, opposed to, or discontented with the Stroessner administration¹³” (DEPARTMENT OF STATE, 734.00/9-155, 1955). Por fim, ainda cabe ressaltar que o governo de Stroessner buscou fundos de investimento externos voltados a adquirir aparatos militares e financiar projetos de infraestrutura para consolidar sua posição no governo (MORA, 1998, p.457). Tendo isso em mente, Andrew Wardlaw menciona em suas observações acerca da posição de Stroessner no Paraguai os pilares que consolidam sua estratégia de governo:

10 Despatch From the Chargé in Paraguay (Wardlaw) to the Department of State. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1955-57v07/d494>>. Acesso em: 07 de agosto de 2024.

11 Encarregado de negócios norte-americanos com o Paraguai.

12 [Tradução nossa]: “Ele conta com um apoio preponderante das forças armadas, que se beneficiaram de aumentos salariais substanciais, promoções e do interesse de Stroessner em promover seu status profissional.”

13 [Tradução nossa]: “Uma parte substancial, talvez a maioria, do povo paraguaio, certamente se opõe ou está insatisfeita com o governo de Stroessner.”

The Administration's success in negotiating economic agreements with Bolivia and Uruguay, in obtaining Brazilian cooperation in the building of roads, and in procuring foreign financing for important public works projects have been definite assets to its public relations position (Department of State, 734.00/9-155, 1955).¹⁴

Assim, compreende-se a relação entre Paraguai-Estados Unidos como um dos principais pilares na consolidação do regime stronista, como já afirmado por Frank Mora “Economic and financial assistance was needed by Stroessner to prop up his regime”¹⁵ (MORA, 2018, p. 461). Assim, analisa-se que a aquisição de capital externo, visando a construção de obras públicas e o financiamento agrícola, subsidiou as reformas internas do país e, simultaneamente contribuiu na jornada imperialista estadunidense, pois “A ajuda externa desempenha, em primeiro lugar, uma função interna: a economia norte-americana se ajuda a si mesma” (GALEANO, 2010, p. 320).

6. Cooperação Estados Unidos-Paraguai

6.1 *Um breve histórico das relações Estados Unidos e Paraguai*

O Paraguai, historicamente, empenhou-se por manter relações diplomáticas e comerciais com os Estados Unidos, buscando a inserção no cenário internacional por meio do apoio e financiamento norte-americano. Essa relação amigável de ambos países é fortemente retratada em jornais estrangeiros desde a década de 50, os quais definem o Paraguai como “friendly to uncle Sam”¹⁶ e noticiam diversos encontros diplomáticos entre os chefes de Estado.¹⁷ Entretanto, entende-se as relações bilaterais estadunidenses como uma estratégia de aumento da influência política e econômica sobre a região, uma vez que o Paraguai se torna dependente da política externa dos Estados Unidos em todos os âmbitos internos (ROLON, 2010, p. 104).

14 [Tradução nossa]: “O sucesso do governo em negociar acordos econômicos com a Bolívia e o Uruguai, em obter cooperação do Brasil na construção de estradas e em garantir financiamento externo para importantes projetos de obras públicas tem sido um ativo definitivo para sua posição nas relações públicas.”

15 [Tradução nossa]: “Assistência econômica e financeira foi necessária por Stroessner para impulsionar o seu regime”.

16 The Key West citizen. [volume], July 02, 1954, Page 5 Disponível em: <<https://chroniclingamerica.loc.gov/lccn/sn83016244/1954-07-02/ed-1/seq-5/#date1=1950&index=3&date2=1963&words=Stroessner&searchType=basic&sequence=0&sort=date&state=&rows=20&proxtext=stroessner&y=25&x=9&dateFilterType=yearRange&page=1>>. Acesso em: 04 de agosto de 2024.

17 Evening star. [volume], June 18, 1953. Disponível em: <<https://chroniclingamerica.loc.gov/lccn/sn83045462/1953-06-18/ed-1/seq-40/#date1=1950&index=0&date2=1963&words=Stroessner&searchType=basic&sequence=0&sort=date&state=&rows=20&proxtext=stroessner&y=25&x=9&dateFilterType=yearRange&page=1>>. Acesso em: 04 de agosto de 2024.

Sendo assim, o governo paraguaio expôs-se à influência externa direta do governo norte-americano em diversos momentos da história em contrapartida de recebimento de capital estrangeiro, como afirma Frank O. Mora “The period between 1945 and 1947 provides a glimpse into US interference, heavy-handedness and hard power leverage in Paraguayan domestic affairs” (MORA, 1998, p. 455)¹⁸. Consoante a isso, subentende-se que além das relações diplomáticas, o Paraguai manteve-se muito próximo aos Estados Unidos no que tange ao âmbito comercial, no qual pode-se afirmar que a hegemonia norte-americana tornou-se a segunda maior parceira na análise de importações - 20.3% - e exportações - 24.2%¹⁹-, impactando diretamente na economia do país, visto que controlava ¼ das transações paraguaias (MORA, 1998, p. 433)

Ademais, evidencia-se na política externa do Paraguai um fortalecimento dos laços diplomáticos e comerciais com a potência estadunidense no período que se refletiu a ditadura do General Alfredo Stroessner (1954-1989). Dentro dessa premissa, observa-se o memorando de solicitação de auxílio financeiro e assistência militar requeridas por parte de Stroessner à Casa Branca²⁰, o qual ressalta o interesse do General em um acordo bilateral entre os países. No memorando, o encarregado do Paraguai, Albert E. Carter, afirma que “O Presidente então levantou vários itens sobre os quais ele disse que o Paraguai precisava de assistência na forma de empréstimos dos EUA ou apoio dos EUA para os empréstimos” (Departamento de Estado, Arquivos Centrais, 1957). Portanto, permanece evidente a clara intenção de Stroessner de formalizar acordos bilaterais de assistência financeira e militar com o país norte-americano para sustentar o regime militar imposto no Paraguai, com base nas necessidades do país para o desenvolvimento econômico interno por meio do plano de desenvolvimento instaurado e a repressão populacional por meio do viés militar e violento, concluindo por meio de Frank O. Mora:

The USA was more than happy to provide aid to a friend while it built up the leverage that guaranteed Paraguayan loyalty and compliance for years to come. In the critical years of the regime's consolidation (1954-61), the total US aid package plus loans contracted via US-controlled international banking institutions reached US\$53.2 million, an average of more than US\$6 million a year (Mora, 1998, p. 461).²¹

18 [Tradução nossa]: O período entre 1945 e 1947 oferece um vislumbre da interferência dos EUA, do uso de força bruta e da influência do poder duro nos assuntos internos do Paraguai.

19 “Geographic distribution of Paraguay's exports and imports (% of distribution)” in Mora, 1988, p. 433.

20 Despacho do Encarregado do Paraguai (Carter) ao Departamento de Estado (tradução nossa). Disponível em: < <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1955-57v07/d504>>. Acesso em: 20 de julho de 2024.

21 [Tradução nossa]: “Os EUA estavam mais do que felizes em fornecer ajuda a um amigo

6.2 *A Aliança para o Progresso no Paraguai*

O final da década de 50, para o Paraguai, representou uma intensa crise política no governo Stroessner e, ao mesmo tempo, o cenário latino-americano evidenciava a dificuldade de resultados dos esforços americanos no combate ao comunismo. Assim, o aprofundamento das relações Estados Unidos-Paraguai se deu, em suma, com o governo Kennedy e o lançamento da Aliança para o Progresso na década de 60 (TYVELA, 2011, 303). As dificuldades do regime Stroessner em se encaixar nas diretrizes da Carta de Punta del Este, juntamente com os movimentos sociais de descontentamento, motivou reuniões e trocas de cartas frequentes entre as autoridades americanas e paraguaias. As visitas posteriores, como a de Adlai Stevenson²², abriram espaço para uma visão negativa dos Estados Unidos em relação ao Paraguai, uma vez que o governo, nas mãos de Stroessner, não fazia jus às diretrizes democráticas da Aliança (TYVELA, 2011, p. 305). A conversa entre Stevenson e Stroessner revelou que, por um lado, o presidente paraguaio continuava a insistir no aumento da assistência e, por outro, a visão do embaixador se detinha na má reputação do Paraguai no exterior, sendo, os Estados Unidos, incapaz de aumentar a ajuda.

Por outro lado, Stroessner estava convicto da legitimidade de seu governo, prometendo, ainda, que as eleições de 1963 seriam realizadas de forma livre, para a felicidade de Kennedy (MORA & CARDOZA 1995, p.238). A linha de Stevenson não era unânime nas reuniões estadunidenses, logo, com o surgimento do novo embaixador no Paraguai, William Snow²³, iniciavam-se desentendimentos entre os políticos. Snow, ao visitar Assunção, concluiu que a pressão estadunidense em querer uma mudança drástica no governo paraguaio pode abrir espaço para um novo Fidel Castro, ou seja, uma tomada comunista (TYVELA, 2011, p. 307). Seguindo o caminho traçado pelo embaixador, Woodward²⁴ afirmou que tornar pública uma possível suspensão dos auxílios da Aliança para o Progresso para o Paraguai, em virtude do não seguimento das políticas norte-americanas, seria um grande erro. Isso, segundo Woodward, poderia ser considerado uma intervenção em assuntos internos, logo, a Aliança

enquanto construíam a alavancagem que garantiu a lealdade e conformidade do Paraguai nos anos seguintes. Nos anos críticos da consolidação do regime (1954-61), o pacote total de ajuda dos EUA, mais os empréstimos contratados através de instituições bancárias internacionais controladas pelos EUA, atingiu US\$53,2 milhões, uma média de mais de US\$6 milhões por ano.

22 Embaixador dos Estados Unidos na Organização das Nações Unidas de 1961 a 1965.

23 Embaixador dos Estados Unidos no Paraguai de 1961 a 1967.

24 Robert F. Woodward, Diplomata dos Estados Unidos focado nas relações com a América Latina (meados de 1950 a 1961).

para o Progresso deveria ter continuidade cautelosamente, a fim de não sujar a imagem dos Estados Unidos e impedir qualquer possibilidade de um governo comunista. As discussões continuavam dentro dos Estados Unidos, o próprio coordenador da Aliança para o Progresso, Teodoro Moscoso, discordava da decisão tomada a partir dos embaixadores Snow e Woodward. Assim, Moscoso defendeu a letra fria da Carta de Punta del Este, afirmando que as concessões financeiras ao Paraguai só aconteceriam se a democratização fosse evidente. O presidente Stroessner contrariava e defendia seu governo, afirmando que a burocracia da Aliança era o que impedia o Paraguai de avançar politicamente.

Embora Stroessner tenha assumido uma postura defensiva em relação ao seu governo, nota-se que o medo da retirada do capital estadunidense o incomodava. Pereira Junior (2018, p. 90) destaca que, a fim de promover uma maior organização pública no desenvolvimento e industrialização, criou-se diversos programas e órgãos no Paraguai, como a Secretaria Técnica de Planificación (STP). A STP, oficializada em 1962, por sua vez, foi responsável pela elaboração de políticas e planos de desenvolvimento econômico, dialogando diretamente com as diretrizes da Aliança para o Progresso, o qual “[...] introduziu o conceito de planejamento e programa de longo-prazo”²⁵ O documento de Planificación Nacional da STP destaca que o plano de desenvolvimento paraguaio foi formulado em torno de metas de curto, médio e longo prazo, citando a cooperação internacional e a iniciativa privada no alcance desses objetivos e, ao mesmo tempo, elencando a justiça social como prioritária (Pereira Junior, 2018, p. 90). Tais princípios mencionados se assemelham aos descritos na Carta de Punta del Este, a qual orienta “[...] que se ejecuten, de acuerdo con los principios democráticos, programas nacionales de desarrollo económico y social, amplios y bien concebidos, encaminados a lograr un crecimiento autosuficiente” (PUNTA DEL ESTE, 1961, cap. 2, art. 1).²⁶ Ainda, no capítulo III da Carta, têm-se como requisito para obter os auxílios da Aliança “programas nacionais de desenvolvimento”, em que os países latino-americanos deveriam implementar sistemas de longo e curto prazo para atender demandas econômicas, agrícolas, sociais e políticas (PUNTA DEL ESTE, 1961, cap. 3). Da mesma forma, a STP, no seu primeiro plano de 1965-66, buscava “[...] el mejoramiento continuo de las condiciones de vida del hombre paraguayo, de los habitantes de la nación”²⁷, baseando-se em princípios de liberdade e democracia, assim como a Aliança exigia.

25 Memorandum From the Deputy Assistant Secretary of State for Inter-American Affairs (Goodwin) to President Kennedy: Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1961-63v12/d43>> Acesso em: 21 de julho 2024.

26 [Tradução nossa]: “Que sejam implementados, de acordo com os princípios democráticos, programas nacionais de desenvolvimento econômico e social, amplos e bem concebidos, destinados a alcançar um crescimento autossuficiente.”.

27 20 años de planificación en la República del Paraguay. 1962-1982. Asunción: Presidencia de la República; Secretaría Técnica de Planificación del Desarrollo Económico y Social, 1982.

La influencia de la Alianza para el Progreso bajo neto predominio norteamericano tuvo su reflejo en la creación de la Secretaría Técnica de Planificación, iniciado en base al estudio de factibilidad y recomendaciones de un equipo técnico extranjero [...] entendido éste como el proceso y las fases que transitó la sociedad paraguaya para sobrevivir, crecer, declinar en cierto momento por la presión de fuerzas externas, y recuperarse lentamente después.²⁸

As tentativas do regime paraguaio em se encaixar nas condições exigidas da Aliança, juntamente com as divergências na política externa estadunidense, tornaram as relações entre os dois países uma montanha russa. Embora o governo Kennedy seja o auge da cooperação com o Paraguai (MORA & CARDOZA, 1995, p. 239), sobretudo em virtude da Aliança, o presidente paraguaio continuava insatisfeito, afirmando que o Paraguai, dentre todos os outros da América do Sul, havia sido indiscutivelmente leal aos Estados Unidos, portanto, deveria obter mais auxílios e créditos, em especial no âmbito agrícola²⁹. As discussões internas americanas continuavam, projetando-se, por parte de Snow, o auxílio financeiro de US\$65 milhões e, na realidade, um real investimento de US\$46 milhões, sem qualquer evidência de alinhamento democrático (TYVELA, 2011, p. 315). Em conjunto com os créditos bancários, o auxílio estadunidense no período de 1962 a 1966 somou-se em US\$77,9 milhões, como analisa Mora (1998, p. 463).

Como uma das promessas de Stroessner, as eleições de 1963, aos olhos americanos, permitiram a participação de dois partidos da oposição, apesar de, na visão de Pereira Junior (2018, p. 40), ser apenas uma tentativa de “[...] construir uma fachada democrática e assegurar a estabilidade do regime [...] forma encontrada para que o Paraguai se beneficiasse do projeto ‘Aliança para o Progresso’”. Stroessner se reelegeu com 90% dos votos e, mesmo encontrando irregularidades na transparência, as autoridades americanas concluíram que seus objetivos foram cumpridos, “Stroessner permaneceu firmemente no controle e apoiando os objetivos dos Estados Unidos na Guerra Fria” (TYVELA, 2011, p. 316, tradução nossa). Portanto, o que, inicialmente, foi criado para influenciar na democratização e desenvolvimento dos países latino-americanos se tornou,

28 [Tradução nossa]: “A influência da Aliança para o Progresso, com clara predominância norte-americana, refletiu-se na criação da Secretaria Técnica de Planejamento, iniciada com base no estudo de viabilidade e nas recomendações de uma equipe técnica estrangeira [...] entendido como o processo e as fases que a sociedade paraguaia atravessou para sobreviver, crescer, declinar num determinado momento devido à pressão de forças externas e depois recuperar lentamente.” O editorial de La Tribuna demonstra a opinião pública da sociedade paraguaia em relação à Aliança para o Progresso e seus desdobramentos nas políticas internas. La planificación en el desarrollo del país. La Tribuna, Asunción, 11 jan. 1979. Economía, p. 04.

29 Memorandum of Conversation. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1964-68v31/d465>. Acesso em: 20 de julho de /2024.

no caso do Paraguai, um mecanismo de manutenção do regime stronista - fiel ao lado estadunidense na Guerra Fria - e, à potência líder, apenas “um bom negócio para a economia dos Estados Unidos, assim como para o tesouro deste país” (GALEANO, 2010, p.321).

[...] em suma, la ayuda económica, de desarrollo y de seguridad, provista por Estados Unidos, junto con la legitimidade outorgada por Washington como resultado de las devociones política e ideológica de Paraguay hacia su política en la guerra fría, ayudó a Stroessner a consolidar su cleptocracia semitotalitaria” (MORA & CARDOZA, 1995, p. 240).³⁰

7. Considerações finais

O conflito bipolar mundial condicionou uma disputa de poder, sobretudo, nas franjas das potências centrais, o que resultou numa gama de experiências e expectativas distintas por parte dos países latino-americanos. A partir de Koselleck (2006), analisa-se que, no Paraguai, o Presidente Stroessner cultivou uma expectativa em relação às relações com os Estados Unidos baseada na espera de um maior entrelaçamento da cooperação bilateral e do aumento de investimentos diretos e, para os norte-americanos, uma expectativa em relação ao alinhamento ideológico como forma de aumentar a balança de poder estadunidense na Guerra Fria. Ainda, o espaço de experiência da nação paraguaia foi construído, assim como de outros países latino-americanos, com uma base de superexploração imperialista, o que moldou as perspectivas externas stronistas.

Na visão teórica de Galeano (2010), a dependência criada desde a colonização, condicionou a submissão dos países latino-americanos aos Estados Unidos. No caso do Paraguai, a dependência externa e o anseio pela adoração da grande potência neoliberal, colocou o país platino numa situação de subordinação ao modelo americano em troca de benefícios financeiros e comerciais. No entanto, apesar das tentativas desenfreadas do Paraguai em entrar e, sobretudo, manter-se na Aliança para o Progresso, os Estados Unidos não foram rígidos em suas diretrizes como prometiam. Inicialmente, exigiam a redemocratização dos países latino-americanos e, ao passar dos anos e ao acirrar-se a Guerra Fria, o interesse primordial passou a ser apenas a manutenção de governos pró Estados Unidos, independente de haver desrespeito às liberdades individuais ou não.

O programa criado por Kennedy, além das incongruências em suas condições de participação, também foi incapaz de atingir seus objetivos de

30 Tradução nossa: “Em suma, a ajuda econômica, de desenvolvimento e de segurança fornecida pelos Estados Unidos, junto com a legitimidade concedida por Washington como resultado das devoções política e ideológica do Paraguai à sua política na Guerra Fria, ajudou Stroessner a consolidar sua cleptocracia semitotalitária.”

desenvolvimento na América Latina, servindo, apenas, como um mecanismo de manutenção dos governos ditatoriais ao lado dos estadunidenses e, ainda, agravando questões de escassez na América Latina (GALEANO, 2010, p. 21).

Referências

20 años de planificación en la República del Paraguay. 1962-1982. Asunción: Presidencia de la República; Secretaría Técnica de Planificación del Desarrollo Económico y Social, 1982.

BANDEIRA, Luiz Alberto. A Guerra do Chaco. **Revista brasileira de política internacional**, v. 41, p. 162-197, 1998.

CARTA DE PUNTA DEL ESTE, Punta del Este, Uruguay, 1961. Disponível em: <<https://www.dipublico.org/119066/carta-de-punta-del-este-1961/>>. Acesso em 6 de agosto de 2024.

CARTER, Albert [memorandum]. Addressee: Department of State. Asunción, August 20, 1957. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1955-57v07/d504>>. Acesso em: 02 de agosto de 2024.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 4. ed. Brasília: Editora Unb, 2011. 595 p.

Draft Memorandum From the Consultant to the Task Force on Latin America: GORDON, Lyndon [Memorandum]. Addressee: GODWIN, Richard. Washington, March 6, 1961. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1961-63v12/d5> Acesso em: 2 ago. 2024.

FICO, Carlos. **Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas**. FGV Editora, 2008.

GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&Pm, 2010. 400 p.

GODWIN, Richard [Memorandum]. Addressee: KENNEDY, John. Washington, March 14, 1962. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1961-63v12/d43>. Acesso em 23 jul. 2024.

IORIS, Rafael R.; MOZER, Josiane. Parceiros em quê? A Aliança para o Progresso e a política editorial de modernização da América Latina no contexto da Guerra Fria. **Esboços. Florianópolis**, v. 26, n. 43, p. 529-548, 2019.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto & PUC-RIO, 2006, pp. 21-39 & 305-327.

LEWIS, Paul. Paraguay under Stroessner. ed. The University of North Carolina Press, 1980.

Miguel H. López ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha V. (orgs.). A Construção Social dos Regimes Autoritários: legitimidade, consenso

e consentimento no século XX (Brasil e América Latina). Rio de Janeiro: **Civilização Brasileira**, 2010.

MORA, Frank O., and Luz María Villasana Cardoza. Poder Duro y Poder Blando: **La Influencia En Las Relaciones Estados Unidos-Paraguay**. Foro Internacional, vol. 35, no. 2 (140), 1995, p. 219–61.

MORA, Frank O. The Forgotten Relationship: United States-Paraguay Relations, 1937-89. **Journal of Contemporary History** 33, no. 3, 1988, 451–73.

PEREIRA JUNIOR, Paulo Alves. **O arauto de uma nova alvorada no Paraguai: Ideologia e política em “La Tribuna”** (1978-1983), 2018, p. 40-125.

Planificación y aprovechamiento energético. **La Tribuna**, Asunción, 12 jan. 1979. Opinión, p.10.

PRADO, Maria Ligia; PELLEGRINO, Gabriela. **História da América Latina**. São Paulo: Contexto: 2014, pp. 167-183.

Summary Guidelines Paper. Kennedy Library, National Security Files, Latin America, April-August. Washington, July 3, 1961. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1961-63v12/d15>. Acesso em: 6 ago. 2024.

Summary Minutes of Meeting. Department of State, Interdepartmental Committee on Foreign Economic Policy Files: Lot 65 D 68, Interdepartmental Committee of Under Secretaries on Foreign Economic Policy, Alliance for Progress. Washington, November 29, 1961. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1961-63v12/d35>>. Acesso em 5 jul. 2024.

TYVELA, K. A Slight but Salutory Case of the Jitters: The Kennedy Administration and the Alliance for Progress in Paraguay. **Diplomacy & Statecraft**, 22(2), 300–320, 2011.

WARDLAW, Andrew [memorandum]. Addressee: Department of State. Asunción, September 1, 1955. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1955-57v07/d494>>. Acesso em: 07 ago. 2024.

WESTAD, Odd Arne. **The Global Cold War: Third World Interventions and the Making of Our Times**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.



De Vargas a Lula: O tema da fome na Política Externa Brasileira¹

*From Vargas to Lula:
The Issue of Hunger in Brazilian Foreign Policy*

Isadora Brand Fabrizio²

Günther Richter Mros³

RESUMO

O desafio da fome coletiva tem sido uma das principais batalhas pela sobrevivência desde os primórdios da história humana. Josué de Castro, ativista do combate à fome, alertou-nos sobre as consequências deste fenômeno. Para ele, a fome é um fenômeno social “geograficamente universal e generalizado”, não poupando continente algum de seus efeitos (Castro, 1984, p. 56). Infelizmente, décadas depois de seus escritos, a fome continua sendo um dos maiores desafios da atualidade. Além disso, a temática da fome no Brasil voltou a ser urgente após o país ingressar novamente no Mapa da Fome em 2020 (Brasil, 2023), mesmo sendo considerado uma potência mundial na produção de alimentos. Assim, o trabalho tem como objetivo estudar como a política externa brasileira engajou-se na luta contra a fome a partir de uma revisão histórica das políticas de combate à fome no Brasil, bem como a participação do país junto à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). Com as duas Grandes Guerras no século XX, a temática da fome e da segurança alimentar passou a se inserir nos debates internacionais e nacionais. Por isso, o trabalho tem como objetivos analisar o papel de liderança do Brasil no tema da alimentação, resgatando os primórdios do estabelecimento da política de enfrentamento da fome e da desnutrição no país na Era Vargas, e investigar a atuação direta do país em iniciativas vinculadas à FAO nos governos de Luiz Inácio Lula da

1 Pesquisa realizada a partir do Trabalho de Conclusão de Curso em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

2 Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Maria; Bolsista de Iniciação Científica FIPE Júnior e do Grupo de Estudos Interdisciplinares e de Pesquisas em Relações Internacionais (GEIPRI). E-mail: isadora.brand@acad.ufsm.br.

3 Professor Doutor do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: gunther.mros@ufsm.br.

Silva. Como resultados iniciais, percebe-se diferentes formas de intervenção na área de alimentação ao longo do último século “a partir do jogo de interesses econômicos, sociais e políticos” (Vasconcelos, 2005) no país. Além disso, a partir do novo século, sob os governos Lula, o tema da fome ganhou maior destaque e a participação brasileira se intensificou, contribuindo significativamente para a construção de uma ordem internacional mais justa, inclusiva e que atenda melhor às demandas dos países em desenvolvimento.

Palavras-chave: Política Externa Brasileira. Fome. FAO.

ABSTRACT

The challenge of collective hunger has been one of the main battles for survival since the dawn of human history. Josué de Castro, an activist in the fight against hunger, warned us about the consequences of this phenomenon. For him, hunger is a social phenomenon that is “geographically universal and widespread”, sparing no continent from its effects (Castro, 1984, p. 56). Unfortunately, decades after his writings, hunger remains one of the greatest challenges of our time. Moreover, the issue of hunger in Brazil has regained urgency after the country re-entered the Hunger Map in 2020 (Brazil, 2023), despite being considered a global powerhouse in food production. Thus, this study aims to examine how Brazilian foreign policy has engaged in the fight against hunger through a historical review of hunger combat policies in Brazil, as well as the country’s participation with the United Nations Food and Agriculture Organization (FAO). With the two World Wars of the 20th century, the issue of hunger and food security became a central topic in both international and national debates. Therefore, the objectives of this study are to analyze Brazil’s leadership role in food-related issues by tracing the origins of the country’s anti-hunger and malnutrition policies during the Vargas Era and to investigate Brazil’s direct involvement in FAO-related initiatives during the governments of Luiz Inácio Lula da Silva. Initial results indicate that different forms of intervention in the area of food have emerged over the past century, shaped by “economic, social, and political interests” (Vasconcelos, 2005) within the country. Additionally, in the 21st century, under Lula’s administrations, the issue of hunger gained greater prominence, and Brazil’s participation intensified, significantly contributing to the construction of a more just, inclusive international order that better addresses the demands of developing countries.

Keywords: Brazilian Foreign Policy. Hunger. FAO.

Introdução

A alimentação é a mais básica das necessidades humanas, além de ser considerada a origem da socialização, “[...] pois, nas formas coletivas de se obter a comida, a espécie humana desenvolveu utensílios culturais diversos, talvez até mesmo a própria linguagem” (Carneiro, 2005, p. 71). Por constituir uma necessidade fisiológica dos seres humanos, o seu oposto é visto como um dos maiores desafios globais. O célebre intelectual brasileiro Josué de Castro já assinalava que “[...] o fato universalmente comprovado de que ela [a fome] constitui a causa mais constante e efetiva das guerras e a fase preparatória do terreno, quase que obrigatória, para a eclosão das grandes epidemias” (Castro, 1984, p. 30). Já para Carneiro (2003, p. 9), “A história da alimentação é a história da luta contra a fome. Nem sempre essa luta tem sido vitoriosa para a humanidade”.

Apesar da problemática da fome ser uma constante na história da humanidade, o tema demorou a ser investigado e analisado dentro da academia e da arena política, ao ponto de Josué de Castro considerá-la como um dos tabus da nossa civilização (Castro, 1984, p. 30). Tampouco as origens da fome eram bem delimitadas, “Menos de duzentos anos atrás, a fome era considerada uma condição natural ou inevitável e necessária, para além do governo do homem”⁴ (Vernon, 2007, p. 2, tradução nossa). Ao final do século XVIII e início do século XIX, os economistas Adam Smith e Thomas Malthus concordavam que o livre mercado deveria regular “a moderna política econômica da fome”⁵ (Vernon, 2007, p. 3, tradução nossa), sem a intervenção do Estado para prover as necessidades básicas da população carente, entretanto, essa visão passa a ser criticada a partir do “descobrimento” da fome no Império Britânico, quando esta é vista como um problema social e gerada pela falha do mercado em fornecer bem-estar para a população (Vernon, 2007, p. 3-4).

No Brasil, o pernambucano Josué de Castro foi o responsável por quebrar a “conspiração do silêncio” em torno da problemática da fome, tendo coragem de trazer o assunto em meio ao debate político e acadêmico brasileiro em meados do século passado (Soares, 2003, p. 8-10). No célebre trabalho *Geografia da Fome* lançado em 1946, Castro traz um olhar multidisciplinar sobre a fome no Brasil, dividindo o país em cinco diferentes áreas de alimentação, as quais divergem a partir de manifestações permanentes de fome - ou seja, fome endêmica - ou manifestações transitórias chamadas de áreas de epidemia de fome, além das áreas de subnutrição (Castro, 1984, p. 59).

Este mapa produzido por Josué de Castro por meio de geoprocessamento e da abordagem de diversas disciplinas pode ser considerado como a primeira cartografia da fome do Brasil: metade da população apresentava carências nutricionais

4 Original em inglês: “Less than two hundred years ago hunger was considered either a natural condition or an inevitable and necessary one, beyond the government of man”.

5 Original em inglês: “the modern political economy of hunger”.

permanentes e a outra metade apresentava carências transitórias (Andrade e Freitas, 2024, p. 18). A marca do seu trabalho foi o uso da geografia como método em meio aos debates que aconteciam durante a Segunda Guerra Mundial sobre a importância do desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos (Andrade e Freitas, 2024, p. 19). De acordo com Tomazini e Leite (2016, p. 18), o debate sobre a segurança alimentar das populações ganhou destaque na agenda dos governos e nos foros internacionais somente a partir das crises alimentares durante a Primeira e a Segunda Guerra Mundial e com a criação da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) em 1945.

O final do maior conflito mundial também marcou o aumento do interesse internacional acerca da fome global, bem como a sua institucionalização a partir de programas e organizações internacionais. Entretanto, Andrade e Freitas (2024, p. 10) são enfáticos ao afirmar que os esforços para compreender a problemática da fome a partir de uma visão social e vinculá-la às assimetrias geopolíticas, econômicas e regionais morreram prematuramente, sendo apenas transformados em orientações de aumento da produção de alimentos mundial e para a cooperação técnica com os países em desenvolvimentos. Para Scott-Smith (2020, p. 120), “[...] médicos e clínicos transformaram a fome em uma doença nutricional, e isso moldou todas as políticas globais direcionadas para esse fim”. Analogamente, ideais neomalthusianos foram empregados durante o período da Guerra Fria para combater a fome, relacionando a falta de alimentos com o crescimento exponencial da população e, por isso, induzindo uma série de políticas de controle populacional em países do Sul Global (Andrade e Freitas, 2024, p. 11).

Apesar de ser uma abordagem recorrente entre autores estadunidenses e europeus, o recorte temporal do debate acerca da temática da fome não se deve exclusivamente ao final da Segunda Guerra Mundial, para Pohl-Valero e Domínguez (2021, p. 9-10) é possível perceber na América Latina a construção de uma comunidade epistêmica preocupada em entender as relações entre alimentação, saúde e produtividade desde o início do século XX. No Brasil, já na década de 1930, surgiram as primeiras políticas de assistência alimentar estruturadas pelo governo federal em consonância com as decisões propostas nos recentes fóruns internacionais, como a Organização de Saúde da Liga das Nações e o Instituto de Nutrição da América Central do Panamá (Andrade e Freitas, 2024, p. 12).

Nesse sentido, como veremos na seção a seguir, a inauguração da institucionalização da saúde pública e de programas alimentares no Brasil tem como protagonistas Josué de Castro e o Presidente Getúlio Vargas. Assim, a partir do método indutivo e do estudo de caso, analogamente com a utilização da análise de políticas públicas e da revisão bibliográfica, a pesquisa realizará uma investigação sobre as principais políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no Brasil desde a Era Vargas até os primeiros mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva.

Políticas de Combate à Fome no Brasil

Os primeiros instrumentos da política social de alimentação e nutrição no Brasil tiveram suas origens na década de 1930 em paralelo ao desenvolvimento científico do campo de estudo da nutrologia (Barros e Tartaglia, 2009, p. 117). Vasconcelos (2005, p. 440) identifica três recortes transversais para analisar a trajetória da política de alimentação e nutrição no país: o primeiro deles (1930-1963) faz referência aos mecanismos da política social delineados e influenciados por Josué de Castro; o segundo recorte (1964-1984) corresponde à condução do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) da política nutricional no seio da Ditadura Militar; e o último recorte (1985-2003) faz jus ao desenvolvimento democrático da sociedade brasileira e as tentativas de superação dos problemas sociais.

A primeira tentativa de intervenção estatal brasileira para tratar da alimentação da população foi a criação do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) por meio do Serviço Central de Alimentação, instituição dirigida por Josué de Castro juntamente com outros médicos e nutrólogos brasileiros (Barros e Tartaglia, 2009, p. 119). A partir do Decreto-lei nº 2.478 de 5 de agosto de 1940, o SAPS tinha como objetivo propiciar alimentação adequada e barata aos trabalhadores a partir do fornecimento de refeições, instalação de restaurantes e formação de uma consciência sobre os aspectos e problemas da alimentação⁶. Um segundo marco do governo Vargas foi a criação da Comissão Nacional de Alimentação (CNA) em 1945 que tinha como objetivos:

a) estudar e propor as normas da política nacional de alimentação; b) estudar o estado de nutrição e os hábitos alimentares da população brasileira, considerando o respectivo padrão de vida; c) acompanhar e estimular as pesquisas relativas às questões e problemas de alimentação, propondo os auxílios que julgar necessários ou convenientes; d) trabalhar pela correção de defeitos e deficiências da dieta brasileira, estimulando e acompanhando as devidas campanhas educativas; e) concorrer para o desenvolvimento da indústria de desidratação dos alimentos no Brasil (Brasil, Art. 7º, 1945)⁷.

Além disso, uma das principais realizações da Comissão foi a promulgação do Primeiro Plano Nacional de Alimentação e Nutrição em 1953, no qual

6 BRASIL. Decreto-lei nº 2.478, de 5 de agosto de 1940. Cria o Serviço de Alimentação da Previdência Social (S.A.P.S.) no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. **Diário Oficial da União**: seção 1, p. 15173, 1940. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2478-5-agosto-1940-412428-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 01 ago. 2024.

7 BRASIL. Decreto-lei nº 7.328, de 17 de fevereiro de 1945. Cria, no Conselho Federal de Comércio Exterior, a Comissão Nacional de Alimentação, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, p. 2705, 1945. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del7328.htm. Acesso em: 01 ago. 2024.

priorizou-se as ações de assistência alimentar ao grupo materno e infantil, seguido do grupo escolar e dos trabalhadores (Vasconcelos, 2005, p. 442). De acordo com Barros e Tartaglia (2009, p. 119), a partir da década de 1950 insere-se no Brasil a implementação de programas de distribuição de alimentos para grupos específicos da população. Nos anos que se seguem há o desenvolvimento do Plano SALTE (saúde, alimentação, transporte e energia) no governo de Gaspar Dutra, a criação do embrião do programa que daria origem ao atual Programa de Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a continuação das ações alimentares sob direção do SAPS, intimamente articulados aos organismos e programas internacionais que vão surgindo no pós-Segunda Guerra Mundial (Vasconcelos, 2005, p. 442). Para Andrade e Freitas (2024, p. 14), nessa época há uma ascensão de políticas públicas para sanar o problema da fome, ocupando um espaço relevante no meio da saúde pública, “Em um país que ansiava se mostrar moderno, urbano e industrial, a fome era vista como sinal do atraso de um Brasil que não poderia ter mais lugar naqueles anos”. Assim, o primeiro recorte transversal da política de alimentação no período de 1930 a 1963 aponta que as políticas públicas cumpriram objetivos sociais, ideológicos e econômicos frente à “[...] necessidade de idealização de uma imagem do Estado pai-protetor, esses instrumentos cumpriram um papel de atenuação dos conflitos sociais gerados pelo processo de exploração do trabalho que, em última instância, determina a produção e reprodução da fome” (Vasconcelos, 2005, p. 443).

Já a partir do Golpe de Estado de 1964, as condições de vida da população e dos trabalhadores brasileiros passam por uma degradação, aumentando os índices de fome e miséria no país (Vasconcelos, 2005, p. 444). Nesse contexto de regime militar, por meio da Lei no 5.829, de 30 de novembro de 1972, foi criado o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), responsável por elaborar o I Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN), no qual previa a melhora nos índices de qualidade de vida da população em paralelo ao aumento da produtividade e dos níveis de renda (Pedrotti e Silva, 2022, p. 149). Nas palavras de Vasconcelos (2005, p. 444), nesse segundo recorte temporal,

[...] embora agravadas as condições de miséria e de fome no país, verifica-se um abrandamento do discurso dos programas desenvolvidos pelo INAN, colocando-se em foco a proteção aos grupos biológica e socialmente vulneráveis à desnutrição, o combate aos bolsões de pobreza e a redistribuição de renda. Nesse sentido, as distintas análises realizadas sobre a intervenção alimentar e nutricional da Ditadura Militar tendem a enfatizar, particularmente, a sua dimensão ideológica.

De acordo com Barros e Tartaglia (2003, p. 120), o INAN, como autarquia vinculada ao Ministério da Saúde, transforma a execução da política alimentar e nutricional do Estado brasileiro, uma vez que passa a propor, promover,

fiscalizar e avaliar a implementação do PRONAN e da integração de diferentes sub-programas governamentais. Maya Takagi (2006, p. 27-28) afirma que até a década de 1970 as políticas de combate à fome no Brasil eram voltadas ao abastecimento de alimentos e a produção agrícola, enquanto até os anos finais da década de 1980 essas políticas foram substituídas por programas e políticas centralizadas de assistência alimentar em consequência do agravamento do problema da fome no país. De qualquer forma, nesse período de regime militar, as críticas se encontram na dificuldade de listar e caracterizar todos os programas alimentares e nutricionais desenvolvidos pelo governo brasileiro, além da multiplicidade e complexidade na implementação concreta da política nacional de alimentação e nutrição (Barros e Tartaglia, 2003, p. 120).

O regime democrático brasileiro reintroduz a área de alimentação e nutrição como uma das prioridades políticas dos primeiros anos da Nova República a partir da implementação de instrumentos específicos de política social e da continuidade de programas alimentares como o PNAE, entretanto, em função da crise econômica brasileira e dos sucessivos planos de estabilização econômica (Plano Cruzado, Plano Bresser e Plano Verão), essas prioridades foram esvaziadas e diluídas (Vasconcelos, 2005, p. 446). O Governo Collor trouxe o desmonte do aparato estatal de políticas sociais, programas alimentares e nutricionais, “Os recursos destinados à área social escassearam e, conseqüentemente, os resultados dos programas foram seriamente prejudicados” (Barros e Tartaglia, 2003, p. 120).

Em paralelo aos movimentos sociais e pressionado pelo *impeachment* de Fernando Collor, o governo de Itamar Franco iniciou o seu mandato expressando publicamente a preocupação com a fome no Brasil e iniciou a produção de um mapa da fome com a participação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), intitulado “Mapa da Fome: Subsídios à Formulação de uma Política de Segurança Alimentar”, publicado em 1993, no qual mapeava o quantitativo de famílias que não ganhavam o suficiente para comprar uma cesta básica por mês (Andrade e Freitas, 2024, p. 20). Esse mapeamento pode ser considerado o segundo Mapa da Fome do Brasil e constatou que haviam 31,6 milhões de indigentes no país, ou seja, indivíduos que conseguiam apenas uma alimentação adequada por dia, 61,3 milhões de pobres e 32 milhões de famintos, situação considerada de calamidade social (Barros e Tartaglia, 2003, p. 121).

Com base nesse documento, a Presidência da República elaborou o Plano de Combate à Fome e a Miséria e instituiu o órgão responsável por formular as políticas públicas de alimentação e nutrição, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), constituído por oito ministérios de Estado (Vasconcelos, 2005, p. 448). O Plano tinha como propósito integrar as áreas social, política,

econômica e agrária, além de estar “Calçado em três princípios básicos - o apelo à solidariedade, a busca de parceria com a sociedade civil e a descentralização das ações” (Barros e Tartaglia, 2003, p. 121). Entretanto, o CONSEA teve vida curta após ser extinto em 1994 durante o governo de Fernando Henrique Cardoso e substituído pelo Programa Comunidade Solidária que visava pela articulação estratégica entre todos os níveis do governo federal para a articulação de ações contra a fome e a pobreza (Macedo et al, 2009, p. 36). Sendo assim, o primeiro mandato de FHC foi marcado pela continuação dos programas alimentares já existentes, enquanto o seu segundo governo destacou-se pela criação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), do programa Bolsa Alimentação, além do esvaziamento do Comunidade Solidária no combate à fome (Vasconcelos, 2005, p. 449).

A década de 1990 também foi marcada pela formação do “Governo Paralelo”, criado após a derrota de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições presidenciais de 1989, e pela atuação da oposição na cobrança por medidas contra a fome e a miséria. Esse grupo foi responsável pela publicação do documento “Política Nacional de Segurança Alimentar”, elaborado por Lula e José Gomes da Silva, que ressaltava a necessidade de políticas para garantir o acesso a alimentos (Tomazini e Leite, 2016). Além disso, é importante mencionar a criação do Instituto Cidadania em 1990, uma ONG sob a liderança política de Lula da Silva, cujo objetivo era fomentar o debate sobre a implementação de projetos de políticas públicas (Tomazini e Leite, 2016, p. 21). O documento produzido tem como objetivo obter uma disponibilidade agregada de alimentos que seja:

- a) **suficiente** para atender à demanda efetiva e potencial; b) **estável**, na medida em que busque neutralizar as inevitáveis flutuações cíclicas; c) **autônoma**, ao lograr a auto-suficiência nacional nos alimentos básicos; d) **sustentável**, pois deve garantir o uso a longo prazo dos recursos Naturais; e) **equitativa**, ao possibilitar o acesso universal ao mínimo nutricional, do ponto de vista quantitativo e qualitativo (PNSA, 1991, p. 10).

Nesse espírito de superação dos problemas sociais brasileiros, a virada para o novo século é sublinhada pela nova condução nas políticas públicas alimentares e nutricionais. Antes mesmo da eleição do Partido dos Trabalhadores (PT), no Dia Mundial da Alimentação (12 de outubro de 2001), foi lançado no Senado Federal o Projeto “Fome Zero: Uma proposta de Política de Segurança Alimentar para o Brasil”, representando um importante instrumento para a vitória de Lula da Silva nas eleições de 2002 e, posteriormente, na constituição do Programa Fome Zero como uma das principais políticas públicas dos seus governos (Vasconcelos, 2005, p. 449). A partir de 2003, com a posse do presidente eleito, houve “[...] um ponto de inflexão nas políticas sociais ao colocar a questão do combate à pobreza e à fome no Brasil no centro da agenda

governamental” (Tomazini e Leite, 2016, p. 13). Além disso, essa prioridade viria a ter reflexos na Política Externa Brasileira, fortalecendo a inserção do Brasil no cenário internacional.

A eleição do primeiro partido de esquerda no Brasil favoreceu a implementação da ideia de desenvolvimentismo interligada ao bem-estar da população a partir da promoção de políticas redistributivas para a superação dos problemas sociais do país (Velasco Júnior, 2017 p. 318). Sakamoto Vianna (2017, p. 177) é enfática ao afirmar que a política externa é reflexo dos avanços internos de um país e, por isso, as políticas públicas de combate à fome e à miséria promovidas durante os governos Lula, como o Programa Fome Zero e o Bolsa Família, estão diretamente ligadas à retomada da ênfase no desenvolvimento como iniciativa de inserção internacional do Brasil (Velasco Júnior, 2017 p. 319). Vianna (2017, p. 177) complementa que

Os significativos avanços econômicos e sociais do Brasil nas últimas décadas, por meio da prioridade política conferida à erradicação da fome, aliada à estabilidade macroeconômica, credenciaram o país a fortalecer sua atuação internacional no combate à fome e na promoção da SAN [Segurança Alimentar e Nutricional], transformando um passivo histórico em ativo para a política externa.

De acordo com o relatório da FAO de 2015, entre os anos 1990-1992 no Brasil, 14,8% da população era atingida pela insegurança alimentar, enquanto no período de 2004-2007 esse número caiu para menos de 5%, ou seja, apresentou uma queda de 83,6%, superando a taxa média global (FAO, 2015, p. 50). Além disso, o Brasil tornou-se exemplo internacional em matéria de combate à fome e alimentação adequada, cumprindo antes do prazo estabelecido alguns dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), como a meta de redução da incidência da fome e da extrema pobreza, assumindo um papel de liderança na América Latina e desenvolvendo programas de cooperação técnica e acordos internacionais com a FAO e com países em desenvolvimento (Velasco Júnior, p. 2017, p. 330).

O Programa Fome Zero tornou-se protagonista na retirada de milhões de brasileiros da miséria e da insegurança alimentar, além de ser considerado uma experiência de sucesso e utilizado como modelo no cenário internacional (Lopes, 2010, p. 13). Para além do Programa, uma série de outras estratégias e políticas públicas foram implementadas ao longo dos dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva, de 2003 a 2010, na Presidência da República, que tinham como missão principal, proclamada pelo presidente já em seu discurso de posse, garantir o acesso de, no mínimo, três refeições diárias para todos os brasileiros e brasileiras⁸.

8 BRASIL. Presidente (2003-2010: Luiz Inácio Lula da Silva). **Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene de posse no Congresso Nacional**. Brasília, 1º de janeiro de 2003. Disponível em: <<http://www.biblioteca.pre->

A prioridade brasileira na luta contra à fome a partir de políticas domésticas, também, reflete a busca pelo desenvolvimento econômico e social do Brasil na esfera internacional, uma vez que, “Num certo sentido, as políticas interna e externa sempre formaram um simples *continuum* [...]” (Zara, 1982 *apud* Milza, 2003, p. 369). Um dos conceitos centrais nas posições brasileiras em relação à atuação internacional é o reconhecimento da fome como um fenômeno multidimensional, perspectiva ligada à concepção de Josué de Castro, que entende a fome como um fenômeno social, corolário das estruturas econômicas, sociais e políticas e, por isso, adota-se que o seu combate passa pela articulação de “políticas intersetoriais e integradas” (Vianna, 2017, p. 183).

Sendo assim, a política pública balizadora para a erradicação da fome no Brasil durante o governo petista foi o Programa Fome Zero (PFZ), sendo produzido pelo Instituto Cidadania, coordenado por Lula da Silva e lançado em 2001, cuja intenção era propor uma nova política nacional de segurança alimentar e nutricional, dez anos após o primeiro documento produzido pelo Governo Paralelo (Takagi, 2010, p. 54). Apresentava uma série de políticas estruturantes que tinham como objetivo fundamental implementar políticas de SAN e políticas agrícolas, fortalecendo o combate à fome global (Piccin et al, 2010, p. 207). Essa estratégia exigia um caráter multidimensional e intersetorial ao projeto, envolvendo a participação de diferentes atores e setores do Estado brasileiro, como a saúde, a educação, tecnologia, setor agrícola, o ambiental e as relações internacionais (Instituto Cidadania, 2001, p. 83).

Nessa linha dos níveis de ação, uma série de programas tornaram-se referência no combate à fome no Brasil, os quais agregaram-se às iniciativas do PFZ, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Mais Alimentos, o Seguro de Clima da Agricultura Familiar (SEAF), o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF), o Programa Garantia-Safra (PGS), além do fortalecimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Durante os governos de Lula da Silva e o êxito conquistado com diversos programas de assistência social voltados ao combate da fome e da promoção da agricultura familiar, o Brasil adquiriu uma experiência no desenvolvimento do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA)⁹ responsável por tornar

sidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/discursos-de-posse/discorso-de-posse-1o-mandato/view>. Acesso em 16 ago. 2024.

9 O DHAA foi primeiramente citado no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), reconhecendo o direito de todos estarem livres da fome e da má nutrição (Burity et al, 2010, p.15). A partir de 1996 com a realização da Cúpula Mundial da Alimentação em Roma relacionou-se a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)

o país um exemplo internacional em matéria de alimentação (Velasco Júnior, 2017, p. 330). Assim, o PFZ passou a ser tema dos discursos do presidente Lula em importantes foros e reuniões internacionais, pauta de cooperação entre o Brasil e demais países em desenvolvimento, além de direcionar a agenda global para a temática da segurança alimentar e nutricional (Cunha, 2010, p. 81).

Para a promoção de políticas alimentares e a difusão do próprio Fome Zero em escala internacional foi criada em 2004 a Coordenação-Geral de Ações de Combate à Fome (CGFome) do Ministério das Relações Exteriores (MRE), considerado uma inovação institucional e criado para ser o “braço internacional” do PFZ, sendo responsável por articular a cooperação humanitária com a política alimentar brasileira (Lima, 2023, p. 63). No mesmo ano, o Presidente Lula promoveu as discussões sobre a temática alimentar na ONU, por meio do “Encontro de Líderes para a Ação contra a Fome e a Pobreza”, realizado em Nova York em parceria com o Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, e Chefes de Estado e de Governo da França, Chile e Espanha, contando com a presença de mais de 50 governantes e a produção da Declaração de Nova York com a assinatura de mais de 100 países (Cunha, 2010, p. 81).

Além disso, em 2004 foi lançado o Fundo Fiduciário IBAS para o Alívio da Fome e da Pobreza, implementado pela Índia, Brasil e África do Sul para contribuir e apoiar projetos que visem a erradicação da fome, pobreza e implementação de políticas sociais (Cunha, 2010, p. 82). Também, em 2008, o governo brasileiro e a FAO lançaram o Fundo Brasil-FAO para a implementação de programas de assistência humanitária, alimentação escolar e para a consolidação de uma rede de aquicultura no continente Americano (Velasco Júnior, 2017, p. 332). Outro marco foi a Iniciativa para a América Latina Sem Fome, lançada por Lula e por Óscar Berger, Presidente da Guatemala, em 2005, que teve apoio da FAO e busca a erradicação da fome na região da América Latina e Caribe até 2025 (Cunha, 2010, p. 82). Essa iniciativa oferecia cooperação técnica para a implementação de políticas públicas na área da alimentação e foi apoiada por 29 países da região (Cunha, 2010, p. 82).

O lançamento do Centro de Excelência contra a Fome em 2011 na cidade de Brasília também faz parte da estratégia do PFZ e da projeção internacional do Brasil. Esse projeto é uma realização de cooperação entre o governo federal e o Programa Mundial de Alimentos (PMA) da FAO, cujo objetivo era ser uma referência global de conhecimento sobre a temática da alimentação e nutrição (Fraundorfer, 2013, p. 105). Para Dri e Silva (2023, p. 120) o Centro de Excelência pode ser considerado como uma inovação institucional de cooperação do Brasil, uma vez que

como uma estratégia para a garantia do DHAA (Burity et al, 2010, p.12).

Essa iniciativa descentralizada de política externa pode ter influenciado positivamente a imagem internacional do Brasil e potencializado a contribuição que o país pode dar à superação do subdesenvolvimento em outras nações, na linha da cooperação sul-sul socialmente justa.

A promoção de políticas brasileiras para o alívio da fome em outros lugares do mundo durante os primeiros governos Lula pode ser vista como uma tentativa de diversificação de parcerias internacionais, diminuição da dependência de países do Norte Global e aumento do protagonismo internacional do país (Vigevani e Cepaluni, 2007, p. 282-283). Assim, a estratégia Fome Zero buscou difundir princípios e práticas que aumentaram as relações comerciais entre o Brasil e, principalmente, o continente Africano, aliando a necessidade por demandas econômicas brasileiras com a preocupação em erradicar a fome e a miséria em escala global (Dri e Silva, 2023, p. 129). Sob a perspectiva do governo Lula, a cooperação técnica horizontal tornou-se uma estratégia fundamental para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Nesse contexto, o Programa Fome Zero foi posicionado como um motor da cooperação técnica internacional brasileira, sendo reconhecido por sua capacidade de adaptação em países com condições sociais e econômicas semelhantes às do Brasil (Cunha, 2010, p. 84).

Na linha de cooperação com a África, o Brasil organizou em 2010 o Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural com o envolvimento de mais de 40 países africanos e estabelecendo a temática da agricultura como prioridade (Dri e Silva, 2023, p. 134). No mesmo ano criou o *Purchase from Africans for Africa* – PAA África que buscava reproduzir o Programa de Aquisição de Alimentos no continente Africano para a geração de renda de agricultores e promoção da segurança alimentar e nutricional nos países (Pessina e Kraychete, 2023, p. 190).

O ativismo brasileiro e o engajamento da diplomacia nas temáticas de alimentação e agricultura nos anos 2000 lograram prestígio internacional ao país e prêmios internacionais ao Presidente Lula. Entretanto, a vitória mais importante para o povo brasileiro veio em 2014 com o anúncio da saída do Brasil, pela primeira vez na história, do Mapa da Fome da ONU e da FAO, um dos mapas de maior relevância mundial, publicado há mais de 50 anos (Rodrigues, Kauchakje e Oliveira, 2023, p. 24). O fato é que no período correspondente aos governos Lula o Brasil expandiu o prestígio internacional e consolidou o seu papel no sistema internacional a partir da intensificação das políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional e pela internacionalização desta agenda social. O sucesso destas políticas, somado à estabilização econômica, potencializaram as ações da política externa brasileira, tornando a Diplomacia do Combate à Fome e à Pobreza um instrumento de inserção internacional (Albuquerque, 2019, p. 54).

Conclusão

Apesar das primeiras políticas de erradicação da fome e de segurança alimentar e nutricional no Brasil serem iniciadas na década de 1940 com Getúlio Vargas, é somente a partir da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2003 que a problemática ganha prioridade de ação na agenda governamental e, paralelamente, na agenda da política externa brasileira. De acordo com Barros e Tartaglia (2009, p. 117-118) a temática da alimentação sofre uma importante inflexão durante os anos 1930, uma vez que as problemáticas decorrentes da Primeira Guerra Mundial potencializam e evidenciam as fragilidades de países centrais e periféricos, relacionando a fome com os âmbitos social, econômico e de segurança nacional. Assim, a Era Vargas inaugura os principais instrumentos da política de alimentação no Brasil e ao longo de todo o século XX e o início do século XXI a trajetória das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional passam por diversos processos de continuidade e ruptura, acompanhando a transformação da sociedade brasileira (Vasconcelos, 2005, p. 452).

A pesquisa buscou examinar os contornos da política social de alimentação no Brasil em relação à política externa brasileira. Assim, evidenciou-se que os governos de Lula foram responsáveis por centralizar a luta contra a fome como principal agenda social do país, além disso, Tomazini e Leite (2016, p. 13) entendem que o contexto internacional, a ascensão de um grupo político específico e a posse de um presidente engajado com a causa social e identificado com as classes socialmente minoritárias foram os fatores que influenciaram a construção dessa nova agenda social no Brasil.

Referências

- ALBUQUERQUE, Felipe Leal. O Brasil e a diplomacia do combate à fome e à pobreza. In: LIMA, Thiago. (org). **Segurança Alimentar e Relações Internacionais**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2019, p. 54-82.
- ANDRADE, Rômulo de Paula; FREITAS, Gabriele Carvalho de. Fome, um passado inacabado: historiografia, tempo presente e desigualdade no Brasil. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 16, n. 41, p. e0201, 2024.
- BARROS, Maria Sylvia Carvalho; TARTAGLIA, José Carlos. A política de alimentação e nutrição no Brasil: breve histórico, avaliação e perspectivas. **Alimentos e Nutrição**, Araraquara, v. 14, n. 1, p. 117-129, 2009.
- BURITY, Valéria et al. **Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional**. Brasília: Abrandh, 2010.
- CARNEIRO, Henrique. **Comida e sociedade: uma história da alimentação**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- CARNEIRO, Henrique. Comida e sociedade: significados sociais na história da alimentação. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 42, p. 71-80, 2005.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**: o dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

DRI, Clarissa Franzoi; SILVA, Andressa Carolina Molinari da. Política externa brasileira para o Sul Global: a criação do Centro de Excelência contra a Fome. *In*: OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de; LIMA, Thiago. **Política Externa Brasileira e Combate à Fome**: Lições do passado, perspectivas para o futuro. São Paulo: Editora Cultura Acadêmica, 2023, p. 117-146.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS – FAO. Repositório de Documentos. **El Estado de la Inseguridad Alimentaria en el Mundo**: Cumplimiento de los objetivos internacionales para 2015 en relación com el hambre - balance de los desiguales progresos. Roma: 2015. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/items/c9a83bfe-90ab-4c63-8d6b-60fc82ff2f6a>. Acesso em: 8 ago. 2024.

FRAUNDORFER, Markus. Fome Zero para o Mundo: Difusão Global Brasileira do Programa Fome Zero. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v. 2, n. 4, 2013, p. 97-122.

LIMA, Thiago. A cooperação humanitária alimentar do Brasil (2003-2016): de uma experiência inovadora à tradicional política da ajuda alimentar. *In*: OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de; LIMA, Thiago. **Política Externa Brasileira e Combate à Fome**: Lições do passado, perspectivas para o futuro. São Paulo: Editora Cultura Acadêmica, 2023, p. 47-82.

LOPES, Márcia. Introdução. *In*: ARANHA, Adriana Veiga (Org.). **Fome Zero**: Uma História Brasileira. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Assessoria Fome Zero, vol. 1, 2010, p. 13-14.

MACEDO, Dione Chaves de et al. A construção da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Revista Simbio-Logias**, v. 12, n. 1, 2009.

MILZA, Pierre. Política interna e política externa. *In*: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2ª Ed., 2003, p. 365-400.

OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de. Política Externa Brasileira Assertiva (2003-2016...2023-2026) e Combate à Fome: um breve ensaio. *In*: OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de; LIMA, Thiago. **Política Externa Brasileira e Combate à Fome**: Lições do passado, perspectivas para o futuro. São Paulo: Editora Cultura Acadêmica, 2023, p. 21-46.

PEDROTTI, Fabrício; SILVA, Denise Oliveira e. Segurança alimentar e nutricional no Brasil: ontem, hoje e o amanhã. **Revista de Alimentação e Cultura das Américas**, v. 2, p. 147-175, 2022.

PESSINA, Maria Elisa Huber; KRAYCHETE, Elsa. Vestígios da solidariedade Sul-Sul: um estudo do caso da inclusão do Program Purchase from Africans for Africa (PAA) na Cooperação Internacional Brasileira para o Desenvolvimento. *In*: OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de; LIMA, Thiago. **Política Externa Brasileira e Combate à Fome**: Lições do passado, perspectivas para o futuro. São Paulo: Editora Cultura Acadêmica, 2023, p. 117-210.

PICCIN, Marcelo et al. O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e o Fome Zero. In: ARANHA, Adriana Veiga (Org.). **Fome Zero: Uma História Brasileira**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Assessoria Fome Zero, vol. 2, 2010, p. 206-218.

POHL-VALERO, Stefan; DOMÍNGUEZ, Joel Vargas (Orgs.). **El hambre de los otros: ciencia y políticas alimentarias en Latinoamérica**, Siglos XX e XXI. Bogotá: Editorial Universidad del Rosario, 2021.

RODRIGUES, Aline Rocha; KAUCHAKJE, Samira; OLIVEIRA, Francisco Henrique de. Mapas, fome e planejamento territorial. **Revista Katál**, Florianópolis, v. 26, n. 1, 2023, p. 32-42.

SCOTT-SMITH, Tom. **On an Empty Stomach: Two Hundred Years of Hunger Relief**. Cornell University Press, 2020.

SOARES, José Arlindo. Josué de Castro, o Brasil e o mundo: desconhecimento e reconhecimentos. In: ANDRADE, Manuel Correia de et al. **Josué de Castro e o Brasil**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2003, p. 7-10.

TAKAGI, Maya. **A implantação da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil**: seus limites e desafios. 2006. 208 p. Tese (Doutorado em Economia). Unicamp, Campinas, São Paulo, 2006.

____. A Implantação do Programa Fome Zero no Governo Lula. In: ARANHA, Adriana Veiga (Org.). **Fome Zero: Uma História Brasileira**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Assessoria Fome Zero, vol. 1, 2010, p. 54-73.

TOMAZINI, Carla; LEITE, Cristiane. Programa Fome Zero e o paradigma da segurança alimentar: ascensão e queda de uma coalizão? **Revista de Sociologia e Política**, v. 24, n. 58, p. 13-30, 2016.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. **Revista Nutrição Campinas**, v. 18, n. 4, p. 439-457, jul./ago. 2005.

VELASCO JÚNIOR, Paulo. A diplomacia do combate à fome e a contribuição brasileira para a segurança alimentar e nutricional no seio da ONU e da FAO. In: SCHMITZ, Guilherme; ROCHA, Rafael (eds.). **Brasil e o Sistema das Nações Unidas**: Desafios e Oportunidades na Governança Global. Brasília: IPEA, 2017. p. 307-344.

VERNON, James. **Hunger: A Modern History**. Harvard University Press, 2007.

VIANNA, Candice Sakamoto. A agenda de segurança alimentar e nutricional - Para uma nova geopolítica da fome: a segurança alimentar e nutricional na política externa brasileira. In: WESTMANN, Gustavo (Org.). **Novos Olhares sobre a Política Externa Brasileira**. São Paulo: Editora Contexto, 2017, p. 177-198.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional**, v. 29, n. 2, p. 273-335, 2007.



Influências Externas e Tensões Internas: A Política Externa Brasileira e a Rebelião dos Soldados Estrangeiros no Rio De Janeiro (1828)

*External Influences and Internal Tensions:
Brazilian Foreign Policy and the Rebellion of Foreign Soldiers
in Rio de Janeiro (1828)*

João Victor Frantz Breunig¹

Luiza Agnes Acosta²

Mel Porto Bonotto³

Günther Richter Mros⁴

RESUMO

O presente trabalho visa compreender as condicionantes que levaram à criação da divisão de soldados estrangeiros nos primeiros anos do Brasil Império, culminando na revolta dos soldados estrangeiros (1828). O artigo utiliza o método de abordagem indutivo, de forma a conceber um estudo do tipo de caso histórico. A delimitação temporal do trabalho compreende os anos entre 1822, ano da independência do Brasil de Portugal, até 1830, ano no qual a divisão dos soldados estrangeiros foi dissolvida. A primeira seção desse artigo pretende esmiuçar a necessidade de consolidação nacional do Império brasileiro; a segunda seção propõe-se compreender as estratégias que levaram à criação da divisão dos soldados estrangeiros no exército brasileiro; por fim, a terceira seção se debruça sobre a revolta dos soldados irlandeses e alemães da Divisão. Foram utilizadas, essencialmente, fontes advindas do artigo histórico do Itamaraty e da Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. As principais referências foram Lemos (2013), von Schäffer (2007), Pozo (2010) e Schlichthorst (2000).

1 Graduando do 6º Semestre do Curso de Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). joao.breunig@acad.ufsm.br.

2 Graduanda do 6º Semestre do Curso de Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). luiza.agnes@acad.ufsm.br.

3 Graduanda do 6º Semestre do Curso de Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). mel.bonotto@acad.ufsm.br.

4 Professor adjunto no Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). gunther.mros@ufsm.br.

Palavras-chave: Imigração. Divisão dos Soldados Estrangeiros. Revolta dos Mercenários Estrangeiros.

ABSTRACT

The present work aims to understand the conditions that led to the creation of the division of foreign soldiers in the early years of the Brazilian Empire, culminating in the rebellion of foreign soldiers (1828). The article uses the inductive approach method, designing a historical case study. The time frame of the work covers the years between 1822, the year of Brazil's independence from Portugal, and 1830, the year in which the division of foreign soldiers was dissolved. The first section of this article aims to examine the need for national consolidation of the Brazilian Empire; the second section seeks to understand the strategies that led to the creation of the division of foreign soldiers in the Brazilian army; finally, the third section focuses on the rebellion of the Irish and German soldiers in the Division. The primary sources used were the historical article from Itamaraty and the Digital Newspaper Archive of the National Library. The main references were Lemos (2013), von Schäffer (2007), Pozo (2010), and Schlichthorst (2000).

Keywords: Immigration. Division of Foreign Soldiers. Rebellion of Foreign Mercenaries.

1. Introdução

O presente artigo tem como objetivo compreender os antecedentes do fluxo migratório ocorrido em meados do século XIX, que trouxe mercenários germânicos e irlandeses ao Brasil imperial. O problema central do estudo é analisar quais condicionantes incentivaram a vinda desses povos para o país, bem como o papel que tiveram na Revolta dos Mercenários em 1828. A respeito da compreensão de particularidades, propõe-se uma abordagem interdisciplinar do posicionamento internacional do Brasil à época, analisando os fatores políticos, demográficos, sociais e culturais.

À vista disso, o artigo será de tipo explicativo para compor um Estudo de Caso Histórico, com recorte temporal entre 1822, ano da independência do Brasil em relação à Portugal, e 1830, ano da dissolução da Divisão dos Soldados Estrangeiros. A metodologia de abordagem será a indutiva, com o propósito de aprofundar-se em questões históricas sem propriamente seguir uma hipótese pré-definida, realizando uma pesquisa de natureza bibliográfica e documental. Em razão das limitações espaciais, as fontes utilizadas estavam disponíveis em acervos digitais. O emprego de fontes primárias ocorre em razão da capacidade

explicativa do contexto nacional e internacional dos acontecimentos analisados. O levantamento bibliográfico foi feito com base em fontes da plataforma de dados do Google Acadêmico, a partir da ferramenta *Publish or Perish*, e que conversam de alguma forma com o tema proposto. Para tanto, escolhemos obras que remetem ao Primeiro Reinado e sua política externa acerca dos mercenários estrangeiros em solo brasileiro, assim como a pauta da imigração. Assim, visamos analisar obras que abordassem a perspectiva germânica e irlandesa, bem como os porquês da vinda dos militares estrangeiros.

O recorte temporal advém dos antecedentes históricos e os fatos que sucedem o caso estudado. Para tanto, ressalta-se o objetivo centralizado na tentativa de elucidar as decisões que influenciaram a Política Externa Brasileira no início do Primeiro Reinado, priorizando a compreensão desse fato em específico para além das macronarrativas relacionadas à Política Externa. Os objetivos específicos correspondem, primeiramente, com a atuação do governo imperial ao se consolidar internamente e a ameaça de uma possível tentativa de recolonização de Portugal. Depois, compreender por que houve a necessidade de recrutamento de estrangeiros para as forças armadas brasileiras, e, por fim, entender por que vieram imigrantes alemães e irlandeses ao Brasil e como ocorreu a Revolta dos mercenários de 1828.

2. Desenvolvimento

2.1 Necessidade de Consolidação Nacional após a Independência Brasileira (1822 - 1830)

A primeira seção deste trabalho visa apresentar o cenário político, econômico e social instável do Brasil nos primeiros anos após a independência. Primeiramente, exploraremos a dificuldade inicial do Primeiro Reinado em consolidar o vasto território brasileiro em uma única nação à luz do conceito de sentimento nacional de Pierre Renouvin e Jean-Baptiste Duroselle. Ao contrário do processo estatal europeu, onde a nação foi consolidada antes do Estado, o Brasil estabeleceu seu Estado antes mesmo de um sentimento nacional unificado, devido ao seu processo de separação política de Portugal. Além disso, será destacado o descontentamento interno da população brasileira, frustrada com os rumos após a independência, especialmente em relação ao papel do jovem Imperador Dom Pedro I, que culminou na Confederação do Equador e na Guerra da Cisplatina. Por fim, serão abordadas as possíveis condicionantes para uma recolonização por Portugal e a fragilidade das forças armadas nacionais.

O autor Celso Furtado (1971, p. 5), sintetiza os 300 anos de colonização no Brasil com a seguinte frase: “a ocupação econômica das terras americanas constitui um episódio da expansão comercial da Europa”. Com o advento das

Grandes Navegações nos séculos XV e XVI, Portugal desembarcou em uma terra desconhecida e aparentemente desabitada, estabelecendo sua maior colônia extrativista que, em 1808, foi transformada na sede principal da Coroa portuguesa. No entanto, após o sucesso da Revolução Industrial na Europa, marcado pelo surgimento do trabalho assalariado e do sistema fabril de produção, o sistema colonial começou a perder espaço e eficiência diante das novas tecnologias. Isso se deveu à obsoleta organização escravista e ao monopólio do comércio com o Novo Mundo (ALVES FILHO, 2008).

Por conseguinte, em meio a crescentes tomadas de decisões políticas, como a Abertura dos Portos a Nações Amigas⁵ e o decreto do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves⁶, D. Pedro I proclamou a independência do Brasil em 7 de setembro de 1822 à beira do Rio Ipiranga. Assim, nasce o Brasil independente, que, conforme Kaplan (1974) preserva a unidade territorial da ex-colônia, diferenciando-se do processo de independência de outros países sul-americanos, onde os territórios sofreram múltiplas transformações durante o estabelecimento do Estado nacional.

Apesar da constituição do novo país, o Império brasileiro ainda estava profundamente vinculado ao antigo sistema colonial, herdando características organizacionais e populacionais muito ultrapassadas. Dentre essas características, Carvalho (2010) e Alves Filho (2008) destacam o nível alto de analfabetismo, o número de escravos superior ao número de pessoas livres, dependência externa (econômica, tecnológica, cultural, ideológica, etc.), a predominância de oligarquias agrária-exportadoras, a densa ocupação das terras no litoral e a exploração limitada no interior do país. Ademais, o imaginário brasileiro era predominantemente moldado por concepções europeias, o que dificultou a implementação de um sistema político mais adequado à realidade brasileira (SCHWARZ, 1992).

A escolha por um regime monárquico apenas acentuou as semelhanças com a Europa pós-Congresso de Viena, um período de reestruturação das monarquias constitucionais abaladas após as guerras napoleônicas. Em resposta, Dom Pedro I outorgou a primeira Constituição Brasileira em 1824⁷, que separava os poderes

5 “Apenas dez dias após desembarcar em Salvador, na Bahia, em 28 de Janeiro de 1808, o Príncipe Regente decretou – na citada Carta Régia – a «Abertura dos Portos a Nações Amigas». Neste ato está o embrião da independência do Brasil, pois, na prática, tal decreto significava romper o pacto colonial, mecanismo crucial para garantir o funcionamento do velho sistema de dominação das metrópoles sobre as colônias” (Alves Filho, 2008, p. 102).

6 “A lei de 16 de Dezembro de 1815 que elevou o Brasil à categoria de “Reino-Unido a Portugal e Algarves” [...], abriu um fosso ainda maior entre Portugal e o Brasil, que deixava oficialmente de ser reconhecido como mera colônia”. (Alves Filho, 2008, p. 104).

7 BRASIL. Constituição (1824). Lex: **Constituição Política do Império do Brasil**, de 25 de março de 1824. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm. Acesso em: 01/08/2024.

entre Legislativo, Executivo, Judiciário e Moderador, este último criado e utilizado exclusivamente pelo Imperador. Antes disso, houve um desentendimento entre D. Pedro e os membros da Assembleia Constituinte, que foi instalada em 1823 e logo dissolvida pelo chefe de Estado (VARNHAGEN, 2010). Os constituintes discordavam sobre a distribuição de poderes no país e buscavam limitar os poderes do Imperador, inspirados pelos ideais da Revolução Francesa.

Entretanto, esse não foi o único problema enfrentado nos primeiros anos do Reinado. No ano seguinte, em 1825, eclodiu uma rebelião no estado de Pernambuco que rapidamente se espalhou para outras cidades nordestinas, conhecida como Confederação do Equador. Sob a liderança do jornalista Frei Caneca, “o movimento era de caráter republicano e teve por móvel a revolta contra a tendência absolutista da política posta em curso pelo Imperador” (Alves Filho, 2008, p. 106). Apesar do fracasso da rebelião e da morte do seu líder, o movimento evidenciou a fragilidade da corte imperial diante de desafios à ideologia dominante, “provocando grande consternação e críticas difusas ao Governo imperial” (Alves Filho, 2008, p. 106). Outro evento que colocou a imagem e a força militar do Imperador Dom Pedro I em xeque foi a derrota na Guerra da Cisplatina (1825-1828), um conflito entre Brasil e Argentina pela posse das terras ao sul do país. O desfecho resultou na independência da Província Cisplatina, que posteriormente se tornou o Uruguai. A derrota do Imperador nessa guerra intensificou a insatisfação popular com seu autoritarismo e expôs a vulnerabilidade de seu exército.

2.2 A Divisão dos Soldados Estrangeiros no Exército Brasileiro (1822 - 1830)

Durante o governo de D. Pedro I, surgiram questões significativas relacionadas à imigração para o Brasil. O Imperador buscou implementar um protótipo de colonização, com o fito de ocupar e proteger faixas do território nacional, em oposição aos interesses dos grandes proprietários de terras que visavam monopolizar os limitados recursos do Estado⁸. Para tanto, fomentou-se o estabelecimento de concentrações coloniais, o que provocou discórdia com a classe latifundiária que atuava contrariamente ao financiamento estatal para a implantação desses núcleos. Ainda de acordo com Horn (2010), essa política durou até dezembro de 1830, quando a Lei do Orçamento deslegitimou a utilização de créditos para tais fins. Concomitantemente, diante das dificuldades políticas e econômicas e da turbulência subsequente ao golpe promovido por seu irmão Miguel em Portugal, D. Pedro I abdicou ao trono brasileiro em 1831, o que marca o fim da política

8 HORN, L. **A Política Imigratória brasileira e sua legislação - 1822-1914**. [s.l: s.n.]. Disponível em: Disponível em: http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1273883716_ARQUIVO_OBRASILEAIMIGRACAO.pdf. Acesso em: 12 ago. 2024.

imigratória subsidiada pelo Estado (HORN, 2010). Mesmo ao final da subsidiação da prática imigratória, porém, a mão-de-obra estrangeira seguiu representando uma parte significativa da força de trabalho brasileira.

Pode-se dizer que a resposta do Império para o fortalecimento do Exército Brasileiro ocorreu em 1823, com a criação do “Corpo de Soldados Estrangeiros”. No dia 8 de janeiro daquele ano, foi publicado um decreto⁹ escrito por João Vieira de Carvalho, então Marquês de Lajes, que regulamenta as funções da Divisão:

Convindo nas actuaes circumstancias augmentar a força do Exercito e havendo estrangeiros, que voluntariamente se offerecem ao serviço deste Imperio; Hei por bem Mandar formar um Regimento, composto de um Estado-maior, e tres Batalhões, o qual se denominará- Regimento de Estrangeiros-, procedendo-se immediatamente á organização de um dos Batalhões, que terá a força de um Estado-maior e seis Companhias, na conformidade do plano que baixa com este, assignado por João Vieira de Carvalho, do Meu Conselho de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra ; sendo formados os outros successivamente, e quando se apresentem voluntarios. O Conselho Supremo Militar o tenha assim entendido, e o faça executar com os despachos necessarios. Paço em 8 de Janeiro de 1823, 2º da Independencia e do Imperio.

A divisão correspondia a um segmento do Exército Brasileiro e englobava os imigrantes incorporados às forças armadas. Para Lemos (2013, p. 123), apesar do discurso envolvendo uma possível tentativa de recolonização de Portugal, o real motivo que levou a criação da Divisão dos Soldados Estrangeiros foi o abandono de soldados brasileiros da carreira militar, resultado de uma política que pouco privilegiava a categoria à época da Independência. Às elites coloniais também interessava o recrutamento de estrangeiros para evitar que escravizados entrassem no exército na tentativa de conseguirem se tornar livres (POZO, 2010, p. 32). José Bonifácio, então Ministro dos Negócios Estrangeiros, reduzia a necessidade do uso de força legítima apenas a milícias localizadas, e não a um exército homogêneo (LEMO, 2013, p. 126).

No ano de 1823, a maioria dos recrutados eram estrangeiros que já estavam no Brasil e, em geral, possuíam pouca experiência militar. Nas palavras de Carl Schlichthorst (2000, p. 273), para compor o Corpo Militar “se juntaram vagabundos de todas as nacionalidades, marinheiros desertores e operários sem trabalho”. Schlichthorst foi um dos alistados no Corpo dos Estrangeiros e, após sua saída, escreveu uma obra de tom ácido sobre sua experiência no Brasil, intitulada *Rio de Janeiro wie es ist* (no Brasil, a obra ficou conhecida como *Rio de Janeiro como ele é: uma vez e nunca mais*).

Sabe-se que os primeiros ofícios sobre instruções de recrutamento de estrangeiros são datados do ano seguinte, 1824. Em um primeiro momento, a

9 BRASIL, Decreto de 8 de Janeiro de 1823. **Coleção de Decretos, Cartas e Alvarás de 1823 parte II**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa>.

divisão contava principalmente com imigrantes suíços que estavam visitando ou morando no Rio de Janeiro. No dia 07 de fevereiro daquele ano, Felisberto Caldeira Brant Pontes, Marquês de Barbacena, enviou¹⁰ orientações sobre a idade, estado civil e a possibilidade de expatriação de possíveis homens que desejassem compor a Divisão dos Soldados Estrangeiros. Em 29 de novembro de 1825, Francisco Vilela Barbosa, Visconde e Marquês de Paranaguá, solicitou¹¹ a Manuel Rodrigues Gameiro Pessoa, Visconde de Itabaiana, celeridade no engajamento de soldados e marinheiros estrangeiros para o serviço na Armada do Império. Segundo o ofício, o próprio Dom Pedro I solicitou que houvesse um compromisso, por parte dos estrangeiros, em servir por no mínimo 8 anos no Exército Brasileiro. Ou seja, havia uma perspectiva de que a Divisão dos Soldados Estrangeiros perdurasse e se tornasse respeitada no Exército Brasileiro.

Conforme Lemos (2013, p. 149), na prática, os soldados estrangeiros possuíam pouco prestígio e eram frequentemente “ridicularizados pelos militares brasileiros”. Ele afirma que “os soldados, mal fardados, sem disciplina e mal adestrados, não prestavam se quer para o leve serviço da guarnição” (SCHLICHTHORST, 2000, p. 274). Essa situação mudou com o engajamento do General Gregor von Schäffer, incumbido de recrutar soldados estrangeiros (LEMOS, 2013), além de colonos, que também poderiam servir no exército. A partir daí, a Divisão dos Soldados Estrangeiros ganhou, de fato, um corpo e passou a ser parte importante do Exército Brasileiro.

De acordo com Edmundo Murray (2006), Gregor von Schäffer “[...] alistou até 2.000 soldados e 5.000 colonos das regiões norte e oeste da Alemanha” (tradução livre). Conforme Von Schäffer (2007)¹², aqueles que vierem ao Brasil enquanto imigrantes “gozam de todos os direitos, mas arcam também com todos os deveres dos cidadãos brasílios” (2007, p. 350). Quanto à participação desses nas Forças Armadas, afirma que “seus filhos estão sujeitos ao recrutamento em casos de necessidade e eles próprios estarão comprometidos com a defesa da pátria” (VON SCHAFFER, 2007, p. 351). Ainda sobre a obra, é possível inferir uma subversão dos valores concretos e da realidade que circundava o Brasil à época, como percebe-se no trecho:

10 Carta do Marquês de Barbacena ao Visconde da Cachoeira. Arquivo Histórico do Itamaraty. Item documental Oficio_271-04-02_1824-02-07. 07 de Fevereiro de 1824. Cópia.

11 Despacho do Visconde e Marquês de Paranaguá ao Visconde de Itabaiana. Arquivo Histórico do Itamaraty. Item documental Desp_421-3-2_1825-11-29_02. 29 de Novembro de 1825. Cópia.

12 VON SCHÄFFER, G. **O Brasil como império independente: analisado sob os aspectos histórico, mercantilístico e político**. Editora UFSM, Santa Maria, 2007.

Em Mecklenburg, existem, por exemplo, agricultores na condição de servos que certamente trocariam a situação com qualquer negro, no momento em que tivessem ocasião de constatar como estes são alimentados, vestidos e providos, como se lhes oferecem umas tantas pequenas festas, a fim de que suas almas se sintam alegres. A obstinação soturna que tantas vezes caracteriza os agricultores alemães, totalmente impassíveis frente à sua sina, procurando lenitivo apenas na garrafa da aguardente, nunca ou muito raramente pode ser encontrado entre os escravos negros do Brasil. (VON SCHAFFER, 2007, p. 242).

Inicialmente, existiam dúvidas acerca do sucesso da missão de Schäffer na busca por soldados alemães. Conforme ofício¹³ enviado por Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira Horta, Marquês de Barbacena, para Luiz José de Carvalho e Mello, Visconde de Cachoeira, em 1824, representantes de Portugal, França e Rússia eram contrários ao engajamento de estrangeiros no exército brasileiro. Em 18 de junho daquele ano, porém, o mesmo Visconde da Cachoeira enviou¹⁴ uma carta para Schäffer reportando a aprovação do Imperador, Dom Pedro I, à missão de engajamento de colonos. O ofício evidenciava, ainda, que os oficiais brasileiros desejavam que cerca de 3 mil alemães desembarcassem no Brasil. Apesar do prestígio que tinha com Dom Pedro I, Schäfer era conhecido pelo “não cumprimento das promessas feitas aos imigrantes, ou má qualidade de grande parcela de imigrantes militares, para servirem nas unidades alemãs contratadas por D. Pedro I” (Bento, 1976, p. 49)¹⁵.

Sabe-se, ademais, que em agosto daquele ano, por intermédio de Schäfer, o navio *Jorge Frederico* de Cuxhaven partiu¹⁶ em direção ao Rio de Janeiro transportando 364 homens alemães para servirem como soldados no Brasil. No mês seguinte, o navio *Germania*¹⁷ chegava ao Brasil trazendo mais soldados e colonos. A partir daí, existe uma ordem para que Schäffer cesse o engajamento de colonos e passe a focar apenas em oficiais de patentes mais altas que pudessem servir para engajamento na Armada. Fica evidente, também, nos documentos encontrados, a reiteração de convencer os migrantes com promessas de boa recepção no Brasil.

Com o início da Guerra da Cisplatina, a partir de 1825, o engajamento no Batalhão dos Soldados Estrangeiros ganhou ainda mais força. Em um despacho¹⁸,

13 Carta do Marquês de Barbacena ao Visconde da Cachoeira. Arquivo Histórico do Itamaraty. Item documental Ofic_271-04-02_1824-11-29. 29 de Novembro de 1824. Cópia.

14 Carta do Visconde da Cachoeira a Jorge Antônio Schaeffer. Arquivo Histórico do Itamaraty. Item documental Desp_417-3-28_1824-06-18. 18 de Junho de 1824. Cópia.

15 BENTO, M. **Estrangeiros e Descendentes na História Militar do Rio Grande do Sul (1635-1870)**. A Nação S.A, Porto Alegre, 1976.

16 Carta do Marquês de Barbacena ao Visconde da Cachoeira. Arquivo Histórico do Itamaraty. Item documental Ofic_271-04-02_1824-08-01. 01 de Agosto de 1824. Cópia.

17 Carta do Visconde da Cachoeira a Jorge Antônio Schaeffer. Arquivo Histórico do Itamaraty. Item documental Desp_417-3-28_1824-09-16. 16 de Setembro de 1824. Cópia.

18 Carta do Visconde e Marquês do Paranaguá ao Visconde de Itabaiana. Arquivo Históri-

Francisco Vilela Barbosa, Visconde e Marquês de Paranaguá, solicitou a Manuel Rodrigues Gameiro Pessoa, Visconde de Itabaiana, o engajamento urgente de soldados e marinheiros estrangeiros para compor a Armada Brasileira. O motivo da urgência estava na declaração de guerra da Argentina em relação ao Brasil na Guerra da Cisplatina.

Por outro viés, o engajamento de soldados irlandeses na Divisão dos Soldados Estrangeiros passou a ser discutida a partir de 1825. No dia 29 de novembro daquele ano, Manuel Rodrigues Gameiro Pessoa, Visconde de Itabaiana, enviou um ofício de Londres¹⁹ para Luiz José de Carvalho e Mello, Marquês de Pombal, a respeito da melhoria em alguns setores da Academia Militar brasileira. Entre outros assuntos, foi discutida a vinda não somente de homens alemães, como já acontecia, mas também de irlandeses para compor o Exército Brasileiro. No documento, Gameiro Pessoa expressa sua preferência pelos alemães, descrevendo-os como “submissos e laboriosos”, enquanto os irlandeses são considerados “altivos, e muito propensos ao ócio e a embriaguez”. Foi a combinação de soldados irlandeses e alemães que resultou na revolta de julho de 1828 no Rio de Janeiro, conhecida como Revolta dos Mercenários.

2.3 A Chegada de Imigrantes Irlandeses ao Brasil e a Revolta dos Mercenários (1828)

No dia 18 de julho de 1828, o Ministro da Guerra, Francisco Cordeiro da Silva Torres, enviou um ofício ao brigadeiro José Manuel de Moraes e ao Conde de Rio Pardo relatando uma revolta de soldados irlandeses e alemães no Rio de Janeiro²⁰. Os atos haviam começado no dia 9 de junho de 1828, em um quartel do Campo da Aclamação, iniciados com um levante de recrutas irlandeses advindo do Corpo de Soldados Estrangeiros e que, logo depois, ganharam apoio dos soldados alemães (Ribeiro, 2000, p. 15). No ofício citado²³, consta que os insubordinados, além do Campo da Aclamação, estavam aquartelados em áreas da Praia Vermelha e do bairro São Cristóvão. A motivação do levante ocorreu por conta das condições pelas quais enfrentam os soldados alemães e irlandeses, que recebiam pouca comida e sofriam constantes castigos físicos (Pozo, 2010,

co do Itamaraty. Item documental Item documental. Desp_421-3-2_1825-11-29_02. 29 de Novembro de 1825. Cópia.

19 Carta do Visconde de Itabaiana a Luiz José de Carvalho e Mello. Arquivo Histórico do Itamaraty. Item documental Item documental Ofic_216-1-2_1825-11-09_29_0. 29 de Novembro de 1825. Cópia.

20 Ofícios a José Manuel de Moraes e ao Conde do Rio Pardo transmitindo instruções régias referentes às desordens praticadas na rua dos Barbonos e aos atos de insubordinação dos recrutas irlandeses e alemães aquartelados em São Cristóvão, Campo da Aclamação e Praia Vermelha. Rio de Janeiro: [s.n.], 11/03-18/07/1828. 6 doc. 8 p, Cópia.

p. 134). Entretanto, como demonstra Silva (2023, p. 03), as insatisfações desses soldados advinham desde a chegada destes ao Brasil, a partir de 1827.

Entre dezembro de 1827 e janeiro de 1828 chegou ao Brasil um grupo de cerca de 2600 irlandeses. Consoante Pozo (2010, p. 66) a estratégia que trouxe esses imigrantes ao território nacional remetia a tratativas que se consolidaram em 25 de setembro de 1826, quando o Comandante William Cotter partiu do Brasil rumo à Europa. O objetivo de Cotter era recrutar pelo menos 500 homens, de idade entre vinte e trinta anos²¹ para o serviço no exército na Divisão dos Soldados Estrangeiros, criada em 1823. Como era sabido pelos oficiais, a Inglaterra não permitia o recrutamento de seus cidadãos para nações estrangeiras²², William Cotter, então, partiu para a Irlanda²³.

A Inglaterra proibia expressamente a migração de nacionais para outros países com fins a servirem nos exércitos nacionais. Segundo Pozo (2010, p. 68), “a lei sobre o alistamento para forças estrangeiras procurava regular a ação de mercenários oriundos do Reino Unido, servindo como uma bandeira governamental que visava à manutenção da aparência de neutralidade da Inglaterra após as guerras napoleônicas”. Marechal Brant chegou a negociar com o governo inglês a flexibilização dessas regras em troca da diminuição do comércio de escravizados (DOS ANJOS, 2008, p. 49). Em carta²⁴ enviada ao Primeiro-ministro inglês, George Canning, Brant argumentava em favor da exceção para o Brasil, ao dizer que:

Não podendo ser excepção de algum economo p^a Inglaterra, visto a emigração continua q' della se faz annualmente p^a o Brazil, como trabalhadores p a cultura das terras. Não podendo ser esta exepção de algum economo p Inglaterra, visto a emigração continua q' della se faz economo p os Estados Unidos, seria de dupla vantagem p o Brazil, e p a cauza da abolição do comercio da escravatura q' todos nós desejamos adiantar, porque a introducção dos braços livres p a cultura das terras no Brazil lhe daria o gradual augmento de povoação de q' precisa, e provaria ao pnto de convicção e em breve tempo ainda as pessoas mais prejudicadas q' aquele paiz pode passar sem escravos.

Apesar das tratativas diplomáticas, a solução do General William Cotter para engajar as autoridades britânicas, foi fazer com que os homens irlandeses

21 Carta do Barão de Lages ao Barão de Itabaiana. ANRJ, Ministério da Guerra. Secção Codes SDE, Pac. 01, Irlandeses sem data, fl. 197. Cópia.

22 Carta de William Cotter a Conde de Lages. ANRJ, Ministério da Guerra. Secção Codes SDE, Pac. 01, Irlandeses, 1825, fl. 197. Cópia.

23 Carta de Cotter ao Conde de Lages. ANRJ, Ministério da Guerra, Fundo Og, Secção Codes SDE, Pac. 01, Irlandeses 1825, fl. 01 v. Cópia.

24 Arquivo diplomático da Independência, Ministério das Relações Exteriores. Volume I - Tomo I Grã Bretanha. p. 290.

partirem ao Brasil junto de suas famílias, dando a aparência de que migrariam para servirem de colonos²⁵.

William Cotter era subordinado do Major George Anton Von Schäfer, “agente responsável pela arregimentação de mercenários e colonos nos territórios germânicos” (POZO, 2010, p. 46). Assim como Schaffer, o Comandante William Cotter utilizava estratégias para enganar os imigrantes para convencê-los a virem para o Brasil. Em 1918, 88 anos após o fim da Divisão de Soldados Estrangeiros, o jornal *Correio Paulistano* publicou, no dia 05/07/1918 um artigo de Affonso d’Escragnolle Taunay, que se referia aos dois militares da seguinte forma: “Fora o Schäffer dos irlandeses, certo coronel Cotter, homem de escrúpulos frouxos, dizem-nos depoimentos, dignos de crédito, e um desses aliciadores de rebanhos humanos que nada mais enxergam se não o quantum a ganhar por cabeça”.

As estratégias enganosas para fazer com que imigrantes viessem ao Brasil mais facilmente já eram comuns. Em uma carta da mesma época, o Conde de Minuta, Domingos Antônio de Souza Coutinho Funchal, estabelece estratégias para atrair ao Brasil imigrantes irlandeses com a promessa de serem colonos²⁶. Foi justamente essa a estratégia que utilizou o Comandante William Cotter, haja vista que a imigração para ingressar no serviço militar de um outro Estado, além de poder gerar entraves diplomáticos entre os dois países, era menos atrativa para os possíveis migrantes²⁷. Consoante Lemos (2013, p. 286), o Comandante fazia promessas que incluíam a passagem grátis para o Brasil, fornecimento de roupas e alimentos e, ao chegarem ao Brasil seriam empregados. Ademais, “não fez nenhuma referência direta ao serviço militar: apenas lembrou que os imigrantes deveriam submeter-se a um treinamento militar diário [...] e que ao cabo de cinco anos dessa obrigação, os imigrantes [...] receberiam, em definitivo, cinquenta acres de terra”.

A viagem para o Brasil não foi ao encontro das promessas de Cotter a respeito de roupas e alimentação. A maior parte deles chegou ao Brasil no início de 1828, e “foram logo conduzidos para os quartéis da Rua dos Barbonos, entre os insultos da população, e escárnio da multidão dos negros, vozeando e batendo palmas, pela aparição dos escravos brancos, como se dignaram apelidar, os desgraçados irlandeses” (ARMITAGE, 2011, p. 272). Parte dos

25 Carta de William Cotter a Conde de Lages. ANRJ, Ministério da Guerra. Secção Codes SDE, Pac. 01, Irlandeses, 1827. Cópia.

26 FUNCHAL, Domingos Antônio de Sousa Coutinho. [Minuta onde o autor estabelece as condições para atrair para o Brasil agricultores irlandeses como colonos.]. [S.l.: s.n.], [Séc. XIX]. 1 doc. (2 p.).

27 Pelo que fica evidente na análise dos ofícios enviados por Schaffer e Cotter, a estratégia de engajamento de soldados irlandeses diferia da alemã por consistir em enganar os irlandeses com a promessa de serem colonos no Brasil. Quanto aos alemães, fica evidente que alguns deles vieram para o Brasil para servirem no exército, inclusive, com cargos de alta-patente.

recém-chegados resistiram ao ingresso nas forças armadas brasileiras. Alguns deles, ao perceberem que a proposta de William Cotter não se concretizou, decidiram partir para a Bahia por meio do Porto do Rio de Janeiro²⁸. Já outros procuraram o embaixador britânico Sir. Robert Gordon, para que houvesse uma regulamentação dos serviços prestados por esses soldados (SILVA, 2023, p. 3). Contudo, o diplomata apenas conseguiu fornecer ajuda médica aos irlandeses (LEMOS, 2013, p. 295).

As condições nas quais se encontravam os irlandeses no Brasil criaram uma situação tensa. Um livro publicado em 1830 pelo sacerdote Robert Walsh²⁹, lembrava da situação dos irlandeses nos quartéis militares: “*They remained in ttleir quarters, idle and unemployed, dirty and neglected, and in the same clothes which they had arrived, ragged and squalid, withmut the habits or appearance of common decency*”. A população, tanto de escravizados, quanto de livres, zombava dos irlandeses: os primeiros, por conta da situação tão degradante quanto a dos homens negros; os segundos, pelos imigrantes terem acreditado na poposta ddo Comandante William Cotter (LEMOS, 2013, p. 297).

Desde janeiro de 1828, várias revoltas foram realizadas pelos irlandeses e, logo depois, reprimidas pelo governo. Em 11 de Março de 1828, Bento Barroso Pereira, então Ministro da Guerra do Império, reportava a indisciplina dos irlandeses, que passavam desde a invasão em casas de moradores, até o não-alistamento de alguns irlandeses à Armada³⁰. A resposta ocorreu no dia 25 de Março daquele ano, quando Robert Gordon enviou³¹ uma carta na qual exigia que os imigrantes irlandeses obtivessem maiores condições de tratamento no Brasil ou que, senão, fossem enviados de volta para casa. Ainda, afirmava que as Forças Armadas não poderiam obrigar os recém-chegados a ingressarem no exército brasileiro. Após o ultimato, os oficiais brasileiros passaram a negociar com os irlandeses e os subornaram com melhores condições de vida para os imigrantes, como a proposta de aumentar o soldo diário, melhor alimentação e o fim dos castigos físicos (LEMOS, 2013, p. 302).

A insubordinação dos irlandeses chegava aos Debates na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro³². Em 09 de maio de 1828, houve referência a um

28 [DECLARAÇÃO de contrato realizado entre Mons. Miranda e Francisco de Bessa Leite, para transporte de colonos irlandeses, no brigue Vitória, do porto do Rio de Janeiro para o da Bahia.]. Rio de Janeiro: [s.n.], 03 mar. 1828. 1 p., Cópia.

29 WALSH, Robert. Notícias of Brazil: 1828 - 1829. 1830, London.

30 Collecção das Leis do Imperio do Brazil em 1828. 1828, v.3, p. 55.

31 Carta de Robert Gordon. Arquivo Histórico do Itamaraty. Item documental Ofício_271-04-02_1824-02-07. 25 de Março de 1828. Cópia.

32 Annaes do Parlamento Brasileiro. Tomo I. Câmara dos Srs. Deputados. Terceiro (3º) ano da primeira (1ª) legislatura, sessão de 1828.

“[...] *alvorço nesta cidade e ainda domingo passado aconteceu no lugar onde se acão uma desordem, que foi necessário tropa para acomodar [...]*”. Já em 04 de junho do mesmo ano, os debates voltam a ocorrer, dessa vez, com referência às autoridades que trouxeram e não prestaram assistência aos irlandeses no Brasil. Uma semana após essa sessão, teve início uma revolta que desempenharia papel crucial para os rumos da política militar e securitária da época.

Em 09 de junho de 1828, um motim envolvendo oficiais irlandeses e alemães do Terceiro Batalhão de Granadeiros eclodiu, exacerbado pelo consumo de álcool. A situação rapidamente escalou, e os afro-brasileiros aproveitaram a oportunidade para confrontar os estrangeiros³³. Mediante as constantes desmoralizações, somatizadas ao uso excessivo da força por parte dos militares brasileiros, Taunay (1918, p. 6) afirma que “levantou-se um brado geral de indignação que ecoou em todo o Império e fora dele, contra semelhante sistema de contratar colonos”. A revolta teve início com os mercenários alemães, que se insurgiram após testemunharem a punição desmedida de um de seus colegas. Os irlandeses se uniram à causa, participando de uma manifestação descontrolada que durou três dias. A contenção dos atos rebeldes foi demorada devido à desorganização das autoridades, que só conseguiram confinar os mercenários em seus quartéis após a revolta já ter repercutido. De acordo com Moreira Bento (1976, p. 109), o militar foi o “agenciador da malograda contratação de irlandeses para o Exército Brasileiro, os quais promoveram um grande motim no Rio de Janeiro, sendo em consequência enviados para o Canadá, a pedido”.

De acordo com Taunay (1918, p. 6), sobre a revolta,

Renderam-se os alemães após terem umas cinquenta baixas e os irlandeses pouco depois, havendo perdida cerca de setenta homens. Quarenta e tantas baixas tiveram as nossas forças. Foi uma repressão severa [...]. Desgostoso e assustado, dissolveu D. Pedro I os corpos de mercenários. Dos irlandeses, trezentos foram enviados para a Bahia, e dos alemães, seiscentos para o Rio Grande do Sul, como colonos. O resto regressou à Europa ou foi enviado ao Canadá, a pedido da legação inglesa.

O conflito resultou em um alto número de baixas, com cerca de 150 soldados alemães e irlandeses mortos durante os combates. No mês seguinte, os soldados e civis remanescentes, recrutados por William Cotter, foram repatriados, sendo que pelo menos 1.400 deles retornaram aos seus países de origem. A viagem de volta foi organizada pelo diplomata Robert Gordon e custeada pelo governo brasileiro. Aproximadamente quatrocentos outros decidiram permanecer no Brasil, migrando para as províncias do sul como Santa Catarina e Rio Grande do Sul, onde trabalhariam na agricultura. O imperador

³³ SEIDLER, Carl. Dez anos de Brasil. Brasília, 2003. p. 167.

Dom Pedro responsabilizou Barbazo, ministro da Guerra à época da revolta, pela incapacidade de conter o motim, o que resultou na sua demissão³⁴. Não há indícios de que William Cotter tenha sido responsabilizado ou que tenha havido qualquer tentativa de reparação por sua parte.

3. Conclusão

A estrutura social herdada do Brasil Colonial foi marcada por relações desiguais, originadas do sistema escravista e da concentração de terras, características predominantes desde os primórdios do país. Com o processo de construção do Estado nacional, Dom Pedro I idealizou um modelo de nação, que incluía a formação de um povo brasileiro. Após a Independência, o país enfrentava o temor de interferências portuguesas e a fragilidade de um Exército Nacional incapaz de lidar com tais ameaças. Nesse cenário, a mando do Imperador, estrangeiros foram trazidos ao Brasil para compor as Forças Armadas, com o objetivo de evitar que os escravizados conquistassem sua alforria, uma possibilidade indesejada pelos grandes proprietários de terra. Além disso, poucos brasileiros se alistavam no Exército, devido às condições precárias e ao caráter exploratório dos serviços militares.

Os imigrantes, atraídos por promessas de terras produtivas e melhores condições de vida, acabaram forçados a servir nas Forças Armadas, o que frustrou suas expectativas em relação ao Brasil. Recrutados por Georg Anton von Schäffer e William Cotter, esses imigrantes foram alocados na Divisão dos Soldados Estrangeiros, onde enfrentaram condições de trabalho precárias. Desiludidos e obrigados a desempenhar um serviço indesejado, os mercenários, sem a devida integração na sociedade, organizaram um motim no Rio de Janeiro em 1828, que durou de 9 a 11 de junho.

A atuação de figuras como William Cotter e Schäffer, que recrutaram imigrantes sob falsas promessas de terras, ilustra as estratégias enganosas utilizadas para atrair mão de obra estrangeira. A resistência desses imigrantes ao alistamento militar e os conflitos subsequentes com a população afro-brasileira evidenciam as dificuldades enfrentadas por esses grupos em um contexto de desigualdade e preconceito. O desenrolar da revolta revela as consequências de promessas não cumpridas e a necessidade de uma abordagem mais justa e transparente nas políticas de imigração e recrutamento militar.

34 Minuta de José Silvestre Rebello. Arquivo Histórico do Itamaraty. Item documental. Desp_235-1-16_1829-02-28. 28 de Fevereiro de 1829. Cópia.

Referências

- ALVES FILHO, A. Aspectos políticos e administrativos da formação e consolidação do Estado nacional brasileiro (1808-1889). **Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão**, Rio de Janeiro, RJ, v. 7, n. 4, p. 100–110, 2008.
- BENTO, M. **Estrangeiros e Descendentes na História Militar do Rio Grande do Sul (1635-1870)**. A Nação S.A, Porto Alegre, 1976.
- CARVALHO, Maria Elizete Guimarães. Império e educação: rupturas e continuidades no processo educacional brasileiro durante o primeiro reinado (1822-1836). **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 5, p. 7-18 jul./dez., 2010.
- HORN, L. A Política imigratória brasileira e sua legislação -1822- 1914. In: X Encontro Estadual de História - ANPUH-RS, 2010, Santa Maria. **Anais [...]** Santa Maria: 2010, 17p. Disponível em: http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1273883716_ARQUIVO_OBRASILEAIMIGRACAO.pdf. Acesso em: 12 ago. 2024.
- MURRAY, Edmundo. William Cotter, Irish officer in Dom Pedro's army of imperial Brazil. **Irish Migration Studies in Latin America**, 2016. Disponível em: https://www.irlandeses.org/0607_173to174.pdf Acesso em: 13 ago. 2024.
- TAUNAY, Affonso d'Escragno. Os mercenários e a sua literatura. **Correio Paulistano**, São Paulo, 05 mar. 1918. p. 6. Cópia. Disponível em: <https://100anosatras.wordpress.com/2018/07/05/os-mercenarios-e-sua-literatura/> Acesso em: 09 ago. 2024.
- FURTADO, Celso (1971). **Formação econômica do Brasil**. 11.ª Ed., Companhia Editora Nacional, São Paulo, Brasil.
- KAPLAN, Marcos T. (1974). **Formação do Estado Nacional**. Eldorado, Rio de Janeiro.
- LEMONS, Juvêncio Saldanha (2013). **Os Mercenários do Imperador: A primeira corrente imigratória alemã (1824 - 1830)**. Letra & Vida, Rio de Janeiro.
- PRADO JR., Caio. **História e Desenvolvimento**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1972.
- SCHWARZ, Roberto (1992). **As ideias fora do lugar**. In Aos Vencedores as Batatas, 4.ª Ed., Editora Duas Cidades, São Paulo, Brasil.
- VON SCHÄFFER, G. **O Brasil como império independente: analisado sob os aspectos histórico, mercantilístico e político**. Editora UFSM, Santa Maria, 2007.
- ARMITAGE, João. **História do Brasil**. Volume 142, Senado Federal, 2011. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/580736/000970204_Historia_Brasil.pdf. Acesso em: 09 ago. 2024.
- BRASIL. Constituição (1824). Lex: **Constituição Política do Império do Brasil**, de 25 de março de 1824. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>

ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm. Acesso em: 13 ago. 2024.

DOS ANJOS, João Alfredo. **José Bonifácio, primeiro Chanceler do Brasil**. Fundação Alexandre de Moraes, 2008. Disponível em: https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/loc_pdf/767/1/jose_bonifacio_primeiro_chanceler_do_brasil. Acesso em: 07 ago. 2024.

MOREIRA BENTO, de Cláudio. Estrangeiros e Descendentes na História Militar do Rio de Janeiro. **Academia de História Militar Terrestre do Brasil**, 1976. Disponível em: [https://ahimtb.org.br/Estrangeiros%20e%20Descendentes%20na%20Hist%C3%B3ria%20Militar%20do%20Rio%20Grande%20do%20Sul%20\(1635-1870\).pdf](https://ahimtb.org.br/Estrangeiros%20e%20Descendentes%20na%20Hist%C3%B3ria%20Militar%20do%20Rio%20Grande%20do%20Sul%20(1635-1870).pdf). Acesso em: 07 ago. 2024.

POZO, Gilmar de Paiva dos Santos. **Imigrantes irlandeses no Rio de Janeiro: cotidiano e revolta no primeiro reinado**. 2010. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal de São Paulo. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-18012011-094749/es.php>. Acesso em: 09 ago. 2024.

RIBEIRO, Gadys Sabina. **A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado**. 1997. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: https://patrimonio.uff.br/wp-content/uploads/sites/131/2020/02/Brasil-II-2020-1-Gladys_Jonis.pdf. Acesso em: 09 ago. 2024.

SCHLICHTHORST, Carl. **O Rio de Janeiro como e**, 1824-1826, (huma vez e nunca mais) : contribuições dum diário para a história atual, os costumes e especialmente a situação da tropa estrangeira na capital do Brasil. 2000. Rio de Janeiro. Editora Getúlio Costa.

SILVA, Fernanda Kelly Do Espírito Santo. **A Presença Estrangeira na Imprensa do Primeiro Reinado: Um Estudo Sobre a Revolta dos Soldados Alemães e Irlandeses no Jornal Aurora Fluminense (1827-1831)**. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.unirio.br/cchs/ppgh/producao-academica/dissertacoes-de-mestrado-e-egressos-pasta/a-presenca-estrangeira-na-imprensa-do-primeiro-reinado-um-estudo-sobre-a-revolta-dos-soldados-alemaes-e-irlandeses-no-jornal-aurora-fluminense-1827-1831>. Acesso em: 05 ago. 2024.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História da Independência do Brasil**. Volume 137, Senado Federal, 2010. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/573102/000970377_historia_independencia_brasil.pdf. Acesso em: 09 ago. 2024.



Análise da Cobertura Jornalística da Política Externa Brasileira Frente a Criação do Estado de Israel e a Partilha da Palestina

*Analysis of the Journalistic Coverage of Brazilian Foreign Policy
Regarding the Creation of the State of Israel and the
Partition of Palestine*

Ana Júlia Freitas Gomes¹

Pedro Augusto Dall'Oglio Bergamaschi²

Lucas Bernardi Benincá³

RESUMO

Busca-se, neste artigo, realizar uma análise da cobertura midiática sobre as ações da política externa desenvolvidas no governo de Eurico Gaspar Dutra e de atuação do diplomata Oswaldo Aranha, com foco na partilha do território da Palestina e na criação do Estado de Israel a partir do ano de 1948. Para isso, utilizaremos o método indutivo, tendo como fontes primárias artigos de jornais influentes da época, como o jornal *A Noite* e o *Correio da Manhã*. Somada à investigação documental, será realizada uma revisão crítica da literatura acadêmica nessa temática, a fim de situar os eventos históricos no quadro teórico mais amplo das Relações Internacionais e dos estudos de comunicação. A presidência do diplomata Oswaldo Aranha na II Assembleia Geral da ONU, para a partilha do território Palestino e consequente nascimento do Estado de Israel, foi crucial para a manutenção da imagem diplomática brasileira no sistema internacional. Desse modo, espera-se compreender como a participação do Brasil na criação de um novo Estado foi relatada pelos seus principais veículos de comunicação, os quais moldavam a percepção e a opinião pública sobre os assuntos em voga.

Palavras-chave: Política Externa Brasileira. Cobertura jornalística. Conflito Israelo-Palestino.

1 Graduanda de Relações Internacionais na Universidade Federal de Santa Maria. Pesquisadora no GEIPRI - CNPq/UFSM. Email: gomes.ana@acad.ufsm.br.

2 Graduando de Relações Internacionais na Universidade Federal de Santa Maria. Pesquisador no GEIPRI - CNPq/UFSM. Email: pedro.bergamaschi@acad.ufsm.br.

3 Graduando de Relações Internacionais na Universidade Federal de Santa Maria. Email: lucas.bernardi@acad.ufsm.br.

ABSTRACT

This article aims to analyze the media coverage of the foreign policy actions carried out during the government of Eurico Gaspar Dutra and the diplomatic efforts of Oswaldo Aranha, with a focus on the partition of Palestine and the creation of the State of Israel in 1948. The study will employ the inductive method, drawing on primary sources such as influential newspapers of the time, including *A Noite* and *Correio da Manhã*. In addition to the documentary investigation, a critical review of the academic literature on the subject will be conducted to situate these historical events within the broader theoretical framework of International Relations and communication studies. Oswaldo Aranha's presidency of the Second UN General Assembly, which oversaw the partition of Palestine and the subsequent creation of the State of Israel, was pivotal for maintaining Brazil's diplomatic reputation in the international system. Thus, this study seeks to understand how Brazil's role in the creation of a new state was reported by its main media outlets, which shaped public perception and opinion on the prevailing issues of the time.

Keywords: Brazilian Foreign Policy. Journalistic Coverage. Israeli-Palestinian Conflict.

Introdução

A análise da cobertura midiática sobre as ações da política externa durante o governo de Eurico Gaspar Dutra e a liderança diplomática de Oswaldo Aranha revela-se fundamental não apenas para compreender os eventos históricos da partilha do território da Palestina e a criação do Estado de Israel em 1947, mas também para investigar os complexos mecanismos de percepção pública e influência internacional da época. Este estudo utiliza um método indutivo baseado em fontes primárias como artigos de jornais significativos da época, incluindo os jornais *A Noite* e o *Correio da Manhã*, que relataram a criação do Estado de Israel e, por conseguinte, a partilha do território da Palestina. Além disso, revisaremos a literatura que trata sobre o tema, a fim de garantir diferentes perspectivas e abordagens tanto da época, quanto do período que sucedeu a formação do Estado de Israel. A partir disso, é feita uma investigação aplicada, pois não realizamos o aprofundamento em nenhuma teoria, apesar de existirem referências à Teoria Crítica, produzindo um estudo histórico-descritivo, baseado em uma análise histórica dos acontecimentos no Brasil e na referida região do Oriente Médio.

Este estudo visa não apenas compreender como esses eventos foram percebidos e relatados pela imprensa brasileira da época, mas também contextualizar essas

percepções dentro do quadro teórico mais amplo das Relações Internacionais e dos estudos de comunicação. Aspectos econômicos, sociais e políticos desempenharam papéis fundamentais nas decisões de política internacional do governo brasileiro da época, refletindo as tensões globais da Guerra-Fria. É visto que

O alinhamento à política externa estadunidense se expressou, no seio das Forças Armadas, também na criação da Escola Superior de Guerra (1948): em torno à ala mais 'panamericanista' oriunda da Força Expedicionária Brasileira (FEB), o alinhamento à cruzada anti-comunista global seria justificado não só pela necessidade de apoio mútuo no combate a ameaças externas, mas pela repressão ao 'inimigo interno' (subversão popular comunista) (BASTOS, 2010, p. 287).

O posicionamento político interno do governo brasileiro foi forjado por uma interação complexa desses fatores, sendo um reflexo não apenas das dinâmicas globais da época, mas também das demandas e percepções internas. Nesta perspectiva, a análise proposta não apenas retorna a um capítulo significativo da história diplomática brasileira, mas também oferece recortes sobre como a mídia da época moldou a percepção pública e influenciou a opinião sobre assuntos cruciais para o sistema internacional.

2. Contexto histórico

2.1 Sistema Internacional

O sistema internacional passava por uma reconfiguração após os desdobramentos da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). O conflito envolveu nações dispersas pelo globo terrestre, divididas em duas coalizões: Aliados (Estados Unidos, Reino Unido e União Soviética) e o Eixo (liderado pela Alemanha, Itália e Japão). Findada a Guerra, os reflexos da destruição econômica e mundial assolaram em sua maioria as nações europeias, ao passo que Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviética emergiram como potências mundiais. Recorrendo ao Plano Marshall, os EUA lançaram uma série de empréstimos a fim de reconstruir o velho continente e manter sua influência sob a região. Não tardaria para o mundo vir presenciar o surgimento de um conflito ideológico, a Guerra Fria, por meio da sua divisão em dois blocos, o capitalista e o comunista. Ademais, a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945, marca a substituição do insucesso da Liga das Nações e a tentativa de promover a paz e a cooperação internacional dos países, frente a um mundo já tão assolado pela ganância de poder. A fundação do FMI (Fundo Monetário Internacional) e do Banco Mundial (BIRD), durante a Conferência de Bretton Woods em 1944, refletem o desejo de cooperação e a necessidade de reconstrução do continente europeu.

O Brasil também sentia os reflexos do cenário internacional dentro de seus limites territoriais. No imediato pós-guerra uma situação de dubiedade se sucedeu no Brasil, frente ao governo autoritário de Vargas e a defesa dos pracinhas do bloco da democracia. Não tardou para o fim do governo de Getúlio Vargas em 1945, e o início de um processo de redemocratização.

Com a promulgação de uma nova Constituição em conjunto do estabelecimento de um regime de poder democrático, os cidadãos brasileiros passaram a desempenhar um papel mais ativo na política, juntamente com a garantia de seus direitos fundamentais. Essas mudanças vieram em consonância com o alinhamento brasileiro aos Estados Unidos, defensor da democracia e de seus princípios implícitos a ela, acentuada ainda mais durante o Governo Dutra. O recorte temporal vem em conjunto com a ascensão da Guerra Fria e o “alinhamento sem recompensas”, nas Palavras de Gerson Moura⁴, para a parceria Brasil-EUA. Tal caracterização se deve à fidelidade depositada pelo Brasil aos norte-americanos, sem um retorno significativo deste país, com a abertura econômica a receptividade acalorada à cultura americana, determinante do caráter ideológico do período em voga. É em meio a esse panorama que a política externa brasileira vai se engajar em um papel multilateral e de atuação diplomática frente às nações e propriamente à ONU, o exemplo fundamental diz respeito ao tema de pesquisa do artigo em questão: a presidência da Assembleia Geral da ONU, sob a partilha da Palestina, pela resolução 181 de Oswaldo Aranha, em 1947.

2.2 Questão israelo-palestina

O conflito israelo-palestino tem suas raízes muito além da situação presenciada em 2022, remontando ao final do século XIX, a questão vai se dar em torno de duas populações, os judeus e os árabes palestinos, ambos reivindicando seu território. Os judeus, até meados do século XIX, não residiam em um único país, mas estavam dispersos por diversas partes do globo. Tal dispersar fomentava perseguições e discriminações, justamente pela falta de um senso de união. Frente a essa situação, surge o movimento sionista, compreendido, pelas palavras de Herzl (1986, p.45) como a necessidade de os judeus terem para si, um país próprio onde poderiam viver em segurança. Foi este ideal que fez com que muitos judeus migrassem para a Palestina, pela crença de que esta região era, há muitos anos, habitada por seus ancestrais. A situação de perseguição se tornou insustentável com o movimento antisemita na Europa em meados das décadas de 1930 e 1940, onde a Alemanha e outros países perseguiram e aniquilaram milhões de judeus.

4 MOURA, Gerson. O Alinhamento sem Recompensa: a política externa do governo Dutra. EDUSP, 2022.

O movimento de migração em massa para a região foi gradualmente entrando em rota de conflito, visto que a região era habitada pelos árabes palestinos. Não tardou para que, em meados dos anos 1920, a região que estava sob domínio Britânico, se tornasse palco de conflitos. Foi justamente pela Declaração Balfour, que o Reino Unido expressou apoio à criação de um estado judeu em território palestino (GILBERT, 1997, p.50). Os judeus que agora ali habitavam foram expandindo suas possessões, com a compra de terras e construção de comunidades, que acabavam forçando o deslocamento dos árabes e causando um sentimento de ameaça. As hostilidades na região permaneceram durante todo o período, chegando em 1947, a uma idealização de solução para o problema. A Organização das Nações Unidas propôs a divisão do território da Palestina em dois estados: um judeu e um árabe, intitulada Plano de Partilha da Palestina. É visto que os judeus aceitaram a proposta, com a criação do Estado de Israel em 1948, passando por cima dos interesses do povo árabe palestino que não foi conforme a ideia, defendendo a existência de um único país árabe (GILBERT, 1997, p.50). A imposição foi vista como outra atuação imperialista da ONU frente ao interesse dos povos árabes.

A atuação das Nações Unidas e o surgimento de um novo Estado sionista foi recebida com aversão, reflexo sentido na Guerra de Nakba, que ocasionou na migração massiva de árabes palestinos para outras regiões. De acordo com Danfulani, Leawat e Dinshak (2021, p. 27), em 1947/48, os judeus proclamaram a criação do Estado de Israel, reivindicando os territórios sob seu controle logo após o término do mandato britânico na Palestina em 14 de maio de 1948. A rejeição palestina a essa proclamação resultou em um conflito que culminou na primeira guerra árabe-israelense. A sobreposição cultural e de interesses é fonte do conflito ao longo dos anos, pela saudosa lembrança de suas heranças deixadas para trás, fomentando a sensação de desamparo e necessidade de restituição⁵.

3. Política externa brasileira

A política exterior brasileira ao longo do século XX pode ser caracterizada por uma busca constante de inserção internacional que alinhasse os interesses nacionais com as dinâmicas globais. Assim sendo, desde o início da República, o Brasil procurou se posicionar e consolidar como uma potência regional e, posteriormente, como um ator relevante no sistema internacional. Nesse cenário, com a transição para o período pós-Segunda Guerra Mundial, o Brasil enfrentou novos desafios, especialmente com o início da Guerra Fria, e ajustou sua política externa para refletir o novo contexto bipolar.

5 DANFULANI, Walnshak Alheri; LEAWAT, Jesse. James; DINSHAK, Luka Dajahar. Israeli/Palestinian conflict: a review of the past and the present. *Journal of Business and Social Science Review*, v. 2, n. 9, p. 27, 2021

3.1 Governo Eurico Gaspar Dutra

Durante o governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), a Política Exterior do Brasil pode ser definida por uma conformidade crescente com os Estados Unidos da América, em resposta ao emergente cenário da Guerra Fria. Assim sendo, Dutra acreditava que, para garantir a proteção e o progresso da população, era necessário firmar uma posição clara contra o comunismo, alinhando-se às democracias ocidentais. Isso se refletiu na adesão ao Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) e no apoio às políticas de contenção do comunismo lideradas pelos Estados Unidos. Ou seja, o TIAR integrava o sistema americano e estabelecendo conexões consequentes ao contexto global. Ainda, criava instrumentos para preservar a paz e segurança na região, mas mantendo autonomia de atuação no que tange à Organização Universal. Ainda assim, a América Latina se alinhava à geopolítica dos Estados Unidos sem questionar decisões de tal magnitude (CERVO; BUENO, 2002, p. 291).

Além disso, o presidente buscou integrar o Brasil nas instituições econômicas e políticas internacionais emergentes, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e as Nações Unidas. Essa inserção no sistema multilateral visava assegurar ao Brasil um espaço de diálogo e cooperação, ao mesmo tempo em que buscava atrair investimentos estrangeiros necessários para a reconstrução e modernização da economia brasileira. Posto isso, a política externa de Dutra, embora criticada por alguns setores como excessivamente alinhada aos interesses norte-americanos, consolidou o Brasil como um aliado estratégico no hemisfério ocidental. Sobre isso,

O Brasil deu apoio às teses norte-americanas que regulamentaram pela ONU e pelos novos órgãos multilaterais (Bird, Gatt, FMI) o sistema do pós-Guerra. Firmou a aliança regional e criou facilidades para a penetração econômica dos norte-americanos em detrimento da autonomia interna. Uma política exterior de concessões sem barganha (CERVO, 1994, p. 34).

3.2 Posicionamento do Brasil frente a criação do Estado de Israel

A criação do Estado de Israel, em 1947, foi um dos momentos mais significativos da diplomacia brasileira no período pós-guerra, uma vez que o Brasil desempenhou um papel de destaque nas discussões que levaram à partilha da Palestina. Dessa forma, Osvaldo Aranha, então chefe da delegação brasileira na ONU, teve uma participação crucial na condução dos debates e na mediação entre as partes envolvidas.

Posto isso, o Estado brasileiro expressou apoio à Resolução 181, que recomendava a criação de dois estados, um judeu e um árabe, no território da Palestina. Este posicionamento refletiu tanto a simpatia por parte da diplomacia

brasileira pelos esforços de criação de uma pátria ao povo judeu, quanto a necessidade de se alinhar com os Estados Unidos e demais países alinhados. Assim, a atuação brasileira foi fundamental para a aprovação da resolução, e o papel de Aranha foi amplamente reconhecido, consolidando a reputação do Brasil como um mediador hábil e um defensor da paz e da cooperação internacional.

Apesar disso, a decisão do Brasil de reconhecer o Estado de Israel foi postergada por três razões centrais. Primeiramente, o país tinha interesses diplomáticos significativos no Oriente Médio, mantendo embaixadas em nações como Egito e Síria, que estavam em conflito aberto com Israel. Assim, fez isso para evitar qualquer desgaste nas suas relações com esses países árabes e prevenir possíveis tensões diplomáticas, priorizando suas alianças estratégicas na região e a manutenção de um equilíbrio diplomático delicado; em segundo lugar, havia uma significativa comunidade de imigrantes sírio-libaneses no Brasil, os quais eram contrários ao reconhecimento; por fim, o Brasil esperava o reconhecimento amplo da comunidade internacional, alinhando-se à sua política de seguir a posição da maioria (VIGEVANI; KLEINAS, 1999). Esses fatores demonstram como a diplomacia brasileira buscava equilibrar suas relações no Oriente Médio, pois visavam evitar confrontos diretos e manter uma postura cautelosa diante de questões delicadas no cenário internacional.

3.3 Política Externa Brasileira no que tange à Oswaldo Aranha

Oswaldo Aranha, como um dos mais influentes diplomatas brasileiros, teve uma atuação decisiva na formulação da política externa brasileira no período pós-guerra. A sua abordagem pragmática e dinâmica buscava garantir que o Brasil mantivesse uma posição relevante no novo sistema internacional, que estava sendo moldado após a Segunda Guerra Mundial. Aranha acreditava na necessidade de fortalecer a relação com os norte-americanos, considerando esse relacionamento crucial para garantir a proteção brasileira e o crescimento da economia. Nesse contexto, Moura (1991, p. 59-60) destacou que, durante o governo Dutra, a política do Brasil na ONU era seguir a posição dos Estados Unidos. Porém, em casos de conflito entre a Argentina e os norte-americanos, o Brasil deveria tentar manter a solidariedade com os EUA, de maneira a não adotar uma atitude adversa à Argentina. Ademais, adequa-se salientar que Aranha exemplifica o conceito de “Homem de Estado” descrito por Renouvin e Duroselle (1967), ao desempenhar um papel decisivo na política externa brasileira durante o Estado Novo, período durante o qual Aranha era Ministro das Relações Exteriores. Assim como os autores sugerem que é essencial entender o líder para compreender suas políticas, o diplomata demonstrou que suas decisões eram moldadas tanto por suas convicções pessoais quanto

pelas pressões internas e externas. Ainda, sua habilidade em articular alianças internacionais, especialmente com os Estados Unidos, enquanto promovia os interesses nacionais, ilustra a ideia de que a figura do estadista é fundamental na definição e condução da política de um país. Posto isso, Oswaldo Aranha, ao equilibrar essas influências, consolidou o Brasil como personalidade de destaque no cenário global e reafirmou a importância do “Homem de Estado” na história das relações internacionais.

3.4 Presidência da Assembleia Geral

A presidência de Oswaldo Aranha na Assembleia Geral da ONU, durante o período de 1947 a 1948, foi um marco na história da diplomacia brasileira. Durante seu mandato, Aranha presidiu sessões decisivas, incluindo aquela, já abordada, que aprovou a Resolução 181, a qual estabeleceu a partilha da Palestina e levou à criação do Estado de Israel. Assim sendo, sua atuação foi essencial para conduzir as negociações em um momento de intensas pressões políticas e diplomáticas, tanto de potências ocidentais quanto de nações árabes. Dessa maneira, ao ganhar o cargo de presidente, o jornal brasileiro *Folha da Manhã* noticiava:

Entusiásticas e prolongadas aclamações saudaram a vitória do dr. Oswaldo Aranha. No seu discurso de abertura como presidente da Assembleia Geral declarou, entre outras coisas, o seguinte: ‘Todas as forças da terra estão aqui reunidas. [...] Somos a expressão das mais altas aspirações da solidariedade humana e da paz. Não podemos exagerar a importância do problema que se nos apresenta. Não podemos também, permitir que a confusão continue e as Nações Unidas devem encontrar uma solução para os conflitos do mundo.’ [...] (Folha da Manhã, São Paulo, 29 de abr. de 1947, p. 3).

Ademais, sua liderança na Assembleia Geral destacou a habilidade diplomática do Brasil em mediar conflitos complexos e em promover a paz através do diálogo. Sob sua presidência, o Brasil consolidou sua imagem de defensor do multilateralismo e da solução pacífica das controvérsias, princípios que continuam a nortear a política externa brasileira. Portanto, o sucesso de sua presidência na ONU também reforçou a importância do Brasil como um interlocutor respeitado no cenário internacional, o que contribuiu para a promoção de uma ordem mundial mais equilibrada e cooperativa.

4. Cobertura jornalística da partilha da Palestina e da criação do Estado de Israel

4.1 *Jornal CORREIO DA MANHÃ*

Para compreender a ideologia e a transmissão de informações do *Correio da Manhã* durante 1947 e 1948, período crucial para a divisão da Palestina e criação de Israel, é necessário entender sua história e posição política. Fundado em 1901 por Edmundo Bittencourt, o jornal destacou-se pela oposição e independência editorial, combatendo inicialmente a República Velha e, posteriormente, criticando governos como o de Getúlio Vargas durante o Estado Novo (BRASIL, 2020, p.1). No governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), o *Correio da Manhã* adotou uma postura crítica, especialmente nas articulações de Carlos Lacerda, contra o que considerava ameaças à democracia, como o crescimento do comunismo e o movimento “queremista”⁶. Apesar da oposição, o jornal não rejeitou completamente o governo Dutra, mantendo uma linha editorial que oscilava entre o liberalismo e o anticomunismo⁷.

4.1.1 *A Partilha da Palestina*

No dia 29 de novembro de 1947, o jornal *Correio da Manhã* publicou a manchete “Adiada para hoje a votação sobre a Palestina” na edição n. 16.281, destacando a previsão do presidente da Assembleia Geral das ONU, Oswaldo Aranha, de que a proposta de partilha da Palestina seria aprovada. Conforme relatado no jornal, durante a sessão do dia 28 de novembro, o delegado colombiano Alfonso López propôs a criação de um órgão especial para promover a conciliação entre judeus e árabes, enquanto o delegado francês, Alexandre Parodi, solicitou o adiamento da votação para permitir a consideração dessa proposta⁸. O adiamento foi aprovado, transferindo a votação final para o dia seguinte. Após o evento, Oswaldo Aranha fez previsões sobre o resultado da votação, estimando trinta votos a favor da partilha contra no máximo quinze contrários. Entre os países com votos indeterminados, Aranha mencionou a Argentina, Honduras, Paraguai, Nicarágua e Filipinas⁹. Simultaneamente, o correspondente de Jerusalém, Elav Simon, relatou a presença de judeus no Muro das Lamentações, enquanto líderes árabes alertavam seus seguidores para se prepararem para uma possível guerra¹⁰.

6 BRASIL, 2020, p.1.

7 *Idem*.

8 CORREIO DA MANHÃ, 1947, p.1. ed. 16.281.

9 *Idem*.

10 *Idem*.

No dia seguinte, a manchete da edição n. 16.282 do *Correio da Manhã* anunciava “A Palestina será dividida”, com a proposta russo-norte-americana aprovada por 33 votos a favor e 13 contra. A proposta árabe, que defendia a criação de um Estado Árabe independente até 1º de agosto de 1948, foi rejeitada, e os delegados árabes se retiraram da Assembleia¹¹. O jornal também destacou a declaração do secretário-geral da Liga Árabe, Azzan Pachá, que afirmou que a aprovação do plano significava para os árabes apenas a “guerra contra os judeus”. Embora o posicionamento da delegação brasileira não tenha sido explicitamente discutido nas edições do jornal, é indicado que o Brasil era favorável à partilha e alinhado ao posicionamento estadunidense.

Na edição n. 16.283, de 2 de dezembro de 1947, a manchete “Parece inevitável uma ‘Guerra Santa’” relata as primeiras revoltas árabes contra os judeus após a decisão da ONU, que resultaram em 14 mortes. A matéria reflete o receio dos judeus de que esses conflitos se transformassem em uma Guerra Santa¹². Os artigos do jornal sempre ressaltaram as declarações de Oswaldo Aranha, que afirmou: “A decisão da Assembleia será registrada como uma contribuição memorável à solução pacífica e construtiva dos problemas mundiais”¹³. A visita de Daniel Frish ao Brasil, vice-presidente da Organização Sionista Americana, foi relatada pelo jornal como um momento de agradecimento ao apoio brasileiro na Assembleia Geral da ONU e incluiu uma menção à mãe de Aranha, que, segundo Frish, teria influenciado positivamente o apoio de Aranha à causa judaica¹⁴.

4.1.2 A Criação do Estado de Israel

O dia 14 de maio de 1948 marca a Independência do Estado de Israel e o acirramento das disputas por esse território no Oriente Médio. A edição nº 16.918, referente ao dia 15 de maio de 1948, destaca a manchete “Proclamado o Estado de Israel” na capa principal, com ênfase que “O presidente Truman declara que os Estados Unidos reconheceram o governo provisório” (CORREIO DA MANHÃ, 1948, p.1). A primeira parte da reportagem apresenta, na íntegra, a carta de Declaração de Independência do Estado de Israel, que afirma sua soberania segundo sua ocupação e pertença milenar ao território e sua tradição religiosa, que evidencia uma aproximação judaico-cristã. O foco no reconhecimento dos Estados Unidos já era previsto, se considerarmos as declarações acerca da partilha do território. O jornal *Correio da Manhã*, dessa forma, tende a se alinhar ao posicionamento norte-americano e, conseqüentemente, condenar

11 CORREIO DA MANHÃ, 1947, p.1. ed. 16.282.

12 *Idem*.

13 CORREIO DA MANHÃ, 1947, p.3. ed. 16.283.

14 CORREIO DA MANHÃ, 1948, p.3. ed. 16.918.

veementemente as declarações dos Estados Árabes. Nos dias posteriores à declaração de independência, os Estados Árabes firmaram oficialmente o estado de guerra contra Israel, que já ocorria desde a assinatura da partilha. Não há, entretanto, qualquer menção imediata ao posicionamento brasileiro.

Sobre o reconhecimento dos EUA, a edição nº 16.919, do dia 16 de maio de 1948, declara que ele era esperado, mas não total e imediatamente (CORREIO DA MANHÃ, 1948). A manchete anuncia “Três frentes de batalha em Israel”, clarificando que a cidade de Jerusalém está “sob domínio judaico”¹⁵ e que houve um “bombardeio aéreo em Tel-Aviv”¹⁶ no olho da notícia. Toda a reportagem detalha a preparação, tanto do lado árabe, quanto do lado judeu, à guerra, mas, neste artigo, preferimos enfatizar a notícia do reconhecimento e posicionamento brasileiro sobre a independência de Israel. O articulista diz que um porta-voz da Liga Árabe declarou o reconhecimento dos EUA como “estranho movimento, vindo tão rapidamente depois que os Estados Unidos anunciaram o abandono da partilha. Ele não afetará a decisão dos árabes de lutar até o fim”¹⁷. O Brasil, segundo a notícia, foi um dos 20 países que aprovou a “proposta de criação de um regime de curadoria em Jerusalém”¹⁸, entretanto, essa proposta estadunidense não foi aprovada por não possuir $\frac{2}{3}$ dos votos necessários. O governo brasileiro veio a reconhecer o Estado de Israel apenas em fevereiro do ano seguinte, 1949¹⁹. Entretanto, o jornal revela que o posicionamento do Brasil andou sempre alinhado ao dos Estados Unidos.

4.2 Jornal A NOITE

O jornal *A Noite*, fundado em 19 de julho de 1911 por Irineu Marinho no Rio de Janeiro, passou por diversas transformações editoriais e políticas ao longo de sua história. Inicialmente, apoiava a candidatura civilista de Rui Barbosa e se posicionava contra o governo de Hermes da Fonseca, adotando uma postura crítica em relação ao autoritarismo (BRASIL, 2014, p.1). Durante a década de 1920, o jornal continuou na oposição, apoiando movimentos como as revoltas tenentistas, o que resultou em repressões e prisões de seus diretores. Contudo, após a saída de Irineu Marinho, *A Noite* passou a apoiar o governo de Washington Luís e a candidatura de Júlio Prestes. Após a Revolução de 1930 e a vitória de Getúlio Vargas, o jornal sofreu depredações e entrou em crise, sendo posteriormente controlado por um grupo estrangeiro liderado por Guilherme

15 CORREIO DA MANHÃ, 1948, p.1.ed. 16.919.

16 *Idem*.

17 CORREIO DA MANHÃ, 1948, p.1. ed. 19.920.

18 *Idem*.

19 Não consta no jornal por ser um conhecimento contemporâneo.

Guinle. Sob nova administração, o jornal adotou uma postura mais moderada até ser incorporado ao patrimônio nacional durante o Estado Novo, em 1940 (BRASIL, 2014, p.2).

4.2.1 A Partilha da Palestina

A retratação sobre o caso da Palestina, no jornal *A Noite*, pode ser interpretado como mais ameno do que o do *Correio da Manhã*. Inicialmente, a cobertura jornalística da Assembleia decisiva sobre o território Palestino foi mais ínfima em detalhes. A primeira referência ao caso ocorre na edição nº 12.736 do dia 1 de dezembro de 1947, com a manchete em destaque na primeira página do periódico, dizendo “Luta de morte entre árabes e judeus!”. Apesar do olho da reportagem se referir ao “Início da matança de israelitas na Terra Santa”²⁰ o corpo da notícia revela uma defesa mais diplomática e menos militar por parte dos líderes árabes. Em diversas passagens, o articulista traça comentários como “As reações dos meios árabes sobre a decisão da ONU refletem amargura diante de um fato que considera contrário aos princípios da Carta, e como tal absolutamente nulo”²¹. Além disso, destaca-se respostas dos representantes árabes como o fato de decisão ser “‘anti-democrática’ que permite à Carta ser assassinada”²². Na continuidade, apenas notícias de revoltas ou entrevistas de representantes árabes e israelitas são divulgadas, sem referência política e ideológica, além de não haver nenhuma menção ao presidente da Assembleia, Oswaldo Aranha, ou ao posicionamento da delegação brasileira na votação, mesmo havendo passado dois dias da sua ocorrência.

Na reportagem do dia posterior, 02 de dezembro de 1947, na edição nº 12.737, a manchete presente na primeira página do jornal revela “Mobilizam-se os judeus na Palestina”, referenciando-se, no olho da notícia, que foram “Abertos doze centros de recrutamento - Homens e mulheres de 17 a 25 anos - Tensão caminha para o auge”²³. Vemos, portanto, a retratação de uma guerra iminente durante toda a reportagem. Grupos de judeus passam a se mobilizar, com campos de recrutamento que recebem homens e mulheres para a preparação ao combate, o jornal afirma que eles se veem “lançados em uma situação na qual será necessário mobilizar todo o pessoal da nação”²⁴. As declarações de representantes e líderes árabes são, novamente, retratadas, mas com menos ênfase na violência e ataque, diferentemente do que ocorrera no *Correio da*

20 A NOITE, 1947, p.1. ed. 12.736.

21 A NOITE, 1947, p.3. ed. 12.736.

22 *Idem*.

23 NOITE, 1947, p.1. ed. 12.737.

24 *Idem*.

Manhã. O presidente da República da Síria declara, segundo o jornal *A Noite* (1947, p.3)

Enquanto tivermos nas veias uma gota de sangue, a Palestina permanecerá árabe, mesmo que todos os países do mundo se unam contra nós. O Médio e o Próximo Oriente, que desejamos que fosse o centro da paz na Ásia serão, já que assim o desejara as Nações Unidas, uma fonte eterna de conflitos.

Finalmente, são relatadas as manifestações e protestos de jovens árabes em Jerusalém, tais como incêndios em lojas, depredações de automóveis e incêndios. Novamente, não há nenhuma menção do posicionamento brasileiro quanto ao caso.

4.2.2 *A Criação do Estado de Israel*

Há a retratação mais detalhada do desenvolver da guerra entre árabes e judeus, bem como do envolvimento estadunidense nos conflitos políticos, diplomáticos e militares, nas manchetes “Marshall adverte aos árabes e judeus”²⁵, “Proclamam os árabes a ‘guerra santa’ contra os judeus!”²⁶ e “Desenvolve-se a guerra na Palestina”²⁷, dos dias 14, 15 e 17 de maio de 1948, respectivamente, do jornal *A Noite*. Entretanto, como vimos no caso da partilha do território Palestino, o periódico não anuncia o posicionamento do governo brasileiro frente a declaração de independência israelense. Vale lembrar que o jornal ainda estava sujeito aos ditames do governo por ser incorporado ao patrimônio nacional pelo Estado Novo, já que o governo Dutra deu continuidade a esse projeto. Por isso, podemos compreender que, de certa forma, havia uma tentativa de afastamento da política e entendimento interno brasileiro quanto ao caso até que, em 1949, os laços diplomáticos entre Brasil e Israel fossem firmados.

5. Conclusão

A política externa brasileira ao longo o período do pós-guerra, especialmente sob a liderança de Eurico Gaspar Dutra e Oswaldo Aranha, exemplifica o complexo equilíbrio entre interesses nacionais, pressões internacionais e os imperativos de projeção de imagem no cenário global. Assim sendo, a postura do Brasil frente à criação do Estado de Israel revela não apenas uma tentativa de alinhamento com as potências ocidentais, mas também uma cautela necessária para manter relações diplomáticas favoráveis com os países

25 A NOITE, 1948, p.1.ed. 12.872.

26 A NOITE, 1948, p.1. ed. 12.873.

27 A NOITE, 1948, p.1. ed. 12.874.

árabes e outras nações influentes na ONU. Dessa forma, a diplomacia brasileira buscou garantir sua relevância internacional sem comprometer suas relações com diferentes blocos regionais.

Além disso, a atuação de Oswaldo Aranha na presidência da Assembleia Geral da ONU, que culminou na aprovação da Resolução 181, consolidou o Brasil como um mediador relevante no sistema internacional. Essa atuação não só refletiu a importância que a diplomacia brasileira atribuía à contribuição e a cooperação internacional, mas também enfatizou a atuação brasileira em momentos decisivos para a comunidade global. No entanto, a demora brasileira em reconhecer formalmente o Estado de Israel também indica as complexidades inerentes à política externa de uma nação que, por um lado, buscava navegar as águas turbulentas da Guerra Fria e, por outro, tentava equilibrar suas necessidades regionais.

Paralelamente, a cobertura midiática brasileira da época, conforme analisado através dos jornais *Correio da Manhã* e *A Noite*, desempenhou um papel crucial na formação da opinião pública e na disseminação das narrativas oficiais, uma vez que a maneira como esses veículos relataram os eventos internacionais e as decisões diplomáticas reflete não apenas a influência da mídia na moldagem das percepções populares, mas também sua importância na construção da imagem nacional no exterior. Portanto, a mídia atuou como uma ponte entre as ações do governo e a compreensão pública desses eventos, o que reforçou a narrativa oficial do Brasil como um ator global.

Referências

- AGUIAR, Paula Hohgrave. Os Acordos de Oslo (1993) – consequências e causas das Intifadas. Trabalho de Conclusão de Curso, UFRGS, 2011.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de; ARAÚJO, João Hermes Pereira de. Oswaldo Aranha: na continuidade do estadismo de Rio Branco. In: PIMENTAL, José Vicente (Org.). *Pensamento Diplomático Brasileiro: Formuladores e Agentes da Política Externa (1750-1964)*. Vol. 3. Brasília: FUNAG, 2013.
- AMADO, Janaina. *Brasil-Estados Unidos: A Conexão de Oswaldo Aranha*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.
- BAEZA, Cecília. O reconhecimento do Estado Palestino: origens e perspectivas. *Boletim Meridiano* 47, vol. 12, n. 126. IBRI, 2011.
- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Liberal Esclarecido ou Aliado Fiel? Sobre a Natureza da Política Econômica Externa Brasileira no Governo Dutra (1946-1951). *Economia, Selecta*, Brasília, v. 11, n. 4, p. 285-320, dez. 2010.
- BETHELL, Leslie (Ed.). *A History of Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

BRASIL. Ministério de Relações Exteriores. Embaixada do Brasil em Tel-Aviv. *Brasil – Israel*. Disponível em: <http://telaviv.itamaraty.gov.br/pt-br/brasil-israel.xml>. Acesso em: 8 ago. 2024.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Estado de Israel*. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/relacoes-bilaterais/todos-os-paises/estado-de-israel>. Acesso em: 10 ago. 2024.

BRASIL. Ministério de Relações Exteriores. *Relatórios Ministeriais Anuais do Itamaraty*. Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial/rela%C3%A7oes_exteriores. Acesso em: 8 ago. 2024.

BRASIL. Arquivo Histórico do Itamaraty. Telegramas do Ministério de Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, 1947.

BRASIL, Bruno. A Noite (Rio de Janeiro, 1911). *Hemeroteca*, 31 jul. 2014. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568&PagFis=31909&Pesq=>. Acesso em: 6 ago. 2024.

CANÓ, Wilson. Crise e industrialização no Brasil entre 1929 e 1954: a reconstrução do Estado Nacional e a política nacional de desenvolvimento. São Paulo: *Rev. Econ. Polit.*, vol. 35, n. 3, 2015. ISSN 1809-4538.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2005.

CASARÕES, Guilherme; VIGEVANI, Tullo. O lugar de Israel e da Palestina na política externa brasileira: antisemitismo, voto majoritário ou promotor de paz? *História*, São Paulo, 2014. ISSN 1980-4369.

CERVO, Amado Luiz (Coord.). *O desafio internacional: a política exterior do Brasil de 1930 aos nossos dias*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1994. 354 p.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. 613 p.

CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas. *O Brasil nas Nações Unidas 1946-2011*. Brasília: FUNAG, 2012.

DANFULANI, Walnshak Alheri; LEAWAT, Jesse James; DINSHAK, Luka Dajahar. Israeli/Palestinian conflict: a review of the past and the present. *Journal of Business and Social Science Review*, v. 2, n. 9, p. 27, 2021.

FELDBERG, Samuel. *Estados Unidos e Israel: uma aliança em questão*. São Paulo: Editora Hucitec, 2008.

FOLHA DA MANHÃ. São Paulo, 29 abr. 1947, p. 3. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br>. Acesso em: 12 ago. 2024.

FREITAS, Auxília Ghisolfi. Oswaldo Aranha e a Política Pendular de Vargas no Estado Novo. Comunicação apresentada na XXVII Semana de História, Universidade de São Paulo, 2019.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Hemeroteca Digital.

Adiada para hoje a votação sobre a Palestina. Correio da Manhã, Rio de Janeiro: p. 1, ed. 16.281, 29 nov. 1947. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_05&pasta=ano%20194&pesq=palestina&pagfis=39090. Acesso em: 10 ago. 2024.

____. Hemeroteca Digital. A Palestina será dividida. Correio da Manhã, Rio de Janeiro: p. 1, ed. 16.282, 30 nov. 1947. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_05&pasta=ano%20194&pesq=palestina&pagfis=39102. Acesso em: 10 ago. 2024.

____. Hemeroteca Digital. Parece inevitável uma ‘Guerra Santa’. Correio da Manhã, Rio de Janeiro: p. 3, ed. 16.283, 2 dez. 1947. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_05&pasta=ano%20194&pesq=palestina&pagfis=39140. Acesso em: 10 ago. 2024.

____. Hemeroteca Digital. Proclamado o Estado de Israel. Correio da Manhã, Rio de Janeiro: p. 1, ed. 16.918, 15 mai. 1948. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_05&pasta=ano%20194&pesq=palestina&pagfis=41440. Acesso em: 10 ago. 2024.

____. Hemeroteca Digital. Três frentes de batalha em Israel. Correio da Manhã, Rio de Janeiro: p. 1, ed. 16.919, 16 mai. 1948. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_05&pasta=ano%20194&pesq=palestina&pagfis=41452. Acesso em: 10 ago. 2024.

____. Hemeroteca Digital. Luta de morte entre árabes e judeus! A Noite, Rio de Janeiro: p. 1, ed. 12.736, 1 dez. 1947. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348970_04&pasta=ano%20194&pesq=palestina&pagfis=49688. Acesso em: 10 ago. 2024.

____. Hemeroteca Digital. Mobilizam-se os judeus na Palestina. A Noite, Rio de Janeiro: p. 1, ed. 12.737, 2 dez. 1947. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348970_04&pasta=ano%20194&pesq=palestina&pagfis=49718. Acesso em: 10 ago. 2024.

____. Hemeroteca Digital. Marshall adverte aos árabes e judeus. A Noite, Rio de Janeiro: p. 1, ed. 12.872, 14 mai. 1948. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348970_04&pasta=ano%20194&pesq=palestina&pagfis=52490. Acesso em: 10 ago. 2024.

____. Hemeroteca Digital. Proclamam os árabes a ‘guerra santa’ contra os judeus! A Noite, Rio de Janeiro: p. 1, ed. 12.873, 15 mai. 1948. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348970_04&pasta=ano%20194&pesq=palestina&pagfis=52511. Acesso em: 10 ago. 2024.

____. Hemeroteca Digital. Desenvolve-se a guerra na Palestina. A Noite, Rio de Janeiro: p. 1, ed. 12.874, 17 mai. 1948. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348970_04&pasta=ano%20194&pesq=palestina&pagfis=52520. Acesso em: 10 ago. 2024.

GILBERT, Martin. *Israel: A History*. New York: HarperCollins, 1997.

GONZAGA, André Luís. A política externa brasileira e a questão Palestina: análise da imprensa e da diplomacia no período de 1945-1951. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, 2008.

HERZL, Theodor. *Der Judenstaat*. Leipzig: M. Breitenstein's Verlags-Buchhandlung, 1896.

LOTTERMANN, Luiz Alfredo Fernandes. Política Externa brasileira no imediato pós-Segunda Guerra: Imposição do Alinhamento. *Ágora* (St. Cruz Sul, Online), v. 22, n. 1, p. 138-147, jan./jun. 2020. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/agora/index>. Acesso em: 12 ago. 2024.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 111-153.

MARES, David R. *Latin American Political Economy: Financial Crisis and Political Change*. Austin: Institute of Latin American Studies, University of Texas at Austin, 1986.

MORAES, Marina Pequeneza de. História da política externa brasileira. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Relações Internacionais) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

MOURA, Gerson. *O Alinhamento sem Recompensa: a política externa do governo Dutra*. São Paulo: EDUSP, 2022.

MOURA, Gerson. *Sucessos e Ilusões – Relações Internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1991.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Portal das Nações Unidas. *Oswaldo Aranha (Brazil)*. Disponível em: <http://www.un.org/ga/55/president/bio02.htm>. Acesso em: 8 ago. 2024.

RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Introdução à História das Relações Internacionais*. São Paulo: DIFEL, 1967.

ROSA, Luciano Ozório. O Brasil e o Oriente Médio (1930-1990). In: ALBUQUERQUE, José Augusto Gilhon (Org.). *Sessenta anos de política externa 1930-1990*. São Paulo: Cultura Editores Associados/Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais - USP, v. 3, 1996, p. 443-444.

SILVA, André L. Reis da; PILLA, Bruno. O Oriente Médio na Política Externa Brasileira (1947-2011): Aproximação, Distanciamento e Engajamento.

Porto Alegre: *Ciências & Letras*, 2012.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. Verbete “Indústria cultural”. In: _____. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 225-230.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

VENEMA, Bert; ALEXANDER, Iñigo; KLUWE, Lauro; BRANCHTEIN, Rafael; DICHUTA, Rodrigo. O posicionamento da diplomacia brasileira para o Estado de Israel: da criação aos choques do petróleo. *Revista Perspectiva*, n. 41, p. 41-52, 2015.

VIGEVANI, Tullo; KLEINAS, Alberto. *Brasil-Israel: Da partilha da Palestina ao reconhecimento diplomático (1947-1949)*. São Paulo: CEDEC, 1999.



Diálogos de Educação Patrimonial e Ensino de História entre Brasil e Portugal

*Dialogue on Heritage Education and History Teaching
between Brazil and Portugal*

Daniel Rodrigues Tavares¹

Luiz Miguel Oosterbeek²

Maria Medianeira Padoin³

RESUMO

A proposta deste trabalho é apresentar um estudo relacional entre três lugares distintos: Mosqueiro, interior de Belém do Pará, no Brasil; Nova Palma, Quarta Colônia, no Rio Grande do Sul, também em solo brasileiro; e Mação, Médio Tejo, interior de Portugal. A pesquisa se concentra em estratégias exitosas de educação patrimonial, que podem ser aplicadas no ensino de história, gerando aprendizados que vão se associar à cidadania, à valorização patrimonial, ambiental, e à noção de que para se alcançar a sustentabilidade é necessário valorizar a cultura. A conquista do título de Geoparque UNESCO na Quarta Colônia; e a transformação de Mação em um território global pelas estratégias desencadeadas pelo Museu de Arte Pré-Histórica e do Sagrado do Vale do Tejo, em parceria com o Instituto Politécnico de Tomar (IPT); ambos a partir de ações e reflexões em torno do Patrimônio Cultural e sua relação com a vida das pessoas, são elementos que tornam os dois lugares exemplos interessantes a serem analisados e vistos como parâmetros para a formulação de estratégias semelhantes e adequadas a outras regiões. Em nosso caso, a formulação de educação patrimonial e história se volta para a foz do Rio Amazonas, em Mosqueiro, local para o qual apresentamos as propostas de ensino a partir do patrimônio, voltadas ao Ensino Médio, e construção de um museu virtual.

Palavras-chave: Educação Patrimonial. História e Ensino. Brasil e Portugal.

1 Doutorando em História, pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), integrante da linha de pesquisa Memória e Patrimônio, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Maria Medianeira Padoin. Bolsista de Doutorado Sanduíche, sob orientação do Prof. (Phd) Luiz Miguel Oosterbeek. Apoio: CAPES.

2 Doutor em Arqueologia, professor do Instituto Politécnico de Tomar, Portugal.

3 Doutora em História, professora da Universidade Federal de Santa Maria - RS, Brasil.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to present a relational study between three different places: Mosqueiro, inland from Belém do Pará, in Brazil; Nova Palma, Quarta Colônia, in Rio Grande do Sul, also on Brazilian soil; and Mação, Médio Tejo, inland from Portugal. The research focuses on successful heritage education strategies that can be applied to history teaching, generating learning that will be associated with citizenship, heritage and environmental appreciation, and the notion that in order to achieve sustainability it is necessary to value human culture. The achievement of the title of UNESCO Geopark in the Fourth Colony and the transformation of Mação into a global territory through the strategies unleashed by the Museum of Prehistoric and Sacred Art of the Tagus Valley, in partnership with the Polytechnic Institute of Tomar, both based on actions and reflections around Cultural Heritage and its relationship with people's lives, are elements that make the two places interesting examples to be analysed and seen as parameters for the formulation of similar and appropriate strategies for other regions. In our case, the formulation of heritage and history education focuses on the mouth of the Amazon River, in Mosqueiro, where we present proposals for teaching about heritage, aimed at secondary schools, and the construction of a virtual museum.

Keywords: Heritage Education. History and Teaching. Brazil and Portugal.

Introdução

Historicamente as Ciências Humanas têm buscado se afirmar científica e metodologicamente como conhecimento válido e necessário para a vida em sociedade, uma vez que produz saberes que refletem e contribuem para encontrar caminhos para a solução de problemas. O que não tem sido diferente no século XXI, o qual apresenta questões incisivas em relação ao modelo de produção, à utilização dos recursos naturais, às instabilidades do clima, aos efeitos da comunicação instantânea e das mídias sociais à vida social. As respostas das ciências naturais para tais problemas caminham no sentido do pragmatismo, de soluções criadas a partir de mais saberes técnicos, práticos e produção de bens e de consumo. Em relação às Humanas, há uma espécie de “complacência indulgente”, que tolera sua existência, mas a coloca num campo de produção de conhecimentos não úteis (CHIZZOTTI, 2016, p. 611).

Vivencia-se, portanto, uma tendência de considerar os conhecimentos advindos das Ciências Humanas, dentre elas a História, como menos importantes, não pragmáticos. Isso se reflete nas proposições voltadas ao ensino das Humanas, que trazem ideias de flexibilização curricular, diminuição de

horas das disciplinas dessa área do conhecimento, acompanhadas de indicações de reforço de ensino de conhecimentos técnicos voltados à praticidade do mundo capitalista e de produção.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), uma das agências especializadas da Organização das Nações Unidas (ONU), exerceu hegemonia no que tange à implantação do Novo Ensino Médio (NEM) no Brasil, por meio de suas orientações para o ensino secundário, que versam as responsabilidades que países possuem em relação a formação dos jovens para o mundo de transformações culturais, econômicas e sociais, rápidas. Há uma lógica de universalização da cultura e um processo em curso que mostra programas, iniciativas ou políticas que apontam para um “projeto societário hegemônico” (BOUTIN, 2020, p.131).

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) foi outro organismo internacional que muito influenciou a implantação do NEM, por meio de suas orientações pautadas pela comparação dos resultados do PISA⁴. Elizabeth Macedo (2019) diz que os marcos comparativos utilizados para a construção da Lei 13.415/2017, como a implementação do currículo nacional no Estado da Louisiana nos Estados Unidos e na Austrália, sob influência da OCDE, encaminham o processo educativo para a formação dos jovens com intuito de uma preparação para o mercado de trabalho de um sistema capitalista em crise, em constante transformação, com pouca atenção dada ao contexto cultural vivido. A autora cita outras possibilidades de comparação, como o exemplo da Finlândia que possui índice bons no PISA e usa políticas curriculares descentralizadas e valorização docente, incluindo com bons salários de docentes.

A reformulação do Ensino Médio no Brasil é uma motivação importante para o desenvolvimento de estratégias no campo da História, utilizando a Educação Patrimonial, que refletem sobre o modo de vida das pessoas, que apontam questões relacionadas ao tempo, à causalidade, e a como os seres humanos de outros contextos históricos alcançaram soluções para seus problemas, e como isso pode contribuir para nós, no presente encontrarmos caminhos, junto com as outras ciências, sim, para enfrentarmos os problemas atuais, sem esquecer o passado, sem destruir o patrimônio, sem se desligar das memórias, identidades e cultura de forma mais abrangente. Isto é, olhar para o futuro, pensar sobre as mudanças, com vínculos em relação a quem fomos.

Nessa direção, nossa ideia de realizar um estudo comparativo de estratégias de ensino e de educação patrimonial entre Brasil e Portugal se mostra como um constructo de afirmação da História, uma ciência importante da área das humanidades, que pode e realiza produção de conhecimento que reflete

4 Programa Internacional de Avaliação de Estudantes.

a vida prática, pensa-a também filosoficamente, para alcançar proposições exequíveis diante de um contexto adverso a nível de intensificação de problemas sociais, ambientais e patrimoniais, e considerando o lugar secundário que vem sendo legado às Ciências Humanas. Para tanto, as vivências, leituras e pesquisas realizadas em Mação, centro de Portugal, e em Nova Palma, na Quarta Colônia - RS, Brasil, foram utilizadas como parâmetros para construir e propor um programa de ensino de história pautado pela lógica de ajudar a encontrar soluções para questões globais que se mostram no local, especificamente em Mosqueiro, no encontro do Rio Amazonas com o Oceano Atlântico, a partir do patrimônio, do ambiente e da cultura do lugar.

Entre Brasil e Portugal

O Ensino Médio no Brasil ainda não alcançou uma identidade nítida. Desde a Reforma Francisco Campos, de 1931, a primeira a tratar do tema, as políticas públicas para a essa faixa da educação mostram uma dualidade entre a formação técnica-profissional voltada à formação de mão de obra e a formação propedêutica, a qual encaminha o jovem à continuação dos estudos. Nesse sentido o outrora chamado ensino secundário refletia uma distinção social, na qual as classes média e alta se preparavam para a universidade, enquanto os filhos das classes trabalhadoras se formavam como mão de obra para o mercado de trabalho técnico, industrial (HABOWSKI; LEITE, 2022). A lei 13.415/2017, que versou sobre a implantação do Novo Ensino Médio no Brasil, em vez de resolver, retoma a divisão e aponta uma nova distância ao alcance de um Ensino Médio Integral. Essa reforma trouxe mudanças a respeito da diminuição da carga horária de todas as disciplinas, mantendo um tempo maior para Português e Matemática. Estabeleceu a criação de Itinerários Formativos para substituir o tempo das aulas que foi retirado das várias ciências na escola, um desses itinerários precisaria ser pensado visando a formação para o trabalho. Houve a propaganda a respeito da escolha a ser feita pelos próprios alunos sobre o que queriam cursar como itinerário que atendessem às suas expectativas, o que na prática não se confirmou quando do início da implementação, que estava previsto para o ano de 2020, mas ocorreu a partir do ano letivo de 2022, por causa da pandemia de Covid 19.

A divulgação da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), por meio da resolução nº 4, em dezembro de 2018, mostrou que o documento não acatou as contribuições de pesquisadores, de professores, da sociedade em geral (GOMES, 2019, p. 63), além de ser uma proposição curricular que diminui as possibilidades de evidenciar a diversidade cultural brasileira (CASTRO 2022).

A nova lei e a nova BNCC foram alvos de debates em universidades, escolas, sindicatos, sobre os impactos do novo modelo na etapa final da educação básica brasileira. A diminuição do tempo de aula e a imposição de um currículo homogeneizante, são, dentre muitos, fatores que provocam a busca por estratégias que tragam qualidade ao ensino da disciplina, a ser verificada na participação, entusiasmo e aprendizado dos alunos sobre conceitos históricos, patrimônio local, história do lugar onde vivem e possam utilizar as orientações fornecidas por esse aprendizado em sua vida cotidiana.

O estudo comparativo ao qual nos propomos aqui entrelaça vivências de ciência e educação entre Brasil e Portugal. Em solo brasileiro a Educação Básica se divide em etapas: Ensino Fundamental, que vai do 1º ao 9º ano; e Ensino Médio, com três anos de duração, com conteúdos básicos semelhantes a todos, até antes do início da implementação da reforma de 2017, a partir de 2022, pós pandemia. Com o novo formato, no final do 9º ano do Ensino Fundamental, o aluno escolheria um itinerário formativo a cursar, divididos entre as grandes áreas do conhecimento linguagens, ciências humanas e filosofia, ciências naturais, matemática. O governo brasileiro atual, após consulta pública, interrompeu a implementação do NEM, em 2023. Após passar por reformulações na Câmara dos Deputados e no Senado, a alteração da lei aprovada nas duas foi sancionada pelo Presidente da República em 31/07/2024. As principais alterações versam sobre a retomada de 2400 horas para disciplinas obrigatórias, como, Português, Matemática, Química, Física, História. Assim como os itinerários formativos que precisam ser construídos dentro das áreas do conhecimento, ficam com uma carga horária de 600 horas. A BNCC, válida, desde o final de 2018, sem interrupção em sua implementação, que serve para ambas as etapas, aponta práticas curriculares nacionais centralizadas e culturalmente homogeneizantes. Já em Portugal há o Ensino Básico e Secundário. O primeiro se divide em 3 ciclos: O ciclo 1 vai do 1º ao 4º ano, de 6 a 10 anos de idade; o ciclo 2 que inclui os anos do 5º ao 6º, com idade entre 10 e 12; e o ciclo 3 que compreende os anos que vão 7º ao 9º, e idade entre 12 e 15. O Ensino Secundário, equivalente ao Ensino Médio brasileiro, abrange do 10º ao 12º ano, com idade entre 15 e 18. Os alunos escolhem a área que querem cursar, realizando um ensino secundário profissionalizante ou propedêutico. Segundo Gloria Solé (2021), há obrigatoriedade do currículo nacional em Portugal. A Constituição de 1976 rege o sistema de educação. Há também os decretos-lei que são promulgados pelo poder executivo e versam sobre o tema. O sistema educativo é regido pela Lei Geral da Educação editada em 1986.

[...] o sistema educativo português é altamente centralizado. Apesar de alguns esforços de descentralização, o Ministério da Educação em Lisboa define a política de educação para todas as escolas públicas e privadas. Recentemente o Decreto-lei n.º 55/2018, de 6 de julho, que determina a *Autonomia e Flexibilidade das Escolas*, dispondo as escolas de “maior flexibilidade na gestão curricular, com vista à dinamização de trabalho interdisciplinar, de modo a aprofundar, reforçar e enriquecer as *Aprendizagens Essenciais*” (AE) (MEC/DGE-Decreto-lei n.º 55/2018, p. 2929), dá mais poder às escolas para gerir e flexibilizar o currículo. Promove-se uma maior inclusão dos alunos nas escolas (Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho) e uma aprendizagem centrada nos alunos, no desenvolvimento de competências transversais, como de pesquisa, avaliação, reflexão [...] (SOLÉ, 2021, p. 23).

Há um caminho de busca por descentralização curricular, portanto, na educação lusa, visando uma relação de maior proximidade com a realidade do educando. Nesse sentido os pesquisadores Luiz Oosterbeek, Sara Cura e Rossano Lopes (2020), trazem uma contribuição importante do campo da Arqueologia, ao se questionarem qual o papel dessa ciência na atualidade, destacam que é importante considerar tempo, espaço, causalidade, assim como desenvolver projetos e ações voltadas para a comunicação com o público externo à área. Essa relação entre a ciência arqueológica e a comunidade é essencial para a preservação do patrimônio e para o seu usufruto com viés científico, social, econômico, cultural. Assim, defendem que a lógica de pensar global e agir local precisa mudar: é preciso pensar e agir em relação às questões locais, concretas, que possuem fatores de determinação que são globais (OOSTERBEEK Et. Al., 2020, p. 474).

A proposta de diálogo de nosso estudo aproxima três lugares distintos: Mosqueiro, interior da capital do Estado do Pará, no Brasil, *locus* da aplicação da proposta de ensino de História pelo Patrimônio Cultural; o município de Nova Palma, Quarta Colônia, no Rio Grande do Sul, Brasil; e Mação, no Médio Tejo, centro de Portugal. Foram aplicados questionários a professores e alunos do Ensino Médio em três escolas: Honorato Filgueiras (Mosqueiro), em 2022⁵; Escola Tiradentes (Nova Palma), em 2023, e Agrupamento de Escolas Verde Horizonte (Mação), em 2024. As questões foram semelhantes, adaptadas aos locais, e giravam em torno de temas, como: patrimônio cultural, educação patrimonial e ensino médio (ou secundário). Em Mosqueiro participaram 154 discentes, de sete turmas do primeiro ano do ensino médio, sendo duas do turno da manhã, três da tarde e duas da noite, os quais responderam às perguntas em sala de aula. Em Nova Palma, contamos com a participação de 25 alunos de 2 turmas do segundo ano, da escola que é de tempo integral. Em Mação, a adesão foi de 26 discente: 15 aluno do 12º Ano do curso de Ciências e Tecnologias, 3 do

5 Aplicamos os questionários aos alunos das três escolas mencionadas, que estão cursando o Ensino Médio e/ou o Secundário, no triênio 2022-2024.

12º Ano de Ciências Econômicas, 4 do 12º Ano de Línguas e Humanidades, e 3 do 11º Ano de Ciências e Tecnologias.

Cabe destacar que a História Oral é utilizada aqui como uma ferramenta de produção de fontes, corresponde a uma metodologia que muito se associa à história do tempo presente (OJEDA, 2014, p. 12), e que, tal como outros tipos de fontes, precisa de análise e questionamentos (FERREIRA, 2002).

Em relação ao modelo de ensino médio, questionei os alunos dos três lugares a respeito. Cabe dizer que a condição socioeconômica dos jovens de Mosqueiro e Nova Palma é semelhante: são filhos e filhas de trabalhadores (as), que possuem renda familiar, a maioria, entre 1 e 3 salários-mínimos; a maioria possui acesso à internet e usam redes sociais, tais como Facebook, Instagram e WhatsApp. Os jovens, em Portugal, disseram, a maioria, possuir renda familiar entre 2 e 4 salários, destacando que o poder de compra do salário-mínimo em Euro é maior do que se comparado ao salário em Real, que atualmente vale em torno de 5 vezes menos do que Euro, aproximadamente. Estes adolescentes possuem acesso à internet, utilizam redes sociais tais quais as citadas anteriormente. As três escolas integrantes da pesquisa são públicas.

TABELA 1: Respostas de discentes às questões sobre Ensino Médio.

DISCENTES DE MOSQUEIRO:	PERGUNTA: O que você sabe sobre o Novo Ensino Médio? Já começou a ser implementado aqui na sua escola? Qual Itinerário Formativo você está cursando? Já tem opinião a respeito?
101M- CO	O Novo Ensino Médio parece promessa de político, só promessa. Nada sobre ele na minha escola.
101T- CM	Não tenho nenhuma opinião.
101N- KM	Soube disso há pouco tempo. Começou em agosto. Gostaria que voltasse a ser como era antes.
DISCENTES DE NOVA PALMA:	PERGUNTA: O que você sabe sobre o Novo Ensino Médio? Já começou a ser implementado aqui na sua escola? Qual Itinerário Formativo você está cursando? Já tem opinião a respeito?
211- EJ	Sei de tudo. Já começou a ser implantado na escola. Não concordo com algumas matérias que não caem em ENEM ⁶ e vestibular.
211- PB	Sim. Já está sendo implementado, mas está uma bagunça, com pouca coisa realmente relevante para nós.
213- AP	Sei que mudou radicalmente. Sim, já estão. Muito ruim, tirando as aulas que seriam o básico. São matérias sem nexos no lugar.
DISCENTES DE MAÇÃO:	PERGUNTA: Qual a sua avaliação sobre o Ensino Secundário (10º, 11º e 12º anos)? Atende às suas expectativas? Deixe sua opinião.
12ºA- CT- D1	Gostei, mas acho devia ser um ensino mais prático.
12ºA- CS- DR	Penso que atende às expectativas, pelo fato que nos guia para o curso que, possivelmente, queremos seguir.
12ºA- LH- MM	Tinha boas expectativas e foram realizadas.

Fonte: Acervo pessoal.

6 ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio. É uma das principais formas de acesso a universidades, faculdades e institutos federais no Brasil.

As respostas dos jovens mosqueirenses datam do primeiro semestre de 2022, quando de fato ainda não havia sido implementado o NEM no Honorato Filgueiras. A maior parte das respostas mostrou desconhecimento e insatisfação em relação ao novo modelo. Em Nova Palma, em respostas do primeiro semestre de 2023, os alunos(as) mostraram já ter vivenciado o novo formato de ensino médio, com suas respectivas críticas, como se vê na resposta que menciona o ensino em disciplinas que não contribuem à preparação para o ENEM, para o ingresso numa universidade. Ambos os estudantes, do norte e do sul do Brasil, mostraram interesse em realizar a prova do ENEM e conquistar uma vaga em um curso de graduação. Assim como os lusos, todos⁷ os que participaram da pesquisa disseram ter interesse em cursar uma graduação. Diferentemente dos brasileiros, os jovens portugueses, de maneira geral, em que pese alguma crítica pontual realizada, demonstraram satisfação com o modelo de ensino secundário em Portugal. Destaco que quando questionados sobre a estrutura da escola, se é adequada ao ensino, a maioria absoluta respondeu positivamente, relatando as boas condições estruturais para o desenvolvimento do ensino, um fator que é relevante quando se trata de qualidade de ensino e aprendizagem.

Este estudo comparativo não visa estabelecer modelos a serem copiados. Não se trata de seguir o exemplo de Mação, em Portugal, ou de Nova Palma, no Rio Grande do Sul e implementá-los em Mosqueiro, no Norte do Brasil. Trata-se de estudar experiências, tomar como parâmetro comparativo e construir estratégias possíveis, de acordo com o contexto cultural do norte brasileiro, mais especificamente o de Mosqueiro, interior de Belém. Nesse sentido, o município da Quarta Colônia - RS, em questão possui a lei 1.881 de 29 de setembro de 2021 que inclui a Educação Patrimonial nas escolas da cidade. Em 1984 surgiu no lugar o Centro de Pesquisas Genealógicas da Imigração Italiana da Quarta Colônia (CPG), organizado pelo padre Luiz Sponchiado, responsável pelo resgate da expressão “Quarta Colônia” e da busca pela ascendência italiana (PADOIN Et. Al., 2019, p. 109). A professora Maria Medianeira (2021) destacou a criação do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável (CONDESUS), em 1990, que associou as cidades⁸ da região em busca de integração e desenvolvimento regional; e as ações de educação patrimonial desenvolvidas pelos municípios que integrantes do consórcio; como determinantes para o alcance do título Geoparque Quarta Colônia da UNESCO, que viria a ser conquistado em 2023, que se associa à importância dos fósseis de dinossauros e outros animais que

7 Infelizmente não consegui adesão de nenhum jovem de algum curso profissionalizante à pesquisa realizada na escola de Mação.

8 Além de Nova Palma, os municípios que integram a Quarta Colônia hoje são: Silveira Martins, Ivorá, Pinhal Grande, Restinga Seca, Dona Francisca, Agudo, São João do Polêsine, Faxinal do Soturno.

lá foram encontrados. Entretanto o título só é conquistado quando se associa ao trabalho desenvolvido em torno do Patrimônio Cultural e da valorização da cultura do território, como destacado pela professora citada.

Em Mação, em especial por meio do Museu, outrora denominado Dr. João Calado Rodrigues, e do Instituto Terra e Memória (ITM), em parceria, principalmente com o Instituto Politécnico de Tomar, desenvolvem-se ações de Educação Patrimonial e gestão territorial que tem apontado para o desenvolvimento sustentável do território, localizado no centro de Portugal, na região denominada de Médio Tejo. Na contemporaneidade, os portugueses enfrentam problemas relacionados ao envelhecimento da população, a desertificação do interior, como efeito dos impactos da globalização, que, ao investir num padrão pautado pela indústria, desarticula os modos de vida no meio rural, ocasionando êxodo rural intenso (MADEIRA, CABELEIRA, 2022, p. 9).

Atualmente a grade curricular em prática advém do decreto nº 55/2018, de 6 de julho (DECRETO-LEI 55/2018), o qual divide o ensino secundário em Cursos Científico-Humanísticos (Ciências e Tecnologias, Ciências Socioeconômicas, Línguas e Humanidades, e Artes Visuais) e Cursos Profissionais. A depender do curso escolhido, o jovem luso não terá mais em seu currículo do ensino secundário a disciplina História, como é o caso dos alunos que responderam aos questionários que optaram pelo curso “Ciências e Tecnologias” e “Ciências Socioeconômicas”. Uma das formas de se alcançar a pluralidade de saberes, sentidos e valores, citada acima, corresponde a realizar trabalhos sobre a memória e a história da comunidade. Nesse sentido, o trabalho feito pelo museu de Mação cumpre um papel importante de aproximar o jovem, ainda em fase de ensino básico, de saberes que se adquirem a partir de aprendizados históricos. Jovem esse que possivelmente não terá um contato maior, no ensino secundário, com a História. Consegui a adesão de 26 estudantes à pesquisa, dos quais, aproximadamente 77% disseram ter participado de atividades realizadas pelo museu, uns lembrando de mais coisas que lhe chamaram a atenção, outros nem tanto, o teor positivo, com um ar de saudade da participação nas ações ajudam a perceber a importância do trabalho realizado no sentido de construir aprendizagens significativas sobre o território, sobre o patrimônio, sobre a relação passado presente.

A descoberta de pinturas rupestres no Vale do Rio Ocreza, em 2000, foi um importante ponto de partida, somado à ação Câmara Municipal de Mação, em torno da reestruturação do Museu, iniciada em 2001, a qual trouxe a nova denominação “Museu de Arte Pré-Histórica e do Sagrado do Vale do Tejo”. O museu passou a ter melhores espaços, logística. Tornou-se capaz de oferecer um serviço melhor, com foco na educação, preservação do patrimônio e integração

social. Transformou-se na sede europeia de registro internacional bibliográfico rupestre. Integra, desde 2005, a rede europeia Erasmus Mundus em Quaternário e Pré-História, em parceria com o IPT, Universidade Trás-os-Montes e Alto-Douro. Abriga o Mestrado em Arqueologia Pré-Histórica e Arte Rupestre. Desde 2006 abriga o Doutorado em Quaternário: Materiais e Culturas. Portanto, recebe estudantes, pesquisadores de todos os continentes, de várias nacionalidades, que elaboram estudos voltados à relação da Pré-História com o território, com o globo, com a vida presente, dando atenção a formulações didáticas de como alcançar o público não técnico com o estudo desenvolvido. Recebe estagiários de cursos de graduação, como, História, Arqueologia, Museologia, vinculados ao Instituto Politécnico de Tomar. Estabeleceu parcerias com a escola de Mação em projetos pedagógicos a nível de ensino pré-universitário. O museu existe numa intersecção entre as ciências humanas, em especial, a História, e as da terra e da natureza, e desenvolve trabalho arqueológico “indissociável da transmissão de valores de cidadania responsável e tolerância cultural e humana (OOSTERBEEK Et. Al., 2006, p. 105-106).

Jovens, cidadãos, são incentivados a participar de escavações, da investigação arqueológica. Participam de atividades didáticas no museu. Apreendem a conviver com diferentes opiniões e posicionamentos sobre o presente e o passado. Esse fator faz com que compreendamos a arqueologia como uma ferramenta importante na construção do respeito à diferença, e da importância do entrecruzamento de ciência e cultura. Interessante perceber como a arqueologia nos leva a pensar sobre nossas diferenças, considerando que todos tivemos um passado remoto em comum, no que tange às estratégias de sobrevivência, de utilização de recursos naturais, de estética com a arte rupestre, de interação com o meio. Temas atuais, como as mudanças climáticas, possuem vínculo com o passado pré-histórico. A Pré-história é utilizada como referência nos estudos acerca das mudanças no clima (OOSTERBEEK, 2006, p. 107).

Trata-se, portanto, de Educação patrimonial com intervenção pessoal, social, com responsabilização, buscando entender as diferenças culturais entre o antes e o agora e a compreensão sobre a relação com o meio. O Andakatu, personagem que teria vivido no Vale do Rio Ocreza, apresenta às crianças, objetos, materiais e técnicas de fazer, as quais apenas veem de maneira recortada pela TV, cinema, ou outra mídia. Convida os discentes a entender os objetos dentro dos seus contextos de utilização. Contribui à lógica de que uma visita a um museu precisa ser interativa e dinâmica, leva os alunos a utilizarem, a perceberem conhecimento de história, de ciências da terra, de tecnologias de informação. Há o privilégio da experimentação tecnológica, artística, por meio de atividades nas quais os alunos participam de oficinas de cerâmica, de arte

rupestre, de prospecção de artefatos arqueológicos, de produção de instrumentos de pedra polida e lascada (OOSTERBEEK Et. Al., 2006, p. 108-110).

Rodrigo Santos (2023), ao dissertar sobre a construção do Paque Arqueosocial Andakatu, destaca-o como uma ação estratégica de planejamento pensado e executado pela parceira entre o Museu, o Instituto Terra e Memória (ITM), a Câmara Municipal de Mação, o Agrupamento de Escolas Verde Horizonte e o Instituto Politécnico de Tomar. Foi concebido ante os problemas socioeconômicos vivenciados por Mação: baixa densidade demográfica, êxodo rural, pouca atratividade de investimentos, envelhecimento da população. O nome Andakatu nasce de uma expressão muito utilizada em Portugal: “anda cá, tu”. O nome integra a propaganda de chamamento de pessoas, de estudantes, de turistas para conhecerem o projeto e contribuírem com a prática de desenvolvimento sustentável e gestão do território estabelecida no lugar. O pesquisador em questão ressaltou a relação do parque com a comunidade, no sentido de conseguir o engajamento de pessoas jovens, em idade escolar, e de idosos, que se envolveram ativamente no projeto que promove ensino e aprendizagens sobre a pré-história e sua relação com o presente e o futuro por meio de experimentações em atividades de cestaria, de produção de arte rupestre, de cerâmica, de cozinha pré-histórica, das técnicas de construção.

Em números do ano de 2021, registrou-se a realização de 56 atividades, com a participação 431 adultos e/ou idosos e 228 jovens e/ou crianças (SANTOS, 2023, p. 95). O engajamento social aponta a identificação das pessoas para com os bens culturais do lugar e a reflexão acerca de temas que são cruciais no cotidiano e que são necessários para se pensar a relação do local com o global, como as questões relacionadas ao meio ambiente, sustentabilidade, educação, cultura (SANTOS, 2023, p. 84).

TABELA 2: Respostas de discentes sobre o conceito e o que reconhecem como patrimônio.

DISCENTES DE MAÇÃO:	PERGUNTA: O que você entende por Patrimônio Cultural?	PERGUNTA: O que você considera Patrimônio Cultural em Mação, ou em Portugal, de maneira geral? Porque?
12ºA- CT- MB	É um conjunto de bens, tradições, a nível material ou imaterial, de acordo com a sua importância histórica e cultural de uma região.	A gravuras no Vale do Ocreza, ou Fado, pois estou sempre a ouvir falar.
12ºA- CS- DR	Penso que é tudo que pertence à História Cultural de um determinado local, o que faz com que um povo pertença àquela cultura.	Em Mação considero que o presunto e as lendas de Mação são Patrimônio Cultural. Em Portugal, considero que o Fado e as sardinhas são Patrimônio Cultural.
DISCENTES DE NOVA PALMA:	PERGUNTA: O que você entende por Patrimônio Cultural?	PERGUNTA: O que você considera Patrimônio Cultural em Nova Palma, ou na região da Quarta Colônia? Porque?
211- SN 7	Bens de natureza material e imaterial.	CPG, Igreja.
211- SN 6	Bens materiais e imateriais que remetem à história de nossa cultura.	CPG, Igreja, comunidades.
DISCENTES DE MOSQUEIRO:	PERGUNTA: O que você entende por Patrimônio Cultural?	PERGUNTA: O que você considera Patrimônio Cultural em Mosqueiro? Porque?
101M- CO	Patrimônio cultural é a História e sua maneira de falar e agir, sem falar dos pontos turísticos de cada lugar, dos aparatos, etc. Hábitos que vêm se preservando ao longo do tempo.	As Praias. Porque são o principal ponto turístico da Ilha.
101M- LV	O que ajuda a contar a História de um lugar ou de uma pessoa, como exemplo: um ponto turístico.	Praça da Vila, porque é um ponto turístico e ajuda a contar a história das pessoas de lá.

Fonte: Acervo Pessoal.

As reflexões de Ricardo Pacheco (2017) nos levam a pensar patrimônio como um discurso que evoca um determinado passado. O bem cultural, portanto, é compreendido como um objeto de memória, que é utilizado como suporte para a elaboração de um imaginário acerca das relações sociais de outrora. O patrimônio evoca uma memória coletiva, mas não é o passado em si. É um objeto selecionado do passado que produz um efeito de realidade sobre o ocorrido. A seleção de memórias coletivas ocorre dentro das lutas do presente. Há disputa de interesses, tensões políticas e sociais no ato de escolha de qual passado lembrar, comemorar (PACHECO, 2017, p 9).

Tomando essas reflexões como parâmetro, podemos perceber que os jovens que participaram da pesquisa, mesmo considerando que alguns não responderam à questão sobre o conceito de patrimônio, ou que alguns não responderam de maneira mais completa acerca da compreensão do conceito,

muitos, nas três localidades pesquisadas, mostraram possuir um entendimento entre bom e razoável sobre o tema em questão. Um dado que chama a atenção é sobre a estirpe de bem cultural indicada pelos jovens quando perguntados o que consideram patrimônio em suas respectivas localidades. Em Mação essa condição é menos intensa, mas também perceptível: há uma preponderância do número de 20 menções, num total de 44, de patrimônio considerado do tipo material, relacionado à religião, ao Estado ou ao grupo social dominante. Outro dado interessante corresponde aos bens considerados pelos jovens de Mação: apenas duas menções mais diretas foram feitas ao patrimônio arqueológico – Vale do Ocreza e o Pego da Rainha, locais onde existem pinturas rupestres. Deixa a conotação de que seria interessante a continuidade, no ensino secundário, de participação e de associação entre escola e museu, assim como um investimento em mais aulas de história, para que, dentro das lutas e disputas do presente, o patrimônio arqueológico também desponte com maior nitidez e contribua nos debates de orientação do passado e presente, a partir das estratégias de sobrevivência dos seres humanos pré-históricos; que ajude a pensar caminhos de uma boa gestão do território e da cultura. Em Nova Palma é nítida a identificação dos alunos com a ascendência italiana: o Centro de Pesquisas Genealógicas, relacionado à imigração de italianos foi o mais citado como patrimônio, 13 vezes, em 39 menções totais; em detrimento de apenas uma menção à referência cultural negra, quando um jovem citou o “quilombo”. Em Mosqueiro, terra ocupada originalmente pelos indígenas, não há uma menção direta a essa referência cultural, num total de 159 menções a vários outros bens culturais, a não ser quando você faz relações à culinária, ou ao uso das praias, mas sem uma citação mais nítida acerca. Tanto no Sul, quanto no Norte do Brasil, portanto, a construção de estratégias no ensino de História, utilizando como ferramenta a educação patrimonial, são bem-vindas, no sentido de discutir com os alunos a pluralidade cultural, a diversidade patrimonial e a importância dessa diversidade para a vida cotidiana, para a relação com a natureza e com a própria cultura nesses territórios.

Proposições

Em 2019, por ocasião do quinto Seminário Internacional Apheleia de Mação, foi apresentada a nova cátedra da UNESCO-IPT em Humanidades e Gestão Integrada da Cultura e Paisagem, sob a coordenação do professor Luiz Oosterbeek (OOSTERBEEK, 2022, p.12). Mação integra a rede “Cidades de Aprendizagem da UNESCO (MATOS, 2017, p. 32), faz parte também, por meio da sua biblioteca municipal, da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, de Portugal, que por sua vez compõe a Rede das Bibliotecas Associadas à Comissão

Nacional da UNESCO. Portanto, o lugar merece atenção especial, no sentido de conhecer as práticas, refletir sobre e utilizá-las como parâmetro.

As estratégias de Educação Patrimonial desenvolvidas pelo museu em Mação, não lidam apenas com o patrimônio arqueológico do lugar, estão associadas às questões concernentes ao território, às pessoas que nele vivem, e como o lugar se relaciona com o globo. Nesse sentido, um dos eixos importantes das ações se debruça sobre a sustentabilidade, a qual necessita de uma revisão em seu tripé: economia, sociedade e ambiente giram em torno de uma órbita, ou força gravitacional a que chamamos cultura. As tecnologias, a mediação entre a técnica e o uso do recurso é construído coletivamente, na sociedade, ou seja, culturalmente. Qualquer projeto de gestão territorial precisa incluir a cultura na equação da sustentabilidade (OOSTERBEEK, 2012, p. 32). Essa inclusão é feita por meio de experimentações didáticas que envolvem o aspecto motor e emocional, que despertam a intuição, a qual por sua vez é difícil de perceber, mas também integra o conhecimento; incentivam percepção e reflexão sobre espaço, tempo, causalidade, gestualidade, que são essenciais para a vida humana. Há o foco no significado da interação do homem com o meio, por meio de “estímulo sinestésico” à aprendizagem, utilizando os sentidos, pensando nessa interação não apenas de forma a considerar o tempo da transição entre as comunidades coletoras e caçadoras para as agricultoras, mas também essa relação nos dias atuais, destacando a necessidade de se estabelecer consciência ambiental e economia sustentável. A Educação Patrimonial por meio da arqueologia experimental, portanto, introduz pessoas de várias idades à história da evolução humana, à arte rupestre, à cozinha pré-histórica, usando o sensorial e o emocional como motores de estímulo à aprendizagem sobre a relação entre passado e presente, e as perspectivas futuras, destacando a transformação da paisagem, a tecnologia, a relação com o meio, no sentido do que este oferece; pensa a gestão do território, ligada à lógica da preocupação com a manutenção e desenvolvimento, o que se associa à cidadania (CURA Et. Al., 2018, p. 69-70).

Em Mosqueiro, o trabalho que se desenvolve não lida diretamente com o patrimônio arqueológico, assim como não há a perspectiva, pelo menos não por enquanto, de criar um Geoparque, como o exemplo na Quarta Colônia – RS, mas podemos pensar de forma semelhante, que os bens culturais do lugar podem ser interpretados como uma ferramenta advinda do passado que aponta para estratégias de busca pelo equilíbrio entre os recursos e as tecnologias disponíveis, pode mostrar um caminho de construção de sustentabilidade no que diz respeito à gestão do território, com preservação patrimonial, com estímulo à construção de cidadania, o que não se faz sem conhecimentos ligados à História e seu ensino.

A Ilha de Santo Antônio, primeira denominação europeia para o arquipélago localizado foz do Rio Amazonas, apareceu na cartografia produzida por João Teixeira Albernaz (1666). O arquipélago passa a se chamar “Mosqueiro”, pela mistura da influência cultural portuguesa e dos nativos: a denominação se encontra em Portugal para identificar localidades, assim como o é nome próprio; soma-se a prática do “moqueio” ou “moquém”, que consiste em assar o peixe numa grelha a uma distância de aproximadamente meio metro do chão, para desidratar o alimento e poder consumi-lo por mais dias, sem o uso de sal por motivo da escassez do produto na Amazônia ou pelo fato dos índios considerar o produto maléfico à saúde (FONSECA, 2008, p. 206). Os originários realizavam o moqueio nas praias da “Ilha”⁹.

Dentre as práticas e técnicas desenvolvidas pelos Tupinambás da Amazônia estão a confecção de cerâmicas para armazenamento de alimentos, produção de adornos e enfeites, agricultura com o cultivo de milho, algodão e de maneira destacada a mandioca (NAVARRO Et. Al., 2021). Essa última que no passado e hoje continua a ter um grande valor a nível cultural e econômico, uma vez que dela originam-se produtos, alimentos muito apreciados na região, como a farinha, a tapioca, o tucupí, a maniçoba, e que possuem relação interessante quando se trata de preocupação com a sustentabilidade, pois são alimentos que nascem de uma relação de estreita proximidade do homem com o meio e que a manutenção das condições de produção dependem da conservação de hábitos culturais e de uma relação não predatória para com a natureza. Nesse sentido, os aprendizados relacionados à valorização patrimonial, cuidado com o território, e experimentações didáticas, advindos das pesquisas, leituras e vivências na Quarta Colônia e em Mação, ajudam-nos a pensar estratégias de Educação Patrimonial em Mosqueiro que invistam, dentre outras possibilidades na evidência da cultura indígena que permanece no local, em especial na denominação do lugar, nas práticas e hábitos do dia a dia, principalmente em relação à alimentação.

Como proposta a ser executada neste segundo semestre de 2024, apresentamos a realização da **“Feira Cultural Moqueio-Mairi¹⁰: Artesanato, Culinária e Tecnologia Ancestrais”**, a qual associamos aos objetivos de aprendizagens voltados para a compreensão de conceitos como história, patrimônio, memória, tempo, identidade, cidadania; e como esses conceitos podem ser utilizados quando se trata de pensar o desenvolvimento do lugar, a preservação ambiental e patrimonial e o lugar de Mosqueiro nas questões relacionadas aos debates globais sobre o clima e a preservação da biodiversidade da floresta amazônica. Destacamos que a COP-30, ocorrerá em Belém do Pará no ano de 2025, a qual traz uma boa oportunidade

9 Apesar de ser um arquipélago, Mosqueiro é popularmente chamado de Ilha.

10 Mairi: nome utilizado pelos Tupinambá para designar o seu território.

para investirmos num ensino de história que integre cultura e natureza e que para tanto evidencie o patrimônio local como produto a ser preservado e utilizado no cotidiano em estratégias de vivências ambientalmente conscientes da necessidade de sustentabilidade. O jesuíta João Daniel já destacava, no século XVIII, que para os originários a riqueza se relacionava às possibilidades que a floresta e os rios ofereciam: peixes variados, caça, frutos, plantas (PASCHOAL, 2018). Para tanto, pensamos em ações e conteúdos: 1- Aula: Conceitos Históricos - Uma Revisão¹¹; 2- Aula: História Indígena na Amazônia.; 3- História de Mosqueiro e a Relação dos Indígenas com os Colonizadores; 4- Patrimônio Cultural de Referência Indígena em Mosqueiro; 5- Visita Guiada à Comunidade do Caruaru: em busca das comunidades produtoras de mandioca e que possuem uma relação mais direta com a floresta e os rios. 6- Experimentações Didáticas de Preparo de Alimentos, Artesanato e da Técnica do Moqueio. 7- Realização da Feira: divulgação à comunidade escolar.

Tanto em Nova Palma, quanto em Mação existem experiências de associação entre escola e museu, e/ou centro de memória. Liriana Stefallo (2010) apresentou a proposta de criação do museu de Nova Palma, em consonância com a legislação nacional e propondo lei municipal que criasse orçamento para o funcionamento do espaço, que precisa ser de construção de conhecimento a partir da pesquisa, da preservação e da comunicação museológica de forma integrada à comunidade, compreendendo o patrimônio cultural como ferramenta de educação e desenvolvimento.

Em 2021 foi inaugurado o Centro Cultural Padre Luiz Sponchiado, em Nova Palma, que abriga o CPG a Biblioteca Municipal e o Museu, este último que continua em fase de estruturação. Em Mação, O museu reestruturado a partir de 2001, o Instituto Terra e Memória, criado em 2010, junto com a parceria principal do Instituto Politécnico de Tomar desenvolvem um programa museológico que gira em torno de oito considerações: 1- Um museu não é um mero receptáculo de peças, precisa integrar entre a pesquisa, preservação, socialização do conhecimento. 2- Não há conhecimento sem socialização. Ambas as ações são diferentes entre si. Mas associam-se diretamente à produção deste, à ciência, que deve ser feita seguindo a teoria e a metodologia específicas. Extremamente importante é o compartilhamento das informações, do conhecimento produzido com a comunidade a quem pertence o que está sendo estudado. 3- Em visitas realmente úteis, as pessoas se transformam com as experiências vividas num museu, especialmente se forem acompanhadas de experimentações sensoriais e emocionais. 4- É importante identificar um máximo denominador comum

11 Na etapa de execução, realizada no segundo semestre de 2023, ministrei aulas sobre conceitos históricos às turmas, do Honorato Filgueiras, que integram o projeto.

entre os usuários e as coleções disponíveis. 5- A ideia é gerar reconhecimento, mas também inquietação, dúvidas, que apontem para a construção de novos conhecimentos. Um museu deve ser como uma Ágora, um lugar para refletir, pensar sobre o futuro, construir cidadania, mais do que apenas contemplar ou consumir a coleção. A localização do museu de Mação favoreceu essa condição: está na parte alta, perto de muitos residentes. 6- Um museu opera deslocamentos temporais e espaciais. O caso do Museu de Mação é interessante na qualidade dos deslocamentos, pois os guias das atividades, das visitas são pesquisadores, técnicos que compreendem o ofício. 7- O museu é mais que um espaço para debate, precisa contribuir para a integração de Mação na dinâmica global. Mação se transformou num centro receptor de estudantes e pesquisadores do mundo todo, por meio de parcerias com o IPT, com a Universidade de Coimbra e Universidade Trás-os-Montes. 8- Inclusão de Mação na dinâmica da globalização a partir da atuação do museu, suas exposições, atividade didáticas, de pesquisa, a recepção de alunos do mundo todo para cursos de mestrado e/ou doutorado, em parceria com o IPT e as outras instituições, com destaque para a gestão do patrimônio e do território como resultado e como integrante do processo (OOSTERBEEK; LINO, 2020, p. 228-231).

Tomando os exemplos apresentados como parâmetro, reunindo o material de pesquisa, as ações de ensino, o material produzido, e as ações que estão por acontecer, vamos criar o “Museu Virtual do Honorato Filgueiras – Patrimônios da Amazônia Mosqueirense”, usando a plataforma gratuita www.webnode.com.br, já usada, por exemplo, no estudo do professor Maycon Bruno com a criação da página <https://ensinodehistoriafasemarajoara.webnode.com>, que versa sobre ensino da cultura material da sociedade marajoara anterior à chegada dos europeus (COSTA, 2020, p. 154-155). Essa ferramenta on-line auxiliará na construção de saberes históricos de alunos e quaisquer pessoas que tenham interesse pelo assunto em tela, assim como poderá incentivar as pessoas a pensarem sobre temas como preservação do meio do patrimônio e estratégias de gestão de ambos que ofereçam oportunidades de desenvolvimento de forma sustentável. Dividiremos o site em 5 seções: 1- Início: com apresentação do museu, o histórico da escola Honorato Filgueiras e algumas memórias de ex alunos (as) e ex professores (as); 2- Uma Ilha da Amazônia: com discussão sobre o nome do lugar, a localização e a identificação de atrações turísticas e culturais; 3- Caminhos do Patrimônio: mostrando itinerários que percorrem trechos com lugares de memória associados à História do lugar; 4- Recursos Pedagógicos: com Quizz fotográfico e vídeos-aula sobre conceitos de História e Patrimônio e sobre a História de Mosqueiro; 5- Interação: espaço reservado aos visitantes (internautas) emitirem opiniões e avaliações.

Conclusão

Compreendemos que a história por meio do seu ensino com a estratégia de educação patrimonial, vinculada a relação do homem com o meio, é um caminho viável e interessante para a construção de aprendizados que são de ordem relacionada aos conceitos históricos e patrimoniais, mas que levam as pessoas a pensarem a relação entre cultura e natureza, cidadania e política, trabalho e geração de renda. O ensino de história local, conectado ao global, e o museu virtual cumprirão um papel educativo humanístico com ênfase na educação patrimonial histórica, o que contribuirá para uma reflexão mais abrangente sobre a Amazônia Mosquense e sua relação com o mundo.

O trilhar do caminho proposto encaminha apontamentos de como a História, componente essencial das Ciências Humanas e das ciências em geral, pode e contribui para encontrar soluções às questões atuais, a partir de reflexões sobre a vida, sobre a relação entre tempo, causalidade e espaço, sobre a relação do ser humano consigo e com o território. Neste processo se destaca a valorização da natureza, da cultura, do patrimônio, aqui entendido como um resultado da ação do homem no meio, que guarda identidades e memórias passíveis de serem usadas para ensinamentos e aprendizagens, como em nossa proposição, que mostrem ser possível uma existência mais harmônica entre o ser e sua cultura e o meio natural, como já o foi no passado.

Referências

- ALBERNAZ, João Teixeira. **Livro de toda a costa da Província de Santa Cruz**. 1666. Disponível em: <https://mapoteca.expoitaipupedra.com.br/2021/05/04/demonstracao-do-para-ate-o-rio-tury/>. Acesso: 16 mai. 2024.
- BOUTIN, Aldimara Catarina Brito Delabona. **A relação de forças entre a UNESCO e o movimento estudantil e sua materialização na Reforma do Ensino Médio através da Lei nº 13.415/2017**. Tese. Doutorado em Educação. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa – PR, 2020.
- CASTRO, Débora Quezia Brito da Cunha. **A contrarreforma do ensino médio no Rio Grande do Norte e as implicações para o ensino de história (2017-2021)**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2022.
- CHIZZOTTI, Antônio. História e atualidade das Ciências Humanas e Sociais. **Cadernos de História da Educação**, v. 15, n. 2, maio-agosto, 2016, p. 599-613.
- COSTA, Mayco Bruno Cruz. **Cultura material e as sociedades da fase Marajoara**: possibilidades para o ensino de História no ensino fundamental II. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) - UFPA. Ananindeua, 2020.

CURA, Sara. CURA, Pedro; OOSTERBEEK, Luiz Miguel. Educação patrimonial e experimentação didática: uma dupla de sucesso no Museu de Arte Pré-Histórica de Mação. In: CAMPOS, Juliano Bitencourt; RODRIGUES, Marian Helen da Silva Gomes; SANTOS, Marcos César Pereira (Organizadores). **Patrimônio cultural, direito e meio ambiente: educação contextualizada – Arqueologia e diversidade** (volume III). Criciúma, SC: EDIUNESC, 2018, p. 65-79.

DECRETO-LEI nº 55/2018 da Presidência do Conselho de Ministros. (2018). Diário da República: 1ª série, nº 129. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/55-2018-115652962>. Acesso: 13/06/2024.

FERREIRA, Marieta. História, tempo presente e história oral. **Topoi**, Rio de Janeiro, dezembro 2002, p. 314-332.

FONSECA, Dante Ribeiro da. A pesca na Amazônia: da pré-colônia ao mundo colonial (séculos XVII ao XIX). **Saber Científico**, 1 (2), jul./dez., 2008, p. 201-222.

GOMES, Fabrício Augusto. **Base nacional comum do ensino médio: currículo poder e resistência**. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2019.

HABOWSKI, Fabiane; LEITE, Fabiane de Andrade. Construção da identidade do ensino médio no Brasil: um estudo histórico. **Revista Práxis Educacional**. Vitória da Conquista – BA, v. 18, n. 49, 2022, p. 1-18.

MADEIRA, Ana Isabel; CABELEIRA, Helena. Apresentação do projeto MRIR. In: MADEIRA, Ana Isabel; CABELEIRA, Helena; MAGALHÃES, Justino. **Memórias resgatadas, identidades (re)construídas: experiências de escolarização, patrimônio e dinâmicas educativas locais**. Lisboa – PT: Edições Colibri / Instituto de Educação da Universidade Nova de Lisboa, 2022, p. 9-44.

MATOS, Catarina Silvestre de. **Mação, uma vila a (re)vitalizar: requalificação da identidade e da memória da arquitetura e do lugar, criação do centro cultural e de investigação**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Universidade de Lisboa, Lisboa, 2017.

NAVARRO, Alexandre Guida; MATHEUS, Yuri Givago Alhadeff Sampaio; CONCEIÇÃO, Karen Cristina Costa da; OLIVEIRA, Adriana Dourado. Os Tupinambá na Ilha do Maranhão: a relação entre cultura material, natureza e economia dos indígenas sob a ótica de Claude D'Abbeville e Yves D'evreux. **Revista de História e Estudos Culturais**, v. 18, a. 18, n. 1, jan./jun., 2021, p. 214-235.

OJEDA, Caroline Martins. Memória e história oral na contemporaneidade e seus usos para a história do tempo presente. **AEDOS**, v.6, n. 15. Porto Alegre, 2014.

OOSTERBEEK, Luiz. Tecnologia, memória e gestão integrada do território: uma nova função social da arqueologia. **Arkeos**. Tomar – PT, vol. 32, p. 29-34, 2012.

OOSTERBEEK, Luiz; CURA, Sara; BASTOS, Rossano Lopes. Pensar local... Agir global – o Museu de Arte Pré-Histórica de Mação: memória, intuição e expectativa. Cascais – **Câmara Municipal (Ata do Encontro Arqueologia e Autarquias)**. Cascais – PT: Câmara Municipal, 2020, p. 471-483.

OOSTERBEEK, Luiz; CURA, Sara; CURA, Pedro. Educação, criatividade e cidadania no Museu de Arte Pré-Histórica de Mação. **Revista de Arqueologia**, [S. l.], v. 19, n. 1, 2006, p. 103–110.

OOSTERBEEK, Luiz; LINO, Jaisson Teixeira. Archaeological heritage management of the Prehistoric art Museum of Mação, Portugal. **Revista de Arqueologia**, vol. 33, n. 3, n. 3, 2020, p. 226-241.

OOSTERBEEK LUIZ (Org.) Tangibility: designing future landscapes. Instituto Terra e Memória, série **ARKEOS**, vol. 51. Mação, 2022.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. O Patrimônio histórico: objeto de pesquisa do historiador. **HISTÓRIA UNICAP**, v. 4, n. 7. Recife-PE, 2017, pp. 5–14.

PADOIN, Maria Medianeira. História, território e política: a construção da Quarta Colônia. In: PADOIN, Maria Medianeira; FIGUEIRÓ, Adriano; CRUZ, Jorge Alberto Soares (ORGs). **Educação Patrimonial em territórios Geoparques**: uma visão interdisciplinar na Quarta Colônia. E-book. 1ª Edição. Santa Maria – RS: FACOS – UFSM, 2021, pp. 67-88. Disponível em: <https://www.ufsm.br/editoras/facos/educacao-patrimonial-em-territorios-geoparques>. Acesso: 11/01/2023.

PADOIN, Maria Medianeira; BOLZAN, Moacir; CRUZ, Jorge Alberto Soares. A Quarta Colônia de imigração italiana do Rio Grande do Sul. In: BACCA, Ademir Antônio (Org.). **150 anos de imigração italiana no Rio Grande do Sul**. Bento Gonçalves – RS: Proyecto Cultural Sur, 2019, pp. 107-125.

PASCHOAL, Tainá Guimarães. **Descobrimos os “tesouros” do jesuíta João Daniel**: a mandioca e seu projeto para a Amazônia Colonial. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2018.

SOLÉ, Glória. Ensino da História em Portugal: o currículo, programas, manuais escolares e formação docente. **El futuro del pasado**, 12. Salamanca, 2021, p. 21-59.

STEFANELLO, Liriana Zanon. **História, memória e patrimônio cultural**: fundamentos e sensibilizações da comunidade de Nova Palma (CPG e Museu Histórico). Dissertação (Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural) - Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Santa Maria – RS, 2010.



A Revolução Boliviana de 1952: desenvolvimento, impacto e repercussão nos jornais brasileiros e bolivianos da época

*La Revolución Boliviana de 1952: desarrollo, impacto y repercusión
en los periódicos brasileños y bolivianos de la época*

Emily Flores¹

Liz Gabrieli de Souza Batista²

RESUMO

Este artigo busca analisar as principais características da Revolução Boliviana de 1952, pesquisando como surgiu e concretizou-se o levante, compreendendo sua natureza e repercussão nos jornais do Brasil e da própria Bolívia. O movimento popular boliviano ocorreu num contexto de luta de classes que reivindicaram seus direitos, tendo como estopim um golpe de Estado, onde uma junta militar escolhida pelo parlamento assumiu o governo, ao invés do partido vitorioso nas eleições. Este efeito silenciou a democracia e desencadeou a Revolução, provocando grande mudança no paradigma das relações internacionais latino-americanas. Os resultados obtidos apontam este como o primeiro momento de participação ativa da classe operária latino-americana nos processos revolucionários do continente, além de evidenciar o elemento *sui generis* da Guerra Fria presente nos periódicos de 1952.

Palavras-chave: Revolução Boliviana. Reforma Agrária. Jornais.

RESUMEN

Este artículo busca analizar las principales características de la Revolución Boliviana de 1952, investigando cómo surgió y se concretó el levantamiento, comprendiendo su naturaleza y repercusión en los periódicos de Brasil y de la propia Bolivia. El movimiento popular boliviano ocurrió en un contexto de lucha de clases que reivindicaron sus derechos, teniendo como detonante un golpe de

1 Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: emily.flores@acad.ufsm.br.

2 Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: liz.souza@acad.ufsm.br.

Estado, donde una junta militar elegida por el parlamento asumió el gobierno, en lugar del partido victorioso en las elecciones. Este efecto silenció la democracia y desató la Revolución, provocando un gran cambio en el paradigma de las relaciones internacionales latinoamericanas. Los resultados obtenidos señalan este como el primer momento de participación activa de la clase trabajadora latinoamericana en los procesos revolucionarios del continente, además de evidenciar el elemento sui generis de la Guerra Fría presente en los periódicos de 1952.

Palabras clave: Revolución Boliviana. Reforma Agraria. Periódicos.

Introdução

Com o intuito de entender a trajetória do processo revolucionário boliviano de 1952, como suas causas, desenvolvimentos e consequências, o artigo analisa o impacto da revolução no país vizinho, retratando como a história foi noticiada e reproduzida nos veículos de comunicação latino-americanos. Mais especificamente, trata-se de um estudo da conjuntura revolucionária e inspeção de periódicos brasileiros e bolivianos, dialogando com os respectivos efeitos da Revolução nestes Estados, pois “passado mais de meio século desde 1952, quando o horizonte de possíveis rupturas revolucionárias parece envolver novamente a América Latina, revisitar e conhecer a revolução boliviana torna-se atual e relevante” (ANDRADE, 2007, p. 17). Entende-se a Revolução Boliviana de 1952 como um episódio peculiar e único na história do continente. Assim como explicita Hobsbawm (2017)

Pense no tipo de coisa com que se defronta o infeliz estudioso da América Latina. Achamos que sabemos o que defendem os fascistas, homens diretamente inspirados por Hitler e Mussolini. Na Bolívia, no entanto, uma coalizão de seguidores dos nazistas, nacionalistas menos classificáveis e trotskistas fez uma revolução social que nacionalizou as minas, distribuiu a terra aos camponeses, deu a igualdade aos índios e substituiu parte do Exército por uma milícia de operários e camponeses armados (p. 40).

Dessa forma, em um primeiro momento pretende-se salientar os aspectos metodológicos da pesquisa. Em seguida é criterioso situar o leitor no período pré-revolucionário, ressaltando as características que tiveram como estopim a Revolução de 1952 e, por fim, adentrar no processo revolucionário em questão.

Metodologia

O objetivo central deste trabalho é pesquisar a Revolução Boliviana por meio de perguntas (quando? como? por que?) que serão respondidas através de métodos investigativos históricos, explicativos e descritivos. A busca em fontes primárias arquivísticas sobre a relação do fenômeno com suas origens históricas faz-se primordial para entender e delinear o desenvolvimento da Revolução. Nesse sentido, por meio de investigação bibliográfica foram identificados os fatores que determinaram e contribuíram para a ocorrência do fenômeno. Também utilizando-se da investigação descritiva, é essencial observar, interrogar, coletar e analisar os dados quantitativos e qualitativos buscados nas fontes históricas e bibliografias selecionadas.

A realização desta pesquisa acerca do movimento boliviano conta com diálogos buscados em diferentes obras que embasam a análise. Para compreender as peculiaridades da Revolução Boliviana que distinguiram a dinâmica do país desde os tempos da colonização espanhola (ANDRADE, 2007), buscase relacionar a conceituação de autores como Pericás (1997), Andrade (2007), Klein (2016) e Rocha (2022), com fontes primárias, em específico, edições de jornais publicadas em 1952, encontradas na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional e na Hemeroteca Digital da Biblioteca Municipal de La Paz. Além disso, utilizou-se como instrumento primário as Teses de Pulacayo, documento proposto pela Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros Bolivianos (FSTMB), que teve papel fundamental na Revolução, propondo melhorias nas condições de vida do povo boliviano.

O critério da utilização de jornais como fonte documental para delinear a Revolução Boliviana de 1952 está no elemento de prática social que a imprensa possui, uma vez que

constitui um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social. Partindo desse pressuposto, o historiador busca estudá-lo como agente da história e captar o movimento vivo das idéias e personagens que circulam pelas páginas dos jornais (CAPELATO, 1988, p. 21 *in* WEBER, 2012, p. 13).

Assim, o caráter de parcialidade dos periódicos da época pode ser analisado no âmbito de um mundo dividido pelo fenômeno da Guerra Fria, onde, por parte dos Estados Unidos, “(...) o comunismo já não era compatível com a democracia; como o fascismo, tratava-se de uma ideologia estranha que a ameaçava” (BETHELL; ROXBOROUGH, 1996, p. 48). A ideia de revolução era, portanto, algo a se temer. Os meios de comunicação, aqui, foram utilizados como massa de manobra e, refletir acerca disso “(...) pressupõe reconstruir, interpretar e dar um sentido presumido a essas questões numa dimensão espaço-temporal.” (BARBOSA, 2006, p. 218). Ainda,

a imprensa informa e forma; privilegia, dispõe e relaciona as notícias, elegendo os acontecimentos que merecem destaque e os que serão relegados ao esquecimento. Não registrando apenas o fato ela o cria, na medida em que seleciona o que é e o que não é notícia, seja por critérios jornalísticos, ou por interesses econômicos e políticos (STEPHANOU, 2001, p. 45 *in* OLIVEIRA, 2011, p. 127).

Bolívia: Rumo à Revolução

A formação histórica da nação boliviana relaciona-se diretamente com o desenvolvimento capitalista, marcado, portanto, por características de desigualdade social e econômica. Klein (2016) observa que na Bolívia “(...) a distribuição da riqueza tinha se tornado uma das mais injustas da América Latina. Os 6% de proprietários de terras que possuíam mil ou mais hectares controlavam 92% de toda a área cultivada na república” (p. 276). Dessa forma, o país comportava, notoriamente

(...) um setor minerador moderno e conectado diretamente com os centros econômicos mundiais em meados do século XX – que incorporava um jovem proletariado organizado e politizado – convivia com um setor agrícola marcado por formas de trabalho servis em grandes concentrações de terras, complementadas por formas tradicionais comunitárias e indígenas de exploração do campo (ANDRADE, 2007, p. 18).

Estes contrastes, portanto, somados ao caráter e à consciência revolucionária, concretizados em 1952, mas com ideais semeados duas décadas antes, iniciaram constantes conflitos nas esferas político-sociais bolivianas (PERICÁS, 1997). No que tange a economia boliviana, o país tinha como principal produto de exportação o estanho, que foi fortemente afetado pela Crise de 1929 por meio de oscilações orçamentárias governamentais. Nesse contexto, a produção de estanho foi interrompida e, quando retornou, rendia apenas um terço do que se produzia antes da crise (ANDRADE, 2007). Ademais, a Grande Depressão corroborou para que ascensão social fosse limitada e o poderio estatal engessado.

A partir daí, surgem demandas de ordem político-social em que “os trabalhadores mineiros, aliados aos estudantes, começaram a dar voz às suas reivindicações (...) colocando em pauta melhoria de condições de trabalho e melhores salários” (PERICÁS, 1997, p. 111), o que delineava, aos poucos, o processo revolucionário vindouro. Segundo Andrade (2007), a mais visível consequência dessa crise política, instaurada pela Crise, foi a Guerra do Chaco, cujos efeitos foram dramáticos para a população boliviana.

A guerra contra o Paraguai, conhecida como a Guerra do Chaco, foi a maior expressão da profunda crise na sociedade boliviana. O governo boliviano em aliança com os empresários mineiros, na tentativa de contornar a crise econômica, recorreram à guerra contra o Paraguai. O conflito durou quatro anos (1932-1935) e foi, em todos os sentidos, um marco na história boliviana. A guerra deixou um saldo de 65 mil bolivianos mortos, aprofundou os problemas econômicos e agudizou ainda mais o descontentamento popular. Após a guerra a economia nacional e o sistema político se encontravam destruídos. O desgaste dos partidos tradicionais possibilitou que um setor nacionalista do exército assumisse a condução política do país (GALLEGO, EGGERS-BRASS, LOZANO, 2006 *apud* ROCHA, 2022).

Ainda que a população e a economia paraguaia fosse menor comparada aos índices bolivianos, a derrota foi massiva. Acerca das causas do massacre, pode-se citar, além da própria estrutura econômica e social da Bolívia, o contexto geográfico em que ocorrera os conflitos. Andrade (2007) disserta que os indígenas, que integravam a maioria dos combatentes, estavam acostumados a viver em terras de ar escasso e, quando confrontados em uma região seca e arenosa, a resistência física pesou mais do que a capacidade militar. Então, o que para o presidente da Bolívia no contexto do combate parecia de fácil vitória, onde o governo se fortaleceria e novos territórios seriam anexados ao país, culminou, na realidade, em um grande pesadelo, pois “os problemas econômicos anteriores à guerra ganharam maior dimensão ainda (...) e o surgimento da oposição de setores sociais se acelerou” (ANDRADE, 2007, p. 33).

Nesse sentido, a oposição desenvolveu-se e ganhou crescente protagonismo. Pode-se mencionar o *Partido Obrero Revolucionario (POR)*, que representou uma primeira síntese do que eram os grupos da esquerda marxista e socialista da época (ANDRADE, 2007). Do outro lado, após a derrota do governo Salamanca, o militar David Toro assumiu a presidência do país com o objetivo de equilibrar as disputas entre as distintas frações das classes dominantes e o nascente movimento operário nas minas, (ROCHA, 2022) concretizando, assim o socialismo militar³.

O governo de Toro (1936-1937) foi marcado por contradições e oscilações constantes. Em 1936 corroborou para a criação da Confederação Sindical dos Trabalhadores Bolivianos (CSTB), que o projetou como grande nacionalista e apoiador do movimento sindical. Já pouco tempo depois, o presidente “iniciou uma série de perseguições, prisões e deportações de militantes de esquerda que se aproveitaram das concessões à organização sindical e assumiram uma ação cada

3 “Denominação *sui generis* para um período que abriria aos poucos o caminho para 1952 e no qual a oficialidade tentou uma maior aproximação com os movimentos dos trabalhadores e criou certo clima de apreensão entre os barões do estanho” (PERICÁS, 1997, p. 112).

vez mais independente e ousada” (ANDRADE, 2007, p. 36). As insatisfações podem ser percebidas na matéria publicada pelo jornal *La Razón*, em que “a horas 11 de anoche resigno el mando presidencial el coronel David Toro” onde a população “viveu momentos de grande expectativa” (*La Razón*, La Paz, 14 de julho de 1937). Dessa forma, o Estado-Maior do Exército substituiu Toro pelo coronel German Busch. No novo governo (1937-1939) houve avanços no âmbito social e político boliviano, entretanto, assim como na administração anterior, tornou-se imprescindível acalmar a velha burguesia, extasiada com a crescente influência dos movimentos operários, bem como desacelerar o amadurecimento dos proletários. Assim, o acúmulo crescente de contradições e a contínua repressão colaborou para que os levantes populares se consolidassem ainda mais.

Nesse panorama, em 1941, um grupo que se identificava com o nacionalismo moderado atenuado pelos governos Toro e Busch, formou o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR). O MNR tinha características que variavam desde o socialismo até o fascismo entre seus membros⁴ (PERICÁS, 1997), o que contribuiu posteriormente para as facetas expressas na Revolução de 1952. Após Busch cometer suicídio, as eleições de 1940 elegeram Enrique Peñaranda⁵ como novo representante, que foi atingido pelas consequências sociais e políticas da Segunda Guerra Mundial, onde a Bolívia foi protagonista no fornecimento de estanho aos Aliados e, conseqüentemente, se deparou com uma enorme crise financeira. Assim, a situação política do país foi sendo gradativamente marcada por descontentamento e greves, contexto que emergiu o Massacre de Catavi, onde centenas de mineiros insatisfeitos com as condições e aumento de salários foram dizimados pelo Exército.

Esse fato praticamente selou a sorte do governo Peñaranda, que ficou celebrado na história boliviana como um dos responsáveis por uma das maiores carnificinas produzidas contra uma mobilização social pacífica. O massacre de Catavi em 1942 foi a maior demonstração do caráter irreconciliável das diferenças entre, de um lado, a classe operária e a maioria nacional e, de outro, a oligarquia mineira e latifundiária que dirigia o país (ANDRADE, 2007, p. 44).

O fortalecimento dos partidos burgueses e da classe operária tomou grandes proporções no governo de Gualberto Villarroel López. A figura de Victor Paz Estenssoro, principal líder do MNR e ex-ministro da economia de Peñaranda ganhou destaque e possibilitou maior aproximação do Movimento

4 “Nos últimos anos do governo de Paz Estenssoro, o MNR tinha se dividido, grosso modo, em dois grupos: uma ala de centro direita de classe média, representada por Siles Zuazo, e uma coalizão trabalhista e de esquerda liderada por Lechín e a COB” (KLEIN, 2016, p. 288).

5 Peñaranda governou a Bolívia até o ano de 1943, quando Gualberto Villarroel López tomou posse via golpe de Estado no dia 20 de dezembro.

Nacionalista Revolucionário ao novo governo instaurado, dirigindo, agora, o Ministério das Finanças.

O governo Villarroel foi o primeiro a questionar o sistema latifundiário da Bolívia, o que desagradou enormemente à direita. Por outro lado, a esquerda era sufocada pelo MNR, seu aliado. Com direita e esquerda contra o presidente, começou-se a organizar um complô para derrubar o mandatário (PERICÁS, 1997, p. 114).

Em 1946, a luta ideológica teve como estopim o assassinato de Villarroel, retratado no *Jornal do Brasil*:

o presidente Villarroel foi morto quando procurava defender o seu governo, e depois que os seus adeptos resistiam durante nove horas e meia aos revolucionários civis, que tinham pelo menos o apoio tácito de algumas unidades do Exército. A violência dos combates está provada no número calculado de dois mil mortos e feridos, o que dá a entender que a luta atingiu alturas sem precedentes na América Latina (*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 de julho de 1946).

No mesmo, apoiados pelo *Partido Obrero Revolucionário*, a Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros Bolivianos (FSTMB) anunciou, no 4º Congresso dos Mineiros, as Teses de Pulacayo, onde os mineiros, exaustos das suas condições de vida, formularam “reivindicações que refletiam a síntese da experiência acumulada até então” (ANDRADE, 2007, p. 58).

Cada sindicato, cada región minera, tienen sus problemas peculiares y los sindicalistas deben ajustar su lucha diaria a esas peculiaridades. Pero existen problemas que, por sí solos, sacuden y unifican a los cuadros obreros de toda la nación y son la miseria creciente y el boycott patronal que se hacen cada día más amenazantes. Contra esos peligros, la FSTMB propugna medidas radicales (*Tesis de Pulacayo: Tesis Central de la Federación de Trabajadores Mineros de Bolivia*, FSTMB, 1946).

Para abrir caminho à revolução socialista, as Teses de Pulacayo propunham, dentre outras abordagens, o controle operário das minas para os trabalhadores, a redução para 40 horas de trabalho semanais e maior independência sindical. As resoluções tiveram um marco significativo no sindicalismo boliviano, porém, os fortes opositores limitavam e temiam que a expansão de partidos políticos deste cunho fosse recorrente (ANDRADE, 2007). No ano seguinte,

em 1947, novas eleições levaram à presidência o dr. Hertzog, mas em 1949, novo movimento revolucionário colocava no poder Urriolagoitia, que preparou as eleições de 1951. Neste pleito, dois grupos políticos chocaram-se (*O Estado de S. Paulo*, edição de 10 de abril de 1952).

Destaca-se que o governo de Mamerto Urriolagoitia (1949-1951) foi, perceptivelmente, uma fachada democrática (ANDRADE, 2007), pois as greves

continuaram a eclodir no interior do sistema, e, o governo, optando por uma resposta violenta, recebeu os manifestantes à bala. Esse espaço de confusão generalizada proporcionou queda nos preços do estanho e aumento de preços no mercado interno, fator que incrementou ainda mais os movimentos populares e sindicais.

Em 1950, a Bolívia tinha o custo de produção de estanho mais alto do mundo e, em alguns anos, a indústria mal cobria seus próprios gastos. As margens de lucros eram estreitas, tornando a indústria ainda mais sensível a pequenas flutuações nos preços mundiais (KLEIN, 2016, p. 278).

As eleições de 1951

apresentaram resultados inesperados, cabendo a vitória ao Movimento Nacionalista Revolucionario, cujos candidatos eram Estenssoro e Silez. Diante disso, o presidente Urriolagoitia anunciou que respeitaria a vontade do povo. Mas, alguns dias mais tarde, abandonava o poder nas mãos de uma junta militar, para impedir que o país caísse nas mãos do MNR (*O Estado de S. Paulo*, edição de 10 de abril de 1952).

Andrade (2007) traz dados em que o número de votos foi de 54.049 no partido vitorioso contra 39.940, 6.441, 5.170 votos para o *Partido de la Unión Republicana Socialista (PURS)*, o *Partido Liberal* e o *Partido de la Izquierda Revolucionario (PIR)*, respectivamente. Nesse panorama, “o golpe foi uma cartada arriscada para frear o processo revolucionário que se desenvolvia, ao mesmo tempo que colocava em questão o conjunto das já frágeis instituições do Estado” (ANDRADE, 2007, p. 66). O engessamento da burguesia, aqui descontente pela falta de prestígio, bem como a insurreição de massas insatisfeitas levaram ao enfraquecimento da coesão da junta militar que tomara o poder. Klein (2016) revela que “(...) a força da elite econômica estava relativamente esgotada no momento da revolução, tanto quanto havia sido debilitado seu poder político” (p. 279).

É fundamental destacar a diferença entre golpe e revolução. O primeiro, diz respeito ao esquema que impediu o partido ganhador de consolidar sua vitória. O segundo, eclodiu quando este partido tomou as rédeas da revolução. Assim, é necessário evidenciar as forças políticas que proporcionaram o movimento revolucionário de 1952:

de um lado, a frágil burguesia, à frente de seu Estado e seus partidos políticos esvaziados de credibilidade política e social, perdia a cada dia sua coesão interna. De outro, milhares de mineiros, camponeses em estado de semisservidão, operários urbanos e uma pequena burguesia crescentemente insatisfeita tornavam-se cada vez mais coesos em torno da proposta a cada dia mais presente e palpável de ruptura radical com a situação em que vivia o país (ANDRADE, 2007, p. 69).

O processo revolucionário

As contradições que permeavam a Bolívia culminaram, portanto, no golpe de Estado em 9 de abril de 1952 esquematizado pelo MNR e tendo como personagem central a massa popular. O jornal *O Estado de S. Paulo* ao noticiar no dia seguinte a insurreição no país vizinho, parece não se agradar dos ditos rebeldes:

sob a chefia do general Antonio Semele e do sr. Hernan Silez, líder do Movimento Nacional Revolucionário, eclodiu à noite passada uma revolução na Bolívia. Os tiroteios nas ruas desta Capital iniciaram-se por volta das seis horas da manhã (...) as ruas do centro desta Capital estão sendo patrulhadas pelos rebeldes, estão fechados os estabelecimentos comerciais enquanto manifestantes do Movimento Nacional Revolucionário percorrem as ruas, aplaudindo os chefes da revolução (*O Estado de S. Paulo*, edição de 10 de abril de 1952).

Nesse sentido, o alastramento da revolução era notório:

em 9 de abril de 1952, a polícia e um setor do exército, em acordo com o MNR, tentam um contragolpe que é derrotado e seus chefes militares asilam-se em diferentes embaixadas [...] A polícia, ao ver-se derrotada pelos militares, entregou algumas armas aos trabalhadores fabris e ao povo de La Paz. Por sua vez, os mineiros de Oruro e Potosí, que já haviam tomado os regimentos, começaram a marchar até La Paz. Os mineiros de Milluni capturam um trem militar que transportava armamentos. Em La Paz, os trabalhadores derrotam sete regimentos e tomam suas armas [...]. Em 12 de abril, os militares que continuavam resistindo às milícias rendem-se (SAGRA, 2004, p.51).

É imprescindível ressaltar as características do então governo MNR assumido por Paz Estenssoro. Por ser um partido misto, com representantes de ambos os ideais, apesar de ter obtido a vitória, o MNR não tinha o controle total da situação e temia o levante radical dos mineiros e camponeses. O jornal boliviano *El Diario* trouxe, dia 11 de abril, a fala do então representante Siles Suazo⁶: “nada de exaltações. Somos muito pobres para sermos destruídos... não queremos destruir, mas construir uma nova Bolívia” (*El Diario*, La Paz, 11.04.1952. in ANDRADE, 2007, p. 81). Nesse sentido, o mesmo periódico expressou grande admiração pelo MNR, afirmando ser “uno de los gobiernos mas democráticos de este continente” e que

si en algun momento se abrigaron dudas acerca del caracter popular de la revolución, ellas fueron desvanecidas por el tumultuoso recibimiento que se dispensó a Paz Estenssoro a sua regreso a esta ciudad. Gente que cuenta con muchos anos de residencia en La Paz, sostiene que nunca se vió un recibimiento de tal magnitud y entusiasmo (*El Diario*, La Paz, 20 de abril de 1952).

6 Assumiu a administração até a chegada de Paz Estenssoro, que estava no exterior (ANDRADE, 2007).

A figura de Juan Lechín⁷ foi central e esclarece a polarização que estava emergindo no país, pois pressionava constantemente o governo com o apoio do povo para que se consolidasse, dentre outros pontos, a reforma agrária e a nacionalização das minas. Vale ressaltar a construção da narrativa populista de Lechín:

felicito bondamente emocionado al pueblo que se ha hecho hoy dueño de sus propios destinos, y que ha dado a América una lección que recogerán los siglos como demostración de que en las breñas altiplánicas vive indomable el espíritu de la raza heroica que extendió hace seis siglos su civilización hasta los remotos confines del Oriente (*El Diario*, La paz, 11 de abril de 1952).

Algumas reivindicações propostas pela ala esquerda do MNR em apoio com o *Partido Obrero Revolucionario* desagradaram os anseios da cúpula do movimento. Cabia, então, ao *POR* o papel de pressionar e vigiar o MNR. Andrade (2007) relembra que

duas políticas confrontaram-se desde o princípio da revolução: de um lado, a dinâmica revolucionária e independente das massas e, de outro, a ação desmobilizadora e institucional do governo do MNR, voltada a reordenar e conter a ruptura e a radicalização (p. 84).

As pretensões só foram amparadas mediante a criação da *Central Obrera Boliviana (COB)*, que consolidou a liderança dos mineiros e o movimento sindical. O jornal *Rebelión* era o veículo pelo qual a *COB* expressava os seus anseios revolucionários, onde “o destino da revolução se liga intimamente ao destino da propriedade privada, que só poderá ser superada pela ação revolucionária das massas” (*Rebelión*, n.1, setembro de 1952, in ANDRADE, 2007, p. 90). Em resposta e com temor do fantasma do comunismo, pensamento intrínseco ao contexto imperialista da época, o jornal oficial do MNR publicou que

o MNR é em sua essência um partido nacional e em consequência contrário ao comunismo internacional... o MNR considera que no país deve fomentar-se o espírito de empresa entre os bolivianos e também atrair capitais estrangeiros...” (*En Marcha*, 18.09.1952, in ANDRADE, 2007, p. 91).

O governo dos Estados Unidos, dessa forma, buscou alinhar-se ao MNR pois receava que grupos trotskistas ou stalinistas adentrassem nas relações latino-americanas:

onze milhões foram empréstimos do Export-Import Bank, quatro milhões do Development Loan Fund e quinze milhões do empréstimo de estabilização do FMI e do Tesouro americano. O aumento dos empréstimos à Bolívia, que passaram de um milhão e meio de dólares em 1953 para 22,7 milhões em 1959 é traço suficiente para notar-se a preocupação do “colosso do Norte” em relação à nação boliviana (PERICÁS, 1997, p. 117).

7 Integrante da ala esquerda do MNR e Ministro das Minas em 1952. Entre 1960 e 1964 foi vice-presidente da Bolívia.

Ainda, para manter o equilíbrio

o embaixador norte-americano, Douglas Henderson, foi diversas vezes visto no palanque junto a Paz Estenssoro e tinha influência suficiente, em nome de seu país, para “vetar” Lechín da coligação. Laurence Whitehead afirma que “ao vetar líderes esquerdistas, ao fragmentar os movimentos populares, e por endossar o papel do exército, a política americana encorajou o crescimento do militarismo” (Ibidem: 25). A força que os militares conseguiram acumular durante o período revolucionário foi suficiente para que tivessem condições, assim, de tomar o poder em novembro de 1964 (PERICÁS, 1997, p. 118).

Assim, Paz Estenssoro lidou com a pressão das massas de forma a adiar o máximo possível as soluções reivindicadas, e, de outra perspectiva, a ordem oligárquica temia perder seus monopólios. Ao passo que o governo via a nacionalização das minas como uma questão econômica, o *POR*, com suporte da *COB*, via o cenário como um objetivo político a ser alcançado. “Em princípios de outubro, o governo fundou uma empresa estatal semiautônoma para administrar todas as minas de propriedade do Estado, à qual foi dado o nome de Corporación Minera de Bolívia (Comibol)” (KLEIN, 2016, p. 280). À medida em que a intensidade das solicitações foram crescendo, no dia 7 de outubro as empresas de Patiño, Hochschild e Aramayo foram ocupadas pelo Estado e no dia 31 foi assinado o decreto de nacionalização (ANDRADE, 2007). Pensada a partir das Teses de Pulacayo, a nacionalização promoveu a criação de mais trabalho nas minas, onde houve, de 1952 a 1956, o aumento de 7 mil no número de operários.

Acerca da reforma agrária, o MNR somente concordou com a viabilização perante pressão das massas que desmantelaram a ala conservadora do partido. Nesse sentido, os grandes proprietários demonstraram-se completamente insatisfeitos com a decisão do governo, como demonstra o jornal de Cochabamba:

vivemos momentos de terror e verdadeira incerteza nos campos. A famosa sindicalização camponesa está trazendo junto uma onda de saques e atropelos, em muitos casos colocando em perigo a vida de proprietários e administradores. Para sustentar esta asseveração basta ler a imprensa diária de qualquer departamento. Os proprietários e administradores estão entregues à sua própria sorte, totalmente indefesos e sem respaldo de autoridade alguma nem legislação na qual se amparar (*Los Tiempos de Cochabamba*, 23 de abril de 1953 in ANDRADE, 2007, p. 110)

Em contraposição, o periódico *El Diario* sugere o entusiasmo do povo boliviano no título da matéria “La Concentración de Campesinos de Todos los Lugares en Aquel Histórico Sitio ya era Ayer Algo Impresionante” (*El Diario*, La Paz, 2 de agosto de 1953). Entretanto, a reforma agrária fundamentada pelo MNR foi excludente em aspectos sociais e políticos, pois não integravam as peculiaridades do povo indígena. Portanto, o movimento

(...) do ponto de vista da ampliação das práticas democráticas, foi um processo regressivo e não positivo. A antiga estrutura paternalista com traços feudais foi substituída por uma nova e sofisticada estrutura clientelista ligada ao MNR (ANDRADE, 2007, p. 120).

Também a revolução

não foi acompanhada por transformações econômicas ou técnicas profundas, e demonstrou “ser apenas uma versão mais radical da política favorável à redistribuição do poder político e, até certo ponto, do bem-estar no interior de uma estrutura que fundamentalmente permanecia a mesma” (Donghi, 1989: 256) (PERICÁS, 1997, p. 120).

Considerações finais

Em suma, as principais medidas executadas pelo MNR, foram, na verdade, promovidas pelos camponeses e operários bolivianos.

O ano de 1952 revelou na Bolívia não os últimos traços de uma burguesia revolucionária latino-americana, mas o primeiro grande momento de participação da classe operária latino-americana como vanguarda dos processos revolucionários do continente (ANDRADE, 2007, p. 137).

A nacionalização das minas trouxe mudanças importantes, contudo estava atrelada aos interesses da burguesia e dos barões do estanho, fato esse evidenciado pelas indenizações cedidas para empresas norte-americanas, que demonstrava o papel dos Estados Unidos na economia boliviana e no auxílio para frear os socialistas - objetivo que se tornou concreto no golpe militar em 1964.

Enquanto era dado apoio às claras ao governo Paz Estenssoro, se fazia um trabalho por trás das cortinas ajudando homens que poderiam melhor servir aos interesses dos Estados Unidos. Estes homens em 1964 pareciam ser o general René Barrientos, principal elemento dentro da Força Aérea, e o general Alfredo Ovando Candia, comandante do exército. Com o golpe restaurador promovido por eles, terminou naquele ano a revolução (PERICÁS, 1997, p. 121).

Além disso, a reforma agrária apenas transformou em decreto o que já havia sido conquistado pelas massas por meio da luta, pois temia que uma revolução radical eclodisse no território. Porém, apesar das constantes contradições de governos enfraquecidos - presentes na Bolívia desde a Guerra do Chaco e do governo Toro (1936-1937) - dos interesses opostos e das reações políticas e sociais conflitantes, pode-se concluir que houveram transformações significativas no panorama boliviano. Os jornais aqui apresentados revelam a polarização da sociedade brasileira e boliviana da época. *O Estado de S. Paulo* intitulou os revolucionários como rebeldes, ao passo que *En Marcha* posicionou-se contra o comunismo internacional. Diferentemente, o periódico *El Diario*

bradou com orgulho o governo democrático do MNR. Por fim, a características de dubiedade da Guerra Fria e a influência da política externa norte-americana mostraram-se expressas nas fontes jornalísticas, que auxiliam na compreensão do período da guerra cruzada contra o comunismo e revelam a complexidade da revolução.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Everaldo de Oliveira. A revolução boliviana. São Paulo: Ed. Unesp, 2007.

BARBOSA, Marialva Carlos. Imprensa e poder no Brasil pós-1930. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p.215-234, jun./dez. 2006. Disponível em: https://www.academia.edu/111772450/Imprensa_e_poder_no_Brasil_p%C3%B3s_30. Acesso em: 18 set. 2024.

BETHELL, Leslie. (org.) História da América Latina após 1930: México, América Central, Caribe e Repúblicas Andinas. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

Deposta a Junta Militar pelo movimento revolucionário. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 10 de abril de 1952. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19520410-23592-nac-0001-999-1-not>. Acesso em: 16 jun. 2023.

El Ejército ha ratificado, una vez más, el sentido histórico de la revolución. *La Razón*, La Paz, 14 de julho de 1937. Disponível em: <http://biblioteca.lapaz.bo/ul/LR19370714.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2023.

El Movimiento Nacionalista Revolucionario y el Cuerpo de Carabineros Dominaron a las Tropas de Varias Unidades del Ejército. *El Diario*, La Paz, 11 de abril de 1952. Disponível em: <http://biblioteca.lapaz.bo/ul/ED19520411.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2023.

El MNR, uno de los gobiernos mas democraticos de este continente. *El Diario*, La Paz, 20 de abril de 1952. Disponível em: <http://biblioteca.lapaz.bo/ul/ED19520420.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2023.

Estabeleceram os revolucionários bolivianos um governo provisório. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 de julho de 1946. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_06&pasta=ano%20194&pesq=villarroel&pagfis=40813. Acesso em: 16 jun. 2023.

HOBBSAWM, Eric. Viva la revolución: a era das utopias na América Latina. Organização: Leslie Bethell. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

KLEIN, Herbert S. **História da Bolívia**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Herbert-Klein/publication/339662712_Historia_da_Bolivia_Editora_Universidade_de_Brasilia_2016/links/5e5eb69c299bf1bdb8507495/Historia-da-Bolivia-Editora-Universidade-de-Brasilia-2016.pdf. Acesso em: 18 set. 2024.

La Concentración de Campesinos de Todos los Lugares en Aquel Histórico Sitio ya era Ayer Algo Impresionante. *El Diario*, La Paz, 2 de agosto de 1953. Disponível em: <http://biblioteca.lapaz.bo/ul/ED19530802.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2023.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. A relação entre a história e a imprensa, breve história da imprensa e as origens da imprensa no Brasil (1808-1930). **Historiæ**, Rio Grande, 2 (3): 125-142, 2011. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/download/2614/1425/7224>. Acesso em: 18 set. 2024.

PERICÁS, Luiz Bernardo. Processo e desenvolvimento da revolução boliviana. **Lutas Sociais**, Vol. 3, 1997. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18988>. Acesso em: 18 jun. 2023.

ROCHA, Joallan Cardim. 1952- 2022: 70 anos Revolução Boliviana. **REBELA - Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos**. v.12, n.1. jan./abr. 2022. Disponível em: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/rebela/article/view/5305>. Acesso em: 19 jun. 2023

SAGRA, Alicia. Bolívia: 50 anos à beira da tomada do poder. **Marxismo Vivo**, São Paulo, n. 8, 2004. Disponível em: <https://litci.org/pt/2018/06/18/especial-30-anos-bolivia-50-anos-a-beira-da-tomada-do-poder/>. Acesso em: 19 jun. 2023.

WEBER, Daniela Maria. Metodologia para pesquisa em imprensa: experiências através d'*O Paladino*. **Signos**, ano 33, n. 1, p. 9-21, 2012. Disponível em: <https://www.univates.br/revistas/index.php/signos/article/view/718/708>. Acesso em: 18 set. 2024.



Tenente-Coronel José Alves Valença: Trajetória política e militar na Revolução Farroupilha (1835-1845)

Lieutenant-Colonel José Alves Valença:

Plotical and military career in the Farroupilha Revolution (1835-1845)

Maicon Dener da Silva Rodrigues¹

RESUMO

A temática do trabalho proposto surgiu a partir das atividades desenvolvidas na iniciação científica PROBIC/FAPERGS/UFSM, no projeto de pesquisa História Platina: Fronteiras, Migrações, Sociedades e Poder, especialmente após a leitura do livro “Cronologia Histórica de Santa Maria e do Extinto Município de São Martinho 1787-1930”, escrito por Romeu Beltrão em 1958, no qual se notou uma abordagem superficial da Revolução Farroupilha (1835-1845), na freguesia de Santa Maria da Bocca do Monte. A partir desta observação, iniciou-se a leitura e levantamento de obras bibliográficas e documentos, como artigos, dissertações, teses e capítulos de livros. Realizaram-se pesquisas em documentos registrados na Coleção Varela do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul e na Coletânea de Documentos de Bento Gonçalves da Silva, nestes, encontraram-se correspondências tratando de Santa Maria da Bocca do Monte e do Tenente-Coronel Valença. A Coleção, entre outros documentos, possui registros ligados ao Distrito de Santa Maria, à Vila de Cachoeira e ao Tenente-Coronel José Alves Valença, personagem ao qual o trabalho se dedica. Notou-se na pesquisa uma escassez de trabalhos que tratem da história da região central da província no contexto da Guerra. A partir da Trajetória de Valença, um estancieiro, militar e político de grande influência na região, pretende-se construir uma análise da atuação da elite farroupilha na região central da província, principalmente na Freguesia de Santa Maria, então distrito da Vila Nova de São João da Cachoeira. Assim, evidenciando a participação e vivência deste personagem da elite no contexto da Revolução Farroupilha. Nesta perspectiva, o trabalho desenvolvido apresenta novas possibilidades, problemáticas e um novo olhar

1 Graduado em História Licenciatura, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: maiconrodrigues035@gmail.com.

sobre o desenrolar da Revolução Farroupilha em um local da Província não privilegiado pela historiografia rio-grandense e brasileira.

Palavras-chave: Revolução Farroupilha. Santa Maria da Bocca do Monte. Tenente-Coronel Valença.

ABSTRACT

The subject of the proposed work arose from the activities carried out during the PROBIC/FAPERGS/UFMS scientific initiation, in the research project Platine History: Frontiers, Migrations, Societies and Power, especially after reading the book 'Cronologia Histórica de Santa Maria e do Extinto Município de São Martinho 1787-1930', written by Romeu Beltrão in 1958, in which a superficial approach to the Farroupilha Revolution (1835-1845) was noted in the parish of Santa Maria da Bocca do Monte. Based on this observation, we began reading and researching bibliographical works and documents, such as articles, dissertations, theses and book chapters. Research was carried out on documents recorded in the Varela Collection of the Historical Archives of Rio Grande do Sul and in the Bento Gonçalves da Silva Documents Collection, where correspondence was found about Santa Maria da Bocca do Monte and Lieutenant-Colonel Valença. The Collection, among other documents, contains records relating to the District of Santa Maria, the town of Cachoeira and Lieutenant-Colonel José Alves Valença, the character to whom this work is dedicated. The research revealed a scarcity of works dealing with the history of the central region of the province in the context of the War. Based on the trajectory of Valença, a landowner, military officer and politician of great influence in the region, the aim is to analyse the actions of the Farroupilha elite in the central region of the province, especially in the parish of Santa Maria, then a district of Vila Nova de São João da Cachoeira. Thus, highlighting the participation and experience of this elite character in the context of the Farroupilha Revolution. From this perspective, the work carried out presents new possibilities, problems and a fresh look at how the Farroupilha Revolution unfolded in a part of the province not favoured by Rio Grande do Sul and Brazilian historiography.

Keywords: Farroupilha Revolution. Santa Maria da Bocca do Monte. Lieutenant-Colonel Valença.

Introdução

O presente estudo tem como objetivo analisar a trajetória do Tenente-Coronel José Alves Valença, uma figura de grande relevância na região central da Província de Rio Grande de São Pedro e na elite farroupilha local/regional, especialmente da freguesia de Santa Maria da Bocca do Monte. Assim, utilizamos de uma abordagem teórico-metodológica estruturada a partir da microanálise e no método onomástico. Deste modo, exploraremos as redes de poder e a influência, e atuação e posição de Valença no decênio farroupilha (1835-1845) e após o conflito.

No que tange a especificidade de nossa pesquisa, partimos de uma pesquisa documental nas Coleção Varela do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul e na Coletânea de Documentos de Bento Gonçalves da Silva, visando o encontro de informações relacionadas ao Tenente-Coronel José Alves Valença. Nesse sentido, as pesquisas com acesso às documentações do período propiciam novos indícios que levam ao surgimento de nossa problemática e assim na construção de objeto de estudo. Por meio dos indícios encontrados nas correspondências analisadas, torna-se possível compreender não apenas a atuação individual de Valença, mas também seu papel dentro do contexto social e político da região.

Assim, a partir do estudo do Tenente-Coronel Valença, membro da elite santa-mariense, podemos compreender com a freguesia de Santa Maria e sua população vivenciaram a o decênio de Guerra, e também a sua posição frente a proclamação da República Rio-Grandense. Além disso, buscamos por meio dessa investigação contribuir para o entendimento da história de Santa Maria no período da Revolução Farroupilha, bem como para o conhecimento de personagens da freguesia que desempenharam um papel ativo no conflito.

A trajetória do “perverso Valença” na Revolução Farroupilha

Em um trecho da obra *Missões Orientais e seus Antigos Domínios* de Hemetério José Velloso da Silveira (1979), o autor faz referência ao episódio do “Rincão da Mortandade”, ocorrido em 1839 no Rincão do Botucaraí, hoje município de Candelária. Este episódio específico refere-se a uma suposta retalhação do Major Valença² a um grupo de soldados do exército farroupilha que havia “traído” o Tenente-Corone, sobre este ocorrido Hemetério nos expõe:

2 Naquele momento, 1839, Valença ainda não havia chegado ao posto militar de Tenente-Coronel.

Em 1839, acampou no Rincão do Botucarai uma força de cavalaria republicana ao mando do então Major José Alves Valença. Este mandou dar caçada por todas as fazendas, invernadas e roças, recrutando uma porção de moços aptos para o serviço de campanha. Ou porque tivessem-lhe denunciado um plano de sublevação ou para implantar o domínio do terror, em certo dia, doze desses rapazes foram degolados pelos soldados, ficando os cadáveres insepultos. Essa **cena canibal, única em toda aquela década revolucionária**, teve lugar num pequeno campo, que por algum tempo se chamou **Rincão da Mortandade** (SILVEIRA, 1979, p. 309-310).³

Anteriormente a este acontecimento, Romeu Beltrão (2013, p. 155), complementa que Valença foi vítima de uma traição e só conseguiu escapar pois conseguiu cavalos emprestados, na atual cidade de Júlio de Castilhos, na estância do “tal Padilha Rico”, substituindo seus cavalos cansados, consegue chegar até a freguesia de Santa Maria. Romeu Beltrão (2013, p.155) menciona um episódio de Valença em 1837, a partir de uma citação de Varela (1933, p. 476), em que Beltrão denomina esse acontecimento de “Episódio de Valença em Cruz Alta”. Nessa menção, Valença é referido com Major e recebe o adjetivo de “esforçadíssimo e intrépido”, em que o Major Valença era o Comandante Geral de Polícia de Missões.

Mandado o **esforçadíssimo e intrépido José Alves Valença** a Cruz Alta, para constituir a unidade revolucionária que devia guardar o município, agremiou uma, com a qual entrou pouco depois em choque. Nele foi batido, sem quase combate, porque os seus falsos companheiros se bandearam logo para outra hoste. Desceu a Serra a unhas de cavalo, jurando que havia de dar aos pérfidos uma lição de mestre. Colhidos prisioneiros, na sua maioria, numa subsequente ação, **Valença cumpriu sua palavra, sacrificando, inexorável, os que o tinham negramente abandonado. Traidores eram**. Pois bem, acarretou-lhe censores universais, o que se teve por demasiado, na sua falta de misericórdia; segundo informe ao autor, de Felicíssimo J. Martins, que era amigo pessoal do herói e muito lhe celebrava os serviços e sua magnânima, impoluta gestão em missões, como chefe de polícia (VARELA, 1933, p. 476).

No ano de 1843, Valença então Comandante Geral de Polícia de Itaquí, foi ordenado por Bento Gonçalves a procurar João Antônio da Silveira, para convocá-lo para a concentração de forças nos campos de Ponche Verde, para assim atrair Bento Manuel Ribeiro. Conforme Romeu Beltrão (2013, p. 117), no combate em Ponche Verde, Valença foi ferido em combate, no entanto em documento de Bento Manuel para Caxias sobre o confronto, refere-se a Valença como “perverso Valença”. “Chama de perverso Valença, provavelmente devido os atos de violências por este cometido e atrás referido” (BELTRÃO, 2013, p.171). Assim, entende-se que Valença recebeu a alcunha de “perverso” por

3 Grafia atualizada para as normas ortográficas atuais. Grifos nossos.

Bento Manuel, pelos acontecimentos no decorrer do decênio de batalhas e também pelo episódio ocorrido no “Rincão da Mortandade”, caracterizada por Hemetério da Silveira (1979) como uma “cena canibal”.

Nesse sentido, partimos de uma abordagem teórico metodológica com preceitos da microanálise. A partir do método onomástico, desenvolvido no ensaio *O nome e como: troca e desigual e mercado historiográfico*, pelos autores Carlo Ginzburg e Carlo Poni (1989), no qual é possível a pesquisa em variados arquivos e tipos documentais a partir de um “fio de ariana” como guia da pesquisa, o nome. Assim, realizamos pesquisa embasadas no método onomástico na Coleção Varela do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS) e na Coletânea de Documentos Bento Gonçalves da Silva, onde encontramos correspondências que tratavam de assuntos ligados direta ou indiretamente ao Tenente-Coronel Valença.

Ao tratar do Tenente-Coronel Valença, opta-se por trabalhar o individual, porém a opção pelo individual não se opõe ao social, como afirma Jacques Revel (1998):

...num texto um tanto provocador de C. Ginzburg e C. Poni que propõe fazer do ‘nome’ – do nome próprio, ou seja, da marca individual, menos sujeita a repetição que existe – a baliza que permitiria construir uma modalidade nova de uma história social atenta aos indivíduos percebidos em suas relações com outros indivíduos. Pois a escolha do individual não é vista aqui como contraditória à do social: ela deve tornar possível uma abordagem diferente deste, ao acompanhar o fio de um destino particular – de um homem, de um grupo de homens – e, com ele, a multiplicidade dos espaços e dos tempos, a meada das relações nas quais ele se inscreve (REVEL, 1998, p. 21).

Nesse sentido, nossa pesquisa buscou evidenciar a complexidade da sociedade e dos espaços em que Valença encontrava-se, evidenciando, assim, aspectos da Revolução Farroupilha não observado até então, como, por exemplo, a elite local da Freguesia de Santa Maria da Bocca do Monte, então distrito da Vila de São João da Cachoeira, e as redes e conexões desenvolvidas por estes sujeitos durante o decênio de conflitos.

Nas correspondências analisadas da Coleção Varela, não encontramos nenhuma escrita por Valença, apenas uma correspondência escrita por sua esposa Maria Máxima, na qual é solicitado ao Major Antônio Vicente da Fontoura o pagamento da coletoria ordenada pelo General Netto. A partir dessa correspondência, e das respostas encaminhadas por Antônio Vicente da Fontoura, foi possível observar certa proximidade de Antônio Vicente da Fontoura com a Família Valença, pois o Tenente-Coronel fazia parte do grupo da maioria, o qual Domingos José de Almeida era uma das lideranças junto com Bento Gonçalves. Assim, Almeida encaminha correspondência para o

Procurador Fiscal Interino da Fazenda para ser feito o pagamento. No entanto, o procurador indica que deve ser contatado Antônio Vicente da Fontoura para saber da razão por ainda não ter sido paga a coletoria.

Após as explicações de Fontoura, Domingos José de Almeida, em 26 de maio de 1840, exige ao Inspetor Geral do Tesouro o pagamento da ordem original do General Netto. Dessa forma, fica claro a importância de Maria Máxima de Oliveira e seu domínio das relações sociais e políticas, com o fim de requisitar, no caso, o valor que deveria ser entregue para sua família, para assim conseguir manter seus filhos e gerir a Fazenda do Arenal. Segundo Carla Barbosa (2016, p. 97), guarda as proporções aceitas na sociedade da época em relação ao lugar que homens e mulheres deveriam ocupar, tanto os homens quanto as mulheres tinham funções importantes na vida econômica do período.

Além desta correspondência enviada por Maria Máxima, encontra-se na Coleção Varela carta encaminhada ao Tenente-coronel Valença, algumas desta correspondência Valença estão vinculadas a função que ele exerceu frequentemente, a de captura e recrutamento de soldados.

Para abordar e entender a atuação da elite farroupilha do distrito de Santa Maria da Bocca do Monte durante a Revolução Farroupilha, sento está elite, de acordo com Padoin (2001), composta por estancieiros, militares, charqueadores, comerciantes e imigrantes europeus. A partir das fontes disponíveis, mencionadas anteriormente, optou-se por abordar a figura do Tenente-Coronel José Alves Valença. Desta forma, a pesquisa buscou evidenciar a participação de Santa Maria na Guerra Farrapa, centrando-se na trajetória político-militar do Tenente-Coronel José Alves Valença, visando-se assim confirmar a atuação da elite farroupilha.

Figura 1: Retrato do Tenente-Coronel José Alves Valença



José Alves Valença

Fonte: VALENÇA, José Alvares. **Imagens.** Family Search. Acesso em: 29/09/2024.

Com relação a trajetória militar de Valença, temos as seguintes informações. Com relação à trajetória militar de Valença, tem-se que em 1837 ele foi comandante geral da polícia de Santa Maria e assina-se como Tenente e, nesse mesmo ano, Valença já se assina como capitão. Em 1837 o então Tenente-Coronel Valença assume o comando de um corpo de cavalaria farroupilha em Cachoeira, vila da qual o distrito de Santa Maria fazia parte. Em dezembro de 1838, o tenente-coronel José Alves Valença comanda o Corpo de Cavalaria de Guardas Nacionais de Cachoeira, também com tropas de Santa Maria e participa do cerco a Porto Alegre, prestando nesse mesmo dia juramento de fidelidade à República Rio-Grandense, como integrante da 5ª Brigada (RODRIGUES, 2023).

Conforme Beltrão (2013, p. 158), dos 2.920 farrapos no cerco de Porto Alegre, 300 foram comandados por Valença, Guedes e Carneiro. Já no ano de 1840, Valença participou do “Combate de Taquari” comandando o 1º Corpo de Lanceiros, “os famosos libertos de José Alves Valença”. De acordo com José Iran Ribeiro (2010, p. 234), pela competência de Valença e seu conhecimento da região, além de conseguir reunir combatentes entre a população, ele comanda até o final do conflito, o corpo de lanceiros farroupilhas - os lanceiros chamados “lanceiros negros farroupilhas”.

No acordo de Paz de Ponche Verde de 1945, segundo com Romeu Beltrão (2013, p. 175) não consta a assinatura do Tenente-Coronel Valença, contudo não é possível saber se ele não estaria no acampamento ou não teria assinado por pertencer ao grupo da maioria liderado por Bento Gonçalves, que não desejavam a paz nas condições acordadas pelo grupo da minoria liderado David Canabarro e Antônio Vicente da Fontoura. Para Romeu Beltrão (2013) a segunda hipótese é mais condizente com a posição de Valença.

Ao fim da Revolução Farroupilha, Valença manteve-se envolvido na política local e regional. Em 1850, foram escolhidos os eleitores especiais do distrito de Santa Maria para os anos 1850-1852, em uma lista em que José Alves Valença e Maximiano José de Oliveira, sogro de Valença, são escolhidos como suplentes.

Nesse sentido, após a Revolução Farroupilha José Alves Valença segue sua trajetória político-militar de grande importância regional, tanto no meio militar quanto político. Em 1852, Valença comanda o 24º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional, então sediado em Santa Maria da Bocca do Monte e não mais na Vila de São João da Cachoeira. Já no ano de 1857, Valença foi indicado como um dos eleitores especiais do 4º distrito para os anos de 1856-1858, para elegerem em Cachoeira os deputados gerais e provinciais. No entanto, Valença não completou o mandato, pois Santa Maria foi emancipada em dezembro de 1857 (BELTRÃO, 2013, p. 215).

Além disso, Romeu Beltrão destaca que o Tenente-Coronel desenvolveu intensa atividade política em apoio ao Partido Liberal, o qual venceu as eleições

no Rio Grande do Sul. Em 16 de dezembro de 1857, a Freguesia de Santa Maria da Bocca do Monte, 4º distrito de Cachoeira, é elevada a município por Lei Provincial n. 400. Assim, destaca-se que em abril de 1858, Valença recebeu a Ordem Imperial do Cruzeiro por decreto imperial.

Em 17 de 1858, o Tenente-Coronel Valença foi eleito como o vereador mais votado do novo município e assim o primeiro presidente da Câmara de Vereadores de Santa Maria da Bocca do Monte. Resultado este que confirma a sua relevância no meio local. Conforme Jonas Vargas (2010, p. 300), a ascensão política de Valença era resultado de sua atuação militar e serviços desempenhados para os liberais. Ou seja, estas relações estabelecidas no movimento de 1835 influenciaram diretamente na trajetória política de Valença. No ano de 1860, o então Coronel José Alves Valença foi empossado como sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, fundado em 24 de janeiro de 1860. Outra vez, um marco de sua presença em meio à elite local e provincial.

O Coronel José Alves Valença teve uma atuação ativa na Revolução Farroupilha, além de participar nas campanhas militares posteriores. Ele se destacou como uma das principais figuras da região central da Província nesse período, especialmente na Freguesia de Santa Maria da Bocca do Monte, inclusive no processo de emancipação de Santa Maria. Tal atuação e influência foram reconhecidas por sua eleição para a representação no poder Legislativo local, como vereador.

Além disso, os vínculos estabelecidos por Valença em âmbito local e regional, deste o seu casamento por exemplo, influenciaram na sua posição de relevância na elite de Santa Maria. Destacando-se a relação de João Appel e José Alves Valença com Maximiano José de Oliveira, pois tanto Valença quanto Appel casaram-se com as filhas de Maximiano. Os vínculos estabelecidos pela família Valência com os Appel, família de alemães que chegaram em 1830 em Santa Maria da Bocca do Monte, foi de suma importância para a consolidação no (e como) poder local que os Valença estabeleceram na freguesia. Conforme Jonas Vargas (2010, p. 304), “a extensão do círculo de influências políticas dos Valença para o interior de uma família de imigrantes alemães, também pertencentes ao Partido Liberal, era quase que uma condição necessária para reforçar o exercício do poder na paróquia”.

Nesse sentido, os alemães controlavam uma parte significativa do comércio de Santa Maria e tinham grande influência dentro da Câmara de Vereadores de Santa Maria³⁹. Para os imigrantes europeus, a proximidade com o José Alves Valença oferece conexões políticas com a capital da Província, e de contrapartida Valença reforça sua influência na política santamariense.

Considerações Finais

As análises realizadas neste estudo revelam a importância da figura de José Alves Valença no contexto da Revolução Farroupilha em Santa Maria, tanto no campo militar quanto na política. Através da microanálise e do método onomástico, foi possível traçar um perfil detalhado das relações de poder e das dinâmicas sociais que Valença está conectado, destacando sua atuação no conflito e sua participação ativa na elite política e militar da Freguesia de Santa Maria da Boca do Monte.

Referências

BARBOSA, Carla Adriana da Silva. **As Mulheres da Elite Farroupilha**: Papéis de Gênero e Família (RS, 1835-1845). Revista Cantareira, n. 24, p. 84-97, 2019.

BELTRÃO, Romeu. **Cronologia histórica de Santa Maria e do extinto município de São Martinho 1787 - 1930**. 3a ed. Santa Maria: UFSM, 1979.

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. **O nome e o como**: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. A micro-história e outros ensaios. Lisboa: Difel, 1989

NETTO, Antônio de Souza. Ordem de pagamento de coletoria ao Tenente-Coronel José Alves Valença Quartel General na Vila Setembrina, 1 de setembro de 1839. **ANAI DO ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL**. Porto Alegre: AHRs. CV-6825. 2006. v. 15. pg. 131.

PADOIN, Maria Medianeira. **Federalismo gaúcho**: fronteira platina, direito e revolução. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de Escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. P. 15-39.

RIBEIRO, José Iran. **Tão longe, tão perto**: o povo de Santa Maria e as situações de guerra na primeira metade do século XIX. In: RIBEIRO, José Iran; Weber, Beatriz Teixeira (org.). Nova História de Santa Maria: contribuições recentes. Santa Maria: Editora Pallotti, 2010. p. 227-243.

RODRIGUES, Maicon Dener da Silva. **A Revolução Farroupilha em “Santa Maria da Bocca do Monte” (1835-1845)**: atuação do Tenente-Coronel José Alves Valença. Trabalho de 9 Conclusão de Graduação (Graduação em História) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2023.

SILVEIRA, Hemetério José Velloso da. **Missões orientais e seus antigos domínios**. 2 ed. Porto Alegre: ERUS, 1979.

VARGAS, Jonas Moreira. **As duas faces do coronel Valença**: família, poder local e mediação política em Santa Maria (1850-1870). In: RIBEIRO, José Iran; Weber, Beatriz Teixeira (org.). Nova História de Santa Maria: contribuições recentes. Santa Maria: Editora Pallotti, 2010. p. 287-321.



Historiografia da Arqueologia: Primeiros Projetos no Geoparque Quarta Colônia/ UNESCO (1966-1981)

*Historiography of Archaeology: Early Projects in the
Quarta Colônia/UNESCO Geopark (1966-1981)*

Patrick Silveira Ventura¹

André Luis Ramos Soares²

Maria Medianeira Padoin³

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar os primeiros passos da pesquisa em andamento que busca historicizar os projetos arqueológicos no território dos municípios do Geoparque Quarta Colônia/UNESCO. Por meio de uma pesquisa bibliográfica, o estudo foca em três projetos que ocorreram entre 1966, com o PRONAPA, e 1981, com um levantamento de sítios arqueológico para a construção da Barragem de Dona Francisca, na região. Essas primeiras iniciativas substituíram uma arqueologia comunitária preexistente, representada por figuras como o Padre Daniel Carnin e José Pivetta, ambos colaboradores no desenvolvimento da arqueologia na comunidade. O estudo também busca compreender o conceito de Geoparque e seu papel na comunidade onde está inserido, além de explorar a formação e a nomenclatura do Geoparque Quarta Colônia. Até o momento, os resultados obtidos apontam a presença de sítios arqueológicos pré-coloniais, sendo a grande maioria deles vinculados as populações Tupi-Guarani e em menor número sítios que apresentaram somente material lítico e sítios pré-cerâmicos. Essas informações se mostraram bastante satisfatórias no que diz respeito à

1 Graduado no curso de Bacharelado em História – Graduando no curso de História Licenciatura, bolsista FIEIX-PRE na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: patrick.ventura@acad.ufsm.br.

2 Professor Titular do Departamento de História, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: alrsoaressan@gmail.com ou andre.soares@ufsm.br.

3 Professora Titular do Departamento de História, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: mmpadoin@gmail.com ou maria.m.padoin@ufsm.br.

história da arqueologia na região, tendo como plano de fundo a larga ocupação, temporal e espacial, dos povos originários. Como próximos passos, pretende-se realizar uma historiografia da arqueologia local até os dias atuais, com o intuito de identificar e dar visibilidade à presença das comunidades originárias no território do Geoparque Quarta Colônia/UNESCO, utilizando registros de sítios arqueológicos e bibliografia relevante. Tal pesquisa se mostra como essencial para o desenvolvimento sustentável da comunidade local.

Palavras-chave: Historiografia da Arqueologia. Geoparque Quarta Colônia/UNESCO. Pesquisas Arqueológicas.

ABSTRACT

This article aims to present the first steps of ongoing research that seeks to historicize archaeological projects in the territory of the municipalities of the Quarta Colônia/UNESCO Geopark. Through bibliographical research, the study focuses on three projects that took place between 1966, with PRONAPA, and 1981, with a survey of archaeological sites for the construction of the Dona Francisca Dam, in the region. These first initiatives replaced a preexisting community archaeology, represented by figures such as Father Daniel Carnin and José Pivetta, both collaborators in the development of archaeology in the community. The study also seeks to understand the concept of Geopark and its role in the community where it is located, in addition to exploring the formation and nomenclature of the Quarta Colônia Geopark. To date, the results obtained indicate the presence of pre-colonial archaeological sites, the vast majority of which are linked to the Tupi-Guarani populations, and to a lesser extent sites that presented only lithic material and pre-ceramic sites. This information proved to be quite satisfactory about the history of archaeology in the region, against the backdrop of the extensive temporal and spatial occupation of the indigenous peoples. As the next steps, we intend to conduct a historiography of local archaeology up to the present day, with the aim of identifying and giving visibility to the presence of indigenous communities in the territory of the Quarta Colônia/UNESCO Geopark, using records of archaeological sites and relevant bibliography. Such research is essential for the sustainable development of the local community.

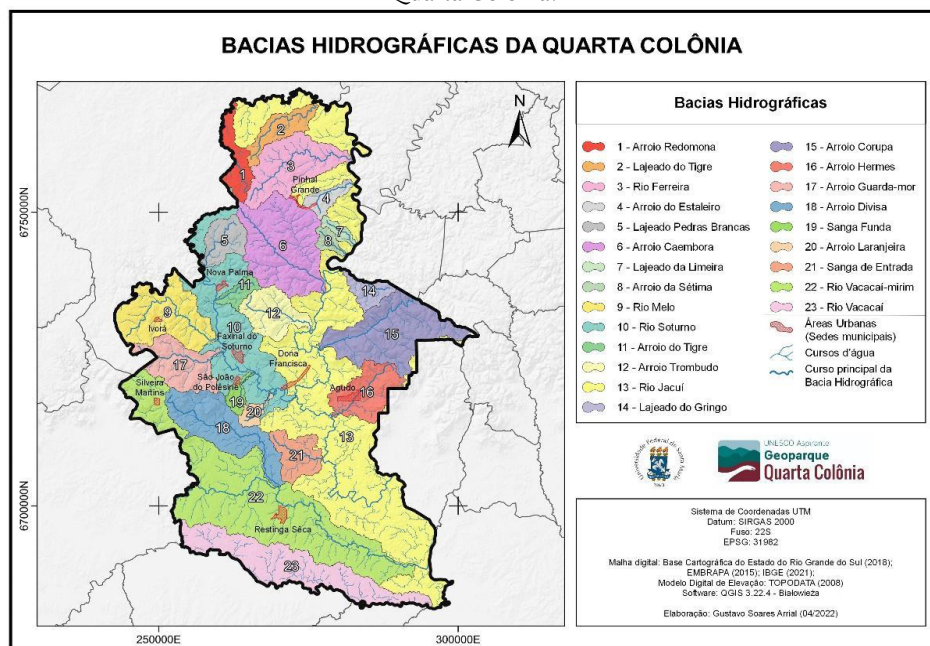
Keywords: Historiography of Archaeology. Quarta Colônia/UNESCO Geopark. Archaeological Research.

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo apresentar os passos iniciais de uma pesquisa em desenvolvimento, que visa historicizar os projetos arqueológicos realizados no território atualmente correspondente aos nove municípios que integram o Geoparque Quarta Colônia.

Dessa forma, com este texto, buscaremos analisar o primeiro momento das pesquisas arqueológicas vinculadas às atividades ocorridas na região da bacia do Rio Jacuí (Figura 1), entre as décadas de 1960 e 1980, localizado na região central do estado do Rio Grande do Sul, conduzidas por José Joaquim Justiniano Proenza Brochado e Pedro Ignácio Schmitz.

Figura 1 – Representação Cartográfica das Bacias Hidrográficas presentes na Quarta Colônia.



Fonte: Elaborado por Gustavo Soares Arrial, 2022.

Para isso, foram utilizados documentos e relatórios de projetos arqueológicos, além de registros de campo disponíveis no arquivo digital do Instituto Anchieta de Pesquisa. Selecionaram-se documentos que fornecessem informações sobre os projetos arqueológicos realizados na Bacia do Rio Jacuí, especificamente na região do território em estudo, também conhecida como Médio Jacuí.

Geoparque Quarta Colônia

Para melhor compreendermos, os “[...] Geoparques são territórios que visam a preservação do patrimônio histórico, cultural e/ou natural e fomentam o desenvolvimento sustentável para a comunidade que os engloba” (MROS *et al*, 2021, p. 11). Assim, com a colaboração da comunidade, pretende-se identificar, analisar e valorizar o patrimônio de determinada região, possibilitando o desenvolvimento social de maneira responsável e cultural de determinada sociedade.

Como já dito anteriormente, o território a ser estudado compreende a delimitação que corresponde ao Geoparque Quarta Colônia. Segundo Günter Ritchter Mros *et al* (2021, p 14), este

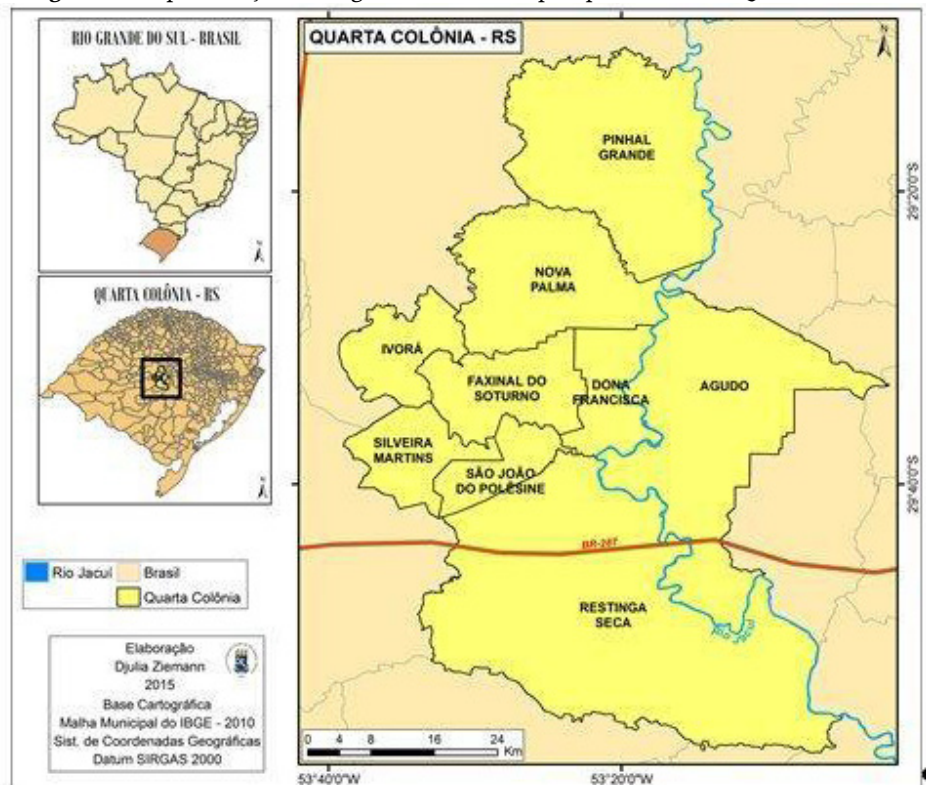
[...] constitui-se de território localizado na Região Central do estado do Rio Grande do Sul e é formado por nove municípios: Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande, Restinga Seca, São João do Polêsine e Silveira Martins. Devido ao importante patrimônio geológico, arqueológico, cultural e histórico da região e às atividades de desenvolvimento sustentável que a região realiza, a Quarta Colônia é classificada como aspirante a geoparque pela UNESCO.

Conforme Maria Medianeira Padoin (2020), em 1877 foi criada a Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana, inicialmente chamada de Núcleo Colonial de Santa Maria da Boca do Monte e posteriormente passou-se a chamar Colônia de Silveira Martins, devido ao importante papel de Gaspar Silveira Martins na criação e na formação política de apoio aos imigrantes europeus.

Tendo em vista as outras três primeiras colônias italianas criadas pelo império brasileiro, denominadas Conde D’ Eu, atual município de Garibaldi, Dona Isabel – Bento Gonçalves – e Campos dos Bugres, hoje Caxias do Sul, o Padre Luiz Sponchiado, durante as comemorações do centenário de imigração, resgata a denominação de Quarta (PADOIN, 2020).

Mais recentemente, a região também passou a ser denominada de Consórcio Regional de Desenvolvimento Sustentável – CONDESUS – o qual abrange os nove municípios já citados (Figura 2), e que são base do Projeto Geoparque Quarta Colônia (PADOIN, 2020).

Figura 2 – Representação Cartográfica dos municípios pertencentes a Quarta Colônia.



Fonte: Elaborado por Djulia Regina Ziemann, 2015.

Os municípios foco deste estudo possuem características

[...] como a beleza natural das suas paisagens, da abundância de água de seus rios e de suas cascatas, da raridade dos fósseis ali encontrados - que testemunham as mudanças ambientais do planeta nos últimos 250 milhões de anos - e a cultura preservada dos seus imigrantes, se bem articuladas, podem permitir que essas comunidades possam legar, às próximas gerações deste planeta, um futuro em que a qualidade de vida esteja em sintonia com a conservação da sua cultura e com a sua herança geopatrimonial (UFSM, 2021, p. 1).

Acredita-se que o patrimônio arqueológico, identificado por meio de pesquisas desde a década de 1960, representa um dos muitos patrimônios da região, oferecendo informações valiosas sobre cerca de 12.000 anos de história (SOARES, 2021). Esse patrimônio não apenas enriquece o conhecimento cultural local, mas também pode contribuir para um desenvolvimento sustentável e consciente da comunidade onde está inserido. A pesquisa em andamento, ainda em fase inicial, visa explorar de maneira mais aprofundada essas potencialidades.

Primeiros Projetos Arqueológicos no Território da Quarta Colônia

Para falarmos sobre a Arqueologia no território do Geoparque Quarta Colônia, precisamos compreender brevemente como funcionou as pesquisas arqueológicas no Brasil. Em sua dissertação, com o título de Arqueologia: ação comunitária ou ciência acadêmica, Marina Barth (2013, p. 20) nos traz que a

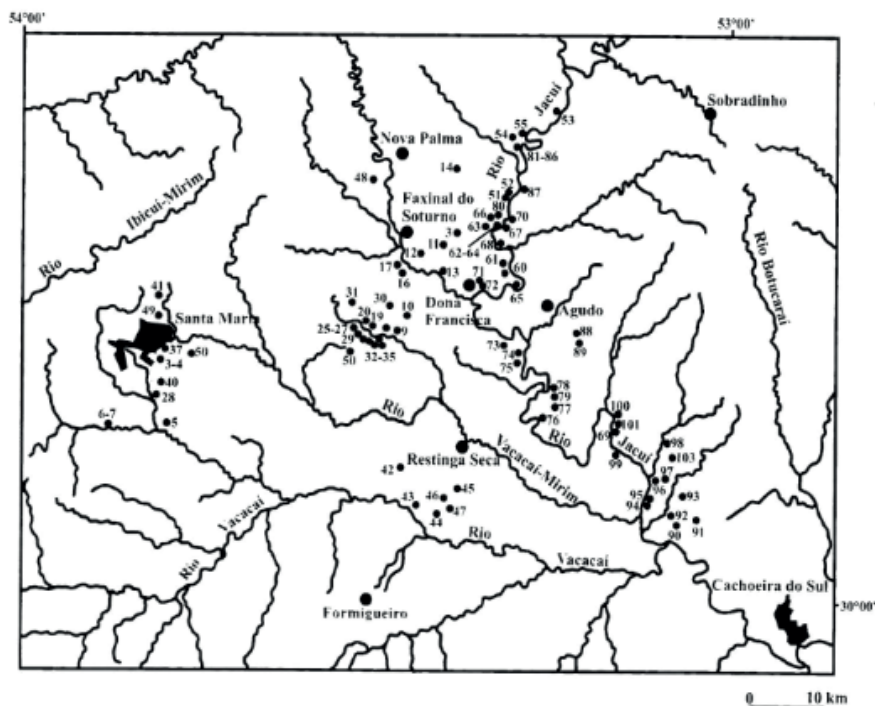
[...] arqueologia brasileira passou por alguns momentos históricos no que se refere a sua composição enquanto ciência. Inicialmente formada por pesquisadores autodidatas que efetuavam coletas e recolhiam doações, que resultavam em grandes coleções, evoluiu para a reunião de leigos interessados pela pesquisa e culminou com a criação de cursos de graduação e pós-graduação em arqueologia.

A comunidade local também desempenha um papel importante no descobrimento e recolhimento de sítios e materiais arqueológicos, como é o caso dos municípios da região. Exemplos notáveis desse envolvimento comunitário são as ações do Padre Daniel Carnin e José Pivetta, que colaboraram no andamento dos projetos arqueológicos e em outras pesquisas paleontológicas, áreas bastante presentes na região. No entanto, os três projetos que serão abordados a seguir ilustram a transição de uma arqueologia comunitária para uma arqueologia de caráter acadêmico.

Segundo Pedro Ignácio Schmitz (2000), os sítios arqueológicos escavados na região do Médio Jacuí, localizados na bacia hidrográfica do Rio Jacuí, estão divididos em três projetos, que, atualmente, correspondem ao território da Quarta Colônia (figura 1).

O primeiro está vinculado às atividades do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA) entre 1965 e 1970, possuindo como participante José Proenza Brochado. Este, durante suas atividades, foi acompanhado por membros da comunidade, como por exemplo o Padre José Pivetta e o Padre Daniel Cargnin, que colaboraram com o desenvolvimento da pesquisa arqueológica em alguns sítios da região. Os dois tinham ascendência italiana e eram ligados à congregação dos Palotinos, possuindo amplo conhecimento e acesso à região dos municípios do Geoparque Quarta Colônia (SCHMITZ, 2000).

Figura 3 – Representação Cartográfica dos sítios pesquisados entre 1966 e 1973.



Fonte: Schmitz, 2000, p. 10.

O segundo projeto surge a partir do primeiro em 1973. Com as atividades realizadas no primeiro projeto, José Brochado visita, em áreas montanhosas, uma grande quantidade de pequenos e recentes sítios vinculados à população Tupi-Guarani e sítios com presença de material lítico. Com a parceria de Brochado e Schmitz, ambos professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, orientaram novas pesquisas nas várzeas do Médio Jacuí, acompanhados pelo então estudante Ervino Barth (SCHMITZ, 2000).

Com isso, os trabalhos realizados se preocuparam em delimitar o sítio, mostrar a distribuição do material arqueológico e coletas superficiais, quando possível, seguindo uma mesma metodologia presente nas atividades do PRONAPA. Este segundo projeto resulta na descoberta de numerosos sítios Tupi-Guarani, sendo em alguns casos, com datações mais antigas que os encontrados no primeiro projeto, e em menor número, sítios pré-cerâmicos (SCHMITZ, 2000).

E por fim, o terceiro projeto, ainda conforme o autor Pedro Ignácio Schmitz (2000), se desenvolveu a partir de 1980, com um levantamento de sítios realizados devido à construção da barragem para a produção de energia elétrica, denominada Dona Francisca, pela empresa estatal gaúcha CEEE. O projeto foi executado por Pedro Ignácio Schmitz, Jussara Louzada Ferrari, Marco Aurélio

Nadal De Masi, Marco Antônio Zorzetto e Angélica Stobaeus – vinculados ao Instituto Anchietano de Pesquisas/UNISINOS – e Maira Barberi Riberio, Eurípedes Basanulfo de Freitas e Abreu, vinculados a Universidade Católica de Goiás (UCG), os quais estudaram os locais que seriam atingidos pelas obras da barragem e o espaço que seria alagado pelo represamento da água.

Com isso, no Quadro 1 será apresentado os sítios arqueológicos encontrados a partir das atividades desses três projetos entre 1966 e 1981. Vale destacar que as atividades dos projetos não se limitaram nas áreas dos nove municípios do Geoparque Quarta Colônia, sendo possível perceber ações em diversos outros municípios vizinhos, porém neste trabalho, especificaremos a análise somente nas áreas dos municípios de Agudo, São João do Polêsine, Dona Francisca, Restinga Seca, Silveira Martins, Faxinal do Soturno, Nova Palma, Pinhal Grande e Ivorá.

Quadro 1 – Quadro de pesquisas arqueológicas desenvolvidas nos municípios do Geoparque Quarta Colônia entre os anos de 1966 e 1981.

Cidades	Quantidade de sítios	Siglas dos sítios
Agudo	38	RS-MJ-64 RS-MJ-67 RS-MJ-68 RS-MJ-70 RS-MJ-76 RS-MJ-77 RS-MJ-78 RS-MJ-79 RS-MJ-87 RS-MJ-88 RS-MJ-89 RS-MJ-102 RS-MJ-105 RS-MJ-111 RS-MJ-112 RS-MJ-113 RS-MJ-114 RS-MJ-115 RS-MJ-116 RS-MJ-120 RS-MJ-121 RS-MJ-123 RS-MJ-124 RS-MJ-125 RS-MJ-126 RS-MJ-127 RS-MJ-128 RS-MJ-129 RS-MJ-130 RS-MJ-131 RS-MJ-132 RS-MJ-133 RS-MJ-134 RS-MJ-135 RS-MJ-136 RS-MJ-137 RS-MJ-138 RS-MJ-139

Dona Francisca	28	RS-MJ-14 RS-MJ-38 RS-MJ-51 RS-MJ-52 RS-MJ-60 RS-MJ-61 RS-MJ-62 RS-MJ-63 RS-MJ-65 RS-MJ-66 RS-MJ-71 RS-MJ-72 RS-MJ-80 RS-MJ-81 RS-MJ-82 RS-MJ-83 RS-MJ-84 RS-MJ-85 RS-MJ-86 RS-MJ-106 RS-MJ-107 RS-MJ-108 RS-MJ-109 RS-MJ-110 RS-MJ-117 RS-MJ-140 RS-MJ-141 RS-MJ-142
Faxinal do Soturno	17	RS-MJ-09a RS-MJ-09b RS-MJ-10 RS-MJ-11 RS-MJ-12 RS-MJ-13 RS-MJ-17 RS-MJ-19 RS-MJ-20 RS-MJ-25 RS-MJ-29 RS-MJ-30 RS-MJ-31 RS-MJ-32 RS-MJ-33 RS-MJ-34 RS-MJ-35
Nova Palma	13	RS-MJ-15 RS-MJ-48 RS-MJ-53 RS-MJ-54 RS-MJ-55 RS-MJ-104 RS-MJ-118 RS-MJ-119 RS-MJ-122 RS-MJ-143 RS-MJ-144 RS-MJ-145 RS-MJ-146
Ivorá	0	

Restinga Seca	10	RS-MJ-42 RS-MJ-43 RS-MJ-44 RS-MJ-45 RS-MJ-46 RS-MJ-47 RS-MJ-73 RS-MJ-74 RS-MJ-75 RS-MJ-99
São João do Polêsine	3	RS-MJ-16 RS-MJ-16a RS-MJ-16b
Silveira Martins	0	
Pinhal grande	0	
Total	109	

Fonte: Schmitz, 2000.

Considerações finais

Este trabalho propôs a realização de uma historiografia da arqueologia nos três primeiros projetos de pesquisa arqueológica acadêmica realizados no território do Geoparque Quarta Colônia, abrangendo o consórcio dos nove municípios mencionados anteriormente, com base em pesquisa bibliográfica.

A partir da bibliografia selecionada podemos perceber que entre 1966, com o início das atividades do PRONAPA, até 1981, com as atividades relacionadas a construção da Barragem da CEEE, foram encontrados 109 sítios arqueológicos. Destes sítios, 38 deles foram localizados no território do município de Agudo, 28 no município de Dona Francisca, 17 no município de Faxinal do Soturno, 13 no município de Nova Palma, 10 em Restinga Seca e 3 sítios arqueológicos em São João do Polêsine, emancipado de Faxinal do Soturno em 1992.

Além disso, é possível notar que todos estes municípios pesquisados, neste primeiro momento da arqueologia no território que hoje conhecemos como Geoparque Quarta Colônia, estão localizados dentro do Vale do Rio Jacuí.

Dessa forma, como já dito anteriormente, os sítios estudados apresentaram cultura material de populações pré-colonial, sendo em sua maioria vinculados a população Tupi-Guarani – com grande presença de fragmentos cerâmicos e vasilhas com enterramentos – e grande variedade de artefatos líticos, existindo alguns sítios somente com material de rochas trabalhadas por meio da técnica de lascamento e polimento. Por fim, em menor número, nota-se a frequência de sítios pré-cerâmicos, vinculados a populações caçadoras e coletoras que habitaram a região e a presença de abrigos sobre pedra com a existência de petróglifos e gravados nas paredes dessas grutas.

As datações apresentadas, durante as pesquisas entre 1966 e 1981, em Schmitz (2000) para os sítios arqueológicos vinculados as populações Tupi-Guarani variam entre 265 no sítio RS-MJ-71, localizado no município de Dona Francisca na propriedade de Eri Rampelotto e Roque Casassola, e 1.800 no sítio RS-MJ-88 localizado no Rincão do Pinhal, município de Agudo na propriedade de Emílio Kieffer, porém foi considerada antiga demais para a região naquele momento.

Por meio deste estudo inicial, acredita-se ter alcançado resultados bastante satisfatórios acerca da história da arqueologia no Geoparque, tendo como plano de fundo a ocupação dos povos originários nesse território. A partir disso, nos próximos passos da pesquisa, pretende-se realizar uma historiografia da arqueologia até os dias atuais, com o objetivo de identificar e dar visibilidade à ocupação das comunidades originárias no território do Geoparque Quarta Colônia/UNESCO, utilizando registros de sítios arqueológicos e bibliografia relevante, pesquisa que se mostra necessária tendo em vista o desenvolvimento sustentável da comunidade local.

Referências

- ARRIAL, Gustavo Soares. **Bacias Hidrográficas da Quarta Colônia.** Geoparque Quarta Colônias/UNESCO ASPIRANTE. 2022.
- BARTH, Marina Amanda. **Arqueologia:** ação comunitária ou ciência acadêmica. 2013. 192 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. São Leopoldo.
- BARTH, Marina Amanda. **Arqueologia:** Ação Comunitária ou Ciência Acadêmica. Revista do CEPA, v. 30, p. 06-121, 2014.
- MROS, G. R. ; GOMES, J. F. (Org.) ; DELBONI, J. C. (Org.) ; RODRIGUES, C. P. (Org.) ; COSTA, K. B. (Org.) ; FARIAS, E. A. R. (Org.) ; LOPES, N. M. L. (Org.) ; DOCKHORN, A. L. F. (Org.) ; SILVA, A. C. B. C. E. (Org.) ; WEBER, A. P. (Org.) ; ROCHA, B. S. I. (Org.) ; MINUZZI, C. K. (Org.) ; DAROIT, G. L. (Org.) ; MACHADO, I. V. P. (Org.) ; PINTON, J. P. M. (Org.) ; PUNTEL, J. (Org.) ; RIBAS, L. M. (Org.) ; NUMMER, M. S. (Org.) ; MAFFINI, V. L. (Org.) . **Manual de Paradiplomacia para os Geoparques Aspirantes UNESCO Caçapava e Quarta Colônia.** 1. ed. SANTA MARIA: UFMS, Pró-Reitoria de Extensão, 2021. v. 1. 75p.
- PADOIN, Maria Medianeira. **Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul.** In: Palestra Geoparques. Universidade Federal de Santa Maria. 2020.
- PADOIN, Maria Medianeira; FIGUEIRÓ, Adriano; CRUZ, Jorge Alberto Soares. **Educação patrimonial em territórios geoparques:** uma visão interdisciplinar na Quarta Colônia. Facos-Ufsm, 2021.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. **Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil.**

Documentos 08. Instituto Anchieta de Pesquisas. – (2000). São Leopoldo: UNISINOS, 2000.

SOARES, André Luis Ramos. **Primeiros habitantes da Quarta Colônia:** os povos tradicionais. In: PADOIN, Maria Medianeira; FIGUEIRÓ, Adriano; CRUZ, Jorge Alberto Soares. Educação patrimonial em territórios geoparques: uma visão interdisciplinar na Quarta Colônia. Facos-Ufsm, 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Geoparques.** Santa Maria, 2021.

ZIEMANN, Djulia Regina. **Quarta Colônia RS.** Universidade Federal de Santa Maria. 2015.



Santa Maria em dimensão histórica no Contexto Platino

Santa Maria in historical dimension in the Platinum Context

Thiago Noschang Cabral¹

Maria Medianeira Padoin²

RESUMO

Este trabalho visa, a partir da construção de um estado da arte, explorar Santa Maria como um território singular marcado por cortes transnacionais dentro da região platina. Situada no coração do estado, Santa Maria desempenha um papel crucial nas dinâmicas transfronteiriças que moldam a geopolítica do Cone Sul. A cidade, historicamente posicionada em uma encruzilhada de rotas comerciais e militares, desde as suas origens emergiu como um ponto estratégico devido à sua proximidade com as fronteiras da Argentina e do Uruguai. Estes cortes transnacionais influenciam profundamente as interações sociopolíticas e econômicas na região, configurando Santa Maria como um hub vital para o intercâmbio transnacional --- Dessa forma, a pesquisa é dotada de uma perspectiva transfronteiriça da região platina. Exemplo disso se deu particularmente durante os períodos de tensão e conflito na região durante a Segunda Guerra Mundial, reforçando a presença de bases militares e de importantes vias de transporte da cidade como um ponto nodal nas estratégias de segurança e desenvolvimento levadas a cabo nacionalmente. Assim, se tem como objetivo compreender Santa Maria dentro do contexto da região platina, promovendo debate entre os principais trabalhos que versam sobre o tema na literatura. O objetivo secundário consiste em apontar futuros caminhos de pesquisa sobre o tema. Por fim, o tema se justifica pela percepção de que a cidade não é apenas um território com relevância histórica, mas continua a ser um ator fundamental nas relações transnacionais e estratégicas da região.

Palavras-chave: Santa Maria. Bacia do Prata. Geopolítica.

1 Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (PPGH/UFSC). Pesquisa apoiada por Bolsa CAPES/DS. Bacharel em Relações Internacionais pela UFSM. . E-mail: thiago.cabral@acad.ufsm.br.

2 Orientadora. Professora Titular na Universidade Federal de Santa Maria, atuando no Departamento de História, no Programa de Pós-Graduação em História e no Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural. E-mail: maria.m.padoin@ufsm.br.

ABSTRACT

This work aims, through the construction of a state of the art, to explore Santa Maria as a singular territory marked by transnational cuts within the Platinum region. Located in the heart of the state, Santa Maria plays a crucial role in the cross-border dynamics that shape the geopolitics of the Southern Cone. Historically positioned at a crossroads of trade and military routes, it has emerged since its origins as a strategic point due to its proximity to the borders of Argentina and Uruguay. These transnational cuts deeply influence the sociopolitical and economic interactions in the region, establishing Santa Maria as a vital hub for transnational exchange. Thus, the research adopts a cross-border perspective of the Platinum region. This is particularly evident during periods of tension and conflict in the region during World War II, which reinforced the presence of military bases and important transportation routes in the city as a nodal point in national security and development strategies. Therefore, the objective is to understand Santa Maria within the context of the Platinum region, fostering debate among key works on the subject in the literature. The secondary goal is to suggest future research paths on the topic. Finally, the theme is justified by the perception that the city is not just a territory of historical relevance but continues to be a fundamental actor in the transnational and strategic relations of the region.

Keywords: Santa Maria. Plata Basin. Geopolitics.

1. Introdução

A cidade de Santa Maria localiza-se no centro do Rio Grande do Sul. Fundada em 1797, a sua história remonta à disputa por territórios entre Espanha e Portugal no contexto do Tratado de Santo Idelfonso (1777). Nessa época, o atual município constituía em um acampamento dos responsáveis pela demarcação da fronteira, situado entre o território das duas metrópoles europeias (MELLO; SILVA, p. 391). Logo, por conta da sua posição geográfica, desde o seu princípio (até os dias de hoje) Santa Maria conta com a presença constante de um número elevado de militares, devido à sua formação voltada para a defesa da fronteira sul (MACHADO, 2008, p. 52)³. Nos anos iniciais da cidade, a presença de militares atraiu comerciantes interessados em vender produtos para subsistência local. Logo, com o tempo, a cidade passou a desempenhar um papel também de entreposto comercial – essencial para o crescimento que justificou a emancipação do município pelo ano de 1858 (PADOIN, 2022, p. 23).

3 Vargas (2017, p. 31) afirma que a cidade nesse momento de disputa territorial entre Espanha e Portugal, por conta de sua localização, ficou conhecida como um lugar de resolução do conflito dos “Países do Prata”.

Em 1878, mais uma vez por consequência da sua centralidade geográfica – e também em decorrência de uma mudança no itinerário da ferrovia que conectava Porto Alegre a Uruguiana – Santa Maria se tornou sede de um dos principais entroncamentos de ferrovias no sul do país. Entre o final do século XIX e início do XX a facilidade de comunicação via estradas de ferro fez com que Santa Maria recebesse várias Congregações Religiosas, motivadas pelo processo de imigração (italiana, alemã, africana, etc) para o sul do Brasil. Essas Congregações foram importantes para a consolidação da área educacional na região (PADOIN, 2022, p. 33).⁴ Até os dias de hoje,

[...] **Santa Maria** continuou seu crescimento populacional e a prevalência de sua característica comercial, vinculadas a sua posição geográfica por ser **região fronteira**, com um crescente contingente militar - o segundo do Brasil, por sua rede escolar e de ensino superior qualificado, pelas facilidades no transporte e comunicação com as demais regiões do Estado e com os países limítrofes, e por **uma relação econômica próxima com a metade sul do RS e com o norte do Uruguai** (PADOIN, 2022, p. 34, 2022, grifo nosso).

Estes fatores colaboraram diretamente para que diferentes grupos (em diferentes graus) se integrassem à identidade local (PADOIN, 2022, p. 23). Tendo em vista as complexidades que cercam a temática, na sequência apresenta-se um Estado da arte inicial que tem por objetivo guiar a pesquisa a partir dos principais autores que dialogam com o tema. Foram procurados por autores que trabalham os processos históricos de Santa Maria levando em conta a geopolítica internacional.

2. Santa Maria e a seu posicionamento estratégico no Prata: esboço de um Estado da Arte

Duas ramificações na historiografia divergem na forma como abordam a geopolítica do prata: primeiro, autores voltados para a história geral de Santa Maria que tangenciam o contexto regional e trabalhos centrados na geopolítica regional.

Nos principais trabalhos que lidam com a história geral de Santa Maria em relação ao Prata, pode-se citar autores clássicos como Beltrão (1979), Cardoso (1979) e Belém (1989) e Beber (1998). Estes foram alguns dos primeiros autores que se debruçaram sobre as particularidades que formam a região. Segundo o primeiro autor, na época da primeira edição, pouca atenção tinha a história do município. Somente no trabalho de João Belém e alguns capítulos do livro de João Daudt Filho eram exemplares. Em sua narrativa, o autor destaca diversos marcos da cidade que

4 Como resultado, desde 1950 Santa Maria era identificada como a Metrópole Escolar do Rio Grande do Sul (PADOIN, 2022, p. 33).

interessam à presente temática. Entre eles, é digno de nota: a origem do Rincão de Santa Maria em 1979; a estada do 28º Batalhão de Estrangeiros que permaneceu na cidade entre 1828-1831 e a inauguração do Parque de Aviação Militar de Santa Maria em 2 de abril de 1922 (Beltrão, 1979, p. 506).

Cardoso (1979), por sua vez, detêm um olhar mais centralizado em eventos do cotidiano que marcaram Santa Maria enquanto Comarca. Desta forma, é dado maior enfoque para as características urbanas e sociais da Comarca, bem como sua evolução no tempo. Caso semelhante é de Beber (1998), que constrói uma radiografia das principais características de Santa Maria em seus 200 anos (tendo como marco o Tratado de Santo Ildefonso de 1777). Em ambos os autores a presença das forças militares e a sua atuação de Santa Maria no Prata assumem uma atenção periférica, diferentemente de Beltrão (1979).

Em Belém (1989) encontra-se um dos autores mais referenciados sobre a História de Santa Maria. O texto que se teve acesso é uma reedição do livro lançado em 1933. O motivo da reedição se deu quando em 1987 o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Maria solicitou ao Reitor da Universidade Federal de Santa Maria, Gilberto Aquino Benetti, a reedição da obra, que constitui um exemplar clássico da história local. Partindo de fontes primárias da época do Império, o autor corriqueiramente destaca o papel das forças armadas na história da cidade. Além disso, analisa eventos que datam da ancestralidade da fundação da cidade, dialogando diretamente com o contexto histórico regional entre Espanha e Portugal que foi herdado após a independência.

Percebe-se que os textos supracitados possuem uma tendência mais centrada na história local, sendo que o regional assume dimensão de pano de fundo. Todavia, é inescapável que desde sua origem Santa Maria está diretamente ligada pela defesa da fronteira sul. O impacto da influência do espaço platino nas políticas nacionais e locais é exemplificado por Padoin (1992, 2022). Além disso, a autora demonstra como Santa Maria está diretamente ligada à formação do Rio Grande do Sul e a relação com os vizinhos, em uma relação mais porosa do que se imagina. Na mesma direção, Lima (2019) ao se debruçar sobre a relação entre o local, nacional e regional a partir da história da Fábrica de Refrigerantes Cyrilla articula uma perspectiva que é cara em tempo e espaço para o presente trabalho.

Também merecem destaque autores como Oliveira (2019) e Henrique (2022) que em estudos voltados para o Brasil na Segunda Guerra Mundial forneceram em suas pesquisas insumos que contribuem em larga medida para complementar a inserção de Santa Maria no Prata, principalmente em relação à construção do aeródromo em 1944. A trama desvendada por estes autores é muitas vezes alheia – ou ignorada – por trabalhos que retratam os antecedentes históricos da Base Aérea de Santa Maria. Mesmo em relatos oficiais escapa

dos relatos a intensa negociação entre autoridades militares norte-americanas e brasileiras pelo reforço da fronteira sul em decorrência da animosidade para com a Argentina em 1944.

Um subgrupo dentro da vertente geopolítica regional dialoga diretamente com as forças armadas. São exemplos: Bento (2007); Bento; Clauhs; Giorgis (2008), Machado (2008, 2012), Vargas (2017) e Eggers (2019).

Bento (2007), explorando um ponto desenvolvido por Belém (1989), transcorre sobre a geopolítica portuguesa e posteriormente brasileira no Rio Grande do Sul entre 1680 e 1908. Neste texto, o autor define geopolítica como “[...] a parte da alta administração de um Estado que traça as diretrizes para investigar, valorizar e explorar o solo de um país no tríplice aspecto: território, situação geográfica e domínio de suas riquezas reais e potenciais” (Bento, 2007).⁵ Esta definição é importante, pois dialoga diretamente com o desenvolvimento de Santa Maria: em grande medida a cidade prosperou graças ao favorecimento geográfico. Foi o encontro de tropeiros, comerciantes, militares (Padoin, 1992).

Em Bento; Clauhs; Giorgis (2008) os autores descrevem a História da 3ª Divisão de Exército, criada enquanto 3ª Brigada Estratégica em 1908. O trabalho foi desenvolvido pela Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB) e pelo Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul. O foco do livro é a história militar terrestre de Santa Maria desde 1629 até a atualidade. Na obra os momentos de participação militar são destacados, bem como as experiências profissionais dos comandantes da 3ª Divisão.

Na mesma direção, em sua dissertação de mestrado em Geografia, Machado (2008) trabalhou como a presença do Exército e da Aeronáutica modificaram a organização espacial da cidade desde as suas origens até 2008. A autora analisa diversos textos que transcendem a história, se unindo a Lima (2019) em um esforço interdisciplinar para a construção de narrativas. No capítulo de livro publicado com base na dissertação, Machado (2012) dá mais ênfase a história da cidade, abordando momentos em que se fez presente a atuação de Santa Maria enquanto força militar na região platina. No texto, a autora contribui para a historiografia identificando através da geopolítica um denominador comum que se manifesta em diferentes momentos no tempo. Todavia, a mesma não define explicitamente o que se entende por geopolítica, conceito multifacetado e de origem transdisciplinar. Além disso, a autora não reforça como a relação entre Santa Maria e a fronteira se modificou ao longo do tempo.

Outra dissertação do Programa de Pós-Graduação em Geografia que lida com a presente temática é o desenvolvido por Vargas (2017). Nele, o autor descreve a partir da geografia militar o planejamento de operações militares na

5 Disponível em: <http://www.ahimtb.org.br/geopol.htm>. Acesso em 23 de set. 2024.

região sul do país. Para tanto, o autor delimita a pesquisa às atividades da 3ª Divisão de Exército (anteriormente mencionado). No decorrer da dissertação, Vargas descreve a importância histórica desempenhada por Santa Maria na estratégia geopolítica brasileira. Nesse sentido justificam-se a alta presença de militares que, em contingente, Santa Maria fica atrás numericamente apenas para o Rio de Janeiro – graças à presença da Marinha (Vargas, 2017).

Na visão de Eggers (2019), a presença de tropas em Santa Maria justifica-se de um ponto de vista da manutenção da soberania. Sob esta ótica, a autora descreve historicamente como Santa Maria se constituiu hoje no segundo pólo de defesa nacional. Assim sendo, a autora propõe um diálogo entre os autores da história local de Santa Maria mencionados no início do presente trabalho com uma perspectiva geopolítica. Esta pesquisa prova-se essencial para conectar ambas as perspectivas delineadas até o presente momento: como o local se insere em uma dimensão regional e como este último é afetado por decisões do primeiro – como por exemplo, a construção da Base Aérea de Santa Maria.

No próximo subtópico é apresentado um episódio envolvendo o episódio que serviu como antecedente para a construção da Base Aérea de Santa Maria com base no estado da arte anteriormente formulado. Acredita-se que o episódio é elucidativo de como a posição estratégica de Santa Maria, diretamente relacionada à dimensão nacional e internacional.

3. A construção do Aeródromo de Santa Maria durante a Segunda Guerra Mundial (1944)

Antes mesmo de haver um Ministério da Aeronáutica em nível nacional, Santa Maria contava com um Parque da Aviação Militar (PAM) construído em 1921 teve como local de instalação a área hoje ocupada pelo Campo de Instrução do Exército, próximo ao bairro Boi Morto. O PAM foi o princípio da fundação da Base Aérea na cidade (MACHADO, 2012, p. 41). No ano de 1944 estava em vigência no Brasil o Estado Novo, governo autoritário comandado por Getúlio Vargas que durante a Segunda Guerra Mundial buscou utilizar do posicionamento brasileiro frente a guerra como um meio de barganha para o desenvolvimento nacional (CERVO, 2001). A aproximação com os Estados Unidos – que estava sendo ensaiada desde o início do conflito – se concretizou em sua plenitude em 1941, quando o país declarou guerra ao Eixo após 35 navios brasileiros serem torpedeados por submarinos alemães (OLIVEIRA, 2019).

Diante do contexto do conflito, Vargas usou de diversos meios sob justificativa de defesa para mobilizar recursos para o desenvolvimento nacional, por meio de investimentos na infraestrutura que se somaram a um esforço de abrangência nacional. Essa estratégia foi alinhada ao esforço norte-americano de uso do território

nacional para alcançar o teatro de guerra europeu. Nesse sentido, os estadunidenses despenderam capital para a construção de bases aéreas no Nordeste brasileiro. Também, como evidência Henrique (2022, p. 99), a construção das bases e instalações de apoio durante o conflito mundial tinham por fim estabelecer meios de projeção da presença militar norte-americana no pós-guerra na América do Sul. Para o Brasil, uma das principais motivações para se alinhar aos EUA dava-se pela promoção do desenvolvimento de infraestrutura e de indústria pesada (sendo exemplar o caso da construção da Siderúrgica de Volta Redonda).⁶

Na região platina, destaca-se que a diplomacia varguista mesmo sob as névoas da Segunda Guerra Mundial seguiu as diretrizes tradicionais da política externa brasileira (estipuladas pelo Barão do Rio Branco), a saber: defesa da estabilidade política regional; não intervenção em assuntos internos dos países vizinhos; esforço para manter o diálogo constante com Buenos Aires e adesão à solução pacífica das controvérsias (DORATIOTO, 2014, p. 114-115). Sob uma ótica comum na região,

O início da guerra provocou dois efeitos sobre as relações interamericanas: o primeiro, na esfera política, correspondeu ao revigoreamento das relações diplomáticas regionais e do pan-americanismo; o segundo, na esfera do comércio regional, acentuou o interesse da América Latina pelo comércio com os Estados Unidos e entre os próprios países latinos (2001, p. 75, grifo meu).

Após o ataque japonês à Pearl Harbor em 1941, a maioria dos países abriu mão da neutralidade e se alinhou ao posicionamento norte-americano sob a égide da solidariedade continental. A intenção norte-americana de se aproximar da América Latina partiu da iniciativa do então presidente dos Estados Unidos, Franklin D. Roosevelt pela “política da boa-vizinhança” (DORATIOTO, 2014).

No Cone Sul, assim como o Brasil, o Uruguai foi favorecido pelos esforços dos Estados Unidos no que diz respeito à construção de bases aéreas (CYJON, 2024). Por outro lado, a Argentina foi o país da América do Sul que se chocou diretamente contra os norte-americanos. No período, a oposição aos EUA funcionava como contraimagem ao apoio à Alemanha nazista e obedecia a uma enraizada resistência à liderança norte-americana (ADAMOVSKY, 2020). Além da simpatia ideológica, os setores nacionalistas do Exército argentino percebiam a capacidade de modernizar o país através do apoio alemão (BEIRED, 2001, p. 313).⁷

6 Convém ressaltar que esta orientação de aporte nacional também se fez presente localmente na cidade por meio de investimentos na infraestrutura modal e na criação de um serviço telefônico em abril de 1939 (Companhia Telefônica Rio-Grandense) (AGOSTINI; RUSSINI, p. 37).

7 Todavia, em nenhum momento a guerra entre os dois países foi descartada tanto por estrategistas brasileiros quanto argentinos. Essa hipótese foi amplificada no contexto da Segunda Guerra Mundial (DORATIOTO, 2014) que será exposto na sequência.

Da mesma forma, a Segunda Guerra Mundial era vista por intelectuais ligados ao fascismo – que por sua vez alimentavam uma parcela dos nacionalistas – como uma oportunidade de libertar a Argentina das amarras neocoloniais – na argumentação de setores nacionalistas desenvolvimentistas se refere a relação de dependência com os britânicos e situação de inferioridade em relação ao Brasil (*Idem*). Dessa forma, um conjunto de militares associados pelo Grupo de Oficiais Unidos (GOU, criado em 1942) que se caracterizavam pelo nacionalismo e pela simpatia pelo nazifascismo começou a ganhar cada vez mais espaço na política argentina (PELLEGRINO; PRADO, 2019, p. 143). A principal pauta deste grupo era a manutenção da neutralidade frente ao conflito mundial.

Atrelado a isto, em um momento que evidencia conexão entre o local, regional e internacional: o auxílio norte-americano para a construção de uma pista de pouso em Santa Maria como forma de dissuadir a neutralidade argentina. A trama se inicia em 1943, após um golpe de Estado na Bolívia substituir um governo favorável aos aliados por um inclinado ao Eixo. Por meio de investigações, os norte-americanos logo descobriram que agentes nazistas e argentinos estavam envolvidos no *coup d'état* boliviano (WELLES, 1945).

Em resposta, a diplomacia norte-americana se mobilizou em torno do receio de que o ocorrido se repetisse nos demais países da América Latina, em um efeito dominó que mudaria a disputa de forças na região em favor do Eixo. Logo, os EUA buscaram dissuadir os argentinos de uma eventual expansão de influências por meio do envio de armas ao Brasil, através do *Lend-Lease* (OLIVEIRA, 2019).

Dentro desse contexto de incertezas, setores do Exército brasileiro – nominalmente os generais Góes Monteiro⁸, Dutra, Mascarenhas de Moraes e Leitão de Carvalho – argumentaram a favor do reforço das defesas na fronteira sul em detrimento da dúbia posição argentina em relação ao Eixo (HENRIQUE, 2022). As preocupações foram compartilhadas então por Roosevelt. Os armamentos começaram a chegar a partir de janeiro de 1944, sendo acelerada com a queda do então presidente argentino Ramírez e pela sucessão de Edelmiro Julián Farrell – militar ainda mais próximo do nazismo na visão estadunidense (DORATIOTO, 2014, p. 117-118).

Diante de tal situação, além do envio de armamentos, as lideranças de Brasil e Estados Unidos decidiram também pela construção de bases aéreas no sul do território brasileiro – motivados pela argumentação dos oficiais brasileiros mencionados anteriormente –, ocasionando no deslocamento de mão-de-obra e

8 Góes Monteiro foi responsável por alterar um plano de defesa elaborado pelos militares da Argentina frente a um possível ataque do Brasil (Plano Máximo), afirmando que na verdade se tratava de um plano de guerra contra o Brasil em 1944. Esse documento foi aceito como prova pelos norte-americanos (LATFALLA, 2020, p. 10).

capitais que até então se concentravam na edificação das bases no nordeste do país para a região sul (OLIVEIRA, 2019). As tratativas entre brasileiros e norte-americanos resultaram na definição de dois lugares para a construção de bases aéreas: Curitiba e Santa Maria.⁹ Em relação à última, Henrique (2022, p. 105) descreve com base nos relatórios das comissões mistas – meio institucional onde se realizaram as conversações – os motivos que fizeram Santa Maria ser escolhida:

Após análise, conclui-se que **Santa Maria seria o local ideal do ponto de vista estratégico e tático, ficava a cerca de 193 quilômetros da fronteira com a Argentina e a mesma distância do Uruguai, além de ser o centro do principal e melhor sistema ferroviário do estado do Rio Grande do Sul, estando ligada ao norte do estado e a capital Porto Alegre.** O ponto negativo para a região de Santa Maria eram as colinas relativamente altas nas suas proximidades, que poderiam criar condições de perigo (HENRIQUE, 2022, p. 107, grifo nosso).

É interessante notar que além de destacar a presença do “principal e melhor sistema ferroviário do estado”, a argumentação favorável se dá pela proximidade com a fronteira do Uruguai e da Argentina, países que no contexto analisado eram o foco do esforço empreendido.

Nesta época, em Santa Maria vivia-se uma realidade profundamente interpelada pelos eventos internacionais da Segunda Guerra Mundial, marcada principalmente pela revolta popular pelo afundamento dos navios brasileiros.⁹ No dia 18 de agosto de 1942, cerca de mais de três mil funcionários da Viação Férrea abandonaram o trabalho e foram para a praça pública protestar (KONRAD, 2022, p. 230). Também, é digno de nota a ocorrência de quebra-quebras na cidade em agosto de 1942, quando diversos bens privados de descendentes de italianos, alemães e japoneses foram atacados por indivíduos tomados por um sentimento de vingança, que por sua vez foram encarados com a anuência do poder público (LIMA, 2019, p. 61). Ainda, outra forma de conexão com o internacional se deu pelos soldados treinados em Santa Maria que integraram o Segundo Contingente Expedicionário, enviados para lutar na II Guerra Mundial, comandados pelo 5º Exército norte-americano (AGOSTINI; RUSSINI, 2004, p. 40).

No fim não houve atrito entre Argentina e Brasil, pois a mesma rompeu com o eixo em 26 de janeiro de 1944. O fato ocorreu devido ao Caso Hellmuth de 22 de janeiro de 1944. Repercutido internacionalmente, o caso consistiu em um agente nazista da marinha argentina, preso em 30 de novembro de 1943 em Trinidad por ingleses que o detiveram em um barco espanhol, que o alevava

⁹ Convém destacar que além da construção das bases, Santa Maria também se envolveu no contexto da Segunda Guerra Mundial com o envio de soldados para o front europeu: o Segundo Contingente Expedicionário de Santa Maria, que seria comandado pelo 5º Exército norte-americano (AGOSTINI; RUSSINI, 2004).

estar indo para a Europa. Sua missão era negociar armas junto aos nazistas em Berlim e enviá-las para a Argentina. Como foi documentado, sua ida tinha o consentimento do alto escalão do governo, gerando um constrangimento que obrigou a Argentina romper com o eixo em 26 de janeiro de 1944 (MUÑOZ, 2010, p. 306), encerrando momentaneamente o receio de guerra com o Brasil.

A construção da Pista de Pouso foi implementada em 1971, durante o governo Médici, que deu continuidade a duas pautas herdadas da política estado-novista e que se firmaram com o golpe de Estado de 1964: desenvolvimentismo (manutenção do desenvolvimento econômico nacional) e segurança nacional (repressão aos dissidentes da ditadura, de modo que este governo é corriqueiramente referido como um dos mais violentos). Apesar da tendência de aproximação entre Brasil e Argentina em decorrência dos regimes estabelecidos por via de golpes (fronteiras ideológicas), houveram desencontros principalmente em relação ao aproveitamento hidrelétrico dos rios da Bacia do Prata a partir de 1968. Do lado argentino, a preocupação era de que a construção de Itaipu significava a enfim vitória da influência brasileira sob a Argentina em relação ao Paraguai, fazendo pender para o Brasil a liderança sub-regional de uma perspectiva geopolítica (VIDIGAL, 2009, p. 115).

Economicamente, o governo aproveitava do “milagre econômico” promovido por um cenário internacional favorável à demanda pelos produtos brasileiros. Este contexto, permitiu ao governo destinar recursos para a construção de grandes obras – como a estrada de ferro Madeira Mamoré, a usina de Itaipu e a Estrada Transamazônica. Neste período de crescimento econômico, o governo mobilizou jornais e outros meios de comunicação para promover e legitimar suas ações através de propagandas, ao mesmo tempo em que silenciava críticas e problemas políticos-sociais gritantes por meio da censura.¹¹

Então, imerso no contexto das grandes obras para o desenvolvimento em segurança nacional, em 15 de outubro de 1971, o Ministro de Estado da Aeronáutica, Márcio de Souza Mello, ativa e inaugura a Base Aérea de Santa Maria em sua configuração atual.

4. Conclusão

Com base no esboço de estado da arte construído, é possível ter noção dos caminhos que se apresentam diante da possibilidade de investigar Santa Maria enquanto uma importante peça local inserida em um contexto platino de constante mutabilidade. O primeiro deles, vai na direção de se aproximar três dimensões inescapáveis: o local, regional e o internacional. Como salienta Machado (2012), encontra-se na edificação de Santa Maria condicionantes semelhantes no processo de consolidação do Rio Grande do Sul. Um desses traços é a militarização em defesa da fronteira sul.

Por sua vez, não é possível compreender a relação entre Santa Maria e a fronteira sul sem deixar escapar às relações internacionais entre Brasil, Argentina e Uruguai, tendo em vista que em momentos diferentes Santa Maria respondeu aos estímulos regionais alinhada a uma estratégia nacional de manutenção da soberania, herdada do período colonial (Eggers, 2019). Por exemplo, são marcantes as participações de Santa Maria em eventos, tais como: Conquista do forte São Martinho e a Guerra de 1801; Estabelecimento do Exército pacificador da Banda Oriental (1811); Guerra da Cisplatina (1823); Guerra contra Oribe e Rosas e Guerra do Paraguai (Machado, 2012).

A partir dos indícios supracitados, argumenta-se que, pois por mais que cada período seja composto por idiossincrasias, há uma continuidade na forma como Santa Maria se insere no Cone Sul. E essa continuidade é dada pela sua posição estratégica, ou em outras palavras, pela geopolítica. Como Bento (2007) descreve, as características geopolíticas dificilmente se alteram ao longo dos séculos.

Outro ponto que se encontra sub representado na historiografia é o impacto não só do Exército, mas sim da Aeronáutica em Santa Maria. Os poucos trabalhos mencionados anteriormente que desenvolve o tema não aprofundam os contextos internacionais e regionais que dialogam com o interesse em desenvolver projeção de poder aérea em Santa Maria. Essa é uma lacuna importante, pois a construção de uma Base Aérea aumenta a capacidade de projeção militar da cidade em relação à fronteira. Mesmo em órgãos e sites oficiais, corriqueiramente depara-se com informações superficiais ou incompletas da história da Aeronáutica em Santa Maria.

Referências

- ADAMOVSKY, Ezequiel. 2020. **Historia de la Argentina**. Buenos Aires: Crítica. 366p. ISBN 978-987-4479-38-9.
- AGOSTINI, Lenir Cassel; RUSSINI, Augusto. 2004. “Santa Maria e a política estadonovista (1937-1945)”. **Disciplinarum Scientia**. Série Ciências Humanas (RDS). n. 1. p. 27-44. ISSN 1676-9112.
- BEBER, Cirilo Costa. **Santa Maria 200 anos: história da economia do município**. 1 ed. Santa Maria: Pallotti, 1998.
- BEIRED, José Luis Bendicho. 2001. “A grande Argentina: um sonho nacionalista para a construção de uma potência na América Latina”. **Revista Brasileira de História**. n. 42. p. 303-322. ISSN 0102-0188.
- BELÉM, João. **História do Município de Santa Maria, 1797-1993**. 2 ed. Santa Maria: Edições UFSM, 1989.
- BELTRÃO, Romeu. **Cronologia histórica de Santa Maria e do extinto Município de São Martinho**. 2 ed. Santa Maria: Instituto Históricos e

Geográficos do Rio Grande do Sul, do Pará e de Santa Maria, 1979.

BENTO, C.M. **A geopolítica de Portugal e depois do Brasil no Prata e suas projeções no Rio Grande do Sul 1680-1908**. Disponível em: <http://www.ahimtb.org.br/geopol.htm>. Acesso em 25 de nov. 2024.

BENTO, C.M.; GIORGIS, Luiz Ernani Caminha; CLAUHS, Andrei. **História da 3ª Divisão de Exército “Divisão Encouraçada**. 1 ed. Rio de Janeiro, AHIMTB: Irmãos Drummond Ltda, 2008.

CARDOSO, Edmundo. **História da Comarca de Santa Maria (1878-1978)**. 1 ed. Santa Maria: Livraria Editora Pallotti Editora, 1979.

CERVO, Amado Luiz. 2001. **Relações internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas**. Brasília: IBRI. 320p. ISBN-13 978-8502064249.

CYJON, Roberto. 2024. “‘Uruguay constituye la llave de todos los países de la Cuenca del Plata’: Eventual instalación de bases aeronavales estadounidenses en Uruguay en 1940: una perspectiva internacional (1938-1940)”. *Uruguai: Revista Encuentros Uruguayos*. n. 1. p. 1-38. e-ISSN: 1688-5236.

DORATIOTO, Francisco. 2014. **O Brasil no Rio da Prata (1822-1994)**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão. 190p. ISBN 978-85-7631-510-0.

EGGERS, Sabrina. ESTUDO SOBRE O SEGUNDO PÓLO DE DEFESA NACIONAL: CASO DE SANTA MARIA, RS, **Revista InterAção**, Santa Maria, v. 10, ed. 01, p. 138-142, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/interacao/article/view/37423>. Acesso em 23 set. 2024.

HENRIQUE, Heitor Esperança. 2022. **A aliança militar Brasil-Estados Unidos e a Força Aérea Brasileira na Segunda Guerra Mundial (1942-1945)**. 2022. Tese (Doutorado em História) - Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Biblioteca IBGE: Base Aérea de Santa Maria**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=445029>. Acesso em: 25 de set. 2024.

KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. 2022. Anotações sobre o Estado Novo em Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil: Controle político-social, censura, repressão e resistência. In: Andrade, Gustavo Figueira; Piassini, Gustavo Figueira Andrade; Padoin, Maria Medianeira (orgs.). **História de Santa Maria: novos olhares**. Porto Alegre: Casalettras. 2022. 493 p. ISBN 97865866625646.

LIMA, Bruna. 2019. **Fronteira entre o regional e o transnacional na política de desenvolvimento econômico do Brasil e o caso da fábrica Cyrilla de Santa Maria, RS, Brasil**. 2019. 188 p. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

MACHADO, Márcia Kaipers. **A presença do Exército e da Aeronáutica na organização espacial de Santa Maria-RS**. 2008. Dissertação (Mestrado em

Geografia, Área de Concentração em Sociedade e Meio Ambiente) - Centro de Ciências Naturais e Exatas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/9279>. Acesso em: 01 ago. 2024.

____. A atuação histórica e geopolítica das forças armadas em Santa Maria. In: RIBEIRO, José Iran; WEBER, Beatriz Teixeira (orgs.) **Nova História de Santa Maria: outras contribuições**. 1 ed. Santa Maria: Câmara Municipal de Vereadores, 2012.

MELLO, Luiz Fernando da Silva; SILVA, Manuela Ilha. 2022. Patrimonialização para além dos limites do centro de Santa Maria - Uma discussão sobre valores e sentidos atribuídos. In: Andrade, Gustavo Figueira; Piassini, Gustavo Figueira Andrade; Padoin, Maria Medianeira (orgs.). **História de Santa Maria: novos olhares**. Porto Alegre: Casalettras. 493 p. ISBN 97865866625646.

MUÑOZ, José R. Sanchis. 2010. **Historia diplomática argentina**. Buenos Aires: Eudeba, 2010. 568 p. ISBN 978-950-23-1724-3.

OLIVEIRA, Dennison. 2019. “‘A pior deficiência do Brasil’: aliança militar Brasil-EUA, políticas de transporte e as negociações sobre uso de bases militares no Pós-Guerra (1943-1945)”. **Revista Nordestina de História do Brasil**. n. 1. p. 51-90. ISSN 2596-0334.

PADOIN, Medianeira. 2022. Alguns registros da história de Santa Maria - Cidade Fronteira. In: Andrade, Gustavo Figueira; Piassini, Gustavo Figueira Andrade; Padoin, Maria Medianeira (orgs.). **História de Santa Maria: novos olhares**. Porto Alegre: Casalettras. 493 p. ISBN 97865866625646.

____. **O empresário comercial em Santa Maria/RS: uma análise histórica sobre a CACISM**. 1992. 98 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 1992.

PELLEGRINO, Gabriela; PRADO, Maria Ligia. 2019. **História da América Latina**. São Paulo: Contexto. 203 p. ISBN 978-85-7244-832-1.

VARGAS, José Nilton Silva. **A Geografia Militar no planejamento e na execução das operações militares na Região Sul do Brasil**. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia, Área de Concentração Análise Ambiental e Dinâmica Espacial) - Centro de Ciências Naturais e Exatas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/13805>.

VIDIGAL, Carlos Eduardo. 2009. **Relações Brasil-Argentina: a construção do entendimento (1958-1986)**. Curitiba: Juruá. p. 286. ISBN 978853622394-0.

WELLES, Summer. 1944. **The Time for Decision**. Londres: Morrison and Gibb Limited. 431 p. ISBN 10.059869062X.



**Dinâmicas Conectadas por Manoel Py:
uma análise dos sistemas de terra, indústria e
política no território da Quarta Colônia na segunda
metade do século XIX e início do XX**

*Connected Dynamics by Manoel Py: an analysis of the land,
industry and politics systems in the territory of the Fourth Colony
in the second half of the 19th century and early XX*

Vinícius Pasa Pereira dos Santos¹

Maria Medianeira Padoin²

RESUMO

Possuindo um caráter ensaístico, o presente trabalho vinculado à Bolsa de Iniciação Científica PROBIC/FAPERGS/UFSM e ao Grupo de Pesquisa CNPq/UFSM História Platina, visa realizar de forma inicial um mapeamento das redes de contato e sociais da personalidade histórica de Manoel Py (1849-1926). Figura essa que nasceu na região de fronteira de Brasil e Uruguai e que no decorrer de sua vida foi um importante ponto

interconector da dinâmica socioeconômica do sul do Brasil. Sendo loteador e dono de diversas terras na antiga colônia de imigração italiana Silveira Martins, participando de diversos cargos e direções de empresas e companhias de Porto Alegre no final do século XIX e início do XX, como: a Fiação e Tecidos Porto Alegrense (FIATECI), Companhia Hidráulica Porto-Alegrense, Companhia Carris Porto Alegrense, Companhia Predial e Agrícola, além de ter sido incorporador e principal acionista do banco Comercial Franco-Brasileiro. E, também, foi deputado federal e estadual no Rio Grande do Sul pelo Partido

1 Graduando do curso de História Licenciatura da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), pesquisador do Grupo de Pesquisa CNPq/UFSM História Platina: sociedade, poder e instituições. Bolsista de iniciação científica PROBIC/FAPERGS/UFSM. E-mail para contato: vinippasa@gmail.com.

2 Professora Titular da Universidade Federal de Santa Maria, atuando na Graduação em História e nos cursos de mestrado e doutorado do Programa de Pós-Graduação em História e no Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, sendo também coordenadora do Grupo de Pesquisa CNPq/UFSM História Platina: sociedade, poder e instituições. E-mail para contato: maria.m.padoin@ufsm.br.

Republicano Rio-Grandense, no período republicano, além de ter sido coronel da Guarda Nacional. Manoel Py se torna figura interessante e rica para um mapeamento mais aprofundado de suas relações de associação e parceria, como por exemplo, Johannes Gerdau e Possidônio Mâncio da Cunha Jr (seu genro). Entendemos que as diferentes vinculações de Py possam servir como importante instrumento inicial para o enriquecimento de perspectivas de uma sociedade rio-grandense e platina do final do século XIX e início do XX que fervilha mudanças de dinâmica urbana, agrária, cultural, econômica e política, todas interligadas e sofrendo mutações do capitalismo ascendente, do processo imigratório europeu à região, e das redes políticas construídas neste território também entendido como fronteiriço. Percebendo assim a região platina como um território com aglomerado de sistemas humanos próprios e de redes sociais, que ao mesmo tempo, influenciam e são influenciados por diferentes ideias e movimentações sociais do mundo.

Palavras-chave: História Platina. Quarta Colônia . Manoel Py.

ABSTRACT

This essay, which is linked to the PROBIC/FAPERGS/UFSM Scientific Initiation Grant and the CNPq/UFSM História Platina Research Group, aims to initially map the contact and social networks of the historical personality of Manoel Py (1849-1926). This figure was born in the Brazil-Uruguay border region and throughout his life was an important interconnector in the socio-economic dynamics of southern Brazil. He was a land developer and owner of several plots of land in the former Italian immigration colony of Silveira Martins, and held various positions and directorships in companies in Porto Alegre at the end of the 19th century and the beginning of the 20th century, such as: Fiação e Tecidos Porto Alegrense (FIATECI), Companhia Hidráulica Porto-Alegrense, Companhia Carris Porto Alegrense, Companhia Predial e Agrícola, as well as being the incorporator and main shareholder of the Franco-Brazilian Commercial Bank. He was also a federal and state deputy in Rio Grande do Sul for the Rio Grande do Sul Republican Party during the Republican period, as well as being a colonel in the National Guard. Manoel Py becomes an interesting and rich figure for a more in-depth mapping of his association and partnership relationships, such as Johannes Gerdau and Possidônio Mâncio da Cunha Jr (his son-in-law). We believe that Py's different connections can serve as an important initial tool for enriching perspectives on a Rio Grande do Sul and Platine society of the late 19th and early 20th centuries that was undergoing changes in its urban, agrarian, cultural, economic and political dynamics, all interconnected and undergoing mutations due to rising capitalism, the European immigration process to the region, and po-

litical networks, immigration process to the region, and the political networks built in this territory, which was also understood as a borderland. The Platine region is thus perceived as a territory with its own agglomeration of human systems and social networks, which at the same time influence and are influenced by different ideas and social movements in the world.

Keywords: Platinum History. Fourth Colony. Manoel Py.

Introdução

Unindo culturas e maneiras de ser e agir politicamente e socialmente, as fronteiras se caracterizaram ao decorrer da história muito mais por espaços de contato e influência do que de separação e isolamento. Regiões geopolíticas de fronteira carregam e se desenvolvem, muitas vezes, a partir de pressupostos próprios, seja em costumes, ideais de viver e de futuro ou também de conflitos e disputas, todos simultaneamente se conectando e se contrapondo entre si. E com o contexto fronteiriço do espaço platino não é diferente.

A partir de tais entendimentos, o estudo das relações de poder, disputas e de sociabilidade no contexto platino ganham interesse e complexidade. Sendo uma região que possui influência em sua história e contemporaneidade de diferentes grupos sociais (povos originários, ibéricos conquistadores, diáspora africana, italianos e germânicos colonizadores, entre outros), as lentes de perspectiva para o estudo histórico se tornam múltiplas.

A presente pesquisa planeja, de uma forma inicial, uma análise dos sistemas de compra e venda de terra nas Colônias Silveira Martins e Santo Ângelo, região central do Rio Grande do Sul- Brasil, marcadas predominantemente pela vinda colonizadora de italianos e alemães, respectivamente. Isso, a partir das redes de sociabilidade empresarial e política do Ten. Cor. Manoel Py (1849-1926). Uruguaio e batizado no Brasil, Manoel Py, “um dos grandes magnatas da cidade”³ (Caldas & Machado, 1987, p.98) de Porto Alegre, teve cargos e investimentos de destaque em diversas empresas e companhias de sua época, além de participação na Guerra do Paraguai e posteriormente como deputado estadual pelo PRR (Partido Republicano Riograndense). Concomitantemente a isso, Py foi um dos principais donos, vendedores de terra e financiadores para imigrantes na Colônia Silveira Martins (criada em 1877) e também sócio da empresa de colonização de João Gerdau na Colônia de Santo Ângelo (colônia criada em 1857).

3 Aspas de Breno Caldas, diretor do jornal “O Correio do Povo” (um dos principais jornais da cidade de Porto Alegre no século XX) por 50 anos.

Objetivos

Entendendo a complexidade relacional de fenômenos políticos, econômicos e sociais que a imigração de italianos e alemães causou para as dinâmicas de poder e disputa comercial no contexto platino. Objetiva-se, a partir da figura de Manoel Py e suas ações e relações empresariais e políticas, contribuir para uma compreensão dos sistemas de compra e venda de terras nas regiões das colônias de Silveira Martins (de imigração italiana) e de Santo Ângelo (de imigração alemã).

Neste horizonte, também terá como objetivo compreender como e de quais formas ocorreram e se desdobraram questões como a atuação pujante de Manoel Py, um uruguaio, nos sistemas militar, político e comercial brasileiro; as suas relações com outros personagens de destaque naquela sociedade de poder, sendo ele, Manoel Py, atuante em momentos como político (representante do Estado brasileiro) e em outros como empresário autônomo, com interesses individuais.

Métodos

Objetivando estabelecer noções e dimensões das redes de sociabilidade de Manoel Py a fim de visualizar “as formas de articulação que estas revelam” (Imízcoz, 2011, p.100), o esforço inicial da pesquisa foi entender as origens familiares de Py e dimensionar quais problemáticas elas podem levantar. Para tal, foi utilizado o acervo genealógico digital do FamilySearch e realizada uma lista genealógica com tais dados.

Na perspectiva e intento de que seja realizada uma pesquisa crítica e contributiva para a historiografia da área, a revisão e mobilização de obras anteriores que orbitem os objetivos do trabalho é essencial. Entendendo e valorizando a transparência acadêmica, se torna importante mencionar o caráter inicial de tal esforço de nossa parte. Com isso, obras que merecem um destaque de menção são “Apropriações e Comércio de Terras na Cidade da Cachoeira no Contexto da Imigração Europeia (1850-1889)” de Alejandro Gimeno (2014); “A Família de Johannes Heinrich Kaspar Gerdau: um estudo de caso sobre a industrialização no Rio Grande do Sul, Brasil”, de Paulo Werlang (2002) e “A Burguesia Gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho (RS: 1889-1930)” de Sandra Pesavento (1988). O estudo dessas e outras obras, se tornaram de grande importância em uma perspectiva de visualização de contrastes de apropriações e usos teóricos de diferentes escolas e paradigmas, além do acesso a fontes referentes aos intentos da pesquisa.

Resultados e Discussão

Como já referido anteriormente, entendendo o espaço platino como um contexto fronteiriço relacional de ideias e ações, a preocupação em desenvolver uma análise acerca de qualquer eixo da sociedade platina, como região, deve mobilizar ações teórica-metodológicas contextualizantes em uma sistemática social mais ampla. Pesavento (1988), quando começa a tratar sobre a dinâmica econômica gaúcha, comenta sobre a “questão regional”, onde “sua abordagem deve se situar no meio entre o contexto mais amplo no qual se insere - o sistema capitalista em sua dinâmica - e a especificidade do local - as variáveis regionais das condições históricas objetivas” (p.17-18).

A partir de tal referência, a preocupação de abordagem que é desenvolvida a partir da figura de Manoel Py é de entendê-lo e dinamizá-lo como ao mesmo tempo o objeto e o método de análise para a pesquisa. Ou seja, os objetivos de mobilização das redes e ações de Py se tornam importantes tanto como o foco principal da discussão como também o método ou lente pelo qual se tentará produzir compreensões e análises acerca de contextos mais amplos, como: as formas de nacionalização de uruguaio na sociedade institucional e social brasileira no século XIX e XX; os projetos e ações políticas do empresariado gaúcho na república velha; os sistemas de compra e venda de terra nas colônias de imigração europeia; ou então finalmente, o contexto mais amplo platino como região de fronteira.

Com uma “fundamentação teórica norteadora do materialismo histórico via Gramsci” (Pesavento, 1988, p.7)⁴, Pesavento, em seu livro “A Burguesia Gaúcha” (1988), reflete e defende sobre, dentre outros diversos processos, a falta de um caráter hegemônico da burguesia gaúcha como propriamente uma classe e também em relação e disputa com outras, como as elites agrárias. Nesse sentido e desenvolvimento, a autora cita nominalmente e teoriza sobre as esferas de sociabilidade empresarial e de poder que envolvem a figura de Manoel Py e outras figuras atuantes em disputas e/ou alianças com o mesmo.

Entendendo a falta de um status hegemônico do eixo social empresarial e comercial, estando Py incluso, o estudo da complexidade de relações e contraposições desse grupo em seus projetos e ações de poder e de busca por destaque econômico-social se torna interessante. Contando com diversidades e mudanças de paradigmas e visões de mundo desse eixo social tanto entre si quanto em suas relações sociais externas. Pensando nisso, o estudo sobre os modos pelos quais foram pensadas e feitas as ações capitalistas de Py e sua inserção política se tornam ricas para a análise e contribuição historiográfica.

4 Acreditamos que seja de uma importância imprescindível a exposição dos aportes teóricos mobilizados e estruturantes das produções historiográficas e científicas.

E um eixo desse sistema amplo e que por si só se dinamiza como um sistema à parte, são as práticas e atuações sociais que se desenrolaram a partir e como motor das operações de compra e venda de terras nas Colônias Silveira Martins e de Santo Ângelo.

Como forma de análise e aproximação de tais processos, a ideia de uma sociabilidade empresarial e de negócios que reflete e se performa através de redes coletivas, “estruturadas não em torno de um núcleo central, mas em torno de vários centros” (Andrade, 2017), se destaca como uma promissora percepção metodológica para desenvolver tais objetivos de pesquisa.

Em sua dissertação de mestrado, Alejandro Gimeno (2014), dentre outras esferas de desenvolvimento e conclusões, argumenta sobre o caráter comercial e quase de especulação imobiliária que as propriedades e lotes de terra da região, do que viria a ser definida como sede das colônias de imigração europeia, possuíam. Em um processo que remonta questões da Lei de Terras de 1850, donos e posseiros das terras eram em sua maioria brasileiros ou atuantes da dinâmica social brasileira, como Manoel Py. Tais movimentações comerciais, dentre outras formas, geraram e foram impulsionadas, tanto antes quanto depois da chegada dos imigrantes italianos e germânicos, por diferentes companhias loteadoras, das quais contavam com um complexo e rico sistema de associações de diferentes empresários, militares e comerciantes, dentre eles, Manoel Py e João Gerdau, por exemplo. Tal assunto será retomado posteriormente no texto.

Como já foi mencionado anteriormente, Manoel Py, além de empresário, político e banqueiro, foi também e anteriormente militar da Guarda Nacional do Império Brasileiro. Segundo Pazuch (2020), “os lotes que circundavam o rio Soturno foram dados como pagamento aos combatentes da

Guarda Nacional pela participação na Guerra do Paraguai (1864-1870)”, e as terras de Manoel Py se incluem como tal pagamento. Essa dinâmica de pagamento ou concessão de terras aos comandantes militares de destaque também é mencionada por Gimeno (2014), como uma prática feita pré-Lei de Terras de 1850. Mesmo com temporalidades e aparatos institucionais diferentes vigentes no Império Brasileiro, as práticas referidas por Pazuch e Gimeno se tornam paralelas. Outro aspecto que reforça o dado trazido por Pazuch é encontrado no trabalho de Gimeno, onde o mesmo comenta sobre os principais sócios nos negócios de compra e venda de terra do tabelião Peixoto e Oliveira, da cidade de Cachoeira. Nesta lista são encontrados pelo menos outros 3 tenentes coroneis, os quais possuíam a mesma patente militar de Manoel Py e também eram donos de terras nas regiões próximas das sedes e núcleos das colônias.

Reforçando a argumentação trazida por Pesavento (1988) sobre a “questão regional”, a ideia de Vendrame (2013) se torna paralela, onde “a localidade constitui

um ponto de observação capaz de esclarecer processos históricos amplos, pois representa um interlocutor necessário para os exercícios de poder da mais ampla escala” (p.114). Com tal intuito retomamos os assuntos acerca das companhias loteadoras de terra e empresas de colonização na região das colônias Silveira Martins e Santo Ângelo e o envolvimento de Manoel Py nessas sistemáticas.

Como já referido por Gimeno, a dinâmica comercial de terras antes e principalmente depois da chegada de colonos europeus era intensa. Os imigrantes se tornaram, em sua maioria, compradores em potencial, e os luso-brasileiros (ou uruguaio-brasileiros, como o Py) donos de terras, em boa parte, procuraram se tornar investidores de tal rentável sistema comercial.

Werlang (2002)⁵, abordando sobre a Colônia de Santo Ângelo, comenta que “os colonos enriquecidos imediatamente passaram a adquirir lotes coloniais dos latifúndios limítrofes a Santo Ângelo” (p.68), dentre tais latifundiários estava Manoel Py, referido por Werlang. Seguindo a sua lógica argumentativa, Werlang comenta de uma espécie de taxa que o diretor da Colônia Santo Ângelo, Barão Von Kahlden, recebia do governo provincial, cerca de 5% a cada lote de terra medido e vendido na colônia de Santo Ângelo. Ou seja, é possível afirmar ou estipular que de diferentes formas e maneiras havia um incentivo financeiro e político por uma maior densidade populacional na região, seja por parte do governo provincial, pelas autoridades locais ou pelos agentes sociais presentes.

Nesse contexto, observando as possibilidades de investimento, surgem diversas associações de donos de terras enriquecidos, organizando-se em empresas de colonização e/ou companhias loteadoras⁶. Dentre as diferentes companhias que surgiram e tiveram preponderância, é possível destacar a João Gerdau & Companhia “sediada em Agudo, foi autorizada a comercializar as áreas de terras situadas na antiga Colônia Santo Ângelo, adquiridas da Província em 1866, pelo Capitão Polycarpo Pereira de Carvalho e Silva” (Werlang, 2002, p.68). Ainda segundo Werlang (2002, p.83-84), Capitão Polycarpo foi sucedido como sócio, após sua morte, por Manoel Py e sua esposa em 1888.

Já na segunda metade da década de 1890, a Companhia Predial e Agrícola, que dentre seus principais incorporadores estavam Manoel Py e Possidônio Mâncio da Cunha Júnior⁷ (genro de Py), passou a demarcar a região da serra

5 Se apoiando e desenvolvendo conclusões em diversos momentos a partir de aportes teóricos weberianos, William Werlang neste trabalho aborda como um estudo de caso, a trajetória de adaptação e crescimento empresarial de João Gerdau, um dos mais relevantes industriais do estado do Rio Grande do Sul.

6 Para mais informações sobre as diferentes empresas e companhias que surgiram, veja Werlang (2002, p.68).

7 Além de genro de Manoel Py, Possidônio “foi filho de comerciante e charqueador de Pelotas, além de ser um dos proprietários da Companhia Fiação e Tecidos, foi incorporador e ocupou cargos de direção na Companhia Força e Luz, Companhia Previdência do Sul,

(atual Ibarama), onde foi situada a Colônia de Novo São Paulo (Werlang, 2002, p.68), da qual se encontrava próxima das outras duas colônias já referidas e com contatos entre ambas.

Caracterizado por Gimeno (2014, p.94) como um “investidor de Porto Alegre e deputado provincial que comercializava terras em vários lugares”, Manoel Py fez parte de um complexo sistema empresarial capitalista de expansão colonizadora e de capital. Fazendo parte, promovendo e investindo, Py realizou parcerias de associação com empresas colonizadoras como a de Gerdaui e dirigiu suas próprias. Retomando Gimeno, o autor a partir de Zarth (2002, p.94), comenta que a colonização oficial (colônias de Silveira Martins e Santo Ângelo, por exemplo) “servia de base para a expansão do processo colonizador em mãos de empresas particulares, tornando-se um bom negócio para os empresários” (Gimeno, 2014, p.97), promovendo assim, como complementa Gimeno, “um lucrativo comércio de terras que proporcionou um acúmulo de capital que mais tarde seria investido em outras áreas, como a industrial” (p.99).

Tal ideia trazida e argumentada por Gimeno, se faz muito condizente quando analisamos, mesmo de forma inicial ainda, os trâmites empresariais e de poder de figuras como Manoel Py. Que no mesmo espaço temporal em que realizou investimentos, compra e venda de terras nas colônias de imigrantes europeus no interior do estado do Rio Grande do Sul, se fortificou como já referido no início do texto como um dos “um dos grandes magnatas da cidade” (Caldas & Machado, 1987, p.98) de Porto Alegre. Possuindo e exercendo cargos de direção da Cia. Hidráulica Porto Alegrense, da Cia. Carris Porto Alegrense, Cia. Gráfica Porto Alegrense e do Banco Comercial Franco-Brasileiro. Sem contar seus investimentos de esfera econômica e de influência no setor industrial, sendo fundador e sócio majoritário da Cia. Fiação de Tecidos Porto Alegrense - Fiaterci (Marques, 2005, p.6).

Financiamento

Esse trabalho é parte da pesquisa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PROBIC) vinculado à Fundação de Amparo à Pesquisa do estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) e à Universidade Federal de Santa Maria (UFMS) - Brasil, estando relacionado ao projeto de pesquisa História Platina - fronteiras, migrações, sociedades e poder.

Referências

- Andrade, Gustavo. **A trajetória do general João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares):** família, comunicação e fronteira. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, RS, 2017.
- Caldas, B. Machado, J.. **Meio século de correio do povo:** glória e agonia de um grande jornal. Porto Alegre: L&PM, 1987.
- Gimeno, Alejandro. **Apropriações e Comércio de Terras na Cidade da Cachoeira no Contexto da Imigração Europeia (1850-1889).** Dissertação (mestrado)-Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, RS, 2014
- Imizcóz, J. M. **Redes sociales y correspondencia epistolar:** del análisis cualitativo de las relaciones personales a la reconstrucción de redes egocentradas. *Redes*, Barcelona, v. 21, n. 4, 2011, p. 98-137.
- Marques, T. **Atuação do público e do privado na estruturação do mercado de terras de Porto Alegre (1890-1950).** Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, vol. IX, núm. 194 (13), 2005.
- Pazuch, G. **Imigração italiana na colônia de Silveira Martins:** cotidiano, deslocamento, cultura e sociabilidade (Rio Grande do Sul, 1877-1920). Tese (doutorado) – PUC-SP/ Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/ Programa de Filosofia e Ciências Humanas/ Programa de Pós-Graduação em História, 2020.
- Pesavento, S. **A burguesia gaúcha:** dominação do capital e disciplina do trabalho (RS: 1889-1930). Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- Vendrame, M. I.. **Ares de Vingança:** redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre imigrantes italianos no sul do Brasil (1878-1910). Tese (doutorado) – PUCRS/ Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/ Programa de Pós-Graduação em História, 2013.
- Werlang, W. **A família de Johannes Heinrich Kaspar Gerdau:** um estudo de caso sobre a industrialização no Rio Grande do Sul, Brasil. Agudo, RS.: Editora Werlang, 2002.
- Zarth, P. A. **História Agrária do Planalto Gaúcho.** 1850 – 1920. Ijuí: Editora Unijuí, 1997.

